



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

Escola Cultural – Memória Objetiva e Memória Subjetiva

Cristina Maria Ferreira da Costa Ribas

Orientação: Prof^a Doutora Olga Magalhães

Mestrado em Ciências da Educação – Supervisão Pedagógica

Dissertação

Évora, 2014



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

Escola Cultural – Memória Objetiva e Memória Subjetiva

Cristina Maria Ferreira da Costa Ribas

Orientação: Prof^a Doutora Olga Magalhães

Mestrado em Ciências da Educação – Supervisão Pedagógica

Dissertação

Évora, 2014

DEDICATÓRIA

A meus pais, porque o exemplo vem de cima!

A todos os alunos cuja pessoa a educação não ajudou a desabrochar.

A todos aqueles que ainda não compreenderam que a riqueza intrínseca à pessoa que os outros são, só pode tornar este Mundo um lugar melhor para se viver.

Ao Professor Manuel Ferreira Patrício, que teve a ousadia de acreditar na pessoa humana e de agir em conformidade com as suas convicções.

A todos quantos acreditam na pessoa humana e lutam pela sua dignidade, especialmente aqueles que, de uma forma ou de outra, estão ligados à educação.

AGRADECIMENTOS

À Profª Doutora Olga Magalhães, minha orientadora, pela disponibilidade e horas intermináveis de trabalho, pelas conversas interessantes e que muito me ajudaram a questionar-me, enriquecer-me e avançar, equilibrando inteligentemente tudo o que me ensinou, com o caminho que só eu poderia percorrer. Não posso deixar também de agradecer a paciência, a solidariedade e o caminhar lado a lado ao longo deste tempo.

Ao Prof. Doutor Luís Sebastião, pela disponibilidade para colaborar com este estudo e pela capacidade que tem de me ajudar a construir, "desconstruindo", ajudando-me a colocar em causa o que poderia parecer certeza e me impedia de caminhar, estimulando sempre a "ousadia de pensar".

Ao Prof. Doutor Manuel Ferreira Patrício pela disponibilidade para colaborar de diversas formas, pelas conversas e reflexões, pelo seu saber e, sobretudo, pela sua sabedoria de Mestre, pois só através dela é possível olhar para o Ser Humano de forma a reconhecer-lhe este imenso valor e com ele estabelecer um compromisso tão "profundo".

À Maria Emília Apolinário pela disponibilidade para partilhar as suas memórias, protagonista que foi e de alguma forma continua a ser, dos fundamentos da Escola Cultural, e pela amizade que foi crescendo neste caminho de partilhas.

À minha querida amiga Margarida Santos Carvalho, pela disponibilidade para partilhar as suas memórias, pelas longas conversas sempre cheias de entusiasmo e entusiasmantas e, sobretudo, pelo legado que deixa no meu coração de amiga, mas também de professora! Obrigada, Margarida! És eterna!

Ao Telo Canhão e ao José Carlos Callixto pela partilha das suas memórias e dos seus materiais, mas também pela força do acreditar contra ventos e marés.

À Helena Amaral pelo apoio e pelo material cedido para a memória objetiva.

À Fátima Álvares, à Irene Moreira, à Carolina Fradinho, à Helena Costa, ao António Vasconcelos, ao Evaldo, ao Padre Bernardo Xavier e ao António Carvalho, pela amizade e pela partilha de memórias que continuam a ser vida para todos nós por continuarem a fazer parte do nosso presente e a dar-lhe sentido.

Ao Sr. Augusto, pela amizade e pela constante disponibilidade para colaborar e apoiar, das mais diversas formas.

A todos os meus amigos e colegas, que estiveram do meu lado, que me apoiaram, que me contradisseram, que me ajudaram a refletir sobre educação, que enriqueceram os meus horizontes.

E por último, mas de forma alguma menos importante, à minha família, que me apoiou e acreditou desde o primeiro momento, me estimulou, me deu força quando dela precisei, e que aceitou prescindir do tempo que era suposto eu ter para ela. Obrigada! É gratificante crescer convosco e com tudo o que de vós recebo! Sois a minha âncora!

RESUMO

Partindo da necessidade de estudar a Escola Cultural, como forma de pensar a educação a partir da pessoa que é o educando, este estudo recorre à memória objetiva e à memória subjetiva da experiência pedagógica da Escola Cultural (1986-1990) através da análise de documentos e de entrevistas realizadas a duas protagonistas da implementação do Projeto Escola Cultural. Dada a natureza do fenómeno e dos dados recolhidos, faz uma abordagem qualitativa inspirada na Grounded Theory Approach e em análise de conteúdo. Duas vertentes decorrem dos dados - a perspetiva histórica e o significado que esta experiência teve para os protagonistas envolvidos no estudo. A análise parte de cinco dimensões: "como surgiu", "inovação", "formação de professores", "resultados" e "por que terminou", tendo-se chegado a uma categoria, inovação, que é transversal aos dados, habita, intencionalmente, o âmago da reforma, e está presente de uma forma clara nas narrativas das entrevistadas.

Palavras-chave: Escola Cultural, inovação, memória(s), organização pluridimensional

ABSTRACT

Starting from the need to study the Cultural School – a way of thinking about education centered on the person who is the learner – this study draws on subjective and objective memories of the pedagogical experience of the Cultural School (1986-1990) through the analysis of documents, and interviews with two protagonists of the implementation of the Cultural School Project. Given the nature of the phenomenon and the data collected, a qualitative approach was chosen, inspired by the *Grounded Theory Approach* and content analysis. Two aspects stand out – a historical perspective, and the significance of the experiment for the protagonists of the study. The analysis is based on five dimensions: "how did it start", "innovation", "teacher training", "results" and "why did it end". One category – innovation – identified across all data, is intentionally established at the core of the reform, and is present in a clear way in the interviewees' narratives.

Keywords: Cultural School, innovation, memory(ies), multidimensional organization

ÍNDICE

ÍNDICE.....	xi
ÍNDICE DE TABELAS	xiii
INTRODUÇÃO.....	1
ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL.....	5
A Escola Cultural e a Constituição da República Portuguesa	5
Do Estatuto da Educação Nacional à Lei de Bases do Sistema Educativo: Fundamentos axiológicos e antropológicos	6
A Escola Cultural e a Lei de Bases do Sistema Educativo	9
Escola Cultural	12
METODOLOGIA.....	17
MEMÓRIA OBJETIVA.....	27
MEMÓRIA SUBJETIVA.....	57
Dimensão "como surgiu"	57
Dimensão "formação de professores"	80
Dimensão "resultados"	85
Dimensão "por que terminou"	91
REFLEXÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
LEGISLAÇÃO REFERENCIADA	123
ANEXOS.....	125

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Página 111
Tabela 2	Página 115
Tabela 3	Página 116
Tabela 4	Página 117
Tabela 5	Página 118
Tabela 6	Página 119

INTRODUÇÃO

A Educação e a Escola atravessam dilemas a que urge dar resposta mas para a qual é necessária muita reflexão e conhecimento. Nos últimos anos, tem sido publicada muita legislação mas os problemas mantêm-se sem que se consiga encontrar um rumo e sem que se consiga dar resposta. Os indicadores nacionais do sucesso educativo são relativos à dimensão macroeducativa da educação, o que não deixa de ser contraditório - deseja-se sucesso educativo mas a Escola é unidimensional e a sua avaliação reduz-se quase exclusivamente à dimensão macroeducativa referida. Por outro lado, até essas estatísticas não nos dão uma visão real dos resultados, uma vez que às Escolas são pedidos apenas os resultados dos alunos do ensino regular, excluindo todas as formas alternativas a este ensino, como são os Cursos de Educação e Formação, os Percursos Curriculares Alternativos, o Programa Integrado de Educação e Formação e, agora também, os Cursos Vocacionais. Embora estas alternativas ao ensino regular sejam, em teoria, uma forma de encontrar respostas diversificadas e diferenciadas de educação, respeitando a individualidade de cada aluno, na prática elas dirigem-se aos alunos com insucesso escolar e pretendem gerar sucesso, muitas vezes aparente, e diminuir o abandono escolar, a que a Escola está obrigada por lei.

A estes cursos está muitas vezes associada, na base, a facilitação de um percurso escolar e não a diferenciação, e tal é visível nos seus resultados - muitos dos alunos continuam sem sucesso escolar (que já não é visível em termos estatísticos) e dos que terminam, mesmo considerando o sucesso previsto inicialmente, muitos têm dificuldade em prosseguir estudos a nível profissional e até de encontrar um trabalho e de conseguir estabilidade. Por outro lado, verifica-se também que, mesmo quando este sucesso existe, a Escola não cumpriu a sua missão de favorecer a promoção social, entendida nas suas diversas dimensões - cultural, pessoal, económica, percebendo-se que as desigualdades sociais se mantêm ou até se agravam.

Serve esta reflexão para chamar a atenção de que Portugal continua a não encarar com objetividade o problema do insucesso - por um lado, remete o sucesso para os resultados meramente estatísticos e, por outro, retira desses resultados o insucesso do sistema quando esses alunos passam a estar integrados em alternativas curriculares. Com a recente criação dos cursos vocacionais, alternativa para alunos a partir dos 13 anos e com pelo menos duas retenções, essa questão tem tendência para ser agudizada. A par com a implementação destes cursos, a Escola está a privilegiar a avaliação através de exames e a

dar protagonismo às disciplinas a que chamou nucleares, não considerando, como Ken Robinson refere, que o ser humano é "um ser orgânico".

Se, desde sempre, a autora deste estudo pensou que a pessoa devia estar no centro do processo educativo, também teve o privilégio de trabalhar com professores que viviam a sua profissão através do olhar para os outros como pessoas. Assim, teve oportunidade de integrar equipas onde foi sendo cada vez mais despertada para a importância de olhar para os alunos como pessoas, pessoas que ajudávamos a construir sem que tal implicasse prescindir dos resultados escolares entendidos no seu sentido administrativo - muito pelo contrário, pensar nos alunos como pessoas ajudava-os, também nesse aspeto, a irem mais longe. Sabíamos, que era possível aliar exigência dos resultados escolares a um desenvolvimento sadio das crianças e dos jovens e íamos mais longe - não era possível separar estas duas dimensões. E se ajudássemos a construir a pessoa que é cada aluno, estávamos a contribuir para a tão desejada realização pessoal, entendida como uma conquista, um caminho percorrido para alcançar uma meta e que, por isso, não está isenta de dificuldades e obstáculos, muito pelo contrário - são assumidos como fazendo parte desse caminho e que também é necessário superar. Parte da felicidade era resultado da alegria sentida pela perceção de que se era capaz de ultrapassar os obstáculos.

Mas se estas foram experiências marcantes, embora a escola que a autora viveu incidisse sobretudo na dimensão curricular estrita, a partir de determinada altura começou a perceber que, cada vez mais, crescia o interesse gratuito pela avaliação macroeducativa e que as estatísticas tinham cada vez mais espaço, estando a Escola cada vez mais reduzida a essas mesmas estatísticas. Por outro lado, curioso foi observar que o posicionamento das escolas nos rankings nacionais, mesmo as melhores, dependiam do tipo de teste realizado.

Por outro lado ainda, em termos profissionais e já durante o percurso formativo deste mestrado, começou a sentir-se desconforto entre a possibilidade de exercício da função de supervisão pedagógica, de natureza formativa, e a sua associação, na prática, a um processo de avaliação de natureza classificativa. Mas coloca-se também a questão do sentido da supervisão pedagógica, num sistema educativo que parece viver de contradições - por um lado, na sua Lei de Bases, visa a formação da pessoa que o aluno é, contudo, no dia-a-dia, todo o sucesso desse sistema é lido através de estatísticas cada vez mais elaboradas, onde as metas pedagógicas são substituídas por metas apenas quantificáveis. Mas coloca-se ainda a questão do currículo - é que se até agora, mesmo contra o espírito da LBSE, a dimensão curricular, muito explorada na sua vertente teórica, era dominante,

neste momento, com a introdução do conceito de disciplinas nucleares no ensino básico, esse espírito, e mais do que espírito, determinação legal, tende a ser cada vez mais contrariado, tendo cada vez menos espaço, na Escola, a pessoa que é o aluno (não em relação à abordagem pessoal e humana que nela fazem os profissionais da educação e os elementos da comunidade, mas em termos do conceito de Escola, da missão da Escola, determinados pela política educativa nacional).

Não se pensa que possamos viver na utopia mas existe a convicção de que não podemos prescindir dela, sob pena de não termos sequer um rumo para caminhar. Assim, quando se conheceu o Projeto Escola Cultural, que coloca a pessoa que é o educando no centro da Escola / Educação, quis-se conhecer melhor o que foi esta experiência, como forma de reflexão sobre o sistema educativo e enriquecimento da prática profissional. Por outro lado, pensa-se que muitas das questões educativas, colocadas na altura aos governos, à Assembleia da República, à Comissão de Reforma do Sistema Educativo, aos professores e à sociedade de uma maneira geral, continuam ainda hoje, a colocar-se.

Para a consecução dos seus objetivos, este estudo foi organizado em cinco capítulos: Enquadramento Conceptual, Metodologia, Memória Objetiva, Memória Subjetiva e Reflexões Finais.

No enquadramento conceptual faz-se primeiro um enquadramento legal da Escola Cultural em termos da Constituição da República Portuguesa e da Lei de Bases do Sistema Educativo, recorrendo-se também à análise de Casulo sobre os modelos axiológico e antropológico nela presentes, abordagem realizada numa perspetiva histórica, que inclui o que Casulo considera poderem ser os seus antecedentes. Posteriormente, procede-se à apresentação do quadro conceptual da Escola Cultural - contexto em que surgiu e fundamentos sobre os quais foi desenvolvida a implementação do projeto, numa clara relação entre a estrutura pluridimensional da Escola Cultural e da intencionalidade pedagógica que a habita, com o grande fundamento da Escola Cultural - a formação da pessoa que é o educando.

No 2º capítulo, Metodologia, é feita referência ao problema de investigação, objetivos da investigação, , discussões do ponto de vista metodológico como dimensões de análise dos dados da memória subjetiva, opção metodológica, tipos de dados, caracterização dos entrevistados, tipo de entrevista. Este estudo incluiu, desde o início, duas vertentes

consideradas relevantes para o conhecimento do fenómeno Escola Cultural - as fontes da memória objetiva e as da memória subjetiva através da recolha de dados por entrevistas abertas. Destes dados, decorreu por um lado a dimensão histórica de um fenómeno que acontece no tempo e que é preciso estudar e, por outro, os significados atribuídos à Escola Cultural. Se, por um lado, se pretendia valorizar a clara caracterização que os protagonistas apresentavam da sua visão e vivência, por outro, impunha-se fazer a leitura, a interpretação dos dados. Assim, a metodologia oscilou entre uma abordagem inspirada na Grounded Theory Approach e a análise de conteúdo, sempre na perspetiva de análise qualitativa.

No terceiro capítulo, e com recurso a fontes consideradas pertinentes e relevantes na fase em estudo, é feita uma abordagem com estrutura cronológica da memória objetiva, sendo realizada também triangulação entre fontes, que permitam uma melhor compreensão dos fenómenos.

No quarto capítulo, Memória Subjetiva, os dados são apresentados por dimensão de análise e por entrevistada, procedendo-se a uma análise global, com preocupação de fundamentação nos dados e de apresentação desses mesmos dados.

No quinto e último capítulo, Reflexões Finais, é feita inicialmente, uma reflexão muito geral sobre o estudo para depois se proceder a reflexões sobre "contradições" e "coincidências" de dados, mas valorizando os significados e, sendo por isso, perceptível a interpretação do fenómeno, enraizada nos dados. De seguida apresentam-se algumas palavras-chave e dá-se destaque a algumas delas - como cada palavra-chave parece não existir isolada mas em relação com as outras, decidiu-se pela apresentação triangulada. Uma outra abordagem das Reflexões Finais, diz respeito á apresentação de tabelas referentes a cada dimensão de análise, com o objetivo de tornar clara a caracterização de cada uma, encontrando-se a inovação como pólo gerador e dinâmico da Reforma do Sistema Educativo e, dentro dela, da Escola Cultural.

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

A Escola Cultural e a Constituição da República Portuguesa

A Escola Cultural, de cariz personalista e cultural, está integrada no espírito da Constituição da República Portuguesa, CRP, aprovada em Assembleia Constituinte de 2 de abril de 1976, tendo entrado em vigor em 25 de abril seguinte, numa claro sinal de que a Constituição confirmava a conquista da Liberdade / Regime Democrático.

A CRP, “afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático”. Nesta sequência, o primeiro princípio fundamental da constituição reconhece Portugal como “uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária” (Artigo 1º). Já no âmbito do Título II, Direitos Liberdades e Garantias, é salvaguardada a “Liberdade de criação cultural” (Artigo 42º) e a “Liberdade de aprender e ensinar” (Artigo 43º) e no Título III, capítulo III, Direitos e deveres culturais, são salvaguardados o “Direito à educação, cultura e ciência” (Artigo 73º), o “Direito ao Ensino” (Artigo 74º), o “Direito à fruição e criação cultural” (artigo 78º) e “direito à cultura física e desporto” (artigo 79º).

Explicita a constituição, no que à liberdade de criação cultural diz respeito, que é livre a criação intelectual, artística e científica (artigo 42º-1) e que “esta liberdade compreende o direito à invenção, produção e divulgação da obra científica, literária ou artística, incluindo a protecção legal dos direitos de autor” (artigo 42º-2). Já no que concerne à liberdade de aprender e ensinar, é conferida essa garantia (artigo 42º-1) salvaguardando, contudo, que “o Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas” (artigo 43º-2).

Em relação aos direitos e deveres culturais, e designadamente no que se refere aos artigos 73º, 74º, 78º e 79º, acima referidos, é clara a incumbência do Estado no que aos seus destinatários diz respeito – para “todos”. Desta feita, todos têm direito à educação e à cultura (73º-1), sendo o Estado que “promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para

a participação democrática na vida colectiva” (artigo 73º-2). Sublinhe-se a associação da educação à escola mas também a “outros meios formativos”, associação também expressa no (artigo 73º-3) na colaboração com entidades externas à escola, com o objetivo de assegurar o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural. Em outros artigos referidos mais à frente, também é visível esta associação entre o Estado e outras instituições.

É o artigo 74º-1 que garante que “todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”, um ensino básico universal obrigatório e gratuito” (artigo 74º-2a); que garanta a todos os cidadãos que têm acesso aos graus de educação mais elevados, segundo as suas capacidades (artigo 74º-2d); que insira as escolas nas comunidades que servem, com interligação entre o ensino e as actividades económicas, sociais e culturais (artigo 74º-2f).

O artigo 78º-1 salvaguarda o direito de todos à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural, e o ponto dois deste artigo refere a colaboração do Estado com todos os agentes culturais, especificando, entre outras, a articulação da política cultural com as demais políticas sectoriais (artigo 78º-2f). O Estado assegura o direito, de todos, à cultura física e ao desporto (Artigo 79º-1), incumbindo-lhe, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura desportiva e do desporto, bem como de prevenir a violência no desporto (artigo 79º-2).

Do Estatuto da Educação Nacional à Lei de Bases do Sistema Educativo: Fundamentos axiológicos e antropológicos

Embora só em 1986 tivesse sido elaborada uma Lei de Bases do Sistema Educativo com carácter sistémico, que envolvesse toda a estrutura do sistema educativo, considera Casulo (1988, p. 21) haver

três casos de legislação (ou proposta de legislação) que, ao estabelecerem bases de uma reforma global e simultânea de todo o sistema educativo, podem pôr-se em relação com a actual Lei de Bases do Sistema Educativo, ressaltando embora as peculiaridades de cada uma.

São eles o Estatuto da Educação Nacional, de João Camoesas, EEN, (1923), que não passou de Proposta de Lei; a Lei nº 1:941/36 de 11 de abril, também chamada Reforma Carneiro Pacheco; e a Lei de Bases da Educação Nacional, Lei nº5/73 de 25 de julho, também

apresentada como Reforma Veiga Simão. À semelhança da atual Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº 46/86 de 14 de outubro, também o Estatuto da Educação Nacional e a Lei nº 5/73 de 25 de julho, envolveram debates alargados, com a participação de diversos grupos e personalidades ligadas à educação. É destes diplomas legais de que nos ocuparemos agora.

Apesar do lugar de destaque dado pela I República “à educação e à instrução” (Carvalho, 2011, p. 651), pretendendo-se mesmo uma

«educação republicana», educação interessada na criação e consolidação de uma nova maneira de ser português, capaz de expurgar a Nação de quantos males a tinham mantido, e mantinham, arredada do progresso europeu, sem força, sem coragem, sem meios para sacudir de si a sonolência em que mergulhara” (Carvalho, 2011, p. 651),

e apesar de reformas diversas e de tentativas de combater os elevadíssimos níveis de analfabetismo, mais centradas no ensino primário, só em 1923 o ENN

foi o primeiro texto legal que demonstrou a vontade, por parte de um governo, de elaborar um quadro legal básico que possibilitasse reformar profundamente todo o sistema educativo, dotando-o de um esquema organizativo interno que abrangia aspectos inovadores e até então pouco considerados quais sejam a formação de professores e a educação de deficientes (Casulo, 1988, p. 22).

Contudo, a queda do governo que o criou, implicou a não vigência deste estatuto e a educação portuguesa continuava sem encontrar o seu caminho até que, com o início da ditadura, começaram a ser lançados os “ingredientes fundamentais de exaltação nacionalista que atingiram o seu apogeu durante a ditadura de Salazar” (Carvalho, 2011, p. 730). Encontrado um caminho cujo objetivo era bem claro nas bases III e XI da Lei 1:941/36 de 11 de abril, Reforma Carneiro Pacheco, uma vez mais a educação e o ensino eram adiados. Diz Casulo (1988, p. 23):

mais do que uma lei de bases para uma reforma da educação, esta [Lei 1:941/36 de 11 de abril] é uma lei revolucionária (entenda-se a terminologia de acordo com o contexto da época) com duas intenções fundamentais: 1) estabelecer mecanismos de controle centralizado de toda a educação; 2) fixar a base ideológico-nacionalista na qual futuras reformas sectoriais teriam que assentar.

Ainda no Estado Novo e impulsionado também pela pertença de Portugal ao Projecto Regional do Mediterrâneo, é dado um passo importante na educação portuguesa com a publicação da Lei nº5/73 de 25 de julho, conhecida como a Reforma Veiga Simão, uma lei que “visa a formação integral dos Portugueses” (Base I-1) e que “compreende não só as atividades integradas no sistema educativo, mas quaisquer outras que contribuam para a

formação do indivíduo" (Base I-2); uma lei que se abre à democratização do ensino e à liberdade de aprender e ensinar, embora sem deixar de ser nacionalista. A Lei nº 5/73 de 25 de julho não entrou plenamente em funcionamento uma vez que, com o 25 de Abril, em 1974, foi sendo revogada por leis sucessivas, tendo sido extinta em 1986 com a publicação da Lei nº 46/86 de 14 de outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo.

Partindo da análise dos fins de cada um dos quadro legais referidos, Casulo faz um percurso histórico sobre os modelos axiológicos e antropológicos subjacentes a cada um deles:

O Estatuto da Educação Nacional tem "uma escala axiológica que pouco ou nada distancia uns dos outros os valores dos foros corporal, intelectual e moral, mas que os submete a um valor principal: o trabalho" (Casulo, 1988, p. 27), donde conclui que "o conceito de homem subjacente é o homem que trabalha, que é útil ao país trabalhando" (Casulo, 1988, p. 27). Já da Reforma Carneiro Pacheco (lei 1941/36), continua Casulo, é exaltado o "homem inteiramente devotado à terra e aos valores dos seus antepassados, isto é, o homem devotado à Pátria, às suas glórias, virtudes e religião. A Pátria é o valor crucial; logo o nacionalista é o homem ideal" (Casulo, 1988, p. 27).

Da implementação da Reforma Carneiro Pacheco até à Reforma Veiga Simão, o Sistema Educativo foi conhecendo sucessivas alterações, quer na sua estrutura, quer no seu conteúdo, decorrentes das necessidades do país no contexto das transformações ocorridas na Europa e no quadro do pós-guerra. Deve realçar-se as medidas adotadas por Pires de Lima (1947-55) e Galvão Teles (1962-68) que visaram, nomeadamente, diminuir o analfabetismo e alargar a escolaridade obrigatória (Cf. Carvalho, 2011, p. 787-807).

Quanto à Reforma Veiga Simão, Lei nº 5/73, considera Casulo que integra os valores do EEN e da Reforma Carneiro Pacheco mas com "menção à vida internacional e ao espírito de compreensão e respeito mútuo entre os povos" (Casulo, 1988, p. 28), considerando que o modelo antropológico é já diferente do da Lei Salazar, onde se tende "para uma visão do homem que, sem deixar de ser nacionalista, não é, certamente, chauvinista" (Casulo, 1988, p. 28).

Quanto à LBSE, elaborada e publicada no ano em que Portugal integrou a Comunidade Económica Europeia, considera Casulo que há três grandes valores - pessoa, democracia e nacionalidade (1988, p. 28). A pessoa integra outros como "os valores corporais, estéticos,

cívicos, espirituais e morais, (...) trabalho e - novidade - (...) lazer" (1988, p. 28). Como suporte da democracia estão valores como "o respeito pela diferença, a igualdade e a descentralização" (Casulo, 1988, p. 28). Quanto à nacionalidade, está articulada com "os valores da europeização e da internacionalização" (Casulo, 1988, p. 28). É neste quadro e nesta lógica que Casulo (1988, p. 28) nos diz que

parece-nos, pois, que por trás da LBSE há um modelo antropológico de feição personalista adaptado à circunstância nacional e à vocação universalista dos portugueses: o que se pretende é, num Portugal democrático, formar o homem português inserido na Europa, aberto ao Mundo...

É também neste espírito que a CRSE se vai mover e que aparece a Escola Cultural, de cariz personalista, onde a pessoa humana é olhada numa dupla vertente "onde a liberdade individual se exprima como abertura ao outro, como convivência, como entreatajuda" (Sebastião, 1991, p. 155).

A Escola Cultural e a Lei de Bases do Sistema Educativo

Segundo Teodoro, a Lei de Bases do Sistema Educativo encerra "o período de normalização, iniciado com o 1º Governo Constitucional em 1976" (Teodoro, 1995, p. 49), dando início a "um novo período na política educativa nacional centrado no propósito de proceder, de uma forma global, à reforma do sistema educativo". (Teodoro, 1995, p. 49)

"É com Vítor Crespo (1980-1982) e os governos da Aliança Democrática (AD) que a Lei de Bases assume o estatuto de primeira prioridade educativa nacional" (Teodoro, 1995, p. 50)) mas é durante a legislatura do X Governo Constitucional (6 de novembro de 1985 - 17 de agosto de 1987) que é elaborada, com grande participação da generalidade das forças partidárias - "logo no período inicial de elaboração do *Projecto Global de Actividades* foram apresentadas, na Mesa da Assembleia da República, 5 propostas de Lei de Bases do Sistema Educativo: do PSD, do PS, do PRD, do PCP e do MDP" (Patrício, 1996, p. 14). Numa procura do consenso anteriormente decidido, todos os projetos de lei foram aprovados na generalidade, tendo sido discutidos posteriormente na Comissão de Educação da Assembleia da República, e sido elaborado um texto final. Em 24 de julho foi aprovada por maioria, com o voto contra do CDS, a Lei de Bases do Sistema Educativo, publicada em 14 de outubro como Lei nº46/86.

A LBSE, que continua a ser, hoje, o referencial legal obrigatório da educação portuguesa, define o sistema educativo como "o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à

educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento da personalidade, o progresso social e a democratização do ensino (Artigo 1º-1), e define claramente o seu âmbito geográfico como "a totalidade do território português" mas com abertura a todos os espaços onde "se verifique acentuado interesse pelo desenvolvimento e divulgação da cultura portuguesa" (artigo 1º-4). É construída, a LBSE, no artigo 2º, com base em princípios gerais como: "todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República. É de especial responsabilidade do estado (...) uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares (...) respeito pelo princípio da liberdade de aprender e ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis (...) o sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho. A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos livres capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva. O artigo 3º é um claro reforço do que foi exposto, colocando a ênfase, entre outros, na "identidade nacional"; na "realização do educando"; na "formação cívica"; no "assegurar o direito à diferença"; no "contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, não só pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis, mas ainda pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres"; na "correção de assimetrias de desenvolvimento regional e local devendo incrementar em todas as regiões do País a igualdade no acesso aos benefícios da educação, da cultura e da ciência"; "contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos (...) e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias". Em relação à organização do sistema educativo (capítulo II, artigo 4º-3), a LBSE é clara quanto ao estatuto que confere às atividades de ocupação dos tempos livres, incluindo-as nas actividades escolares - "a educação escolar compreende os ensinos básico, secundário e superior, integra modalidades especiais e inclui actividades de ocupação dos tempos livres".

O artigo 4º-1 assegura que a organização curricular "terá em conta a promoção de uma equilibrada harmonia, nos planos horizontal e vertical, entre os níveis de desenvolvimento físico e motor, cognitivo, afectivo, estético, social e moral dos alunos" e o 4º-4 define que

"os planos curriculares do ensino básico e secundário devem ser estabelecidos à escala nacional, sem prejuízo da existência de conteúdos flexíveis integrando componentes regionais".

Dedica também a LBSE o artigo 48º à ocupação dos tempos livres e desporto: "as actividades curriculares dos diferentes níveis de ensino devem ser complementadas por acções orientadas para a formação integral e a realização pessoal dos educandos no sentido da utilização criativa dos seus tempos livres. Estas actividades de complemento curricular visam, nomeadamente, o enriquecimento cultural e cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção dos educandos na comunidade. As actividades de complemento curricular podem ter âmbito nacional, regional ou local (...) as actividades de ocupação dos tempos livres devem valorizar a participação e o envolvimento das crianças e dos jovens na sua organização, desenvolvimento e avaliação."

Sinteticamente, podemos dizer que a LBSE tem vários vetores estruturantes, de entre os quais o desenvolvimento da personalidade, o progresso social, a democratização do ensino, a igualdade de acesso à educação e ao sucesso escolar, a liberdade de aprender e ensinar, o direito à educação e à cultura, o desenvolvimento e divulgação da cultura portuguesa, a formação integral, o exercício da liberdade / desenvolvimento do sentido crítico e intervenção no meio, a relação da escola com o meio, o estímulo à participação ativa das famílias, dos professores e dos alunos no quotidiano da vida escolar, a integração das actividades de ocupação dos tempos livres na educação escolar, distinguindo-as contudo das actividades curriculares, atribuindo a cada tipo o seu papel mas mantendo-as interligadas. Todos estes vetores estão ao serviço da pessoa, da sociedade de que faz parte e do progresso dessa mesma sociedade.

A organização pluridimensional da Escola Cultural tem por base os artigos 4º, 47º e 48º da LBSE, estando esta organização permeada do espírito da LBSE, através da intencionalidade cultural que lhe dá vida e a anima.

Escola Cultural

O trabalho educativo exerce-se, na pureza do conceito, exclusivamente sobre o homem. (...) o homem é o único ser que conhecemos que se trabalha a si mesmo sobre uma ideia de si mesmo. Ou seja: o homem é o único ser sobre a Terra que quer ser outro para ser ele mesmo (Patrício, 1991, p. 67).

Estas palavras de Manuel Ferreira Patrício encerram, de alguma forma, o seu pensamento e acção em relação à Escola Cultural e em relação à vida. Se Manuel Ferreira Patrício olha para o ato educativo como uma "com-acção [que se realiza] em vários sentidos" (Patrício, 1996, p. 35) ele próprio foi exemplo dessa acção sobre si próprio e sobre a educação. Ao pensar, conceber e implementar, integrado na Comissão de Reforma do Sistema Educativo, CRSE, um novo olhar sobre a educação e sobre a Escola, estava a concretizar em si mesmo, na educação e na sociedade, o "outro" que se deseja ser, a partir de uma ideia que tem de "si mesmo". E, de alguma forma, temos também aqui encerrada a ideia de acção que é pensada em função de um objetivo, temos uma acção intencional e uma acção que resulta de um pensamento prévio.

Esta ideia de "si mesmo" na educação não resulta, porém, da projecção do "autor" [a CRSE] na educação mas de uma observação da realidade educativa portuguesa, da realização de um diagnóstico com base em relatórios detalhados e consistentes para, por fim, se encontrar uma resposta em função daquilo que pensa [a CRSE] que a educação possa vir a ser - "É preciso que o Homem se conheça a si próprio, no seu ser, é preciso que o Homem se forme, se eduque, se cumpra no seu ser" (Patrício, 1983).

É também esta conceção que subjaz à filosofia da Escola Cultural, aplicada a cada educando - que cada pessoa que é o aluno possa ser outro para ser ele mesmo.

Ora, como adiante veremos com mais detalhe, a CRSE confrontou-se com uma situação educativa de tal modo grave, a vários níveis, que se podia falar em crise na escola. Mas podemos remeter o foco da crise da escola para a unidimensionalidade dessa mesma escola, para uma escola reprodutiva:

(...) a escola que temos é uma escola ao serviço da modernidades, verdadeiramente unidimensional. Apenas a dimensão da racionalidade técnico-científica está presente, tem lugar. (...) a escola unidimensional, moderna, que temos é fundamentalmente uma escola reprodutiva. E a escola que se vê emergir na pós-modernidade é uma escola explodida, estilhaçada em que a fragmentação de sentido se mostra, na prática, incompatível com o trabalho educativo. (...) A solução para a crise da escola pressupõe que esta seja capaz de se organizar pedagogicamente em novos termos (Sebastião, 2008, p. 123)

Para que se pudesse avançar em direção à solução, foi realizada e publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº 46/86 de 14 de outubro, que representa um marco fundamental na História da Educação Portuguesa (Branco, 2008, p. 327) por permitir novos caminhos, por permitir olhar para o aluno como pessoa, uma pessoa livre, responsável, autónoma, em desenvolvimento.

Tendo sempre como referencial obrigatório a Lei de Bases do Sistema Educativo, LBSE, a Escola que a CRSE propõe como alternativa à Escola unidimensional é a Escola Pluridimensional. Manuel Ferreira Patrício explicita o que é a Escola Pluridimensional: "é a que tem a dimensão curricular, a dimensão extracurricular e a dimensão de interacção daquelas duas. É, para empregar uma fórmula sintética e expressiva, a escola cultural" (Patrício, 1987 a, p. 60).

A Escola Cultural, enquanto Escola apresentada como alternativa à Escola unidimensional, coloca novas questões, a começar pelo conceito de escola e pelo fim para que existe, e constitui a Cultura como finalidade e sentido da escola.

A filosofia subjacente à Escola Cultural parte da ideia de que "compete à escola proporcionar e promover a educação dos educandos que a procuram, entendendo por educação o processo de potenciação e aperfeiçoamento do complexo de capacidades constitutivo da humanidade do homem, residente em cada pessoa humana" (Patrício, 1997, p. 23). Por outro lado, o homem é encarado como pluridimensional - "o plano biofísico, o psíquico, o social, o cultural" (Patrício, 1997, p. 23). Sendo a cultura o nível superior de o homem ser, "o homem pleno, o homem à altura de si próprio, é o homem cultural" (Patrício, 1997, p. 23) . Uma vez que

é para a construção do homem na plenitude da sua humanidade que a escola existe e está intimamente ordenada (...) e sendo a cultura, enquanto processo e enquanto obra, a actividade especificamente humana, é a cultura que constitui a finalidade e o sentido da escola (Patrício, 1997, p. 23).

A Escola Cultural é um todo orgânico em que cada dimensão tem identidade própria, correspondendo a cada uma um "factor pedagógico situacional estruturante" (Patrício, 1997, p. 25) e um princípio que a preside, tendo as dimensões letiva e extraletivas ainda associadas, respetivamente, a inteligência passiva e a inteligência ativa:

Dimensão letiva ou curricular estrita - o factor estruturante situacional é a aula e o princípio que a preside é a heterodeterminação educativa.

A dimensão letiva decorre na sala de aula que é "o espaço pedagógico mais apropriado para a transmissão, por uns, e a recepção, por outros, do saber constituído. Nela domina a inteligência passiva" (Patrício, 1997, p. 29) e corresponde ao conjunto de disciplinas de frequência obrigatória, determinado pela sociedade, presidindo-lhe, por isso, o princípio da heterodeterminação educativa. Embora neste espaço "o aluno e o professor executem o programa, é, de qualquer modo, um programa cultural, pois o espírito de uma cultura passa inevitavelmente nessa transmissão" (Patrício, 1997, p. 29). Na dimensão lectiva existe, portanto, a preponderância da sociedade que estabelece um programa a ser executado, estabelece-se relação directa com o saber e o sujeito educativo é o sócio.

Dimensão extraletiva - o fator estruturante situacional é o clube escolar e o princípio que a preside é a autodeterminação educativa.

A dimensão extraletiva, ou extracurricular, integra atividades culturais de frequência e escolha livre do aluno, segundo as suas apetências, gostos, interesses e vocação, que se desenvolvem no âmbito do clube escolar. Também o professor escolhe o clube que quer coordenar, e este espaço pedagógico, o Clube Escolar, torna-se "um encontro de dois gostos, de duas vontades" (Patrício, 1997, p. 22). É um espaço onde o aluno intervém com o professor e de acordo com a sua idade e maturidade, na conceção, organização, realização e avaliação das atividades, sendo por isso, um espaço a que preside a autodeterminação educativa. "O princípio da autodeterminação educativa fornece, pois, uma orientação para apoiar o crescimento gradual da liberdade do educando" (Patrício, 1997, p. 30), estabelecendo uma relação directa com o "poder interior criador do saber" e em que o sujeito educativo é o indivíduo.

Estão claras, na dimensão extraletiva, a liberdade, a diferenciação e individuação, o gosto pessoal e a inteligência activa.

Parece-me que o clube escolar é o espaço pedagógico apropriado, e possível, para propiciar aos alunos das nossas escolas gerais a satisfação das exigências de realização pessoal, que têm origem nas suas entranhas vocacionais. No quadro da dimensão extraletiva o sujeito educativo é já a pessoa, ainda que num primeiro nível da sua expressão: o nível individual (...) o mundo pessoal

do nós é aqui apenas um mundo anunciado, em claridade de alvor" (Patrício, 1997, p. 31)

Dimensão interativa - factor situacional estruturante é o projeto e o princípio que a preside é a codeterminação educativa.

A dimensão interativa, presidida pelo princípio da codeterminação educativa, resulta da articulação horizontal das dimensões letiva e extraletiva - de atividades pensadas à partida para integrarem as duas dimensões.

O projecto que relacione as duas dimensões básicas obriga à subsunção: a) da lógica social da dimensão lectiva e da lógica pessoal individual da dimensão extralectiva; b) da compulsão própria da primeira e da liberdade própria da segunda; c) da homogeneização própria da primeira e da diferenciação e individualização próprias da segunda (Patrício, 1997, p. 32).

O nós emergente [da determinação conjunta de atividades educativas] integra o sócio e a pessoa individual no que caracterizaremos como o segundo nível da pessoa: não já a pessoa a nível individual, mas o nível comunitário". (Patrício, 1997, p. 32)

Dimensão ecológica da escola (dimensão global, dimensão de atmosfera) - o factor situacional estruturante é a comunidade escolar e o princípio que a preside é a sobredeterminação educativa.

A dimensão ecológica, cujo "fator estruturante situacional é a própria comunidade escolar enquanto processo global vivo de aprendizagem, enquanto real processo colectivo de vida em comum" (Patrício, 1997, p. 22) e presidida pelo princípio da sobredeterminação educativa, é resultado das interações estabelecidas ao nível da codeterminação educativa.

A codeterminação educativa é "geradora da comunidade escolar enquanto englobante de toda a vivência educativa dos educandos e educadores" (Patrício, 1997, p. 32) - "desde as correspondentes actividades educativas dos três tipos mencionados (...) até às que constituem a vida espontânea e livre do educando e do educador no seio da escola". (Patrício, 1997, p. 22)

A realização da Escola depende, assim, das interações estabelecidas e da sua densidade e força.

Uma escola não é uma instituição criada por decreto, uma escola é um tecido vivo de relações pessoais e de experiências educativas pluralmente determinadas. Uma escola é, dialecticamente, a criação contínua do corpo vivo dessas relações e dessas experiências. Uma escola é, dialecticamente, um ecossistema cultural, em que tudo tem que ver com tudo (Patrício, 1997, p. 32)

As palavras de Sebastião e Patrício são expressivas e ilustram bem o espírito da Escola Cultural e a transformação pretendida:

A transformação é possibilitada pela Escola Cultural (...) porque assenta numa concepção personalista do homem, a única que assumindo o carácter pluridimensional do ser humano e agindo consequentemente com esses pressupostos, se reveste de pluridimensionalidade. Esta [virtude da Escola Cultural] encontra-se, precisamente, na compreensão inequívoca de que pensar radicalmente qualquer sistema educativo pressupõe que se pense radicalmente o homem e que, sobretudo, toda e qualquer acção educativa se deve reger por esse pensar radicalmente o homem (Sebastião L. M., 1991, pp. 155-156).

A escola cultural é a escola criadora. Opõe-se, assim, à escola transmissora. É a escola poiética, oposta à escola mimética. O presente e o futuro exigem, cada dia mais prementemente, **poiesis** e não **mimesis**. A mimesis só pode ser o primeiro momento da poiesis: o momento do suporte. A mimesis só pode ser a alavanca da poiesis, o caminho para a poiesis, uma condição da poiesis (Patrício, 1987 b, p. 41).

METODOLOGIA

Desde o início da carreira que temos tido uma preocupação constante com a integração no dia-a-dia escola, da pessoa que é o aluno, sem que se tivesse sentido que o Sistema Educativo Português estivesse, e esteja, estruturado para que tal pudesse e possa acontecer. Entre a desculpabilização do aluno, por um lado, e o "quase" total esquecimento de que é pessoa, por outro, oscila-se muitas vezes entre dois pólos em que se certifica o aluno, mesmo quando não se fez um percurso escolar que corresponda às exigências consideradas próprias de determinado nível de ensino/etário, e em que se limita de tal forma o acesso à progressão, ao desenvolvimento e ao crescimento, que o insucesso se torna quase uma inevitabilidade para determinados alunos. Mas também podemos colocar a questão do que é o sucesso e se os alunos com sucesso escolar dentro deste sistema educativo são realmente "bem sucedidos" como pessoas, na globalidade do seu ser, e se a sociedade que se pretende construir é compatível com este sistema educativo. Pode colocar-se, ainda hoje, a questão - É suficiente a Escola que temos?

Por outro lado, em termos profissionais, começou a sentir-se desconforto entre a possibilidade de exercício da função de supervisão pedagógica, de natureza formativa, e a sua associação, na prática, a um processo de avaliação de natureza classificativa. Mas coloca-se também a questão do sentido da supervisão pedagógica, num sistema educativo que parece viver de contradições - por um lado, na sua Lei de Bases, o sistema educativo visa a formação da pessoa que o aluno é, contudo, no dia-a-dia, todo o sucesso desse sistema é lido através de estatísticas cada vez mais elaboradas, onde as metas pedagógicas são substituídas por metas apenas quantificáveis. Mas coloca-se ainda a questão do currículo - é que se até agora, mesmo contra o espírito da LBSE, a dimensão curricular, muito explorada na sua vertente teórica, era dominante, neste momento, com a introdução do conceito de disciplinas nucleares no ensino básico, esse espírito, e mais do que espírito, determinação legal, tende a ser cada vez mais contrariado, tendo cada vez menos espaço, na Escola, a pessoa que é o aluno (não em relação à abordagem pessoal e humana que nela fazem os profissionais da educação e os elementos da comunidade, mas em termos do conceito de Escola da missão da Escola, determinados pela política educativa nacional).

Parte-se da convicção de que a Escola cumpre a sua missão se tiver em conta que o aluno é uma pessoa e que a pessoa deve ser o centro de onde parte e à volta do qual todo o processo educativo se organiza, valorizando-se, assim, a reforma pedagógica em qualquer

contexto ou situação em que possa ocorrer . Por outro lado, pensa-se também que qualquer reforma pedagógica terá que implicar, necessariamente, o envolvimento dos professores, com a riqueza da diversidade inerente ao contributo que podem dar por estarem "no terreno" - conhecimento da realidade da escola em cada momento, dificuldades sentidas, sugestões de melhoria, entre outras. Não menos importante é também a atenção dada ao seu sentir, às suas opiniões, às suas convicções e crenças. Entende-se ainda que o lado profissional do professor não existe separado da pessoa, afinal, " o trabalhador é a pessoa na sua dimensão transformadora da realidade" (Patrício, 1996, p. 71).

Nesta sequência, surge o interesse pelo estudo da Escola Cultural, que coloca no centro de todo o processo a pessoa que é o aluno, mas também o professor, e lhe confere e reconhece essa dignidade nas diversas dimensões da pessoa humana:

Vê-se que se pensa no aluno como pessoa, que é preciso respeitar na sua dupla dimensão individual e social, na sua liberdade, no seu poder criador, na inteireza do seu ser - físico, psíquico e espiritual - , na sua exigência axiológica, no irredutível direito que tem de escolher a sua vida e o seu destino (Patrício, 1987, p. 60).

Com este estudo pretende-se conhecer de forma mais aprofundada, o que foi a Escola Cultural entre 1986 e 1990, período em que nasceu no seio da Comissão de Reforma do Sistema Educativo e foi implementada enquanto experiência pedagógica, durante três anos letivos - 1987/88 a 1989/90. Assim sendo, e não se podendo separar a Escola Cultural nem da documentação escrita ou registada por qualquer outro meio, nem dos testemunhos de protagonistas da sua implementação, desde a fase de congeminação até ao final da experiência, optou-se pelo estudo da memória objetiva e da memória subjetiva da Escola Cultural como forma de conhecer o fenómeno, procurando-se confrontar a memória documental relevante com as memórias de alguns protagonistas na criação / desenvolvimento do Projeto Escola Cultural. Para o estudo do fenómeno "Escola Cultural" foram definidas no início quatro dimensões de análise consideradas pertinentes - "como surgiu", "inovação", "resultados" e "por que terminou". Da primeira entrevista, realizada a Maria Emília Apolinário, emergiu uma outra dimensão de análise "formação de professores", que se incluiu no estudo por estar diretamente associada à implementação do projeto e por estar intimamente ligada à inquietação referida anteriormente a propósito da Supervisão Pedagógica.

Das fontes documentais correspondentes à memória objetiva, constam documentos elaborados pela CRSE, ofícios enviados às escolas, textos de Manuel Ferreira Patrício a propósito da Reforma do Sistema Educativo / Escola Cultural, fotografias e testemunhos de alunos e professores. Numa visita ao arquivo da extinta DGIDC, Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, a autora deste estudo foi confrontada com o "desaparecimento" do arquivo do IIE e outros documentos que se sabe que existiram mas não foi possível obter (entrevistas na rádio, notícias de jornal, material televisivo).

No que se refere à memória subjetiva foram realizadas entrevistas a protagonistas da Escola Cultural - Manuel Ferreira Patrício, Maria Emília Apolinário e Margarida Santos Carvalho. Tem-se consciência de que a memória subjetiva é dinâmica – se por um lado se refere a um período delimitado no tempo, reflete também o que cada interveniente é hoje. Por outro lado, também o que cada indivíduo é hoje pode de alguma forma ter sido determinado pela pertença à Escola Cultural, pelo que a memória subjetiva apresentada neste trabalho pode não ser definitiva e é a memória subjetiva possível. Poderiam também ter sido entrevistados alunos, pais / encarregados de educação, representantes das autarquias ou outros protagonistas ligados à implementação deste projeto, contudo, tal estaria fora do âmbito de possibilidades num estudo desta natureza. Também por este motivo esta é a memória subjetiva possível.

Os dados da memória subjetiva, recolhidos através de narrativas em entrevistas abertas, foram tratados e analisados numa abordagem inspirada na Grounded Theory Approach, GTA, metodologia que responde à necessidade "de criar uma ligação mais estreita entre a teoria e a realidade estudada sem pôr de lado o papel activo do investigador neste processo" (Fernandes & Maia, 2001, p. 52), criando condições, através de critérios como credibilidade e auditabilidade para que as vivências, os significados, as experiências pessoais e profissionais dos entrevistados pudessem conduzir a resultados consistentes e pertinentes neste âmbito de investigação. Os critérios de credibilidade e auditabilidade adotados foram os apresentados por Cooney (2011, p. 20), resultantes de análise bibliográfica de diversos autores, de entre eles Glaser e Strauss, autores da GTA, que logo na apresentação desta metodologia, na obra *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*, em 1967¹, mostraram preocupações de rigor, tanto no que respeita ao processo como ao produto da investigação.

¹ Metodologia que foi desenvolvida por Barney Glaser e Anselm Strauss em 1967, a propósito de "um estudo de investigação sobre o processo de falecer nos hospitais", (Benjumea, 2006, p. 137) ano em

Uma vez que os dados indiciavam também, desde o início, uma dimensão histórica do fenómeno Escola Cultural, importante para a sua compreensão, e dados sistematizados que, sendo passíveis de interpretação, tinham que ser incluídos no estudo na forma como estavam apresentados na entrevista, a abordagem inspirada na Grounded Theory Approach foi complementada com análise de conteúdo. Dada a diferente natureza dos dados das entrevistas, também de acordo com o diferente perfil das entrevistadas e com a diferente experiência no Projeto Escola Cultural, como pretendido desde o início, o tratamento dos dados também se adaptou a essas características.

No início do estudo, a par com leituras de vários autores sobre metodologia, foram realizadas leituras para contextualizar o fenómeno Escola Cultural, uma vez que "as leituras científicas e a experiência teórica e conhecimentos do investigador são algumas fontes desta sensibilidade [teórica]" Strauss e Corbin (1990) citados por (Fernandes & Maia, 2001, p. 55). Contudo, e de acordo com Strauss e Corbin (2008) e Charmaz (2009) citados por (Baggio & Erdmann, 2011, p. 179), no início da investigação a revisão de literatura foi também "limitada para não influenciar/desviar a percepção do pesquisador na descoberta dos fenómenos emergentes dos dados." Ao longo da investigação as leituras foram retomadas, e ao princípio de comparação constante dos dados foi dado lugar de destaque, uma vez que "comparação constante (...) [revela] atitude aberta à novidade e ao provisório [e] assenta na preocupação com o rigor. (Fernandes & Maia, 2001, p. 74)

Para a consecução dos objetivos a que este estudo se propunha, tornava-se decisivo que a seleção dos entrevistados fosse realizada "em função da informação que pudessem fornecer sobre o fenómeno. Desta forma, não se pretende que a amostra seja representativa de uma população, mas sim da experiência ou conhecimento a que o estudo procura aceder" (Morse, 1994 citado por (Fonte, 2005, p. 292)). Esta amostragem é designada por Glaser e Strauss (1971) por "amostragem teórica"- citados por (Fonte, 2005, p. 293); autores que sublinham bem e nos ajudam a compreender a importância da amostragem teórica em estudos desta natureza - "com o objetivo de enriquecer e ampliar os significados em torno do fenómeno é fundamental que a coleta de dados seja realizada

que também apresentaram a teoria "originalmente na obra The discovery of grounded theory: strategies for qualitative researches" (Baggio & Erdmann, 2011, p. 178).

em situações e com sujeitos com características e práticas diferenciadas" Glaser e Strauss citados por (Baggio & Erdmann, 2011, p. 180).

Assim, e pretendendo-se uma visão global e tão completa quanto possível numa primeira abordagem, escolheram-se entrevistados diretamente ligados à conceção / implementação do Projeto Escola Cultural na experiência pedagógica - Manuel Ferreira Patrício, Maria Emília Apolinário e Margarida Santos Carvalho. Manuel Ferreira Patrício é uma figura incontornável na Escola Cultural por ser o seu mentor e por ter vivido o projeto "antes dele". Dinamizou, impulsionou, teorizou. A Manuel Ferreira Patrício foi atribuída a responsabilidade de orientar o Projeto Escola Cultural no seio da CRSE e, mais tarde, no IIE, de que foi presidente. Maria Emília Apolinário, professora do 1º ciclo do ensino básico, foi escolhida por estar intimamente ligada ao projeto através do IIE, tanto como elemento da equipa do Projeto Escola Cultural que lá esteve destacada, como, uns meses mais tarde, como secretária pessoal de Manuel Ferreira Patrício. Maria Emília Apolinário foi ainda um elemento fundamental no desenrolar das atividades da AEPEC, Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural. Margarida Santos Carvalho foi a outra escolha, em virtude de ter sido professora de História e Geografia de Portugal do 2º ciclo do ensino básico da Escola Preparatória Fernão Lopes, e de ter desempenhado os cargos de coordenadora do Clube de Teatro, coordenadora dos Clubes Escolares com representação em Conselho Pedagógico e vice-presidente do Conselho Diretivo. Relevante foi, neste estudo, a escolha de protagonistas com experiências diferentes.

Dentro da fase inicial das entrevistas, pretendia-se, como foi referido anteriormente, uma perspetiva globalizante com progressivo detalhe, pelo que se pensou que Manuel Ferreira Patrício fosse o primeiro protagonista a realizar a sua entrevista; contudo, dado o carácter geral desta fase e o conhecimento do contributo que cada entrevistado poderia dar, optou-se pela sequência das entrevistas em função da disponibilidade dos entrevistados - Maria Emília Apolinário, Manuel Ferreira Patrício e Margarida Santos Carvalho. Todos os entrevistados se mostraram bastante disponíveis para continuar a colaborar com o que fosse necessário para este estudo.

Como foi referido anteriormente, pretendia-se perceber qual o significado que teve, para cada entrevistado, a participação no Projeto Escola Cultural, que tipo de memória tinha, do que se lembrava, o que retinha, que tipo de acontecimento era mais importante, tendo-se optado, por isso, pela entrevista aberta com intervenção mínima da entrevistadora,

intervenção que se fez sentir apenas para esclarecer algum aspeto, confirmar alguma interpretação dos dados, ou reforçar alguma informação que estava a ser dada, nomeadamente, no que aos dados referentes às dimensões de análises estabelecidas dizia respeito. Caso a questão não tivesse sido abordada nos termos em que se pretendia *a priori*, como aconteceu por exemplo, com a entrevistada Margarida Santos Carvalho no que à coordenação dizia respeito, a questão era colocada diretamente. Em relação a Manuel Ferreira Patrício, por condicionalismos diversos, só foi possível colocar uma das questões, embora daí tenham resultado dados para outras questões que se queriam estudar, nomeadamente quanto à inovação, entre outras, como a filosofia subjacente à Escola Cultural, à partida não colocada de forma direta. Desta feita, a questão de partida foi sempre a mesma - "Qual a memória que tem da Escola Cultural, como recorda a Escola Cultural" variando apenas a pessoa do verbo uma vez que a entrevistadora tinha sido colega de Margarida Santos Carvalho e tinham uma relação mais pessoal. Ainda assim, uma vez que se tinha a consciência de que com Manuel Ferreira Patrício não se dispunha de tempo para explorar todas as questões, mesmo não tendo sido estabelecido limite de tempo, optou-se por delimitar a questão à dimensão "como surgiu" embora, como já referido, outros domínios tivessem sido abordados. Reforça-se que se pretendia que o entrevistado narrasse, aberta e espontaneamente, as suas memórias, sem qualquer tipo de valorização ou hierarquização *a priori*, uma vez que o objetivo era obter a memória ou memórias "instantânea(s)", as mais significativas e que, à altura da entrevista, podiam marcar de forma especial ou estar mais vivas.

De início, e uma vez mais porque se pretendia perceber quais as memórias mais marcantes e as que afloravam de forma mais espontânea, optou-se deixar prevalecer o curso natural da entrevista, de acordo com o ritmo que os entrevistados imprimiam, não tendo sido, assim, determinado um tempo *a priori*. A juntar a este motivo, percebeu-se que o entusiasmo dos entrevistados para relatarem as suas memórias era grande, e a imposição de um limite de tempo poderia condicionar essa atitude e levar a uma hierarquização das memórias, que se pretendia serem estruturalmente espontâneas. No sentido de precaver um eventual cansaço, houve a preocupação de criar um ambiente suficientemente informal para que o entrevistado interrompesse a entrevista, caso assim o entendesse.

A disponibilidade dos entrevistados não impediu interrupções das entrevistas por motivos pessoais. Por outro lado, o seu entusiasmo, com muita informação para disponibilizar, levou a diversas paragens para, por exemplo, descansar ou almoçar. Quando se retomava a

entrevista, a entrevistadora apontava o tema em narrativa pelo entrevistado e as últimas palavras, e antes de recomeçar era feito o enquadramento. Manuel Ferreira Patrício assinalou, no final do primeiro vídeo, o tempo que já tinha decorrido, assinalando cansaço; Maria Emília Apolinário e Margarida Santos Carvalho, interrompendo, por um ou outro motivo, quiseram continuar. A cada interrupção corresponde o final de um vídeo, devidamente assinalado na transcrição das entrevistas. O segundo vídeo referente à entrevista de Manuel Ferreira Patrício, começa a meio uma vez que, depois de a entrevista ter terminado, se deu início a mais uma conversa, informal, que se pensou ser de interesse para este estudo. Sem o discurso ter sido interrompido, foi pedido consentimento para nova gravação através de gesto, consentimento que foi dado pelo entrevistado.

O local das entrevistas foi escolhido por cada entrevistado – Maria Emília Apolinário - em sua casa; Margarida Santos Carvalho – em sua casa e num espaço isolado de uma cafetaria de um hotel; Manuel Ferreira Patrício – em casa de Maria Emília Apolinário, numa sala apenas com a presença do entrevistado e da entrevistadora.

Os agradecimentos aos entrevistados pela colaboração com a investigação e com a investigadora, foram feitos ou antes da entrevista começar ou no seu início, além de também no fim.

Foi feita uma transcrição *verbatim* de todas as entrevistas e, posteriormente, solicitada a validação das mesmas.

Foram validadas as transcrições das entrevistas de Margarida Santos Carvalho e Maria Emília Apolinário e, por motivos imponderáveis, não pode ser a de Manuel Ferreira Patrício, pelo que estes dados não foram integrados na memória subjetiva, embora sejam de uma riqueza muito grande e tivesse, ainda assim, representado uma oportunidade de aprendizagem para a entrevistadora.

A validação da entrevista de Margarida Santos Carvalho foi feita em sua casa, que leu em voz alta a transcrição, enquanto a entrevistadora seguia pelo seu exemplar e anotava algum erro ortográfico ou alguma nota que Margarida Santos Carvalho espontaneamente acrescentasse. Foi com interesse e alguma curiosidade que a entrevistadora percebeu que Margarida Santos Carvalho leu a sua entrevista com o mesmo ritmo e a mesma entoação e entusiasmo com que narrou as suas memórias.

Não tendo sido possível a Maria Emília Apolinário encontrar-se com a entrevistadora para a validação, solicitou que a entrevista fosse enviada por email, o que aconteceu. Maria Emília Apolinário, embora alertada antes do envio para a diferença que existia entre o discurso oral, sobretudo numa situação de narrativa de memória subjetiva espontânea, e o texto escrito, não se reviu no que leu e foi severa consigo própria ao fazer um autojulgamento de má prestação - pensava que a entrevista não tinha corrido bem, que tinha hesitado muitas vezes, que se repetia. Conversámos de novo, agora com mais detalhe sobre questões colocadas, tendo sido reforçado, uma vez mais, que em memória não há certo nem errado, que as memórias são isso mesmo - memórias e que cada um tem as suas, que podem mudar ao longo do tempo. Foi também reforçada a ideia de que o discurso oral tem características diferentes e que essas características podem ser interessantes e elas mesmas constituírem dados da investigação, o que aconteceu. Ao longo desta conversa, que visava valorizar por um lado o contributo de Maria Emília Apolinário e, por outro, prestar esclarecimentos para a validação, houve, da parte da entrevistadora, o cuidado de não fazer qualquer tipo de comentário alusivo à análise da entrevista e que pudesse condicionar a validação, levando Maria Emília Apolinário a alguma alteração desnecessária, uma vez que o que estava em causa era, não a qualidade da transcrição mas a forma como pensava que se deveria ter expressado durante a entrevista. Dentro deste quadro, Maria Emília Apolinário fez alterações, relativas por exemplo a alguns erros ortográficos da transcrição e procedeu à validação da entrevista.

Maria Emília Apolinário faz referência a legislação e a documentos da Comissão de reforma do Sistema Educativo, além dar detalhes sobre o funcionamento do Projeto Escola Cultural e da filosofia que lhe está subjacente. Tem consciência de que há aspetos que não tem bem presentes na memória e que algumas memórias são vagas. É visível uma preocupação constante com o rigor dos dados. Emoções e sentimentos também ficaram bem expressos na sua narrativa.

As memórias de Margarida Santos Carvalho refletem o seu trabalho e as suas vivências no quotidiano da Escola Preparatória Fernão Lopes em que lecionava enquanto decorria a experiência pedagógica do Projeto Escola Cultural. A entrevistada tem consciência de algumas memórias não serem muito claras, o que não a impede de proporcionar uma entrevista muito viva, com aprofundamento de detalhes e também com expressão de emoções e sentimentos.

Todas as entrevistas foram muito interessantes e vividas por parte de todos os entrevistados, de acordo com a sua personalidade, o que é sinal bem claro da importância que todas as vivências tiveram na altura e do quanto estes entrevistados se deram ao Projeto Escola Cultural.

Tendo a Escola Cultural a pessoa que é cada aluno no centro de todo o processo educativo, e sendo este um estudo que privilegia vivências e significados, termina-se citando Polkinghorne (1998) "(...) o trabalho qualitativo procura "um conhecimento que aprofunda e alarga a compreensão da existência humana" citado por (Fernandes & Maia, 2001, p. 74)

MEMÓRIA OBJETIVA

Alterações introduzidas no Sistema Educativo Português entre 25 de abril de 1974 e o início dos trabalhos da CRSE

Embora se possa considerar que a promulgação da Constituição da República Portuguesa, CRP, em 1976 deu início a um período de normalização democrática, Portugal, à data da constituição da CRSE, ainda não tinha uma Lei de Bases do Sistema Educativo, apesar de alterações nele introduzidas entre 1974 e 1983. Destas alterações, elencam-se algumas, segundo informação disponibilizada pelo estudo *Sistema educativo nacional de Portugal* (Ministério da Educação de Portugal y Organización de Estados Iberoamericanos, 2003, pp. 22-26): mudança dos conteúdos de aprendizagem em todos os graus de ensino, logo em 1974, para o ano letivo 74/75; organização do ensino primário em duas fases, cada uma constituída por dois anos, com avaliação no final de cada uma delas; depois desses quatro anos iniciais dos estudos, organização do ensino em três ramos (ciclo complementar primário, ensino preparatório directo e ensino preparatório TV) com o objetivo de alargar a frequência a um maior número de alunos; criação, em 1975, do ensino unificado obrigatório, 7º, 8º e 9º anos, que substitui os ensinos liceal e técnico; alterações dos currículos e das condições de acesso ao ensino superior, também em 1975 - cria-se o Serviço Cívico Estudantil que permitia o referido acesso ao ensino superior, como também passam a poder aceder ao ensino superior os alunos do ensino técnico profissional e os do ensino médio, bem como os trabalhadores com pelo menos cinco anos de atividade.

Já no período de normalização democrática, e ainda segundo a mesma fonte, elimina-se o regime de transição da primeira para a segunda fase de aprendizagem no ensino primário; começam a ser extintos os cursos complementares do correspondente aos 5º e 6º anos; os serviços de ação social apoiam, a diversos níveis, o cumprimento da escolaridade obrigatória. Em 1977, o Serviço Cívico Estudantil é substituído por um ano propedêutico, introduzindo-se também o "*numerus clausus*"; e, por sua vez, o ano propedêutico é substituído, em 1980, pelo 12º ano. Entretanto, em 1978 tinha sido criado o curso complementar, que incluía os 10º e 11º anos de escolaridade, com carácter vocacional. Também o ano de 1983 é de transformações uma vez que são criados os cursos técnico-profissionais, com a duração de três anos, para alunos que tenham tivessem concluído o 9º ano. É também em 1983 que se inicia a remodelação do ensino artístico.

Constituição da Comissão de Reforma do Sistema Educativo

À semelhança do que tinha acontecido com o Projecto Regional do Mediterrâneo, a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986, exigiu uma reforma profunda da educação portuguesa, que permitisse a Portugal desenvolver-se para enfrentar os seus desafios internos mas também todos aqueles que decorriam da integração numa comunidade internacional. É precisamente neste ano, com o X Governo Constitucional - governo minoritário que tem Aníbal Cavaco Silva como Primeiro-Ministro e João de Deus Pinheiro como Ministro da Educação e da Cultura, que é criada, pela Resolução do Conselho de Ministros nº8/86 de 22 de janeiro, a Comissão de Reforma do Sistema Educativo, CRSE, que depende directamente do Ministro da Educação e da Cultura, com as seguintes incumbências:

a) Promover a realização de estudos orientados para a reorganização do sistema educativo, em conformidade com as directivas do Governo; b) Orientar a preparação dos diplomas legais que, em consequência dos estudos elaborados, se torne necessário realizar; c) Orientar a preparação dos programas de aplicação decorrentes da entrada em vigor dos diplomas legais que venham a ser aprovados, submetendo à consideração do Ministro da Educação e da Cultura alternativas possíveis em termos de viabilidade financeira e executiva.

Por outro lado, estabelece a resolução no ponto 3 a "perspectiva global, coerente e integrada" da reorganização do sistema educativo; e, no ponto 4, os princípios orientadores:

a) A necessidade de descentralizar a administração educativa, tanto no plano regional e local como no plano Institucional; b) A intenção de modernizar o sistema de ensino, tanto na sua organização estrutural e curricular como nos métodos e técnicas da sua prática; c) O propósito de valorizar os recursos humanos disponíveis e assegurar maior exigência qualitativa ao serviço prestado.

A composição da CRSE foi "designada pelo Despacho conjunto 19/MEC/86 do Primeiro Ministro e do Ministro da Educação e Cultura" (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 705) e teve a seguinte composição:

Doutor Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral, Licenciado António de Almeida Costa, Doutor Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho, Doutor Manuel Ferreira Patrício, Licenciado Manuel Joaquim Pinho Moreira de Azevedo, Licenciado Manuel Joaquim da Silva Pinto, Licenciada Maria Manuela Nogueira Pinto Teixeira, Doutor Sérgio Machado dos Santos, Doutor Virgílio Alberto Meira Soares; Doutor Vítor Manuel Pires de Aguiar e Silva, Engenheiro Ricardo Manuel Charters d'Azevedo. (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 705)

A CRSE esclarece na *Proposta Global de Reforma* que Carlos Maximiano de Almeida Coelho por motivos de ordem pessoal, solicitou dispensa de funções após alguns meses de exercício e que o Engenheiro Ricardo Manuel Charters d' Azevedo integrou a Comissão na qualidade de Director do Gabinete de Estudos e Planeamento.

O trabalho da CRSE não se limitou aos elementos que a constituíam. Tal é visível no que dizia respeito à elaboração dos subprojetos e aos contributos que dos diversos grupos da sociedade pudessem advir, contributos que foram também resultado dos "esforços de sensibilização para a ideia de reforma" (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 18) e da colocação em discussão pública dos programas já em fase final de elaboração. Nesta forma de organização parece estar patente também o objetivo de conseguir uma reforma participada e, mais profundo, que Portugal conseguisse ter consciência de que a reforma educativa era necessária, urgente e inevitável, afinal, "uma reforma educativa é indissociável da reforma social" (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 46). Desde o início dos trabalhos, está presente o envolvimento das universidades, o que pode significar desde logo que a inovação é suportada pela investigação educacional e que se quer estimular e desenvolver esta mesma investigação.

Em relação aos subprojetos, a CRSE organizou-se de formas diversas: "a) encomenda a uma instituição prestigiada, designadamente de âmbito universitário; b) constituição de grupo de trabalho especializado; c) tratamento no seio da própria Comissão" (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 17), salvaguardando, no entanto, a coordenação dos trabalhos da CRSE com os destes grupos / instituições através da "a) designação de um dos seus elementos para ligação à instituição ou grupo de trabalho; b) realização oportuna de sessões de trabalho com a Comissão, para efeitos de análise das propostas e coordenação com os outros subprojectos" (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 17).

Já quanto aos esforços de sensibilização para a ideia de reforma, passaram por diversas iniciativas como promoção de

Encontros sobre temáticas específicas, um pouco por todo o País, (...) a) sobre a Promoção do Sucesso Educativo, em colaboração com a Universidade do Minho; b) sobre a Administração Escolar, em colaboração com a Universidade do Minho; c) sobre a Formação de Professores, em colaboração com a Universidade de Coimbra; d) sobre a Formação de Profissional, em colaboração com a Universidade do Porto; e) sobre a Escola Cultural, em colaboração com a Universidade de Évora; f) sobre A Escola Cultural, em colaboração com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; g) sobre a Escola e os Mass Media, em colaboração com o Gabinete

de Estudos e planeamento; h) sobre Planeamento Educativo, em colaboração com o Gabinete de Estudos e Planeamento; i) sobre Educação Física e Desporto, em colaboração com a Universidade do Porto; sobre Educação de Adultos, em colaboração com a Universidade do Minho (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 18)

A par com estas iniciativas, "cada um dos membros da Comissão, quando solicitado, ia participando em reuniões de diversa natureza, organizadas por Escolas, Organizações Sindicais, Associações de Pais, Associações de Juventude, etc." (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 18), sendo também dinamizados encontros, seminários, colóquios e publicados diversos documentos.

Análise dos problemas com que se debate o Sistema Educativo Português

"A Comissão fez entrega ao Ministro da Educação e Cultura, dois meses após a data de posse [18 de março de 1986], do *Projecto Global de Actividades* a desenvolver, o qual mereceu a concordância do Governo" (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 11), tendo a sua divulgação sido feita "a 27 de Maio de 1986, num encontro com os órgãos de comunicação social promovido pela Comissão" (Patrício, 1996, p. 14). A LBSE era "ansiosamente esperada por todos os interessados na acção educativa e em particular pela Comissão" (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 16) uma vez que esta era o "referencial obrigatório de todos os trabalhos da comissão e, nesses termos, a matriz de coordenação e articulação de todas as suas actividades" (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 17)

Apesar de todas as alterações introduzidas no Sistema Educativo e anteriormente mencionadas, Portugal encontra-se, em 1986, numa situação onde os problemas são muitos e profundos, problemas que Patrício detalhadamente enumera:

a elevada taxa de analfabetos literais e funcionais; a insuficiente expressão da educação pré-escolar; a elevada taxa de incumprimento da escolaridade obrigatória ao nível dos 5º e 6º anos de escolaridade; a necessidade de alargamento efectivo da escolaridade obrigatória ao nível dos 7º, 8º e 9º anos de escolaridade; as altas taxas de insucesso educativo escolar; a debilidade do ensino técnico profissional; a debilidade extrema da educação artística; a quase inexistência da educação especial; a fraca expressão do ensino superior politécnico; a desproporção, em nosso desfavor, da taxa de frequência do ensino superior no contexto dos Estados membros da Comunidade Europeia; a grave insuficiência quantitativa e qualitativa do parque escolar, com escolas dramaticamente sobrepovoadas; o desajustamento profundo da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico, face às novas realidades sociais e

pedagógicas; a carência de equipamentos educativos essenciais em numerosos estabelecimentos escolares: o número ainda elevado de professores sem as habilitações profissionais completas; a falta de um sistema de formação contínua de professores; a falta de professores especializados para o desempenho de determinadas funções educativas; o baixo nível de remuneração dos educadores e professores, no contexto dos sistemas educativos das Comunidades Europeias; a carência de serviços de apoio psicológico nas escolas e de orientação escolar e profissional; a carência de serviços de apoio de saúde escolar; a debilidade estrutural da investigação em educação." (Patrício, 1996, p. 24)

A CRSE e opção pela inovação

A CRSE confronta-se, assim, com um quadro diversificado, e até grandioso de problemas, tanto em quantidade como em profundidade, problemas que são "sistematizados, no *Projecto Global de Actividades* da Comissão de Reforma do Sistema Educativo, em quatro planos: a) no plano da organização; b) no plano dos recursos; c) no plano da administração; d) no plano da lógica de funcionamento" (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 14).

Perante este cenário, a CRSE avança, colocando a inovação como a base da reforma do sistema educativo, inovação entendida como a "produção intencional, e num certo sentido, consciente da novidade por um produtor humano, individual ou colectivo," (Patrício, 1996, p. 26) e que não pretende "qualquer corte radical, ou ruptura, com o passado. A história é contínua, ainda que com mudanças de ritmo, ou de direcção, ou mesmo de sentido" (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 45).

A reforçar esta convicção está a consciência, por parte da CRSE, de que "a nação tem uma identidade profunda, elaborada e consolidada ao longo de quase um milénio", e que "a reforma deve despertar forças e potencialidades adormecidas e não menosprezar ou eliminar nenhum elemento estrutural dessa identidade." (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 46). A CRSE olha para a educação como "um processo de crescimento, desenvolvimento e aperfeiçoamento pessoal", (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 22) pelo que, para que a inovação pretendida corresponda aos seus fins, e porque "a inovação não é boa em si mesma (...) é indispensável que a instância superior de julgamento seja axiológica". (Patrício, 1996, p. 27).

Estamos perante uma opção pela inovação, intencional, como a própria comissão refere, com objetivos bem definidos mas pensada como uma "transformação graduada" desde o *Projecto Global de Actividades*, transformação que, ao ter preocupações de preservação da identidade, compatibiliza inovação com tradição uma vez que "o núcleo vivo que a tradição traz cresce, desenvolve-se enriquece-se e pode mesmo metamorfosear-se."

(Patrício, 1996, p. 27) Esta metamorfose faz plenamente parte do percurso pretendido pela CRSE, o que está bem espelhado num dos princípios orientadores da PGR - "A Educação para a mudança", o que gera muito mais do que um esforço para inovar em determinado momento - de facto, aponta-se para uma mudança contínua da sociedade, já observável em 1986 e que hoje confirmamos e vivemos de forma ainda mais vertiginosa. Este princípio orientador da PGR está intimamente ligado à axiologia, à inovação e à cultura:

Educar para a mudança é preparar as novas gerações para controlar e gerir a mudança, investigando científica e tecnologicamente, estimulando e desenvolvendo o pensamento rigoroso, crítico e criativo, flexibilizando as mentes, promovendo o pensamento dinâmico, incrementando capacidade de pensamento-acção a alta velocidade social. A educação não pode desistir, porém, de se enraizar num solo de valores essenciais. Trata-se de articular o mutável e o constante (...) educar para a mudança é ainda preparar as novas gerações para um profundo sentido do relativismo cultural e simultaneamente da superior unidade cultural da humanidade (...) a mudança envolve cada vez mais na sua vertigem a humanidade inteira (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, pp. 25-26)

No trabalho da CRSE, inovação, mudança e axiologia estão bem articulados, formando um todo coerente como Patrício refere:

Aqui harmoniza-se a educação para a mudança com o enraizamento num solo de valores essenciais (...) Toda a PGR está, assim, organizada sob o signo da mudança e da inovação. O modelo de Escola proposto (Escola Pluridimensional) pretende ser novo, inovador e favorecedor da inovação (...) a inovação escolar é entendido como vivificação permanente da Escola, do ponto de vista pedagógico (...) a inovação decorre, pois, fundamentalmente de uma atitude, tem uma raiz mental (...) a magia do novo, da novidade, da inovação e do inovador percorre de uma ponta à outra a Proposta Global de Reforma da Comissão de Reforma do Sistema Educativo (Patrício, 1996, p. 29).

Sob o signo da inovação e da criatividade decorrem os trabalhos da Comissão de Reforma do Sistema Educativo, tendo Manuel Ferreira Patrício ficado responsável por desenvolver a atividade da *Proposta Global de Atividades* relativa à reforma da Escola, pelo que elaborou também o respetivo projeto, que a Comissão aprovou e que veio a integrar o I volume dos *Documentos Preparatórios*, publicado pelo Gabinete de Estudos e Planeamento em 1987 do Ministério da Educação. É nesta altura, e com a intenção de ser a própria Comissão a implementar o projeto nas escolas, que Manuel Ferreira Patrício apresenta o paradigma da Escola Cultural, já com a fundamentação filosófico-pedagógica e a sua organização pluridimensional - na altura ainda apenas três dimensões: curricular, extracurricular e interativa. A CRSE aprovou o projeto apresentado e entregou a sua tutela ao Instituto de Inovação Educacional, IIE, tendo Manuel Ferreira Patrício sido convidado para instalar o Instituto.

Importa realçar que Manuel Ferreira Patrício sustenta a fundamentação da sua proposta na sua experiência anterior no Liceu de Évora, na secção Liceal de Estremoz e na Escola Secundária do Redondo, no quadro da chamada Reforma Veiga Simão. Para uma adequada compreensão desta fundamentação, deve recordar-se que durante o mandato de Veiga Simão como Ministro da Educação Nacional, entre 1970 e 1974, é reformulada a Mocidade Portuguesa pelo Decreto-Lei nº 486/71 de 8 novembro e é criado no Ministério da Educação Nacional, pelo Decreto-Lei nº 446/71 de 25 de outubro, o Secretariado para a Juventude² com os seguintes objetivos:

colaborando na acção formativa da Família e da Escola, apoia e estimula actividades juvenis que, no preenchimento de tempos livres, visem a integração esclarecida dos jovens na vida colectiva, preparando-os para uma efectiva participação na obra de desenvolvimento nacional e, neste espírito, promove, no Maria Emília Apolináriodamente: a) A expansão entre a juventude das actividades culturais e artísticas; b) A expansão entre a juventude, especialmente feminina, das actividades adequadas à sua formação familiar; c) A participação da juventude em acções de assistência e serviço social; d) A expansão entre a juventude das actividades de ar livre; e) O intercâmbio juvenil entre a metrópole e o ultramar; f) O desenvolvimento do turismo juvenil (I - Artigo 2º)

Sobre os Centros de juventude, diz o Capítulo IV do mesmo Decreto-Lei:

A ocupação dos tempos livres da juventude será levada a efeito através da criação de centros de juventude abertos, mediante livre inscrição, à frequência de todos os jovens, estudantes ou não, e das organizações juvenis que forem oficialmente autorizadas (artigo 17º).

Os centros de juventude proporcionarão aos seus associados actividades para os tempos livres que, tendo natureza cultural desportiva ou outra, visem a realização dos objectivos formativos prosseguidos pelo Secretariado para a Juventude (artigo 18º).

² Com a nomeação de Veiga Simão, em 1970, para Ministro da Educação Nacional, abrem-se novas perspectivas para a educação portuguesa, o que é confirmado pelos dois documentos apresentados em 1971 para discussão pública - *Projecto do Sistema Escolar e Linhas Gerais do Ensino Superior*, e pela publicação do Decreto-Lei nº 408/71 de 27 de setembro, que faz a "reforma global das estruturas e dos serviços do Ministério, e especialmente da sua administração central que Veiga Simão considerava urgente e indispensável para prosseguir nos seus projectos" (Carvalho, 2011, p. 810).

Nesta lei orgânica, e no ponto 7 do preâmbulo, o Ministério da Educação Nacional é organizado em três zonas: Ciência e Cultura; Ensino; Cultura e Desportos, esclarecendo-se a seguir que "trata-se apenas de manchas homogêneas, exigindo infra-estruturas e acção política diferenciadas, mas onde não será conveniente marcar fronteiras rígidas. Ao lado do ensino propriamente dito, ganham autonomia dois importantes aspetos da acção educativa do Ministério, distintos mas complementares daquela, garantindo-se a necessária coordenação pela convergência única sob a direcção do Ministro da Educação Nacional".

Ainda neste ponto 7 D) 1) "É criado o Secretariado para a Juventude que (...) se destina a apoiar e organizar actividades juvenis que, no preenchimento dos tempos livres, visem a integração esclarecida dos jovens na vida colectiva portuguesa e a sua participação no desenvolvimento nacional". É na sequência desta lei orgânica que são publicados os decretos-lei nºs 446/71 de 25 de outubro e 486/71 de 8 de novembro sobre, respetivamente, Centros de Juventude e Mocidade Portuguesa.

Os centros de juventude poderão funcionar junto dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário e fora deles (artigo 19º).

Sublinha-se a visível preocupação com a ocupação dos tempos livres, a natureza destas atividades (cultural, desportiva ou outra), o seu carácter formativo, o funcionamento em regime livre, a abertura a todos os jovens, estudantes ou não, e a sua associação tanto às escolas de ensino preparatório e secundário, como a outros espaços fora das escolas. Apesar de ser com a Lei nº 5/71 de 25 de julho que a formação integral vem a ser constituída como o fim da educação nacional, alterando os modelos axiológico e antropológico das bases da Lei 1:941/36, e dando também relevância às atividades uma vez que explicita que a educação "compreende não só as actividades integradas no sistema educativo, mas quaisquer outras que contribuam para a formação dos indivíduos" (Base I - ponto 2), o DL 446/71 acima referido é um marco decisivo neste percurso, abrindo portas a novos caminhos e novas possibilidades a caminho da Liberdade.

Neste contexto, Manuel Ferreira Patrício foi convidado, pelo Reitor do Liceu de Évora, onde lecionava, para dirigir o centro de atividades. Apesar do novo paradigma que este Decreto-Lei instaura, demarcando-se claramente da Mocidade Portuguesa e do tipo de experiência nela desenvolvido, Manuel Ferreira Patrício não aceitou o convite sem antes conversar e se aconselhar com colegas e confirmar que assim era de facto. Explicou à Comissão que foram constituídos Clubes Escolares diversos, que os professores combinavam com os seus alunos as atividades que iriam desenvolver, que todas estas atividades eram por si coordenadas e que todo o Liceu tinha funcionado desta forma. Exemplificou áreas trabalhadas e atividades desenvolvidas como música, pintura, fotografia, literatura, ciência, teatro, tuna académica, jograis, coro. Reforça que tal não é alheio à qualidade científica, pedagógica e cultural dos professores e à sintonia pedagógica, o que nos remete tanto para o perfil profissional do professor como para a necessidade de formação de professores em função do paradigma pedagógico pretendido. Há ainda um aspeto que parece merecer ser destacado e que diz respeito ao processo - estas atividades desenvolvidas não eram escolares e os professores tinham liberdade para as organizar e, embora Manuel Ferreira Patrício coordenasse, o espírito era de "co-ordenação", uma vez que os professores tinham liberdade para combinarem com os seus alunos o que iriam desenvolver, integrando também a dinâmica cultural do meio envolvente.

Desta forma, o ano de 1987 é marcado pela criação do Instituto de Inovação Educacional através do Decreto-Lei nº 3/87 de 3 de janeiro como "órgão de coordenação de investigação e desenvolvimento" (artigo 4º-c), tendo "como atribuições o estudo e desenvolvimento de

métodos e técnicas de inovação pedagógica, a conceção e experimentação de técnicas, equipamentos e material didáctico" (Artigo 14º-1); e "tem personalidade jurídica e goza de autonomia administrativa e financeira" (Artigo 14º-2).

O IIE,

pelas atribuições que lhe estão genericamente cometidas pelo Decreto-Lei nº 3/87, de 3 de Janeiro, que o criou, e pelas orientações transmitidas pela tutela (...) desenvolve um conjunto apreciável de actividades orientadas para a inovação nas seguintes áreas: a) o desenvolvimento curricular; b) a formação de professores; c) a investigação/inovação (Patrício, 1996, p. 33).

Este é um ano marcado também pela aprovação, pelo Ministro da Educação e da Cultura, João de Deus Pinheiro, "em 11 de Junho de 1987 (...) [do] lançamento de uma experiência pedagógica de transformação qualitativa global da escola portuguesa" (Patrício, 1996, p. 181), como consequência da aprovação unânime, pela CRSE, do documento "sobre a actividade 8.2.1.25 do *Projecto Global de Actividades* da Comissão, que rezava assim: «Elaboração de propostas de incremento de uma componente de formação complementar das actividades lectivas, com carácter cultural e desportivo ao nível dos ensinos preparatório e secundário»". (Patrício, 1996, p. 181)

A partir deste momento deu-se início ao contacto com as escolas e é nesta sequência que chega às escolas, em 1987, um documento da Direcção Regional de Educação de Lisboa intitulado *A "Escola Cultural": uma experiência pedagógica para o ano lectivo de 1987/88* (DREL, 1987). Tal documento tem dois pontos: 1. - A "Escola Cultural": sua natureza, fins, meios e organização geral. 2. - Linhas gerais configuradoras da experiência pedagógica da "Escola Cultural".

Este documento representa um desafio aos professores para um olhar diferente, e novo, sobre a escola e é também um convite às escolas para se candidatarem à integração na experiência pedagógica. Assume-se que "subjacente está a ideia de que a vida da escola é a actividade educativa, desdobrando-se esta em duas ordens de actividades: a ordem da actividade curricular e a ordem da actividade extra-curricular" (DREL, 1987, p. 1). Além de apresentar a escola pluridimensional, que "é a que tem a dimensão curricular, a dimensão extra-curricular e a dimensão de interacção daquelas duas" (DREL, 1987, pp. 2-3) à qual se dá o nome de escola cultural, este documento apresenta os objetivos desta escola.

Com a consciência de que um novo paradigma de Escola implica um novo perfil de professor, este documento faz referência ao professor cultural como o professor da escola cultural, cujos âmbitos da acção educativa são "a turma ou classe, a escola, a comunidade" (DREL, 1987, p. 3). O professor cultural "tem de ser um promotor de cultura, (...) tem de ser um agente de cultura (...) o professor tem, pois, de ser preparado como homem de

cultura" (DREL, 1987, p. 3). Neste documento é feita uma chamada de atenção importante, relativa à escola curricular, assumindo-se que não se pode prescindir dela mas que tem que se ir para além dela. Por um lado, é claro que o professor curricular "é sempre demasiado pouco. Mais gravemente, esse professor é demasiado perigoso para a plena humanidade do homem" (DREL, 1987, p. 3) e, por outro, é dito que

não é que a competência desse professor não seja necessária. Ela é necessária, mas dentro da competência e da intencionalidade culturais. (...) venha a nós o professor científico, prático, técnico, artífice, artista e tecnológico; mas dentro do professor-homem-de-pensamento, mas subsumido pelo professor cultural (DREL, 1987, p. 3)

Em linha de continuidade com este pensamento, se o professor cultural corresponde ao perfil profissional da Escola Cultural com a sua organização pluridimensional, também o documento é bastante claro quando diz expressamente que

todas as dimensões são importantes de per si e no funcionamento de cada uma delas deve ser posto todo o cuidado. Na Escola Cultural não pode haver, por conseguinte, qualquer secundarização, menorização ou desvalorização do currículo. A Escola Cultural tem de ser, na sua base, uma boa escola curricular (DREL, 1987, pp. 4-5).

O exercício permanente da liberdade, vocação e associação entre escola livre e escola participada estão bem presentes neste documento.

De acordo com a natureza e fins da Escola Cultural e com orientações diversas presentes neste documento e que vão desde o seu funcionamento à avaliação, as escolas que assim decidiram, fizeram a sua candidatura. Para apreciação e selecção das vinte escolas a integrar o Projeto Escola Cultural no primeiro ano letivo da experiência, 1987/88, foi constituído um júri no IIE. Todo este processo se enquadra no "paradigma de mudança inovadora subjacente ao «Projecto Escola Cultural»" (Patrício, 1996, p. 42) que Manuel Ferreira Patrício caracteriza:

1º - há um modelo de organização pedagógica da Escola, elaborado a partir da vivência concreta da Escola, que é proposta às Escolas; 2º - as Escolas podem candidatar-se à realização experimental do modelo; 3º - o modelo admite uma grande flexibilidade e diversidade de realização, dando ampla margem de liberdade e criatividade às Escolas; 4º - a aceitação e realização do modelo implica toda a comunidade escolar, mas principalmente os interessados na mudança inovadora, de entre alunos e professores, o que cria nas Escolas uma massa crítica numerosa, e em princípio poderosa, de agentes da mudança inovadora; 5º - a realização do modelo associa os agentes internos e os agentes externos da mudança, criando uma dinâmica permanente de cooperação institucional e sistémica; 6º - a realização do modelo associa todas as Escolas em processo de mudança, e sobretudo a massa activa e militante de cada uma delas; 7º - o processo de avaliação é permanente e interactivo e compreende momentos de análise crítica colectiva e de realização e afirmação públicas colectivas de agentes directos da mudança, permitindo e fomentando a assunção consciente da inovação e

o seu enriquecimento e aperfeiçoamento em equipa, tornando a mudança inovadora uma obra comum em todos os seus momentos (Patrício, 1996, p. 42)

Contudo, 1987 é também um ano de alguma perplexidade para a CRSE: "foi a CRSE entretanto surpreendida com o anúncio de apresentação pública, em reunião promovida por uma organização sindical de professores, do relatório preliminar do grupo de trabalho encarregado de preparar a proposta de reorganização dos planos curriculares" (Patrício, 1996, p. 181). Este grupo de trabalho era constituído por Marçal Grilo, Fraústo da Silva, Roberto Carneiro e Tavares Emídio. Nesta sequência, "a forma supostamente mais apropriada de resposta que a CRSE encontrou foi a publicação, em documento seu, desse relatório [acima citado e referente à atividade 8.2.1.25] e de mais quatro documentos. Assim nasceu o I Volume dos *Documentos preparatórios*" (Patrício, 1996, p. 181): I - "Projecto de Organização da Formação Profissional no Âmbito da Lei de Bases do Sistema Educativo" (Joaquim Azevedo, Manuela Teixeira, Luís Imaginário, Lino Soares, Adalmiro Castro, Francisco Jacinto, João Proença), II - "A Escola Cultural: Sua Natureza, Fins, Meios e Organização Geral" (Manuel Ferreira Patrício), III - "Proposta para um Sistema de Avaliação Escolar" (Vitor Trindade, Maria Ana Dias, António Neto e M^a da Nazaré Trindade), IV - "A Promoção do Sucesso Educativo ou o Sentido da Reforma" (Manuel Ferreira Patrício), V - "Proposta de Reorganização dos Planos Curriculares dos Ensinos Básico e Secundário" (Fraústo da Silva, Roberto Carneiro, Manuel Tavares Emídio e Eduardo Marçal Grilo).

No documento "A Escola Cultural: sua natureza, fins, meios e organização geral" Patrício faz alusão clara à teoria da educação subjacente à Escola Cultural, teoria que tem a pessoa do aluno como centro:

Vê-se que se pensa no aluno como pessoa, que é preciso respeitar na sua dupla dimensão individual e social, na sua liberdade, no seu poder criador, na inteireza do seu ser - físico, psíquico e espiritual - , na sua exigência axiológica, no irredutível direito que tem de escolher a sua vida e o seu destino (Patrício, 1987, p. 60).

Vai mesmo mais longe quando afirma que "se quer uma escola onde a aprendizagem não seja o ingorgitamento letal de um saber alheio à existência pessoal, mas verdadeiramente o processo de construção da pessoa - e do homem, como a expressão suprema da harmonia das pessoas individuais" (Patrício, 1987, p. 60). Para tal, é fundamental que se introduza o pensamento como

segunda dimensão da escola. É segunda no sentido de que inclui e transcende a primeira. É o pensamento que dá sentido à ciência e à tecnologia. É o pensamento que dá sentido à organização planetária do trabalho. Esse sentido é a cultura. A escola do pensamento é, portanto, a escola cultural (Patrício, 1987, p. 61)

Pretende-se uma escola

fruitiva e produtiva ou poiética: cultiva-se nela a actividade de fruir os bens e valores culturais, cultiva-se nela a actividade de produzir os bens e os valores culturais. (...) A culminância é a vida de qualidade, muito para além e muito acima da qualidade de vida. (...) É para a plenitude da vida humana aberta a todos os homens que aponta, é nela que aposta, a escola cultural (Patrício, 1987, p. 61).

Este documento apresenta também, como o anterior enviado às escolas, os objetivos da Escola Cultural e o perfil do professor necessário a esta Escola, aprofundando a questão da escola animada, da escola onde se promova o pensamento para o que se precisa do "professor-agente-cultural", o "professor-animador", que pode ser o "professor de ciências" mas que é "indutor da atitude e da prática problemáticas (...) reflexão global sobre o tipo, o valor e os limites do conhecimentos científico, sobre o significado e a importância da ciência para o homem" (Patrício, 1987, p. 64) como pode ser o "professor de letras", "indutor da atitude humanística (...) tem de ensinar a reconhecer, a hierarquizar e a amar os valores, sobretudo os valores éticos e estéticos" (Patrício, 1987, p. 64).

Também a escola curricular deve estar impregnada desta intencionalidade cultural, contudo, ela "é forçada a ser dominantemente, e em alguns casos exclusivamente, o espaço para a transmissão do currículo expresso ou explicitado nos programas (Patrício, 1987, p. 64). Partindo do princípio que a Escola Cultural é um todo, este documento aborda a questão dos recursos educativos a mobilizar, em função do "sentido cultural da escola" (Patrício, 1987, p. 65), para depois abordar a organização e funcionamento da escola cultural, a organização e funcionamento da dimensão extracurricular e dar ainda um quadro exemplificativo de tipos de núcleos / clubes.

No mês seguinte, novembro de 1987, é publicado um livro que é resultado da realização de um Seminário na Universidade de Évora nos dias 19 e 20 de março do mesmo ano, sobre o tema "Da Escola Curricular à Escola Cultural", dinamizado pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo e que espelha as diversas abordagens realizadas - I - "A Organização Pedagógica da Escola à Luz da Lei de Bases do Sistema Educativo" (António de Almeida Costa), II - "A Escola Cultural Face à Escola Curricular" (Manuel Ferreira Patrício), III - "As Actividades Físicas na Escola na Era da 3ª Vaga" (Mirandela da Costa e João B. Boaventura), IV - "A Escola Cultural e a Comunidade" (Vitor Trindade), V - "A Escola Cultural e os

Modernos Mass-Media" (Manuel Pinto), VI - "Uma Perspectiva Dinâmica de Ensino: Acção Cultural da Escola Preparatória de S. Mamede de Infesta" (Maria Manuela Moreira de Sá), VII - "A Dinâmica da Biblioteca na Escola Preparatória de S. Mamede de Infesta" (Virgínia Machado), VIII - "A Escola C+S de Lordelo - Paredes" (Joaquim Azevedo), IX - Mesa Redonda 1- "A Escola Cultural em Perspectiva Psicológica" (José Francisco Sanches Alves), 2 - Considerações aos Objectivos Propostos (Joaquim Vermelho), 3 - "A Educação, a Cultura, a Arte..." (Júlio Resende).

A nível político, 1987 é marcado por uma mudança relevante, com a queda do X Governo Constitucional, em virtude de uma moção de censura, tendo as eleições antecipadas levado à formação do XI Governo Constitucional, que mantém Aníbal Cavaco Silva como Primeiro-Ministro, agora com maioria absoluta, mas com mudanças no Ministério da Educação e da Cultura - João de Deus Pinheiro assume a pasta do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo substituído por Roberto Carneiro que era, como foi referido anteriormente, um dos elementos do grupo de trabalho que tinha tornado pública a sua proposta de reorganização curricular. Com a mudança de governo o Ministério da Educação e da Cultura passa a designar-se Ministério da Educação.

Já em 1988, tem lugar uma importante acção promovida pelo Ministério da Educação que foi bem acolhida e se realizou

em 9 de Fevereiro (...) «Dia D», dia de debate sobre a reforma educativa, em que as escolas interromperam a actividade lectiva para discutir algumas propostas do 1º volume dos Documentos Preparatórios. Sindicatos e Federações Nacionais de Professores, a Confederação Nacional das Associações de Pais, o Conselho Consultivo da Juventude, o Conselho Nacional da Juventude, a Comissão Parlamentar de Juventude da Assembleia da República, algumas Juventudes partidárias, a UGT, a CGTP-IN, a Associação Nacional de Municípios, as Universidades, partidos políticos, individualidades reputadas, os meios de comunicação social (...), muitas escolas e professores aceitaram o desafio e debateram a reforma da educação portuguesa com uma extensão e profundidade, um empenho e uma vivacidade que talvez nunca se tivessem manifestado antes tão intensamente na sociedade. (...) O facto que desencadeou toda a dinâmica actual foi a criação da Comissão de Reforma do Sistema Educativo (Patrício, 1996, p. 12) .

A CRSE entrega a *Proposta Global de Reforma* em julho de 1988. Esta corresponde ao Relatório Final dos seus trabalhos, onde é apresentado o Programa de Execução A1: Institucionalização de um Modelo de Escola Pluridimensional, que inclui um anexo: Bases para a Organização Institucional da Escola Pluridimensional.

Este programa tem um lugar crucial na Reforma do Sistema Educativo, uma vez que a Comissão privilegia o "acto educativo" como o cerne da reforma. Por sua vez,

o lugar pedagógico nuclear do acto educativo é a Escola. A Escola é, por conseguinte, o núcleo da reforma. Para ela converge tudo o que é necessário ao sucesso do acto educativo. Dela saem as exigências organizativas que é necessário satisfazer a todos os níveis. É, pois, na organização e funcionamento da Escola que assentará toda a dinâmica da reforma (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 48).

Esta opção pela Escola como núcleo da Reforma determina uma opção por uma reforma pedagógica e não pela reforma burocrática. Como consequência, "a reforma educativa - da base para o topo - tem na escola o seu centro, devendo o sistema, nos seus diversos níveis, estruturar-se e funcionar em obediência aos imperativos pedagógicos da escola" (Patrício, 1996, p. 62) .

Desde a realização do *Projecto Global de Actividades*, em que a CRSE se propõe realizar, entre outras, duas atividades: 1 - "o estudo e proposta de estrutura de planos curriculares e conteúdos das disciplinas, tendo em conta os objectivos de cada nível de ensino e os espaços de intervenção de componentes regionais nos conteúdos programáticos dos *curricula*" (Patrício, 1996, p. 62) e 2 - "a elaboração de propostas de incremento de uma componente de formação complementar das actividades lectivas, com carácter cultural e desportivo ao nível dos ensinos preparatório e secundário" (Patrício, 1996, p. 62) que está presente a ideia que "a Escola não se esgota no quadro das disciplinas dos planos curriculares, sendo necessário complementá-las com actividades de carácter cultural e desportivo". (Patrício, 1996, p. 62).

Já nos documentos enviados às escolas e no documento inserido no I volume dos *Documentos Preparatórios* aparece a integração destas duas vertentes num todo articulado e coerente com a organização pedagógica em três dimensões - curricular, extracurricular e de interação, e com a subordinação da gestão dos recursos educativos à lógica da Escola concebida como unidade.

Por outro lado, também a LBSE, referencial obrigatório dos trabalhos da CRSE, nos seus artigos 4º, 47º e 48º, orienta a educação nesse sentido:

A educação escolar compreende os ensinos básico, secundário e superior, e integra modalidades especiais e inclui actividades de ocupação dos tempos livres (artigo 4º)

A organização curricular da educação escolar terá em conta a promoção de uma equilibrada harmonia, nos planos horizontal e vertical, entre os níveis de desenvolvimento físico e motor, cognitivo, afectivo, estético, social e moral dos alunos (artigo 47º - 1)

As actividades curriculares dos diferentes níveis de ensino devem ser complementadas por acções orientadas para a formação integral e a realização pessoal dos educandos no sentido da utilização criativa e formativa dos seus tempos livres (artigo 48º - 1)

Estas actividades de complemento curricular visam, nomeadamente, o enriquecimento cultural e cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção dos educandos na comunidade (artigo 48º - 2)

Da leitura integrada que a Comissão faz deste artigo, decorrem dois aspetos - por um lado, o currículo entendido em sentido lato, o currículo que "acolhe a totalidade do programa educativo, que é um programa formativo integral" (Patrício, 1996, p. 83), assumindo-o claramente na *Proposta Global de Reforma*: "o entendimento que a CRSE tem do currículo, para os efeitos do presente programa, é o que corresponde ao sentido lato" (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 97); por outro, "que as actividades curriculares estritas não garantem a formação integral e a realização pessoal dos educandos; que a promoção da criatividade é função indispensável das actividades de complemento curricular; que é preciso pôr a tónica na realização pessoal dos educandos" (Patrício, 1996, p. 83).

Ora, a CRSE é clara na sua opção quando afirma que "uma filosofia de educação que assente na pessoa do educando afirmará este como a realidade eminentemente digna e valiosa ao serviço da qual se ordena e realiza todo o processo educativo" (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 21). Esta filosofia espelha-se desde logo no reconhecimento de que à pessoa tem que ser reconhecida liberdade e autonomia, "princípios superiores que presidem à educação" (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 21), que são "o princípio, o meio e o fim da educação" e de que

A educação não é apenas **para** a liberdade e **para** a autonomia. A educação é, por exigência da sua natureza, **pela** liberdade e **pela** autonomia, dado que é, na sua raiz, liberdade e autonomia. Sem estes princípios, pode haver adestramento, mesmo de quase inultrapassável eficácia. O adestramento não define, porém, a educação (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 21) .

Mas esta filosofia está bem patente na *Proposta Global de Reforma* também a outros níveis como a democratização e o sucesso escolar:

O respeito por cada educando é, no seu limite, o respeito pela pessoa que cada cidadão é. O nome mais perfeito da democratização é, no respeitante à educação, personalização. A eminente dignidade da pessoa humana impõe absolutamente que cada educando tem direito ao seu pleno desabrochamento pessoal. O sucesso escolar e educativo é claramente subsumido, a esta luz, pelo sucesso pessoal do educando. É, de novo, o direito a ser integralmente a pessoa que se é. Esse direito não se esgota na sua dimensão abstracta formal. É um direito concreto, que tem de se exprimir em oportunidades precisas de sucesso (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 35)

Também no que ao carácter democrático da Escola diz respeito, e neste caso, aos conteúdos da educação e ensino, se percebe o enraizamento da PGR na personalização quando se relaciona esse carácter democrático da Escola com o

relevo da liberdade de escolha dos alunos e dos professores no concernente às actividades de complemento curricular; pela participação de alunos e professores na organização, gestão e funcionamento dessas actividades; pela autonomia escolar que implica; pelo seu enraizamento e ligação à comunidade (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 31).

Tanto na dimensão lectiva ou curricular estrita, como na dimensão de complemento curricular, como ainda no espaço pedagógico dinâmico gerado pela interacção das duas, devem os conteúdos de educação e ensino consolidar e desenvolver o ideal da democracia. Já se viu que a raiz deste ideal é a própria liberdade e a própria autonomia do educando, na esfera pessoal, e as do povo, na esfera colectiva (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 31)

A CRSE dedica, na PGR, um capítulo às questões do sucesso e distingue entre sucesso escolar aparente e sucesso escolar real, fazendo corresponder ao primeiro a expressão administrativa do sucesso e ao segundo o sucesso educativo "ou seja, o alcance, pelo educando, das finalidades e objectivos essenciais do programa educativo que lhe foi consignado" (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 38). Confere o seu lugar ao sucesso administrativo - "a abordagem macroeducativa do sucesso educativo é necessária e importante" (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 38) mas considera-a "insuficiente (...) pois facilmente conduz ao esquecimento do educando real que é sempre uma pessoa humana única, irreductível a qualquer massa estatística (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 38). Desta feita

Toda a orientação pedagógica estratégica do pensamento da CRSE assenta no respeito pelo educando como pessoa. A dimensão pessoa é a síntese da dimensão individual e da dimensão social. (...) pessoa que é, simultaneamente um indivíduo humano único, irrepitível, absolutamente valioso e digno em si mesmo, e um ser aberto aos outros, orientado para eles, deles necessitando e a eles necessário. A pessoa é a síntese da solitariedade radical de cada indivíduo humano e da solidariedade radical que cada indivíduo humano supõe e exige dos outros e que todos os outros, e cada um deles, supõem e exigem deles. A pessoa é a unidade dos contrários solitário-solidário que cada um de nós é, a síntese da contradição viva que todo o indivíduo humano é (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 38)

Ao relacionar o sucesso com a condição pessoal, a CRSE vai mesmo mais longe na PGR ao estabelecer uma relação entre o direito à educação e a condição de pessoa

Cada ser humano tem direito (...) à **sua** educação, ou seja, à **educação de si**. Não é, por conseguinte, a um sucesso educativo abstracto que cada um aspira e a que tem direito, mas ao concreto sucesso da **sua** educação, ao **seu** concretíssimo e pessoal sucesso educativo. É que o direito fundamental que

se perfila por trás do universalmente consagrado direito à educação é, simplesmente, o direito de cada qual a ser plenamente quem é (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, pp. 38-39)

Nesta sequência, é natural a sentida necessidade de transformação do modelo de escola - "à Escola de Ensinar - unidimensional, tendo por única dimensão a das actividades lectivas - contrapõe a CRSE a Escola de Aprender - pluridimensional, tendo articulada e organicamente as dimensões lectiva, extralectiva e de interacção" (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 40).

Na PGR a Escola de Aprender operacionaliza-se através da Escola Cultural que, decorrendo da LBSE, e adotando o conceito de currículo em sentido lato, "põe de pé um paradigma de Escola incomparavelmente mais aberto e flexível que a Escola vigente, simultaneamente acolhedora das exigências de aprendizagem do educando e das exigências de transmissão do legado cultural perene da comunidade" (Patrício, 1996, p. 35). A Escola Cultural está permeada do pensamento de que "deve (...) a Escola acolher todas as formas do saber humano e não apenas uma delas. (...) A Cultura exprime sinteticamente o saber humano na variedade das suas formas. O saber humano que a Escola deve acolher, cultivar, promover e difundir é a cultura". (Patrício, 1996, p. 68)

A experiência pedagógica da Escola Cultural, lançada como já referido, pela Circular da DREL no ano letivo de 1987/88, continua até ao ano lectivo 89/90 com progressivo alargamento do número de escolas participantes: - 21 escolas no 1º ano, 44 no 2º e 77 no derradeiro,³ e do respetivo, alargamento, do número de clubes - 217, 669, 1031.⁴

Em 29 de agosto de 89 é publicado o DL 286/89 sobre reestruturação curricular, que não faz qualquer alusão à Escola Pluridimensional, referida anteriormente nos documentos da CRSE e na experiência pedagógica, e que no artigo 6º deste Decreto-Lei introduz a Área-Escola nos planos curriculares dos ensinos básico e secundário, como área curricular não disciplinar.

Em 18 de dezembro de 1989 é publicado o DL 435/89, lei orgânica do IIE, e em janeiro é nomeado novo Presidente para o Instituto de Inovação Educacional. A mudança de Presidente é sinal de que a nova equipa ministerial não aceitou a proposta da CRSE em

³ Existe discrepância entre alguns números apresentados no que respeita às escolas participantes (20-21), (76-77) uma vez que o Externato do Parque, secção infantil do Colégio das Doroteias, não foi contabilizado por ter sido feita candidatura "comum".

⁴ Dados dos números dos clubes recolhidos em (Patrício, 1996, p. 68)

termos da organização pedagógica, optando pela introdução da Área-Escola, já legislada. Embora a experiência do Projeto Escola Cultural se tenha mantido até ao final do ano letivo, o IIE começou a trabalhar para a implementação da Área-Escola, o que se traduziu na publicação dos despachos 141/ME/90 e 142/ME/90, que vieram regulamentar, respetivamente, a organização das atividades de complemento curricular e a Área Escola como área curricular de natureza interdisciplinar.

Apesar disso, houve uma tentativa de que o Projeto Escola Cultural não terminasse, através da criação da AEPEC, Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural:

No dia 24 de Março de 1990, no Colégio de S. Vicente de Paula, em Lisboa, um grupo de professores ligados ao Projecto Escola Cultural, lançado pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo em 1987, reuniu-se em assembleia constituinte para criar uma associação pedagógica: a Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural (AEPEC). A maioria desses fundadores tinha vivido, no terreno, durante 3 anos, a experiência exaltante de criação de um novo modelo de escola. Vira com os seus olhos e sentira com as suas mãos que é possível transformar a Escola que os nossos alunos abominam na Escola que os nossos alunos amam. Vivia, contudo, um momento de perplexidade e de algum temor: os sinais vindos dos mais altos responsáveis do Ministério da Educação denotavam hostilidade para com o Projecto Escola Cultural e o propósito de o eliminar da cena pedagógica. A situação global convenceu os fundadores de que era necessário e oportuno criar a Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural, concretizando um projecto que já vinha de há bastante tempo e que se vira recentemente reforçado com o Colóquio internacional realizado em Bruxelas pela Liga Belga do Ensino e da Educação Permanente, em Novembro de 1989, precisamente sobre a temática da educação pluridimensional na escolaridade obrigatória. (Patrício, 1991, p. 11)

Relatórios de avaliação

Validação externa da experiência Escola Cultural

Ano letivo 1988/89

Este relatório, elaborado pela Inspeção-Geral de Ensino, IGE, foi organizado em cinco capítulos e avaliou três grandes áreas - Relação Plano de Atividades/Plano Pedagógico/clubes (Objetivos - Metas atingidas); Relação Coordenador do Projeto / Órgãos de coordenação pedagógica; e Atmosfera da Escola. O relatório integra também a caracterização das escolas que integraram a amostra e o Tratamento estatístico dos dados, salvaguardando, no entanto, que "são dificilmente medidos alguns dos efeitos da "Escola Cultural", dado que estes têm mais a ver com a construção da pessoa do aluno e os seus efeitos não são passíveis de observação e aferição imediata" (Inspeção-Geral de Ensino Sector Pedagógico, 1989, p. 4).

A amostra integrou escolas das diversas zonas pedagógicas - Zona Norte, Zona Centro, Zona de Lisboa e Zona Sul, decorrentes da organização administrativa e pedagógica do Ministério da Educação à data da realização do relatório. Esta preocupação com a seleção de escolas, por zonas, está de acordo com um dos critérios de seleção das escolas para integrarem a experiência pedagógica - igual número de escolas em cada zona.

A caracterização destas escolas foi realizada com base em elementos diversos como: níveis escolares, classe social dos alunos, meio em que estão inseridas (rural, urbano, suburbano), instalações, corpo docente (estabilidade, flexibilidade e empenhamento), órgãos diretivos (experiência, competência e empenhamento), pessoal auxiliar (número, disponibilidade e empenhamento).

Relação plano de actividades / plano pedagógico / Clubes

No que diz respeito à relação existente entre Plano de Atividades, Plano Pedagógico e Clubes, diz o relatório que

na maioria dos casos houve uma certa relação entre o Plano de Actividades da Escola e o Projecto da Escola Cultural. Grande parte dos objectivos gerais dos clubes foram atingidos tendo as maiores dificuldades sido encontradas ao nível de: chegada tardia de verbas, falta de material e espaços educativos, incompatibilidades horárias, pouco trabalho em equipa por parte dos responsáveis dos clubes, dificuldades de organização, inexistência de anterior experiência de actividades extra-curriculares e lançamento da experiência pela 1ª vez na escola, falta de formação de professores (Inspeção-Geral de Ensino Sector Pedagógico, 1989, p. 10).

O relatório chama ainda a atenção para a existência de clubes escolares que praticamente deixaram de funcionar durante o mês de Maio (...) [além de referir] que muitas das escolas onde a experiência funcionou melhor eram escolas já com tradição de ocupação dos tempos livres em anos anteriores e em que o Projecto Escola Cultural possibilitou uma maior organização, sistematização e aproveitamento duma dinâmica já existente (Inspeção-Geral de Ensino Sector Pedagógico, 1989, p. 12).

Apesar destes problemas, é apresentada uma conclusão positiva no que respeita ao funcionamento dos clubes, sublinhando, contudo, a necessidade de reforçar e trabalhar a dimensão de interação:

O funcionamento dos clubes foi, sem dúvida, uma realidade positiva e cumpriu-se na generalidade, mas a ligação deste projecto com a escola curricular já foi bem mais difícil e uma verdadeira interação não foi uma realidade muito comumente vivida (Inspeção-Geral de Ensino Sector Pedagógico, 1989, p. 12).

Relação coordenador do Projecto/órgãos de coordenação pedagógica

Os autores deste relatório atribuem ao "Coordenador do Projecto" um lugar fundamental na coordenação pedagógica, coordenação que deve existir para o sucesso do projeto. Assim, é analisada neste relatório, a relação que este Coordenador tem com o Conselho Diretivo, o Conselho Pedagógico, o Coordenador dos Directores de Turma e o Diretor de Turma, uma vez que, dado o carácter pedagógico destes órgãos/funções, todos são decisivos para o referido sucesso. Em conclusão, diz o relatório:

Na generalidade dos casos não existiu, duma forma sistemática, organizada e formalizada, o entrecruzar de relações entre o Coordenador do Projecto e os vários órgãos de Coordenação Pedagógica. Essa articulação foi facilitada sempre que nas mesmas pessoas se cruzam as duas dimensões, digamos que a interacção acontece sobretudo quando o mesmo professor tem responsabilidade ao nível das duas dimensões e, então, surge a terceira dimensão que ele, porque é sujeito e objecto desse entrecruzar de dinâmicas, transmite e irradia (Inspeção-Geral de Ensino Sector Pedagógico, 1989, p. 15).

Em muitas escolas houve duas dinâmicas que funcionaram paralelamente, a curricular e a extra-curricular (Inspeção-Geral de Ensino Sector Pedagógico, 1989, p. 15)

Atmosfera da Escola

No que se relaciona com a atmosfera da Escola, foram realizadas diversas abordagens - entusiasmo dos alunos pelas atividades do clube, relação entre a participação no clube e motivação para as atividades escolares, relação professor/aluno, comportamento cívico dos

alunos, relação com o meio, empenhamento dos professores, colaboração do pessoal auxiliar, comunidade escolar e consequências nas atitudes, tendo-se chegado aos seguintes resultados:

Entusiasmo dos alunos pelas atividades dos clubes - alunos parecem aderir e as atividades parecem ter impacto nas suas vidas:

os alunos revelam na generalidade entusiasmo pelas actividades do clube que frequentam, reforçando a sua ligação à escola (1989, p. 16);

a sua participação neste tipo de actividades provoca um desenvolvimento da sua criatividade, uma melhor integração social, um maior sentido de responsabilidade e de interesse pela comunidade, criando oportunidade de convívio e de funcionamento em grupo (1989, p. 16).

Relação entre a participação no clube e motivação para as atividades escolares - é de notar a diferença de opinião entre os professores

Não foi, contudo, determinante a participação do clube para uma maior motivação para as atividades escolares, funcionando mesmo para alguns professores como rival, competindo com elas, dispersando e afastando os alunos do estudo (1989, p. 16).

Segundo outros professores essa maior ligação à escola facilita o interesse e aprendizagem (1989, p. 16).

Os autores do estudo são cautelosos neste ponto, estando conscientes do tempo que pode mediar entre a implementação de um projeto desta natureza com estes objetivos e a visibilidade dos resultados:

Não há dados seguros que possam levar a estabelecer relação de causa e efeito entre as duas dimensões [participação nos clubes e motivação para a aprendizagem] e, aliás, seria sempre prematuro tirar ilações imediatas; são sementeiras que se fazem cujos frutos não são imediatos. Há um tempo de se Maria Emília Apolinário, um tempo de crescer e amadurecer (1989, pp. 16-17).

Relação professor/aluno

A relação professor/aluno melhorou, particularmente nos clubes, tornando-se mais próxima, mais aberta e mais informal (1989, p. 17).

Comportamento cívico dos alunos

O comportamento cívico dos alunos começou a ser alterado. O civismo que se fez sentir nas suas festas e espectáculos, a limpeza da escola e a conservação dos equipamentos são indícios desse facto (1989, p. 17).

Relação com o meio

A relação com o meio aprofundou-se, tendo sido na maioria dos casos activadas as relações com as autarquias e procurando o envolvimento da comunidade em certas actividades. Houve colaboração por parte de

empresas da região, serviços oficiais, sociedades recreativas e culturais (1989, p. 17).

Empenhamento dos professores - é de assinalar este debate de ideias / confronto, que pode estar relacionado com a diferença de opinião, referida anteriormente, no que respeita à existência, ou não, de relação entre a participação nas atividades dos clubes e a motivação para as aprendizagens, (relembre-se a rivalidade referida).

Houve como que um acordar de consciências e um desacomodar de pessoas levantando polémicas sobre a escola que se deseja, que criou oportunidades de debate e confronto de ideias, necessários à mudança de mentalidades (1989, p. 17).

Verificou-se um maior empenhamento do professor na colaboração em projectos inter e multidisciplinares (1989, p. 17)

Colaboração do pessoal auxiliar

Na generalidade dos casos houve boa colaboração dos elementos do pessoal auxiliar, que poderia, no entanto, ser ainda mais rentabilizado (1989, p. 18).

Comunidade escolar

As actividades da Escola Cultural animaram a comunidade escolar tendo uma intervenção positiva quer para os alunos directamente implicados quer, de algum modo, para os restantes que tiveram acesso a sucessivas mostras de trabalho realizadas pelos clubes ao longo do ano lectivo - exposições, desfiles, representações teatrais... (1989, p. 18).

Consequências nas atitudes dos professores - relevância dada ao questionamento, ao bem-estar e ao prazer:

Um dos grandes méritos da Escola Cultural reside no facto de questionar o próprio professor, o seu ser/estar na sala de aula e no clube e, se o desafio se coloca ao professor, homem de cultura, não deixa de se reflectir no próprio aluno. O aluno no clube não pode ser passivo (1989, p. 19).

Houve professores a quem a Escola Cultural possibilitou realizar actividades com que sempre sonharam (1989, p. 20)

Um factor importante do sucesso das actividades dos clubes teve a ver com o prazer que cada responsável colocou na actividade desenvolvida (1989, p. 20).

Em termos da atmosfera da Escola, o relatório referiu os pontos positivos e pontos negativos

Pontos positivos

A experiência vale a pena! (1989, p. 20)

A escola animou-se os professores questionaram-se, os conceitos discutiram-se, o relacionamento com o meio aprofundou-se, a escola abriu portas e janelas (1989, p. 20).

Pontos negativos - realça a falta de interação, de recursos, de participação de professores mas também a relação entre as escolas que já tinham dinâmica cultural e a possibilidade de sucesso na implementação do projeto:

(...) nem sempre aconteceu a tão desejada interacção entre a escola curricular e a escola extra-curricular, pelo menos duma maneira planificada e organizada. Mas ela aconteceu, de algum modo, em cada um dos intervenientes que viveu essas duas dimensões (1989, p. 20).

O problema põe-se sobretudo em relação aos alunos que não podem beneficiar da sua acção e que são a maioria (...) a escola não tem capacidade de oferta dos mesmos recursos a todos os alunos e acaba, muitas vezes, por beneficiar mais so que por ela já estão interessados (1989, p. 21).

Nem todos os professores participam, ao menos, do espírito do projeto, por vezes há dois mundos a funcionar dentro da mesma escola (1989, p. 21).

(...) as escolas que se propuseram entrar na experiência são escolas ou já com tradição de ocupação dos tempos livres ou duma dinâmica cultural, ou são aquelas que procuram a inovação, "mexer" com a escola, o que teoricamente tem uma base facilitadora para que a experiência tenha possibilidades de sucesso (1989, p. 21).

Da apreciação global da experiência pedagógica Escola Cultural, os autores deste relatório são favoráveis à sua continuidade, realçando a importância da filosofia que lhe está subjacente, referindo as consequências que tal implica:

A "Escola Cultural" configura um projecto decorrente de uma filosofia de educação que, em nosso entender, é desejável e necessário (1989, p. 58).

Da leitura do Relatório, fácil se torna concluir que o quadro significativo da problemática da "Escola Cultural" implica necessariamente (1989, p. 58):

- Abrangência cada vez mais dilatada da mudança de atitudes dos docentes e do pessoal auxiliar de acção educativa como educadores;

- necessidade de implantação do parque escolar que garanta as condições mínimas ao desenvolvimento da acção educativa nos moldes preconizados e da disponibilidade, em tempo, das verbas atribuídas;

- Generalização progressiva a toda a população escolar da **ESCOLA PLURIDIMENSIONAL E INTERVENTIVA**

Para os autores deste relatório não parece haver incompatibilidade entre o Decreto-lei 286/89 e a Escola Cultural, uma vez que consideram que ela poderá desenvolver-se no quadro da Área-Escola:

O Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de Agosto, confere às escolas autonomia no âmbito da organização de uma área curricular não disciplinar facilitadora do desenvolvimento generalizado da "Escola Cultural". No entanto, parece-nos pertinente dever manter-se a estrutura de dinamização e controlo como elemento condutor de mudança (1989, p. 58).

Relatório Validação Externa do Projeto Escola Cultural

Ano letivo 1989/90

Este relatório, elaborado pela Inspeção-Geral de Educação, tem três grandes capítulos de referência - Relação Escola Cultural/Escola; Relação Escola Cultural/Comunidade, Aspectos Positivos a Manter em Atividades de Complemento Curricular e, por fim, Conclusões. Os seus autores fazem referência aos critérios subjacentes à escolha das escolas que foram analisadas - nível de escolaridade (desde o 1º ciclo ao ensino secundário); ensino particular e cooperativo e escolas oficiais; escolas pertencentes a todas as zonas administrativas e pedagógicas do país, à data da realização do relatório. Fazem ainda menção aos instrumentos de recolha de dados - entrevistas, questionários, guião de observação de clubes e observação direta; bem como aos participantes - Conselho Diretivo/Diretor, Coordenador de Projeto, Professores dos Clubes e Alunos.

No que à relação Escola Cultural/ Escola diz respeito, dos dados recolhidos, quantitativos e qualitativos, é apresentada uma análise exaustiva que, por esse motivo, se abdicou de pormenorizar, limitando-nos a realçar neste estudo as principais conclusões para cada grande área analisada. São salientadas "linhas de força comuns que apontam para três grandes áreas que a operacionalização do Projecto consegue realizar e que complementam a acção da Escola Formal: ao nível dos conteúdos, ao nível da metodologia, ao nível relacional" (Inspeção-Geral de Ensino, 1991, p. 45).

Ao nível dos conteúdos

a operacionalização do Projecto:
permite abordar temáticas que não são institucionalmente abordadas adentro dos currículos estabelecidos; sugere, face à inexistência de programas rígidos, possibilidades de reformulação; aprofunda conhecimentos de algumas disciplinas; desperta o interesse dos alunos para outras componentes culturais; implica os alunos numa atitude de responsabilidade nos programas e actividades a realizar; favorece uma aplicação prática de conhecimentos; permite a interdisciplinaridade;

favorece a passagem do saber ao fazer; leva a um maior interesse por algumas disciplinas curriculares (1991, p. 45).

Ao nível das metodologias

A operacionalização do Projecto:

Possibilita a experimentação de técnicas e metodologias não aplicadas nas aulas; reforça o valor do trabalho de grupo; leva os alunos a fazerem experiências, estudos, pesquisas; desenvolve a autonomia dos alunos através duma maior auto-responsabilização no desempenho das tarefas; melhora os seus métodos de estudo; desenvolve a criatividade de professores e alunos; desenvolve hábitos de trabalho; leva a uma maior participação dos alunos na definição dos objectivos e estratégias, na resolução de problemas e na avaliação dos resultados atingidos (1991, p. 46).

Ao nível relacional

A operacionalização do Projecto:

Aumenta a entreajuda e a cooperação entre os alunos; cria oportunidades de convívio e amizade; desenvolve um sentimento de respeito pelos outros e pelas normas do grupo; aprofunda a relação professor/aluno; permite ao professor um melhor conhecimento da personalidade dos alunos e viver-versa; leva a uma melhor integração social dos alunos na escola; aprofunda o auto-conhecimento dos alunos, das suas motivações e capacidades, com influência positiva na sua auto-estima; promove a "desinibição" de alguns alunos (1991, pp. 46-47).

Nesta primeira área de análise, os autores do relatório realçam a relação, a liberdade, o à vontade, a disponibilidade para aprender e oportunidade de descoberta, com o foco em professores e alunos:

As actividades dos clubes possibilitam, assim, um encontro diferente entre os actores principais do processo educativo em que esteve presente uma opção pessoal, em que a classificação final não é fantasma, em que cada um está mais disponível para se apresentar tal qual é, permitindo um conhecimento mais privilegiado do que o espaço da sala de aula em que, na maioria dos casos, está presente um certo jogo de forças e uma forma subtil de esconde-esconde (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 47).

Neste espaço há uma maior aproximação natural e uma participação mais íntima e transparente ao longo de todo o processo. Os alunos têm oportunidade de descobrir novos centros de interesse, capacidades e habilidades de que não suspeitavam, o que os pode vir a valorizar perante eles próprios, a família, os colegas e o professor (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 47).

Para além do "espaço coactivo", a escola pode oferecer o "espaço livre" que permite ao professor ensaiar novos métodos, praticar com os alunos aprendizagens de conteúdos diferentes, despertando-os para saberes que a ele próprio entusiasma e podem proporcionar uma maior realização pessoal e uma formação mais integral das crianças, adolescentes e jovens, aí seus companheiros de estrada (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 47).

Considera o Relatório que sendo "um dos objectivos do Projeto "Escola Cultural" (...) levar a uma maior abertura à comunidade (...) os dados recolhidos nesta área levam-nos a concluir que se caminha nesse sentido" (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 56), e expõe os pontos de vista do diversos dos diversos participantes:

Conselhos Diretivos/Diretores - opinião com mais enfoque a nível institucional

(...) foram as visitas às exposições e a assistência a outras actividades que mais levaram os Encarregados de Educação à escola, tendo havido também alguma colaboração, embora não muito significativa quer em termos de cooperação activa nas actividades quer em termos de apoio económico (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 56).

A ajuda das Associações de Pais, quando existentes, foi sobretudo de carácter logístico (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 56).

As autarquias colaboraram mais através da cedência de transportes e instalações e, ainda, disponibilizando alguns recursos como, por exemplo a cedência temporária de funcionários (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 56)

Coordenadores do Projecto - enfoque na presença do meio envolvente na escola, através de clubes escolares, e dos projetos de intervenção realizados no meio:

Consideraram que o meio envolvente esteve bastante presente nas actividades da escola através dos clubes escolares de História, Arqueologia, Etnografia, Artesanato, Património cultural, Folclore, Jogos e Cozinha Tradicional (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 56).

Realizaram-se certos projectos de intervenção no meio, desde inquéritos, colóquios, até à participação nos órgãos de comunicação social, sobretudo local e regional (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 56).

Professores - dupla dimensão da relação escola/meio, valorizando as personalidades e entidades oficiais presentes na escola mas também as saídas da Escola para o meio:

Afirmaram ter levado à escola figuras ligadas à comunidade local e entidades oficiais numa perspectiva de alargamento progressivo de horizontes (...) ou levado a escola à vida, conhecendo empresas a que, provavelmente, daqui a alguns anos, os jovens poderão eventualmente vir a pertencer (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 56).

Alunos

Muitos deles declararam ter conhecido locais que ignoravam no seu bairro ou na sua terra, ter descoberto realidades sobre o património, revelando alguns ter tido as primeiras experiências sobre a prática profissional local,

facilitando assim emergências vocacionais (Inspeção-Geral de Ensino, 1991, p. 57)

O capítulo das conclusões começa por inserir o Projeto Escola Cultural nos princípios do Decreto-Lei nº 286/89 de 29 de agosto que, por sua vez, decorre da Lei de Bases do Sistema Educativo que "aponta para uma escola pluridimensional orientada para a formação integral e realização pessoal do educando" (Inspeção-Geral de Ensino, 1991, p. 76).

O Decreto-Lei 286/89, de 29 de agosto (Planos Curriculares do Ensino Básico e Secundário) responde a esta orientação [da Lei de Bases do Sistema Educativo] impondo a criação de actividades de complemento curricular "de carácter facultativo e natureza eminentemente lúdica e cultural, visando a utilização criativa e formativa dos tempos livres dos educandos", integrando deste tipo de actividades também o desporto escolar. O Projecto Escola Cultural insere-se nestes princípios dando resposta a este modelo de escola.

É com a filosofia educacional do Projeto Escola Cultural de Manuel Ferreira Patrício, de uma publicação, em entrevista, no "*Diário de Notícias*" no dia 3 de junho de 1990 e incluída neste relatório (p. 77), que os autores justificam a associação entre este decreto e o Projeto Escola Cultural:

Em entrevista ao Jornal "Diário de Notícias" de 3 de junho o Prof. Manuel Ferreira Patrício define do seguinte modo a filosofia educacional do projecto:

Transcrevem-se alguns segmentos da entrevista, que será anexada a este estudo:

Quanto à filosofia de base do Projecto, tentarei esquematisá-la nos seguintes princípios: o educando é o centro do processo educativo, pelo que é para ele que todo este processo se ordena (filosofia pedagógica personalista); o processo educativo escolar deve ser assumido pela escola na sua integralidade; o curriculum estrito é insuficiente; a experiência total de aprendizagem dos educandos é bipolar e deve realizar-se flexivelmente dentro do espaço que esses dois pólos definem: o pólo do constrangimento e da heterodeterminação programática (aprendizagem centrada nos saberes constituídos e socialmente impostos); o pólo da liberdade e da autodeterminação programática (aprendizagem centrada) naquele que aprende e ancorada nas suas vocações e disposições naturais, que são a fonte constituinte de novos saberes) (Patrício, 1990) citado por (Inspeção-Geral de Ensino, 1991, p. 77).

O processo educativo é, na sua inteireza e na sua profundidade máxima, um processo cultural. Aquilo que o aluno assimila, frui, cria e difunde é a cultura. A substância do processo educativo é realmente a cultura humana. O acto educativo é realmente um acto cooperativo. Não é apenas um acto do educando, é também um acto do educador. (...) Como acto cuja medula ou substância é a cultura, o acto educativo é um acto situado. (...) (Patrício, 1990) citado por (Inspeção-Geral de Ensino, 1991).

A antropagogia é a teoria e a prática da formação do homem na sua humanidade. Ora o homem é sempre em situação e é em situação que se forma. (...) Não há educação tendencialmente plena que não seja educação comunitária. A cultura é, na sua essência, multidimensional, pelo que uma educação habitada intimamente pela intencionalidade cultural não pode ser unidimensional, tem de ser multidimensional. (...) (Patrício, 1990) citado por (Inspeção-Geral de Ensino, 1991).

E apontando para conclusões finais, diz o relatório:

O trabalho realizado pela IGE procurou avaliar em que medida o modelo era operacionalizado dentro dos seus campos de observação podendo concluir-se em linhas gerais, pelos aspectos positivos e negativos dominantes: (Inspeção-Geral de Ensino, 1991, p. 78)

Aspectos positivos: aprofundamento de conhecimentos, melhor relação professor/aluno, desenvolvimento da criatividade de professor e alunos, melhor relação escola/comunidade, maior interesse pelas disciplinas curriculares, incremento do trabalho de grupo, maior responsabilização e auto-organização dos alunos, satisfação dos intervenientes, ocupação dos tempos livres, novo conceito de cultura (Inspeção-Geral de Ensino, 1991, p. 78).

Aspectos negativos: falta de espaços adequados, falta de equipamentos adequados, dificuldade de articulação de horários, falta de recursos financeiros, pouca participação dos professores não envolvidos nos projectos, carga curricular demasiado elevada, falta de coordenação dos trabalhos, deficiente articulação entre a Escola Formal e a Escola Cultural (Inspeção-Geral de Ensino, 1991, pp. 78-79).

Motivação para as atividades escolares

O projecto "Escola Cultural" tem reflexos na Escola curricular (...) o que leva a que o aluno fique mais motivado para a Escola (Inspeção-Geral de Ensino, 1991, p. 79).

A relação com a comunidade

O relacionamento com a comunidade (...) dá já alguns passos significativos. Por um lado, porque procura valorizar patrimónios regionais e saberes antigos dando aos alunos um sentimento cultural de pertença, e, por outro lado, porque leva a que os Encarregados de Educação e familiares visitem a escola, vejam exposições, assistam a festas e desfiles, colaborem e participem duma maneira mais activa. (...) (Inspeção-Geral de Ensino, 1991, p. 79).

Diversos são os motivos para que a satisfação dos intervenientes, aqui considerados professores e alunos, seja globalmente positiva

Os professores têm oportunidade de se reunir com um grupo jovem, que comunga o seu gosto por determinado assunto e com ele fazer uma caminhada de partilha (Inspeção-Geral de Ensino, 1991, p. 79).

Os alunos aprofundam conhecimentos, ganham novos interesses, criam relações mais fortes de amizade entre si e com os professores. É uma

maneira de estar diferente e uma experiência de maior realização pessoal, para ambos os lados. Claro que há problemas e situações, como os atrás apontados - falta de espaços adequados, falta de equipamentos e materiais, falta de verbas - e que importa resolver (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 80).

Os alunos desejam, ainda, maior participação pessoal dos professores (disponibilidade, simpatia, atenção) e melhor colaboração por parte do pessoal auxiliar de acção educativa (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 80).

Quando se pronunciam sobre os aspectos fundamentais do projecto a manter em futuras actividades de complemento curricular, em primeira instância, todos defendem que não só devem manter-se todas as actividades já desenvolvidas como o seu alargamento (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 80).

Os princípios que, segundo eles, devem estar presentes nas actividades desenvolvidas ou a desenvolver são: a consciencialização da acção do homem e nos campos sociológico e tecnológico consciencialização da cultura regional no contexto nacional; a ocupação dos tempos livres; a educação cívica (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 80).

As grandes áreas seleccionadas são as da componente artística, componente de formação do cidadão, componente desportiva, componente comunicação, componente científica (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 80).

Parece poder dizer-se que a Inspecção-Geral de Educação nas pessoas dos seus autores, tirou uma conclusão global do projeto, articulando-a com a política educativa vivida na altura

O Projecto "Escola Cultural" não será a única resposta para uma escola pluridimensional, pois pensamos que em pedagogia não há nunca um só caminho, uma forma única de abordar as coisas, mas este é, certamente, um bom caminho. Tem uma filosofia, uma estrutura, um objectivo. Tem militantes, simpatizantes iniciados e críticos. Aposta numa escola mais enraizada, mais viva, dinâmica e aberta (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 81).

Considerações finais sobre a Memória Objetiva

A memória objetiva da Escola Cultural integra documentos como quadro legal, documentos produzidos na âmbito da Comissão de Reforma do Sistema Educativo, documentos do Instituto de Inovação Educacional (revistas sobre atividades e discussão de temas, organização do trabalho, despachos,...), relatórios de avaliação do projeto (dos cinco realizados foi possível aceder a dois), documentos das escolas, fotografias das atividades, vídeos, artigos de jornal, reportagens televisivas e radiofónicas, contudo, neste estudo não foi possível o acesso a muitas dessas fontes. O arquivo da Rádio Televisão Portuguesa, RTP, fazendo a pesquisa através de "Escola Cultural", Comissão de Reforma do Sistema Educativo" e "Manuel Ferreira Patrício", apenas havia, à data do contacto, dois ficheiros disponíveis, respeitantes à divulgação de dois livros de congressos da Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural, AEPEC, no Programa *Acontece* de Carlos Pinto Coelho. Quanto à Rádio Renascença, com os mesmos termos de pesquisa mas também "Carlos Brito"⁵, não constou qualquer ficheiro. Segundo informações dadas, são duas as situações que podem acontecer - desatualização dos arquivos (não ter sido feita, de todo, a catalogação em determinados programas / anos) ou estar feita a catalogação sem que o autor do programa tenha registado o conteúdo do mesmo ou diversas rubricas nele incluídas).

No que se refere ao arquivo do Instituto de Inovação Educacional nada foi possível encontrar na Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, DGIDC, sua sucedânea, que estivesse relacionado com a experiência pedagógica do Projeto Escola Cultural. Colocada a hipótese de esses documentos terem desaparecido ou mesmo já não existirem, foi dito que não, que com certeza ainda não fora possível fazer a devida catalogação.

⁵ Presidente do Conselho Diretivo da Escola Preparatória Delfim Santos, que terá concedido uma entrevista a esta estação emissora.

MEMÓRIA SUBJETIVA

Dimensão "como surgiu"

Maria Emília Apolinário

Na dimensão "como surgiu", Maria Emília Apolinário refere como surgiu a Escola Cultural, fazendo referência a legislação, à CRSE, à LBSE, ao Ministro da Educação, à Proposta Global de Reforma, ao IIE. Socorre-se da PGR e de legislação para dar informação correta, preocupação constante. Tem consciência de que há aspetos que não tem bem presente na memória e que há memórias vagas. Refere também como surgiu o Projeto Escola Cultural na sua vida profissional e podemos observar três momentos distintos, embora sempre ligados ao IIE - o convite para integrar o IIE, a primeira reunião no IIE, em que escolheu trabalhar no no Projeto Escola Cultural e o momento em que oficialmente começou a ser secretária pessoal de MFP, que acumulou com o trabalho no referido projeto.

Maria Emília Apolinário enquadra a Escola Cultural como tendo a sua génese no âmbito da CRSE, criada na altura em que João de Deus Pinheiro era titular da pasta da educação e da cultura. Contextualiza a criação da CRSE num ambiente em que se pretendia mudar a educação, "*mexer na educação*", referindo também a LBSE, até aí inexistente, como documento orientador dos trabalhos da CRSE. Dá destaque a dois documentos elaborados pela CRSE - *Proposta Global de Atividades* e *Proposta Global de Reforma*, apresentada em julho de 1988, como relatório final dos seus trabalhos. Acrescenta que a CRSE, desde que começou a trabalhar, tinha dois anos para elaborar esta proposta. No que à constituição da equipa diz respeito, Maria Emília Apolinário valoriza a sua diversidade, o facto de serem pessoas ligadas à educação e com conhecimento sobre educação. Valoriza ainda o seu trabalho, de tal modo que revela preocupação por haver dificuldade em se encontrar a PGR, preocupação fundamentada no que considera ser o papel que a CRSE ocupa na história da educação portuguesa, papel que não pode ser negado, faz parte da história.

Considerações de Maria Emília Apolinário sobre o IIE

O IIE, inicialmente instalado na Avenida 5 de Outubro e que em 1 de setembro se fixou na Travessa das Terras de Sant'Ana, foi criado pelo Lei Nº 3/87 de 3 de janeiro, com a missão de investigação e inovação e coordenava alguns programas da CRSE. Sendo o trabalho deste instituto de natureza pedagógica, com o trabalho administrativo que lhe está

naturalmente associado, o IIE foi constituído essencialmente por professores - equipa formada por elementos dos diversos graus de ensino e a quem foi dirigido convite, cujo critério base era a experiência profissional desenvolvida na escola, com valorização do trabalho pedagógico para além do que estava formalmente estabelecido - participação em projetos, exposições, marcar a diferença. Era valorizado o conhecimento que se tinha da escola e a atitude profissional no dia-a-dia, estabelecendo-se, assim, uma relação entre o perfil dos professores convidados e a inovação pretendida.

Maria Emília Apolinário e o convite para o IIE

É através de um convite para ficar destacada no IIE, *"por via da Dra. Teresa Rio de Carvalho"* que Maria Emília Apolinário vê aberta a primeira porta para contactar com o PEC. Embora começando por dizer que *"fui parar ao Instituto de Inovação Educacional um bocado por acaso"*,

de forma inesperada, portanto. Atribui este convite ao facto de ser uma professora que dinamizava atividades culturais e desportivas com os seus alunos para lá do âmbito curricular. Maria Emília Apolinário estava insatisfeita com o Sistema Educativo vigente, tinha a convicção de que *"a Escola não se esgota nas disciplinas formais do currículo"*, tendo esta sua atitude enquanto professora, sido marcada também pela experiência enquanto aluna.

Quando foi convidada para integrar a equipa do IIE, mesmo não conhecendo os projetos, aceitou de imediato por ter a oportunidade de trabalhar em projetos inovadores, porque se ia *"mexer na educação"*. Valorizava a inovação e tinha, por isso, grande necessidade que tal acontecesse na educação, valorizava a existência de projetos inovadores nas escolas e também pensava, já na altura, que a Escola deve ser o centro da inovação em educação. Com este convite, criou-se um contexto de clara relação entre os trabalhos a desenvolver no IIE e a convicção e perfil profissional de Maria Emília Apolinário. A reforma pedagógica assume também, nas memórias e na filosofia de atuação de Maria Emília Apolinário, um lugar central

Maria Emília Apolinário e o primeiro dia de trabalho no IIE

Maria Emília Apolinário tem uma memória muito clara e detalhada do seu primeiro dia de trabalho no IIE, 1 de setembro de 1987, percebendo-se que foi um dia marcante. Sendo o dia em que se recebiam os professores destacados no seu novo trabalho, foi realizada uma reunião em que o presidente do IIE, Manuel Ferreira Patrício, explicou *"qual era a intenção da criação do Instituto de Inovação Educacional, qual era o papel do instituto no âmbito*

dos programas da comissão de reforma do sistema educativo (...) o que é que a comissão de reforma estava a fazer" e a postura do governo face à educação, com a subjacente decisão de mudança. Dentro deste contexto, foram também apresentadas as expectativas que existiam em relação a esta equipa de professores que agora integravam o IIE. Nesta reunião, Maria Emília Apolinário é sensível ao retrato físico de Manuel Ferreira Patrício,, que descreve como "um homem assim baixinho, com uma voz muito doce". Esta é também uma reunião cativante, em que os professores estavam "sentados a ouvir com muita atenção", e iam "ficando entusiasmados com o que estavam a ouvir", mas também uma reunião dinâmica e criadora de envolvimento, com espaço para os professores fazerem intervenções. Na dinâmica que estava a ser criada, foi valorizada a liberdade de escolha, uma vez que os professores tiveram a possibilidade de se inscreverem para trabalhar no projeto com que mais se identificassem e que mais gostassem. Ao longo deste dia, que incluía, naturalmente, espaços para as pessoas se conhecerem, Maria Emília Apolinário apercebeu-se que todos os professores que lá estavam, pensa que 36, tinham estado envolvidos em projetos nas escolas, exposições, chamando também a atenção para a criatividade, capacidade artística e experiência em projetos, de uma colega de Belas Artes. Uma vez mais se percebe a importância do perfil profissional como valor da Escola Cultural. O perfil profissional volta a ser uma tônica, valorizando a criatividade, a inovação e o tipo de experiência profissional que vai para além do currículo.

Maria Emília Apolinário e a identificação com o Projeto Escola Cultural

Logo desde o início da sua apresentação, Maria Emília Apolinário começou a identificar-se com o Projeto Escola Cultural - "eu, a Dulce e mais duas ou três começámos logo a gostar do Projeto Escola Cultural pela explicação que o professor tinha dado", sendo vários os motivos: nova organização da escola, valorização da componente extracurricular organizada em clubes escolares, ao lado do currículo, relação entre o Projeto Escola Cultural e projeto de atividades da escola, autonomia da escola na organização e proposta de clubes, possibilidade de escolha por parte dos alunos. A identificação inicial de Maria Emília Apolinário com o Projeto Escola Cultural foi-se reforçando, tendo o projeto sido considerado aliciante, interessante, inovador e criativo. Sendo a Maria Emília Apolinário uma professora que valorizava a mudança na escola e a mudança como processo inovador e criativo mas que valorizava também o "sentido prático" que o Projeto Escola Cultural representava para si, escolheu trabalhar neste projeto - "eu pus o nome na folhinha da Escola Cultural, eu pus logo lá o meu nome – Maria Emília Apolinário."

Na fase da entrevista em que Maria Emília narra as suas memórias em relação a esta reunião, há um grande reforço, pela repetição de expressões e ideias, da afinidade / identificação imediata que sentiu desde o primeiro momento com o Projeto Escola Cultural, da relevância dada a uma nova organização de escola e da criatividade e competência da colega Dulce - "a Dulce foi sempre uma mulher muito criativa, aliás, nós olhamos para ela e vemos que ela transpira arte, e criação, é uma coisa..."

Deste dia inicial, Maria Emília Apolinário guarda também a memória do espaço físico do IIE - "nós no dia 1 de setembro chegámos lá e vimos um andar vazio. Vazio! (...) até o telefone estava no chão, havia só um telefone. É verdade! (...) Isto são memórias. Havia um corredor muito comprido, as salas estavam quase todas vazias e havia um único telefone para o piso todo, eram 36 pessoas a trabalhar." Era, claramente, uma espaço que precisava de ser equipado, o que ficou a cargo dos professores - "nós demos corpo àquele menino que nos caiu na mão. Portanto, nós ajudámos aaa..., pusemo-lo a andar, no fundo. Demos-lhe de comer, vestimo-lo, fizemos essas coisas todas, portanto, isso foi muito interessante porque aqueles 36 professores que lá estavam naquele dia estavam todos com muita expectativa do que é que iam fazer porque viram uma casa vazia." Uma vez mais, o envolvimento voluntário, a solicitação e a competência foram critérios que presidiram à atribuição destas tarefas - "o professor também pediu, logo nessa reunião, a quem tivesse alguma disponibilidade, para poder ajudar. Olhe, a Dulce, aí nem foi ela que se inscreveu, foi o professor que lhe disse que tinha visto que estava lá uma professora de Belas Artes e (...) pediu logo à Dulce que ficasse com a coordenação dos equipamentos, o que é que se tinha que comprar - secretárias, que tipo de material, que tipo de equipamento - porque para a oficina tinha que ser um, para o gabinete, os próprios gabinetes do presidente e das vice-presidentes foi tudo equipado nessa altura, fomos nós que adquirimos, corremos lojas para escolher as coisas. Pedimos orçamento, o professor era muito miudinho nos gastos, nunca foi de exagerar nessas coisas, pelo contrário."

Os dados parecem apontar, no desenvolvimento dos trabalhos no IIE, para uma liderança que integra o envolvimento das pessoas, dando-lhes a possibilidade de escolherem o trabalho que querem realizar, de acordo com disponibilidade e preferências, solicitando ajuda ou ainda valorizando competências que tenham e que sejam necessárias. Por outro lado, embora a liderança seja clara, o projeto está em construção e, por isso, nem tudo está decidido, pelo que pode haver espaço para tomadas de decisões das pessoas que

fortaleçam o envolvimento e o sentido de pertença. Este tipo de liderança parece ter tido resposta por parte dos professores uma vez que houve "entusiasmo" para começar o novo desafio, "interesse" em colaborar, os professores tomam a iniciativa em relação ao que é preciso fazer, há feedback às solicitações do presidente. O perfil volta a ter lugar central, estando também presente o desenvolvimento da autonomia.

No que a Maria Emília Apolinário diz respeito, divide-se entre vários trabalhos, "porque podiam estar em mais que um projeto (...) tirando esses projetos das atividades normais do IIE havia outras coisas para fazer." Desta feita, Maria Emília Apolinário divide-se sobretudo entre o trabalho do grupo do Projeto Escola Cultural, com o qual mantinha a identificação inicial, e o apoio ao gabinete do presidente, embora também tenha colaborado de forma empenhada, com os trabalhos de equipamento do IIE. "Portanto, eu sempre que podia (...) ora estava no Projeto Escola Cultural, mas ainda no arranque, ainda não havia o contacto direto, no terreno, com as escolas nem com o que as escolas estavam a fazer, portanto era lançar o projeto, ou no gabinete do presidente"

O convite de Manuel Ferreira Patrício a Maria Emília Apolinário para ser sua secretária pessoal

O convite feito por Manuel Ferreira Patrício a Maria Emília Apolinário para sua secretária pessoal, foi alvo de uma recusa inicial, uma vez que Maria Emília Apolinário continuava a sentir-se identificada com o Projeto Escola Cultural e a sentir que "a sua motivação" para trabalhar no IIE era o Projeto Escola Cultural, além de que sentia que era professora e não secretária - a colaboração que dava no gabinete do presidente era "mero jeito pessoal" e "não tinha recebido nenhuma formação", fazendo distinção entre jeito pessoal e o exercício do cargo e valorizando a respetiva formação. Maria Emília Apolinário acaba por aceitar o convite, uma vez que Manuel Ferreira Patrício garante que Maria Emília Apolinário continuará ligada ao "âmago" do Projeto Escola Cultural - "vai ficar sempre ligada ao âmago deste projeto, vai conhecer muito melhor a dinâmica da reforma estando aqui a trabalhar diretamente comigo, vai acompanhar isso muito melhor, para além do Projeto Escola Cultural, as outras coisas todas porque fica aqui diretamente comigo".

Apesar da reação de Maria Emília Apolinário e da argumentação inicial para a recusa, o perfil adquire, uma vez mais, relevância e é fator determinante da escolha de Manuel Ferreira Patrício - "dizia [o presidente] que andava a apreciar estes meses e que eu era muito organizada e que as pessoas gostavam de mim no gabinete." Por outro lado, e apesar de ser professora, Maria Emília Apolinário tem consciência de que havia trabalho que

tinha feito bem e com gosto - "É claro que (...) tenho um grande defeito que é gostar de falar, de maneira que aquilo não me fazia confusão nenhuma, pegar no telefone, marcar reuniões, ser simpática, receber pessoas, (...) aquilo era comigo. Por outro lado ainda, parece ter havido da parte de Maria Emília Apolinário uma grande disponibilidade para colaborar no gabinete do presidente, o que pode ter possibilitado a construção de uma relação de trabalho consistente e permitido tirar conclusões sobre o seu perfil - "e por lá fui ficando todos os dias [no gabinete do presidente]. (...) Não sei porquê, ele [o Presidente do IIE] teve logo tendência para me começar a chamar (...) às vezes tocava o telefone e dizia-me o Zé Luís: «Ah! Vá lá, vá lá, vá lá que é o presidente que está a chamar. É a si de certeza»."

Maria Emília Apolinário tem bem presente a forma de Manuel Ferreira Patrício fazer o convite, valorizando a sua capacidade de argumentação e de lidar com as pessoas, o contexto em que ocorreu. Reconhece ainda que Manuel Ferreira Patrício confiou em si e que tal é consequência de uma determinada postura sua perante o trabalho - "Não há dúvida nenhuma que eu acho que o professor confiou muito em mim. Também não tinha razões para não confiar porque eu fui sempre muito leal, muito trabalhadora, eu saía de lá às tantas, (...) não havia nada que se fizesse que eu não estivesse presente. E ele aprendeu a confiar também em mim."

Maria Emília Apolinário fez questão de esclarecer que não tinha ficado em causa a sua ligação ao Projeto Escola Cultural, afinal, "o que motivava Maria Emília Apolinário e a tinha entusiasmado" sendo que, de facto, acompanhou o Projecto Escola Cultural tanto enquanto secretária pessoal de Manuel Ferreira Patrício como nos momentos em que trabalhava directamente com o grupo constituído inicialmente.

Criação da AEPEC, Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural

Maria Emília Apolinário situa a criação da AEPEC, da qual foi sócia fundadora, em março de 1990, como forma de dar continuidade às ideias do Projeto Escola Cultural. Refere que

fizemos a primeira assembleia com cento e não sei quantas pessoas, eram todos professores das várias escolas do país. E (...) decidimos logo nesse ano, no final do ano, isto era em março, arrancar logo para a organização de um congresso que havíamos de fazer depois de dois em dois anos

Mas a atividade da AEPEC incluiu outros projetos:

Então fizemos o primeiro congresso em Évora sobre Educação Pluridimensional e Escola Cultural, (...) fizemos os congressos de dois em dois anos, (...) fizemos uns caderninhos também sobre Escola Cultural, fizemos colóquios em todo o país, (...) um dos focos da ação da AEPEC foi muito virado para as escolas de formação, para as ESE e para as universidades com

formação de professores porque o professor acreditava que era nos novos professores que se podia também meter aí o bichinho, digamos assim. Não houve tanto sucesso quanto isso

Sabe que os nossos congressos da Escola Cultural, da AEPEC, de dois em dois anos desde 1990, já são para aí uns dez, eu só não participei no último, na organização do último, fora os quarenta e tal colóquios que organizámos, fora os livros de atas, fora os suplementos, tínhamos um suplemento intitulado "O triângulo formativo - Educação, Cultura, Escola", que era publicado no diário do sul, dentro do jornal Diário do Sul

Os congressos da AEPEC, integravam dimensão teórica e prática:

nunca fizemos um congresso apenas teórico, nós tínhamos uma feira pedagógica também nos congressos, no fundo, uma mostra. Desafiávamos os professores a levar, não podiam levar as crianças, (...) algumas coisas que faziam, neste clube ou naquele, para que os professores que fossem aos congressos pudessem, na parte de baixo do auditório da universidade de Évora, ver alguns dos trabalhos que se faziam.

A narrativa da dimensão "como surgiu" parece fazer emergir o processo como base de sustentação de um todo coerente, coeso e consistente - se, por um lado, a valorização do perfil, da competência, de gosto e interesse pessoal / profissional são importantes para o desempenho das funções, também são um contributo indelével para a criação de um bom ambiente de trabalho, onde cada um sente que tem um espaço próprio e algo a dar, e onde as equipas se tornam fortes por serem diversificadas. Desta forma, o ambiente de trabalho, parece ser determinante para o sucesso dos projetos a desenvolver.

Margarida Santos Carvalho

A primeira memória da narrativa de Margarida Santos Carvalho está associada à dimensão "como surgiu" e remete a entrevistada para o Dia D das escolas, em 1988, integrado nas atividades dinamizadas pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo, que visava a "renovação pedagógica da escola" e que envolvia as escolas na discussão dos textos publicados nos Documentos Preparatórios I:

Foi 88 [1988] (...) houve um dia, chamado dia D das escolas. A comissão de reforma do sistema educativo tinha editado uns livrinhos (...) tinha sido arranjado um dia, em que as escolas iam discutir esses projetos.

É a propósito do processo que se desenvolve na escola Escola Preparatória Fernão Lopes, que Margarida Santos Carvalho contacta com o Projeto Escola Cultural e a ele adere de imediato com muito entusiasmo, entusiasmando também os colegas, a partir da sua total identificação com o projeto, identificação que expressa de forma clara:

Quando li aquele texto⁶ eu cheguei ao fim e disse: era isto que eu queria, como é que eu não encontrei, como é que ninguém escreveu isto há mais tempo?

Mais no final da entrevista, MSC volta a expressar de forma muito pessoal esta sua identificação:

isto é assim como a história, quer dizer (...) deixa-me poetizar um pouco mas isto é assim como as pessoas que (...) toda a vida querem encontrar um príncipe encantado, com o que isso significa no imaginário do príncipe encantado, eee... que o encontram, não muito cedo; portanto, já numa altura de maturidade encontram o príncipe encantado.

Margarida Santos Carvalho dá ênfase ao que recorda como sendo os "Mandamentos da Escola Cultural" com os quais se identificou desde o primeiro momento e que vinham ao encontro do que sempre considerou serem os objetivos da Educação e da forma de organizar uma escola.

Sendo vários os textos dos livros sobre que era necessário refletir, os professores da escola optaram por se dividir em grupos, em que cada um/grupo escolhia o texto para estudar e, posteriormente, fazer a apresentação aos colegas, com a preocupação de

cada um, que tinha lido e estudado esse texto, às vezes eram dois ou três, explicava aos outros o que é que dizia, fazia as conclusões e explicava bem explicadinho para que os outros não precisassem de ler o texto em si.

Contudo, com Margarida Santos Carvalho foi diferente:

Antes de escolher houve alguém que me disse assim: olha está aqui um que é mesmo bom para ti, isto chama-se Escola Cultural (...) é muito complicado, portanto isto deve ser mesmo bom para ti. Bem, como o texto tinha meia dúzia de folhinhas, eu disse até fico sozinha a ler o texto, portanto este fica para mim sozinha.

Tendo aceitado a proposta, preparou o texto com antecedência para apresentar aos colegas, e foi nesta altura que se identificou com o Projeto Escola Cultural, identificação que assume como "paixão", palavra que aparece repetidamente ao longo da entrevista, sendo também este o momento em que faz a comparação com o encontro com o príncipe

⁶ Patrício. (1987). A Escola Cultural: Sua Natureza, Fins, Meios e Organização Geral. In Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação (Ed.), *Documentos Preparatórios I* (pp. 55-74). Lisboa: Comissão de Reforma do Sistema Educativo.

encantado, referido anteriormente. Esta "paixão" é consciente e valorizada, e fruto de quem vê na Escola Cultural o que procurava na educação:

Mas ainda por cima porque é aquela paixão de uma pessoa que encontra uma coisa que tem a sensação de que andou toda a vida à procura.

É nesta fase de preparação da discussão / reflexão na escola que fica gravado na memória de Margarida Santos Carvalho um "mandamento" ao qual não fica indiferente:

E é preciso não esquecer que naquele primeiro texto, o célebre texto que eu li (...) um dos objetivos da Escola Cultural é dar felicidade aos atores do drama escolar; e eu acho que, como toda a gente na vida persegue a felicidade (...), alguém que aposta em que a escola tem de dar felicidade aos que lá trabalham, a todos os atores, é realmente uma coisa que tem que se aproveitar com ambas as mãos.

Margarida Santos Carvalho narra de forma clara que a "impetuosidade e entusiasmo" com que apresentou o projeto aos colegas, teve impacto e foi consequente em termos das suas decisões para a candidatura à sua implementação na escola:

contei aquela história, quer dizer, aquelas seis páginas com tal (...) impetuosidade e entusiasmo, que os meus colegas ficaram também realmente muito... expectantes que aquilo era capaz de ser uma boa coisa. E resolvemos fazer um projeto para concorrer ao Projeto Escola Cultural (...). Ora bem, com grande satisfação, a escola foi contemplada com esse projeto e portanto ia participar no Projeto Escola Cultural.

Dimensão "inovação"

Maria Emília Apolinário

Ao longo da entrevista, Maria Emília Apolinário dá sempre especial relevância à inovação, a começar, como foi referido anteriormente, pela aceitação do convite para integrar o IIE porque "estava ligado a projetos inovadores". Por outro lado, refere-se com clareza à ideia de "mexer na educação", a propósito da Reforma do Sistema Educativo e da reorganização pedagógica da Escola:

Uma das grandes ideias era mexer na educação, e daí que o Ministro João de Deus Pinheiro tenha proposto a constituição da Comissão de Reforma do Sistema Educativo.

o programa que colocava à cabeça de todos eles, era o da organização pedagógica da escola, (...) a comissão entendia e entendeu (...) que havia várias coisas a fazer na educação mas que uma das essenciais era começar pela escola, organizar pedagogicamente a escola de uma maneira diferente.

Só me tinham dito que era para ir destacada para um instituto que estava ligado a projetos inovadores, a fazer na escola, a lançar nas escolas e portanto, tudo o que eram projetos inovadores a lançar nas escolas deixava-me entusiasmada e aceitei o destacamento.

Tais expectativas em nada saíram frustradas uma vez que, além de ter vivenciado o Projeto Escola Cultural enquanto projeto inovador, hoje continua a pensar que assim foi.

nós gostámos do que ouvimos, (...) basicamente a escola organizar-se-ia de um modo diferente daquele em que se organizava até aí, em que só havia disciplinas, formais (...) o currículo era a base principal mas que ao lado do currículo ia haver a dimensão extracurricular organizada em clubes escolares e cada escola em cada região etc. podia propor os clubes que quisesse

Ora bem, nós naquela altura ficámos encantadas com a explicação que o professor deu. (...) ia[o Projeto Escola Cultural] mexer com as escolas e então achávamos que era uma escola criativa, inovadora e para nós era aliciante ver que, para além das disciplinas obrigatórias do curriculum, que os alunos na escola podiam fazer outras coisas. Eu se quisesse fazer desporto fazia... inscrevia-me num clube desportivo, eu se quisesse fazer teatro inscrevia-me no clube de teatro

São vários os níveis de inovação que considera existirem:

Conceptualização

Era inovadora [a Escola Cultural] em termos de teoria, que lhe dava forma.

Ele [Manuel Ferreira Patrício] próprio tinha essa experiência. O que é que ele fez? Foi procurar olhar bem para essa experiência e dar-lhe forma do ponto de vista conceptual, portanto ele concebeu a teoria e agora vamos pôr isto a funcionar com pés e cabeça, por isso é que eu acho que o projeto é o único projeto em Portugal que tem uma teoria e uma prática.

Completamente inovador. Porque (...) tudo o que está escrito tem uma prática na escola.

Organização pedagógica / organização pluridimensional, com as suas consequências em termos da organização do horário dos professores e com a intencionalidade dada às atividades, integradas num projeto global de escola:

Outra grande inovação que o Projeto Escola Cultural trouxe, e eu acho que continua a ser inovação inerente ao Projeto Escola Cultural (...) era a interação, que estava explicada nas bases, entre o currículo, as atividades curriculares e as atividades extracurriculares.

Mas se for um professor, esse tempo [das atividades extracurriculares] tem que ser contabilizado, porque é tão importante aquele trabalho como o trabalho de uma disciplina. (...) Tal como era proposto ser avaliado, tal como era proposto a contabilização no horário do docente, tal como era proposto a participação no conselho pedagógico.

o clube tinha uma organização, um regulamento interno, tinha o dinheiro para gerir mas também tinha que cativar outro tipo de verbas.

primeiro projeto que apareceu organizado de maneira que a escola fosse uma escola a tempo inteiro.

E eu própria me lembro, desde 76 que comecei a trabalhar, que nós sempre que tínhamos uma data para comemorar havia... entrava o teatro, entrava a

poesia, essa comemoração era feita fora das disciplinas, em atividades que a escola compunha mas estavam desenquadradas do plano formal das disciplinas.

não estavam enquadradas [as atividades desenvolvidas] num plano de escola até esta data, ou seja, a escola era organizada no âmbito do seu plano de atividades, de acordo com as disciplinas formais, portanto, logo a escola era unidimensional, só tinha uma dimensão que era a dimensão curricular

Lugar atribuído à pessoa que é o aluno, embora o professor também seja considerado na sua condição de pessoa - Maria Emília Apolinário é clara quanto ao lugar central que ocupa na Escola Cultural a pessoa que é o aluno, ao lugar que ocupa a sua vocação, os seus gostos, os seus interesses a possível descoberta ou despertar vocacional:

a escola fosse o fulcral da mudança

[Manuel Ferreira Patrício] achava que a mudança na educação tinha que começar na escola, porque a escola era o local (...) onde se formam os jovens (...) a mudança de paradigma de escola era fundamental ser a primeira, ser a que dava o pontapé de saída, por isso o programa de execução A1 [Institucionalização de um modelo de escola pluridimensional]

Os alunos escolhiam o clube que gostavam, de acordo com as suas vocações - e olhe que eu sei que muitas vocações despertaram ali nas escolas. Muitos jornalistas frequentaram clubes de jornalismo porque eu já falei com sobre isso. E diziam - Ah, eu frequentei um clube de jornalismo na minha escola e adorei e foi por isso que eu fui para jornalista - com o jornal da escola, com os artigos que escreviam sobre o que se passava.

Eu volto a dizer, a minha memória, desde sempre, aquilo que eu gostei particularmente no Projeto Escola Cultural era que nós na escola pudéssemos viver, aprender, conhecer outro tipo de áreas que não só o Português e a Matemática, que são muito importantes porque nós não temos esta escola sem a outra mas que essas matérias, eles iam às aulas com outro gosto se soubessem que tinham o poder de participar nos clubes que gostavam e que, e que... onde se tinham escrito por livre iniciativa.

eu lembro-me que numa escola um professor de matemática era coordenador de um clube ~~de~~ de outra coisa que não tinha propriamente que ver com a matemática mas que ele tinha também aquele interesse.

Abertura ao meio / comunidade, cujos elementos como pais e encarregados de educação ou outras pessoas devidamente credenciadas, podiam ser responsáveis por um clube:

Um artesão de uma localidade podia ser o coordenador do clube. (...) houve participação de outras pessoas [para além dos professores] nos clubes (...) a abertura da escola ao meio era completamente inovadora. Até aí a escola não estava aberta ao meio, eram sempre os professores a fazer tudo; (...) era uma questão inovadora, completamente inovadora

Pela primeira vez houve uma conceção destas ideias, procurando integrar outro tipo de coisas interessantes, por exemplo, abertura à comunidade com participação de pessoas da comunidade. (...) havia um compromisso. Um ano inteiro. Até podia haver um pai que fosse coordenador de um clube desde que tivesse desenvolvido alguma atividade naquela área porque os clubes era a escola que os definia, não era o IIE.

Envolvimento dos alunos

uma direção de uma escola que se propõe (...) concretizar um projeto desta natureza, fê-lo com conhecimento da escola, da sua escola, do seu meio, dos seus alunos (...) Vamos propor eventualmente estes clubes – x, porque sabemos que os nossos alunos se interessam por este tipo, poderão eventualmente interessar-se por este tipo de matérias. Portanto também há esse trabalho por parte da escola

Autonomia das Escolas / preservação da identidade das Escolas

Eu visitei muitas escolas e portanto via as diferenças entre o que se fazia numas e o que se fazia noutras. E isso era de uma riqueza e de uma diversidade que até tem que ver com a nossa natureza, nós somos um país pequenino mas somos diverso. Não é na língua, a língua de facto é o fator unificador mas somos diverso na comida, na gastronomia, ~~na~~ nas danças, nos cantares... e isso revia-se no modelo Escola Cultural, que era de uma riqueza fabulosa.

uma das grandes mais-valias deste projeto (...) era o respeito pela autonomia da própria escola, no sentido de organizar as atividades extracurriculares livremente, de acordo com a área geográfica onde se situavam, de acordo com a comunidade educativa, com os alunos, com a população escolar.

respeito pela autonomia da identidade da escola, porque se a dimensão curricular é igual para todas, a escola pode fazer a diferença na dimensão extracurricular.

Deixava-se liberdade à escola para organizar o projeto. As bases eram aquelas e as propostas são da própria escola, e é isso que mostra a grandeza deste projeto e o facto de numa escola num bairro problemático como a do Porto ter grande sucesso de integração daquelas crianças como teve num colégio em que aquelas crianças são de uma camada social elevada

Formação de professores e avaliação do projeto, que integravam

no início de cada ano letivo haveria um seminário de formação dos próprios professores que iam ficar coordenadores do projeto e do diretor de escola em princípio

No final haveria um grande encontro anual com as escolas do projeto para no fundo fazer uma balanço e uma avaliação, para mostrar o trabalho feito Além de se fazer avaliação escrita, mostrar umas às outras o que se fazia, e depois verificava-se que as coisas eram de uma diversidade. A riqueza do Projeto Escola Cultural também tem que ver com isso, com a diversidade do nosso país.

Eu há bocado disse que o professor no início do ano fazia um seminário de formação de professores em Évora, com os professores da escola, no fundo ele ensaiava com os professores o que os professores iam fazer com os alunos,

constituíam clubes também durante uma semana. E no último dia fazia-se uma mostra. Com poesia, com literatura, uma coisa extraordinária, os professores saíam dali com a alma cheia, com a alma cheia, com vontade de fazer coisas, com ideias para fazer coisas, e depois conversavam uns com os outros de coisas que uns faziam na sua escola e outros que ainda não tinham feito e dali nascia uma nova ideia para um clube ou para uma outra atividade

Sob a tutela do Instituto de Inovação Educacional, presidido por Manuel Ferreira Patrício, o Projeto Escola Cultural foi implementado enquanto experiência pedagógica mas com uma forte coordenação e apoio às escolas:

O IIE iria ter uma equipa a coordenar o projeto, no próprio instituto, mas depois havia em cada direção regional, também um coordenador. Que no fundo as direções regionais de educação... o IIE contactava diretamente com as escolas mas havia naturalmente que passar também pelas direções regionais.

Maria Emília Apolinário associa a qualidade que atribui ao Projeto Escola Cultural ao conhecimento que Manuel Ferreira Patrício tem sobre o funcionamento da Escola:

Só um conhecedor muito grande da forma como as escolas funcionam é que conseguia conceber um projeto destes. Isto é a minha convicção e independentemente de eu ser fã do projeto e adepta das ideias do Projeto Escola Cultural e do professor Manuel Patrício como mentor. Independentemente disso, eu vejo que há ali aspetos, nenhum aspeto foi descurado. Quando nós lemos aquele texto das bases para a institucionalização do modelo, nós percebemos isso. É a fórmula, é a maneira como se está representado no conselho pedagógico, está lá tudo

Margarida Santos Carvalho

A narrativa de Margarida Santos Carvalho está permeada por referências implícitas e explícitas à inovação que o Projeto Escola Cultural representa para si, e à inovação que representou para a escola em que lecionava. Aliás, toda a sua narrativa é feita com base nesse pressuposto. Parece que a entrevistada e a Escola Preparatória Fernão Lopes estavam em sintonia com Manuel Ferreira Patrício quando este escreveu sobre "A presença da inovação educativa na Proposta Global de Reforma da Comissão de Reforma do Sistema Educativo":

A inovação escolar é entendida como vivificação permanente da Escola, do ponto de vista pedagógico. A inovação é vista, pois, como um processo contínuo, ininterrupto. Os impulsos inovadores tanto são endógenos como exógenos. Associada intimamente à inovação pedagógica aparece a dinamização pedagógica da Escola. A inovação é positivamente relacionada com uma educação moderna e activa. É dito que o programa se orienta para «a criação de uma atitude nas Escolas». A inovação decorre, pois, fundamentalmente de uma atitude, tem uma raiz mental (Patrício, 1996, p. 29)

Margarida Santos Carvalho expressa na entrevista que a sua conceção de Escola não se limita nem ao espaço físico da Escola nem aos professores e alunos:

sendo a escola um espaço de vida (...) a Escola Cultural, como uma escola que se preza, como uma verdadeira escola, (...) era mais um pólo, era mais um conjunto de pessoas que estavam integradas, integradas, viviam numa Rua, num bairro, numa freguesia, aliás, ainda por cima, nós estávamos ali assim na confluência de mais do que uma freguesia.

Também é claro que o perfil de professor que pensava ser adequado a essa conceção de escola, teria que ter uma ação para lá dos limites, físicos e pedagógicos, da sala de aula:

eu (...) achava que um professor não era professor só dentro da sala de aula, ou melhor, a ação de um professor não se esgotava na sala de aula. (...) a escola é mais do que o que se passa na aula. (...) Achava que eu era professora, que tinha que ser professora, tinha de haver vida para além de estar fechada na sala com os meus alunos.

Eu sempre achei que se era professor dentro da sala de aula e fora da sala de aula, e mais, não era se podia ser, era que se tinha que ser professor fora, dentro e fora da sala de aula.

Assim, quando é "confrontada" com o Projeto Escola Cultural, reconhece a inovação que há muito desejava:

Quando li aquele texto⁷ eu cheguei ao fim e disse: era isto que eu queria, como é que eu não encontrei, como é que ninguém escreveu isto há mais tempo?

Eu acho que sonhei com isso metade da minha vida.

Ó professor Patrício, quando a Escola Cultural estiver organizada como o Sr. preconizou, ela realmente deixa de ser Escola Cultural, ela é só "a Escola" porque finalmente há uma Escola. Isto agora que a gente tem é muito insuficiente, muito geradora de... pronto, quer dizer, ninguém se sentia completamente feliz.

A escola, é escusado dizer, quando ela for essas dimensões todas, quando ela for plenamente a dimensão letiva, a dimensão extralectiva, a dimensão de interação, e essa quarta dimensão ecológica, nós estamos na escola que já não é Escola Cultural, que é a Escola.

Um dos objetivos da Escola Cultural é dar felicidade aos atores do drama escolar; e eu acho que, como toda a gente na vida persegue esse, persegue a felicidade, alguém que aposta em que a escola tem de dar felicidade aos que lá trabalham, a todos os atores, é realmente uma coisa que tem que se aproveitar com ambas as mãos.

o professor Manuel Patrício era um homem com competência, com audácia, para ter criado, para ter imaginado e pensado aquele projeto da Escola Cultural

⁷ Refere-se ao texto de Manuel Ferreira Patrício intitulado "A Escola Cultural: sua natureza, fins, meios e organização geral" que integra o volume I dos *Documentos Preparatórios* da Comissão de Reforma do Sistema Educativo.

As pessoas agarraram porque ele [o Projeto] era muito agarrável e era muito (...) era muito agarrável, era extremamente plástico no sentido de que... conseguia apaixonar pessoas até muito diferentes. (...) depois era um projeto que não formatava, não formatava porque a grande aposta da Escola Cultural era formar miúdos autónomos, miúdos que tivessem, e eles tiveram pela primeira vez na escola, um espaço de liberdade e um espaço de escolha. (...) uma verdadeira escolha é entre duas coisas possíveis

As expectativas eram grandes em relação aos resultados do que poderia a implementação do Projeto Escola Cultural, fazer pela Escola:

Nós tínhamos uma escola (...) lindíssima mas com aquilo a que se chama com muita falta de recursos, com muita falta de espaço, e nós tínhamos no nosso projeto, um projeto que se calhar até era um bocadinho megalómano mas foi a tentativa de: vamos fazer uma escola, aproveitando ao máximo todas as potencialidades dadas pela Escola Cultural.

A Escola organizou-se, então, criando a dimensão extraletiva mas tendo consciência de que

a grande descoberta estaria em encontrar maneira de articular estas duas dimensões [letiva e extraletiva]

"Para quem só via de fora" a "grande novidade" era a existência de clubes, contudo,

o (...) Professor Patrício no seu projeto, além destas duas dimensões, (...) falava de uma terceira dimensão que era a dimensão da interação, entre as duas partes, portanto teria que haver alguma coisa que ligasse a parte curricular à parte extracurricular.

Na Escola Fernão Lopes, depois de os professores responsáveis pelos clubes escolares terem organizado com os alunos, o trabalho que se iria realizar, optou-se por tornar bem visível a toda a escola, as interações a estabelecer, embora houvesse a possibilidade de se colocar a indicação da interação a posteriori, uma vez que podia ser realizada sem estar prevista. Outro tipo de interação que aconteceu nesta Escola foi entre clubes escolares. Eram visíveis tanto o envolvimento dos alunos como a sua curiosidade, como ainda a associação que Margarida Santos Carvalho estabelecia entre interação e partilha e vida:

Tentámos, (...) no conteúdo daquilo que se ia dar nos clubes, que eles tivessem logo de início uma grande ligação com a parte escolar.

E então o que é que fizemos? Num placard (...) pusemos o programa de todas as disciplinas (...) e depois (...) os professores dos clubes [do outro lado do placard] escreveram também os conteúdos que iam mais ou menos desenvolver no clube, aquilo depois de terem já conversado com os miúdos. (...) Depois aquilo é que era muito engraçado. Já te disse que os recursos eram infinitamente pequenos, e então eram folhas de papel A4 onde cada um punha os seus conteúdos e depois com umas fitas, que eram umas serpentinas.

Por exemplo, o professor do clube de cerâmica (...) pôs uma setazinha [serpentina] para a disciplina de Ciências, porque ele achou que já que os meninos iam trabalhar com barro, que aquilo tinha a ligação com a disciplina de Ciências. (...) o clube de teatro se ligou à disciplina de Português quando eles dessem a dramatização. Isto era os clubes, os professores dos clubes, com uma fitinha azul, faziam uma seta [serpentina] para as disciplinas;

por outro lado, os professores das disciplinas, portanto aqueles que lecionavam as disciplinas, com uma fitinha cor-de-laranja, faziam - Ora bem, eu quando der a poesia, era bem bom que no clube de leitura os miúdos pudessem ler poesias - fazia uma setazinha [fazia a ligação com uma serpentina].

Aí durante assim uma semana, toda a gente, freneticamente, com aquelas fitinhas, aquilo que cada um dava ao outro e aquilo que podia receber do outro.

os miúdos então adoravam seguir - olha, nós na aula de matemática vamos estar com o clube de música, o que é que será? (...)os miúdos adoravam ver aquelas ligações. (...) os miúdos de um clube sabiam porque é que eles num clube se iam ligar àquela disciplina.

e depois havia os próprios clubes, com uma fitinha de outra cor, que o clube de história queria ligar-se com o clube de teatro, o clube de teatro queria ligar-se com o clube de música

isto era uma coisa extremamente viva e por isso é que eu lembro-me sempre que aquilo parecia assim uma circulação sanguínea, porque era uma coisa bem... bem viva, pronto. E depois, olha, foi começar a desenvolver aqueles projetos

Na narrativa de Margarida Santos Carvalho, é clara a relação entre os clubes escolares e o ambiente da escola, tanto em termos das atividades escolares desenvolvidas e da tentativa de envolver toda a comunidade escolar, como em termos de melhoria dos espaços físicos:

o trabalho desenvolvido nos clubes, (...) tinha uma vertente de intervenção no ambiente geral da escola, não só fazendo propostas para aquelas grandes datas que se comemoram na escola (...) mas também procurar melhorar o espaço interior da escola; portanto, uma intervenção que se podia fazer no bufete, uma intervenção que se podia fazer na sala dos alunos, na biblioteca

É visível a diferenciação de recursos didáticos, pedagógicos e educativos, nesta forma de trabalhar, que vivia também do sentido de equipa:

isto não foi feito de outra maneira senão com os professores a entusiasmarem-se uns aos outros

A própria área curricular por assim dizer, começou também a entusiasmar-se mais por participar em ações e em atividades que melhorassem o interior da escola.

os próprios professores, de matemática por exemplo, começaram por colaborar com o clube de matemática na feitura de jogos (...) matemáticos (...) e depois todos os professores de matemática utilizavam aqueles jogos na aula curricular e (...) pela primeira vez (...) os professores de matemática arranjavam uns pequenos exercícios, tipo assim uma espécie de charada, que metia matemática e, por exemplo, os alunos que estavam na biblioteca nesse dia, a todos davam um problemazinho a ver quem é que conseguia resolvê-lo. (...) os professores, e sempre com os miúdos, não é?!

lembro-me uma vez de ter ouvido uma conversa com uns miúditos que estavam a conversar até com os contínuos da escola. Estavam assim numa conversa informal no intervalo e que o senhor lhes dizia: ai vocês fazem umas redações tão bonitas. E os miúdos: redações? Mas nós não fazemos redações. Ah!, pois. Agora não se chama redações é composições, não é? Nós não fazemos composições. Não? Então na aula de Português vocês não... não, não fazemos composições. Então e o jornal o que é que vocês escrevem, então aquelas coisas que vocês escrevem no jornal de Português? Porque a determinada altura a disciplina de português tinha um jornal e os miúdos...e o miúdo, com um ar entre o vaidoso e o assertivo, disse: Ah! Não, mas isso são artigos para o jornal.

E aqueles artigos eram sujeitos aos mesmos tratos de dificuldade e às vezes de aborrecimento – emenda, escreve outra vez, não ficou bem, não é assim, pega no dicionário, substitui palavras, nhã nhã nhã. Mas aí tinham uma motivação – eram artigos para o jornal, não uma composição.

tive uns colegas (...) espetaculares, tive um conselho diretivo com quem fizemos mesmo uma equipa(...) é evidente que são as pessoas que (...) são as pessoas que fazem a diferença, no fundo.

O professor Manuel Patrício fez a diferença e nós também fizemos a diferença. (...) mas também ninguém faz a diferença sozinho, (...) eu vou dizer isto, por acaso acho que vou dizer uma coisa que nunca disse, agora esta é para o Professor Manuel Patrício, que é – o Professor Manuel Patrício, sozinho, teria feito a diferença que faz qualquer grande filósofo, qualquer grande pedagogo dos outros porque, porque inova porque pensa... de outra maneira, mas o Professor Patrício nunca teria feito a diferença que fez no plano da pedagogia se estivesse sozinho

E o Professor Patrício marcou aí a diferença mas marcou-a porque não estava sozinho, ele esteve acompanhado por milhares de professores que o seguiram como quem segue um mestre

O sentido de pertença associado aos clubes escolares, é também uma questão cara à entrevistada por poder representar um passo decisivo na integração escolar dos alunos, que está também relacionada com a integração da pessoa.

“eu gosto muito de estar no clube, eu quero estar lá mas é que se eu não estiver lá eu faço falta no clube”.

é o sentimento de pertença (...) que toda a gente procura (...) e por isso é que os miúdos gostam tanto do grupo dos amigos, porque eles têm esse sentido de pertença ao grupo dos amigos, ao grupinho, até dentro da própria turma, eee. Eles começaram a sentir na escola que o primeiro sítio onde eles pertenciam era ao clube. E eles sentiam que eram importantes, que era importante a

presença deles, não só por gostarem, por gostarem de fazer coisas e por gostarem de ser reconhecidos mas eles achavam que pertenciam àquele grupo e que faziam falta para o bom funcionamento do grupo, coisa que eles não sentiam que faziam a mínima falta na aula de português ou na aula de história, mesmo naqueles professores, como era o meu caso [que eram também responsáveis por clubes escolares].

Eles sentiam que faziam falta no clube. Agora, é evidente que isto são... isto são... envolvências que não se fazem de um momento para o outro, e o indivíduo não sente isto de um momento para o outro, portanto, há toda uma construção...

O lugar que o meio ocupou no desenvolvimento do Projeto Escola Cultural, foi outro ponto de relevo na entrevista de Margarida Santos Carvalho, no que à inovação diz respeito. O processo através do qual a Escola se abria ao meio, e estava atenta a ele, e a forma como o próprio meio se abria à Escola e olhava para ela, também parece importante nesta narrativa. A Escola Cultural era uma Escola integrada no meio:

Ora bem, nós éramos nós e a nossa circunstância, e neste caso era nós e o meio, e então, o que é que havia mais à volta?

falámos muito da (...) da abertura (...) não é abertura ao meio, porque não era abertura, era assim mesmo, nós estávamos no meio, fazíamos parte do meio mas a determinada altura o meio estava um bocadinho (...) maior, era um meio mais alargado.

Clube do Património:

Houve uma coisa muito engraçada(...) O senhor padre apareceu lá, queria falar com alguém do conselho diretivo (...) Eu venho aqui [porque] (...) os miúdos que andam para ali [na Igreja das Chagas que se estava a degradar e a precisar de obras] a brincar em cima do telhado, da parte mais baixa do telhado, ainda partem mais telhas. Os senhores não podiam proibir que eles fossem para lá?

nós vamos dar o nosso melhor, e vamos alertá-los, mas se o senhor padre queria mesmo que os miúdos não fossem mais, sabe o que é que podia fazer? Era convidá-los para o ajudar. O Senhor Padre, [Bernardo Xavier] uma pessoa amorosa, ficou assim um bocado calado a olhar para mim, e disse, pronto, muito obrigado, agradeço muito a gentileza e então falem com os meninos para não irem para lá. Despediu-se e foi-se embora.

No dia seguinte, chegou lá à porta da sala, olhou para mim e disse-me o seguinte: eu só queria fazer uma pergunta, aquilo de os meninos ajudarem é mesmo a sério? E eu disse: é, senhor padre, vai ver que vai ser e criámos com um professor dos mais entusiastas da Escola Cultural, ele criou o clube que era o clube do património.

o António Lapa, (...) criou o clube do Património com 15 miúdos, que se inscreveram naquele clube do património, cujo objetivo principal era olhar para a Igreja das Chagas e ver o que é que se poderia fazer, (...) portanto ele próprio não tinha mais nenhum projeto quando disse então vamos criar um clube (...) Vamos ver o que é que se pode fazer na Igreja das Chagas. (...)

portanto ele lá foi com os miúdos falar com o senhor padre, ver o que é que se podia fazer, o que é que não se podia fazer.

foi uma altura de grande chuvada, já chovia em vários sítios da Igreja (...) todos os paramentos foram tirados da Igreja e vieram rua acima até à escola

O senhor padre primeiro ficou muito impressionado e no primeiro dia em que se foi fazer essa transferência das coisas para a escola (...) os miúdos estavam contentíssimos de estar a fazer aquilo, estavam muito alegres mas perfeitamente conscientes de que tinham objetos valiosos na mão, e que tinham que ser tratados (...) do modo como se trata um objeto valioso, (...) tudo aquilo era feito com tal comedimento e com uma tal competência, que o senhor padre pegou na chave da Igreja deu ao António Vasconcelos e disse: fica com a chave (...) e pronto. Fica encarregado de, quando quiser, os seus alunos, vocês vão lá buscar as coisas.

quando a Igreja foi reinaugurada solenemente pelo Cardeal Patriarca , o próprio folheto que o senhor padre distribuiu diz que aquilo não tinha sido possível sem a colaboração da escola, dos meninos da Escola Fernão Lopes. Deve ter dito os meninos e os professores, pronto, sem o pessoal da Escola Fernão Lopes.

Clube de História

fizeram um trabalho muito meritório que foi uma história completa da Igreja das Chagas e outro grupo fez a história do próprio edifício que nós habitávamos na escola.

Clube da Amizade

tinha muitos miúdos esse clube, havia muitos miúdos que se inscreviam naquele clube mas depois eles acabaram por trabalhar cada um na sua área, porquê? Havia miúdos que gostavam imenso de fazer... de interagir com outros miúdos mais pequenos, eles gostavam de ensinar (...) Mas havia outra parte, outro grupo de alunos, muito grande também, que gostavam era dos idosos

Clube da Amizade - Escola Primária

acabaram por estabelecer contacto com (...) as duas escolas primárias da zona. (...) De 15 em 15 dias, os meninos do clube da amizade (...) iam à escola primária (...) por exemplo, (...) contar um conto, uma história aos miúdos da primeira classe e eles gostavam mais dos miúdos mais pequeninos até porque isto eram miúdos que tinham 11, 12 anos (...) eles achavam que se estabelecia muito bem uma relação de professor e aluno, eles gostavam muito disso e então contavam histórias aos miúdos, ensinavam-lhes, iam ensinar um jogo, (...)

aquilo resultava tão bem que as próprias professoras depois diziam – bem! durante aquela hora... porque a primeira vez que os miúdos foram ficavam assim a ver o em que é que aquilo dava, não é? Não desse assim uma brincadeira pegada. Eles ficaram tão maravilhados com aquilo porque os miúdos pequeninos gostaram tanto, e eles eram tão competentes naquilo que lá iam fazer, que eles diziam – durante uma hora a gente nem precisa de se preocupar porque aquilo corre maravilhosamente e os miúdos ainda por cima levam durante duas semanas a pensar quando é que os outros voltam porque foi tão bom e fizemos isto e fizemos aquilo.

Clube da Amizade - Lar de 3ª Idade

Havia um lar de idosos ali na Calçada do Combro que era um lar financiado pela misericórdia e os miúdos foram lá (...) primeiro pediram autorização e tal, lá disseram eram uns miúdos que vêm cá para falar com os idosos e não puseram grandes problemas e os miúdos lá iam com a professora falar com os idosos. (...) depois pediram autorização quando se podiam, quando lá fossem, faziam um lanche, levavam uns bolinhos e não sei quê e elas faziam lá um chá (...)

Mas aquilo depois foi aumentando e os miúdos começaram, já que a dona (...) precisava era de um xailezinho e dona (...) precisava era de umas luvinhas porque anda sempre com as mãos frias. (...) eles tinham uns cobertores muito fraquinhos nas camas e então aquilo foi andar ali pelas lojas da zona, convencendo os comerciantes da zona a darem cobertores para o lar, e o certo é que no Natal todas as camas tinham um cobertor novinho.

O pior é quando os miúdos descobrem que os idosos, (...) ficavam sem um tostão para tomar um cafezinho, para fumar um macinho de cigarros, noMaria Emília Apolináriodamente os homens. Mas quer dizer, não podiam ir comer um bolinho à sua vontade, também não queriam sair porque não tinham dinheiro.

Quando os miúdos descobriram isto, pediram lá uma reunião à direção do lar e a direção do lar disse: ai sim senhor. Porque as crianças eram amorosas aquilo estava a correr tudo muito bem quando eles foram dizer: então e eles não ficam nem com um bocadinho de dinheiro para eles (...)

a direção do lar a primeira coisa foi, foi nada, foram assim muito politicamente corretos dizendo que até desconheciam bem, iam ver bem, devem ter (...) [ficado] com vontade de “apertar o pescoço” aos meninos, que se agarraram àquilo como um cão a um osso e chatearam (...) porque coitadinhos, fizeram um abaixo assinado todos, depois, para a direção, bem, chatearam tanto, tanto, tanto que o certo é que o lar resolveu isto (...) do pagamento que as pessoas tinham, relativamente à sua pensão, eles ficavam com uma coisa que lá os do lar chamaram o dinheiro de bolso (...) os miúdos na altura andavam felizes com esta intervenção.

Clube Europeu

Nós tínhamos um clube que era o clube europeu que como o próprio nome indica, embora sejamos europa, a europa era muito grande, não é? E nós chegámos a receber na escola (...) eu acho que nessa altura era uma europa dos doze, e portanto recebemos 12 alunos que frequentaram na escola durante 3 ou 4 dias, um workshop de azulejo.

Os nossos colegas das artes, os ceramistas ensinavam, (...) a fazer (...) azulejo pelo método perfeitamente artesanal portanto entrava ali barro, argila; portanto, entrava argila e saiam azulejos. Portanto, não havia azulejos pré-feitos (...) Nós tínhamos inclusivamente uma enormíssima mufla, muito boa na escola (...) e esses miúdos foram lá frequentar à escola um workshop sobre... como se fazia um azulejo tradicional português.

A presença da comunidade na Escola

na primeira festa de Natal lembro-me que 3 ou 4 idosas do lar foram à festa da escola cantar, contar uma história sobre... (...) já não me lembro (...) mas era qualquer coisa relacionada com o linho porque a senhora era da Beira e lá foi explicar aquilo como é que era, e portanto, as pessoas também sentiram que até foram à escola cantar uma canção com os miúdos, ensinar os miúdos a cantar uma canção que eles nem sabiam, também lá uma canção da Beira porque estas senhoras eram da Beira eeee... mais uma vez se misturou ali a escola. Ah! E depois os meninos da escola primária também vieram assistir à nossa festa de Natal, portanto.

nós envolvemos as pais bastante em certas atividades, as relações com o senhor padre foram uma constante, as relações com o Lar de Santa Teresinha, que era assim que se chamava o lar de idosos, com as duas escolas primárias da zona, (...) com a esquadra da polícia que nos acompanhava muitas vezes nas saídas, os polícias. Tivemos, ainda em relação às relações de vizinhança.

O Professor Agostinho da Silva (...) lá foi falar aos meninos. Com algum cuidado. Bom, o senhor chegou, informal como ele era e sentou-se numa cadeira. O senhor tinha idade para ser não avô mas bisavô daqueles miúdos. O senhor tinha umas grandes barbas brancas, e tal. Os miúdos sentaram-se a olhar: aí este senhor tão velhinho, parece o Pai Natal com aquelas barbas, e tal, lá se puseram a ouvir. Eu devo dizer que... eu própria estava assim com um bocado de receio ou que os miúdos não ouvissem o senhor com atenção, o que é que acontece, bem... eu sei que aquilo foi mais um caso de amor.

Os miúdos pura e simplesmente adoraram o senhor, e o professor Agostinha da Silva apaixonou-se pela escola, apaixonou-se pelos miúdos, o professor Agostinho da Silva prometeu aos miúdos: eu vou mandar-vos uns livros para vocês quando quiserem... E o certo é que passaram uns dias, apareceu lá na escola com um saco de livros e o primeiro era uma enciclopédia antiquíssima que ele tinha, sobre animais. Os miúdos adoraram, portanto. A determinada altura até havia lá na escola uma prateleira, na biblioteca, a prateleira do professor Agostinho da Silva os livros que ele mandava para a escola, e houve um grupo de miúdos, a que ele chama os pombos correio, que iam muitas vezes a casa do professor levar um convitezinho - vamos fazer uma exposição assim, vamos fazer... e o professor Agostinha da Silva nunca faltava, ia à escola inteirar-se.

Clube de Recuperação do Material

um dos objetivos da Escola Cultural era dar felicidade aos atores do drama escolar e eu falei-te muito do envolvimento dos professores, dos alunos e também te queria dizer (...) que aquilo era uma escola pequena, tinha 500 alunos, 53 professores e uns 14 empregados, funcionários. E eles [os empregados] foram os nossos grandes pilares no desenvolvimento deste projeto

lembro-me por exemplo que um dos clubes era o clube de recuperação de material, e era dirigido por um funcionário. Eram assim miúdos que gostavam muito da bricolage e então, no clube de recuperação do material arranjavam-se cadeiras, (...) raspar os tampo das mesas, de madeira, compor mapas, (...) alguns já estavam um bocadinho rasgados e era preciso pôr uma fitinha cola por trás, uma madeirinha em cima e em baixo. Tudo isso era feito na escola, era o clube da recuperação do material.

O Sr. Almeida falava connosco, ia às nossas reuniões, sabia como é que nós dirigíamos o clube e ele próprio dizia – (...) quando os miúdos vierem eu depois falo com eles e vamos ver o que é que eles querem porque eles até podem querer também aprender algumas coisas que a gente não faça aqui na escola, e assim era. Os miúdos traziam por exemplo um candeeiro de casa que não funcionava, e lá, o senhor ensinava-os a compor o candeeiro, (...) depois esses miúdos do clube de material era muito engraçado porque, dado que compunham o mapa, quando o mapa ia para a sala, eles eram muito cuidadosos com o mapa e diziam aos colegas – cuidado a desembulhar o mapa porque isso deu muito trabalho a compor. Portanto, isto também é engraçado porque no fundo é uma valorização do trabalho.

Embora, como se pode observar nos exemplos acima descritos, autonomia, liberdade, responsabilidade, sentido crítico, capacidade de resolver problemas, estejam bem presentes no trabalho educativo da Escola, ilustram-se agora esses princípios com o Clube de Teatro, cuja responsável era a entrevistada, porque reflete bem até que ponto esta forma de estar era consciente:

já te vou falar no clube de teatro que era o meu, o meu clube de teatro fez umas peças de teatro espantosas. (...) eu enquanto estava no clube e estava, por assim dizer, a orientá-los, pronto; orientava e andava, e faz assim e faz assado, vai e não sei tã tã tã, e têm que fazer, têm que aprender a fazer sozinhos, vá façam, mas a pessoa estava ali sempre com a mão por baixo. Quando íamos (...) eles já sabiam que pelo caminho eles estavam sozinhos, quer dizer, eles quando chegassem ao sítio, eles tinham de resolver todos os problemas que lhes aparecessem, porque (...) só se fosse um cataclismo mas, (...) de repente faltava uma coisa, (...) eles tinham que saber resolver esses problemas porque eu ia só para assistir. E era extraordinário como aqueles miúdos conseguiam (...) tomar uma atitude, remediar qualquer situação.

A mostraçõ era outra das inovações a que a entrevistada se refere:

nós fizemos no Natal uma coisa que estava nas medidas preconizadas pelo professor Manuel Patrício naquele pequeno, naquele texto (...) e em que ele dizia que se deviam incluir as atividades de mostraçõ, isto é, o que se passa, nada se deve passar no silêncio. (...) o que se passa nos clubes, é uma felicidade para quem mostra e para quem vê, saber o que é que se esteve lá a fazer. E portanto, a escola, cultural, deve contemplar alguns momentos ao longo do ano, de mostraçõ, isto é, mostrar o que se está a fazer. E nós fizemos várias atividades, várias... p'ra aí umas 3 ou 4 ao longo do ano e devíamo-nos apresentar no final do ano letivo, (...) na Aula Magna.

Segundo a entrevistada, a flexibilidade era outra das inovações do Projeto Escola Cultural - havia a possibilidade de os alunos participarem nas atividades de outros clubes, ou, conforme referido anteriormente, de poderem ser incluídas atividades não programadas inicialmente.

eram abertos à participação de alunos que nem estavam naquele clube mas que pontualmente até gostavam de ir participar numa atividade.

Os 15 miúdos[do clube do património] não chegavam, sim, não chegavam nesta altura e, portanto, eles pediram ajuda a outros colegas – quem quer vir

ajudar? E foram tantos ou tão poucos que se fez aquilo que se fez um cordão humano, da porta da Igreja, aliás, do interior da Igreja, para a escola.

Eu lembro-me, por exemplo, de uma vez, eu não sei se foi no Dia Mundial da Criança, talvez no Dia Mundial da Criança, ou da Árvore, houve então a ideia de fazer muitas gravuras (...) os miúdos até distribuíam a outras escolas e ofereciam a outras escolas; eu lembro-me que nessa atividade, não só os 15 alunos do clube mas montes de outros miúdos quiseram também ir fazer as suas gravuras. E ela abriu-lhes as portas, toda a gente fez gravuras.

Às vezes até a colaboração já tinha até acontecido e lembrava-se – é verdade, tenho que lá ir pôr uma fitinha porque nós não estávamos à espera mas aconteceu colaborarmos com este com aquele.

A atenção ao meio também pode implicar alguma flexibilidade sem que, contudo, se perca o controlo das atividades. As reuniões mensais da coordenação são uma forma de manter a organização. Por outro lado, Margarida Santos Carvalho, enquanto coordenadora dos Clubes, tinha presença em Conselho Pedagógico, o que garantia também a coordenação pedagógica a nível de Escola e que os clubes não ficassem fechados em si mesmos mas integrassem o projeto de escola - esta é, aliás, outra inovação da EC - a criação da figura de Coordenador dos Clubes Escolares, com presença em Conselho Pedagógico, decorrente da importância e do lugar dado à dimensão extraletiva.

A entrevistada relaciona o trabalho que desenvolveu com os colegas, durante a experiência pedagógica do Projeto Escola Cultural, com formação de professores, como inovação subjacente a este projeto:

No fundo todo o desenvolvimento, e voltamos a dizer, isto foi para nós um período, quer dizer, a minha experiência são dois anos. E os que me acompanharam durante esse tempo foram dois anos. E foram dois anos de formação de professores, porque a formação de professores é coparticiparem todos de um projeto comum

E pode considerar-se inovação na medida em que a formação era necessária para se implementar um novo paradigma, mas inovação também porque esse era o conceito de formação que correspondia ao que Margarida Santos Carvalho acreditava que deveria ser e que não existia antes. Por outro lado, o Projeto Escola Cultural previa, no início do ano letivo, formação, conjunta, de professores de todas as escolas, em que a partilha de experiências era uma das suas componentes.

Margarida Santos Carvalho refere aquele que considera ser o objetivo da Escola - "oficina de pessoas", ao serviço do qual está a Escola Cultural, sublinhando, uma vez mais, o carácter inovador do projeto:

eu acho que a escola pode ser, pode ser um local de muito trabalho, não é pode ser, quer dizer, a escola tem de ser onde, com muito trabalho mas com muita alegria, se consegue que a escola seja uma oficina de pessoas. De Homens. E a Escola Cultural dava, a quem queria (...) dava mais trabalho mas quem queria tinha uns bons resultados (...) como tudo o que é inovador, há os que aderem e os que não aderem.

Em síntese, poderemos dizer que, no que respeita a inovação, Margarida Santos Carvalho se refere à Escola Cultural enquanto estrutura pedagógica e enquanto sentido que permeia e dá vida a essa estrutura. A estrutura pedagógica é pluridimensional - dimensão letiva, dimensão extraletiva e dimensão interativa, que tem como consequência a dimensão de atmosfera ou dimensão ecológica. Contudo, esta estrutura, pensada desta forma por ter no centro a pessoa que cada aluno é, está impregnada de princípios e exigências pedagógicas e educativas como liberdade, autonomia, envolvimento de alunos e professores, sentido crítico, responsabilidade, espírito de equipa, entreaajuda, participação, colaboração, entusiasmo, sentido comunitário, que acabam por ser simultaneamente princípios, meios e fins da educação, já que por um lado são conquistas permitidas pela Escola Cultural e, por outro, são conquistas que se tornam ponto de partida para outras conquistas ou para o seu aprofundamento.

Ao serviço destes princípios e exigências está a determinação de que haja um projeto de escola para o qual todas as dimensões concorram na sua especificidade (ainda que não haja limites estanques e que a intencionalidade seja a mesma), os clubes sejam espaços pedagógicos diferenciados e também que a dimensão letiva se abra a uma nova forma de estar e ser na Escola.

Dimensão "formação de professores"

Maria Emília Apolinário

Na dimensão "formação de professores", a narrativa de Maria Emília Apolinário remete-nos para a influência que o seu perfil profissional sofreu pela sua experiência como aluna, e para a formação profissional que os professores receberam no âmbito do Projeto Escola Cultural.

Ao referir como a sua experiência como aluna marcou a sua carreira,

havia outras coisas para fazer que a mim me agradavam, que me tinham agradado como aluna e que me agradavam como professora

Maria Emília Apolinário ajuda-nos a compreender e a refletir sobre a forma como o professor pode influenciar e marcar de forma decisiva a vida profissional dos seus alunos e até a própria conceção de educação, tal como nos permite perguntar até que ponto a identificação que Maria Emília Apolinário teve com o Projeto Escola Cultural pode ter sido determinada pelo seu passado escolar. Por outro lado ainda, a sua intervenção é reveladora de que também na geração dos seus professores, integrada num sistema educativo com organização curricular unidimensional, havia aqueles que alargavam a sua prática profissional a atividades não previstas oficialmente. No contexto em que Maria Emília Apolinário narra as suas memórias, percebemos que está insatisfeita com o sistema educativo vigente.

No que respeita à formação de professores integrada no Projeto Escola Cultural, Maria Emília Apolinário enquadra-a no espírito sistémico da proposta global de reforma, que criava

uma dinâmica pedagógica nas escolas, orientada para a inovação e para a criatividade,

em que se pretendia dar formação aos professores, de acordo com os objetivos, de acordo com a nova prática pedagógica. A formação tinha várias fases e vertentes, era assegurada a todas as escolas que tivessem sido selecionadas pelo IIE para integrar o projeto e era ministrada aos professores responsáveis pela implementação do projeto em cada escola. Logo no início do ano, era realizada uma formação com caráter teórico e prático, onde se

ensaiaava com os professores o que os professores iam fazer com os alunos,

sendo que no final havia uma mostra do trabalho desenvolvido. Esta mostra, por ser partilhada, era também ela própria formativa, avaliação partilhada e balanço conjunto. O Projeto Escola Cultural previa também as avaliações escritas previstas nas avaliações das escolas, independentemente da implementação do Projeto Escola Cultural. Depreende-se que a formação de professores integra o processo e que a avaliação pretende ter efeitos formativos.

Percebe-se o valor da reforma pedagógica e de como a Escola é centro de todo o processo, e de como a formação de professores está imbuída de inovação, tanto ao nível do conteúdo, que é desde logo inovador, como em termos de forma porque junta a componente prática à formação geral de professores. A criatividade pretendida é

oportunidade de envolvimento dos professores no seu trabalho mas é também oportunidade de formação entre pares. Por outro lado, a formação de professores é sustentação da inovação pretendida.

Margarida Santos Carvalho

Na sua narrativa, Margarida Santos Carvalho fala-nos de formação de professores através do conceito que tem e da sua experiência no Projeto Escola Cultural, nomeadamente do seminário de formação, da mostra final e das reuniões mensais de coordenação, estabelecendo uma relação entre o PEC e a possibilidade de formação de professores. Estamos, assim, perante dois tipos de formação - a que se processa no âmbito do Instituto de Inovação Educacional para todas as escolas que integram o projeto; e a que é consequência do quotidiano e da dinâmica escolar no âmbito do Projeto Escola Cultural. A experiência do seminário foi muito positiva e está muito presente na sua memória - recorda-se que estavam presentes 44 escolas, que a formação foi realizada em Évora no início de setembro e que participou juntamente com três professores da sua escola. Associa a partilha de experiências a esse encontro mas também a abertura e as expectativas que juntamente com os seus colegas, tinha:

iriam tomar contacto com os professores que no ano anterior, professores de 22 escolas que já tinham experimentado esse projeto, portanto íamos ouvir as experiências deles, pôr as nossas dúvidas e sonhos, e lá fomos todos para Évora.

Margarida Santos Carvalho também não esconde a "curiosidade" que tinha em conhecer Manuel Ferreira Patrício e a marca que em si deixou, em que é relevante o conhecimento que tinha da escola e sobre a escola:

cheguei a Évora e eu ia toda cheia de curiosidade de conhecer o Manuel Ferreira Patrício (...) comecei a ouvi-lo falar. E (...) nessa altura achei que ele era um homem espetacular, que ele sabia como ninguém o que era ser professor, e que sabia como ninguém como é que uma escola devia estar organizada.

Deste encontro, Margarida Santos Carvalho guarda também a memória da atitude que trouxeram, passando a mensagem da consciência do desafio:

Em Évora a gente lá ouviu os depoimentos dos outros, as suas coisas e tal e enchemo-nos de coragem e viemos para Lisboa pôr em prática o dito projeto Escola Cultural.

Da mostra de final do ano letivo, entre todas as escolas que integravam o projeto, pensada como integrante de um momento final de avaliação e partilha e, por isso, também de formação, a entrevistada destaca a felicidade de todos, inclusive dos professores, o relacionamento de bem-estar, o espírito de entreatajuda, a colaboração, o entusiasmo, o carinho, o estímulo da responsabilidade da parte dos professores para com os alunos, a autonomia.

Mostrar que se está feliz é assim uma coisa difícil de mostrar. Como é que uma pessoa mostra que está feliz? E eu acho que quem está de fora é que sente que aquela gente toda que ali está a trabalhar, está feliz (...) calhou-nos depois também a nós, fazer uma mostra do trabalho realizado pela escola ao longo de um ano e fomos, foi uma grande, foi um espetáculo, eram espetáculos variados, cada escola tinha que apresentar qualquer coisa, e uma exposição dos trabalhos realizados, e eu lembro-me que nós fomos com uma turma de miúdos para a Aula Magna montar a nossa exposição. E havia lá montes de outros miúdos, montes de outros professores, até de encarregados de educação, creio eu, havia lá muita gente,... e era uma coisa que se tornou notório foi que aqueles miúdos e aqueles professores e aqueles contínuos que estavam ali todos a montar a exposição, eram uma gente que estava feliz

Quem estava de fora via que havia ali um relacionamento daquelas pessoas de bem-estar. Cada um fazia o seu trabalho, cada um ajudava o trabalho do outro, havia participação, colaboração, muito entusiasmo, não era assim uns meninos bem comportados, (...) eram crianças entusiasmadas, faziam barulho normal de crianças, estavam perfeitamente à vontade mas eram de uma responsabilidade, de um carinho uns para os outros, havia carinho entre aquelas pessoas, bem...

A entrevistada viveu esta apresentação de que fala, com muita intensidade, tendo-a contado com todos os detalhes na entrevista e referido a colaboração do Professor Agostinho da Silva com esta mostra, como habitualmente fazia no dia-a-dia da escola, através da sua presença em atividades diversas das crianças e com as crianças.

Margarida Santos Carvalho olha para a formação de professores como a "coparticipação num projeto comum" e pensa que, para cumprir o seu objetivo, a formação deve ser feita com os pares, com quem faz melhor, estimular o que os professores têm de melhor, que deve ter subjacente a mudança de práticas / melhoria profissional, melhorando, portanto, o que precisa ser melhorado, e que deve integrar dimensão prática.

formam-se as pessoas deixando vir ao de cima aquilo que elas têm de melhor, ajudando-as a mudar aquilo que não é tão bom. (...) Mas isso só se faz com os pares.

Considera muito importante a atitude de abertura ao exemplo e à crítica de uns e de outros. Atenção e observação adquirem também uma papel relevante ao lado da atitude de atenção ao outro profissional e da sua valorização.

Não é metendo as pessoas num sítio e obrigando-as a ler umas coisas, que elas melhoram. Elas melhoram até pelo contacto com os outros que já fazem um pouco melhor. Mas p'ra isso é preciso que quer uns quer outros (...) se abram ao exemplo, à crítica, ao apreciar como é que o outro faz.

Tendo uma perspetiva claramente formativa, é bastante crítica da avaliação que se baseia em relatórios por pensar que "contar histórias de sucessos e insucessos não forma ninguém," e da formação que se reduz a avaliação com fins administrativos. Coloca a tónica da formação no "ajudar a ser melhor" e no entusiasmar, mostrar como se pode melhorar. Acrescenta que a avaliação do trabalho de cada professor estava integrada no projeto. Conclui que os dois anos de Projeto Escola Cultural foram "dois anos de formação de professores".

Neste contexto da escola, eu irrita-me sempre muito ouvir falar em avaliação, em relação aos professores, em avaliação formativa, é avaliação formativa, é avaliação sumativa. Depois na realidade, se é para dar uma nota às pessoas que é para depois as pôr num escalão qualquer e lhes pagar mais ou menos, olha, nem tenho nada a ver com isso.

não havia uma avaliação dos professores, havia uma avaliação do trabalho que cada um estava a desenvolver, uma avaliação do trabalho desenvolvido. estava implícita obviamente[no desenvolvimento do projeto]

E então o que é que é a avaliação formativa? O professor faz 50 relatórios, faz mais 30, e depois faz mais 20, faz mais não sei quê, e depois alguém vai apreciar aqueles relatórios. Eu pergunto onde é que esteve a formação destes professores. Porque ninguém se forma como professor a fazer relatórios. Um (...) relatório no fundo, é contar a história dos sucessos e dos insucessos, mas quer dizer, se uma pessoa fizer isto toda a vida, toda a vida está a fazer relatórios de sucessos e insucessos. Porquê? porque não houve formação e só há formação quando alguém ao lado do outro o ajuda a ser melhor, o entusiasma e mostra como é que se pode ser melhor. Isto é que é, por isso é que eu te digo – (...) estes dois anos da Escola Cultural, foram dois anos de formação de professores.

É dentro deste espírito que desempenha o cargo de coordenadora dos clubes do Projeto Escola Cultural na sua escola, e que orienta as respetivas reuniões mensais com todos os professores responsáveis por clubes. São reuniões onde se faz o ponto da situação, com os ajustes e reformulações necessárias, onde por vezes é visível tristeza e desânimo por parte de alguns professores por não estarem a corresponder ao trabalho como desejariam, mas é também uma reunião onde existe companheirismo, onde Margarida Santos Carvalho se sente "mais uma entre o grupo", e que tem uma atitude positiva face à coordenação onde o seu papel é o de facilitadora do ultrapassar das dificuldades.

nós todos os meses fazíamos uma reunião de clubes em que cada um (...) chegava ali e dizia (...) estou a fazer isto, era para ir mais, aliás já tinha pensado fazer isto, (...) não fizemos por esta razão ou por aquela, vamos substituir isto, estávamos a pensar coordenar-nos com o professor de Música mas até já nem vai ser p'ra já, vai ser depois, (...) era uma reformulação assim porque no fundo, por isso é que eu digo, eu sentia-me quase ali assim só uma facilitadora para ver, ó pá, a gente fazia, era só quase fazer o ponto da situação

É evidente, às vezes também porque (...) os percursos nunca são lineares, não é? Havia pessoas que ficavam um bocadinho tristes porque queriam fazer mais e a coisa parecia que.. estavam um bocadinho a desanimar, portanto aí... era dar um bocadinho de... ânimo a algum que estivesse assim um bocadinho mais a desanimar

E foram dois anos de formação de professores, porque a formação de professores é coparticiparem todos de um projeto comum. (...) sem dúvida, sem dúvida, sem dúvida, queeee, e assim para resumir, que estes dois anos de Escola Cultural, foram dois anos de formação de professores, aí isso sem dúvida! Sem dúvida!

Dimensão "resultados"

Maria Emília Apolinário

Ao longo da entrevista, percebem-se da narrativa de Maria Emília Apolinário, quatro grandes níveis de resultados que considera terem-se registado com a implementação do Projeto Escola Cultural - melhoria dos resultados escolares, crescimento pessoal e cívico dos alunos, atitude dos alunos perante a escola e ambiente da própria escola.

Na melhoria dos resultados escolares, dá, como exemplos, a Escola Preparatória Fernão Lopes, que também integrou um estudo que fez, e a Escola Nº 46 do Bairro de São Tomé no Porto, embora também refira que os resultados escolares pudessem ser mais visíveis ao longo do tempo do que logo no ano de implementação.

Escola primária nº 46 do Porto no Bairro de S. Tomé, uma escola fabulosa, inserida num meio péssimo, de miúdos com muitos problemas, de (...) drogas de roubos, (...) e o presidente [Jorge Sampaio] mostrava que aquela escola tinha mudado. Eu só não lhe sei agora dizer em que ano é que isso foi, mas eu fiquei tão feliz porque eu disse: aquilo é uma escola do Projeto Escola Cultural.

Ao mesmo tempo, chama a atenção para o facto de as escolas, na avaliação interna que faziam, poderem ter esses elementos mais detalhados e integrados na avaliação do projeto:

Quem conheça a organização de uma escola sabe que nós avaliamos as coisas que fazemos e portanto os projetos – se devemos continuar, se não devemos continuar, quais são os resultados, isto está a dar bons resultados ou não está a dar bons resultados?

No que se refere ao crescimento pessoal e cívico dos alunos, a entrevistada refere o despertar vocacional, o fazer coisas com sentido e a integração no meio:

eu sei que muitas vocações despertaram ali nas escolas. Muitos jornalistas frequentaram clubes de jornalismo porque eu já falei com sobre isso. E diziam – Ah, eu frequentei um clube de jornalismo na minha escola e adorei e foi por isso que eu fui para jornalista – com o jornal da escola, com os artigos que escreviam sobre o que se passava.

incentivaram muito os alunos a inscreverem-se nos clubes e os miúdos (...) em vez de andarem a criar problemas fora da escola e dentro da escola, e em roubos (...) tinham uma integração de (...) quase cem por cento. Era considerada uma escola com excelentes resultados

[Com a] recuperação da Igreja das Chagas (...) mostraram que já não eram vândalos, eram meninos com a cabeça no lugar. Estavam a fazer uma coisa com sentido. E a ter uma repercussão.

A atitude dos alunos perante a escola e as atividades escolares, tal como o clima da própria escola, são também dois aspetos a que Maria Emília Apolinário dá muita relevância e que passam pelo maior envolvimento dos alunos nas atividades escolares, pelo aumento da frequência das aulas, pelo envolvimento na e com a escola, por maior motivação e interesse para estar na escola, pela mudança de atitude, pela positiva, para estar na escola, com a consequente mudança do clima da escola, pelo controlo específico da violência, pela conservação dos espaços

acho que há sempre disciplinas que eles não gostam tanto, mas (...) havia uma motivação para estar na escola, (...) a escola mudava o seu clima.

contou/[Professor Carlos Brito] o episódio dos vidros: até aí gastavam não sei quantas centenas de contos em vidros e no último ano não gastavam dinheiro nenhum, de tal maneira que o vidraceiro tinha ido lá à escola [Delfim Santos] perguntar se o senhor tinha mudado de vidraceiro – deixou de trabalhar comigo e foi trabalhar com outro com certeza. E ele ficou muito espantado e disse: ah, não, eu não o chamo porque pura e simplesmente deixámos de ter vidros partidos na escola

Os alunos estavam ocupados porque havia sempre clubes a funcionar durante o dia – (...) havia tanta temática para os clubes que havia cada vez mais alunos a aderirem aos clubes e portanto tinham muito pouco tempo para andarem a partir vidros e a jogar à bola ou a fazer coisas menos positivas dentro da escola

havia alguma violência nos recreios e alguns problemas entre uns e outros e deixou de haver, portanto, o clima da escola mudou

Maria Emília Apolinário faz ainda a associação entre o aumento do número de clubes e de alunos inscritos nos clubes dentro da mesma escola em anos consecutivos de integração no projeto e o interesse dos alunos, apesar de não deixar de considerar relevante a avaliação da escola, de cujos dados não dispõe:

Porque é que aquela escola decide num ano ter seis clubes e no ano seguinte ter dez, e no ano seguinte ter doze e ir aumentando? Naturalmente porque havia adesão dos alunos mas a avaliação interna do projeto, a avaliação do projeto também se fazia internamente na escola.

Há ainda a referir uma questão central neste capítulo dos resultados e que Maria Emília Apolinário reforça, que é o conceito de cultura, também referido por Manuel Ferreira Patrício, que representa a "cultura" como essência da Escola Cultural em que se pretende que haja uma personalização das atividades desenvolvidas, uma ação sobre o conhecimento (Maria Emília Apolinário citando de cor Manuel Ferreira Patrício):

no meu conceito de cultura, cultura é tudo o que se acrescenta à natureza. Nós, se estamos a aprender uma coisa e não estamos a acrescentar nada, numa disciplina curricular, não estamos a produzir cultura, mas num clube em que eu trago um poema e o vou declamar à minha maneira, eu estou a fazer cultura, não só a declamar o poema como a incorporá-lo e à minha maneira. Ou a representar uma peça de teatro. Ou... e daí o nome de Escola Cultural, não é por pretensiosismo nenhum, apenas por isso.

A forma como Maria Emília narra o que sentia nas mostras realizadas no final do ano letivo, é bem expressiva da importância que dá aos resultados do investimento dos professores:

E aquelas mostras na Aula Magna, que acho que eram dois dias, com as escolas todas, era uma coisa... Nós vínhamos de lá com a alma cheia. E, principalmente, a forma como os professores estavam empenhados naquilo, quer dizer, não se viam obrigados a fazer as coisas, estavam de alma e coração a fazer o que estavam a fazer porque viam resultados.

Margarida Santos Carvalho

Ao falar em resultados, Margarida Santos Carvalho é clara na distinção entre o sucesso pedagógico e o sucesso estatístico:

Hoje fala-se muito em sucesso, não é? Mas será uma escola do sucesso pedagógico? Que é bem diferente do sucesso que vai para as estatísticas.

Na conceção que tem de escola, o resultado estatístico, considerado a partir dos resultados escolares, leia-se níveis obtidos, transição / não transição de ano, não é suficiente, uma vez que a escola deve ser "uma oficina de pessoas":

E eu acho que a escola pode ser, pode ser um local de muito trabalho, não é pode ser, quer dizer, a escola tem de ser onde, com muito trabalho mas (...) com muita alegria, (...) se consegue que a escola seja uma oficina de pessoas.

Ao longo da sua narrativa, Margarida Santos Carvalho, além de ter apresentado a Escola Cultural como "uma oficina de pessoas", apresenta o que considera serem os resultados na Escola Fernão Lopes, tanto através da sua experiência e trabalho enquanto professora nos diversos papéis que desempenhou, como enquanto investigadora:

Eu gostava de ir ter com esses miúdos e de lhes perguntar o que é que eles pensam dessa experiência. (...) eu achava que aquilo tinha sido bom para mim e bom para eles, mas uma coisa é nós acharmos que uma coisa é boa para nós, pronto, outra coisa é acharmos que é bom para os outros(...) Entretanto abriu um mestrado na faculdade de ciências, na secção de pedagogia, um mestrado para professores, e eu resolvi inscrever-me no mestrado só para isto.

Nesta perspetiva, a entrevistada olha para os resultados como consequência do sucesso educativo, não excluindo o sucesso escolar estatístico.

Ao falar da sua experiência na escola, Margarida Santos Carvalho observou que as crianças e jovens desenvolviam autonomia, responsabilidade, espírito de entreajuda, colaboração, trabalho de equipa, carinho uns para com os outros, mas que também trabalhavam e cooperavam com maior entusiasmo, motivação, felicidade, e que tinham mais vontade de aprender e que aprendiam com mais alegria. Observou também que as crianças e jovens foram desenvolvendo sentido de pertença e o sentido de cuidar da escola.

Quando realizou o seu estudo, que integrou o total das 200 crianças que frequentaram os clubes escolares tanto no 5º como no 6º anos, Margarida Santos Carvalho verificou que o sucesso escolar estava acima da média da altura:

os que nunca chumbaram vão entrar para a faculdade e os que foram chumbando estão um bocadinho mais atrasados (...) nem todos estavam no 12º ano. Havia alguns que estavam no 11º, outros no 10º. Curiosamente, havia, desses 200, 2 ou 3 miúdos que (...) que tinham ficado só com o 9º ano, o que (...) até nisso, era bastante superior [o sucesso escolar] à média de alunos, nessa altura era um bom resultado escolar, quer dizer, era mais do que a média dos resultados escolares nessa altura.

Nesta entrevista, chegam também até nós, os resultados do Projeto Escola Cultural vistos pelos alunos, seis anos mais tarde:

afinal, ao longo destes seis anos, não fui só eu que achei que aquilo era bom. (...) eles valorizam extraordinariamente a possibilidade de terem chegado a uma escola em que pela primeira vez alguém lhes ter dito – podes escolher destes clubes aquele que tu queres. (...) Depois, todo aquele ambiente de...

espera, de que eu há bocadinho te falei, de pertença, é referidíssimo pelos miúdos, de que eles faziam falta no clube, de que eles sentem que fazem falta no clube. E eu acho uma coisa ótima, qualquer um de nós, não é?, que é sentir que faz falta num sítio. (...) é uma coisa que faz as pessoas felizes, que é sentir que fazem falta num sítio. (...) E se uma pessoa faz falta é porque tem valor, não é? (...) E esta, a história dos valores que é tão querida ao professor Manuel Patrício, (...) é para ser (...) esplanada em manuais filosóficos, mas é também uma coisa que se sente, que se transmite, que se vive, os valores!

Margarida Santos Carvalho faz também referência à descoberta vocacional dos seus alunos:

estão convictos que a sua escolha (...) de área onde querem desenvolver a sua atividade, p'ra isso teve muita importância a experiência que eles tiveram no clube.

E apresenta uma conclusão sobre o balanço que os seus alunos fazem no seu estudo:

E afinal, contas feitas à minha tese, os miúdos reconhecem que tinha sido extremamente importante e que se eles tivessem um irmão mais novo, aconselhariam sempre a frequentarem um clube, a poderem viver numa Escola Cultural e voltam, falam muito no poderem escolher uma coisa de que gostassem.

Durante a entrevista, Margarida Santos Carvalho emocionou-se ao recordar, de memória, relatos dos seus alunos, recolhidos durante o estudo que realizou:

ainda hoje, quando às vezes estamos uns com os outros, falamos da escola (...) Porque há sempre pequenos nadas a que nos agarrar (...) Tivemos uma sorte imensa com essa escola, que nos deu pistas para a vida e onde fomos felizes.

Reforça o conceito de escola de sucesso e relaciona-o com o sucesso escolar:

Quando há um jovem de 18 anos que diz – aquela escola deu-me pistas para a vida, eu acho que uma escola que dê pistas para a vida e que... tenha dado pequenos nadas a que a pessoa se agarre, que de repente venham à lembrança perante uma situação qualquer, eu acho que essa escola foi uma escola de sucesso. E aqui o sucesso tem um significado muito... específico.

Aqueles miúdos, tiveram um sucesso escolar acima da média da altura. eu não me lembro agora neste momento mas muito mais que 50% estava no décimo segundo ano na altura em que devia estar. Aqueles miúdos levaram realmente ali um grande empurrão da escola. Se calhar levaram pistas para a vida.

É também claro nesta narrativa, que estes resultados, considerados importantes e relevantes pela entrevistada, são fruto de um processo intencional em que são encontradas estratégias diversas e em que o Projeto Escola Cultural, segundo a sua opinião, parece ter sido decisivo:

Eles sentiam que faziam falta no clube. Agora, é evidente que isto são (...) envolvências que não se fazem de um momento para o outro, e o indivíduo não sente isto de um momento para o outro, portanto, há toda uma construção...

É aquela história que eu te contava, quer dizer, eles não fazem redações nem composições, eles escrevem artigos para o jornal, percebes?

eu acho que ela [a Escola Fernão Lopes] contribuiu, na medida em que teve a seu cargo durante dois anos, jovens em formação, miúdos dos 10 aos 14 anos, para o seu sucesso educativo, que pode contribuir para o desenvolvimento integral daquelas crianças...

dava mais trabalho [trabalhar integrado no PEC] mas quem queria tinha uns bons resultados. (...) Mas bons resultados neste sentido – os alunos, estando mais motivados, aprendiam com mais alegria, tinham vontade de aprender, eles queriam aprender.

Margarida Santos Carvalho refere ainda a Mostra no final do ano letivo, como um espaço onde se observa, por um lado, a existência de felicidade e, por outro, os trabalhos realizados ao longo do ano letivo por todas as escolas que trabalharam sob a perspetiva pedagógica do Projeto Escola Cultural. Refere ainda aspetos globais da avaliação realizada através dos relatórios referentes à implementação do Projeto Escola Cultural a nível nacional, que teciam grandes elogios, apontavam erros e pontos de melhoria mas que consideravam ser uma experiência bem sucedida.

Como corolário dos resultados, parece haver da parte de Margarida Santos Carvalho, a convicção da necessidade de se caminhar no sentido de que a escola seja Escola Cultural, como meio para alcançar a sua missão:

A escola, é escusado dizer, quando ela for essas dimensões todas, quando ela for plenamente a dimensão letiva, a dimensão extralectiva, a dimensão de interação, e essa quarta dimensão ecológica, nós estamos na escola, que já não é Escola Cultural, que é a escola.

Assim, a inovação ao nível dos meios parece também ter um papel determinante na obtenção de resultados, lidos na perspetiva do sucesso educativo que não exclui os resultados escolares.

Dimensão "por que terminou"

Maria Emília Apolinário

É a partir da sua experiência no Instituto de Inovação Educacional, de que Manuel Ferreira Patrício foi Presidente, e Maria Emília Apolinário sua secretária pessoal, que a entrevistada narra como terminou o Projeto Escola Cultural. As suas memórias incluem as suas vivências neste âmbito mas também o enquadramento legal que determinou este fim.

Manuel Ferreira Patrício tinha feito, como era competência sua enquanto Presidente, a Lei Orgânica do IIE que, contudo, não tinha sido publicada, desconhecendo-se o motivo

o professor tinha, como Presidente, também, que apresentar uma lei orgânica do próprio IIE. E ela foi feita e foi entregue. (...). E o tempo foi passando e a lei orgânica não havia meio de sair.

Continua Maria Emília Apolinário a sua narrativa, dizendo que em dezembro, por volta da altura do Natal, recebeu um telefonema de Manuel Ferreira Patrício, antecipando o fim do Projeto Escola Cultural:

Maria Emília, tenho uma muito má notícia para lhe dar (...) Estou com A Capital nas mãos e estou a ver que saiu a lei orgânica do IIE, foi publicada e, como vê, nós não sabíamos de nada, eu não sabia de nada, portanto isto significa que eu caio

olhe isto significa (...) [que] eu não vou ser reconduzido, nós não vamos continuar, o Projeto Escola Cultural tem os dias contados, não tenho a menor dúvida, porque ele está definitivamente ligado a mim e à minha pessoa.

Nos dias seguintes, Manuel Ferreira Patrício e Maria Emília Apolinário organizaram o trabalho para o que já supunham vir a ser uma nova fase do IIE, embora, como nada lhe tinha sido comunicado, o Presidente tenha redigido um despacho para que o Projeto Escola Cultural fosse implementado a nível nacional, que precisava, contudo, da assinatura do Ministro da Educação:

o professor ainda preparou, ainda mandou entregar ao gabinete do ministro, (...) não sei se era uma proposta de despacho, para institucionalização do Projeto Escola Cultural a nível nacional, portanto, até ele lá estar fez tudo o que era possível. Mas era para o ministro assinar, e é claro que não assinou porque depois veio a assinar os (...) despachos 141 e 142 ME /90. (...) o nosso modelo propriamente dito, acabou.

A partir do momento em que houve um desinvestimento no IIE e o Professor Patrício sai acabou o projeto.

Mas como nenhuma comunicação nem nenhum convite foi feito, Manuel Ferreira Patrício decidiu não voltar

Ora bem, resolvemos aquilo tudo antes do Natal, tratámos das coisas todas, o professor mandou uns despachos, preparando tudo para seguir o projeto nos anos seguintes (...) não veio resposta nenhuma, até que... ele não foi mais. Ele não foi reconduzido, ninguém lhe telefonou, (...) A partir daí o professor combina comigo que eu ficaria no gabinete a assegurar a semana entre o Natal e o fim do ano, ele já não ia mais.

Como Maria Emília Apolinário estava destacada, o presidente fez um despacho para que fosse integrada no grupo do projeto Oficina Pedagógica, aquele com que a entrevistada mais se identificava, não tendo a possibilidade do Projeto Escola Cultural.

É evidente que o professor no meu despacho, ele disse-me: então onde é que quer ficar até agosto? Ó professor, olhe, pode ser na oficina pedagógica.

Nos primeiros dias de janeiro, Joaquim Coelho Rosa apresenta-se no IIE como o novo Presidente, acompanhado da sua secretária pessoal, a quem a entrevistada fez a transmissão do trabalho. Maria Emília Apolinário relata, de forma detalhada, este dia, em que apresentou o presidente aos colegas que trabalhavam no IIE. Acrescenta que no final da semana em que fez a transmissão do trabalho, o novo presidente a convidou para ficar mas que recusou, uma vez mais porque a sua motivação era o Projeto Escola Cultural:

não, Sr. Presidente, (...) nem pensar, esta questão foi excecional, eu vejo-me a exercer, (...) as funções de secretária pessoal de um presidente por mero acaso, foi mero acaso mas foi uma situação excecional e até de ligação muito pessoal com o Projeto Escola Cultural e portanto, nem pouco mais ou menos.

A entrevistada relata que quando Joaquim Coelho Rosa chegou ao IIE fez duas reuniões no mesmo dia - uma de manhã com o grupo que trabalhava no Projeto Escola Cultural e outra de tarde com os professores que nas escolas eram responsáveis pela implementação do projeto.

Ao primeiro grupo elogiou o trabalho desenvolvido e solicitou a elaboração de um documento com vista à implementação de um novo projeto - a Área-Escola, com base na sua experiência:

Ele fez uma reunião com elas e disse-lhes assim, tal e qual: senhoras doutoras, têm feito parte deste projeto, e (...) muito bem, têm feito um excelente trabalho mas olhem, a partir de agora peço-lhes o seguinte - vão elaborar um documento que dê corpo à Área-Escola, a este projeto que é a Área-Escola, que é para se lançar nas escolas, basicamente com a experiência que vocês têm da Escola Cultural.

Relata Maria Emília que as colegas que integravam o grupo do Projeto Escola Cultural não reagiram muito bem:

Elas ficaram para morrer. Não tiveram outro remédio, fizeram um documento, basicamente com ideias-chave, ideias base, (...) e organizaram o papel, entre aspas, sobre Área-Escola para mandar às escolas.

Com o segundo grupo a atitude e o conteúdo da reunião foi semelhante:

há novas diretivas do ministério da educação, portanto, sim senhor, isto foi muito bonito (...) mas pronto, agora vamos partir para outra. Rapidamente. Claro que não disse só isto mas basicamente foi isto.

Contudo, as reações dos professores das escolas, logo nesta reunião, não se fizeram esperar porque não percebiam o porquê da mudança e porque queriam continuar a trabalhar nas suas escolas, organizando-as segundo o modelo pedagógico da Escola Cultural:

E houve reações imediatas da parte dos presentes, mas reações algo violentas, (...) as pessoas estavam revoltadas, as pessoas estavam revoltadas. Houve imensa gente a levantar o dedo e a dizer: mas porquê? Mas porquê? Com base em quê? Isto acaba? É para acabar este ano e não há mais, mas porquê? E não havia resposta.

nós estamos a fazer uma coisa que saiu de nós, ninguém nos obrigou a fazer, porque repare que o projeto era sempre vindo das escolas, não era superiormente orientado, e agora façam isto! Não! Proponham lá o projeto com base nestas ideias. Nós estamos com bons resultados, nós gostamos do projeto, nós queremos desenvolver o projeto, porque é que nos cortam as pernas, nós pusemos esta questão na reunião, mas porque é que tenho que fazer Área-Escola e não posso fazer isto?

Quando a entrevistada se viu confrontada com o fim do Projeto Escola Cultural, teve uma atitude de inconformismo e de incredulidade, juntamente com sentimento de injustiça:

isto marcou-me de tal maneira que eu só sei que no outro dia desde que cheguei ao IIE não fiz outra coisa senão chorar de manhã à noite. Eu trabalhava e chorava, trabalhava e chorava, eu não queria acreditar no que estava a acontecer, (...) Foi horrível, horrível. Eu considerava aquilo uma injustiça, mas como é que é possível?

Nós tínhamos não sei quantos milhares de alunos, não sei quantos professores envolvidos, (...) como é que era possível?

tenho uma grande tristeza de isto ter acontecido porque acho que isto tinha resultados e dava resultados e não compreendo como é que não se generalizou, mesmo que viesse a ter umas nuances aqui ou acolá, obviamente, mas porquê? Porquê?

Maria Emília Apolinário refere também que, com o apoio destes professores que queriam manter vivo o Projeto Escola Cultural, se formou a AEPEC, Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural, que realizou atividades diversas. Contudo, era muito difícil a concretização desse objetivo uma vez que a lei previa cada vez menos horas para os clubes escolares e porque se estava a proceder à implementação da Área-Escola.

Foram para a reunião e não imagina como as pessoas saíram daquela reunião. E foi aí, não foi aí que nasceu a AEPEC mas basicamente foi a partir daí que veio a ideia de formar a associação da Escola Cultural.

Tentou-se também criar uma escola privada, mesmo no estrangeiro, à semelhança de Faria de Vasconcelos⁸, com o modelo de Escola Cultural, contudo, os custos associados não permitiram que esta ideia se concretizasse.

A dada altura o professor ainda tentou, (...) fazer uma escola, uma escola que funcionasse completamente com o modelo Escola Cultural e (...) tinha que ser uma coisa privada (...) Ainda fizemos um estudo e um esboço para isso (...) e não conseguimos nenhum mecenas. No fundo era um pouco a ideia do Faria de Vasconcelos, que teve (...) que ir para França⁹ fazer uma escola para mostrar como era possível e nós podíamos ter feito a mesma coisa mas não conseguimos.

No que diz respeito aos motivos por que o Projeto Escola Cultural terminou, Maria Emília Apolinário tece várias considerações - motivos políticos, falta de cultura de avaliação, que este terminar foi intencional, que o projeto acaba mas com prejuízo:

eu não sei o que é que aconteceu politicamente para isto ter acontecido.

A reunião com o grupo do IIE, interno, foi de manhã e a outra com as escolas foi à tarde, para aí às três da tarde ou quatro, portanto houve uma intencionalidade de liquidação do projeto, não haja a menor dúvida. Com que razão objetiva não sei, tirando aquela que eu disse há bocado, de os ministros terem os nomes ligados às coisas, não faço ideia.

É assim que a gente funciona em Portugal, ou temos funcionado. Quer as coisas prestem quer não prestem... se não prestam tudo bem mas quando prestam, isto custa e dói.

acabamos com aquilo que de bom se faz em Portugal que eu acho lamentável. Venha de onde vier, e seja quem for, o ideólogo ou a pessoa que o começou, seja o que for, eu acho que isto não devia ser permitido, porque este hábito que nós temos em Portugal de acabar... se as coisas foram bem feitas, deixem-nas prosseguir. Havendo avaliação e havendo alguma conclusão que leve a que deva ser continuada.

Lamentavelmente isto aconteceu e eu acho que para prejuízo de muita gente. Conheço muitos, muitos, muitos alunos que sempre disseram, a própria Margarida [Santos Carvalho] teve alunos na escola Fernão Lopes que passados anos continuavam a falar da experiência riquíssima e que até os orientou para determinadas vocações. E nós vimos isso numa série de sítios.

Teve resultados? Teve. Portanto, resumindo e concluindo: acabou porquê? Porque politicamente acharam que se devia acabar.

No enquadramento legal que determina o fim do modelo de Escola Cultural, a entrevistada refere o DL 286/89 de 29 de agosto:

⁸ Faria de Vasconcelos, pedagogo português envolvido no Movimento da Escola Nova, fundou em 1911, em Bierges-Lez-Wawre, perto de Bruxelas, uma Escola Nova que aspirava a realizar tanto quanto possível, o modelo proposto pelo Bureau International, com os trinta carateres definidos por Adolphe Ferrière. (Manuel Ferreira Patrício, 2010. Revista Seara Nova, nº 1712) <http://www.searanova.publ.pt/pt/1712/memoria/190/A-Seara-Nova-no-itiner%C3%A1rio-pedag%C3%B3gico-de-Faria-de-Vasconcelos.htm>

⁹ Como referido na nota anterior, foi na Bélgica e não em França.

o DL 286/89, de 29 de agosto, sobre a reestruturação curricular dos ensinos básico e secundário e basicamente (...) torna-se, revela-se, um dos pilares da reforma educativa, em substituição do pilar da escola, do modelo da escola pluridimensional.

No que respeita ao enquadramento legal, Maria Emília Apolinário faz referência também à lei orgânica do IIE, DL 435/89 de 18 de dezembro, já referida anteriormente, que foi publicada sem conhecimento de Manuel Ferreira Patrício, presidente do IIE e que pelas circunstâncias da sua publicação antecipa o fim do Projeto Escola Cultural e, por isso, a sua não implementação a nível nacional.

Refere também os despachos 141/ME/90 e 142/ME/90 de 1 de setembro que regulamentam respetivamente a organização das atividades de complemento curricular e a Área Escola, despachos que em termos legais são como que uma segunda confirmação do fim da implementação do modelo da Escola Cultural.

Margarida Santos Carvalho

Margarida Santos Carvalho enquadra o fim do Projeto Escola Cultural no segundo ano em que a Escola Preparatória Fernão Lopes participava e em que se tinha assumido como Escola Cultural, designação que nesse ano integrava os documentos oficiais que produzia:

pusemos nos próprios documentos e nos documentos que mandámos para o IIE, documentos oficiais, portanto, (...) Escola Cultural Fernão Lopes.

Neste segundo ano, que

foi o desenvolvimento[do primeiro ano do projeto] já toda a gente tinha encontrado o seu caminho, feito ajustes necessários,

depois de um período de implementação do projeto,

enriquecendo-se nuns sítios (...) houve mais dificuldade até em agrupar miúdos (...) alguns clubes demoraram mais tempo a encontrar o seu caminho.

E é dentro desta dinâmica que Margarida Santos Carvalho narra que

de repente recebemos a notícia de que professor Patrício saía de presidente do IIE.

A entrevistada considera que a experiência pedagógica do Projeto Escola Cultural não foi generalizada a todo o país, por haver falta de cultura de avaliação e de melhoria do que se faz, associando a mudança de política educativa a mudança de ministros. Realça que esta atitude política nada tem de científico em termos pedagógicos, sobretudo quando os relatórios de avaliação, embora incluam pontos de melhoria, consideram que está a ser uma experiência bem sucedida:

Eu até acho que nós somos aquele povo que se uma roda não funciona bem, a gente não tem tendência para ver se há alguma, alguma arestazinha na roda, não. A gente vai pensar que é melhor construir outra vez uma roda.

Tinha sido[o Projeto Escola Cultural] objeto de duas avaliações (...) internas, de não sei quantas avaliações externas (...) sempre com grandes elogios, quer dizer, apontando alguns erros e algumas coisa que tinham de se mudar, mas sempre como sendo uma experiência que estava a ser muito bem sucedida.

Não há nada melhor quando vêm os outros a seguir, acabam com a experiência da Escola Cultural porque arranjam outra (...) Portanto não há nada de científico (...) em termos pedagógicos, em termos de foi feita uma avaliação que não resultou, não! Isto é inveja pura e simples. Agora saiu aquele, agora vem outro, tem outra ideia, portanto vamos pôr a ideia do outro.

A entrevistada não reagiu bem ao terminar desta experiência nem à forma como terminou, referindo uma fase de raiva inicial, a que se seguiu um sentimento de injustiça e de orfandade.

tive momentos de muita raiva por ela ter acabado, (...) um momento de muita raiva contra quem acabou (...) Mas também alguma raiva contra,... por não se ter investido mais na preservação, com todas as forças, desse tipo de escola.

A fase de raiva quando aquilo acabou, aliás, ainda por cima o sentimento de... de estar a ser, de toda esta gente estar a ser injustiçada porque estava a fazer um trabalho tão bom e de repente, olha agora não vão fazer isso vão fazer outro. Porque foi isto que foi dito aos professores, quer dizer, olha agora acabou-se. Se gostavam muito bem, ainda bem que gostaram porque agora vão experimentar outra coisa, vão fazer outra coisa que é a melhor, pronto.

Portanto deixa de haver Escola Cultural e fazem Área Escola, ainda por cima com esta atitude (...) que era: mas escusam de acabar com a Escola Cultural porque quem quiser pode dar, se os professores gostam tanto da Escola Cultural, do seu tempo livre podem fazer clubes, a gente deixa, o que, ainda por cima, é uma... por isso é que eu digo, isto tinha merecido uma resposta muito mais assertiva mas pronto.

O certo é que eu, que me convenci que durante aqueles dois anos, que tinha realmente encontrado um caminho para mim e para a escola (...) e que fui acompanhada nisso por aqueles meus colegas todos que me acompanharam nesta aventura.

Margarida Santos Carvalho, que sublinhava que o

Professor Manuel Patrício era um homem com competência, com audácia, para ter criado, para ter imaginado e pensado aquele projeto da Escola Cultural,

Olhava, Margarida Santos Carvalho, para o PEC como um projeto "muito agarrável"

As pessoas agarraram porque ele era muito agarrável (...) era extremamente plástico no sentido de que... conseguia apaixonar pessoas até muito diferentes. (...) depois era um projeto que não formatava, não formatava porque a grande aposta da Escola Cultural era formar miúdos autónomos, miúdos que

tivessem, e eles tiveram pela primeira vez na escola, um espaço de liberdade e um espaço de escolha. (...) uma verdadeira escolha,

inclui na sua narrativa as tentativas que professores fizeram para que o Projeto Escola Cultural não terminasse, que passou por pedir a Manuel Ferreira Patrício que lutasse mais, embora tal tivesse os seus limites:

professor tem que apoiar os pobres professores que ficaram quase órfãos porque eles querem que o Senhor lute mais, quer dizer, o professor também lutou com as forças de uma pessoa civilizada, (...) aliás, comportam-se [os governantes] em relação à Escola Cultural como se comportam em relação a muitas outras coisas.

Outra forma de tentar que o espírito da Escola Cultural prevalecesse era fazer a mensagem passar através das universidades que formavam os professores, embora tal tentativa também não tenha sido bem sucedida:

se se conseguisse passar a mensagem aos professores universitários, para que eles a passassem aos seus jovens alunos, que hão de ser os professores de amanhã, eles já vinham todos com a cabeça (...) preparada para esta nova pedagogia. (...) Na realidade não foi assim e também... todos os que fizemos a Escola Cultural estamos reformados. Praticamente.

Fazendo uma rápida viagem ao longo do tempo, Margarida Santos Carvalho não esconde a sua tristeza pelo percurso que o sistema educativo português tem vindo a fazer que, em sua opinião, não tem sido no sentido positivo.

nestes anos todos já houve (...) n experiências, que esta é que é a experiência boa e depois, dois anos depois, afinal não, afinal a melhor não é essa. E depois é outra, é outra, é outra e é outra. E tem sido sempre a piorar.

REFLEXÕES FINAIS

Neste estudo, sobressaiu da atitude dos entrevistados um grande entusiasmo e um grande envolvimento com a Escola Cultural, apesar de terem passado todos estes anos, entusiasmo que existia já na altura de implementação do projeto e que se traduziu em grande dedicação. Maria Emília Apolinário e Margarida Santos Carvalho revelam convicção de que este era o caminho que a escola deveria seguir e que ainda hoje essa opção pedagógica continua a fazer sentido. Como se pode verificar nas entrevistas, ainda hoje é grande a incompreensão perante a forma como o projeto terminou, incompreensão que continua a ser acompanhada de grande tristeza - sentimento que se agrava porque se acredita que a educação continua sem rumo e que a reforma do sistema educativo, que era para ser global, foi apenas curricular.

Também a memória objetiva é sinal deste entusiasmo pela Escola Cultural, tanto no que respeita à dinâmica imprimida à reforma de uma maneira geral, como pela produção de documentos, como ainda pelo aprofundamento teórico que a caracterizou e pela referência ao crescente número de escolas que integraram a experiência.

Apesar de a questão das entrevistas ser aberta "Que memória tem da Escola Cultural? Como recorda a Escola Cultural?", as entrevistadas organizaram-se, sobretudo, segundo uma sequência cronológica. Contudo, esta sequência cronológica foi "apenas" a espinha dorsal uma vez que as memórias remetem para outras e isso implicou afastamento dessa sequência para depois se voltar a ela. Este estudo também está organizado dessa forma, também pretendeu "contar uma história" e interpretá-la, dentro dos limites *a priori* considerados.

Ao proceder à triangulação dos dados, estes parecem apontar para uma grande homogeneidade e complementaridade, embora também possam ser observadas "contradições" a alguns níveis, nomeadamente, precisão de datas, conceptual, valorização do Projeto Escola Cultural, organizacional.

A contradição encontrada nas datas tem a ver com a altura em que se teve conhecimento de que o Professor Manuel Ferreira Patrício deixou de ser Presidente do Instituto de Inovação Educacional - na entrevista de Maria Emília Apolinário consta janeiro de 1990 e na entrevista de Margarida Santos Carvalho, março do mesmo ano. Partindo do princípio que a Assembleia constituinte da AEPEC se realizou em 24 de março desse ano, é pouco

provável que só se tenha sabido da saída do Professor nesse mesmo mês. Por outro lado, a Lei orgânica que determinou o fim da Comissão de Serviço de Manuel Ferreira Patrício no IIE, foi publicada em 18 de dezembro de 1989. Sendo o IIE um instituto que apoiava as escolas diretamente e que tinha um grupo constituído, internamente, para apoiar a implementação do Projeto Escola Cultural nas escolas, é natural que estas tivessem tido conhecimento do sucedido logo em janeiro, até porque o grupo do IIE que trabalhava no Projeto Escola Cultural passou a trabalhar para a implementação da Área-Escola. De qualquer modo, a este propósito, é claro nas duas entrevistas que muitos professores que foram protagonistas da implementação deste projeto nas escolas, reagiram, tentando que não terminasse, pelo significado bastante positivo que lhe atribuíam, em função dos resultados observados, e é este aspeto que é relevante para este estudo.

Uma contradição que parece ter mais significado é a que se encontra nos relatórios de Validação Externa da Experiência Escola Cultural a que neste estudo se teve acesso e que se coloca a nível conceptual - por um lado, o relatório referente ao ano letivo 1988/89 termina da seguinte forma:

O Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de Agosto, confere às escolas autonomia no âmbito da organização de uma área curricular não disciplinar facilitadora do desenvolvimento generalizado da "Escola Cultural". No entanto, parece-nos pertinente dever manter-se a estrutura de dinamização e controlo como elemento condutor da mudança (Inspecção-Geral de Ensino Sector Pedagógico, 1989, p. 58)

Por outro lado, diz o relatório referente ao ano letivo 1989/90:

As diferenças e similitudes maioritariamente referidas entre as actividades da Escola Formal e da Escola Cultural foram: (...) (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 15)

A Escola Cultural complementa a escola formal (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 15)

A relação entre a Escola Formal e a Escola Cultural parece ser, sobretudo, uma relação de complementaridade. (...) Os dados (...) apontam para três grandes áreas que a operacionalização do Projecto consegue realizar e que complementam a acção da Escola Formal: (...) (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 45)

O Projecto "Escola Cultural" tem reflexos na Escola curricular (...) (Inspecção-Geral de Ensino, 1991, p. 79)

Segundo os dados recolhidos tanto na memória subjetiva como na restante memória objetiva, o Projeto Escola Cultural aparece como um projeto com organização pluridimensional (dimensão letiva, dimensão extraletiva, dimensão interativa e, mais tarde, dimensão de atmosfera) que funciona como um todo, uno e coerente, a que lhe está

associada a intencionalidade cultural, que percorre todo o espírito e organização do projeto. A Escola Cultural é uma Escola una e não "mais" um projeto, entre outros que a Escola possa acolher e integrar. Ora, assim sendo, como pode a Escola Cultural "caber" num espaço letivo de duas horas semanais, a que parece referir-se o relatório do ano letivo 1988/89? Por outro lado, e dentro desta unidade que a Escola Cultural representa, como se pode fazer uma comparação entre a "Escola Formal" e a "Escola Cultural"? O relatório não explicita conceitos mas parece fazer corresponder a "Escola Formal" à dimensão letiva da Escola Cultural, e a "Escola Cultural" à dimensão extraletiva da Escola Cultural. Por um lado, a Escola Cultural integra, como foi dito, a dimensão curricular e, por outro, se os clubes escolares têm um importante papel na Escola Cultural, constituindo um espaço pedagógico diferenciado e distinto, esta é uma dimensão que tem a mesma importância das outras, assumido que está o conceito de currículo em sentido lato. Na Escola Cultural cada dimensão tem identidade própria mas não vive sem as outras, além de que não há barreiras e fronteiras entre elas - por um lado, é a Escola que é cultural, que está impregnada de intencionalidade cultural; por outro, a interação entre as dimensões elimina qualquer possibilidade de existência de realidades paralelas.

Este último relatório, embora reconhecendo vários méritos ao Projeto Escola Cultural, pode, globalmente, representar algum sinal de "contradição" com as restantes memórias já que o considera como um caminho pedagógico possível, entre outros. O outro relatório aqui apresentado, embora pareça remeter para a possibilidade da sua concretização no âmbito da Área-Escola, não deixa de expressar que é um projeto "desejável e necessário" (Inspeção-Geral de Ensino Sector Pedagógico, 1989, p. 58).

"Coincidências" e significados da Escola Cultural

O apelo para a mudança está presente nos dados, mesmo antes do início do trabalho da Comissão de Reforma do Sistema Educativo - de alguma forma se pode dizer que se tende para a mudança e que esse percurso é visível desde o início da I República, como brevemente analisado no enquadramento conceptual. No contexto da Reforma do Sistema Educativo, essa vontade de mudança está bem patente tanto nas decisões políticas do Governo e da Assembleia da República, através da legislação publicada e dos esforços realizados para se conseguir uma LBSE o mais consensual possível, como na Comissão de Reforma do Sistema Educativo, como ainda nas narrativas de Maria Emília Apolinário e de Margarida Santos Carvalho. Desde o início dos seus trabalhos, sob o referencial obrigatório

que a LBSE representava, que a CRSE assumiu a sua opção pela mudança sob o signo da inovação, colocando-a, a inovação, no centro da reforma educativa. Foi esta identificação com a mudança/inovação e a necessidade de inovar que levou Maria Emília Apolinário a aceitar o convite para integrar o Instituto de Inovação Educacional. Também Margarida Santos Carvalho, que desde o início da sua carreira tinha uma conceção diferente de Escola, precisava que a mudança acontecesse. Esta generalizada necessidade de mudança tem subjacente a insatisfação com o sistema educativo vigente, considerado insuficiente para dar resposta aos problemas com que a educação se confrontava, e às exigências que se colocavam a Portugal.

Desta insatisfação decorre um diferente conceito de educação e de escola e, por isso, de ser professor - a LBSE traça o caminho da formação integral do educando, a CRSE coloca a pessoa que é cada aluno no centro do processo e opta pela reforma pedagógica em detrimento da reforma burocrática - é a partir da Escola que se constrói a reforma. Maria Emília Apolinário deseja uma escola que vá para além das disciplinas e Margarida Santos Carvalho tem a perfeita consciência que tem que ser professora dentro e fora da sala de aula, que o seu trabalho não se esgota na sala de aula. Por outro lado, logo no ofício que chegou às escolas se chamava a atenção para o professor cultural um novo professor para uma nova escola, para um novo conceito de educação.

Chegamos, assim, à questão do perfil, também presente nos dados e que sumariamente se designa como "perfil pretendido", "perfil escolhido" e "perfil que escolhe", que representam três abordagens da implementação do projeto Escola Cultural - no seio da CRSE delineia-se o perfil de professor cultural, de acordo com um novo paradigma de escola. Por outro lado, Maria Emília Apolinário representa o perfil escolhido, de acordo com esses critérios, para integrar o IIE (recorde-se que na sua prática pedagógica, integrava atividades que estavam para além do currículo dentro, naturalmente, dos limites do sistema). Já Margarida Santos Carvalho representa o "perfil que escolhe" o projeto assim que leu o texto que o caracterizava. Em todos os casos existe identificação com o projeto, o que vai determinar também grandes níveis de entusiasmo e envolvimento. A propósito de perfil, refira-se ainda a importância dada à constituição da equipa do IIE que, segundo Maria Emília Apolinário, era constituída por elementos que na escola estavam ligados a projetos ou tinham feito algo diferente. O ofício que chega às escolas remete para dois aspetos importantes - os âmbitos de ação do professor cultural, turma ou classe, escola e meio, e a intencionalidade cultural que deve impregnar toda a sua atividade pedagógica.

Mas se o perfil adquire relevância neste contexto, também está associado à constituição das equipas, cujos elementos se complementam - a Escola Cultural é um projeto que, ao privilegiar a interação, não só das dimensões de organização pedagógica mas também de todos os intervenientes no ato educativo, pressupõe o trabalho de equipa. Já na CRSE vimos que a equipa teve um papel preponderante - foram constituídos grupos de trabalho diferenciados que deram contributos específicos dentro de determinadas áreas, tendo o mesmo acontecido no seio da própria Comissão. Maria Emília Apolinário faz várias alusões à constituição das equipas, à sua diversidade e ao resultado de se trabalhar em equipa - os professores vinham de alma cheia. Também em termos de formação e avaliação do projeto a equipa tem, nos dados, um lugar privilegiado, integrando a partilha - a formação de professores era conjunta, os professores partilhavam experiências, vivências, abriam-se a novas ideias - recebiam e davam de si. A mesma dinâmica era implementada na avaliação do projeto em geral e dos projetos de cada escola. As atividades de mostração eram sinal desse sentido de equipa e da partilha inerente. Margarida Santos Carvalho também se refere várias vezes à importância da equipa, mesmo quando na sua narrativa se refere ao seu papel de coordenadora na escola e quando diz que o Professor Patrício não teria feito a diferença se estivesse sozinho. Os dados parecem apontar para equipas que valorizam a semelhança e a diversidade - semelhança em termos dos objetivos que as congregam e diversidade por ser na riqueza de cada um, na unicidade de cada um, que se atingem esses mesmos objetivos - tal é bem visível quando Margarida Santos Carvalho diz que para isso uns e outros têm que se abrir à crítica. Esta é também uma atitude fundamental do supervisor, no perfil do supervisor, que também aprende no desempenho da sua função. Muito valorizada também nos dados, é a questão do conhecimento da escola e da experiência profissional - é referido na memória objetiva, aquando da Reforma Veiga Simão, que Patrício dá relevo à preparação científica, pedagógica e cultural dos professores. Também Maria Emília Apolinário a tal faz referência, a propósito, por exemplo, da constituição da CRSE. O relatório de avaliação do ano letivo 1988/89 também faz alusão a esta questão quando refere que algumas das escolas em que a experiência funcionou melhor eram escolas que anteriormente tinham atividades de tempos livres. Margarida Santos Carvalho diz que o Professor Patrício sabia como ninguém como devia estar organizada uma escola. Pode-se ainda acrescentar que Manuel Ferreira Patrício tinha uma experiência pedagógica e cultural que marcou, no seio da Comissão de Reforma do Sistema Educativo, a atividade da *Proposta Global de Atividades* referente à Reforma da Escola, como o próprio e Maria Emília Apolinário também referiram.

E como devia estar organizada uma Escola? Os dados remetem-nos para a organização quadridimensional da Escola Cultural - dimensão letiva, dimensão extraletiva, dimensão interativa e dimensão ecológica, mas esta é uma organização de base porque dentro dela se prevê a autonomia, a inovação, a criatividade e a flexibilidade, sendo que cada Escola dentro desta estrutura, se podia organizar como fosse mais pertinente, mais adequado ao seu contexto e realidade escolar. Por isso, Maria Apolinário se refere a todas estas características, mas também à enorme diversidade de apresentações nas mostras finais. Por outro lado, as escolas, para integrarem o Projeto Escola Cultural, tinham que fazer o seu próprio Projeto de Escola. Já não é apenas a dimensão do currículo em sentido estrito, é também o currículo que pode ser determinado nos clubes escolares e na codeterminação, própria da dimensão de interação, e é o Projeto daquela Escola.

Apesar de, a um primeiro olhar, a questão relativa à dimensão de interação poder parecer uma "contradição" deste estudo, optou-se por enquadrá-la nas coincidências - os dados da memória subjetiva, sobretudo no que diz respeito à narrativa de Margarida Santos Carvalho, remetem para um grande desenvolvimento da dimensão de interação, contudo, um dos aspetos a melhorar referido nos relatórios, prende-se exatamente com a dificuldade encontrada por parte de algumas escolas em proceder a essa interação. Esta dificuldade pode estar relacionada, como também diz o relatório, com a falta de experiência de algumas escolas em se organizar desta forma e com falta de formação de professores. A corroborar esta explicação está a constatação de que muitas das escolas onde o projeto funcionou melhor eram escolas que já tinham experiência em atividades de ocupação dos tempos livres. Apesar desta referência à necessidade de melhorar a interação, um dos relatórios diz que, mesmo quando a escola pôde não estar muito bem organizada para a dinamização desta dimensão, de alguma forma cada interveniente a viveu dentro de si.

Uma outra questão também muito valorizada e olhada como "nova", é a da felicidade na escola - um dos objetivos da Escola Cultural, como vimos anteriormente, é dar felicidade aos atores do drama escolar - esta questão, que pode ser entendida como sentimental, parece, na verdade, ser uma questão de fundo na Escola Cultural por se prender diretamente com o percurso sadio, de desenvolvimento e aperfeiçoamento, que este modelo de Escola quer proporcionar ao educando e, através dele, à sociedade. Não se trata de criar as condições para que o educando faça o seu percurso formativo sem dificuldades, trata-se, isso sim, de criar condições para que as consiga ultrapassar. A felicidade torna-se, assim, uma conquista, é o resultado de um caminho percorrido - Manuel Ferreira Patrício

dá o exemplo da pessoa que sobe a montanha e, lá de cima, se congratula com esse caminho percorrido. Margarida Santos Carvalho ilustra esta questão com os artigos para o jornal em que as crianças, na escrita destes artigos, eram sujeitas às mesmas dificuldades das "composições" e das "redações", mas tinham maior motivação e maior estímulo para as ultrapassar e não desistirem. Por outro lado, tendo sido estas atividades escolhidas pelos alunos, pelo seu gosto e interesse, tinham um outro sentido. Esta felicidade está presente também, como Margarida Santos Carvalho narra de forma clara, na importância que as crianças e os jovens dão à escolha, à livre escolha - o que são é importante, o que são faz diferença, cada pessoa é valor e é valor também o que para eles é valor, na medida em que a constituição dos clubes tem em conta os interesses dos alunos. Também Maria Emília Apolinário se refere ao bem-estar que as crianças sentiam quando estavam na escola e quando estavam no clube. Esta felicidade, este bem-estar, pode ser alargada à dimensão de atmosfera¹⁰ da escola nas suas diversas vertentes - de cada ator, de cada grupo, da escola enquanto comunidade e da escola enquanto comunidade que integra o meio envolvente. Toda a memória objetiva e toda a memória subjetiva aponta a melhoria da atmosfera da escola como um dos pontos positivos da Escola Cultural, apesar das propostas de melhoria - a Escola torna-se um espaço melhor para se estar, a convivência e o trabalho colaborativo são ampliados, a escola torna-se mais permeável na medida em que sai de si para o meio e recebe o meio em si. Margarida Santos Carvalho vai mais longe - a Escola está no meio e faz parte do meio e refere claramente o sentimento de felicidade em situações muito concretas. Para terminar esta referência à felicidade e à sua relação com a atmosfera da Escola, sublinhar que a Escola Cultural tem como objetivo a felicidade de todos os atores, olhando, por isso, para cada ator do drama escolar como pessoa.

Quando os dados dos relatórios se referem aos resultados que a Escola Cultural proporciona, verificamos, como exposto anteriormente, que não há unanimidade dos professores tanto no que respeita à atitude dos alunos perante a Escola e as atividades escolares, como enquanto à integração social. Apesar disso, e apesar das sugestões de melhoria, esses são resultados apresentados, e pontos positivos do projeto, na sua apreciação global. Há que considerar, no entanto, que há resultados escolares que resultam de um investimento a longo prazo e que, pela sua natureza, só seriam visíveis com o tempo.

¹⁰ A dimensão de atmosfera nasceu da perceção que se teve de que a Escola Cultural, enquanto organização tridimensional - dimensão letiva, dimensão extraletiva e dimensão interativa, mudava o ambiente das escolas e das comunidades em que estão inseridas.

Mas são referidos também nos dados, em relação aos alunos, resultados como autonomia, responsabilidade, entreajuda, colaboração, trabalho de equipa, entusiasmo, carinho, motivação, vontade de aprender, sentido de pertença e sentido de cuidar da escola. Contudo, e embora os resultados escolares, entendidos aqui em sentido lato, se refiram aos alunos, os dados deste estudo também parecem apontar para resultados no que aos professores diz respeito - o que parece fazer sentido, uma vez que, para que a mudança de paradigma pudesse acontecer, também os professores precisavam de mudar - a mudança de perfil dos professores é um meio fundamental, e uma das vertentes da inovação da Reforma do Sistema Educativo. Neste sentido, a transformação operada nos professores parece ter-se refletido na diversidade das suas práticas / estratégias/ métodos pedagógicos, na vontade de inovar, na satisfação em estar integrado no projeto, no sentimento de plenitude, no trabalho de equipa, na partilha, na alegria de dar e receber, na emoção de ver os alunos crescer e desenvolver-se, no serem felizes [os professores] na adesão ao projeto, na quantidade de professores envolvidos, na motivação, no empenhamento, no "estar de alma e coração". E se os dados apontam para que já houvesse professores e escolas que dinamizassem atividades no âmbito dos tempos livres, agora o sentido era diferente, e novo, porque tinham intencionalidade cultural e estavam integradas num projeto de escola.

Pode considerar-se também como "coincidência" a importância que o Projeto Escola Cultural teve para os seus protagonistas - Maria Emília Apolinário e Margarida Santos Carvalho - referem-no nas suas narrativas, mas a memória objetiva também. Por outro lado, o número elevado de docentes da assembleia constituinte da AEPEC, era formado sobretudo por professores que tinham protagonizado a implementação do projeto e que queriam fazer o que estivesse ao seu alcance para que não terminasse. Desta forma, os dados parecem apontar para que o próprio Projeto Escola Cultural constituísse, em si mesmo, "significado".

Principais destaques

Ao longo da análise de dados foi possível encontrar palavras-chave que podem caracterizar e ajudar-nos a compreender o Projeto Escola Cultural, que se apresentam na seguinte Tabela e das quais destacaremos algumas:

Tabela 1

Antropagogia	Autonomia	Avaliação
Como surgiu	Conhecimento realidade escola	Coordenação
CRSE	Democracia	Dimensão ecológica
Vocação	Discutir criticamente	Entusiasmo
Envolvimento	Equipa	Escola aberta
Escola formação jovens	Escolha	Experiência profissional
Explosão escolar	Felicidade	Formação professores
IIE	Inovação	Integração
Intencionalidade cultural	Liberdade	Mostra final
Mudança	Organização pluridimensional	Partilha
Perfil	Por que terminou	Prof animador
Projeto que marca	Recetividade ao projeto	Responsabilidade
Resultados	Sentido de pertença	Sentimentos

Antropagogia, Organização Pluridimensional, Democracia, Liberdade e Autonomia, Vocação

A Escola Cultural é concebida a partir da pessoa que é o educando, e visa a sua formação integral. É, por isso, uma escola antropagógica - uma escola que "forma o ser humano na sua humanidade". À pessoa é-lhe reconhecida liberdade e autonomia, princípios sobre os quais a CRSE faz assentar a reforma educativa, "princípios superiores que presidem à educação". Mas a educação, na reforma educativa, é não só para a liberdade e para a autonomia mas também pela liberdade e pela autonomia - não só em relação ao educando mas também em relação ao professor, com possibilidade de se estender a outros elementos da comunidade educativa. Tal princípio tem expressão no clube escolar, espaço onde o educando tem um dupla liberdade de escolha - por um lado, escolhe, livremente, o clube escolar em que quer participar; por outro, pensa, organiza, dinamiza, avalia, com os colegas e com o professor, as atividades a desenvolver no clube. O clube é, desta feita, um espaço privilegiado de exercício da liberdade de aprender e oportunidade de realização pessoal. Mas, por outro lado, a Escola Cultural está impregnada da liberdade de escolha na medida em que ao longo do seu crescimento, na vida de todos os dias, o educando é chamado a crescer na liberdade, além de que a atuação enquanto pessoa também reflete o

crescimento na liberdade. A liberdade não está confinada a um espaço físico nem a uma escolha pontual, é vivência diária a partir do clube que acaba por ser polo difusor. Mas o clube escolar está também, como os dados referem de forma clara, relacionado com a vocação de cada educando, sendo que os dados apontam para o nascimento de muitas vocações na escola, através dos clubes escolares. É no clube escolar que

Patricio encontra de modo mais completo a realização da vocação, essa qualidade essencial da pessoa humana. (...) realiza-se, no clube escolar, a vocação pessoal, porque o aluno, ao determinar autonomamente, por sua própria e livre escolha, o clube em que se quer inserir, realiza, de facto, uma opção por aquilo (...) a que ele dá valor, precisamente porque é aquilo que o realiza como pessoa (Casulo, 2008, p. 149).

Contudo, também o professor, ou qualquer outro elemento da comunidade escolar, tem a possibilidade de coordenar um clube escolar basta que para tal tenha competência reconhecida¹¹, o que remete para um olhar de cada elemento da comunidade como pessoa e para o reconhecimento do clube, também como espaço da liberdade de ensinar. O clube torna-se um espaço de "com-acção", em que se encontram interesses e gostos comuns.

Contudo, o educando faz também parte da sociedade, não existe isolado, integra uma cultura, um povo, vive em democracia, sistema político que lhe reconhece a liberdade e a autonomia. É no espaço da sala de aula, que corresponde à dimensão letiva, que aprende e apreende a cultura do seu povo, da sociedade de que faz parte. É uma cultura que não foi por si construída, é sua porque pertence a esse grupo mas não é produto da sua ação. É uma cultura que lhe é transmitida. Desta forma, a Escola Cultural, olha para a pessoa como uma síntese do "indivíduo" e do "socio":

A pessoa é a unidade dos contrários solitário-solidário que cada um de nós é, a síntese da contradição viva que todo o indivíduo humano é (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1988, p. 38)

Esta síntese, reflete-se na Escola, na dimensão interativa. Como vimos anteriormente, a dimensão interativa teve como consequência a dimensão de atmosfera, ou dimensão ecológica, que no caso da Escola, pode extravasar da Escola para o meio.

Processo

Uma questão que parece relevante, como decorrente destas palavras-chave, é a questão do processo, para o qual parece que apontam os dados, desde o início da Reforma do Sistema Educativo.

¹¹ O professor pode coordenar um clube fora da área curricular que leciona desde que tenha competência para isso e seja uma área do seu gosto e interesse.

A Assembleia da República, como referido anteriormente, aprovou, primeiro, cinco projetos-de-lei de bases dos sistema educativo, para depois, por larga maioria, aprovar a que conhecemos hoje, embora com algumas alterações. Por outro lado, dentro da CRSE, cada elemento escolheu a área em que queria dar o seu contributo e ficou responsável por uma área, contributos que eram discutidos e aprofundados em equipa. Já na fase final dos seus trabalhos, colocou publicamente à discussão os seus programas, tendo recebido contributos que puderam enriquecer o seu trabalho. No Instituto de Inovação Educacional, cada elemento pode escolher o projeto em que queria trabalhar, ao mesmo tempo que era solicitada alguma colaboração numa área que se pensava estar de acordo com o perfil e os interesses de cada um. Criou-se também no IIE, um ambiente de trabalho em que as pessoas percebiam o que havia para fazer e não precisavam que alguém lhes dissesse, tomava, espontaneamente, a iniciativa. Por outro lado, as Escolas foram chamadas a refletir sobre os documentos que a CRSE produziu, foram chamadas a integrar a experiência e a estimularem no seu seio, a participação dos seus elementos. A escola não foi apenas desafiada a trazer a comunidade envolvente para "dentro" da Escola para ser espectadora mas a envolvê-la ativamente, de acordo com o seu papel. Desta forma de estar, enquadrada também numa conceção democrática de escola, em que se reconhece o "povo" e a "pessoa", resultou envolvimento, entusiasmo, adesão, sentido de pertença, projeto comum. Temos um processo participado a vários níveis, ao serviço da sociedade democrática e integrado no espírito sistémico da reforma, assente numa filosofia que, à luz da LBSE, dava sentido e orientava cada passo.

A Escola Cultural é a Escola para o sucesso que a CRSE propõe - não um sucesso entendido apenas na sua abordagem macroeducativa mas o sucesso educativo nas suas diversas vertentes, o sucesso do plano de formação do educando e, conseqüentemente, o sucesso da sociedade. Uma pessoa que cumpre o seu plano de formação educativo nas suas diversas vertentes, é uma pessoa que contribui para o desenvolvimento da sociedade nas suas diversas dimensões - desenvolvimento técnico, artístico, humanístico, científico... É nesta perspetiva que a formação de professores tem um lugar crucial - o professor, que já não é apenas transmissor de conhecimentos mas agente de cultura, professor cultural, tem que ser preparado para este novo desafio, com novas premissas, novo paradigma.

Os dados deste estudo parecem apontar para a Escola Cultural ter sido, na sua implementação, a vivência dos princípios orientadores da *Proposta Global de Reforma*. A CRSE, com esta prática, parece querer ter pretendido mais a reforma da sociedade, pela

transformação que nela opera através da educação, do que "apenas" a reforma da escola. A Escola não saía só para o meio, a Escola transformava esse meio e deixava-se transformar por ele.

Talvez esse gérmen de transformação e mudança, tão desejado para a escola e para a sociedade, fosse o princípio da transformação de mentalidades, tão desejada na altura e registada da PGR e a que hoje continuamos a aspirar...

De seguida passa-se a apresentar, sumariamente, a análise de cada dimensão

Tabela 2 - Dimensão de análise "como surgiu"

Dimensão de análise "como surgiu"		Dados
Atribuindo significado a "como surgiu"	<ul style="list-style-type: none"> - O Projeto Escola Cultural - Para as escolas do 1º ano da experiência - Para MARIA EMÍLIA APOLINÁRIO - Para MSC - Escola Preparatória Fernão Lopes 	<p>Governo CRSE IIE PGA PGR</p> <p>DL nº 3/87 de 3 de janeiro (IIE)</p> <p>Escolha - na proposta de elaboração do projeto, no convite para formar a equipa do IIE, do projeto no IIE, dos textos a apresentar aos colegas</p> <p>Inovação - intencionalidade pedagógica / forma de trabalhar da CRSE, entusiasmo pela inovação (<i>escola não se esgotava nas disciplinas formais do currículo</i>), conceção de escola</p> <p>Perfil - dos professores que integraram o IIE (perfil é importante para a realização do convite - perfil pretendido, mas também para a aceitação) e de MSC, associado a determinada conceção de escola</p> <p>Trabalho em equipa - CRSE, IIE, Dia D</p> <p>Entusiasmo Expectativa Envolvimento <i>"Ficámos encantadas"</i> Sentido prático do projeto, mexer com as escolas Projeto que chamou a atenção</p>

Tabela 3 - Dimensão de análise "inovação"

<p>Atribuindo significado a Inovação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reforma Veiga Simão - CRSE - Movimento Escola Cultural aparece como uma opção diferente - Missão da Escola - Organização da Escola - Organização pluridimensional da Escola - Encontro com a inovação - Perfil / professor animador / professor cultural 	<p>Funcionamento da CRSE Levá-lo à prática Documentos preparatórios Novo paradigma de escola Nova fundamentação filosófico-pedagógica Organização prática - aparece a ideia de escola pluridimensional Bases para a institucionalização de um modelo de escola pluridimensional O que a escola era e o que a escola podia ser</p> <p>Primeira alteração significativa depois do 25 de abril. Modelo de escola pluridimensional permite inovação criatividade</p> <p>Oficina de pessoas Formar "<i>miúdos autónomos</i>" (grande aposta da EC), Que os miúdos tivessem espaço de liberdade e espaço de escolha. Esta [inovação] aumentava a motivação dos alunos Traz resultados</p> <p>Liberdade das escolas para organizarem projetos a partir das bases Projeto de escola / com determinado rumo / tudo tem importância Organização pluridimensional</p> <p>Clube - não obrigatoriedade/interesse dos alunos/ vocações Crédito horário para os clubes escolares na componente letiva dos professores Presença do representante dos clubes em conselho pedagógico Avaliação do clube Qualquer elemento da comunidade escolar pode ser coordenador de um clube</p> <p>Abertura ao meio Relação com a comunidade</p> <p>MARIA EMÍLIA APOLINÁRIO - Convidada para o IIE, quando foi apresentado o PEC MSC - leitura do texto do Prof. Manuel Ferreira Patrício</p> <p>Abertura para fazer algo de novo Faziam algo de diferente Estavam envolvidos em projetos Perfil desejado - Professor cultural Verifica-se disponibilidade dos professores para irem além do trabalho da sala de aula Sempre inventando, sempre descobrindo Tinha que se ser professor dentro e fora da sala de aula</p>
--	---	---

Tabela 4 - Dimensão de análise "formação de professores"

Dimensão de análise "formação de professores"		Dados
<p>Atribuindo significado a relação da Escola Cultural com formação de professores</p> <p>Atribuindo significado à formação de professores realizada no contexto da Escola Cultural</p>	Formação teórica	<p>Início do ano letivo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Seminário de formação de uma semana - formação feita por MFP - porque estava preparado para isso - uma semana - professores fazem entre eles o que vão fazer na escola - discussão crítica do Plano Anual de Atividades - Último dia - mostra final - formação determinante para o sucesso do projeto <p>Sobre MFP</p> <ul style="list-style-type: none"> - sabe como ninguém o que é ser professor - sabe como ninguém como deve estar organizada uma escola <p>IIE e DREs</p> <ul style="list-style-type: none"> - faziam acompanhamento da experiência nas escolas - estavam em constante ligação <p>Encontros a meio do ano entre todas as escolas</p> <ul style="list-style-type: none"> - balanço - Discussão crítica
	Formação prática	<p>Trabalho entre pares</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>"é co-participarem todos de um projeto comum"</i> - deixar vir ao de cima o que as pessoas têm de melhor - professores melhoram com o contacto com outros que fazem um pouco melhor - é preciso que quer uns quer outros se abram ao exemplo, à crítica, ao apreciar como é que o outro faz - foram dois anos de formação de professores <p>Final do ano letivo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Balanço - Mostra final - Junta todas as escolas da experiência

Tabela 5 - Dimensão de análise "resultados"

Dimensão de análise "resultados"		Dados
Atribuindo significado a Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - funcionamento da CRSE (atividade Reforma da Escola) - Experiência - qualidade dos trabalhos - recetividade ao projeto - impetuosidade - entusiasmo - Mudança na prática pedagógica / formação de professores - motivação - interesse dos professores em continuar ao projeto - empenhamento dos professores - despertar de vocações - Integração - riqueza e diversidade - viver, aprender, conhecer outro tipo de matérias - exercício da participação e da livre escolha - mudança no clima da escola - maior interesse dos alunos pelos clubes -partilha - nascimento de novas ideias através da partilha - mostra final e outras mostrações -Duas escolas no Funchal tornaram-se EC depois na experiência - expectativa de que era capaz de ser uma coisa boa - grande satisfação - felicidade - bem-estar - projeto deixa marcas muito positivas - crianças entusiasmadas - Crianças responsáveis - envolvimento de mais alunos nos clubes, além dos que estavam inscritos - aquilo decorre maravilhosamente - crianças competentes naquilo que estão a fazer - autonomia - Valorização do trabalho - sentido de pertença / dar valor à pessoa - Vivência de valores - todos de mãos dadas (atmosfera) - melhoria dos resultados escolares - emoção, ansiedade, emocionadíssima, comovo-me até às lágrimas - impacto positivo nos alunos - Escola de sucesso - Prof. Patrício fez a diferença e professores do projeto também - escola pôde contribuir para o sucesso educativo, para o desenvolvimento integral das crianças - desapontamento 	<p>CRSE aprovou forma de funcionar em relação à atividade reforma da escola - levar à prática. Aprovado novo projeto, novo produto, novo ideário</p> <p>Avaliação positiva dos resultados da implementação na Reforma Veiga Simão. Ganhou-se experiência Foi lindo, lindo, lindo</p> <p>Grande procura das escolas Integração na comunidade Participação dos alunos na vida da comunidade Contacto com Prof. Agostinho da Silva Mostraram que já não são vândalos Alteração de comportamento Estavam a fazer uma coisa com sentido e tinham repercussão Escola de São Tomé, Escola Delfim Santos, Escola Fernão Lopes Diminui violência na escola Professores cétricos foram-se deixando contagiar</p> <p>Aumento do número de alunos dos clubes</p> <p>identificação dos professores com o projeto - visível na vontade de não querer que acabasse</p> <p>"minha senhora, a Escola Fernão Lopes foi das coisas boas que me aconteceram na vida. (ver expressão 1'08"). Nunca mais me esqueci disso"</p> <p>- "porque há sempre pequenos nada a que nos agarrar"</p> <p>- MSC considera que uma escola que "deu pistas para a vida e onde fomos felizes" (tirado das entrevistas que fez aos alunos) é uma escola de sucesso</p> <p>MSC encontrou o príncipe encantado e perdeu-o</p>

Tabela 6 - Dimensão de análise "por que terminou"

Dimensão de análise "por que terminou"		Dados
Atribuindo significado a "por que terminou"		<p>Equipa de presidente e duas vice-presidentes do IIE foi constituída pelo Ministro da Educação e Cultura, João de Deus Pinheiro (presidente não escolheu as vice-presidentes)</p> <p>DL nº 286/89 de 29 de agosto - reestruturação curricular, um dos pilares da reforma educativa, em substituição do pilar da escola, do modelo de escola pluridimensional</p> <p>Sai o DL nº 435/89 de 18 de dezembro sem o conhecimento do Prof. Patrício, pelo que deduziu que não iria ser reconduzido como presidente do IIE. Assim foi</p> <p>Dr. Joaquim Coelho Rosa quando chegou ao IIE, nos primeiros dias de janeiro de 1990, marcou duas reuniões - uma com os professores que trabalhavam no IIE para lhes dizer que com a experiência do PEC deveriam elaborar um documento que desse corpo à Área-Escola; outra para informar as escolas de que havia novas directrizes do Ministério da Educação e que o PEC ia acabar.</p> <p>Apesar da reação dos professores, que queriam optar entre PEC e AE, o PEC não avançou</p> <p>Diplomas que matam, digamos assim [a Escola Cultural] - Despachos 141/ME/90 e 142/ME/90 - regulamentar as atividades de complemento curricular e a Área-Escola, e desaparece a designação de Projeto Escola Cultural (MARIA EMÍLIA APOLINÁRIO)</p> <p>Morte política do projeto - Não sei o que é que politicamente aconteceu para isto ter acontecido; as pessoas gostam de ter o seu nome ligado. este hábito que nós temos em Portugal de acabar...(…) havendo avaliação e havendo alguma conclusão que leve a que deva ser continuada</p> <p>Isto é uma política muito portuguesa Se uma roda não funciona bem a (...) a gente vai construir outra vez uma roda. (...) Depois temos alguma inveja</p> <p>PEC tinha sido objeto de duas avaliações internas e de não sei quantas externas sempre com grandes elogios, apontando alguns erros e algumas coisas que tinham de se mudar mas sempre como sendo uma experiência que estava a ser muito bem sucedida. Não há nada melhor quando vêm os outros a seguir, acabam com a experiência da Escola Cultural porque arranjam outra</p> <p>Não há nada de científico, em termos pedagógicos que tivesse levado a esta decisão. Isto é inveja pura e simples</p> <p>Professores das escolas tentaram que o PEC não acabasse, recorrendo ao Professor Patrício</p>
	<ul style="list-style-type: none"> - IIE - Legislação - Motivos - Tentativas de não acabar - Reações 	

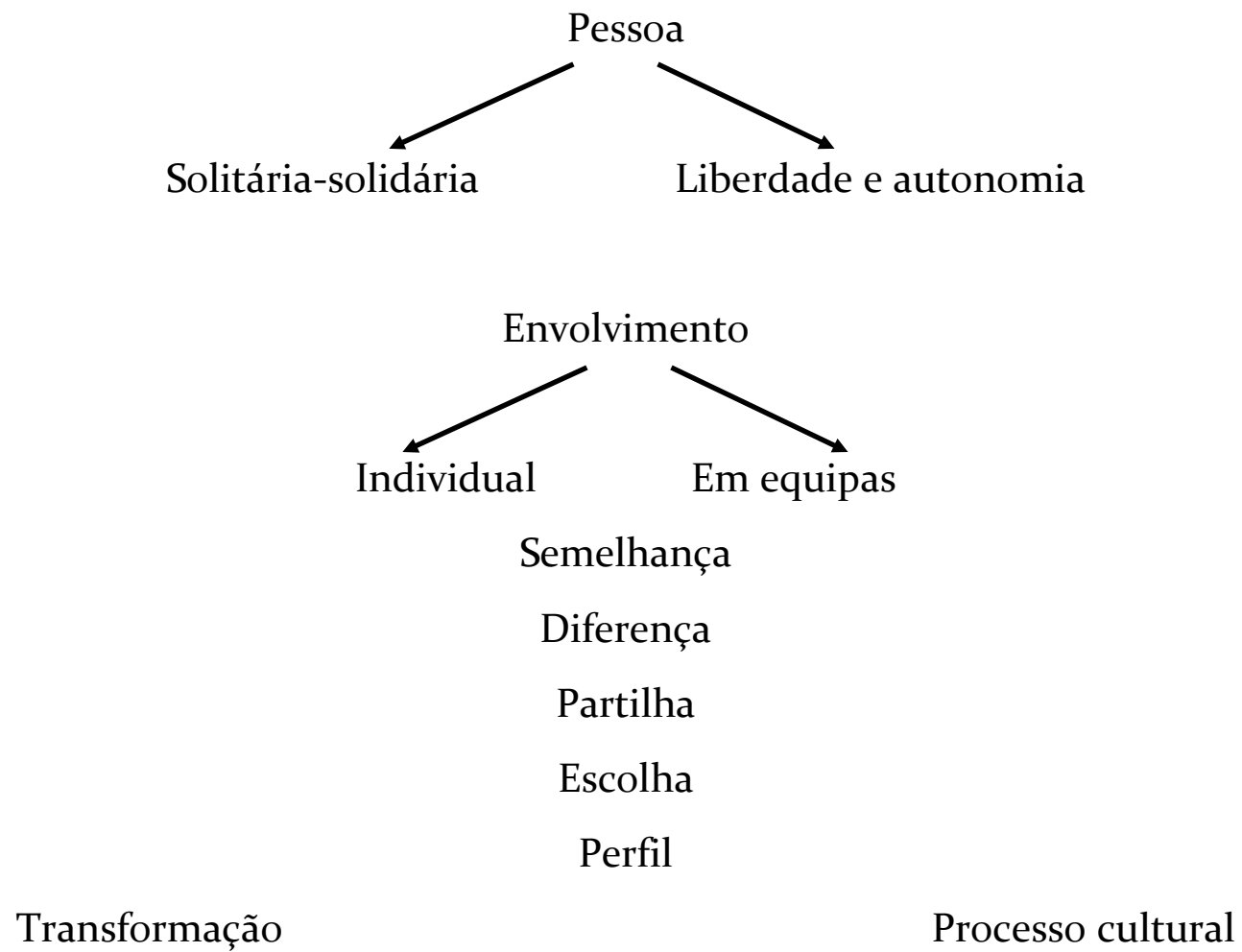
Cada uma destas dimensões de análise poderia constituir, só por si, uma categoria, contudo, desde o início da análise da memória subjetiva que a inovação emergiu dos dados, inovação que é transversal a todas as dimensões de análise. Mesmo na dimensão "por que terminou" parece ser a inovação, consequente e que satisfaz critérios axiológicos educativos, que por um lado, provoca sentimentos de tristeza, amargura, revolta, raiva, quando os protagonistas dessa inovação se veem privados; e, por outro, impulsiona a criação do Movimento Escola Cultural através da AEPEC.

Também dos dados da memória objetiva a inovação emergia como transversal. Pode-se dizer que o Projeto Escola Cultural nasceu sob o signo da inovação e que a inovação marcou de uma forma dinâmica o âmago do processo, desde a sua concepção à sua implementação, tendo sido uma inovação percebida, e por isso acolhida, pelos protagonistas que neste estudo partilharam as suas memórias e pelos protagonistas através destes referenciados.

A Escola Cultural veio colocar a questão da finalidade da Escola e da Educação e, por isso, dos meios e dos princípios. Por outro lado, houve mudanças e transformações que se registaram que, por sua vez, deram origem a novas mudanças e transformações, sob o signo da inovação. Desta forma, a Escola Cultural parece ter criado uma dinâmica que favorece a inovação.

Teoria?

Será que o processo subjacente ao Projeto Escola Cultural, que tem no centro a Pessoa, entendida na sua dupla dimensão solitária-solidária, a quem lhe é reconhecida liberdade e autonomia e que, por isso, é chamada a envolver-se individualmente e em equipas, equipas em que é valorizada a semelhança nos objetivos que congregam as pessoas, e a diferença na riqueza de cada um, equipas que privilegiam a partilha, a livre escolha e o perfil individual e coletivo, que gera transformação através de um processo cultural, pode ser modelo de outros processos sociais?



O Espírito da Escola Cultural depois da Escola Cultural

Na sua monografia, Maria Emília Apolinário chama a atenção para a necessidade da presença da Escola Cultural:

A problemática em torno da educação pluridimensional e da escola cultural mantém-se. Em educação nada está concluído. É necessário prosseguirmos em prol da defesa dos nossos objectivos. Sabemos que a escola que temos continua a não responder às necessidades dos nossos jovens e à frenética evolução das sociedades (Apolinário, 1994, p. 43)

O espírito da Escola Cultural parece continuar presente, tal como presente continua a estar a preocupação pelo lugar que a pessoa humana ocupa na sociedade, tanto em termos da realização humana como do desenvolvimento da própria sociedade:

Utilizo o termo Elemento para descrever o lugar onde as coisas que adoramos fazer e as coisas em que somos bons se reúnem. Julgo ser essencial que cada um de nós encontre o seu Elemento, não só porque nos tornará pessoas mais realizadas, mas sobretudo porque o futuro das nossas comunidades e instituições dependerá disso à medida que o mundo evoluir (Robinson & Aronica, 2010, p. 13).

O mundo está a mudar mais depressa do que nunca. A nossa melhor esperança para o futuro consiste em desenvolvermos um novo paradigma da capacidade humana, a fim de encontrarmos uma nova era de existência humana. Temos de reavaliar a importância de alimentarmos o talento e de compreender a forma como esse talento se exprime de modo diferente em cada indivíduo (Robinson & Aronica, 2010, p. 13)

Por outro lado, também António Nóvoa coloca a questão da liberdade e da relação que tem com o papel do professor. Naturalmente que, conseqüentemente, esta questão remete para a formação de professores:

(...) nos remete ao pensador suíço [Jean Jacques] Rousseau, quando escreveu no livro Emílio que "a criança só deve fazer o que quer". Essa frase é sempre citada pelos educadores, mas as pessoas não leem o que ele escreveu a seguir: "mas só deve querer aquilo que os professores querem que ela queira. A criança não deve dar um passo sem que o professor saiba o que ela vai fazer, a criança não deve abrir a boca sem que o professor saiba o que ela vai dizer". Isso é a ideia de uma autoridade que não se impõe pela força, mas pela capacidade de perceber o aluno e compreender o que ele vai fazer. Agora, se o professor deve ter autoridade? Claro, mas, para mim, a melhor definição é a do [filósofo alemão Immanuel] Kant, quando ele diz que o professor deve ter autoridade, mas que ela deve ser posta sempre a serviço da liberdade do aluno. Eu acho que é o ensinamento mais importante na área da educação: a autoridade não é para formar escravos, mas cidadãos livres e, por isso, ela deve ser posta a serviço da liberdade do aluno (Nóvoa, 2014, p. 20).

A Igreja das Chagas, em cuja reconstituição a Escola Fernão Lopes colaborou no âmbito do Projeto Escola Cultural, continua aberta e a ser sinal da relação entre Escola e meio, e da pertença a esse mesmo meio.

Termina-se com palavras de Margarida Santos Carvalho, que muito deu de si ao Projeto Escola Cultural de uma maneira geral mas também a cada pessoa que com Margarida se cruzou. São palavras que se pensa encerrarem o espírito de "ontem" e de "hoje" da Escola Cultural, pelo apelo que fazem à vida, à vida de qualidade, tão cara a Manuel Ferreira Patrício:

Parece (...) que o envolvimento na escola e com a comunidade, baseado na noção de mútua colaboração, num ambiente educativo feliz, pode proporcionar aos jovens uma rotação de ponto de vista pessoal e social, a caminho de uma atitude adulta, construtiva e empenhada no bem comum, dominado por propósitos de solidariedade (Carvalho, 1998, p. 136).

A Escola Cultural é a escola onde tudo está ligado, onde tudo é simultaneamente causa e efeito, onde entre saber e liberdade há contiguidade e onde as interações são infinitas, porque a Escola Cultural tem a mobilidade e o carácter englobante da própria vida (Carvalho, 1992, p. 6)

Considera-se a importância deste estudo para o conhecimento da História do Sistema Educativo português num período concreto (1986-1990, período em que decorre a Reforma do Sistema Educativo e é implementada a experiência pedagógica Escola Cultural) e de alguns dos seus atores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Apolinário, M. E. (1994). *Um modelo de escola pluridimensional - teoria e prática* (dissertação de mestrado não publicada). Instituto Superior de Ciências Educativas. Lisboa.
- Baggio, M. A., & Erdmann, A. L. (01 de março de 2011). Teoria fundamentada nos dados ou Grounded Theory e o uso na investigação em Enfermagem no Brasil. *Revista de Enfermagem Referência 3ª Série nº 3*, pp. 177-185.
- Branco, M. L. (2008). A escola cultural ou a oportunidade perdida. In J. M. Dias, & L. S. (org.), *Da filosofia, da pedagogia, da escola - liber amicorum Manuel Ferreira Patrício* (pp. 327-337). Évora: Universidade de Évora.
- Carvalho, M. S. (março de 1992). As actividades de interacção na Escola Cultural. *Cadernos Escola Cultural*, 9.
- Carvalho, M. S. (1998). *Escola Cultural - um espaço de vida* (dissertação de mestrado não publicada). Departamento de Educação da Universidade de Lisboa. Lisboa
- Carvalho, R. d. (2011). *história do ensino em Portugal - desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de salazar e caetano* (5ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Casulo, J. C. (1988). As leis de bases da educação nacional: percurso histórico e condições de aplicabilidade. *Revista Portuguesa de Educação*, 1 (3), pp. 21-28.
- Casulo, J. C. (2008). Da pedagogia fundamental Patriciana à Escola Cultural. In J. M. Dias, & L. S. (org.), *Da filosofia, da pedagogia, da escola - liber amicorum Manuel Ferreira Patrício* (pp. 137-154). Évora: Universidade de Évora.
- Comissão de Reforma do Sistema Educativo. (1988). *Proposta global de reforma - relatório final*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação.
- Cooney, A. (2011). Rigour and grounded theory. *Nurse researcher*, 18,4, pp. 17-22.
- DREL. (1987). A "Escola Cultural": uma experiência pedagógica para o ano lectivo de 1987/88. Lisboa.
- Fernandes, E. M., & Maia, A. (2001). Grounded theory. In E. M. Fernandes, & L. S. Almeida (Edits.), *Métodos e técnicas de avaliação. Contributos para a prática e investigação* (pp. 49-76). Braga: Centro de estudos em Educação e Psicologia.
- Fonte, C. (2005). Investigar narrativas e signiificados, a grounded analysis como a metodologia de referência. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 2, pp. 290-297.
- Inspecção-Geral de Ensino Sector Pedagógico. (1989). *Validação externa da experiência escola cultural*. Ministério da Educação, Lisboa.
- Inspecção-Geral de Ensino. (1991). *Validação externa do projeto "Escola Cultural" ano lectivo 1989/90*. Ministério da Educação, Lisboa

Ministério da Educação de Portugal y Organización de Estados Iberoamericanos. (2003). Breve Evolução Histórica do Sistema Educativo. In M. d. Iberoamericanos, *Sistema educativo nacional de Portugal* (pp. 16-26). Madrid: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y da Cultura (OEI).

Nóvoa, A. (1 de Abril de 2014). O professor na educação do século 21. *Revista Gestão Educacional*, 107, pp. 16-20.

Patrício, M. F. (1983). *Teoria da educação*. Évora: Universidade de Évora.

Patrício, M. F. (1987 a). A Escola Cultural: sua natureza, fins, meios e organização geral. In C. d. Educativo, *Documentos preparatórios - I* (pp. 55-74). Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação e da Cultura.

Patrício, M. F. (1987 b). A escola cultural face à escola curricular. In C. d. Educativo, *Da escola curricular à escola cultural. Seminários* (pp. 29-56). Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação.

Patrício, M. F. (03 de junho de 1990). Filosofia Educacional do Projeto Escola Cultural. (D. d. Notícias, Entrevista) Lisboa.

Patrício, M. F. (1991 a). Nota de Abertura. In A. d. AEPEC, *Educação pluridimensional e escola cultural* (pp. 11-13). Évora: AEPEC.

Patrício, M. F. (1991 b). Educação, valores e vocações. In M. F. (org), *Educação pluridimensional e escola cultural* (pp. 65-112). Évora: AEPEC, Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural.

Patrício, M. F. (1996). *Escola cultural - horizonte decisivo da reforma educativa* (3ª edição). Lisboa: Texto Editora.

Patrício, M. F. (1997). A escola axiológica. In M. F. (org), *A escola cultural e os valores* (pp. 21-36). Lisboa: Porto Editora.

Robinson, K., & Aronica, L. (2010). *O Elemento*. Lisboa: Porto Editora.

Sebastião, L. (2008). Do cogito antropagógico à Escola Cultural. In J. M. Dias, & L. S. (org.), *Da filosofia, da pedagogia, da escola - liber amicorum Manuel Ferreira Patrício* (pp. 115-126). Évora: Universidade de Évora.

LEGISLAÇÃO REFERENCIADA

- Proposta de Lei sobre a reorganização da educação nacional (D.G. nº 151, II Série, 2 de julho de 1923)
- Lei nº 1:941/36 de 11 de abril
- Decreto-Lei nº 47311/66 de 12 de novembro
- Decreto-Lei nº 408/71 de 27 de setembro
- Decreto-Lei nº 446/71 de 25 de outubro
- Decreto-Lei nº 486/71 de 8 de novembro
- Lei nº 5/73 de 25 de julho
- Decreto de aprovação da Constituição da República Portuguesa, em 2 de abril de 1976
- Resolução do Conselho de Ministros nº 8/86 de 22 de janeiro
- Lei nº 46/86 de 14 de outubro
- Decreto-Lei nº 3/87 de 3 de janeiro
- Decreto-Lei nº 286/89 de 29 de agosto
- Decreto-Lei nº 435/89 de 18 de dezembro
- Despacho 141/ME/90
- Despacho 142/ME/90

ANEXOS

3. OBJECTIVOS DA ESCOLA CULTURAL

São objectivos da Escola Cultural:

- a) Todos os objectivos da escola curricular;
- b) Permitir e promover a expressão e formação cultural das crianças e dos jovens;
- c) Permitir e promover a expressão e formação desportiva das crianças e dos jovens;
- d) Dar oportunidade de emergência e desenvolvimento às vocações das crianças e dos jovens;
- e) Favorecer o processo de socialização, pela integração das crianças e dos jovens em grupos de comunidade de interesses;
- f) Promover o processo de personalização, pela criação de condições institucionais favoráveis à livre escolha de certas actividades culturais e desportivas por parte das crianças e dos jovens;
- g) Dar intencionalidade cultural a todo o trabalho desenvolvido na escola;
- h) Impregnar a dimensão curricular da escola da dinâmica decorrente do princípio cultural, formulado este do seguinte modo: o processo educativo é um processo de apropriação crítica, fruidora e criadora, por parte de cada geração, dos bens e valores culturais da comunidade nacional-humana;
- i) Ocupar educativamente os tempos livres dos jovens;
- j) Promover a educação moral e cívica das crianças-e dos jovens por meio da oferta de oportunidades educativas propiciadas pela escola, e escolhidas livremente por aqueles, para além das actividades curriculares;
- j) Promover o desenvolvimento do ser do educando: da sua personalidade profunda e criadora, das suas capacidades construtivas;
- m) Promover a capacidade de distinguir entre o ter e o ser e de preferir o ser ao ter;
- n) Promover a capacidade de distinguir entre a quantidade e a qualidade e de preferir a qualidade à quantidade;

- o) Favorecer subjectiva e objectivamente o enraizamento na cultura da comunidade;
- p) Desenvolver o espírito comunitário, na teoria e na prática;
- q) Estimular a criatividade dos professores, em simultâneo e cooperação com a dos alunos, dando àqueles possibilidades de realização em domínios normalmente inibidos pela dimensão exclusivamente curricular da sua actividade docente escolar;
- r) Criar condições de satisfação e felicidade aos actores do drama escolar, sobretudo aos alunos e professores, permitindo-lhes fazer livremente e com exigência própria e comum de qualidade algo de que gostem profundamente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE LISBOA

Resposta de 15
Set
Conselho Pedagógico
Setembro 87/88

A "Escola Cultural": uma experiência pedagógica
para o ano lectivo de 1987/88

1. A "Escola Cultural": sua natureza, fins, meios e organização geral.

A Comissão de Reforma do Sistema Educativo considerou necessário desenvolver duas actividades como fundamentais para alcançar a melhoria da qualidade do ensino português. Essas actividades são as seguintes: a) definição de uma nova estrutura dos planos curriculares e indicação dos conteúdos das disciplinas; b) definição e incremento de uma componente de formação complementar das actividades lectivas, com carácter cultural e desportivo, ao nível dos ensinos preparatório e secundário.

É evidente que estas actividades se articulam intimamente constituindo, no seu todo orgânico, verdadeiramente o programa educativo da escola. Subjacente está a ideia de que a vida da escola é a actividade educativa, desdobrando-se esta em duas ordens de actividade: a ordem da actividade curricular e a ordem da actividade extra-curricular.

A escola contemporânea é, com poucas excepções, uma escola unidimensional. A única dimensão que tem é a dimensão curricular. O programa educativo que o aluno cumpre nela limita-se às potencialidades permitidas por um elenco disciplinar, articulado horizontal e verticalmente com uma lógica mais ou menos (in)satisfatória. Esse elenco disciplinar é quase sempre rígido. Os programas das diversas disciplinas caracterizam-se quase sempre por idêntica rigidez. Um tal programa educativo é executado por um corpo docente preparado para a uniformidade didáctica e controlado por um sistema de avaliação orientado para o domínio dos conteúdos.

Esta escola unidimensional é insuficiente, qualitativamente, para as exigências da educação contemporânea. Os responsáveis sabem que é preciso pôr de pé outra escola. Os educandos sentem na alma o terrível vazio da escola unidimensional.

E, pois, necessário e urgente promover a escola pluridimensional. O que é a escola pluridimensional? É a que tem a dimensão curricular, a dimensão extra-

.../...

2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE LISBOA

.../...

-curricular e a dimensão de interacção daquelas duas. É, para empregar uma fórmula sintética e expressiva, a escola cultural.

São objectivos da Escola Cultural:

- a) Todos os objectivos da escola curricular;
- b) Permitir e promover a expressão e formação cultural das crianças e dos jovens;
- c) Permitir e promover a expressão e formação desportiva das crianças e dos jovens;
- d) Dar oportunidade de emergência e desenvolvimento às vocações das crianças e dos jovens;
- e) Favorecer o processo de socialização, pela integração das crianças e dos jovens em grupos de comunidade de interesses;
- f) Promover o processo de personalização, pela criação de condições institucionais favoráveis à livre escolha de certas actividades culturais e desportivas por parte das crianças e dos jovens;
- g) Dar intencionalidade cultural a todo o trabalho desenvolvido na escola;
- h) Impregnar a dimensão curricular da escola da dinâmica decorrente do princípio cultural, formulado este do seguinte modo: o processo educativo é um processo de apropriação crítica, fruidora e criadora, por parte de cada geração, dos bens e valores culturais da comunidade nacional-humana;
- i) Ocupar educativamente os tempos livres dos jovens;
- j) Promover a educação moral e cívica das crianças e dos jovens por meio da oferta de oportunidades educativas propiciadas pela escola, e escolhidas livremente por aqueles, para além das actividades curriculares;
- l) Promover o desenvolvimento do ser do educando: da sua personalidade profunda e criadora, das suas capacidades construtivas;
- m) Promover a capacidade de distinguir entre o ter e o ser e de preferir o ser ao ter;
- n) Promover a capacidade de distinguir entre a quantidade e a qualidade e de preferir a qualidade à quantidade;

.../...

.../...

o) Favorecer subjectiva o objectivamente o enraizamento na cultura da comunidade;

p) Desenvolver o espírito comunitário, na teoria e na prática;

q) Estimular a criatividade dos professores, em simultâneo e cooperação com a dos alunos, dando àqueles possibilidades de realização em domínios normalmente inibidos pela dimensão exclusivamente curricular da sua actividade docente escolar;

r) Criar condições de satisfação e felicidade aos actores do drama escolar, sobretudo aos alunos e professores, permitindo-lhes fazer livremente e com exigência própria e comum de qualidade algo de que gostem profundamente.

Não poderá haver escola cultural sem o professor cultural. Que professor para a escola cultural, qual o perfil do professor cultural?

São três os âmbitos da acção educativa do professor cultural: a turma ou classe, a escola, a comunidade. O professor curricular só trabalha para o primeiro âmbito, que é o de mais limitado diâmetro. O professor cultural, trabalha, além disso, para o segundo e o terceiro âmbitos. O professor curricular pode limitar-se a ser um agente de ensino. Tal limitação não pode ter o professor cultural, que tem de ser um promotor de cultura, que tem de ser um agente de cultura.

A ser assim — e é assim... —, tem de ser recusado liminarmente o professor como técnico de ensino, o professor transmissor do saber e do saber-fazer constituídos. Esse professor é sempre demasiado pouco. Mais gravemente, esse professor é demasiado perigoso para a plena humanidade do homem. Não é que a competência desse professor não seja necessária. Ela é necessária, mas dentro da competência e da intencionalidade culturais.

O professor tem, pois, de ser preparado como homem de cultura. Ele só poderá ser agente de cultura se for homem de cultura. Venha a nós o professor científico, prático, técnico, artífice, artista e tecnólogo; mas dentro do professor-homem-de-pensamento, mas subsumido pelo professor cultural.

A escola cultural deve ser, basicamente, uma boa escola curricular. A intencionalidade cultural tem de constituir a medula da escola curricular, mas não deve cometer-se o erro de supor que a dimensão cultural da escola envolve qualquer minimização da sua dimensão curricular. A exigência da qualidade põe-se desde logo à escola curricular. Todavia, desde logo se lhe põe também a exigência do

.../...

.../...

sentido cultural dessa escola.

São variados os recursos educativos e culturais de que deve dispor a escola cultural. Eis exemplos, sem pretender a exaustividade: a biblioteca; o centro de documentação; a reprografia; o pavilhão gimno-desportivo; os campos de jogos; o atelier de artes plásticas; o auditório musical; o salão de festas, preparado para representações teatrais; a sala de exposições; os laboratórios; a aparelhagem de som e imagem (incluindo, naturalmente, equipamento fotográfico); discos, fitas magnéticas, cassettes, video-cassettes, etc; diapositivos diversos (ciência, arte, história, geografia, etc.); instrumentos musicais; material desportivo; material para o jogo de xadrez; etc.

As actividades desportivas fazem parte integrante, evidentemente, da escola cultural. Tanto as actividades desportivas como as culturais devem ser incluídas no plano anual de actividades da escola. Este plano não pode deixar de ser um plano integrado: as actividades curriculares e as extra-curriculares fazem nele parte do mesmo todo.

Na escola cultural deve haver igualmente: exposições; concertos; recitais literários; conferências; colóquios; palestras; sessões de cinema; sessões de video; jornadas desportivas; provas desportivas; concursos científicos, literários, artísticos, técnicos; publicação de jornais ou revistas escolares; festas escolares; sessões de teatro; etc.

A escola cultural deve ser, na sua componente extra curricular, livre; deve ser um exercício permanente da liberdade, do prazer íntimo de fazer aquilo de que se gosta, aquilo que corresponde verdadeiramente a uma vocação. Só assim ela será verdadeiramente atractiva para os alunos. Nela emergirão e funcionarão os grupos e clubes mais diversificados, como formas de organização natural das actividades culturais e desportivas dos jovens e dos professores com afinidades electivas. O que mostra que a escola livre é também necessariamente a escola participada.

• Pretende-se que a Escola Cultural seja tridimensional: que tenha a dimensão do currículo, a dimensão do extra-curriculo e a dimensão interactiva, ou da interacção dialéctica currículo - extra curriculo.

Todas as dimensões são importantes de per si e no funcionamento de cada uma delas deve ser posto todo o cuidado.

Na Escola Cultural não pode haver, por conseguinte, qualquer secundarização

.../...

.../...

menorização ou desvalorização do currículo. A Escola Cultural tem de ser, na sua base, uma boa escola curricular.

Também as actividades extra-curriculares não devem ser um amontoado mais ou menos amorfo e desorganizado, ou inorganizado, de actividades culturais e desportivas, mas um conjunto estruturado dessas actividades.

A dimensão extra-curricular deve obedecer a uma rigorosa planificação, ser acompanhada por um grupo coordenador e ser avaliada contínua e periodicamente. As unidades de avaliação periodal são o trimestre e o ano escolar.

A dimensão interactiva é muito importante. É ela que garante que as duas outras dimensões não sejam paralelas uma à outra, estanques, sem comunicação entre si. A Escola Cultural é uma escola una: as suas três dimensões são dimensões orgânicas, constituintes de um organismo vivo é uno. A interacção é a articulação teleológica e funcional da dimensão curricular com a dimensão extra-curricular. Essa articulação também deve ser orgânica. Não deve fazer-se ao acaso, mas obedecer a uma planificação geral e ser executada no quadro dessa planificação. A interacção não pode ser descontrolada. Deve ser o ponto de encontro de duas coordenações: a das actividades curriculares e das actividades extra-curriculares.

O quadro de actividades extra-curriculares será estabelecido pela Direcção da escola, ouvido o Conselho Pedagógico, por propostas de alunos ou de professores interessados no seu desenvolvimento, ou ainda por iniciativa própria.

Será atribuído por cada núcleo um crédito semanal de horas, a ser considerado tanto no horário dos respectivos professores como no dos respectivos alunos. Esse crédito será atribuído pela Direcção, dentro do crédito global superiormente autorizado para a escola, sobre proposta desta.

As actividades extra-curriculares são de frequência livre, mas os alunos são obrigados a frequentá-las, uma vez inscritos, É um compromisso que assumem livremente. Os Professores registarão a assiduidade dos alunos inscritos e farão prova da sua própria assiduidade.

O regime de faltas dos professores às actividades extra-curriculares é o mesmo que o aplicável às actividades curriculares.

O regime de faltas dos alunos às actividades extra-curriculares é o seguinte: são justificáveis as faltas correspondentes até ao máximo do triplo das actividades desenvolvidas por semana; além disso, são ainda justificáveis outras tantas por motivo de doença. Ultrapassado este duplo limite, o aluno é sancionado com a

.../...

.../...

inibição de se inscrever em actividades extra-curriculares no ano escolar seguinte.

A avaliação das actividades extra-curriculares desenvolvidas far-se-á do seguinte modo:

- a) Haverá uma avaliação contínua das actividades desenvolvidas, em conjugação com as avaliações periódicas a seguir discriminadas;
- b) Haverá uma expressão sintética dessa avaliação, inserida num relatório breve, cada trimestre;
- c) Haverá uma expressão sintética dessa avaliação, inserida num relatório circunstanciado, anualmente.

Esta avaliação terá por objectivo cada actividade de per si e simultaneamente o conjunto das actividades.

Além disso, cada núcleo deve orientar o seu trabalho no sentido de organizar periodicamente, e desejavelmente sempre por alturas do final do ano escolar, numa espécie de grande festa de animação da escola, sessões de apresentação dos frutos desse trabalho: exposições, recitais, concertos, conferências, colóquios, projecções, publicações, etc. Essas sessões constituirão uma objectivação das actividades desenvolvidas.

Como já se disse, as actividades extra-curriculares não são de frequência obrigatória, mas de frequência livre.

Cada núcleo deve organizar o seu regulamento interno, a ser aprovado pela Direcção da Escola. Esse regulamento deve ser simples, claro e breve. O professor do núcleo será sempre o responsável pelo mesmo perante a Direcção da Escola, mas há todo o interesse educativo em que o núcleo funcione numa atmosfera de corresponsabilidade alunos-professor, variável conforme o nível de ensino.

QUADRO EXEMPLIFICATIVO DE TIPOS DE NÚCLEO (Clubes)

Clubes científicos
Clubes tecnológicos
Clubes artísticos
Clubes etnográficos
Clubes de artesanato
Clubes lúdicos
Clubes desportivos
Clubes de comunicação social
Clubes cívicos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE LISBOA

2. Linhas gerais configuradoras da experiência pedagógica da "Escola Cultural".

• Para efeitos executivos, as entidades oficiais directamente envolvidas na experiência são as Escolas escolhidas para a mesma, as Direcções Regionais de Educação e a Comissão de Reforma do Sistema Educativo. Uma Estrutura de Orientação Global da Experiência (E.O.G.E.) constituída pelos Directores Regionais de Educação e quatro membros da Comissão da Reforma do Sistema Educativo, por ela designados, orientá-la-á globalmente. A experiência não só se realiza nas Escolas que vierem a ser escolhidas, como é realmente uma experiência das Escolas, pelo que a articulação da E.O.G.E. com cada Escola é fundamental. Para o efeito, a E.O.G.E. reunirá regularmente com o Conselho Directivo da Escola podendo ainda reunir, se e quando entender conveniente, com outros órgãos e estruturas da Escola. Pretende-se, também, celebrar um protocolo de acordo de cooperação com cada Escola, o qual poderá consistir apenas no compromisso mútuo de levar à prática o Plano de Actividades da Escola (P.A.E.) integrado no respectivo Plano Global.

• Cada Escola que pretenda apresentar a sua candidatura à participação na experiência pedagógica deverá elaborar um projecto do Plano de Actividades devidamente fundamentado e em que, com toda a clareza e objectividade, estejam expostas as actividades curriculares, as extra-curriculares e as de interacção, bem como quantificados e justificados eventuais reforços orçamentais destinados ao funcionamento da experiência e o crédito global de horas a atribuir à Escola, entendidos ambos como os mais razoáveis e os realmente necessários. A Escola deve, em princípio, considerar apenas os recursos humanos docentes de que dispõe. Excepcionalmente, poderá ser encarada a eventualidade da existência na experiência de pessoal não docente pelo que a correspondente proposta deve ser incluída no projecto cabendo à E.O.G.E. a sua apresentação à consideração superior.

• O projecto "Plano de Actividades da Escola" ~~deverá ser apresentado pelo~~
Presidente do Conselho Directivo à Direcção Regional de Educação de Lisboa -
- Alameda de D.Afonso Henriques, 70-69-Esquerdo - 1000 LISBOA - até ao próximo dia
15 de Setembro, impreterivelmente.

.../...

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE LISBOA

.../...

• São escolhidas para o desenvolvimento da experiência e por cada uma das áreas geográficas das Direcções Regionais, até 5 escolas, cabendo aquela escolha a um júri constituído pelos 4 Directores Regionais e por 4 elementos designados pela Comissão da Reforma do Sistema Educativo.

• Na sua execução, o Plano de actividades será, naturalmente, acompanhado pelos órgãos próprios da Escola. O Conselho Directivo exerce na realização desta experiência pedagógica a plenitude das suas competências. É ele o interlocutor decisivo da Escola quer para a E.O.G.E. quer para a C.R.S.E.. Também o Conselho Pedagógico conserva intactas as suas competências, no âmbito da experiência. Essas competências são, aliás, mesmo alargadas, estendendo-se explicitamente às actividades extra-curriculares (culturais e desportivas) e às de interacção. Por razões de funcionalidade o Conselho Pedagógico poderá subdividir-se em duas secções: uma para as actividades curriculares, outra para as actividades extra-curriculares. O Conselho funcionará em plenário ou por secções quando o próprio Conselho ou o seu presidente assim o entenderem. O Conselho pedagógico poderá, ainda, constituir de entre os professores responsáveis e alunos representantes dos diversos núcleos de actividades extra-curriculares, uma estrutura de coordenação interna destas actividades, a qual poderá servir de interlocutor ao Conselho Directivo ao Conselho Pedagógico e à E.O.G.E..

• A E.O.G.E. terá competências específicas e precisas no acompanhamento do Plano de Actividades da Escola, designadamente na elaboração de relatórios trimestrais e de um relatório anual para apresentação à C.R.S.E. e na coordenação do trabalho dos professores indicados por esta Comissão os quais, em cada Direcção Regional de Educação farão o acompanhamento e o apoio permanente às Escolas envolvidas na experiência.

• A Escola constituirá os núcleos de actividades extra-curriculares constantes do Plano de Actividades que for aprovado. Cada núcleo funcionará sob a responsabilidade do professor que dirigirá as suas actividades, coadjuvado por um aluno representante do grupo de alunos envolvidos nessa actividade. Elaborar-se-á um regulamento interno do núcleo, o qual será apresentado e submetido pelo professor responsável à consideração e aprovação do Conselho Directivo.

• Na elaboração do esquema da organização e funcionamento geral da Escola deverão ser tomadas em consideração todas as actividades da Escola, tanto as curriculares como as extra-curriculares, devendo a mesma orientação ser seguida no tocante à consequente afectação de espaços.

— Qual é a filosofia educacional do Projecto?

— Quanto à filosofia de base do Projecto, tentarei esquematizá-la nos seguintes princípios: o educando é o centro do processo educativo, pelo que é para ele que todo este processo se ordena (filosofia pedagógica personalista); o processo educativo escolar deve ser assumido pela escola na sua integralidade; o *currículum* estrito é insuficiente; a experiência total de aprendizagem dos educandos é bipolar e deve realizar-se flexivelmente dentro do espaço que esses dois pólos definem: o pólo do constrangimento e da heterodeterminação programática (aprendizagem centrada nos saberes constituídos e socialmente impostos); o pólo da liberdade e da autodeterminação programática (aprendizagem centrada) naquele que aprende e ancorada nas suas vocações e disposições naturais, que são a fonte constituinte de novos saberes).

O processo educativo é, na sua inteireza e na sua profundidade máxima, um processo cultural. Aquilo que o aluno assimila, frui, cria e difunde é a cultura. A substância do processo educativo é realmente a cultura humana.

O acto educativo é um acto cooperativo. Não é apenas um acto do educando, é também um acto do educador.

O educando e o educador não se limitam a encontrar-se, a estar face a face: agem, interagem, descobrem em conjunto, criam em conjunto, crescem em conjunto. O acto educativo é, assim, um acto de solidariedade cultural, nas múltiplas dimensões, formas ou aspectos da cultura. É também um encontro de projectos, de vontades, de desejos, de anseios, de ideias, de ideais, de vocações, de afinidades, de destinos... Como acto cuja medula ou substância é a cultura, o acto educativo é um acto situado. José Marinho falou-nos de uma antropologia situada. Eu falo de uma antropagogia situada. A antropagogia é a teoria e a prática da formação do homem na sua humanidade. Ora o homem é sempre em situação e é em situação que se forma. É, portanto, em situação que se deve formar num processo de educação escolar. Não é possível educar plenamente, e correctamente, sem inserção, sem enraizamento e eu diria mesmo que sem imersão na comunidade. Não há educação tendencialmente plena que não seja educação comunitária. A cultura é, na sua essência, multidimensional, pelo que uma educação habitada intimamente pela intencionalidade cultural não pode ser unidimensional,

tem de ser multidimensional. Uma educação puramente intelectualista é, deste modo, uma educação unidimensional. Uma educação puramente positivista é, do mesmo modo, unidimensional, tal como uma educação puramente pragmatista ou, na linguagem contemporânea, tecnocrática. A cultura é multiforme. A ciência é uma das suas formas. A tecnologia é outra das suas formas. Mas a arte, a religião, o jogo, o desporto, o direito, a política, a ética, a filosofia, a linguagem — são outras das suas formas. A LBSE, no seu artigo 47.º, aponta inequivocamente para uma educação pluridimensional. O artigo 48.º só confirma, completa e, num certo sentido, operacionaliza essa orientação, obrigando à realização de actividades de complemento curricular. Com base nesta filosofia da educação, o Projecto Escola Cultural avança para um modelo de escola: um modelo de escola que seja adequado à realização desse modelo de educação.

in "Diário de Notícias"

3 de Junho, 1990

**BASES PARA A ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DA ESCOLA PLURIDIMENSIONAL**

Base I

(Do âmbito de aplicação)

O modelo de organização estabelecido por este regulamento aplica-se às escolas do ensino básico e às do ensino secundário.

Base II

(Da Escola Pluridimensional)

1. Nos termos do artigo 48º da Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, as escolas devem assegurar a realização de actividades curriculares e de actividades de complemento curricular.
2. O conjunto das actividades curriculares de cada escola constitui a sua dimensão curricular estrita ou lectiva.
3. O conjunto das actividades de complemento curricular constitui a dimensão extralectiva ou de complemento curricular.
4. Em correspondência à preocupação de unidade pedagógica, incumbe ainda às escolas a organização de actividades de interacção recíproca das dimensões lectiva e extralectiva.
5. A unidade pedagógica da escola e do processo educativo dos educandos é conseguida pela integração de todas as actividades educativas no Plano de Actividades da Escola e pela convergência educativa permanente de todas as acções desenvolvidas.

4. As actividades de complemento curricular de carácter estrutural organizam-se em clubes escolares.

5. As actividades de complemento curricular de carácter conjuntural organizam-se no quadro de projectos e no quadro de actividades de interacção.

Base V

(Das actividades de interacção)

Entende-se por actividades de interacção as que implicam uma pluralidade de actividades curriculares, de complemento curricular, ou de umas e outras, bem como a pluralidade consequente de metodologias educativas e de processos de avaliação, podendo chegar ao grau máximo de interacção e síntese educativa que é a envolvimento total da Escola em determinada actividade educativa complexa e de superior amplitude.

Base VI

(Da duração das actividades)

1. A duração das actividades lectivas é a que for determinada pelos planos de formação em que se inserem.

2. Para efeitos de organização das actividades de complemento curricular e das actividades de interacção é atribuído a cada escola um crédito global de horas calculado pela seguinte fórmula:

$$C = 4 \times T \times N$$

em que:

C é o crédito anual máximo

T é o número de turmas da Escola

N é o número anual de semanas lectivas

3. A utilização do crédito global de horas de cada Escola compete aos respectivos órgãos de administração e é expressa no plano anual de actividades.

6. O núcleo é coordenado pelo colégio dos professores responsáveis dos clubes constituintes, sendo este presidido pelo professor responsável eleito pelos colegas.
7. Os alunos participam na organização e coordenação da actividade dos clubes, bem como na organização, desenvolvimento e avaliação das respectivas actividades, em condições e graus adequados às suas idades, estágio de desenvolvimento e nível de escolaridade.
8. O clube escolar tem a duração mínima de 1 ano escolar.
9. Aos clubes será atribuído, sempre que possível, um espaço fixo para funcionamento.

Base IX

(Da afectação de docentes aos Clubes Escolares)

1. Cabe aos órgãos de administração da Escola designar os docentes para os clubes escolares, sob condição de aceitação pelos próprios.
2. A condição profissional a preencher para a designação dos docentes para os clubes é exclusivamente a competência para o desempenho correcto das suas funções, independentemente do respectivo grupo de docência.

Base X

(Da administração e gestão dos Clubes Escolares)

1. O órgão de direcção da Escola deve consignar a cada clube escolar uma verba global por ano escolar para funcionamento, segundo os seguintes critérios principais: plano de actividades do clube, natureza das actividades, plano de investimentos do clube, número de alunos envolvido.
2. A verba global anual atribuída ao clube é administrada em termos de gestão por objectivos, sendo responsável pela sua aplicação o professor coordenador do clube.

Base XII

(Da representação dos Clubes Escolares no Conselho Pedagógico)

Os Clubes Escolares deverão estar representados no Conselho Pedagógico por dois a quatro professores coordenadores, consoante a dimensão da Escola e o número de clubes existentes, eleitos por todos os professores coordenadores.

Base XIII

(Dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo)

O presente diploma é aplicável, com as necessárias adaptações, às escolas básicas e secundárias do ensino particular e cooperativo.

substitua máquinas para aumento de produção, nos termos dos artigos 1.º e 5.º do presente diploma, sem as autorizações aí mencionadas, conforme os casos, está sujeito à multa de 1 a 50 contos, aplicada pelo governador da colónia, devendo por esta autoridade ser, independentemente disso, mandado encerrar o respectivo estabelecimento.

§ único. Da decisão do governador da colónia cabe recurso para o Ministro das Colónias, o qual deve ser interposto dentro de quarenta e cinco dias a contar da data da notificação da multa e ordem de encerramento.

Art. 16.º É nula de pleno direito a transferência de licença de exploração, deslocação ou alienação de estabelecimentos industriais nas condições referidas no artigo 1.º, alínea c), sem a autorização mencionada nesse artigo; os interventores do contrato de onde resulte a transferência estão sujeitos à multa de 5 a 50 contos, imposta pelo governador da colónia, que deverá, independentemente disso, mandar encerrar o estabelecimento objecto da transacção.

§ único. Cabe recurso da decisão do governador para o Ministro das Colónias, nos termos do § único do artigo anterior.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Paços do Govêrno da República, 11 de Abril de 1936. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Francisco José Vieira Machado*.

D. do G. n.º 84.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Lei n.º 1:941

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte:

Remodelação do Ministério da Instrução Pública

BASE I

O Ministério da Instrução Pública passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional.

BASE II

É instituída a Junta Nacional da Educação para o estudo de todos os problemas que interessam à formação do carácter, ao ensino e à cultura, a qual terá as seguintes secções:

- 1.ª Educação moral e física;
- 2.ª Ensino primário;
- 3.ª Ensino secundário;
- 4.ª Ensino superior;
- 5.ª Ensino técnico;
- 6.ª Belas Artes;
- 7.ª Investigação científica e relações culturais.

A Junta Nacional da Educação funcionará em sessões plenárias e em sessões por secções, podendo reunir em sessão conjunta as secções a que o mesmo assunto respeite.

O presidente da Junta Nacional da Educação, que também preside à reunião conjunta de duas ou mais secções, é da escolha do Ministro, devendo esta recair em personalidade que haja dado provas de capacidade e especial interesse pela educação da juventude, e substitue-o nos impedimentos o secretário geral do Ministério.

Presidem às secções 1.ª a 5.ª da Junta Nacional da Educação respectivamente os directores gerais da saúde escolar, do ensino primário, do ensino secundário, do ensino superior e do ensino técnico.

Preside à 6.ª secção o presidente da Academia Nacional de Belas Artes e é vogal nato o director geral dos edifícios e monumentos nacionais.

A 7.ª secção constitui o Instituto para a Alta Cultura, em substituição da actual Junta de Educação Nacional, e o seu presidente é da escolha do Ministro, devendo esta recair em personalidade que haja realizado trabalhos de mérito na investigação científica.

O inspector do ensino particular é vogal nato de todas as secções em que possa ter representação este ensino.

As secções serão organizadas com o menor número de vogais exigido pela representação dos respectivos interesses, fazendo obrigatoriamente parte das 1.ª a 6.ª secções delegados dos pais e educadores.

São extintos o Conselho Superior de Instrução Pública, o Conselho Superior das Belas Artes, a Junta Nacional de Escavações e Antiguidades, a Comissão do Cinema Educativo e a Junta de Educação Nacional, transitando o secretário desta para o serviço do Instituto para a Alta Cultura.

BASE III

Os presidentes das secções formam, sob a presidência do presidente da Junta Nacional da Educação, o Conselho Permanente da Acção Educativa.

No funcionamento dos serviços do Ministério será observada rigorosamente a hierarquia, sob pena disciplinar para todos os infractores.

BASE IV

Entre as funções a definir para as 1.ª e 7.ª secções da Junta Nacional da Educação será incluído o seu indispensável parecer sempre que haja de decidir-se a representação de Portugal em competições desportivas e congressos internacionais.

Na competência da 1.ª e 6.ª secções, em conjunto, entram os espectáculos públicos, transitando os respectivos serviços para o Ministério da Educação Nacional, excepto quanto aos problemas do trabalho, que competirão ao Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social.

BASE V

Na selecção do professorado de qualquer grau de ensino ter-se-ão em conta, sem prejuízo da necessária preparação científica, as exigências da sua essencial cooperação na função educativa e na formação do espírito nacional.

BASE VI

Haverá nas escolas de formação do pessoal docente e em todos os estabelecimentos de ensino, com excepção do primário, cursos obrigatórios de organização corporativa para todos os candidatos e alunos, adaptados ao grau do respectivo ensino.

BASE VII

Serão criadas condições para a efectiva utilização dos bolseiros do Estado e impostas a estes obrigações que assegurem à colectividade a sua integração na ordem social constitucionalmente estabelecida e o rendimento do sacrificio com êles feito.

Serão concedidas bolsas de estudo pecuniárias a estudantes pobres de elevada capacidade moral e intelectual, rigorosamente comprovada, e serão instituídos

prêmios nacionais para os melhores estudantes, consistindo preferentemente em visitas aos monumentos históricos e viagens às colónias portuguesas.

BASE VIII

Na reforma do ensino prevenir-se-á a superpopulação dos liceus e Universidades pela oportuna repartição dos alunos, segundo as suas aptidões, entre o ensino liceal e o ensino técnico profissional, e pela atribuição de uma finalidade autónoma àquela, sem prejuízo da sua função preparatória para os cursos superiores.

O exame de admissão a qualquer grau de ensino será fundamentalmente uma prova de aptidão.

BASE IX

Serão revistos os quadros das disciplinas e respectivos programas em todos os graus do ensino, por forma que no início do ano lectivo de 1936-1937 se encontre pôsto no lugar próprio o que se verifique estar deslocado, e suprimido tudo o que seja inútil ou pedagogicamente dispensável.

BASE X

Para o ensino primário elementar será em todo o País adoptado o mesmo livro de leitura em cada classe.

Nos estabelecimentos de ensino de todo o País, com exclusão do superior, haverá um único compêndio para cada ano ou classe das disciplinas de História de Portugal, história geral e filosofia, bem como, em cumprimento do § 3.º do artigo 43.º da Constituição Política, um único compêndio de educação moral e cívica, em relação com o respectivo grau de ensino.

Quanto às restantes disciplinas, será proibido o uso de mais do que um livro em cada ano ou classe, dentro do mesmo estabelecimento de ensino.

BASE XI

Será dada à mocidade portuguesa uma organização nacional e pre-militar que estimule o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria e a coloque em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa.

Providências especiais serão tomadas em relação aos filhos de portugueses residentes no estrangeiro, no sentido de se estimular o cumprimento do dever para com o país hospitaleiro e o amor à Pátria-Mãe.

Aos alunos portugueses de qualquer grau de ensino que tenham feito estudos no estrangeiro e venham para Portugal será facultado o ingresso no plano de estudos portugueses, na altura que competir à sua preparação cultural, aferida por um exame *ad hoc*, que fixará o grau de equivalência.

BASE XII

Em todos os estabelecimentos de ensino, com exclusão do superior, tanto oficiais como particulares, será obrigatório o canto coral, como elemento de educação e de coesão nacional, e em cada centro universitário será organizado um orfeão académico de frequência facultativa.

Será editada oficialmente a harmonização do hino nacional, tendo-se em conta a diferente idade dos alunos que frequentam os diversos graus do ensino.

Organizar-se-á uma pequena colecção de cânticos nacionais, exaltando as glórias portuguesas, a dignidade do trabalho e o amor à Pátria, os quais serão frequentemente executados e constituirão a base de um programa, sempre pronto, para as festas escolares,

assim como para as grandes expressões do sentimento nacional.

Será feita a selecção dos cânticos regionais educativos, no sentido de se manter a tradição da província portuguesa.

BASE XIII

Em todas as escolas públicas do ensino primário infantil e elementar existirá, por detrás e acima da cadeira do professor, um crucifixo, como símbolo da educação cristã determinada pela Constituição.

O crucifixo será adquirido e colocado pela forma que o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, determinar.

BASE XIV

Pelo Ministério da Educação Nacional serão publicados todos os diplomas necessários para a completa execução desta lei.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 11 de Abril de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *António Faria Carneiro Pacheco*.

D. do G. n.º 84.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Assisténcia

Décreto n.º 26:510

Usando da faculdade conferida pelos n.ºs 3.º e 4.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

De harmonia com o artigo 438.º do Código Administrativo de 1896 é aprovado o quadro do pessoal da Casa Pia de Évora, e bem assim os respectivos vencimentos anuais, o qual fica constituído da maneira seguinte:

Pessoal administrativo:

1 regente das secções masculinas (d) . . .	10.200\$00
1 secretário (a)	8.400\$00
1 ecónomo.	8.400\$00
1 ajudante da secretaria	3.600\$00
1 ajudante de ecónomo, fiel dos depósitos	7.200\$00
1 contínuo-cobrador	5.400\$00
2 praticantes (alunos).	

Pessoal de ensino:

1 professor de música e canto coral (d)	4.800\$00
1 professor de educação física (d)	3.600\$00
3 mestres de oficina, a 6.000\$	18.000\$00
1 mestra de costura (c)	3.000\$00

Pessoal clínico e de enfermagem:

1 médico de clínica geral (d)	3.600\$00
1 enfermeiro da secção de alunos (a)	4.200\$00
1 praticante da secção de alunos (aluno)	
1 enfermeira da secção de alunas (b)	1.200\$00
1 praticante da secção de alunas (aluna)	

Pessoal de vigilância e disciplina:

1 prefeito da secção masculina	7.800\$00
1 regente da secção feminina (b)	7.200\$00
3 vigilantes da secção masculina, a 7.200\$	21.600\$00
1 vigilante da secção feminina (b)	4.200\$00
2 porteiros da secção masculina, a 120\$ (asilados) (d)	240\$00
2 porteiros da secção feminina, a 120\$ (asilados) (d)	240\$00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 47 311

A Organização Nacional Mocidade Portuguesa foi criada de harmonia com uma base da Lei n.º 1941, de 11 de Abril de 1936, e depois regulada através de diplomas vários.

Vão decorridos, pois, mais de 30 anos sobre a sua instituição, e durante este largo período de tempo tem ela prestado os mais altos e relevantes serviços, que sempre aqui assinalar de modo muito especial.

Mas tudo aconselha se proceda à sua actualização, aliás de há muito reclamada.

É essa actualização que se faz por meio deste decreto-lei, no intuito de renovar a Organização, de a adaptar melhor às circunstâncias dos tempos presentes e lhe permitir, assim rejuvenescida, servir cada vez melhor o alto ideal da formação da juventude à luz dos imperecíveis princípios e valores da civilização cristã, que sempre têm presidido, e continuarão a presidir, aos destinos de Portugal.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

SECÇÃO I

Natureza, fins e atribuições da Mocidade Portuguesa

Artigo 1.º A Organização Nacional Mocidade Portuguesa, instituída de harmonia com a Lei n.º 1941, de 11 de Abril de 1936, e abreviadamente designada por Mocidade Portuguesa, passa a reger-se pelas disposições dos artigos seguintes.

Art. 2.º — 1. A Mocidade Portuguesa é um organismo que exerce a sua acção em todo o território nacional e tem por fim promover a formação integral da juventude.

2. Essa formação deve estimular a devoção à Pátria, o sentido da unidade nacional, o gosto da disciplina, processando-se à luz dos princípios e valores que informam a vida portuguesa, em vista à valorização da pessoa humana, dentro de um espírito de justiça social, de respeito das sãs tradições, de adaptação às circunstâncias dos tempos modernos e das várias parcelas do território português, de compreensão e solidariedade internacionais.

Art. 3.º — 1. A Mocidade Portuguesa depende do Ministério da Educação Nacional, e também do Ministério do Ultramar quanto à acção exercida nas províncias ultramarinas.

2. Os aspectos respeitantes especificamente à acção da Mocidade Portuguesa no ultramar serão regulados por decreto conjunto dos Ministros do Ultramar e da Educação Nacional, mediante conveniente adaptação do disposto neste decreto-lei, observando-se até lá o regime actualmente em vigor.

Art. 4.º — 1. Para realização do fim expresso no artigo 2.º, a Mocidade Portuguesa tem as seguintes atribuições:

- Superintender nas actividades circum-escolares;
- Superintender na acção social escolar;
- Promover a ocupação dos tempos livres da juventude não escolar.

2. As atribuições definidas nas alíneas a) e b) abrangem os estabelecimentos de ensino, públicos ou particula-

res, dependentes do Ministério da Educação Nacional, de frequência masculina ou de frequência mista. Os estabelecimentos de frequência feminina estão sujeitos à jurisdição da Mocidade Portuguesa Feminina, que também poderá ter centros próprios nos de frequência mista.

3. O disposto no número anterior estender-se-á a outros estabelecimentos de ensino, se assim for determinado de acordo com o Ministro de que dependam os mesmos.

4. No âmbito do ensino superior, as actividades circum-escolares e a acção social escolar, incluindo as dependentes da Mocidade Portuguesa, continuam a reger-se pelos diplomas que presentemente lhes são aplicáveis.

Art. 5.º A Mocidade Portuguesa tem personalidade jurídica e governa-se autonomamente, nos termos do presente diploma, mas sem prejuízo da faculdade que assiste ao Ministro da Educação Nacional de dar instruções para o bom desempenho da sua actividade e perfeita execução das leis.

Art. 6.º — 1. Entre a Mocidade Portuguesa, de um lado, e, de outro, a Mocidade Portuguesa Feminina e os serviços do Ministério da Educação Nacional que superintendem nas actividades escolares e em actividades de educação física, saúde escolar e desportos, deve haver o melhor espírito de colaboração, sob a superior coordenação do Ministro.

2. A Mocidade Portuguesa também colaborará com a Igreja e com as demais organizações públicas ou particulares que se ocupem da formação da juventude, em ordem a uma conveniente conjugação de esforços.

SECÇÃO II

Órgãos da Mocidade Portuguesa

SUBSECÇÃO I

Direcção

Art. 7.º — 1. A direcção da Mocidade Portuguesa é constituída pelos seguintes membros:

- Comissário nacional, que presidirá;
- Comissário nacional adjunto;
- Comissário nacional adjunto para o ultramar;
- Assistente nacional para a formação moral;
- Comissário nacional adjunto para a educação física;
- Secretário.

2. Da direcção poderão ainda fazer parte outros vogais, no número máximo de três.

Art. 8.º — 1. Os membros da direcção serão nomeados livremente pelo Ministro da Educação Nacional, e o comissário nacional adjunto para o ultramar também pelo Ministro do Ultramar, de entre pessoas de reconhecida competência que dêem garantias de imprimir sã orientação às actividades de formação da juventude; mas a nomeação do assistente nacional deve ter a concordância do Ordinário de Lisboa.

2. As nomeações são feitas pelo período de três anos e podem ser renovadas, uma ou mais vezes, por períodos iguais.

3. Os períodos previstos no número anterior começam em 1 de Outubro e findam em 30 de Setembro, mas os nomeados devem continuar no exercício das funções enquanto não forem substituídos.

4. As nomeações para vacaturas que ocorrerem no decurso do triénio entendem-se feitas até ao termo deste.

5. Quando os nomeados sejam funcionários públicos, desempenharão as suas funções na Mocidade Portuguesa em regime de comissão ou de acumulação, valendo essas

funções, no primeiro caso, e para todos os efeitos legais, como efectivo exercício dos cargos de que são titulares.

6. Os nomeados podem ser livremente exonerados em qualquer momento, como a todo o tempo pode o Ordinário de Lisboa retirar livremente a concordância prevista na parte final do n.º 1.

7. Ao secretário não se aplica o disposto neste artigo, sendo-lhe extensivo o que adiante se preceitua no artigo 21.º

Art. 9.º — 1. Compete à direcção deliberar:

- a) Sobre as directrizes concretas a que deve obedecer a actividade da Mocidade Portuguesa, dentro da orientação geral definida no artigo 2.º;
- b) Sobre os planos de acção a cumprir em cada ano e sobre o modo da sua execução;
- c) Sobre o orçamento;
- d) Sobre as contas do exercício anterior;
- e) Sobre o relatório geral da actividade do ano findo;
- f) Sobre quaisquer assuntos que se revistam de especial importância ou outros que lhe sejam submetidos.

2. Em caso de empate, tem voto de qualidade o comissário nacional ou quem suas vezes fizer.

3. As deliberações da direcção previstas nas alíneas a), b), c) e primeira parte da alínea f) do n.º 1 estão sujeitas a homologação do Ministro da Educação Nacional, e também do Ministro do Ultramar no que respeite especificamente às províncias ultramarinas, podendo a homologação ser concedida com ou sem alterações.

4. Sempre que da ordem do dia faça parte qualquer assunto que interesse especificamente às províncias ultramarinas, ou a alguma ou algumas delas, os respectivos comissários provinciais podem ser convocados para participar na reunião, com direito de voto, e deverão sê-lo se se encontrarem no continente.

Art. 10.º — 1. Compete ao comissário nacional:

- a) Representar a Mocidade Portuguesa;
- b) Convocar as reuniões da direcção e orientar os respectivos trabalhos;
- c) Submeter as deliberações da direcção à homologação do Ministro da Educação Nacional, e também do Ministro do Ultramar, quando seja caso disso, e de uma maneira geral despachar com eles;
- d) Promover a execução das deliberações da direcção;
- e) Superintender em todos os serviços da Mocidade Portuguesa e actividades a esta subordinadas.

2. O Ministro da Educação Nacional, ou por sua delegação o Subsecretário de Estado da Juventude e Desportos, também pode convocar as reuniões da direcção, e participar nessas reuniões, mesmo que não convocadas por ele, cabendo-lhe então a presidência.

Art. 11.º — 1. Compete ao comissário nacional adjunto e ao comissário nacional adjunto para o ultramar coadjuvar o comissário nacional, o segundo no que interesse especificamente às províncias ultramarinas.

2. Nas faltas ou impedimentos do comissário nacional, substituí-lo-á o comissário nacional adjunto.

3. Quanto ao comissário nacional adjunto para o ultramar, o diploma que regulamentar a sua competência será subscrito pelos Ministros do Ultramar e da Educação Nacional.

Art. 12.º — 1. Compete ao assistente nacional para a formação moral ocupar-se dos aspectos respeitantes à formação moral da juventude.

2. Compete ao comissário nacional adjunto para a educação física ocupar-se dos aspectos respeitantes à formação ginnodesportiva da juventude.

Art. 13.º Compete ao secretário assegurar a execução das deliberações da direcção e das ordens e instruções do comissário nacional, dirigindo e coordenando os diversos serviços.

SUBSECÇÃO II

Conselho consultivo

Art. 14.º — 1. Haverá um conselho consultivo, presidido pelo comissário nacional e com a restante composição que o Ministro da Educação Nacional estabelecer em despacho.

2. Aos vogais do conselho consultivo aplicar-se-á o disposto no artigo 8.º, n.ºs 2 a 6, dele devendo fazer parte um representante do ultramar, indicado pelo respectivo Ministro.

Art. 15.º Compete ao conselho consultivo formular sugestões sobre a actividade da Mocidade Portuguesa e emitir parecer, sem carácter vinculativo, sobre qualquer assunto que lhe seja submetido.

Art. 16.º — 1. O conselho consultivo terá reuniões ordinárias mensais e reuniões extraordinárias.

2. Nas primeiras, o conselho será informado, pelo comissário nacional, acerca do desenvolvimento da actividade da Mocidade Portuguesa.

3. É extensivo ao conselho consultivo o disposto nos artigos 9.º, n.º 2, e 10.º, n.º 2.

SUBSECÇÃO III

Conselho administrativo

Art. 17.º — 1. Haverá, ainda, um conselho administrativo constituído pelas seguintes pessoas:

- a) Comissário nacional, que presidirá;
- b) Vogal com reconhecida competência em assuntos administrativos;
- c) Secretário da direcção.

2. O vogal referido na alínea b) é nomeado livremente pelo Ministro da Educação Nacional, sendo-lhe aplicável o disposto no artigo 8.º, n.ºs 2 a 6.

Art. 18.º Compete ao conselho administrativo:

- a) Elaborar o projecto de orçamento;
- b) Organizar a contabilidade e fiscalizar a sua escrituração;
- c) Deliberar sobre as aquisições necessárias ao funcionamento dos serviços e promover essas aquisições;
- d) Proceder à arrecadação das receitas e ao pagamento das despesas;
- e) Apreciar as contas mensais dos serviços apresentadas pelos respectivos directores;
- f) Sumeter à direcção as contas do exercício findo.

SUBSECÇÃO IV

Órgãos locais

Art. 19.º Tudo quanto se refira a órgãos locais da Mocidade Portuguesa será regulado em portaria do Ministro da Educação Nacional.

SECÇÃO III

Serviços da Mocidade Portuguesa

Art. 20.º A actividade da Mocidade Portuguesa é assegurada por serviços cuja estrutura e atribuições serão definidas em despacho do Ministro da Educação Nacional, mediante prévia audiência do comissário nacional.

Art. 21.º — 1. Nos mesmos termos serão definidas as normas a que deverá obedecer o ajuste do pessoal incumbido da execução dos referidos serviços.

2. A Mocidade Portuguesa disporá de um corpo de inspectores-orientadores.

SECÇÃO IV

Receitas e despesas da Mocidade Portuguesa

Art. 22.º Constituem receitas gerais da Mocidade Portuguesa:

- a) A dotação que, como subsídio, lhe for consignada no Orçamento Geral do Estado;
- b) Os demais subsídios, participações ou liberalidades, de entidades públicas ou privadas, cuja aceitação seja autorizada pelo Ministro da Educação Nacional;
- c) Os rendimentos dos capitais próprios;
- d) Quaisquer outras receitas permitidas por lei.

Art. 23.º — 1. Constituir-se-á, sob a administração da Mocidade Portuguesa, um fundo de acção social escolar, com receitas próprias.

2. Essas receitas serão as seguintes:

- a) A parte das receitas gerais, previstas no artigo anterior, que for consignada a fins de acção social escolar, por força do seu próprio título constitutivo ou do orçamento da Mocidade Portuguesa;
- b) O produto de espectáculos ou outras actividades promovidas ou mantidas pela Mocidade Portuguesa;
- c) O produto das vinhetas escolares;
- d) Os saldos líquidos das edições a que se referem os Decretos-Leis n.ºs 37 985 e 40 243, respectivamente de 27 de Setembro de 1950 e de 6 de Julho de 1955;
- e) O produto da publicidade que, nos termos autorizados pelo Ministro da Educação Nacional, seja feita através dessas edições ou de outros artigos escolares;
- f) O produto das multas aplicadas por infracção dos preceitos legais respeitantes a escolaridade obrigatória;
- g) O valor dos benefícios que estabelecimentos de ensino particular deveriam proporcionar a alunos seus, em razão de subsídios ou participações do Estado, e que não possam ter, de facto, essa aplicação;
- h) Os rendimentos de capitais do fundo.

3. Os valores e condições de aplicação das vinhetas escolares constarão de diploma especial.

4. Parte das receitas previstas nas alíneas c) a g) do n.º 2 será atribuída directamente à Mocidade Portuguesa Feminina e aos organismos estaduais, dependentes do Ministério da Educação Nacional, que também tenham por fim promover a acção social escolar, nos termos a definir em despacho do respectivo Ministro.

SECÇÃO V

Actividades em que superintende a Mocidade Portuguesa

SUBSECÇÃO I

Actividades circum-escolares

Art. 24.º — 1. As actividades circum-escolares exercem-se no âmbito da escola, para além das disciplinas

que formam o respectivo currículo, em vista à ocupação dos tempos livres.

2. As actividades circum-escolares destinam-se a completar a formação humana dos estudantes, afervorando neles o amor da Pátria e o culto dos demais valores da civilização cristã, fortalecendo o seu espírito de iniciativa e poder de organização e realização, ampliando a sua cultura, aperfeiçoando o seu sentido estético e virtudes morais e sociais, e desenvolvendo as suas aptidões físicas, dentro da orientação expressa no artigo 2.º

3. Um dos objectivos das actividades circum-escolares deve consistir em proporcionar aos estudantes um conhecimento vivo das realidades portuguesas, tanto metropolitanas como ultramarinas.

4. As referidas actividades serão promovidas e orientadas, em cada escola, por um centro de actividades circum-escolares, e só por ele, e devem decorrer, como as escolares, num espírito de perfeita cooperação e harmonia entre os membros do corpo docente e os do corpo discente.

Art. 25.º — 1. A Mocidade Portuguesa estimulará, orientará e coordenará, superiormente, as actividades circum-escolares, de modo a proporcionar-lhes condições de eficaz desenvolvimento e assegurar que elas atinjam os fins assinalados no artigo anterior.

2. Cada escola manterá toda a iniciativa consentida pelas exigências de coordenação com as actividades de outras escolas e pela necessidade de garantir a realização dos aludidos fins.

Art. 26.º — 1. As actividades circum-escolares continuam a ser obrigatórias para os alunos da instrução primária, do 1.º ciclo do ensino liceal e do ciclo preparatório do ensino técnico profissional.

2. Quanto aos restantes alunos, passam a ser obrigatórias as actividades que o reitor ou o director do estabelecimento de ensino como tais declare, de acordo com os meios materiais e humanos de que dispuser.

3. Serão preenchidos, quanto a todos os alunos, com actividades circum-escolares, nomeadamente de carácter desportivo, os tempos lectivos que não se efectivem em razão de falta do professor.

4. O regime das actividades circum-escolares, designadamente no tocante a faltas e dispensas, será definido em regulamento.

5. Além das actividades obrigatórias haverá ainda as actividades facultativas que se mostrem convenientes e possíveis, segundo as preferências estudantis dominantes e o condicionalismo próprio de cada estabelecimento de ensino.

6. Os horários escolares deverão deixar, em cada semana, uma ou duas manhãs ou tardes livres, destinadas a actividades circum-escolares, nos termos a determinar em cada caso pelo Ministro da Educação Nacional.

Art. 27.º — 1. As actividades circum-escolares devem ser organizadas e orientadas, sempre, de modo a, sem traição dos seus fins formativos, suscitem nos alunos verdadeiro interesse, atraindo por si, quando facultativas, o maior número possível de estudantes e preenchendo parte dos seus tempos livres.

2. Nas escolas do magistério primário deve ter-se especialmente em vista que aos estudantes caberá, no futuro, dirigir, como professores, as actividades circum-escolares dos respectivos alunos.

3. A igual objectivo se deve atender na elaboração dos programas e planos de actividades respeitantes ao estágio dos professores de ensino secundário.

Art. 28.º É reservada à Mocidade Portuguesa a organização de competições desportivas escolares, com excepção das realizadas no âmbito do ensino superior.

SUBSECÇÃO II

Ação social escolar

Art. 29.º A acção social escolar tem por fim:

- a) Proporcionar aos estudantes boas condições de estudo e de formação moral e cultural;
- b) Facilitar os estudos aos que para o efeito necessitem de auxílio.

Art. 30.º — 1. Os meios tendentes a realizar o objectivo definido na alínea a) do artigo 29.º são, entre outros, os respeitantes a:

- a) Saúde;
- b) Alojamento;
- c) Alimentação;
- d) Transportes;
- e) Seguros;
- f) Procuradoria escolar.

2. Os meios tendentes a realizar o objectivo definido na alínea b) do artigo 29.º são, entre outros, os seguintes:

- a) Bolsas de estudo;
- b) Subsídios para fins específicos;
- c) Assistência médica;
- d) Fornecimento de medicamentos, alojamento, alimentação, transportes e material didáctico;
- e) Empréstimos;
- f) Abonos de família especiais.

3. Os benefícios previstos no n.º 2 do presente artigo serão sempre condicionados ao bom aproveitamento e comportamento dos alunos a que respeitam, e alguns dos previstos no n.º 1 podem sê-lo, também, nos termos definidos ou a definir nas leis e regulamentos aplicáveis.

Art. 31.º São livres quaisquer iniciativas, públicas ou privadas, que visem os objectivos referidos no artigo 29.º, desde que não contrariem os princípios e disposições da legislação vigente.

Art. 32.º A Mocidade Portuguesa fomentará a acção social escolar, através do respectivo fundo instituído no artigo 23.º, quer promovendo-a directamente, quer estimulando e coordenando as iniciativas mencionadas no artigo anterior, às quais poderá prestar apoio técnico e financeiro e outras formas de auxílio.

Art. 33.º Dentro de cada estabelecimento de ensino, a acção social escolar ficará exclusivamente a cargo do centro de actividades circum-escolares, que a exercerá sob a superior orientação da Mocidade Portuguesa.

SUBSECÇÃO III

Actividades da juventude não escolar

Art. 34.º A Mocidade Portuguesa promoverá a ocupação dos tempos livres da juventude não escolar, em colaboração com os serviços competentes do Ministério das Corporações e Previdência Social e do Ministério da Saúde e Assistência.

SUBSECÇÃO IV

Centros de actividades circum-escolares

Art. 35.º Haverá um centro de actividades circum-escolares em cada um dos estabelecimentos de ensino sujeitos à jurisdição da Mocidade Portuguesa, nos termos dos artigos 4.º e 24.º

Art. 36.º — 1. O centro tem como director o reitor ou director do estabelecimento de ensino.

2. Haverá um subdirector, escolhido de entre os professores, o qual coadjuvará o director e o substituirá nas suas faltas ou impedimentos.

Art. 37.º — 1. O centro compreende várias secções, e estas podem por seu turno abranger diversos núcleos de actividades.

2. As secções são dirigidas por professores ou estudantes, e os núcleos por estudantes, coadjuvados, aqueles e estes, por outros alunos.

Art. 38.º As actividades de cada secção, em geral, e de cada núcleo, em particular, serão permanentemente acompanhadas por um professor, que dará sobre elas conselhos e sugestões e suspenderá as decisões e práticas que considere ilegais ou inconvenientes.

Art. 39.º — 1. Os professores e estudantes chamados a exercer as funções referidas nos artigos anteriores são nomeados pelo director do centro.

2. As nomeações podem recair em antigos alunos da escola que conservem a condição de estudantes, quando assim se mostre necessário ou vantajoso.

3. As nomeações são feitas por um ano escolar, podendo ser renovadas por iguais períodos, uma ou mais vezes, e podendo os nomeados ser livremente exonerados em qualquer momento.

Art. 40.º O director do centro ouvirá com frequência os professores e estudantes com funções de chefia ou orientação e, eventualmente, também os seu adjuntos, em reuniões conjuntas ou separadas, para que poderá convocar um representante dos encarregados de educação, de modo a estabelecer-se entre todos estreita cooperação e melhor se atingirem os fins em vista.

Art. 41.º O director do centro pode delegar no subdirector alguma ou algumas das suas competências ou a generalidade destas, com excepção apenas das previstas no artigo 39.º, sendo a delegação feita por um ano escolar, renovável uma ou mais vezes, e livremente retirável a todo o tempo.

Art. 42.º As nomeações e reconduções respeitantes a professores, assim como a delegação prevista no artigo antecedente, estão sujeitas a homologação do comissário nacional, que a todo o tempo poderá também retirá-la.

Art. 43.º — 1. São atribuições do centro:

- a) Aprovar o orçamento;
- b) Estabelecer, para cada ano lectivo, os planos de actividades circum-escolares e de acção social escolar, dentro das respectivas possibilidades orçamentais, e em conformidade com o disposto neste decreto-lei e restantes diplomas aplicáveis;
- c) Promover e acompanhar a execução desses planos;
- d) Adoptar as mais decisões e iniciativas que se tornem necessárias à realização dos seus fins;
- e) Apresentar o relatório das actividades do ano escolar findo;
- f) Elaborar o seu regulamento interno.

2. A direcção da Mocidade Portuguesa estabelecerá um ou mais modelos de regulamento dos centros, com um mínimo de disposições que estes deverão reproduzir obrigatoriamente.

3. O centro enviará à direcção da Mocidade Portuguesa cópias do seu regulamento, orçamento, planos de acção, relatório e contas aprovadas pela respectiva comissão.

4. Se o centro não cumprir o disposto no número anterior quanto ao regulamento, orçamento e planos de acção, dentro de prazos a fixar, poderá a Mocidade Portuguesa elaborá-los ela própria.

Art. 44.º — 1. São receitas do centro:

- a) A contribuição a satisfazer obrigatoriamente pelos alunos, com destino às actividades circum-escolares e à acção social escolar;
- b) As contribuições voluntárias dos amigos do centro;

- c) Quaisquer subsídios, comparticipações ou liberalidades, de entidades públicas ou particulares;
- d) O produto de espectáculos ou de outras actividades promovidas ou mantidas pelo centro, incluindo a venda de artigos escolares e dos artigos fabricados no respectivo estabelecimento de ensino;
- e) O produto da venda de valores selados;
- f) As receitas provenientes da utilização das instalações gimnodesportivas dos estabelecimentos de ensino por outras entidades;
- g) Quaisquer outras receitas permitidas por lei.

2. A fixação do montante da contribuição prevista na alínea a) continua a ser matéria de despacho do Ministro da Educação Nacional, aí se regulando os demais aspectos do seu regime.

Art. 45.º — 1. A Mocidade Portuguesa poderá conceder subsídios aos centros, quando as circunstâncias o justificarem.

2. Se um centro mantiver actividade reduzida e apresentar, em consequência disso, saldo de gerência superior a certo limite, a fixar em despacho do Ministro da Educação Nacional, poderá este determinar que o excedente reverta em benefício de outros centros, ouvida a Mocidade Portuguesa.

Art. 46.º — 1. Haverá em cada centro uma comissão de contas, constituída pelo director do centro, que presidirá, e por um professor e um estudante, aos quais é aplicável o preceituado nos artigos 39.º e 42.º

2. É extensivo à referida comissão, devidamente adaptado, o disposto no artigo 18.º

Art. 47.º — 1. O reitor ou director do estabelecimento de ensino porá ao serviço do centro as dependências e pessoal necessários, dentro das possibilidades.

2. Quando se mostre conveniente, poderá a Mocidade Portuguesa, a solicitação do director do centro, incumbir de colaborar neste pessoal que nela presta serviço normalmente.

3. Além disso, o director do centro poderá ajustar pessoal, que ficará sujeito a estatuto idêntico ao do que trabalha nas empresas privadas.

4. Os professores não podem recusar o exercício dos cargos do centro para que forem nomeados, nem outra forma de colaboração que lhes for determinada pelo reitor ou director do estabelecimento de ensino.

Art. 48.º A regulamentação constante da presente subsecção sofrerá, quanto às escolas primárias, as adaptações impostas pelas circunstâncias.

SECÇÃO VI

Disposições diversas

Art. 49.º — 1. A Mocidade Portuguesa manterá centros especiais, como complemento da acção dos centros de actividade circum-escolares.

2. A milícia passa a ter carácter facultativo, funcionando como centro especial.

Art. 50.º — 1. Aos que desempenhem funções na Mocidade Portuguesa, ou lhe prestem colaboração, e não percebam dela uma retribuição em conformidade com o disposto no artigo 21.º, poderá o Ministro da Educação Nacional atribuir gratificações ou senhas de presença, cujo montante fixará em despacho.

2. A anterior disposição é extensiva aos centros de actividades circum-escolares.

Art. 51.º O comissário nacional pode autorizar a realização, por quaisquer pessoas de reconhecida competência, de trabalhos eventuais, em regime de prestação de ser-

viços, mediante a remuneração que estabelecer caso a caso, dentro da verba para esse fim inscrita no orçamento da Mocidade Portuguesa.

Art. 52.º — 1. O tempo de serviço prestado à Mocidade Portuguesa ou aos centros de actividades circum-escolares pelo pessoal docente de qualquer estabelecimento de ensino dependente do Ministério da Educação Nacional é considerado, para todos os efeitos legais, como serviço docente, uma vez que a dispensa seja previamente autorizada por despacho ministerial.

2. A referida dispensa poderá ser total ou parcial.

3. Os bons serviços prestados à Mocidade Portuguesa ou aos centros de actividades circum-escolares constituem razão de preferência na colocação dos professores.

Art. 53.º — 1. Compete à Mocidade Portuguesa a orientação e inspecção das disciplinas escolares que têm por objecto a educação musical e a educação física, tanto no ensino público como no particular.

2. No que respeita ao ensino público, a nomeação dos professores eventuais das referidas disciplinas será feita sobre proposta da Mocidade Portuguesa.

3. Os professores a que se refere o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 32 645, de 26 de Janeiro de 1943, podem também ser recrutados de entre os que prestem serviço nos estabelecimentos de ensino dependentes da Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional ou de entre diplomados pelo Conservatório Nacional ou pelo Instituto Nacional de Educação Física.

Art. 54.º O disposto nos artigos 24.º, n.º 4, e 33.º do presente decreto-lei deve entender-se sem prejuízo das actividades circum-escolares e formas de acção social escolar presentemente confiadas a outras entidades ou organismos, com existência legal.

Art. 55.º A constituição e funcionamento das organizações, de carácter permanente ou transitório, que tenham por objecto actividades a exercer exclusiva ou predominantemente por jovens, fora do âmbito escolar, dependem de autorização do Ministro da Educação Nacional, ouvida a Mocidade Portuguesa, nos termos a definir em regulamento.

Art. 56.º A Mocidade Portuguesa está isenta de encargos fiscais e de licenças administrativas, nos mesmos termos do Estado.

Art. 57.º A Mocidade Portuguesa pode adquirir ou alienar bens imobiliários, por qualquer título, e dá-los ou tomá-los de arrendamento, mediante prévia autorização do Ministro da Educação Nacional, concedida caso a caso.

Art. 58.º São alargadas à Mocidade Portuguesa as vantagens de que goza a Manutenção Militar em matéria de aquisição de géneros alimentícios e outros produtos.

Art. 59.º A aplicação das verbas da Mocidade Portuguesa continua a depender de despacho do comissário nacional, sem sujeição aos preceitos da contabilidade pública.

Art. 60.º — 1. As visitas de estudo e excursões de estudantes dependem de autorização.

2. Essa autorização será dada pelo reitor ou director do estabelecimento de ensino quanto às visitas e excursões que se efectuem dentro do continente ou de qualquer dos distritos autónomos das ilhas adjacentes e não envolvam prejuízo de aulas ou sacrifiquem um dia de aulas no máximo.

3. Em todos os outros casos a autorização é da competência do Ministro da Educação Nacional, devendo o respectivo pedido ser apresentado através da Mocidade Portuguesa.

4. O plano de intercâmbio com o ultramar será aprovado pelos Ministros do Ultramar e da Educação Nacional.

Art. 61.º Enquanto não forem expedidos novos regulamentos referentes à Mocidade Portuguesa, continuam em vigor os antigos, no que não colida com o espírito e disposições do presente diploma.

Art. 62.º É desde já extensivo à Mocidade Portuguesa Feminina, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 5.º, 26.º, 28.º, 44.º, 45.º, 50.º, n.º 1, 51.º, 52.º, 53.º, 55.º, 56.º, 57.º, 58.º, 59.º e 60.º

Art. 63.º O presente diploma entrará em vigor 30 dias após a sua publicação.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 12 de Novembro de 1966. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António

de Oliveira Salazar — António Jorge Martins da Mota Veiga — Manuel Gomes de Araújo — Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior — João de Matos Antunes Varela — Ulisses Cruz de Aguiar Cortés — Joaquim da Luz Cunha — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira — Eduardo de Arantes e Oliveira — Joaquim Moreira da Silva Cunha — Inocêncio Galvão Teles — José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — José João Gonçalves de Proença — Francisco Pereira Neto de Carvalho.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — J. da Silva Cunha.

Para as subalíneas:

Empréstimo externo — Obrigações do Tesouro, 8 ¹ / ₄ por cento de 1962	+	980 000\$00
Empréstimo externo — Obrigações do Tesouro, 8 ¹ / ₄ por cento de 1968	+	40 000\$00
		<u>+ 1 020 000\$00</u>

Artigo 37.º «Amortizações»:

N.º 1) «Dívida pública fundada, a cargo da Junta do Crédito Público»:

Alínea 2 «Externa»:**Das subalíneas:**

Empréstimo de 20 milhões de dólares, 5 ³ / ₄ por cento de 1964	—	1 000 000\$00
Empréstimo externo amortizável até 1976	—	650 000\$00
		<u>— 1 650 000\$00</u>

Para a subalínea:

Empréstimo externo — Obrigações do Tesouro, 8 ¹ / ₄ por cento de 1962	+	1 650 000\$00
---	---	---------------

2.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 17 de Setembro de 1971. — Pelo Chefe da Repartição, *Mário Norte*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL**Gabinete do Ministro****Decreto-Lei n.º 408/71**

de 27 de Setembro

1. Desde há muito se vem fazendo sentir a necessidade, cada vez mais urgente, de realizar uma reforma global das estruturas e dos serviços do Ministério da Educação Nacional e, especialmente, da sua administração central.

Com efeito, um departamento governativo cujos interessados directos ultrapassam o milhão e meio, cujo orçamento anual excede já os 4 milhões de contos, cujo pessoal ascende a 50 000 pessoas — cerca de um terço dos servidores civis do Estado — e cujas funções lhe impõem uma posição estratégica na formação integral dos Portugueses e no desenvolvimento económico e social do País, tem de estar devidamente apetrechado em infra-estruturas técnicas e administrativas para poder corresponder, em qualidade e quantidade, às solicitações que em ritmo acelerado e complexidade crescente lhe são dirigidas. Ora, a actual estrutura deste Ministério é a resultante de intervenções limitadas que se sucederam no tempo, sem integração em planos preestabelecidos nem concepção unitária, visando satisfazer necessidades concretas ou ocorrer a urgências específicas.

Compreende-se, pois, que tal estrutura, apesar de todos os sacrifícios, não tenha podido acompanhar o ritmo de evolução das necessidades: aumento constante da população escolar e do pessoal docente; incremento do número e variedade dos estabelecimentos de ensino e das correspondentes exigências pedagógicas; acesso de todos aos bens da cultura e à acção social escolar; reforma do ensino e, em particular, do ensino superior, acompanhada de uma efectiva promoção da investigação científica; serviços para a juventude e fomento da educação física e do desporto, etc.

Assim, a reforma global do Ministério impunha-se desde há anos, como objecto prioritário. Dela se encarregou, numa primeira fase, o Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa e, depois, uma pequena equipa de peritos funcionando na directa dependência do Gabinete do Ministro, tendo sido possível àquele serviço e a esta equipa beneficiar da colaboração inestimável de um especialista estrangeiro de ciências administrativas, ao abrigo do plano de assistência da O. C. D. E.

2. Os estudos elaborados incidiram fundamentalmente sobre o aspecto estrutural do Ministério, procurando-se fornecer ao complexo de funções que lhe cabem nos sectores da ciência e da cultura, do ensino e da juventude e desportos, a armadura administrativa básica mais adequada ao seu eficaz desempenho.

Daí que não se tivesse descido neste diploma, para além da fixação de números e verbas globais, à pormenorização da orgânica de cada um dos serviços nem à quantificação expressa dos meios que lhes deverão ser atribuídos. Esta tarefa, que pertencerá à fase de execução da reforma, implica contributos de experiência dos actuais serviços e será condicionada pelo escalonamento de prioridades que vier a ser fixado.

A estrutura proposta foi concebida com referência aos aspectos fundamentais do novo sistema escolar anunciado ao País, mas procurou-se que a nova orgânica fosse apta a servir de infra-estrutura, não apenas ao sistema vigente ou ao previsível a curto prazo, mas também às modificações que inevitavelmente e com maior ou menor profundidade lhe virão a ser introduzidas.

Seguindo os ensinamentos da administração comparada, preferiu-se uma orgânica que, não estando amarrada à tradicional compartimentação de ramos e graus de ensino, pudesse ser, além de factor da renovação das técnicas e métodos pedagógicos, o veículo da reforma da acção educativa e o instrumento dúctil e operante que esta acção exige.

Não poderá, porém, esperar-se que a reforma das estruturas administrativas seja uma panaceia milagrosa. A reorganização estrutural não resolverá, só por si, a extensa gama de problemas que recaem actualmente sobre a educação. Constitui, no entanto, uma necessidade imperiosa e amplamente reclamada, por ser uma condição essencial de todo e qualquer esforço global no sector educativo.

E, pois, necessária esta alteração das estruturas, mas não é suficiente. Para atingir os objectivos pretendidos, exige a adopção de providências paralelas ou sucessivas, entre as quais a preparação de quadros e a organização de carreiras, a racionalização do trabalho e a renovação dos métodos de acção e, ainda, a adaptação de toda a existente disciplina legal e regulamentar.

3. O presente diploma foi preparado com a maior objectividade possível e em constante procura de aferição técnica.

Para além da consideração da evolução histórica dos serviços da educação e da integração nas linhas gerais da reforma administrativa global expressas ou apreensíveis nas fontes autorizadas, houve que buscar o indispensável apoio nas coordenadas mestras da política educativa nacional.

A par dos textos constitucionais, de carácter programático, foi considerado neste domínio o III Plano de Fomento (capítulo x «Educação e investigação»), com os seus programas de execução anual — textos que formulam a política educativa do Governo, embora não cons-

tituam, dada a sua natureza, prazo e objectivos específicos que os condicionam, o único estudo de que se carece na definição de tal política.

Tiveram-se também em conta o Projecto do Estatuto da Educação Nacional, tentativa de elaboração global e sistemática de uma síntese legislativa referente à educação do futuro, e um projecto elaborado em 1969 sobre a reestruturação do sector da juventude e desportos.

Menciona-se, ainda, o recentemente anunciado projecto do sistema escolar, que contribuiu em muito para que pudesse sentir-se estar pisando terreno claramente traçado no que se refere ao rumo da política da educação. Apesar disso, procurou-se que as opções tomadas não correspondessem apenas aos pressupostos lógicos da realidade vigente e previsível a curto prazo e à sua integração num todo harmónico e equilibrado, mas também à exploração prospectiva do papel que o sector desempenhará num período mais dilatado.

No domínio da reforma administrativa, os estudos da administração comparada (ao fim e ao cabo mais uma aplicação do método científico das variações concomitantes) constituem um auxiliar precioso, sobretudo como sucedâneo de uma experimentação impossível de realizar. Levou-se a investigação tão longe quanto possível, mas sentiram-se naturais dificuldades face às acentuadas diferenças sociais, económicas e políticas que determinam a administração da educação noutros países.

Prestou-se especial atenção à evolução das administrações francesa e espanhola. Mas através dos peritos da O. C. D. E. e portugueses que colaboraram nestes estudos recebeu-se evidentemente a influência de muitos outros sistemas por eles conhecidos e levados em consideração nas recomendações formuladas.

4. Não pode nunca fazer-se uma reforma sem tomar como ponto de partida um diagnóstico crítico da situação actual. Assim se fez, neste caso; enumeram-se a seguir as principais conclusões da análise efectuada.

a) A estrutura do Ministério da Educação Nacional revela, como resultado da sua formação por sucessivas e fragmentárias intervenções, manifestos desequilíbrios e assimetrias.

Desequilíbrio na repartição das competências fundamentais: excessivamente hipertrofiada a gestão administrativa, face às funções estudo, informação e planificação, a que se deve atribuir crescente e decisiva importância.

Desequilíbrio ainda na estruturação interna dos serviços; os níveis superiores de decisão e chefia estão reduzidos a muito poucas unidades perante um número elevado de funcionários administrativos e auxiliares — é a chamada pirâmide de base larga, com todos os inconvenientes da tendência para o estrangulamento da capacidade decisória e para o avolumar da rotina.

Outro aspecto negativo desta estrutura é constituir campo propício à existência de «vazios» (não preenchimento por serviço algum de tarefas importantes) e de «sobreposições» (desempenho da mesma tarefa por dois ou mais órgãos).

b) A ossatura básica do Ministério assenta numa concepção puramente vertical, mantendo-se ao nível da administração central a divisão rígida por ramos e graus de ensino.

Este tipo de estrutura tem impedido o agrupamento funcional dos serviços comuns e constituído um sério obstáculo à unidade de direcção e à necessária coordenação dos vários ramos e graus de ensino.

Assim, a divisão em ramos de ensino fechados e a acumulação de todos os meios de acção nas mãos dos

chefes administrativos de nível mais elevado constitui, tanto do ponto de vista puramente pedagógico como sob o aspecto da gestão propriamente dita, um defeito capital de estrutura do Ministério.

c) Constitui problema generalizado na nossa administração pública a excessiva oneração das tarefas dos governantes. Com efeito, o Ministro e os Subsecretários, a quem competem a decisão, a orientação e a arbitragem, encontram-se isolados no topo, sem verdadeira ajuda e ao mesmo tempo sobrecarregados com deveres imediatos, quotidianos e heterogéneos.

Esta crítica geral desdobra-se em vários aspectos: a delegação de poderes não tem conseguido, apesar de intervenções legislativas recentes que a favorecem, libertar suficientemente o Ministro e os Subsecretários do seu volumoso despacho quotidiano; o Gabinete do Ministro não pode oferecer um apoio técnico para a formulação da política, cabendo-lhe apenas funções protocolares e de confiança; o secretário-geral do Ministério da Educação Nacional, como na maioria dos Ministérios, é o director-geral mais antigo, resultando desta acumulação e dos escassos meios de que dispõe a Secretaria-Geral um papel reduzidíssimo deste órgão; acresce que a Junta Nacional da Educação tem sido forçada pelas circunstâncias a sacrificar parte do que lhe competia como alto órgão de consulta no plano normativo às exigências prementes da solução casuística de inúmeros problemas concretos; e o Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, criado em 1965, foi de tal forma sobrecarregado com actividades correntes e de menor importância que se transformou, com todos os inconvenientes, em serviço supletivo a colmatar lacunas da orgânica do Ministério e a desempenhar funções heterogéneas e algo distantes da sua missão principal.

d) A excessiva concentração territorial da administração da educação é outro dos pontos críticos da situação actual.

Para além das direcções escolares do ensino primário, faltam, de todo, órgãos territoriais intermédios que libertem os serviços centrais de uma parte das tarefas executivas, de inspecção e de *contrôle*. Ora, a educação não poderá deixar de acompanhar os esforços que se vêm desenvolvendo no sentido da regionalização do território metropolitano. Para além das vantagens de ordem administrativa e dos ganhos de eficiência na gestão, resultantes de uma racional desconcentração geográfica, deverá a acção educativa participar plenamente, através de órgãos responsáveis e aptos, no desenvolvimento regional de que é, aliás, um dos primeiros veículos.

e) Referem-se, por último, as carências de estrutura e de funcionamento dos serviços, que constituem deficiências mais ou menos generalizadas na administração pública portuguesa e que por isso não podem receber adequada terapêutica apenas no plano deste Ministério. Trata-se dos problemas relativos ao factor humano (condições económicas, recrutamento, selecção, formação e estatuto dos funcionários); à instalação e funcionamento dos serviços; à inexistência de serviços de informação e de relações públicas.

Limitar-se-ão as referências a uns tantos pontos que terão de merecer, intramuros, especial atenção.

No que respeita ao factor humano, tem sido notória a falta da distinção entre lugar de quadro e função, que permitiria a possibilidade de prolongamento da carreira técnica, independentemente da colocação em lugares de chefia.

Por outro lado, e a exemplo do que vem sendo reconhecido noutros departamentos, as circunstâncias têm

demonstrado que a nomeação vitalícia nas chefias superiores não parece apropriada a lugares que inevitavelmente «exigirão um esforço constante de actualização e de imaginação criadora» e são incompatíveis «com a acomodação burocrática que as leis naturais por vezes imprimem a quem lida na função pública» (Decreto-Lei n.º 49 458, de 24 de Dezembro de 1969).

Outro aspecto da maior importância na situação actual e essencial para a viabilidade de qualquer reforma é o da formação do pessoal, incluindo não só a formação dos quadros superiores, que terão de ser chamados ao guarnecimento dos novos organismos e ao revigoreamento dos actuais, mas também a formação do pessoal técnico auxiliar e administrativo. Não tem havido, porém, adequada formação do pessoal antes da sua entrada em funções, nem a formação de cada um tem sido completada por uma formação especial adaptada às necessidades dos serviços e, muito menos, actualizada regularmente por cursos de aperfeiçoamento e reciclagem (*in-service training*).

Também não foram ainda criados os serviços sociais do Ministério, previstos no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 49 410, de 24 de Novembro de 1969.

Por outro lado, a situação actual das instalações e equipamento dos serviços centrais do Ministério da Educação Nacional constitui um factor que, em boa medida, impede uma organização adequada e um funcionamento eficaz. Os serviços encontram-se espalhados por vários edifícios, longe uns dos outros, em construções insuficientemente adaptadas, ou antiquadas, ou em tal estado de conservação que não podem beneficiar das vantagens de equipamentos modernos e determinam custos de funcionamento elevados — situação que não poderá manter-se por muito mais tempo.

A simplificação, racionalização e mecanização do trabalho administrativo é outro campo onde se impõe profunda intervenção, visando a diminuição dos custos e o aumento da produtividade dos serviços. Tem-se sentido grandemente a falta de um serviço de organização e métodos que se ocupe a fundo de todos os múltiplos aspectos que sob esta rubrica importa encarar.

5. Perante o breve quadro que fica traçado, quais as soluções adoptadas?

Começemos por anunciar, de forma sintética, as linhas gerais da reforma:

- a) Necessidade da passagem de uma administração clássica, burocrática, a uma administração moderna, de desenvolvimento;
- b) Reforço dos órgãos de concepção e de decisão, dos quais depende a elaboração e a execução da política educativa;
- c) Exigência de capacidade da resposta perante a taxa de crescimento dos investimentos, determinada pela pressão quantitativa da procura de ensino, e a inelasticidade relativa das estruturas administrativas;
- d) Imperiosidade do acompanhamento da evolução cultural, pedagógica, científica e tecnológica, que constitui o acento qualitativo dominante na prestação do serviço;
- e) Aplicação progressiva do conceito de educação permanente.

Numa administração de modelo tradicional, fruto de uma época de reduzido dinamismo social e em que a concepção dominante do Estado era a de «árbitro» de interesses, têm tendência para se agravar determinadas careências em face de uma evolução sensível operada na posição global da Administração.

Mas numa administração comprometida no desenvolvimento, como se pretende, é necessário que, ao lado das actividades de gestão corrente e de resposta aos estímulos exteriores, se concedam novas possibilidades às estruturas para corresponder a novas solicitações. Tal administração carece de órgãos de estudo e de planeamento que lhe permitam a necessária atitude prospectiva; carece de órgãos de informação e de relações públicas que assegurem um espírito de diálogo e receptividade à colaboração ampla com os utentes.

A transformação estrutural que se propõe para o Ministério da Educação Nacional procura corresponder a estas exigências, tanto pela criação de novos serviços como pela reconversão dos existentes.

Procura dar-se o apoio instrumental necessário às funções de estudo, planeamento, organização e informação, assegurando-lhes equilíbrio com as tradicionais tarefas de gestão.

Visa-se mais racional repartição de competências e o agrupamento das actividades afins, evitando a descoordenação e o isolamento dos serviços.

E supera-se a estrutura de tipo puramente vertical hoje existente, caminhando-se para uma horizontalização dos serviços do Ministério da Educação Nacional.

6. Esta última constitui uma das opções básicas da reforma proposta, baseada na diferenciação necessária da pedagogia e da gestão educativa: trata-se da pedra angular de qualquer reforma «funcional».

Não se leva, ao menos por ora, até às suas últimas consequências tal distinção: mas é já possível dar um grande passo em frente, separando os problemas científicos, pedagógicos e disciplinares da educação — que ficam entregues às direcções-gerais de ensino — dos aspectos técnicos do pessoal, das instalações e equipamento e da gestão administrativa e financeira — que ficam a cargo de uma direcção-geral da administração escolar.

Deste modo, ao mesmo tempo que se eliminam os apoios à secessão existente, abrem-se francas possibilidades de realizar políticas de pessoal, de material e de gestão, concebidas unitariamente e a longo prazo, assentes em serviços especializados e podendo dispor de adequados meios de acção.

Quanto à actividade pedagógica, as técnicas da educação, a eliminação de muitas barreiras vigentes e a acção coordenadora dos órgãos a isso destinados permitirão lançar e executar uma reforma global e profunda do ensino, consciente da continuidade e interpenetração dos seus diversos ramos, e fazer vingar uma racional unidade de comando.

Além da maior eficiência, tanto nos aspectos pedagógicos como na administração escolar, as estruturas horizontais fomentarão ganhos de escala, permitindo alcançar uma solução mais económica.

7. Tendo em conta, por um lado, os princípios e objectivos enunciados e, por outro, a vantagem de proceder por fases no lançamento da reforma global do Ministério, decidiu-se começar, sobretudo, pelas estruturas da administração central.

Devendo partir-se de dados de ordem funcional para as opções nos aspectos estruturais, havia que possuir uma ideia clara das tarefas a cumprir pelo Ministério da Educação Nacional, na sua amplitude e densidade, e que ensaiar o seu agrupamento lógico e sistemático.

Analizada a multiplicidade das tarefas que actualmente estão confiadas ao Ministério da Educação Nacional (e não parecendo oportuno, nesta fase, sobrecarregá-lo com outras

que por proximidade lógica e funcional lhe poderiam igualmente caber), estabeleceu-se a seguinte repartição zonal da actividade do Ministério:

Ciência e cultura;
Ensino;
Juventude e desportos.

Trata-se apenas de manchas homogéneas, exigindo infra-estruturas e acção política diferenciadas, mas onde não será conveniente marcar fronteiras rígidas. Ao lado do ensino propriamente dito, ganham assim maior autonomia dois importantes aspectos da acção educativa do Ministério, distintos mas complementares daquela, garantindo-se a necessária coordenação pela convergência única sob a direcção do Ministro da Educação Nacional.

Sumariam-se, de seguida, as principais inovações, começando pelos órgãos comuns de concepção, coordenação e apoio, e passando depois aos serviços executivos que pertencem especificamente a cada um daqueles três sectores:

A) Órgãos de concepção, coordenação e apoio:

1) É reestruturada a Junta Nacional da Educação, onde passa a funcionar um corpo de inspectores-gerais e de inspectores superiores;

2) É remodelado o Gabinete de Estudos e Planeamento, que fica aliviado das funções que não correspondem à sua natureza, de modo a poder concentrar-se apenas naquelas que justificaram a sua criação e fundamentam a sua existência, de entre as quais se dá agora particular ênfase à criação de estabelecimentos de ensino, no âmbito da programação geral da rede escolar;

3) É criado o Conselho dos Directores-Gerais, destinado a coadjuvar o Ministro na coordenação de todas as actividades do Ministério, tarefa que em segundo lugar competirá ao secretário-geral, cargo que deixa de ser provido, em acumulação, num dos directores-gerais e passa a ser exercido em regime de dedicação exclusiva;

4) É remodelada a Secretaria-Geral, à qual caberá papel decisivo na preparação e execução de todas as acções da reforma administrativa referentes ao Ministério da Educação Nacional. Fica constituída por serviços de utilidade comum, tais como relações internacionais, relações públicas, documentação, estatística, pessoal, organização e economato. Junto dela funcionará a auditoria jurídica do Ministério, dirigida por um ajudante do Procurador-Geral da República.

B) Sector da ciência e da cultura:

1) O Instituto de Alta Cultura confinar-se-á de ora avante a promover e apoiar toda a actuação do Ministério da Educação Nacional relativa à investigação científica no âmbito do ensino superior. Todas as suas actuais funções no campo da cultura e da arte, à excepção da expansão da língua e cultura portuguesas nas Universidades estrangeiras, são transferidas para o organismo a seguir indicado;

2) O referido organismo será a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, para a qual transitam as funções de natureza cultural até aqui integradas na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes (letras e artes, academias, propriedade literária e artística, bens de valor histórico, artístico, arqueológico, etc., museus, bibliotecas e arquivos, teatros do Estado). Estas actividades serão financeiramente apoiadas por uma comissão administrativa de acção cultural.

C) Sector do ensino:

1) Concentram-se as funções pedagógicas e disciplinares em apenas três grandes direcções-gerais do ensino — Direcção-Geral do Ensino Superior, Direcção-Geral do Ensino Secundário e Direcção-Geral do Ensino Básico —, cabendo

à primeira superintender no ensino superior, sem prejuízo da autonomia das Universidades; à segunda, no ensino secundário nas suas várias modalidades, e à terceira, na educação pré-escolar e no ensino abrangido pela escolaridade obrigatória;

2) A par desses serviços, e em íntima ligação com eles, mantém-se um serviço dedicado ao apoio e fiscalização, nos termos da lei, do ensino ministrado fora dos estabelecimentos públicos, e, em especial, à orientação pedagógica do ensino particular, com planos de estudo próprios. A orientação pedagógica do ensino particular idêntico ao dos estabelecimentos oficiais passa a ser desempenhada pelas direcções-gerais de ensino. Este serviço é elevado à categoria de Inspecção-Geral do Ensino Particular;

3) É criada de raiz a Direcção-Geral da Administração Escolar, para a qual, sem prejuízo da autonomia das Universidades, são transferidas as funções de gestão do pessoal, das instalações e equipamento e de gestão administrativa e financeira, actualmente dispersas pelas várias direcções-gerais, estando já iniciados os estudos para aplicação de processos mecanográficos às actividades deste serviço;

4) É criada uma Direcção-Geral da Educação Permanente, que se ocupará de preparar e lançar um vasto plano de educação extra-escolar e de promoção cultural e profissional, destinado principalmente à população adulta;

5) É reformado o actual Instituto de Meios Audio-Visuais de Educação, que passa a designar-se Instituto da Tecnologia Educativa e se ocupará de aplicar as técnicas modernas, designadamente as áudio-visuais, a todos os sectores educativos.

D) Sector da juventude e desportos:

1) É criado o Secretariado para a Juventude, que, acompanhando a evolução nos problemas específicos de toda a juventude, se destina a apoiar e organizar actividades juvenis que, no preenchimento dos tempos livres, visem a integração esclarecida dos jovens na vida colectiva portuguesa e a sua participação no desenvolvimento nacional;

2) São reorganizadas a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina, de modo a torná-las sobretudo associações nacionais de juventude, englobando serviços para a juventude, mas aliviando-as de funções administrativas e burocráticas que não correspondem à sua verdadeira natureza;

3) É reformado e passa a denominar-se Direcção-Geral da Educação Física e Desportos o serviço competente para superintender na educação física e nos desportos, a cargo do qual ficam também a educação física e o desporto escolares, mas que perde as suas actuais funções no campo da saúde escolar. Continuam aquelas actividades a ser apoiadas financeiramente pelo Fundo de Fomento do Desporto;

4) São concentradas no Instituto de Acção Social Escolar as funções actualmente desempenhadas por outros serviços do Ministério da Educação Nacional em matéria de saúde escolar e acção social escolar, tendo sobretudo em vista o objectivo de proporcionar e intensificar a democratização do ensino.

Prevêem-se, ainda, reformas estruturais em cada um dos institutos públicos autónomos incluídos no âmbito do Ministério da Educação Nacional e remodelações da orgânica interna de todos os departamentos acabados de enunciar, que serão aprovadas e postas em vigor na sequência do presente diploma e de harmonia com as directrizes nele contidas.

8. Isto pelo que toca à administração central do Ministério. Mas, como já se disse, torna-se indispensável eliminar a excessiva concentração territorial da administração da educação, desconcentrando as responsabilidades dos serviços centrais a favor de adequadas estruturas regionais e locais.

Os respectivos estudos foram já iniciados, mas não se encontram ainda concluídos, pelo que não foi viável pormenorizar muito, neste momento. Mesmo assim, é possível afirmar desde já o princípio de que, para efeitos de organização e funcionamento do sistema escolar, o território metropolitano será dividido em circunscrições, em função das necessidades do ensino, e dispor que em cada uma delas serão criados os órgãos e serviços externos das várias direcções-gerais que forem julgados convenientes.

9. Em matéria de pessoal da administração central do Ministério há muito a fazer fora do plano legislativo, e disso se incumbirá a Secretaria-Geral. Mas, dentro desse plano, adoptam-se desde já algumas providências de grande relevo:

1) É criado o quadro único do pessoal superior e técnico da administração central do Ministério da Educação Nacional, que inclui os lugares actualmente existentes acrescidos dos necessários;

2) Fica prevista para breve a criação do quadro único do pessoal administrativo e auxiliar da administração central do Ministério da Educação Nacional;

3) Os cargos de director-geral deixam de ser vitalícios e passam a ser providos em comissão por períodos de três anos, renováveis;

4) A categoria de chefe de repartição é substituída, em alguns casos, pela de chefe de divisão;

5) Cada direcção-geral passa a dispor de um certo número de lugares para pessoal técnico superior, com vista a fazer delas, não serviços puramente burocráticos entregues a tarefas de rotina, mas núcleos de concepção e inovação capazes de preparar e lançar as reformas necessárias.

10. Pelo que diz respeito ao pessoal dos quadros externos, avulta grandemente a necessidade de institucionalizar uma carreira de administração escolar, na qual ingressem e encontrem possibilidades de promoção os funcionários que se dedicam à administração dos estabelecimentos públicos de ensino espalhados pelo País.

Mas não se trata apenas de proporcionar condições de acesso e, portanto, de melhoria de situação a um grande número de devotados servidores da função pública, a exemplo do que acontece já noutros sectores da Administração. Trata-se também de criar as condições mínimas — através de concursos de habilitação e provimento, de cursos de formação e aperfeiçoamento, de gestão unificada e de intercomunicação de quadros ou da criação de quadros comuns para determinados lugares — indispensáveis para que os estabelecimentos de ensino sejam bem administrados, em absoluto, e para que o sejam tanto melhor quanto maior for a sua dimensão e mais vasta a complexidade dos seus problemas. Trata-se, em suma, de aumentar a eficiência de todo o sistema escolar.

Também aqui a circunstância de não estarem ainda concluídos os estudos necessários impede que no presente diploma se preceitue sobre todos os aspectos relevantes. Ficam, no entanto, desde já firmados os princípios gerais aplicáveis, que brevemente se cuidará de desenvolver e regulamentar.

11. A reforma das estruturas e serviços do Ministério da Educação Nacional, delineada na presente lei orgânica,

foi concebida em termos de poder constituir uma solução económica para a administração da educação.

É certo que através dela são criados organismos ou serviços novos e remodelados os existentes: mas alguns só mediante sacrifícios desmedidos puderam até agora ser evitados e outros, através da reestruturação de que são objecto, passam a exercer as suas funções de forma muito mais eficiente e racional e, portanto, mais económica.

É certo, também, que o quadro único do pessoal dirigente e técnico da administração central do Ministério fica dotado de um número de lugares consideravelmente superior ao actual: mas a verdade é que, por um lado, podem assim ser libertados para a sua função essencial — o ensino — os numerosos professores que se encontram a prestar serviço de natureza administrativa nas várias direcções-gerais; por outro lado, dotando estas de técnicos superiores devidamente habilitados para as funções da administração da educação, e em número suficiente, conseguir-se-á transformá-las fortemente, dinamizando serviços que, embora sem culpa sua, se têm vindo a confinar cada vez mais à rotina das actividades meramente burocráticas.

Se se tiver presente que estas percentagens se reportam ao orçamento para 1971 e que este fatalmente crescerá em cada ano a uma taxa considerável, facilmente se conclui como será, apesar de tudo, reduzido o custo da função «administração» no conjunto das múltiplas actividades desempenhadas pelo Ministério da Educação Nacional ou por ele financiadas.

12. Pensa o Governo que com a presente reforma o Ministério da Educação Nacional ficará devidamente habilitado a funcionar como instrumento decisivo ao serviço da batalha da educação e, portanto, ao serviço de todos os portugueses e do futuro de Portugal.

Mas tem perfeita consciência de que as reformas só saem das páginas do *Diário do Governo* para as do livro da vida se em torno delas se criar um clima de adesão — e esse não depende apenas dos propósitos expressos ou das orientações definidas, mas também de uma informação clara e contínua do público, da participação activa dos interessados e do dinamismo esforçado dos responsáveis. De todos e de cada um se espera, pois, um contributo decisivo para que se consiga alcançar, com a reforma do Ministério, a grande reforma da Educação Nacional.

Nestes termos:

Ouvidos os Serviços da Reforma Administrativa, da Presidência do Conselho;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

I

Atribuições e estrutura

Artigo 1.º São atribuições do Ministério da Educação Nacional estudar e definir a política educativa, visando a formação moral, intelectual, cívica e física dos Portugueses, e promover a sua execução, designadamente nos domínios da ciência, da cultura, do ensino, da juventude e da educação física e desportos, fomentar as actividades a exercer naqueles domínios e assegurar a observância das disposições reguladoras de tais actividades, sem prejuízo, em qualquer destes aspectos, das atribuições e competência conferidas por lei a outros departamentos.

Art. 2.º — 1. O Ministério da Educação Nacional compreende, além dos órgãos ou serviços que nos termos da lei

devam constituir-se em todos os Ministérios, os seguintes tipos de órgãos e serviços permanentes:

- a) Órgãos de concepção, coordenação e apoio;
- b) Serviços executivos;
- c) Órgãos e serviços externos.

2. Poderão ser constituídas no Ministério as comissões eventuais que se mostrem convenientes para o exercício de funções de estudo ou executivas de carácter transitório, cujo desempenho não possa ser assegurado pelos órgãos e serviços permanentes.

Art. 3.º — 1. Consideram-se organismos dependentes do Ministério da Educação Nacional todos os que desempenhem predominantemente funções de tipo operacional ou de prestação e se encontrem sujeitos à superintendência ou à tutela do mesmo Ministério.

2. Os organismos a que se refere o número anterior dependem do Ministério da Educação Nacional através do serviço adequado, conforme consta da lista anexa ao presente diploma, a qual pode ser alterada por simples despacho ministerial no que respeita à distribuição desses organismos.

II

Órgãos e serviços permanentes da administração central

Art. 4.º — 1. São órgãos de concepção, coordenação e apoio:

- a) A Junta Nacional da Educação;
- b) O Gabinete de Estudos e Planeamento;
- c) O Conselho dos Directores-Gerais;
- d) A Secretaria-Geral.

2. São serviços executivos:

I) No sector da ciência e da cultura:

- a) O Instituto de Alta Cultura;
- b) A Direcção-Geral dos Assuntos Culturais.

II) No sector do ensino:

- a) A Direcção-Geral do Ensino Superior;
- b) A Direcção-Geral do Ensino Secundário;
- c) A Direcção-Geral do Ensino Básico;
- d) A Inspeção-Geral do Ensino Particular;
- e) A Direcção-Geral da Administração Escolar;
- f) A Direcção-Geral da Educação Permanente;
- g) O Instituto de Tecnologia Educativa.

III) No sector da juventude e desportos:

- a) O Secretariado para a Juventude;
- b) A Direcção-Geral da Educação Física e Desportos e o Fundo de Fomento do Desporto;
- c) O Instituto de Acção Social Escolar.

A) Órgãos de concepção, coordenação e apoio

Art. 5.º — 1. A Junta Nacional da Educação é o órgão consultivo superior do Ministério, incumbindo-lhe emitir pareceres sobre os assuntos que lhe forem submetidos por lei ou por determinação do Ministro, e bem assim formular por sua iniciativa propostas ou sugestões sobre quaisquer assuntos relativos à educação nacional.

2. A Junta será organizada por secções e subsecções, de forma a assegurar adequada representatividade na apreciação das diversas matérias sobre que tenha de se pronunciar.

3. A Junta disporá de vogais permanentes e vogais eventuais.

4. Entre os vogais permanentes haverá um corpo de inspectores-gerais e inspectores superiores, que, além de participarem da actividade normal da Junta e de exercerem as funções inspectivas e de orientação que lhes pertencerem, poderão ainda exercer outras funções de que sejam encarregados pelo Ministro, nos termos legais.

Art. 6.º — 1. O Gabinete de Estudos e Planeamento tem por atribuições estudar, por forma permanente e sistemática, os problemas relacionados com a educação e propor as correspondentes soluções, contribuindo para a formulação da política geral do sector, bem como exercer as funções cometidas aos gabinetes de planeamento pelas disposições em vigor.

2. No Gabinete funciona, a título permanente, uma Comissão da Rede Escolar, à qual compete programar a rede escolar do País e propor a criação, modificação ou extinção de estabelecimentos de ensino, dela fazendo parte representantes de todos os serviços interessados do Ministério.

Art. 7.º — 1. O Conselho dos Directores-Gerais é um órgão de coordenação, ao qual incumbe coadjuvar o Ministro na harmonização e conjugação das actividades dos diversos órgãos e serviços do Ministério.

2. O Conselho será presidido pelo Ministro e terá como vice-presidente o secretário-geral do Ministério e como vogais permanentes todos os directores-gerais e funcionários equiparados dos respectivos serviços.

3. O Conselho funciona em reuniões plenárias e restritas, podendo ser convocados para quaisquer delas funcionários de outras categorias, com especial qualificação nos assuntos a tratar.

Art. 8.º — 1. A Secretaria-Geral é um órgão de estudo, coordenação e apoio técnico-administrativo, ao qual incumbe essencialmente:

- a) Colaborar com os órgãos da Presidência do Conselho e de outros departamentos no estudo e execução das providências de âmbito geral pertinentes à reforma administrativa;
- b) Programar e aplicar, no âmbito do Ministério, as providências tendentes a promover, de forma permanente e sistemática, o aperfeiçoamento da organização administrativa e a melhoria da produtividade dos respectivos serviços;
- c) Apoiar a acção coordenadora do Conselho dos Directores-Gerais e acompanhar a execução das respectivas deliberações;
- d) Desempenhar as funções de utilidade comum aos diversos órgãos e serviços centrais do Ministério, designadamente em matérias de gestão de pessoal, racionalização administrativa, documentação, estatística, relações públicas, instalações e economato.

2. Junto da Secretaria-Geral funciona a Auditoria Jurídica, dirigida por um ajudante do Procurador-Geral da República.

B) Serviços executivos no sector da ciência e da cultura

Art. 9.º — 1. O Instituto de Alta Cultura tem por atribuições contribuir, no âmbito do Ministério, para a formulação da política científica e promover, fomentar e coordenar as actividades de investigação nos vários domínios da ciência, designadamente através da promoção de intercâmbio científico, da criação, manutenção e auxílio de institutos e outras unidades de investigação e, ainda, da concessão de bolsas e subsídios destinados ao fomento da investigação e à formação de investigadores e docentes do ensino superior.

2. Pertence igualmente ao Instituto promover e fomentar o ensino e a difusão da língua e cultura portuguesas nas Universidades e instituições congéneres estrangeiras.

Art. 10.º — 1. Incumbe à Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, em geral, o fomento e protecção das letras e artes, a coordenação, fiscalização e apoio das associações científicas e culturais, o registo da propriedade literária e artística, a organização do cadastro dos bens móveis e imóveis inventariados ou classificados pelo seu valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico e documental, etnográfico ou paisagístico e, bem assim, a defesa e valorização de todos os bens culturais.

2. Cabe igualmente a esta Direcção-Geral a superintendência nos teatros do Estado e nos museus, bibliotecas e arquivos pertencentes ao Estado, autarquias locais, organismos paraestatais ou entidades subsidiadas pelo Estado, e que dependem do Ministério da Educação Nacional.

3. São transferidas para esta Direcção-Geral as atribuições actualmente desempenhadas pelo Instituto de Alta Cultura no domínio da promoção e difusão dos diversos ramos da cultura, sem prejuízo do disposto no artigo 9.º, n.º 2.

Art. 11.º — 1. Na Direcção-Geral dos Assuntos Culturais funciona uma Comissão Administrativa de Acção Cultural, dotada de uma verba global, que tem por atribuições prestar apoio financeiro às actividades oficiais de promoção e difusão dos diversos ramos da cultura, incluindo a concessão de subsídios e bolsas, bem como auxiliar financeiramente a realização das iniciativas privadas naqueles domínios.

2. Constituem receitas consignadas desta Comissão:

- a) As receitas das visitas aos museus dependentes do Ministério da Educação Nacional;
- b) As receitas dos trabalhos de restauro de obras de arte efectuados pelo Instituto de José de Figueiredo;
- c) Os rendimentos da edição ou reedição de obras de arte, gravuras, documentos históricos e livros raros, existentes em museus, bibliotecas ou arquivos dependentes do Ministério da Educação Nacional;
- d) A receita da venda dos diversos volumes da *Colecção Educativa* do Ministério da Educação Nacional;
- e) Os rendimentos cobrados por serviços prestados, publicações e discos editados, espectáculos realizados e, em geral, por quaisquer outras actividades organizadas pela Direcção-Geral;
- f) Os demais subsídios, comparticipações ou liberalidades de outras entidades públicas;
- g) Quaisquer donativos, heranças ou legados de particulares, para fins de acção cultural;
- h) Quaisquer outras receitas não proibidas por lei.

C) Serviços executivos no sector do ensino

Art. 12.º — 1. Incumbe à Direcção-Geral do Ensino Superior, sem prejuízo da autonomia concedida às Universidades, preparar e executar todas as decisões que ao Governo pertença tomar no que respeita a essas instituições.

2. Incumbe também a esta Direcção-Geral, quanto aos restantes estabelecimentos do ensino superior, superintender na sua organização e funcionamento e velar pela qualidade e eficiência do ensino.

3. A competência referida nos números antecedentes respeita ao ensino superior, público ou particular, ministrado em todo o território nacional.

Art. 13.º — 1. Incumbe à Direcção-Geral do Ensino Secundário:

- a) Superintender na organização e funcionamento dos estabelecimentos deste grau de ensino e proceder à sua orientação pedagógica e à respectiva fiscalização, velando pela qualidade e eficiência do ensino e promovendo a renovação dos respectivos métodos e técnicas, a formação, actualização e classificação do pessoal docente, a consideração dos problemas escolares dos alunos, incluindo os referentes aos diminuídos, e a acção disciplinar que se mostrar conveniente;
- b) Exercer as funções referidas na alínea anterior relativamente às escolas de formação profissional de nível secundário que pertençam ao Ministério da Educação Nacional;
- c) Proceder à orientação pedagógica do ensino secundário particular, em colaboração com a Inspeção-Geral do Ensino Particular.

2. Pertence também a esta Direcção-Geral promover e orientar o ensino secundário da língua portuguesa no estrangeiro.

Art. 14.º — 1. Incumbe à Direcção-Geral do Ensino Básico:

- a) Exercer, relativamente aos estabelecimentos públicos afectos ao ensino básico, e ao respectivo pessoal docente, as funções cometidas no artigo 13.º, n.º 1, alínea a), à Direcção-Geral do Ensino Secundário;
- b) Exercer as funções referidas na alínea anterior relativamente aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e ao respectivo pessoal docente;
- c) Proceder à orientação pedagógica do ensino básico e da educação pré-escolar particular, em colaboração com a Inspeção-Geral do Ensino Particular.

2. Pertence também a esta Direcção-Geral promover e orientar o ensino básico da língua portuguesa no estrangeiro.

Art. 15.º — 1. Incumbe à Inspeção-Geral do Ensino Particular coordenar, auxiliar e fiscalizar o ensino ministrado fora dos estabelecimentos públicos, com a excepção dos estabelecimentos de formação ou cultura eclesiástica, nos termos das disposições em vigor, e dos estabelecimentos de ensino superior.

2. Pertence fundamentalmente à Inspeção-Geral proceder à orientação pedagógica do ensino particular com planos de estudo próprios, devendo colaborar na orientação pedagógica do ensino particular com planos de estudo oficiais efectuada pelos serviços das respectivas direcções-gerais de ensino.

Art. 16.º — 1. Incumbe à Direcção-Geral da Administração Escolar efectuar a gestão do pessoal e das instalações e equipamento afectos aos diversos estabelecimentos públicos de ensino, bem como exercer a superintendência administrativa e financeira sobre os mesmos estabelecimentos, sem prejuízo da autonomia concedida às Universidades.

2. Em matéria de pessoal, pertence à Direcção-Geral, designadamente, organizar e manter actualizado o cadastro de todo o pessoal docente, técnico, administrativo e auxiliar dos estabelecimentos de ensino público depen-

dentes do Ministério, e bem assim proceder à preparação e execução das operações administrativas respeitantes ao recrutamento, provimento, colocação e outros aspectos relativos à situação, actualização e remuneração do mesmo pessoal, sem prejuízo da competência própria das direcções-gerais e serviços dependentes.

3. Em matéria de instalações e equipamento, pertence à Direcção-Geral, designadamente, organizar e manter actualizado o cadastro das instalações e equipamento existentes, velar pela sua guarda e conservação, inventariar as necessidades de novas instalações e equipamento e proceder à preparação e execução das operações atinentes à satisfação dessas necessidades, tendo sobretudo em vista a apresentação, por forma global e sistemática, à Direcção-Geral das Construções Escolares, dos empreendimentos que devam ser executados por esse departamento.

4. Em matéria administrativa e financeira, pertence à Direcção-Geral, designadamente, superintender na preparação e execução de todas as actividades dessa natureza respeitantes aos diversos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério.

5. Na Direcção-Geral funciona uma Comissão de Equipamento Escolar, dotada de autonomia administrativa e financeira, à qual compete tudo quanto se relacione com o apetrechamento dos estabelecimentos públicos de ensino dependentes do Ministério.

Art. 17.º — 1. Incumbe à Direcção-Geral da Educação Permanente promover, coordenar e difundir, em colaboração com os demais serviços do Ministério e outras entidades públicas ou privadas, a educação extra-escolar e as actividades de promoção cultural ou profissional, tendo nomeadamente em consideração a população adulta.

2. Compete ainda a esta Direcção-Geral uma acção supletiva do ensino básico, fomentar a criação de bibliotecas educativas e de casas de cultura que contribuam de modo especial para o progresso social e cultural do meio e promover a difusão generalizada de obras literárias e artísticas.

Art. 18.º — 1. O Instituto de Tecnologia Educativa tem por atribuições:

- a) Promover a utilização dos recursos proporcionados pelas técnicas modernas na actualização dos métodos pedagógicos e na harmonização permanente do conteúdo do ensino com essas técnicas;
- b) Organizar e manter, através da radiodifusão sonora e da televisão, actividades escolares de carácter sistemático e outras de índole educativa.

2. Cabe também ao Instituto dar apoio técnico, no seu domínio específico, aos restantes serviços do Ministério da Educação Nacional e ainda, quando for caso disso, a quaisquer outros departamentos interessados no aperfeiçoamento da sua própria acção educativa.

D) Serviços executivos no sector da juventude e desportos

Art. 19.º O Secretariado para a Juventude tem por atribuições acompanhar a evolução dos problemas específicos da juventude escolar e extra-escolar, bem como apoiar e estimular actividades juvenis que, no preenchimento de tempos livres, visem a integração esclarecida dos jovens na vida colectiva e a preparação deles para uma efectiva participação no desenvolvimento nacional.

Art. 20.º — 1. Incumbe à Direcção-Geral da Educação Física e Desportos superintender na promoção, organização, funcionamento e disciplina da educação física e de

todas as actividades desportivas que dependam do Ministério da Educação Nacional.

2. Pertence também a esta Direcção-Geral exercer, relativamente às instalações gimnodesportivas dos estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, dependentes do Ministério da Educação Nacional, bem como em relação ao respectivo material e ao pessoal docente que neles ministra a disciplina de Educação Física e orienta a prática dos desportos, as funções cometidas no artigo 13.º, n.º 1, alínea a), à Direcção-Geral do Ensino Secundário.

Art. 21.º — 1. O Fundo de Fomento do Desporto tem por atribuições prestar apoio financeiro às actividades oficiais de promoção da educação física e do desporto, incluindo a concessão de subsídios e bolsas, bem como auxiliar financeiramente a realização de iniciativas privadas naqueles domínios.

2. Constituem receitas do Fundo de Fomento do Desporto:

- a) A percentagem do produto líquido da exploração dos concursos de prognósticos ou apostas mútuas sobre resultados de competições desportivas, prevista na legislação aplicável;
- b) O produto de espectáculos públicos organizados em benefício do Fundo;
- c) Quaisquer participações, subsídios ou donativos de entidades públicas ou privadas;
- d) As taxas de utilização das instalações, equipamentos ou apetrechos previstas na lei;
- e) Os rendimentos dos capitais próprios e quaisquer outras receitas não proibidas por lei.

Art. 22.º — 1. O Instituto de Acção Social Escolar tem por atribuições possibilitar os estudos, para além do ensino gratuito, a quem tenha capacidade intelectual para os prosseguir, bem como proporcionar aos alunos de todos os graus de ensino os meios idóneos para realizarem os estudos nas melhores condições de aproveitamento.

2. Cabe igualmente ao Instituto superintender nos serviços de saúde escolar do Ministério da Educação Nacional.

III

Órgãos e serviços externos

Art. 23.º — 1. Para efeitos de organização e funcionamento do sistema escolar, o território metropolitano será dividido em circunscrições, em função das necessidades do ensino.

2. A divisão escolar do território metropolitano será feita mediante decreto-lei.

Art. 24.º — 1. Nas circunscrições referidas no artigo anterior serão criados, em ligação com as direcções-gerais de ensino e com a Direcção-Geral da Administração Escolar, os órgãos e serviços externos que forem julgados convenientes.

2. A lei determinará as funções e a competência transferidas para os órgãos e serviços externos do Ministério, bem como os poderes que naqueles possam ser delegados.

Art. 25.º A chefia dos diversos órgãos e serviços externos existentes pode ser confiada, em cada circunscrição, a uma entidade especialmente nomeada para o efeito pelo Ministro da Educação Nacional.

IV

Pessoal

A) Pessoal da administração central

Art. 26.º — 1. O pessoal dirigente e técnico dos órgãos e serviços centrais do Ministério da Educação Nacional

constitui um quadro único, com a composição que consta do mapa anexo ao presente diploma.

2. As regras aplicáveis à gestão do quadro único mencionado no número anterior serão estabelecidas em diploma especial.

Art. 27.º Será igualmente criado, logo que seja possível, um quadro único do pessoal administrativo e auxiliar dos órgãos e serviços centrais do Ministério da Educação Nacional.

Art. 28.º Todos os lugares de director-geral e de categoria equivalente do quadro único de pessoal da administração central do Ministério da Educação Nacional, excepto os de inspector-geral, serão providos por nomeação em comissão de serviço, por três anos, renováveis por iguais períodos.

B) Carreira de administração escolar

Art. 29.º O Ministério da Educação Nacional promoverá a criação de uma carreira de administração escolar, de âmbito metropolitano, estabelecendo as condições de recrutamento, provimento e promoção do pessoal de administração dos estabelecimentos públicos de ensino, e bem assim definindo as formas de intercomunicação dos quadros ou criando quadros comuns a todo o sistema escolar para determinados cargos.

Art. 30.º — 1. O primeiro provimento e a promoção nos sucessivos graus da carreira de administração escolar dependerão, em regra, de concursos de habilitação ou de provimento.

2. O Ministério da Educação Nacional organizará cursos de formação e aperfeiçoamento em administração escolar, que podem ser exigidos como habilitação ou considerados como preferência na carreira de administração escolar.

Art. 31.º — 1. A carreira de administração escolar será organizada por decreto-lei.

2. A aplicação das regras que forem definidas nos termos do número anterior poderá fazer-se gradualmente, se as condições de pessoal, material e meios financeiros assim o exigirem.

V

Disposições gerais e transitórias

Art. 32.º Os directores-gerais do Ministério da Educação Nacional e funcionários equiparados poderão receber delegação de competência do Ministro da Educação Nacional para despacharem quaisquer assuntos relativos às funções de administração geral que corram pelos respectivos serviços.

Art. 33.º — 1. A estrutura orgânica, as normas de funcionamento e as dotações de pessoal dos vários serviços e organismos a que se refere este decreto-lei e as demais disposições a eles pertinentes serão definidas nos respectivos diplomas orgânicos, a publicar nos termos do artigo seguinte.

2. O Instituto de Alta Cultura, o Instituto de Tecnologia Educativa, o Secretariado para a Juventude, o Fundo de Fomento do Desporto e o Instituto de Acção Social Escolar gozam de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira.

3. Enquanto não for criado o organismo próprio no qual serão integradas as funções de orientação, apoio e investigação pedagógicas, actualmente atribuídas ao Gabinete de Estudos e Planeamento, este Gabinete gozará de autonomia administrativa e financeira.

Art. 34.º — 1. A organização estabelecida neste decreto-lei será progressivamente posta em execução à medida que for sendo julgado conveniente, mediante a

criação dos novos órgãos ou serviços previstos ou a reorganização dos actualmente existentes, em obediência aos princípios definidos no presente diploma.

2. A criação ou reorganização dos órgãos ou serviços previstos no presente diploma será feita por decreto-lei, sem prejuízo da eventual publicação dos regulamentos que se mostrarem necessários.

Art. 35.º — 1. Os órgãos e serviços da administração central do Ministério da Educação Nacional existentes à data da publicação do presente diploma, mas nele não previstos, serão extintos ou integrados em órgãos ou serviços prescritos neste decreto-lei, através dos diplomas por que se for dando progressiva execução à reforma, nos termos do artigo anterior.

2. Todos os órgãos e serviços actualmente existentes continuarão em funcionamento, de harmonia com a respectiva legislação, até à sua extinção ou reorganização.

3. O disposto nos artigos seguintes, porém, é de aplicação imediata a todos os lugares neles previstos, independentemente da reorganização dos respectivos serviços.

Art. 36.º Os actuais titulares dos lugares de director-geral e funcionários de categoria equivalente dos órgãos e serviços centrais do Ministério, com provimento definitivo nos respectivos cargos, são desde já colocados na Junta Nacional da Educação, como vogais permanentes e com a categoria de inspectores-gerais, considerando-se providos em tais lugares por nomeação definitiva, independentemente de quaisquer formalidades, salvo a anotação das novas situações pelo Tribunal de Contas.

Art. 37.º — 1. A partir do início da vigência do presente diploma, o provimento dos lugares de director-geral e de categoria equivalente dos órgãos e serviços centrais do Ministério será feito de harmonia com a estrutura definida no artigo 4.º, independentemente da criação ou reorganização dos respectivos órgãos ou serviços, nos termos do artigo 34.º

2. O Ministro da Educação Nacional determinará por despacho os serviços e órgãos actualmente existentes sobre os quais superintenderá cada um dos dirigentes providos, até à entrada em vigor do diploma que proceda à criação ou reorganização dos respectivos órgãos ou serviços.

3. Na distribuição dos serviços a efectuar ao abrigo do número anterior ter-se-á em vista facilitar a transição para a nova estrutura orgânica definida no presente diploma.

4. Durante o período transitório a que se refere o n.º 2, os dirigentes que superintendem nos diversos órgãos e serviços têm a competência actualmente conferida aos dirigentes dos mesmos órgãos e serviços.

5. Os lugares a que se refere o n.º 1 serão providos, nos termos do artigo 28.º, de entre diplomados com curso superior e de reconhecida competência ou de inspectores-gerais da Junta Nacional da Educação.

Art. 38.º — 1. Enquanto não for publicada a regulamentação referida no artigo 34.º e dentro dos limites estabelecidos no quadro anexo ao presente diploma, pode o Ministro da Educação Nacional nomear livremente os adjuntos de director-geral ou funcionários de categoria equivalente, nos termos do artigo anterior.

2. As nomeações autorizadas no número antecedente serão feitas em comissão de serviço, pelo período que decorrer até à criação ou reorganização do respectivo órgão ou serviço.

Art. 39.º — 1. Podem ser desde já providos directamente os lugares de chefe de divisão e de técnicos de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe previstos no quadro anexo ao presente diploma, cujo preenchimento se mostrar conveniente.

2. Os técnicos nomeados ao abrigo do número anterior consideram-se adstritos à Secretaria-Geral do Ministério, mas serão distribuídos pelos diversos serviços, de harmonia com a evolução das suas necessidades, mediante despacho do Ministro.

Art. 40.º — 1. No provimento dos referidos lugares de técnico será observado o disposto nos números seguintes, até à regulamentação da matéria no diploma que reorganizar a Secretaria-Geral do Ministério.

2. Os lugares serão providos por escolha do Ministro entre diplomados com curso superior aptos para o exercício das respectivas funções.

3. O número de lugares de técnico de 1.ª classe não pode ser superior a metade do número de lugares de técnico de 2.ª classe que forem preenchidos.

4. As nomeações terão carácter provisório durante dois anos, prorrogáveis por mais um ano.

Art. 41.º — 1. As alterações orçamentais necessárias à execução do presente diploma serão efectuadas por decretos referendados pelos Ministros das Finanças e da Educação Nacional, dentro da provisão inscrita, para satisfação de encargos com a remodelação dos serviços centrais, no orçamento do Ministério da Educação Nacional para 1971.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano* — *João Augusto Dias Rosas* — *José Veiga Simão*.

Promulgado em 22 de Setembro de 1971.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Lista a que se refere o artigo 3.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro

(Organismos dependentes do Ministério da Educação Nacional)

1 — Secretaria-Geral:

Serviços Sociais do Ministério da Educação Nacional (a).
Caixa de Previdência do Ministério da Educação Nacional.

2 — Direcção-Geral dos Assuntos Culturais:

Academia das Ciências de Lisboa.
Academia Portuguesa da História.
Academia Nacional de Belas-Artes.
Museu Nacional de Arte Antiga.
Museu Nacional dos Coches.
Museu Nacional de Arte Contemporânea.
Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos).
Museu Nacional de Machado de Castro.
Museu Nacional de Soares dos Reis.
Museu de Évora.
Museu Monográfico de Conímbriga.
Museu de Grão-Vasco.
Museu de Lamego.
Museu do Abade de Baçal.
Museu de Aveiro.
Museu de Alberto Sampaio.
Museu de José Malhoa.
Museu Etnográfico e Arqueológico do Dr. Joaquim Manso, na Nazaré.
Museu de D. Lopo de Almeida, em Abrantes.
Museu de Angra do Heroísmo.
Museu de D. Diogo de Sousa, em Braga.
Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, em Castelo Branco.
Museu de Arte Sacra da Universidade de Coimbra.
Museu de Leiria.
Museu de Escultura Comparada, em Mafra.
Panteão Nacional.
Teatro Nacional de D. Maria I.
Teatro Nacional de S. Carlos.

Biblioteca Nacional de Lisboa.
Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
Biblioteca da Ajuda.
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
Arquivo da Universidade de Coimbra.
Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora.
Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga.
Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança.
Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real.
Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria.
Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo.
Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada.
Arquivo Distrital do Porto.
Arquivo Distrital de Viseu.
Arquivo Distrital de Portalegre.
Arquivo Distrital do Funchal.
Biblioteca Popular de Lisboa.
Instituto de José de Figueiredo.

3 — Direcção-Geral do Ensino Superior:

Universidade de Coimbra e estabelecimentos anexos:

Instituto de Climatologia e Hidrologia.
Observatório Astronómico.
Instituto Geofísico.
Museu, Laboratório e Jardim Botânico (Instituto Botânico do Dr. Júlio Henriques).
Museu e Laboratório Antropológico.
Museu e Laboratório Zoológico.
Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico.

Universidade de Lisboa e estabelecimentos anexos:

Instituto de Orientação Profissional de Maria Luísa Barbosa de Carvalho.
Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana.
Instituto de Oftalmologia do Dr. Gama Pinto.
Instituto Geofísico do Infante D. Luís.
Museu Nacional de História Natural (Museu, Laboratório e Jardim Botânico).
Museu e Laboratório Zoológico e Antropológico (Museu de Bocage).
Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico.

Universidade do Porto e estabelecimentos anexos:

Museu de Arqueologia Histórica.
Instituto de Climatologia e Hidrologia.
Instituto Geofísico.
Instituto Botânico do Dr. Gonçalo Sampaio.
Museu e Laboratório Antropológico.
Instituto de Zoologia e Estação de Zoologia Marítima do Dr. Augusto Nobre.
Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico.

Universidade Técnica de Lisboa e estabelecimento anexo:

Laboratório de Patologia Vegetal de Veríssimo de Almeida.

Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa.
Escola Superior de Belas-Artes do Porto.
Conservatório Nacional.
Instituto Nacional de Educação Física.
Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira.
Instituto Nacional de Pedagogia (a).
Instituto de Hidrologia.
Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil.
Observatório Astronómico de Lisboa.

4 — Direcção-Geral do Ensino Secundário:

Institutos Comerciais (b):

De Lisboa.
Do Porto.

Institutos Industriais (b):

De Lisboa.
Do Porto.
De Coimbra.

Escolas de Regentes Agrícolas (b):

De Coimbra.
De Santarém.
De Évora.

Escola Prática de Agricultura do Conde de S. Bento,
em Santo Tirso.
Liceus e escolas técnicas.

5 — Direcção-Geral do Ensino Básico:

Biblioteca e Museu do Ensino Primário.
Instituto do Presidente Sidónio Pais.
Escolas primárias.
Escolas do ciclo preparatório.

6 — Secretariado para a Juventude:

Associações e movimentos juvenis de natureza pública
ou de utilidade pública.

7 — Direcção-Geral da Educação Física e Desportos:

Escolas de Instrutores de Educação Física:
De Lisboa.
Do Porto.

Estádio Nacional.

8 — Instituto de Acção Social Escolar:

Obra das Mães pela Educação Nacional.
Serviços Sociais da Universidade de Lisboa.
Serviços Sociais da Universidade Técnica de Lisboa.
Serviços Sociais da Universidade de Coimbra.
Centro Universitário do Porto.

(a) A criar.

(b) Enquanto não forem criados os institutos politécnicos.

O Ministro da Educação Nacional, *José Veiga Simão*.

Mapa a que se refere o artigo 26.º, n.º 1,
do Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro

(Quadro único do pessoal dirigente e técnico dos serviços centrais
do Ministério da Educação Nacional) (a)

a) Cargos, categorias e lugares

Cargos	Categorias	Número de lugares
Presidente da Junta Nacional da Educação	A	1
Secretário-geral	B	1
Directores-gerais e inspectores-gerais . . .	B	13
Inspectores superiores	C	(b)
Adjuntos do secretário-geral	D	2
Directores de serviços e adjuntos dos direc- tores-gerais	D	12
Chefes de divisão	E	36
Especialistas	E	12
Chefes de repartição	F	9
Inspectores-chefes	F	(b)
Técnicos de 1.ª e 2.ª classes	F-H	116
Juristas de 1.ª e 2.ª classes	F-H	8
Inspectores-orientadores de 1.ª classe . . .	G	(b)
Técnicos de 3.ª classe	I	17
Inspectores-orientadores de 2.ª classe . . .	J	(b)
Técnicos auxiliares de administração escolar de 1.ª e 2.ª classes	L-N	41

(a) Não inclui o Instituto de Alta Cultura, o Gabinete de Estudos e Planeamento, o Instituto de Tecnologia Educativa, o Secretariado para a Juventude, o Fundo do Fomento do Desporto e o Instituto de Acção Social Escolar, que têm personalidade jurídica e gozam de autonomia administrativa e financeira.

(b) O seu número será estabelecido para cada serviço, no respectivo diploma orgânico, em função das necessidades do ensino.

b) Número de lugares, distribuídos por serviços (*)

Junta Nacional da Educação:

- 1 presidente.
- 5 inspectores-gerais.
- 2 técnicos de 1.ª ou de 2.ª classe.
- 1 chefe de repartição.
- 1 técnico auxiliar de 1.ª classe.

Secretaria-Geral:

- 1 secretário-geral.
- 2 adjuntos de secretário-geral.
- 6 chefes de divisão.
- 4 especialistas.
- 1 chefe de repartição.
- 18 técnicos de 1.ª ou 2.ª classe.
- 8 juristas de 1.ª ou 2.ª classe.
- 6 técnicos de 3.ª classe.
- 8 técnicos auxiliares de 1.ª ou 2.ª classe.

Direcção-Geral dos Assuntos Culturais:

- 1 director-geral.
- 1 adjunto do director-geral.
- 4 chefes de divisão.
- 2 especialistas.
- 1 chefe de repartição.
- 12 técnicos de 1.ª ou 2.ª classe.
- 4 técnicos auxiliares de 1.ª ou 2.ª classe.

Direcção-Geral do Ensino Superior:

- 1 director-geral.
- 2 adjuntos do director-geral.
- 4 chefes de divisão.
- 1 chefe de repartição.
- 12 técnicos de 1.ª ou 2.ª classe.
- 4 técnicos auxiliares de 1.ª ou 2.ª classe.

Direcção-Geral do Ensino Secundário:

- 1 director-geral.
- 2 directores de serviços.
- 4 chefes de divisão.
- 12 técnicos de 1.ª ou 2.ª classe.
- 4 técnicos auxiliares de 1.ª ou 2.ª classe.

Direcção-Geral do Ensino Básico:

- 1 director-geral.
- 2 directores de serviços.
- 4 chefes de divisão.
- 12 técnicos de 1.ª ou 2.ª classe.
- 3 técnicos de 3.ª classe.
- 4 técnicos auxiliares de 1.ª ou 2.ª classe.

Inspeção-Geral do Ensino Particular:

- 1 inspector-geral.
- 1 adjunto do inspector-geral.
- 3 chefes de divisão.
- 1 chefe de repartição.
- 9 técnicos de 1.ª ou 2.ª classe.
- 2 técnicos auxiliares de 1.ª ou 2.ª classe.

Direcção-Geral da Administração Escolar:

- 1 director-geral.
- 2 directores de serviços.
- 4 chefes de divisão.
- 3 especialistas.
- 3 chefes de repartição.
- 18 técnicos de 1.ª ou 2.ª classe.
- 5 técnicos de 3.ª classe.
- 8 técnicos auxiliares de 1.ª ou 2.ª classe.

Direcção-Geral da Educação Permanente:

- 1 director-geral.
- 1 adjunto do director-geral.
- 3 chefes de divisão.
- 1 especialista.
- 9 técnicos de 1.ª ou 2.ª classe.
- 2 técnicos auxiliares de 1.ª ou 2.ª classe.

Direcção-Geral da Educação Física e Desportos:

- 1 director-geral.
- 1 adjunto do director-geral.
- 4 chefes de divisão.
- 2 especialistas.
- 1 chefe de repartição.
- 12 técnicos de 1.ª ou 2.ª classe.
- 3 técnicos de 3.ª classe.
- 4 técnicos auxiliares de 1.ª ou 2.ª classe.

(*) Esta distribuição entende-se, quanto ao pessoal técnico, sem prejuízo do disposto no artigo 39.º, n.º 2.

O Ministro da Educação Nacional, *José Veiga Simão*.

e a falta de cumprimento do prazo de remessa farão incorrer o responsável na multa de 50\$, que reverterá para o Cofre Geral de Justiça.

3. A multa a que se refere o número anterior pode ser paga voluntariamente no prazo de dez dias, a contar da recepção do respectivo aviso, expedido pelo serviço de identificação competente; na falta de pagamento voluntário, será imposta em processo de transgressão instaurado pelo Ministério Público, com base no auto lavrado pelo mesmo serviço.

g) A referência feita nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 30.º a «ausente no ultramar» é substituída pela de «ausente na metrópole, em outra província ultramarina»;

h) As referências feitas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º a «tribunais tutelares» e «internamento em instituto médico-psicológico ou de reeducação» são substituídas pelas de «tribunais de menores» e «assistência de instituto médico-psicológico ou de internamento em instituto educacional».

O Ministro do Ultramar, *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.

Para ser publicada nos *Boletins Oficiais* de todas as províncias ultramarinas. — *J. da Silva Cunha*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 446/71

de 25 de Outubro

A necessidade de executar uma política de juventude, traçada com o objectivo de promover uma sempre mais fácil e equilibrada integração dos jovens na vida colectiva, implica a criação de um departamento que, revestindo as características de «serviço para a juventude» e colaborando nesta tarefa com a escola e a família, promova a ocupação dos tempos livres da gente nova, com o intuito de lhe facultar ocupação simultaneamente recreativa, esclarecedora e formativa.

Resolveu, assim, o Governo criar no Ministério da Educação Nacional um Secretariado para a Juventude, instituto público e autónomo que — em colaboração com os outros departamentos da Administração directamente relacionados com problemas juvenis — apoiará as actividades que pela sua natureza o mereçam, quer se desenvolvam por iniciativa pública, quer por iniciativa privada.

No exercício das suas amplas atribuições, o Secretariado para a Juventude ficará não só com a faculdade de promover a criação de centros de juventude, mas também com a de estabelecer contactos — para os apoiar — com os organismos e movimentos juvenis privados que, até hoje, só esporadicamente têm estabelecido relações de colaboração com a administração pública.

Para a dinamização dos seus próprios centros e para a dos referidos organismos e movimentos o Secretariado organizará actividades a nível regional e nacional.

Toda a acção do novo serviço visará, em suma, estimular o espírito de iniciativa da juventude e a sua participação interessada e consciente na tarefa formativa e cultural que, em clima do diálogo esclarecedor, se pretende levar a efeito.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I

Natureza, atribuições e competência

Artigo 1.º É criado no Ministério da Educação Nacional o Secretariado para a Juventude, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira.

Art. 2.º O Secretariado para a Juventude, colaborando na acção formativa da Família e da Escola, apoia e estimula actividades juvenis que, no preenchimento de tempos livres, visem a integração esclarecida dos jovens na vida colectiva, preparando-os para uma efectiva participação na obra de desenvolvimento nacional e, neste espírito, promove, nomeadamente:

- A expansão entre a juventude das actividades culturais e artísticas;
- A expansão entre a juventude, especialmente feminina, das actividades adequadas à sua formação familiar;
- A participação da juventude em acções de assistência e serviço social;
- A expansão entre a juventude das actividades de ar livre;
- O intercâmbio juvenil entre a metrópole e o ultramar;
- O desenvolvimento do turismo juvenil.

Art. 3.º Na prossecução dos objectivos definidos no artigo anterior, compete ao Secretariado para a Juventude:

- Estudar os problemas específicos da juventude, em colaboração com os restantes serviços do Ministério da Educação Nacional e eventualmente com os outros Ministérios;
- Manter um centro de documentação e informação sobre assuntos da juventude;
- Coordenar a participação dos movimentos ou organismos portugueses de juventude nas reuniões internacionais e assegurar, em geral, a representação de Portugal em reuniões juvenis internacionais em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Promover a preparação de animadores, monitores e outro pessoal técnico;
- Criar centros de juventude, abertos à livre adesão dos jovens que neles queiram participar, nos termos do presente diploma;
- Coordenar, a nível regional e nacional, as actividades dos centros de juventude, nomeadamente através da elaboração de planos de actividades juvenis em cuja execução participem os centros;
- Organizar, directamente ou através dos centros de juventude e das organizações juvenis autorizadas, as actividades adequadas à prossecução dos seus fins, tais como cursos, colóquios, palestras, festivais, concursos, jogos florais, competições, acampamentos e viagens de estudo;
- Manter em funcionamento campos de férias, pousadas de juventude, campos de trabalho e, em geral, quaisquer outras instalações de apoio a actividades juvenis dos seus centros ou das organizações autorizadas;
- Promover a elaboração e difusão de publicações periódicas juvenis.

Art. 4.º O Secretariado para a Juventude poderá entender a sua actividade às províncias ultramarinas quando tal for julgado conveniente pelo Ministro do Ultramar.

CAPÍTULO II

Órgãos

Art. 5.º São órgãos do Secretariado para a Juventude a direcção e o conselho administrativo.

Art. 6.º — 1. A direcção do Secretariado para a Juventude é constituída por um director e dois subdirectores.

2. O director terá a categoria e vencimento equivalente à letra B e os subdirectores à letra D.

3. O director e os subdirectores prestarão serviço em regime de comissão ou no de contratados.

4. O director indica o subdirector que o substitui nas suas faltas e impedimentos.

Art. 7.º — 1. A direcção do Secretariado para a Juventude tem competência para deliberar sobre:

- a) Todas as actividades próprias, nomeadamente as dos centros de juventude;
- b) A elaboração dos planos de actividades para cada ano e sua execução;
- c) A elaboração dos orçamentos anuais;
- d) A apresentação das contas;
- e) O relatório geral das actividades do ano findo;
- f) Quaisquer outros assuntos respeitantes ao funcionamento do Secretariado.

2. As deliberações da direcção referentes aos assuntos das alíneas a) e f) do n.º 1 do presente artigo carecem de homologação do Ministro da Educação Nacional.

3. O orçamento relativo a cada ano deve ser submetido pela direcção ao Ministro da Educação Nacional até 31 de Agosto do ano anterior àquele a que diga respeito.

Art. 8.º Compete ao director:

- a) Superintender no funcionamento de todos os serviços;
- b) Convocar as reuniões da direcção e orientar os seus trabalhos;
- c) Submeter as deliberações da direcção que careçam de homologação a despacho do Ministro da Educação Nacional ou do Ministro do Ultramar;
- d) Promover a execução das deliberações da direcção.

Art. 9.º O conselho administrativo tem a constituição seguinte:

- a) O director do Secretariado para a Juventude, que presidirá, com voto de qualidade;
- b) Um dos subdirectores designado pelo Ministro da Educação Nacional, ouvido o director;
- c) Um vogal com reconhecida competência em assuntos administrativos, de livre nomeação do Ministro da Educação Nacional.

Art. 10.º Compete ao conselho administrativo:

- a) Elaborar o projecto de orçamento;
- b) Organizar a contabilidade e fiscalizar a sua escrituração;
- c) Deliberar sobre as aquisições necessárias no funcionamento dos serviços e promover essas aquisições;
- d) Proceder à arrecadação das receitas e pagamento das despesas;
- e) Apreciar as contas mensais dos serviços;
- f) Apreciar as contas dos centros de juventude;

- g) Submeter à direcção as contas do exercício findo;
- h) Apresentar mensalmente à direcção uma informação sobre a situação financeira.

Art. 11.º O funcionamento dos órgãos locais do Secretariado para a Juventude será regulado em portaria.

CAPÍTULO III

Serviços e pessoal

Art. 12.º — 1. As actividades do Secretariado para a Juventude são asseguradas por serviços cuja estrutura e funções serão definidas em decreto do Ministro da Educação Nacional, ouvida a direcção do Secretariado.

2. Nos mesmos termos são definidas as normas a que deverão obedecer o recrutamento e o provimento do pessoal incumbido da execução dos referidos serviços.

Art. 13.º — 1. O Ministro da Educação Nacional pode transferir, por despacho, para o Secretariado pessoal de outros serviços ou organismos dependentes do Ministério.

2. O pessoal referido no número anterior conserva todas as regalias e direitos que tenha já adquirido, nomeadamente no que respeita a aposentação e previdência.

Art. 14.º — 1. Pode ser autorizada por despacho ministerial a realização de trabalhos eventuais por quaisquer pessoas de reconhecida competência, em regime de prestação de serviços.

2. Igualmente podem ser atribuídas gratificações pagas por hora de serviço, não podendo o montante global de cada gratificação exceder 50 por cento do vencimento correspondente à letra B, ou senha de presença aos colaboradores do Secretariado que não percebam outra retribuição, devendo aquelas ser fixadas em despacho do Ministro da Educação Nacional.

Art. 15.º O Secretariado pode enviar missões de estudo ao estrangeiro, mediante autorização ministerial, para se ocuparem de assuntos relacionados com as suas atribuições.

Art. 16.º Podem ser destacados para o Secretariado em regime de comissão de serviço quaisquer elementos do pessoal docente dos estabelecimentos dependentes do Ministério da Educação Nacional, considerando-se, para todos os efeitos legais, como serviço docente o serviço por eles prestado.

CAPÍTULO IV

Centros de juventude

Art. 17.º A ocupação dos tempos livres da juventude será levada a efeito através da criação de centros de juventude abertos, mediante livre inscrição, à frequência de todos os jovens, estudantes ou não, e das organizações juvenis que forem oficialmente autorizadas.

Art. 18.º Os centros de juventude proporcionarão aos seus associados actividades para os tempos livres que, tendo natureza cultural, desportiva ou outra, visem a realização dos objectivos formativos prosseguidos pelo Secretariado para a Juventude.

Art. 19.º Os centros de juventude poderão funcionar junto dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário e fora deles.

Art. 20.º — 1. Cada centro de juventude situado fora de um estabelecimento de ensino deverá ser criado, sempre que possível, com o apoio de uma autarquia local, de modo que fique estreitamente associada a colectividade por ela representada à obra do Secretariado para a Juventude, em verdadeiro espírito de participação.

2. Os centros de juventude estabelecerão sempre relações de colaboração com os serviços de acção social escolar do Ministério da Educação Nacional.

Art. 21.º — 1. A criação de centros de juventude junto dos estabelecimentos de ensino depende de proposta do reitor ou do director.

2. A inscrição nos centros que funcionem junto do estabelecimento de ensino é, como nos demais centros de juventude, facultativa.

3. O reitor ou director é responsável pelo funcionamento do centro, podendo delegar a respectiva orientação em um ou mais professores.

4. Todos os colaboradores das actividades do centro serão remunerados pelas dotações e receitas deste.

5. Junto de cada estabelecimento de ensino de frequência mista haverá um só centro de juventude.

Art. 22.º O Secretariado para a Juventude coordena os centros de juventude e as outras organizações juvenis autorizadas, subsidia-os, nos termos dos seus planos e orçamentos anuais, e presta-lhes também apoio por outras formas, designadamente facultando-lhes a colaboração do pessoal especializado nas actividades que levem a efeito.

Art. 23.º O regulamento dos centros de juventude deverá prever a colaboração e participação dos associados na respectiva gestão.

Art. 24.º Quando os centros de juventude não dispuserem de instalações ginnodesportivas próprias, a Direcção-Geral da Educação Física e Desportos deverá facultar-lhes a utilização, sem encargos, de instalações adequadas situadas na proximidade dos centros e, em qualquer circunstância, fornecer-lhes os equipamentos necessários e o apoio dos serviços de medicina desportiva.

CAPÍTULO V

Disposições financeiras

Art. 25.º Constituem receitas do Secretariado para a Juventude:

- a) As dotações consignadas no orçamento do Ministério da Educação Nacional;
- b) Os subsídios, participações ou liberalidades de entidades públicas ou privadas cuja aceitação seja autorizada pelo Ministro da Educação Nacional;
- c) Os rendimentos dos bens próprios;
- d) Quaisquer outras receitas permitidas por lei.

Art. 26.º O Secretariado para a Juventude pode adquirir ou alienar bens imobiliários, por qualquer título, e dá-los ou tomá-los de arrendamento, mediante autorização do Ministro da Educação Nacional, concedida caso por caso.

Art. 27.º A autorização das despesas a fazer por verbas previstas no orçamento privativo do Secretariado para a Juventude é da competência do director ou de quem suas vezes fizer.

Art. 28.º — 1. Pode o Ministro da Educação Nacional determinar que transitem para o Secretariado para a Juventude, independentemente de quaisquer formalidades, os bens actualmente pertencentes aos patrimónios da Organização Nacional Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina que se revelem indispensáveis ao funcionamento do Secretariado e possam ser dispensados das actividades dessas organizações juvenis.

2. Exceptua-se o Palácio da Independência, em Lisboa, que, de acordo com a doação feita pela colónia portuguesa no Brasil, permanecerá no património privativo da Mocidade Portuguesa.

Art. 29.º — 1. O Secretariado para a Juventude pode directamente promover a realização de quaisquer obras

de conservação e beneficiação nas instalações que lhe sejam afectas.

2. O Secretariado para a Juventude pode levar a efeito construções de natureza provisória.

CAPÍTULO VI

Disposições provisórias

Art. 30.º — 1. A constituição e funcionamento das organizações, de carácter permanente ou transitório, que tenham por objecto exercer exclusiva ou predominantemente actividades juvenis depende da autorização do Ministro da Educação Nacional.

2. A autorização referida no número anterior só será concedida, quanto às organizações que se proponham actuar no âmbito de um estabelecimento de ensino, depois de ouvido o Secretariado para a Juventude.

3. Exceptuam-se do disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo as associações juvenis que se proponham realizar actividades de carácter exclusivamente religioso, as quais necessitam, para funcionar, unicamente do acordo do reitor ou director.

Art. 31.º — 1. As visitas de estudo e excursões de estudantes, bem como, em geral, todas as actividades circun-escolares que não sejam levadas a efeito pelo Secretariado para a Juventude, dependem de autorização.

2. A autorização referida no número anterior será dada pelo Ministro da Educação Nacional, excepto quanto às visitas de estudo e excursões que se efectuem dentro do continente ou de qualquer dos distritos autónomos das ilhas adjacentes e não envolvam prejuízo das aulas, ou sacrifiquem três dias de aulas no máximo, as quais serão autorizadas pelo reitor ou director do estabelecimento de ensino.

Art. 32.º O presente diploma será regulamentado no prazo de três meses.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano* — *José Veiga Simão*.

Promulgado em 15 de Outubro de 1971.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Direcção-Geral do Ensino Liceal

Decreto-Lei n.º 447/71

de 25 de Outubro

Considerando que se encontra em curso, ou pelo menos prevista no III Plano de Fomento, a construção de edifícios para liceus nas seguintes localidades: Almada, Barreiro, Espinho, Lisboa (um na Junqueira e outro nos Olivais), Matosinhos, Algués, Porto (zona nordeste), Queluz, Portalegre e Tomar;

Considerando que dos liceus acima referidos só os de Lisboa (Junqueira) e Portalegre foram objecto de criação legal;

Considerando que alguns dos liceus acima referidos já devem entrar em funcionamento no ano lectivo de 1972-1973, havendo necessidade de serem criados a tempo de se abrirem os concursos de provimento dos seus quadros;

Considerando que as secções liceais de Barcelos, Torres Vedras, Santo Tirso, Penafiel, Abrantes, S. João da Madeira, Mirandela, Sintra, Ovar, Oliveira de Azeméis e

Dando satisfação ao pretendido, o Decreto-Lei n.º 611/70, de 10 de Dezembro, autorizou o Governo, por intermédio dos Ministros do Ultramar e das Comunicações, a celebrar um segundo adicional com a citada companhia.

Em virtude de demoras inevitáveis, esse adicional só pôde ser assinado em 18 de Fevereiro de 1971, para além, portanto, do prazo considerado no artigo 3.º do mesmo adicional e em contravenção do estabelecido no artigo 28.º do Decreto n.º 22 257, de 25 de Fevereiro de 1933.

Há, por isso, que regularizar a situação do facto existente.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Considera-se legalizado, independentemente do visto do Tribunal de Contas, o segundo adicional ao contrato de concessão de 27 de Fevereiro de 1956, celebrado entre o Governo Português e a Cable and Wireless, Ltd., nos termos constantes do referido adicional, assinado entre os mesmos outorgantes em 18 de Fevereiro de 1971.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano* — *Joaquim Moreira da Silva Cunha* — *Rui Alves da Silva Sanches*.

Promulgado em 27 de Outubro de 1971.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado nos *Boletins Officiais* de todas as províncias ultramarinas. — *J. da Silva Cunha*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 486/71

de 8 de Novembro

Considerando que se torna necessário rever e actualizar o regime dos organismos juvenis de interesse público, que são a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina, adaptando-os às características que deve revestir a acção formativa a levar a efeito junto da juventude;

Considerando a necessidade de dar novo impulso na presente conjuntura histórica à formação patriótica da juventude;

Considerando que essa formação deve resultar de um trabalho intenso de demonstração de princípios tendente a alcançar a livre e consciente adesão dos jovens;

Considerando que essa adesão voluntária aconselha que os dois referidos organismos assumam a natureza de associações, abertas à livre inscrição de quem nelas pretenda filiar-se;

Considerando que o dinamismo de uma acção formativa eficaz não se coaduna facilmente com o exercício de tarefas burocráticas que, no sector da juventude, devem antes ser desempenhadas pelo Estado;

Tendo, assim, em vista libertar as duas organizações de todas as tarefas de intervenção administrativa que, nomeadamente no âmbito escolar, têm vindo a exercer para

que possam — dentro das suas mais genuínas tradições — consagrar-se inteiramente à obra formativa que, por natureza, lhes cabe realizar:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I

Natureza, fins e atribuições da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina

Artigo 1.º A Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina são associações nacionais de juventude, reconhecidas de interesse público e abertas à adesão voluntária de jovens de ambos os sexos.

Art. 2.º A Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina têm por missão promover:

- a) A formação patriótica da juventude, no respeito pelas características intemporais da Nação Portuguesa e pelos factos exemplares do seu passado, através do conhecimento esclarecido da sua vida colectiva no presente, com vista a preparar cidadãos capazes de participar útilmente do desenvolvimento e do progresso de Portugal;
- b) A formação espiritual dos jovens dentro da tradição cristã do País.

Art. 3.º — 1. A Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina conservam a personalidade colectiva de direito público e a autonomia administrativa e financeira.

2. Em tudo o que respeite à sua actividade nas províncias ultramarinas, a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina dependem do Ministério do Ultramar.

Art. 4.º Na prossecução dos seus objectivos formativos, a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina podem promover quaisquer actividades culturais, desportivas e de ar livre.

Art. 5.º — 1. A Mocidade Portuguesa colaborará com a Liga dos Antigos Graduados da Mocidade Portuguesa.

2. A Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina também colaborarão com a escola e com as demais organizações públicas ou particulares que se ocupem da formação da juventude, em ordem a uma conveniente conjugação de esforços.

CAPÍTULO II

Filiados

Art. 6.º — 1. Podem fazer parte da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina os jovens portugueses de ambos os sexos, dos 7 aos 25 anos, que voluntariamente se inscrevam como filiados.

2. Os estudantes filiados na Mocidade Portuguesa e na Mocidade Portuguesa Feminina poderão permanecer nos quadros das organizações até à conclusão do curso.

3. Poderão ser também inscritos, como associados, na Mocidade Portuguesa e na Mocidade Portuguesa Feminina, mediante requerimento:

- a) Os descendentes de portugueses que, tendo de 7 a 25 anos, possuam outra nacionalidade, mas revelem espírito de devoção a Portugal;

- b) Os antigos filiados que desejem continuar a servir ou a apoiar a Mocidade Portuguesa ou a Mocidade Portuguesa Feminina.

4. O pedido de filiação ou de inscrição envolve adesão aos princípios, objectivos e disciplina da organização.

CAPÍTULO III

Órgãos da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina

SECÇÃO I

Comissariado Nacional

Art. 7.º — 1. A direcção efectiva das actividades da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina cabe ao comissário nacional respectivo, que será assistido em cada associação por dois comissários nacionais-adjuntos e pelo assistente nacional.

2. Um dos comissários nacionais-adjuntos é o comissário nacional-adjunto para o ultramar.

3. O assistente nacional acompanhará a formação moral e religiosa dos filiados e das filiadas.

4. O assistente nacional tem a categoria de comissário nacional-adjunto para efeitos de honras e disciplinas.

Art. 8.º — 1. Os membros dos comissariados nacionais da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina serão nomeados pelo Ministro da Educação Nacional e, quanto aos comissários nacionais-adjuntos para o ultramar, também pelo Ministro do Ultramar, de entre pessoas de reconhecida competência que dêem garantias de imprimir a orientação às actividades de formação da juventude; mas a nomeação dos assistentes nacionais deve ter a concordância do Ordinário de Lisboa.

2. As nomeações são feitas pelo período de três anos, podendo ser renovadas, uma ou mais vezes, por períodos de igual duração.

3. Os nomeados podem ser livremente exonerados em qualquer momento, como a todo o tempo pode o Ordinário de Lisboa retirar livremente a concordância prevista na segunda parte do n.º 1.

4. Nas suas faltas ou impedimentos, o comissário nacional é substituído pelo comissário nacional-adjunto.

5. Mensalmente reunirá o Conselho Orientador das Mocidades, composto pelos comissários nacionais da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina e pelos seus adjuntos e assistentes nacionais, pertencendo a presidência alternadamente em cada ano ao comissário nacional de uma das associações. O Conselho ocupar-se-á da orientação dos movimentos e tomará resoluções sobre os assuntos comuns a ambas as associações.

Art. 9.º — 1. Quando a nomeação prevista no artigo anterior recaia em funcionários públicos ou equiparados, estes ficarão sujeitos ao regime legal de comissão de serviço.

2. Quando a cessação da comissão for determinada, o funcionário regressará ao quadro de origem, ocupando imediatamente vaga se a houver, ou, no caso contrário, a primeira que venha a verificar-se e, até lá, aguardando como supranumerário.

3. A cessação da comissão, e consequente regresso do funcionário ou equiparado ao serviço de origem, operar-se-á por meio de despacho do Ministro da Educação Nacional, não se tornando necessário, em caso nenhum, novo diploma de provimento naquele serviço, nem visto do Tribunal de Contas, nem posse.

4. As funções exercidas em comissão consideram-se para todos os efeitos como desempenhadas no serviço de origem; mas o vencimento será abonado pelo respectivo Comissariado durante todo o tempo em que a comissão subsistir.

Art. 10.º — 1. Para a execução das directrizes de cada um dos comissariados nacionais, manutenção da unidade de orientação e coordenação dos diversos serviços e, bem assim, direcção permanente dos serviços de secretaria e expediente, poderá haver em cada associação um secretário-inspector.

2. Aos secretários-inspectores aplicar-se-á o disposto nos n.ºs 1 a 3 do artigo 8.º

Art. 11.º — 1. Com o fim de assegurar o estudo, a orientação e a fiscalização dos assuntos na especialidade, os comissários nacionais criarão os serviços adequados às várias formas de actividades da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina, sendo em princípio a sua chefia confiada a filiados ou associados.

2. Os chefes dos serviços serão da confiança e escolha do comissário nacional, que os poderá substituir a todo o momento.

SECÇÃO II

Organização regional

Art. 12.º Tudo quanto se refira à organização regional da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina será regulado por decisão do comissário nacional.

Art. 13.º Para execução das decisões dos comissários nacionais e sempre que as actividades da Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina o justifiquem serão nomeados delegados regionais.

Art. 14.º — 1. Os centros universitários agruparão os filiados e filiadas estudantes das escolas superiores ou equiparadas.

2. Os centros universitários terão estatutos privativos, a elaborar pelos próprios centros e sujeitos à homologação do comissário nacional.

3. Junto de cada Universidade haverá apenas um centro misto da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina.

CAPÍTULO IV

Disposições diversas

Art. 15.º Constituem receitas da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina:

- a) A quotização paga pelos filiados e associados;
- b) Quaisquer subsídios, participações ou liberalidades de entidades públicas ou privadas;
- c) Quaisquer outras receitas permitidas por lei.

Art. 16.º A Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina mantêm e promoverão o desenvolvimento de cursos de formação de dirigentes e instrutores, escolas de graduados e cursos de especialização.

Art. 17.º — 1. A Mocidade Portuguesa manterá uma milícia destinada à educação paramilitar de modo a facilitar o ingresso nas forças armadas.

2. O Departamento da Defesa, os Ministérios da Marinha e do Exército e a Secretaria de Estado da Aeronáutica prestarão todo o apoio às actividades de milícia, segundo planos a estabelecer anualmente.

Art. 18.º A Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina poderão manter núcleos de actividades

junto de estabelecimentos de ensino, nos termos dos artigos 3.º, alínea g), 17.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 446/71, de 25 de Outubro.

Art. 19.º — 1. Todo o pessoal dirigente e administrativo da Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina é livremente contratado pelo comissário.

2. Todo o pessoal que presta serviço em tempo integral na Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina tem o direito à aposentação, devendo para esse efeito ser inscrito na Caixa Geral de Aposentações, contando-se-lhe todo o tempo de serviço já prestado.

3. Ao cálculo do pagamento da quota legal devida pelo pessoal referido no n.º 2 são aplicáveis o corpo e os §§ 1.º e 2.º do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 26 503, de 6 de Abril de 1936.

4. Exceptuam-se do disposto no n.º 2 do presente artigo os funcionários que em 31 de Dezembro de 1970 tinham idade superior a 70 anos, aos quais deverá o Ministério da Educação Nacional conceder subsídios vitalícios, fixados caso por caso e nunca inferiores à pensão que lhes competiria se fossem aposentados.

5. No orçamento ordinário do Ministério da Educação Nacional será anualmente inscrita uma verba consignada especialmente a este fim.

6. O Ministério da Educação Nacional poderá autorizar a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina a contratar com instituição de crédito idónea a constituição, a favor dos funcionários referidos no n.º 4 do presente artigo, de rendas vitalícias com prestações mensais de valor igual aos subsídios previstos no mesmo número, cessando, então, a concessão destes.

7. O pessoal actualmente pertencente aos quadros da Organização Nacional Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina que for transferido para outros serviços do Ministério da Educação Nacional conserva todos os direitos já adquiridos, nomeadamente no que respeita a aposentação e previdência.

Art. 20.º Os dirigentes e filiados da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina poderão usar

uniformes e insígnias nos termos do respectivo regulamento.

Art. 21.º A Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina mantêm o 1.º de Dezembro como dia das suas comemorações próprias, sem prejuízo da sua participação na celebração de outras grandes datas nacionais ou em festas educativas ou patrióticas, quando o comissário nacional o determine.

Art. 22.º A Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina poderão adquirir por qualquer título todos os bens que se destinem à instalação ou melhoria dos seus serviços e terão por sede o Palácio da Independência, em Lisboa.

Art. 23.º Para execução do presente estatuto, ficam os comissários nacionais autorizados a expedir as instruções e determinações que forem necessárias.

Art. 24.º — 1. É revogado o Decreto-Lei n.º 47 311, de 12 de Novembro de 1966, deixando, nomeadamente, de se poder autorizar a equiparação a docente do serviço prestado por professores em actividades circumscolares.

2. O tempo de serviço prestado em actividades dos gabinetes de formação moral dos estabelecimentos de ensino e da acção social escolar na administração de cantinas e serviços similares, pelo pessoal docente de qualquer estabelecimento de ensino dependente do Ministério da Educação Nacional, continua a ser considerado, para todos os efeitos legais, como serviço docente, uma vez que a dispensa, total ou parcial, seja previamente autorizada por despacho ministerial através dos serviços competentes.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano* — *João Augusto Dias Rosas* — *Joaquim Moreira da Silva Cunha* — *José Veiga Simão*.

Promulgado em 28 de Outubro de 1971.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 3\$20

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

ASSINATURAS			
As três séries . . .	Ano 850\$	Semestre	450\$
A 1.ª série	340\$	»	180\$
A 2.ª série	340\$	»	180\$
A 3.ª série	320\$	»	170\$
Apêndices (art. 2.º, n.º 2, do Dec. n.º 365/70) — anual, 300\$			
«Diário das Sessões» e «Actas da Câmara Corporativa» — por cada período legislativo, 300\$			
Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio			

O preço dos anúncios é de 12\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao «Diário do Governo» desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 5/73

de 25 de Julho

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte:

CAPÍTULO I

Princípios fundamentais

BASE I

1. A educação nacional visa a formação integral dos Portugueses, preparando-os, pela valorização das faculdades espirituais e físicas, para o cumprimento dos seus deveres morais e cívicos e a realização das finalidades da vida.

2. A educação compreende não só as actividades integradas no sistema educativo, mas quaisquer outras que contribuam para a formação dos indivíduos, nomeadamente as que se desenvolvem no âmbito da família e das demais sociedades primárias e outros grupos sociais ou profissionais.

BASE II

No domínio da acção educativa, incumbe especialmente ao Estado:

- Assegurar a todos os Portugueses o direito à educação, mediante o acesso aos vários graus de ensino e aos bens da cultura, sem outra distinção que não seja a resultante da capacidade e dos méritos de cada um, para o que deverá organizar e manter os necessários estabelecimentos de ensino, investigação e cultura e estimular a criação e o desenvolvimento de instituições particulares que prossigam os mesmos fins;
- Tornar efectiva a obrigatoriedade de uma educação básica generalizada como pressuposto indispensável da observância do princípio fundamental da igualdade de oportunidades para todos;

SUMÁRIO

Presidência da República:

Lei n.º 5/73:

Aprova as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo.

Presidência do Conselho:

Declaração:

De ter sido rectificada a Portaria n.º 359/73, de 23 de Maio, que fixa a tabela de ajudas de custo a abonar ao pessoal militar do Exército, da Marinha e da Força Aérea.

Ministério das Finanças:

Decreto n.º 378/73:

Abre no Ministério das Finanças um crédito especial de 25 000 000\$.

Ministérios das Finanças e das Comunicações:

Decreto-Lei n.º 379/73:

Eleva para 700 000 contos o limite de obrigações que a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S. A. R. L., estava autorizada a emitir, ao abrigo do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 153/71.

Ministério do Ultramar:

2.º orçamento suplementar:

De receita e despesa para 1973 da Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas de Moçambique.

Ministério da Educação Nacional:

Decreto-Lei n.º 380/73:

Cria em cada Universidade uma assessoria jurídica.

- c) Facilitar às famílias, mediante adequadas formas de cooperação, o cumprimento do dever de instruir e educar os filhos;
- d) Garantir a liberdade de ensino em todas as suas modalidades;
- e) Fomentar e coordenar as actividades respeitantes à educação nacional.

BASE III

1. O sistema educativo é diversificado e comporta um processo global e permanente destinado a promover a formação dos Portugueses, facultando-lhes possibilidades múltiplas de realizarem as suas aspirações e tendências e de se integrarem no conjunto dos valores humanos e culturais comuns.

2. O sistema educativo tem como finalidades essenciais:

- a) Assegurar a todos os Portugueses, além do revigoramento físico, o aperfeiçoamento das suas faculdades intelectuais, a formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes morais e cívicas, orientadas pelos princípios da moral e doutrina cristãs tradicionais no País;
- b) Estimular o amor da Pátria e de todos os seus valores, dentro do espírito de compreensão e respeito mútuos entre os povos e no âmbito de uma efectiva participação na vida internacional, bem como fortalecer a consciência da solidariedade entre as comunidades lusíadas dispersas pelo Mundo;
- c) Preparar todos os Portugueses para participarem na vida social como cidadãos, como membros da família e de outras sociedades primárias e como agentes e beneficiários do progresso do País.

3. O ensino ministrado pelo Estado e o ensino de religião e moral nos estabelecimentos de ensino obedecerão aos princípios estabelecidos na Constituição e na lei da liberdade religiosa.

CAPÍTULO II

Estrutura do sistema educativo

SECÇÃO 1.ª

Disposições gerais

BASE IV

1. O sistema educativo abrange a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação permanente.

2. A educação pré-escolar tem por finalidade o desenvolvimento espiritual, afectivo e físico da criança, sem a sujeitar à disciplina e deveres próprios de uma aprendizagem escolar.

3. A educação escolar tem por fins específicos:

- a) Promover a formação moral, intelectual, física e profissional dos indivíduos, visando o fortalecimento da personalidade e da consciência cívica e social;
- b) Fomentar o espírito científico, crítico e criador, a capacidade de observação e de reflexão e a disciplina mental, bem como

despertar o interesse por constante actualização de conhecimentos e de valorização profissional.

A educação escolar é realizada através do sistema escolar, que compreende os ensinos básico, secundário e superior e a formação profissional.

4. O ensino básico abrange os ensinos primário e preparatório. O ensino secundário compõe-se de dois ciclos. O ensino superior pode ser de curta ou longa duração e ainda de pós-graduação. A formação profissional destina-se aos que possuam a habilitação do ensino básico ou do curso geral ou complementar do ensino secundário e optem por esta modalidade de ensino.

5. A educação permanente é um processo organizado de educação destinado a promover, de modo contínuo, a formação, a actualização e o aperfeiçoamento cultural, científico e profissional.

SECÇÃO 2.ª

Educação pré-escolar

BASE V

1. A educação pré-escolar tem como objectivos principais:

- a) Favorecer o desenvolvimento harmonioso e equilibrado da criança;
- b) Estimular a sua curiosidade, pela observação e compreensão dos factos do mundo que a rodeia;
- c) Desenvolver a coordenação perceptiva e motora da criança e aperfeiçoar a sua linguagem;
- d) Favorecer a sua capacidade criadora e proporcionar-lhe meios de expressão;
- e) Facilitar a sua integração em outros grupos sociais além da família, tendo em atenção a afectividade própria da idade;
- f) Promover, com a participação de serviços ou instituições adequadas, o diagnóstico de deficiências, inaptações ou precocidades da criança e o seu tratamento e orientação.

2. A educação pré-escolar realiza-se mediante actividades correspondentes aos interesses, necessidades e possibilidades da criança, particularmente jogos, exercícios de linguagem, de expressão rítmica e plástica, lógicos e pré-numéricos, observação da natureza e apreensão de princípios morais e religiosos.

3. A educação pré-escolar destina-se a crianças dos 3 aos 6 anos.

4. A educação pré-escolar, assegurada por jardins-de-infância, reveste carácter supletivo em relação à família.

5. A educação pré-escolar será progressivamente generalizada pela conjugação dos esforços dos sectores público e privado.

6. Ao Ministério da Educação Nacional compete definir as normas a que deve subordinar-se a educação pré-escolar nos jardins-de-infância, organizar programas educativos para esclarecimento das famílias e promover a formação de educadoras de infância, sem prejuízo da necessária cooperação com outras entidades com atribuições neste domínio.

SECÇÃO 3.ª

Educação escolar

SUBSECÇÃO 1.ª

Ensino básico

BASE VI

1. São objectivos gerais do ensino básico:

- a) Contribuir para a formação da personalidade, estimulando o desenvolvimento gradual e equilibrado nos domínios físico, intelectual, estético e moral, fortalecendo a educação da vontade e criando hábitos de disciplina e de trabalho pessoal e de grupo;
- b) Concorrer para a formação do sentimento e da consciência da Pátria;
- c) Assegurar a todos os Portugueses a preparação mínima indispensável à sua participação responsável na sociedade;
- d) Promover a observação e a orientação educacionais em íntima colaboração com a família;
- e) Proporcionar às crianças deficientes e inadaptadas, bem como às precoces, condições adequadas ao seu desenvolvimento educativo.

2. O ensino básico é obrigatório.

3. O ensino básico tem a duração de oito anos.

BASE VII

1. O ensino primário contribui para a educação integral da criança, pelo desenvolvimento da capacidade de raciocínio, pela exercitação oral e escrita da língua portuguesa e pelo aperfeiçoamento moral e físico.

2. O ensino primário tem a duração de quatro anos.

3. A obrigação da primeira matrícula abrange as crianças que completem 6 anos de idade até 31 de Dezembro do ano lectivo, não podendo, em caso algum, ser antecipada a admissão.

4. O primeiro período escolar da classe inicial será consagrado à observação global das crianças, de modo a encaminhar as que disso necessitem para classes de transição ou para classes ou estabelecimentos de educação especial destinados a crianças deficientes ou a inadaptadas.

5. O ensino primário é ministrado em escolas primárias ou em estabelecimentos congêneres.

6. O ensino primário compreenderá, além do exercício da língua portuguesa, escrita e oral, e da aritmética, o ensino da história e geografia pátrias, atendendo-se a aspectos de ordem local, a educação estética, a observação da natureza, a iniciação na educação física e nas actividades manuais, e ainda noções de educação cívica, moral e religiosa.

BASE VIII

1. O ensino preparatório tem especialmente em vista ampliar a formação do aluno e, pela observação e orientação escolares, favorecer o desenvolvimento das suas aptidões e interesses e facilitar a escolha da via escolar ou profissional que melhor se coadune com as suas tendências e capacidades.

2. O ensino preparatório tem a duração de quatro anos.

3. O ensino preparatório será ministrado em escolas preparatórias, admitindo-se, porém, a utilização de postos de recepção de telescola e de estabelecimentos que utilizem simultaneamente os ensinos directo e televisivo, enquanto não for possível assegurar a todos os alunos o ensino directo.

4. O ensino preparatório proporcionará o aprofundamento dos estudos nos domínios da língua portuguesa, escrita e oral, da geografia e história pátrias, do raciocínio matemático, a aprendizagem de uma língua estrangeira, a introdução às ciências físico-químicas e naturais, e compreenderá ainda noções sobre a vida social e a estrutura política da Nação, actividades manuais e de educação estética, bem como educação física, cívica, moral e religiosa.

5. No primeiro ano, a organização pedagógica será estabelecida em moldes especialmente destinados a facilitar aos alunos a transição do ensino primário para o ensino preparatório e a sua melhor adaptação a este último.

SUBSECÇÃO 2.ª

Ensino secundário

BASE IX

1. Ao ensino básico segue-se o ensino secundário, que tem como objectivos:

- a) Proporcionar a continuação de uma formação humanística, artística, científica e técnica suficientemente ampla e diversificada, bem como a formação física, cívica, moral e religiosa;
- b) Desenvolver hábitos de trabalho e de disciplina mental, de reflexão metódica, de curiosidade científica e de análise e compreensão dos problemas do homem e da comunidade;
- c) Preparar o ingresso nos diversos cursos superiores ou a inserção em futura actividade profissional.

2. O ensino secundário tem a duração de quatro anos, constituindo os dois anos iniciais o 1.º ciclo, designado «curso geral», e os dois últimos o 2.º ciclo, designado «curso complementar».

3. O curso geral é ministrado em escolas secundárias unificadas pluricurriculares, genericamente denominadas «escolas secundárias polivalentes», as quais poderão adoptar designações tradicionais, de acordo com a natureza da maioria das disciplinas vocacionais que nelas sejam professadas.

4. O curso complementar é assegurado por escolas secundárias polivalentes ou por estabelecimentos de ensino de índole específica, nomeadamente orientados para a formação de profissionais.

5. O curso geral compreenderá um núcleo de disciplinas comuns que facultem aos alunos uma formação geral unificada e algumas disciplinas de opção que favoreçam uma iniciação vocacional, com vista aos estudos subsequentes ou à inserção na vida prática, directamente ou após adequada formação profissional.

6. O curso complementar será mais diferenciado que o curso geral, compreendendo algumas disciplinas obrigatórias e maior número de disciplinas de opção e visará em especial a conveniente preparação para

os diversos cursos superiores ou a inserção na vida prática, directamente ou após adequada formação profissional.

7. As disciplinas de opção do curso geral e do curso complementar abrangerão domínios fundamentais do conhecimento e da actividade humana, embora cada escola possa ministrar apenas o ensino de algumas delas.

8. O ensino das disciplinas de opção pode incidir de modo particular em domínios determinados, admitindo-se que nalguns estabelecimentos especializados, além das disciplinas obrigatórias, só sejam professadas as disciplinas de opção que visem certas formações profissionais específicas para as quais eles se destinam, nomeadamente de carácter tecnológico, artístico ou pedagógico.

9. As disciplinas de opção incluirão, pelo menos, uma língua estrangeira e uma matéria de índole técnico-profissional.

BASE X

1. A rede escolar do ensino secundário deverá ser organizada de modo que, em regra, o conjunto dos estabelecimentos de cada circunscrição em que se divida o território para efeitos de administração escolar garanta a maior diversidade possível de ensinos, inclua as disciplinas necessárias ao prosseguimento de quaisquer cursos superiores e tenha em conta os interesses locais ou regionais.

2. Para alcançar os objectivos enunciados no número anterior e, ainda, para conseguir o melhor aproveitamento dos meios humanos e materiais disponíveis, poderá ser determinada a integração de escolas em unidades de dimensão ou de âmbito mais amplos ou promovida a associação de unidades de ensino público e particular, em regime a fixar, bem como a criação de serviços comuns a estabelecimentos existentes, públicos ou privados.

3. Quando for conveniente assegurar a continuidade da formação vocacional dos alunos, nomeadamente no âmbito artístico, poderão ser criados estabelecimentos que reúnam os ensinos básico e secundário, de modo a promover a formação de profissionais a esse nível ou a facilitar o ingresso nos cursos superiores correspondentes.

BASE XI

1. O curso complementar do ensino secundário dá acesso ao ensino superior mediante a aprovação em todas as disciplinas do currículo em que o aluno se tiver matriculado e a obtenção de classificações mínimas em grupos de disciplinas nucleares, constituídas de acordo com o curso superior a frequentar.

2. As Universidades e as restantes instituições de ensino superior serão associadas, segundo formas a estabelecer pelo Governo, ouvida a Junta Nacional da Educação, à organização dos programas de ensino e à fixação das normas de aproveitamento escolar do curso complementar do ensino secundário.

3. Podem ingressar no ensino superior os indivíduos maiores de vinte e cinco anos que, não dispondo das qualificações académicas normalmente necessárias, revelem um nível cultural adequado à frequência desse ensino.

4. Têm acesso directo a qualquer curso do ensino superior os indivíduos que possuam outro curso superior.

SUBSECÇÃO 3.ª

Formação profissional

BASE XII

1. A formação profissional visa habilitar para o exercício de uma profissão e será acompanhada de uma educação de ordem cultural e científica que favoreça o desenvolvimento da personalidade e a adaptação às exigências sociais e profissionais.

2. De acordo com a natureza e a duração dos cursos, poderão existir vários graus de formação profissional a que correspondam títulos apropriados.

3. A passagem de um grau de formação profissional a outro mais elevado, quando exista, far-se-á mediante cursos adequados, sendo exigida a frequência, com aproveitamento, de grupos de disciplinas incluídas noutras modalidades do sistema escolar.

4. Além dos cursos de formação profissional integrados no sistema escolar, serão organizados outros com finalidades idênticas, mediante a conjugação de esforços dos sectores público e privado, os quais obedecerão a normas e programas a estabelecer pelo Governo ou por ele homologados.

SUBSECÇÃO 4.ª

Ensino superior

BASE XIII

1. Ao curso complementar do ensino secundário ou equivalente segue-se o ensino superior.

2. O ensino superior tem como objectivos fundamentais:

- a) Desenvolver o espírito científico, crítico e criador e proporcionar uma preparação cultural, científica e técnica que permita a inserção na vida profissional;
- b) Continuar a formação integral dos indivíduos, pela promoção de estudos em domínios do conhecimento diferentes do correspondente ao curso escolhido, de modo a ampliar a sua cultura e a integrá-los melhor na sociedade;
- c) Suscitar um permanente desejo de aperfeiçoamento cultural e profissional e facultar a sua concretização mediante formas adequadas de educação permanente;
- d) Incentivar o gosto pela investigação nos diversos ramos do saber, visando o desenvolvimento da ciência e a criação e difusão da cultura;
- e) Estimular o interesse pelos assuntos nacionais e regionais e o estudo de problemas da comunidade;
- f) Contribuir para a compreensão mútua entre os povos.

3. O ensino superior é assegurado por Universidades, Institutos Politécnicos, Escolas Normais Superiores e outros estabelecimentos equiparados.

BASE XIV

Serão proporcionadas ao ensino superior, em especial ao universitário, condições que favoreçam e estimulem a dedicação integral e, sempre que possível, exclusiva à docência e à pesquisa científica, bem como o apoio às formas mais adequadas desta última nos diferentes tipos de estabelecimentos de ensino superior, nomeadamente por meio da instituição de centros de estudos e de regimes de associação e alternância entre as actividades docentes e as de investigação.

BASE XV

1. Os estabelecimentos universitários conferem os graus de bacharel, de licenciado e de doutor.

2. Os Institutos Politécnicos, as Escolas Normais Superiores e os estabelecimentos equiparados conferem o grau de bacharel.

3. Aos graus de bacharel e de licenciado, quando incluam determinados grupos de disciplinas, podem corresponder títulos profissionais.

BASE XVI

1. Os estudos destinados à obtenção do grau de bacharel nos Institutos Politécnicos, nas Escolas Normais Superiores e em estabelecimentos equiparados terão a duração normal de três anos e serão organizados de modo a proporcionarem as condições necessárias para o exercício de determinadas actividades profissionais.

2. O grau de bacharel corresponderá, nos estabelecimentos universitários, a um período normal de estudos de três anos dos cursos de licenciatura e será atribuído quando os conhecimentos assim obtidos possam habilitar para o exercício de actividades profissionais. Fora destes casos, a Universidade poderá conferir o grau de bacharel, quando razões especiais o aconselhem e desde que a organização e os planos de estudos respectivos não afectem os cursos de licenciatura.

3. Os estudos destinados à obtenção do grau de licenciado deverão proporcionar o aprofundamento das matérias, de modo a assegurarem uma sólida preparação científica e cultural, a par de uma formação técnica e profissional mais completa.

4. O grau de doutor é a mais alta qualificação académica e será conferido aos licenciados que se distingam pela elaboração de trabalhos científicos originais de elevado mérito e demonstrem superior conhecimento e capacidade de investigação nos ramos do saber em que pretendam doutorar-se, ainda que hajam obtido em curso diferente o grau de licenciado.

BASE XVII

1. Serão concedidas as devidas equiparações aos alunos que pretendam transferência dos estabelecimentos universitários para outros cursos superiores.

2. O grau de bacharel obtido nos Institutos Politécnicos, nos Institutos de Educação Artística, de Educação Física e Desportos e de Educação Especial, nas Escolas Normais Superiores e em estabelecimentos equiparados permite a continuação de estudos em cursos professados nas Universidades, para a obtenção do grau de licenciado, mediante a frequência, com aproveitamento, das disciplinas consideradas necessárias.

3. Aos alunos dos Institutos Politécnicos, das Escolas Normais Superiores ou de estabelecimentos congêneres poderá ser concedida equiparação do aproveitamento obtido nas disciplinas neles frequentadas para a prossecução de estudos nas Universidades.

4. A concessão das equiparações previstas nos n.ºs 1 e 3 e a fixação das disciplinas a que alude o n.º 2 competem ao Ministro da Educação Nacional, ouvidos os conselhos escolares e sob parecer da Junta Nacional da Educação.

BASE XVIII

1. Nos estabelecimentos universitários realizam-se estudos de pós-graduação para licenciados, que podem visar predominantemente a especialização em determinados domínios do curso correspondente ou deles afins e a efectivação de trabalhos de investigação científica.

2. Os estudos referidos no número anterior podem ser exigidos como condição prévia do doutoramento e dispensar de todas as provas necessárias à obtenção do grau de doutor, excepto a defesa da dissertação, desde que o objecto do curso de pós-graduação corresponda à especialidade do doutoramento.

SECÇÃO 4.ª

Educação permanente

BASE XIX

1. A educação permanente tem por objectivo garantir, de forma organizada, a possibilidade de cada indivíduo aprender ao longo da vida, tornando-o apto a acompanhar, de acordo com as suas tendências, aptidões e interesses, a evolução do saber, da cultura e das condições da vida económica, profissional e social.

2. O Ministério da Educação Nacional, por si e em colaboração com outros departamentos ou organismos e com entidades privadas, assegurará através de instituições especialmente criadas para esse fim, ou pela utilização das estruturas do sistema escolar e pela adopção de horários mais adequados:

- a) Modalidades de ensino para adultos equivalentes aos ensinos básico, secundário ou superior;
- b) Actividades de promoção cultural ou profissional destinadas em especial aos adultos e, nomeadamente, cursos de extensão cultural e de formação, aperfeiçoamento, actualização e especialização profissional.

3. Serão devidamente considerados no planeamento das actividades de educação permanente a evolução da ciência e da cultura, o progresso técnico, económico e social e as necessidades nacionais e regionais.

CAPÍTULO III

Formação dos agentes educativos

BASE XX

1. A formação das educadoras de infância e dos professores do ensino primário é obtida, respectivamente, em escolas de educadoras de infância e escolas do magistério primário.

2. A formação dos professores para a educação de crianças deficientes e inadaptadas é obtida em Institutos Superiores de Educação Especial.

3. A formação do pessoal docente de Educação Física é assegurada pelas Escolas de Instrutores de Educação Física e Desportos e ainda por Institutos Superiores de Educação Física e Desportos.

4. Os professores do ensino preparatório obtêm a sua formação nas Escolas Normais Superiores.

5. A formação dos professores destinados ao curso geral do ensino secundário é obtida com o grau de bacharel nas Universidades, nos Institutos Politécnicos e noutros estabelecimentos equiparados, completado por cursos que confirmem uma licenciatura científico-pedagógica.

6. A formação dos professores do curso complementar do ensino secundário compete, em princípio, às Universidades, mediante a concessão de uma licenciatura científica, e terá como complemento a frequência, com aproveitamento, de cursos ministrados nos seus institutos de ciências da educação.

7. Os professores destinados ao ensino das disciplinas de Ciências da Educação nas escolas de educadoras de infância, nas escolas do magistério primário, nas Escolas Normais Superiores ou em outros estabelecimentos de preparação de professores onde deva ser ministrado o ensino daquelas ciências, serão formados nos institutos de ciências da educação das Universidades.

BASE XXI

1. O curso das escolas de educadoras de infância e o das escolas do magistério primário têm a duração de três anos, habilitando o primeiro para a acção educativa nos jardins de infância e o segundo para o ensino nas escolas primárias.

2. Têm acesso às escolas de educadoras de infância e às escolas do magistério primário os diplomados com o curso geral do ensino secundário.

3. Os dois primeiros anos dos cursos das escolas de educadoras de infância e das escolas do magistério primário abrangerão disciplinas comuns ao curso complementar do ensino secundário e um núcleo de disciplinas de Ciências da Educação; o 3.º ano destinar-se-á a proporcionar aos alunos um contacto mais intenso com a realidade da sua futura vida profissional, envolvendo a realização de um estágio em jardins de infância ou em escolas primárias, consoante o caso.

BASE XXII

1. Os cursos das Escolas Normais Superiores têm a duração de três anos, incluindo o estágio.

2. Têm acesso às Escolas Normais Superiores os diplomados com o curso complementar do ensino secundário, os que tenham concluído os dois primeiros anos das escolas de educadoras de infância ou das escolas do magistério primário e os actuais diplomados com o curso do Magistério Primário.

3. As actuais educadoras de infância terão acesso às Escolas Normais Superiores mediante a prestação de provas sobre matérias a fixar em regulamento.

BASE XXIII

As Escolas de Instrutores de Educação Física e Desportos regem-se por normas próprias, em paralelo

com o estabelecido na base XXI, habilitam para a docência nas escolas de ensino básico e secundário e servem os demais objectivos específicos daquelas escolas.

BASE XXIV

Os Institutos Superiores de Educação Artística, de Educação Física e Desportos e de Educação Especial regem-se por normas próprias, habilitam para a docência nas escolas de ensino básico e secundário e servem os demais objectivos específicos dos mesmos Institutos.

BASE XXV

1. Os cursos dos institutos de ciências da educação das Universidades têm a duração fixada na lei e proporcionam a formação complementar requerida para o exercício de funções docentes no ensino secundário, incluindo um estágio.

2. Os institutos de ciências da educação poderão organizar cursos especiais destinados à formação ou actualização pedagógica dos docentes do ensino superior.

BASE XXVI

1. A formação permanente dos agentes educativos constitui obrigação do Estado, sendo a frequência dos respectivos cursos considerada serviço docente.

2. A formação prevista no número anterior deverá ser suficientemente diversificada, de modo a assegurar a actualização dos conhecimentos e o aperfeiçoamento da preparação pedagógica e a favorecer a promoção e mobilidade profissionais.

3. A formação permanente dos agentes educativos é proporcionada nos estabelecimentos referidos na base XX, nos próprios estabelecimentos onde desempenham a sua actividade profissional e ainda mediante outras modalidades adequadas.

CAPÍTULO IV

Orientação escolar

BASE XXVII

O Ministério da Educação Nacional assegurará, por meio de serviços especializados, em cooperação com a família, professores e ainda outras entidades, a orientação escolar em todos os níveis do sistema educativo, especialmente nos ensinos preparatório e secundário.

CAPÍTULO V

Disposições finais

BASE XXVIII

O ensino particular reger-se-á pelo presente diploma em tudo o que lhe for aplicável e por estatuto ou estatutos especiais aprovados por lei.

BASE XXIX

1. Leis especiais definirão as normas relativas às diversas modalidades do sistema escolar e à estrutura e funcionamento dos respectivos estabelecimentos de ensino.

2. Serão objecto de regulamento os planos de estudo e os programas e os métodos de ensino e de aproveitamento escolar dos vários níveis educativos.

3. Nos regulamentos a publicar para a execução da presente lei serão definidos os regimes e fases de transição do sistema e orgânica vigentes para os previstos neste diploma e nos referidos nos números anteriores.

Carlos Monteiro do Amaral Neto.

Promulgada em 14 de Julho de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Marcello Caetano.

PRESIDENCIA DO CONSELHO

Secretaria-Geral

Segundo comunicação do Departamento da Defesa Nacional, Gabinete do Ministro, a Portaria n.º 359/73, publicada no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 121, de 23 de Maio, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No n.º 1, onde se lê:

.....
Forças readmitidas do Exército ...

deve ler-se:

.....
Praças readmitidas do Exército ...

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho, 9 de Julho de 1973. — O Secretário-Geral, *Diogo de Paiva Brandão*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 378/73

de 25 de Julho

Com fundamento no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 54/72, de 15 de Fevereiro;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças um crédito especial da quantia de 25 000 000\$, devendo a mesma importância constituir o n.º 3 «Subsídios a autarquias locais, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 599/72, de 30 de Dezembro», artigo 44.º «Transferências — Sector público», capítulo 3.º, do

orçamento respeitante ao corrente ano económico, do mesmo Ministério.

Art. 2.º Para compensação do crédito previsto no artigo anterior é adicionada igual importância à verba inscrita no capítulo 1.º, grupo 2, artigo 13.º — A «Imposto sobre veículos», do actual orçamento das receitas do Estado.

Marcello Caetano — Manuel Artur Cotta Agostinho Dias.

Promulgado em 11 de Julho de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DAS COMUNICAÇÕES

Decreto-Lei n.º 379/73

de 25 de Julho

1. Para habilitar a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S. A. R. L., concessionária única da exploração da rede ferroviária nacional, a prosseguir, no 2.º triénio do III Plano de Fomento, com os empreendimentos nele programados, de acordo com a revisão do Plano oportunamente aprovada, foi aquela concessionária autorizada, pelo Decreto-Lei n.º 153/71, de 23 de Abril, a emitir, durante o triénio de 1971-1973, por séries, obrigações até ao limite de 600 000 contos.

Em 1971 e 1972 foram emitidas obrigações no montante de 400 000 contos e no final do 1.º semestre do corrente ano foi efectuada nova emissão no montante de 200 000 contos, atingindo-se, assim, o montante total de 600 000 contos.

2. Verifica-se, porém, que o limite de 600 000 contos, fixado pelo citado Decreto-Lei n.º 153/71, se mostra insuficiente para dar cabal execução aos empreendimentos planeados, tornando-se por isso necessário elevar tal limite para 700 000 contos.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. — 1. É elevado para 700 000 contos o limite de obrigações que a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S. A. R. L., estava autorizada a emitir, ao abrigo do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 153/71, de 23 de Abril.

2. A emissão suplementar dos 100 000 contos de obrigações obedecerá aos requisitos e gozará dos benefícios prescritos pelo diploma a que se refere o número anterior.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano — Manuel Artur Cotta Agostinho Dias — Rui Alves da Silva Sanches.*

Promulgado em 11 de Julho de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NÚMERO — 24\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

ASSINATURAS				
As três séries	Ano	1600\$	Semestre	850\$
A 1.ª série	»	600\$	»	350\$
A 2.ª série	»	600\$	»	350\$
A 3.ª série	»	600\$	»	350\$
Apêndices — anual, 600\$				
Preço avulso — por página, \$50				
A estes preços acrescem os portes do correio				

O preço dos anúncios é de 174 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

SUMÁRIO

Presidência da República:

Decreto de aprovação da Constituição:

Aprova a Constituição da República Portuguesa.

Presidência do Conselho de Ministros:

Declaração:

De ter sido rectificado o Decreto n.º 215/76, de 25 de Março, que estabelece disposições respeitantes ao provimento do pessoal do quadro da Secretaria de Estado da Administração Pública.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna:

Despacho ministerial:

Determina que sejam os secretários-gerais a responder ao inquérito que se destina a detectar a variedade de situações existentes na função pública.

Ministério da Administração Interna:

Despacho ministerial:

Delega no comandante-geral da Polícia de Segurança Pública e autoriza este a subdelegar no 2.º comandante-geral da mesma corporação competência para autorização de despesas com obras ou aquisição de material.

Ministérios da Administração Interna e das Finanças:

Despacho:

Fixa o quantitativo diário do abono de alimentação a oficiais, sargentos e praças em serviço na Guarda Nacional Republicana.

Ministério da Justiça:

Portaria n.º 213/76:

Aumenta o quadro do pessoal da comarca de Vila Verde.

Ministério das Finanças:

Decreto n.º 264/76:

Autoriza a Direcção-Geral do Património a celebrar escritura para a aquisição de um imóvel situado em Lisboa.

Ministérios das Finanças e da Indústria e Tecnologia:

Despacho:

Considera que não há lugar à celebração do contrato definitivo previsto no acordo prévio com a empresa Acumulador Wilhelm Hagen, por esta não apresentar viabilidade económica.

Ministério da Indústria e Tecnologia:

Portaria n.º 214/76:

Aprova como norma definitiva o estudo E-1717.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Aviso:

Torna público ter o Governo do Japão depositado o instrumento de adesão ao Protocolo para a continuação em vigor do Convénio Internacional do Café.

Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção:

Decreto-Lei n.º 265/76:

Dá nova redacção aos artigos 10.º, 16.º, 17.º, 20.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 730/74, de 20 de Dezembro (regime das cooperativas de habitação).

Ministério dos Transportes e Comunicações:

Portaria n.º 215/76:

Abre concurso para a atribuição de licenças de aluguer em veículos ligeiros de passageiros na cidade de Braga.

Ministérios dos Transportes e Comunicações e da Educação e Investigação Científica:

Decreto-Lei n.º 266/76:

Introduz alterações no Código da Estrada, na parte relativa às habilitações literárias necessárias para a obtenção da carta de condução e ao exercício da instrução automóvel.

Ministério da Educação e Investigação Científica:

Decreto n.º 267/76:

Permite aos retornados das ex-colónias que não possuam certificados escolares e desejem continuar os seus estudos, requerer o seu suprimento nos estabelecimentos de ensino que desejem frequentar ou em outros serviços dependentes do MEIC.

Decreto-Lei n.º 268/76:

Determina que seja publicado no *Diário do Governo*, 2.ª série, no primeiro dia útil de cada mês, aviso relativo aos lugares vagos das escolas do ensino primário.

Ministérios do Trabalho e dos Assuntos Sociais:

Decreto-Lei n.º 269/76:

Permite, em situações especiais de desemprego, a criação de esquemas de protecção.

Despacho ministerial:

Atribui um subsídio de desemprego aos trabalhadores desempregados do porto de Lisboa não sindicalizados — «homens da rua».

Nota. — Foi publicado um 4.º suplemento ao *Diário do Governo*, n.º 294, de 22 de Dezembro de 1975, inserindo o seguinte:

Estado-Maior-General das Forças Armadas e Ministérios da Administração Interna, das Finanças e do Equipamento Social:

Despacho:

Cria uma comissão destinada a dar solução à precária situação em que se encontram as instalações da maioria dos serviços públicos.

Ministério da Cooperação:

Decreto n.º 729-C/75:

Estabelece a estrutura do Orçamento Geral de Macau.

Ministério das Finanças:

Decreto-Lei n.º 729-D/75:

Determina que os bancos comerciais e instituições a estes equiparadas, com sede no continente e ilhas adjacentes, apenas poderão aceitar depósitos a prazo não superior a um ano — Revoga o Decreto-Lei n.º 248/75, de 22 de Maio.

Decreto-Lei n.º 729-E/75:

Fixa as novas condições reguladoras da constituição de depósitos.

Decreto-Lei n.º 729-F/75:

Estabelece a orgânica de gestão e fiscalização das instituições de crédito nacionalizadas, bem como do Banco de Angola e do Banco Nacional Ultramarino.

Decreto-Lei n.º 729-G/75:

Regulariza a posse por residentes de títulos de dívida externa portuguesa importados ilicitamente.

Decreto-Lei n.º 729-H/75:

Institui contas de depósito em moeda estrangeira para os emigrantes.

Decreto-Lei n.º 729-I/75:

Autoriza a emissão de um empréstimo interno, amortizável, denominado «Obrigações do Tesouro, 1975 — Nacionalização do Banco de Portugal», no montante de 502 889 028\$.

Decreto-Lei n.º 729-J/75:

Autoriza a emissão de um empréstimo interno, amortizável, denominado «Obrigações do Tesouro, 1975 — Nacionalização do Banco Nacional Ultramarino», no montante de 2 547 140 244\$.

Decreto-Lei n.º 729-K/75:

Autoriza a emissão de um empréstimo interno, amortizável, denominado «Obrigações do Tesouro, 1975 — Nacionalização do Banco de Angola», no montante de 919 240 680\$.

Avisos:

Torna público ter sido fixada em 6,5 % a taxa de desconto do Banco de Portugal.

Torna público terem sido fixados os limites das taxas de juro aplicáveis em operações bancárias activas e passivas.

Torna públicas diversas determinações para cumprimento pelos bancos comerciais e instituições equiparadas.

Ministérios das Finanças e do Comércio Externo:

Decreto-Lei n.º 729-L/75:

Institui o seguro de riscos de variação de custos e de variações cambiais para as actividades exportadoras.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto de aprovação da Constituição de 10 de Abril

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reunem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do País.

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

A Assembleia Constituinte, reunida na sessão plenária de 2 de Abril de 1976, aprova e decreta a seguinte Constituição da República Portuguesa:

Princípios fundamentais

ARTIGO 1.º

(República Portuguesa)

Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes.

ARTIGO 2.º

(Estado democrático e transição para o socialismo)

A República Portuguesa é um Estado democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democráticas, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras.

ARTIGO 3.º

(Soberania e legalidade)

1. A soberania, una e indivisível, reside no povo, que a exerce segundo as formas previstas na Constituição.

2. O Movimento das Forças Armadas, como garante das conquistas democráticas e do processo revolucionário, participa, em aliança com o povo, no exercício da soberania, nos termos da Constituição.

3. Os partidos políticos concorrem para a organização e para a expressão da vontade popular, no respeito pelos princípios da independência nacional e da democracia política.

4. O Estado está submetido à Constituição e fundase na legalidade democrática.

ARTIGO 4.º

(Cidadania portuguesa)

São cidadãos portugueses todos aqueles que como tal sejam considerados pela lei ou por convenção internacional.

ARTIGO 5.º

(Território)

1. Portugal abrange o território historicamente definido no continente europeu e os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

2. O Estado não aliena qualquer parte do território português ou dos direitos de soberania que sobre ele exerce, sem prejuízo de rectificação de fronteiras.

3. A lei define a extensão e o limite das águas territoriais e os direitos de Portugal aos fundos marinhos contíguos.

4. O território de Macau, sob administração portuguesa, rege-se por estatuto adequado à sua situação especial.

ARTIGO 6.º

(Estado unitário)

1. O Estado é unitário e respeita na sua organização os princípios da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública.

2. Os arquipélagos dos Açores e da Madeira constituem regiões autónomas dotadas de estatutos político-administrativos próprios.

ARTIGO 7.º

(Relações internacionais)

1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do direito dos povos à autodeterminação e à independência, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da Humanidade.

2. Portugal preconiza a abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

3. Portugal reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo, e manterá laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa.

ARTIGO 8.º

(Direito internacional)

1. As normas e os princípios de direito internacional geral ou comum fazem parte integrante do direito português.

2. As normas constantes de convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas vigoram na ordem interna após a sua publicação oficial e enquanto vincularem internacionalmente o Estado Português.

ARTIGO 9.º

(Tarefas fundamentais do Estado)

São tarefas fundamentais do Estado:

- a) Garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam;
- b) Assegurar a participação organizada do povo na resolução dos problemas nacionais, defender a democracia política e fazer respeitar a legalidade democrática;
- c) Socializar os meios de produção e a riqueza, através de formas adequadas às características do presente período histórico, criar as condições que permitam promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo, especialmente das classes trabalhadoras, e abolir a exploração e a opressão do homem pelo homem.

ARTIGO 10.º

(Processo revolucionário)

1. A aliança entre o Movimento das Forças Armadas e os partidos e organizações democráticos assegura o desenvolvimento pacífico do processo revolucionário.

2. O desenvolvimento do processo revolucionário impõe, no plano económico, a apropriação colectiva dos principais meios de produção.

ARTIGO 11.º

(Símbolos nacionais)

1. A Bandeira Nacional é a adoptada pela República instaurada pela Revolução de 5 de Outubro de 1910.

2. O Hino Nacional é *A Portuguesa*.

PARTE I

Direitos e deveres fundamentais

TÍTULO I

Princípios gerais

ARTIGO 12.º

(Princípio da universalidade)

1. Todos os cidadãos gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição.

2. As pessoas colectivas gozam dos direitos e estão sujeitas aos deveres compatíveis com a sua natureza.

ARTIGO 13.º

(Princípio da Igualdade)

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.

2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.

ARTIGO 14.º

(Portugueses no estrangeiro)

Os cidadãos portugueses que se encontrem ou residam no estrangeiro gozam da protecção do Estado para o exercício dos direitos e estão sujeitos aos deveres que não sejam incompatíveis com a ausência do país.

ARTIGO 15.º

(Estrangeiros e apátridas)

1. Os estrangeiros e os apátridas que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português.

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior os direitos políticos, o exercício das funções públicas que não tenham carácter predominantemente técnico e os direitos e deveres reservados pela Constituição e pela lei exclusivamente aos cidadãos portugueses.

3. Aos cidadãos dos países de língua portuguesa podem ser atribuídos, mediante convenção internacional e em condições de reciprocidade, direitos não conferidos a estrangeiros, salvo o acesso à titularidade dos órgãos de soberania e das regiões autónomas, o serviço nas forças armadas e a carreira diplomática.

ARTIGO 16.º

(Extensão dos direitos)

1. Os direitos fundamentais consagrados na Constituição não excluem quaisquer outros constantes das leis e das regras aplicáveis de direito internacional.

2. Os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

ARTIGO 17.º

(Regime dos direitos, liberdades e garantias)

O regime dos direitos, liberdades e garantias aplica-se aos direitos enunciados no título II, aos direitos fundamentais dos trabalhadores, às demais liberdades e ainda a direitos de natureza análoga, previstos na Constituição e na lei.

ARTIGO 18.º

(Força jurídica)

1. Os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias são directamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas.

2. A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição.

3. As leis restritivas dos direitos, liberdades e garantias têm de revestir carácter geral e abstracto e não podem diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais.

ARTIGO 19.º

(Suspensão)

1. Os órgãos de soberania não podem, conjunta ou separadamente, suspender o exercício dos direitos, liberdades e garantias, salvo em caso de estado de sítio ou de estado de emergência, declarados na forma prevista na Constituição.

2. A declaração do estado de sítio ou do estado de emergência deve ser suficientemente fundamentada e conter a especificação dos direitos, liberdades e garantias cujo exercício fica suspenso.

3. A declaração do estado de sítio em nenhum caso pode afectar o direito à vida e à integridade pessoal.

4. A declaração do estado de emergência apenas pode determinar a suspensão parcial dos direitos, liberdades e garantias.

5. A declaração do estado de sítio ou do estado de emergência confere às autoridades competência para tomarem as providências necessárias e adequadas ao pronto restabelecimento da normalidade constitucional.

ARTIGO 20.º

(Defesa dos direitos)

1. A todos é assegurado o acesso aos tribunais para defesa dos seus direitos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos.

2. Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública.

ARTIGO 21.º

(Responsabilidade civil do Estado)

1. O Estado e as demais entidades públicas são civilmente responsáveis, em forma solidária com os titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes, por acções ou omissões praticadas no exercício das suas funções e por causa desse exercício, de que resulte violação dos direitos, liberdades e garantias ou prejuízo para outrem.

2. Os cidadãos injustamente condenados têm direito, nas condições que a lei prescrever, à revisão da sentença e à indemnização pelos danos sofridos.

ARTIGO 22.º

(Direito de asilo)

1. É garantido o direito de asilo aos estrangeiros e aos apátridas perseguidos em consequência da sua actividade em favor da democracia, da libertação social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana.

2. A lei define o estatuto do refugiado político.

ARTIGO 23.º

(Extradicação e expulsão)

1. Não são admitidas a extradicação e a expulsão de cidadãos portugueses do território nacional.
2. Não é admitida a extradicação por motivos políticos.
3. Não há extradicação por crimes a que corresponda pena de morte segundo o direito do Estado requisitante.
4. A extradicação e a expulsão só podem ser decididas por autoridade judicial.

ARTIGO 24.º

(Provedor de Justiça)

1. Os cidadãos podem apresentar queixas por acções ou omissões dos poderes públicos ao Provedor de Justiça, que as apreciará sem poder decisório, dirigindo aos órgãos competentes as recomendações necessárias para prevenir e reparar injustiças.
2. A actividade do Provedor de Justiça é independente dos meios graciosos e contenciosos previstos na Constituição e nas leis.
3. O Provedor de Justiça é designado pela Assembleia da República.

TÍTULO II

Direitos, liberdades e garantias

ARTIGO 25.º

(Direito à vida)

1. A vida humana é inviolável.
2. Em caso algum haverá pena de morte.

ARTIGO 26.º

(Direito à integridade pessoal)

1. A integridade moral e física dos cidadãos é inviolável.
2. Ninguém pode ser submetido a tortura, nem a tratamentos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos.

ARTIGO 27.º

(Direito à liberdade e à segurança)

1. Todos têm direito à liberdade e à segurança.
2. Ninguém pode ser privado da liberdade a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de acto punido por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança.
3. Exceptua-se deste princípio a privação da liberdade, pelo tempo e nas condições que a lei determinar, nos casos seguintes:
 - a) Prisão preventiva em flagrante delito ou por fortes indícios de prática de crime doloso a que corresponda pena maior;
 - b) Prisão ou detenção de pessoa que tenha penetrado irregularmente no território nacional ou contra a qual esteja em curso processo de extradicação ou expulsão.

4. Toda a pessoa privada da liberdade deve ser informada, no mais curto prazo, das razões da sua prisão ou detenção.

ARTIGO 28.º

(Prisão preventiva)

1. A prisão sem culpa formada será submetida, no prazo máximo de quarenta e oito horas, a decisão judicial de validação ou manutenção, devendo o juiz conhecer das causas da detenção e comunicá-las ao detido, interrogá-lo e dar-lhe oportunidade de defesa.
2. A prisão preventiva não se mantém sempre que possa ser substituída por caução ou por medida de liberdade provisória prevista na lei.
3. A decisão judicial que ordene ou mantenha uma medida de privação da liberdade deve ser logo comunicada a parente ou pessoa da confiança do detido.
4. A prisão preventiva, antes e depois da formação da culpa, está sujeita aos prazos estabelecidos na lei.

ARTIGO 29.º

(Aplicação da lei criminal)

1. Ninguém pode ser sentenciado criminalmente senão em virtude de lei anterior que declare punível a acção ou a omissão, nem sofrer medida de segurança privativa da liberdade cujos pressupostos não estejam fixados em lei anterior.
2. O disposto no número anterior não impede a punição, nos limites da lei interna, por acção ou omissão que no momento da sua prática seja considerada criminosa segundo os princípios gerais de direito internacional comumente reconhecidos.
3. Não podem ser aplicadas penas ou medidas de segurança privativas da liberdade que não estejam expressamente cominadas em lei anterior.
4. Ninguém pode sofrer pena ou medida de segurança privativa da liberdade mais grave do que as previstas no momento da conduta, aplicando-se retroactivamente as leis penais de conteúdo mais favorável ao arguido.
5. Ninguém pode ser julgado mais do que uma vez pela prática do mesmo crime.

ARTIGO 30.º

(Limites das penas e das medidas de segurança)

1. Não poderá haver penas ou medidas de segurança privativas da liberdade com carácter perpétuo, nem de duração ilimitada ou indefinida.
2. Em caso de perigosidade baseada em grave anomalia psíquica e na impossibilidade de terapêutica em meio aberto, poderão as medidas de segurança privativas da liberdade prorrogar-se sucessivamente enquanto tal estado se mantiver, mas sempre mediante decisão judicial.
3. As penas são insusceptíveis de transmissão.
4. Ninguém pode ser privado, por motivos políticos, da cidadania portuguesa, da capacidade civil ou do nome.

ARTIGO 31.º

(«Habeas corpus»)

1. Haverá *habeas corpus* contra o abuso de poder, por virtude de prisão ou detenção ilegal, a interpor

perante o tribunal judicial ou militar, consoante os casos.

2. A providência de *habeas corpus* pode ser requerida pelo próprio ou por qualquer cidadão no gozo dos seus direitos políticos.

3. O juiz decidirá no prazo de oito dias o pedido de *habeas corpus* em audiência contraditória.

ARTIGO 32.º

(Garantias de processo criminal)

1. O processo criminal assegurará todas as garantias de defesa.

2. Todo o arguido se presume inocente até ao trânsito em julgado da sentença de condenação.

3. O arguido tem direito à assistência de defensor em todos os actos do processo, especificando a lei os casos e as fases em que ela é obrigatória.

4. Toda a instrução será da competência de um juiz, indicando a lei os casos em que ela deve assumir forma contraditória.

5. O processo criminal terá estrutura acusatória, ficando a audiência de julgamento subordinada ao princípio do contraditório.

6. São nulas todas as provas obtidas mediante tortura, coacção, ofensa da integridade física ou moral da pessoa, abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações.

7. Nenhuma causa pode ser subtraída ao tribunal cuja competência esteja fixada em lei anterior.

ARTIGO 33.º

(Direito à identidade, ao bom nome e à intimidade)

1. A todos é reconhecido o direito à identidade pessoal, ao bom nome e reputação e à reserva da intimidade da vida privada e familiar.

2. A lei estabelecerá garantias efectivas contra a utilização abusiva, ou contrária à dignidade humana, de informações relativas às pessoas e famílias.

ARTIGO 34.º

(Inviolabilidade do domicílio e da correspondência)

1. O domicílio e o sigilo da correspondência e dos outros meios de comunicação privada são invioláveis.

2. A entrada no domicílio dos cidadãos contra a sua vontade só pode ser ordenada pela autoridade judicial competente, nos casos e segundo as formas previstos na lei.

3. Ninguém pode entrar durante a noite no domicílio de qualquer pessoa sem o seu consentimento.

4. É proibida toda a ingerência das autoridades públicas na correspondência e nas telecomunicações, salvo os casos previstos na lei em matéria de processo criminal.

ARTIGO 35.º

(Utilização da informática)

1. Todos os cidadãos têm o direito de tomar conhecimento do que constar de registos mecanográficos a seu respeito e do fim a que se destinam as informações, podendo exigir a rectificação dos dados e a sua actualização.

2. A informática não pode ser usada para tratamento de dados referentes a convicções políticas, fé religiosa ou vida privada, salvo quando se trate do processamento de dados não identificáveis para fins estatísticos.

3. É proibida a atribuição de um número nacional único aos cidadãos.

ARTIGO 36.º

(Família, casamento e filiação)

1. Todos têm o direito de constituir família e de contrair casamento em condições de plena igualdade.

2. A lei regula os requisitos e os efeitos do casamento e da sua dissolução, por morte ou divórcio, independentemente da forma de celebração.

3. Os cônjuges têm iguais direitos e deveres quanto à capacidade civil e política e à manutenção e educação dos filhos.

4. Os filhos nascidos fora do casamento não podem, por esse motivo, ser objecto de qualquer discriminação e a lei ou as repartições oficiais não podem usar designações discriminatórias relativas à filiação.

5. Os pais têm o direito e o dever de educação dos filhos.

6. Os filhos não podem ser separados dos pais, salvo quando estes não cumpram os seus deveres fundamentais para com eles e sempre mediante decisão judicial.

ARTIGO 37.º

(Liberdade de expressão e informação)

1. Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de se informar, sem impedimentos nem discriminações.

2. O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.

3. As infracções cometidas no exercício destes direitos ficarão submetidas ao regime de punição da lei geral, sendo a sua apreciação da competência dos tribunais judiciais.

4. A todas as pessoas, singulares ou colectivas, é assegurado, em condições de igualdade e eficácia, o direito de resposta.

ARTIGO 38.º

(Liberdade de imprensa)

1. É garantida a liberdade de imprensa.

2. A liberdade de imprensa implica a liberdade de expressão e criação dos jornalistas e colaboradores literários, bem como a intervenção dos primeiros na orientação ideológica dos órgãos de informação não pertencentes ao Estado ou a partidos políticos, sem que nenhum outro sector ou grupo de trabalhadores possa censurar ou impedir a sua livre criatividade.

3. A liberdade de imprensa implica o direito de fundação de jornais e de quaisquer outras publicações, independentemente de autorização administrativa, caução ou habilitação prévias.

4. As publicações periódicas e não periódicas podem ser propriedade de quaisquer pessoas colectivas sem

fins lucrativos e de empresas jornalísticas e editoriais sob forma societária ou de pessoas singulares de nacionalidade portuguesa.

5. Nenhum regime administrativo ou fiscal, nem política de crédito ou comércio externo, pode afectar directa ou indirectamente a liberdade de imprensa, devendo a lei assegurar os meios necessários à salvaguarda da independência da imprensa perante os poderes político e económico.

6. A televisão não pode ser objecto de propriedade privada.

7. A lei estabelece o regime dos meios de comunicação social, designadamente dos pertencentes ao Estado, mediante um estatuto da informação.

ARTIGO 39.º

(Meios de comunicação social do Estado)

1. Os meios de comunicação social pertencentes ao Estado, ou a entidades directa ou indirectamente sujeitas ao seu controlo económico, serão utilizados de modo a salvaguardar a sua independência perante o Governo e a Administração Pública.

2. Será assegurada a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião nos meios de comunicação social referidos no número anterior.

3. Nos meios de comunicação social previstos neste artigo serão criados conselhos de informação, a integrar, proporcionalmente, por representantes indicados pelos partidos políticos com assento na Assembleia da República.

4. Aos conselhos de informação serão conferidos poderes para assegurar uma orientação geral que respeite o pluralismo ideológico.

ARTIGO 40.º

(Direito de antena)

1. Os partidos políticos e as organizações sindicais e profissionais terão direito a tempos de antena na rádio e na televisão, de acordo com a sua representatividade e segundo critérios a definir no estatuto da informação.

2. Nos períodos eleitorais os partidos políticos concorrentes têm direito a tempos de antena regulares e equitativos.

ARTIGO 41.º

(Liberdade de consciência, religião e culto)

1. A liberdade de consciência, religião e culto é inviolável.

2. Ninguém pode ser perseguido, privado de direitos ou isento de obrigações ou deveres cívicos por causa das suas convicções ou prática religiosa.

3. As igrejas e comunidades religiosas estão separadas do Estado e são livres na sua organização e no exercício das suas funções e do culto.

4. É garantida a liberdade de ensino de qualquer religião praticado no âmbito da respectiva confissão, bem como a utilização de meios de comunicação social próprios para o prosseguimento das suas actividades.

5. É reconhecido o direito à objecção de consciência, ficando os objectores obrigados à prestação de serviço não armado com duração idêntica à do serviço militar obrigatório.

ARTIGO 42.º

(Liberdade de criação cultural)

1. É livre a criação intelectual, artística e científica.

2. Esta liberdade compreende o direito à invenção, produção e divulgação da obra científica, literária ou artística, incluindo a protecção legal dos direitos de autor.

ARTIGO 43.º

(Liberdade de aprender e ensinar)

1. É garantida a liberdade de aprender e ensinar.

2. O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas.

3. O ensino público não será confessional.

ARTIGO 44.º

(Direito de deslocação e de emigração)

1. A todos os cidadãos é garantido o direito de se deslocarem e fixarem livremente em qualquer parte do território nacional.

2. A todos é garantido o direito de emigrar ou de sair do território nacional e o direito de regressar.

ARTIGO 45.º

(Direito de reunião e de manifestação)

1. Os cidadãos têm o direito de se reunir, pacificamente e sem armas, mesmo em lugares abertos ao público, sem necessidade de qualquer autorização.

2. A todos os cidadãos é reconhecido o direito de manifestação.

ARTIGO 46.º

(Liberdade de associação)

1. Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal.

2. As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas actividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial.

3. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela.

4. Não são consentidas associações armadas nem de tipo militar, militarizadas ou paramilitares fora do Estado ou das Forças Armadas, nem organizações que perfilhem a ideologia fascista.

ARTIGO 47.º

(Associações e partidos políticos)

1. A liberdade de associação compreende o direito de constituir ou participar em associações e partidos políticos e de através deles concorrer democraticamente para a formação da vontade popular e a organização do poder político.

2. Ninguém pode estar inscrito simultaneamente em mais de um partido político nem ser privado do exercício de qualquer direito por estar ou deixar de estar inscrito em algum partido legalmente constituído.

3. Os partidos políticos não podem, sem prejuízo da filosofia ou ideologia inspiradora do seu programa, usar denominação que contenha expressões directamente relacionadas com quaisquer religiões ou igrejas, bem como emblemas confundíveis com símbolos nacionais ou religiosos.

ARTIGO 48.º

(Participação na vida pública)

1. Todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos do país, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos.

2. O sufrágio é universal, igual e secreto e reconhecido a todos os cidadãos maiores de 18 anos, ressalvadas as incapacidades da lei geral, e o seu exercício é pessoal e constitui um dever cívico.

3. Todos os cidadãos têm o direito de ser esclarecidos objectivamente sobre actos do Estado e demais entidades públicas e de ser informados pelo Governo e outras autoridades acerca da gestão dos assuntos públicos.

4. Todos os cidadãos têm o direito de acesso, em condições de igualdade e liberdade, às funções públicas.

ARTIGO 49.º

(Direito de petição e acção popular)

1. Todos os cidadãos podem apresentar, individual ou colectivamente, aos órgãos de soberania ou a quaisquer autoridades petições, representações, reclamações ou queixas para defesa dos seus direitos, da Constituição e das leis ou do interesse geral.

2. É reconhecido o direito de acção popular, nos casos e nos termos previstos na lei.

TÍTULO III**Direitos e deveres económicos, sociais e culturais****CAPÍTULO I****Princípio geral****ARTIGO 50.º**

(Garantias e condições de efectivação)

A apropriação colectiva dos principais meios de produção, a planificação do desenvolvimento econó-

mico e a democratização das instituições são garantias e condições para a efectivação dos direitos e deveres económicos, sociais e culturais.

CAPÍTULO II**Direitos e deveres económicos****ARTIGO 51.º**

(Direito ao trabalho)

1. Todos têm direito ao trabalho.

2. O dever de trabalhar é inseparável do direito ao trabalho, excepto para aqueles que sofram diminuição de capacidade por razões de idade, doença ou invalidez.

3. Todos têm o direito de escolher livremente a profissão ou o género de trabalho, salvas as restrições legais impostas pelo interesse colectivo ou inerentes à sua própria capacidade.

ARTIGO 52.º

(Obrigações do Estado quanto ao direito ao trabalho)

Incumbe ao Estado, através da aplicação de planos de política económica e social, garantir o direito ao trabalho, assegurando:

- a) A execução de políticas de pleno emprego e o direito a assistência material dos que involuntariamente se encontrem em situação de desemprego;
- b) A segurança no emprego, sendo proibidos os despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos;
- c) A igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais;
- d) A formação cultural, técnica e profissional dos trabalhadores, conjugando o trabalho manual e o trabalho intelectual.

ARTIGO 53.º

(Direitos dos trabalhadores)

Todos os trabalhadores, sem distinção de idade, sexo, raça, nacionalidade, religião ou ideologia, têm direito:

- a) À retribuição do trabalho, segundo a quantidade, natureza e qualidade, observando-se o princípio de que para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna;
- b) À organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal;
- c) À prestação do trabalho em condições de higiene e segurança;
- d) Ao repouso e aos lazeres, a um limite máximo da jornada de trabalho, ao descanso semanal e a férias periódicas pagas.

ARTIGO 54.º

(Obrigações do Estado
quanto aos direitos dos trabalhadores)

Incumbe ao Estado assegurar as condições de trabalho, retribuição e repouso a que os trabalhadores têm direito, nomeadamente:

- a) O estabelecimento e a actualização do salário mínimo nacional, bem como do salário máximo, tendo em conta, entre outros factores, as necessidades dos trabalhadores, o aumento do custo de vida, o nível de desenvolvimento das forças produtivas, as exigências da estabilidade económica e financeira e a acumulação para o desenvolvimento;
- b) A fixação de um horário nacional de trabalho;
- c) A especial protecção do trabalho das mulheres durante a gravidez e após o parto, bem como do trabalho dos menores, dos diminuídos e dos que desempenhem actividades particularmente violentas ou em condições insalubres, tóxicas ou perigosas;
- d) O desenvolvimento sistemático de uma rede de centros de repouso e de férias, em cooperação com organizações sociais.

ARTIGO 55.º

(Comissões de trabalhadores)

1. É direito dos trabalhadores criarem comissões de trabalhadores para defesa dos seus interesses e intervenção democrática na vida da empresa, visando o reforço da unidade das classes trabalhadoras e a sua mobilização para o processo revolucionário de construção do poder democrático dos trabalhadores.

2. As comissões são eleitas em plenários de trabalhadores por voto directo e secreto.

3. O estatuto das comissões deve ser aprovado em plenário de trabalhadores.

4. Os membros das comissões gozam da protecção legal reconhecida aos delegados sindicais.

5. Podem ser criadas comissões coordenadoras para melhor intervenção na reestruturação económica e por forma a garantir os interesses dos trabalhadores.

ARTIGO 56.º

(Direitos das comissões de trabalhadores)

Constituem direitos das comissões de trabalhadores:

- a) Receber todas as informações necessárias ao exercício da sua actividade;
- b) Exercer o controlo de gestão nas empresas;
- c) Intervir na reorganização das unidades produtivas;
- d) Participar na elaboração da legislação do trabalho e dos planos económico-sociais que contemplem o respectivo sector.

ARTIGO 57.º

(Liberdade sindical)

1. É reconhecida aos trabalhadores a liberdade sindical, condição e garantia da construção da sua unidade para defesa dos seus direitos e interesses.

2. No exercício da liberdade sindical é garantido aos trabalhadores, sem qualquer discriminação, designadamente:

- a) A liberdade de constituição de associações sindicais a todos os níveis;
- b) A liberdade de inscrição, não podendo nenhum trabalhador ser obrigado a pagar quotas para sindicato em que não esteja inscrito;
- c) A liberdade de organização e regulamentação interna das associações sindicais;
- d) O direito de exercício de actividade sindical na empresa.

3. As associações sindicais devem reger-se pelos princípios da organização e da gestão democráticas, baseados na eleição periódica e por escrutínio secreto dos órgãos dirigentes, sem sujeição a qualquer autorização ou homologação, e assentes na participação activa dos trabalhadores em todos os aspectos da actividade sindical.

4. As associações sindicais são independentes do patronato, do Estado, das confissões religiosas, dos partidos e outras associações políticas, devendo a lei estabelecer as garantias adequadas dessa independência, fundamento da unidade das classes trabalhadoras.

5. A fim de assegurar a unidade e o diálogo das diversas correntes sindicais eventualmente existentes, é garantido aos trabalhadores o exercício do direito de tendência dentro dos sindicatos, nos casos e nas formas em que tal direito for estatutariamente estabelecido.

6. As associações sindicais têm o direito de estabelecer relações ou filiar-se em organizações sindicais internacionais.

ARTIGO 58.º

(Direitos das associações sindicais
e contratação colectiva)

1. Compete às associações sindicais defender e promover a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores que representem.

2. Constituem direitos das associações sindicais:

- a) Participar na elaboração da legislação do trabalho;
- b) Participar na gestão das instituições de segurança social e outras organizações que visem satisfazer os interesses das classes trabalhadoras;
- c) Participar no controlo de execução dos planos económico-sociais.

3. Compete às associações sindicais exercer o direito de contratação colectiva.

4. A lei estabelece as regras respeitantes à competência para a celebração das convenções colectivas de trabalho, bem como à eficácia das respectivas normas.

ARTIGO 59.º

(Direito à greve)

1. É garantido o direito à greve.

2. Compete aos trabalhadores definir o âmbito de interesses a defender através da greve, não podendo a lei limitar esse âmbito.

ARTIGO 60.º

(Proibição do «lock-out»)

É proibido o *lock-out*.

ARTIGO 61.º

(Cooperativas e autogestão)

1. Todos têm o direito de constituir cooperativas, devendo o Estado, de acordo com o Plano, estimular e apoiar as iniciativas nesse sentido.

2. Serão apoiadas pelo Estado as experiências de autogestão.

ARTIGO 62.º

(Direito de propriedade privada)

1. A todos é garantido o direito à propriedade privada e à sua transmissão em vida ou por morte, nos termos da Constituição.

2. Fora dos casos previstos na Constituição, a expropriação por utilidade pública só pode ser efectuada mediante pagamento de justa indemnização.

CAPÍTULO III**Direitos e deveres sociais****ARTIGO 63.º**

(Segurança social)

1. Todos têm direito à segurança social.

2. Incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, de acordo e com a participação das associações sindicais e outras organizações das classes «trabalhadoras».

3. A organização do sistema de segurança social não prejudicará a existência de instituições privadas de solidariedade social não lucrativas, que serão permitidas, regulamentadas por lei e sujeitas à fiscalização do Estado.

4. O sistema de segurança social protegerá os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

ARTIGO 64.º

(Saúde)

1. Todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover.

2. O direito à protecção da saúde é realizado pela criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito, pela criação de condições económicas, sociais e culturais que garantam a protecção da infância, da juventude e da velhice e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo.

3. Para assegurar o direito à protecção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado:

- a) Garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- b) Garantir uma racional e eficiente cobertura médica e hospitalar de todo o país;
- c) Orientar a sua acção para a socialização da medicina e dos sectores médico-medicamentosos;
- d) Disciplinar e controlar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as com o serviço nacional de saúde;
- e) Disciplinar e controlar a produção, a comercialização e o uso dos produtos químicos, biológicos e farmacêuticos e outros meios de tratamento e diagnóstico.

ARTIGO 65.º

(Habitação)

1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado:

- a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de reordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social;
- b) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e fomentar a autoconstrução e a criação de cooperativas de habitação;
- c) Estimular a construção privada, com subordinação aos interesses gerais.

3. O Estado adoptará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.

4. O Estado e as autarquias locais exercerão efectivo controlo do parque imobiliário, procederão à necessária nacionalização ou municipalização dos solos urbanos e definirão o respectivo direito de utilização.

ARTIGO 66.º

(Ambiente e qualidade de vida)

1. Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.

2. Incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares:

- a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão;
- b) Ordenar o espaço territorial de forma a construir paisagens biologicamente equilibradas;

- c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico;
- d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica.

3. O cidadão ameaçado ou lesado no direito previsto no n.º 1 pode pedir, nos termos da lei, a cessação das causas de violação e a respectiva indemnização.

4. O Estado deve promover a melhoria progressiva e acelerada da qualidade de vida de todos os portugueses.

ARTIGO 67.º

(Família)

O Estado reconhece a constituição da família e assegura a sua protecção, incumbindo-lhe, designadamente:

- a) Promover a independência social e económica dos agregados familiares;
- b) Desenvolver uma rede nacional de assistência materno-infantil e realizar uma política de terceira idade;
- c) Cooperar com os pais na educação dos filhos;
- d) Promover, pelos meios necessários, a divulgação dos métodos de planeamento familiar e organizar as estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma paternidade consciente;
- e) Regular os impostos e os benefícios sociais, de harmonia com os encargos familiares.

ARTIGO 68.º

(Maternidade)

1. O Estado reconhece a maternidade como valor social eminente, protegendo a mãe nas exigências específicas da sua insubstituível acção quanto à educação dos filhos e garantindo a sua realização profissional e a sua participação na vida cívica do país.

2. As mulheres trabalhadoras têm direito a um período de dispensa do trabalho, antes e depois do parto, sem perda da retribuição e de quaisquer regalias.

ARTIGO 69.º

(Infância)

1. As crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral.

2. As crianças, particularmente os órfãos e os abandonados, têm direito a especial protecção da sociedade e do Estado, contra todas as formas de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo de autoridade na família e nas demais instituições.

ARTIGO 70.º

(Juventude)

1. Os jovens, sobretudo os jovens trabalhadores, gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente:

- a) Acesso ao ensino, à cultura e ao trabalho;
- b) Formação e promoção profissional;
- c) Educação física, desporto e aproveitamento dos tempos livres.

2. A política de juventude deverá ter como objectivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade.

3. O Estado, em colaboração com as escolas, as empresas, as organizações populares de base e as colectividades de cultura e recreio, fomentará e auxiliará as organizações juvenis na prossecução daqueles objectivos, bem como todas as formas de intercâmbio internacional da juventude.

ARTIGO 71.º

(Deficientes)

1. Os cidadãos física ou mentalmente deficientes gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados.

2. O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos deficientes, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores.

ARTIGO 72.º

(Terceira idade)

1. O Estado promoverá uma política da terceira idade que garanta a segurança económica das pessoas idosas.

2. A política da terceira idade deverá ainda proporcionar condições de habitação e convívio familiar e comunitário que evitem e superem o isolamento ou marginalização social das pessoas idosas e lhes ofereçam as oportunidades de criarem e desenvolverem formas de realização pessoal através de uma participação activa na vida da comunidade.

CAPÍTULO IV

Direitos e deveres culturais

ARTIGO 73.º

(Educação e cultura)

1. Todos têm direito à educação e à cultura.

2. O Estado promoverá a democratização da educação e as condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, con-

tribua para o desenvolvimento da personalidade e para o progresso da sociedade democrática e socialista.

3. O Estado promoverá a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos, em especial dos trabalhadores, à fruição e criação cultural, através de organizações populares de base, colectividades de cultura e recreio, meios de comunicação social e outros meios adequados.

ARTIGO 74.º

(Ensino)

1. O Estado reconhece e garante a todos os cidadãos o direito ao ensino e à igualdade de oportunidades na formação escolar.

2. O Estado deve modificar o ensino de modo a superar a sua função conservadora da divisão social do trabalho.

3. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado:

- a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;
- b) Criar um sistema público de educação pré-escolar;
- c) Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo;
- d) Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística;
- e) Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino;
- f) Estabelecer a ligação do ensino com as actividades produtivas e sociais;
- g) Estimular a formação de quadros científicos e técnicos originários das classes trabalhadoras.

ARTIGO 75.º

(Ensino público e particular)

1. O Estado criará uma rede de estabelecimentos oficiais de ensino que cubra as necessidades de toda a população.

2. O Estado fiscaliza o ensino particular supletivo do ensino público.

ARTIGO 76.º

(Acesso à Universidade)

O acesso à Universidade deve ter em conta as necessidades do país em quadros qualificados e estimular e favorecer a entrada dos trabalhadores e dos filhos das classes trabalhadoras.

ARTIGO 77.º

(Criação e Investigação científicas)

1. A criação e a investigação científicas são incentivadas e protegidas pelo Estado.

2. A política científica e tecnológica tem por finalidade o fomento da investigação fundamental e da investigação aplicada, com preferência pelos domí-

nios que interessem ao desenvolvimento do país, tendo em vista a progressiva libertação de dependências externas, no âmbito da cooperação e do intercâmbio com todos os povos.

ARTIGO 78.º

(Património cultural)

O Estado tem a obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português.

ARTIGO 79.º

(Cultura física e desporto)

O Estado reconhece o direito dos cidadãos à cultura física e ao desporto, como meios de valorização humana, incumbindo-lhe promover, estimular e orientar a sua prática e difusão.

PARTE II

Organização económica

TÍTULO I

Princípios gerais

ARTIGO 80.º

(Fundamento da organização económico-social)

A organização económico-social da República Portuguesa assenta no desenvolvimento das relações de produção socialistas, mediante a apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais, e o exercício do poder democrático das classes trabalhadoras.

ARTIGO 81.º

(Incumbências prioritárias do Estado)

Incumbe prioritariamente ao Estado:

- a) Promover o aumento do bem-estar social e económico do povo, em especial das classes mais desfavorecidas;
- b) Estabilizar a conjuntura e assegurar a plena utilização das forças produtivas;
- c) Promover a igualdade entre os cidadãos, através da transformação das estruturas económico-sociais;
- d) Operar as necessárias correcções das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento;
- e) Orientar o desenvolvimento económico e social no sentido de um crescimento equilibrado de todos os sectores e regiões;
- f) Desenvolver as relações económicas com todos os povos, salvaguardando sempre a independência nacional e os interesses dos portugueses e da economia do país;

- g) Eliminar e impedir a formação de monopólios privados, através de nacionalizações ou de outras formas, bem como reprimir os abusos do poder económico e todas as práticas lesivas do interesse geral;
- h) Realizar a reforma agrária;
- i) Eliminar progressivamente as diferenças sociais e económicas entre a cidade e o campo;
- j) Assegurar a equilibrada concorrência entre as empresas, fixando a lei a protecção às pequenas e médias empresas económica e socialmente viáveis;
- l) Criar as estruturas jurídicas e técnicas necessárias à instauração de um sistema de planeamento democrático da economia;
- m) Proteger o consumidor, designadamente através do apoio à criação de cooperativas e de associações de consumidores;
- n) Impulsionar o desenvolvimento das relações de produção socialistas;
- o) Estimular a participação das classes trabalhadoras e das suas organizações na definição, controlo e execução de todas as grandes medidas económicas e sociais.

ARTIGO 82.º

(Intervenção, nacionalização e socialização)

1. A lei determinará os meios e as formas de intervenção e de nacionalização e socialização dos meios de produção, bem como os critérios de fixação de indemnizações.

2. A lei pode determinar que as expropriações de latifundiários e de grandes proprietários e empresários ou accionistas não dêem lugar a qualquer indemnização.

ARTIGO 83.º

(Nacionalizações efectuadas depois de 25 de Abril de 1974)

1. Todas as nacionalizações efectuadas depois de 25 de Abril de 1974 são conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras.

2. As pequenas e médias empresas indirectamente nacionalizadas, fora dos sectores básicos da economia, poderão, a título excepcional, ser integradas no sector privado, desde que os trabalhadores não optem pelo regime de autogestão ou de cooperativa.

ARTIGO 84.º

(Cooperativismo)

1. O Estado deve fomentar a criação e a actividade de cooperativas, designadamente de produção, de comercialização e de consumo.

2. Sem prejuízo do seu enquadramento no Plano, e desde que observados os princípios cooperativos, não haverá restrições à constituição de cooperativas, as quais podem livremente agrupar-se em uniões, federações e confederações.

3. A constituição e o funcionamento das cooperativas não dependem de qualquer autorização.

4. A lei definirá os benefícios fiscais e financeiros das cooperativas, bem como condições mais favoráveis à obtenção de crédito e auxílio técnico.

ARTIGO 85.º

(Iniciativa privada)

1. Nos quadros definidos pela Constituição, pela lei e pelo Plano pode exercer-se livremente a iniciativa económica privada enquanto instrumento do progresso colectivo.

2. A lei definirá os sectores básicos nos quais é vedada a actividade às empresas privadas e a outras entidades da mesma natureza.

3. O Estado fiscalizará o respeito da Constituição, da lei e do Plano pelas empresas privadas, podendo intervir na sua gestão para assegurar o interesse geral e os direitos dos trabalhadores, em termos a definir pela lei.

ARTIGO 86.º

(Actividade económica e investimentos estrangeiros)

A lei disciplinará a actividade económica e os investimentos por parte de pessoas singulares ou colectivas estrangeiras, a fim de garantir a sua contribuição para o desenvolvimento do país, de acordo com o Plano, e defender a independência nacional e os interesses dos trabalhadores.

ARTIGO 87.º

(Meios de produção em abandono)

1. Os meios de produção em abandono podem ser expropriados em condições a fixar pela lei, que terá em devida conta a situação específica da propriedade dos trabalhadores emigrantes.

2. No caso de abandono injustificado, a expropriação não confere direito a indemnização.

ARTIGO 88.º

(Actividades delituosas contra a economia nacional)

1. As actividades delituosas contra a economia nacional serão definidas por lei e objecto de sanções adequadas à sua gravidade.

2. As sanções poderão incluir, como efeito da pena, a perda dos bens, directa ou indirectamente obtidos com a actividade criminosa, e sem que ao infractor caiba qualquer indemnização.

TÍTULO II

Estruturas da propriedade dos meios de produção

ARTIGO 89.º

(Sectores de propriedade dos meios de produção)

1. Na fase de transição para o socialismo, haverá três sectores de propriedade dos meios de produção, dos solos e dos recursos naturais, definidos em função da sua titularidade e do modo social de gestão.

2. O sector público é constituído pelos bens e unidades de produção colectivizados sob os seguintes modos sociais de gestão:

- a) Bens e unidades de produção geridos pelo Estado e por outras pessoas colectivas públicas;
- b) Bens e unidades de produção com posse útil e gestão dos colectivos de trabalhadores;
- c) Bens comunitários com posse útil e gestão das comunidades locais.

3. O sector cooperativo é constituído pelos bens e unidades de produção possuídos e geridos pelos cooperadores, em obediência aos princípios cooperativos.

4. O sector privado é constituído pelos bens e unidades de produção não compreendidos nos números anteriores.

ARTIGO 90.º

(Desenvolvimento da propriedade social)

1. Constituem a base do desenvolvimento da propriedade social, que tenderá a ser predominante, os bens e unidades de produção com posse útil e gestão dos colectivos de trabalhadores, os bens comunitários com posse útil e gestão das comunidades locais e o sector cooperativo.

2. São condições do desenvolvimento da propriedade social as nacionalizações, o plano democrático, o controlo de gestão e o poder democrático dos trabalhadores.

3. As unidades de produção geridas pelo Estado e outras pessoas colectivas públicas devem evoluir, na medida do possível, para formas autogestionárias.

TÍTULO III

Plano

ARTIGO 91.º

(Objectivos do Plano)

1. Para a construção de uma economia socialista, através da transformação das relações de produção e de acumulação capitalistas, a organização económica e social do país deve ser orientada, coordenada e disciplinada pelo Plano.

2. O Plano deve garantir o desenvolvimento harmonioso dos sectores e regiões, a eficiente utilização das forças produtivas, a justa repartição individual e regional do produto nacional, a coordenação da política económica com a política social, educacional e cultural, a preservação do equilíbrio ecológico, a defesa do ambiente e a qualidade de vida do povo português.

ARTIGO 92.º

(Força jurídica)

1. O Plano tem carácter imperativo para o sector público estadual e é obrigatório, por força de contratos-programa, para outras actividades de interesse público.

2. O Plano define ainda o enquadramento a que hão-de submeter-se as empresas dos outros sectores.

ARTIGO 93.º

(Estrutura)

A estrutura do Plano compreende, nomeadamente:

- a) Plano a longo prazo, que define os grandes objectivos da economia portuguesa e os meios para os atingir;
- b) Plano a médio prazo, cujo período de vigência deve ser o da legislatura e que contém os programas de acção globais, sectoriais e regionais para esse período;
- c) Plano anual, que constitui a base fundamental da actividade do Governo e deve integrar o orçamento do Estado para esse período.

ARTIGO 94.º

(Elaboração e execução)

1. Compete à Assembleia da República aprovar as grandes opções correspondentes a cada Plano e apreciar os respectivos relatórios de execução.

2. A elaboração do Plano é coordenada por um Conselho Nacional do Plano e nela devem participar as populações, através das autarquias e comunidades locais, as organizações das classes trabalhadoras e entidades representativas de actividades económicas.

3. O implemento do Plano deve ser descentralizado, regional e sectorialmente, sem prejuízo da coordenação central, que compete, em última instância, ao Governo.

ARTIGO 95.º

(Regiões Plano)

1. O país será dividido em regiões Plano com base nas potencialidades e nas características geográficas, naturais, sociais e humanas do território nacional, com vista ao seu equilibrado desenvolvimento e tendo em conta as carências e os interesses das populações.

2. A lei determina as regiões Plano e define o esquema dos órgãos de planificação regional que as integram.

TÍTULO IV

Reforma agrária

ARTIGO 96.º

(Objectivos da reforma agrária)

A reforma agrária é um dos instrumentos fundamentais para a construção da sociedade socialista e tem como objectivos:

- a) Promover a melhoria da situação económica, social e cultural dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores pela transformação das estruturas fundiárias e pela transferência progressiva da posse útil da terra e dos meios de produção directamente utilizados na sua exploração para aqueles que a trabalham, como primeiro passo para a criação de novas relações de produção na agricultura;
- b) Aumentar a produção e a produtividade da agricultura, dotando-a das infra-estruturas

e dos meios humanos, técnicos e financeiros adequados, tendentes a assegurar o melhor abastecimento do país, bem como o incremento da exportação;

- c) Criar as condições necessárias para atingir a igualdade efectiva dos que trabalham na agricultura com os demais trabalhadores e evitar que o sector agrícola seja desfavorecido nas relações de troca com os outros sectores.

ARTIGO 97.º

(Eliminação dos latifúndios)

1. A transferência da posse útil da terra e dos meios de produção directamente utilizados na sua exploração para aqueles que a trabalham será obtida através da expropriação dos latifúndios e das grandes explorações capitalistas.

2. As propriedades expropriadas serão entregues, para exploração, a pequenos agricultores, a cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores ou a outras unidades de exploração colectiva por trabalhadores.

3. As operações previstas neste artigo efectuem-se nos termos que a lei da reforma agrária definir e segundo o esquema de acção do Plano.

ARTIGO 98.º

(Minifúndios)

Sem prejuízo do direito de propriedade, a reforma agrária procurará nas regiões minifundiárias obter um adequado redimensionamento das explorações, mediante recurso preferencial à integração cooperativa das diversas unidades ou ainda, sempre que necessário, ao seu emparcelamento ou arrendamento por mediação do organismo coordenador da reforma agrária.

ARTIGO 99.º

(Pequenos e médios agricultores)

1. A reforma agrária efectua-se com garantia da propriedade da terra dos pequenos e médios agricultores enquanto instrumento ou resultado do seu trabalho e salvaguardando os interesses dos emigrantes e dos que não tenham outro modo de subsistência.

2. A lei determina os critérios de fixação dos limites máximos das unidades de exploração agrícola privada.

ARTIGO 100.º

(Cooperativas e outras formas de exploração colectiva)

A realização dos objectivos da reforma agrária implica a constituição por parte dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores, com o apoio do Estado, de cooperativas de produção, de compra, de venda, de transformação e de serviços e ainda de outras formas de exploração colectiva por trabalhadores.

ARTIGO 101.º

(Formas de exploração de terra alheia)

1. Os regimes de arrendamento e de outras formas de exploração de terra alheia serão regulados por

lei de modo a garantir a estabilidade e os legítimos interesses do cultivador.

2. Serão extintos os regimes de aforamento e colónia e criadas condições aos cultivadores para a efectiva abolição do regime da parceria agrícola.

ARTIGO 102.º

(Auxílio do Estado)

1. Os pequenos e médios agricultores, individualmente ou agrupados em cooperativas, as cooperativas de trabalhadores agrícolas e as outras formas de exploração colectiva por trabalhadores têm direito ao auxílio do Estado.

2. O auxílio do Estado, segundo os esquemas da reforma agrária e do Plano, compreende, nomeadamente:

- a) Concessão de crédito e assistência técnica;
- b) Apoio de empresas públicas e de cooperativas de comercialização a montante e a jusante da produção;
- c) Socialização dos riscos resultantes dos acidentes climáticos e fitopatológicos imprevisíveis ou incontroláveis.

ARTIGO 103.º

(Ordenamento, reconversão agrária e preços)

O Estado promoverá uma política de ordenamento e de reconversão agrária, de acordo com os condicionamentos ecológicos e sociais do país, e assegurará o escoamento dos produtos agrícolas no âmbito da orientação definida para as políticas agrícola e alimentar, fixando no início de cada campanha os respectivos preços de garantia.

ARTIGO 104.º

(Participação na reforma agrária)

Na definição e execução da reforma agrária, nomeadamente nos organismos por ela criados, deve ser assegurada a participação dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores, através das suas organizações próprias, bem como das cooperativas e outras formas de exploração colectiva por trabalhadores.

TÍTULO V

Sistema financeiro e fiscal

ARTIGO 105.º

(Sistema financeiro e monetário)

1. O sistema financeiro será estruturado por lei, de forma a garantir a captação e a segurança das poupanças, bem como a aplicação de meios financeiros necessários à expansão das forças produtivas, com vista à progressiva e efectiva socialização da economia.

2. O Banco de Portugal, como banco central, tem o exclusivo da emissão de moeda e, de acordo com o Plano e as directivas do Governo, colabora na execução das políticas monetária e financeira.

ARTIGO 106.º

(Sistema fiscal)

1. O sistema fiscal será estruturado por lei, com vista à repartição igualitária da riqueza e dos rendimentos e à satisfação das necessidades financeiras do Estado.

2. Os impostos são criados por lei, que determina a incidência, a taxa, os benefícios fiscais e as garantias dos contribuintes.

3. Ninguém pode ser obrigado a pagar impostos que não tenham sido criados nos termos da Constituição e cuja liquidação e cobrança se não façam nas formas prescritas na lei.

ARTIGO 107.º

(Impostos)

1. O imposto sobre o rendimento pessoal visará a diminuição das desigualdades, será único e progressivo, tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar, e tenderá a limitar os rendimentos a um máximo nacional, definido anualmente pela lei.

2. A tributação das empresas incidirá fundamentalmente sobre o seu rendimento real.

3. O imposto sobre sucessões e doações será progressivo, de forma a contribuir para a igualdade entre os cidadãos, e tomará em conta a transmissão por herança dos frutos do trabalho.

4. A tributação do consumo visará adaptar a estrutura do consumo às necessidades da socialização da economia, isentando-se dela os bens necessários à subsistência dos mais desfavorecidos e suas famílias e onerando-se os consumos de luxo.

ARTIGO 108.º

(Orçamento)

1. A lei do orçamento, a votar anualmente pela Assembleia da República, conterá:

- a) A discriminação das receitas e a das despesas na parte respeitante às dotações globais correspondentes às funções e aos Ministérios e Secretarias de Estado;
- b) As linhas fundamentais de organização do orçamento da segurança social.

2. O Orçamento Geral do Estado será elaborado pelo Governo, de harmonia com a lei do orçamento e o Plano e tendo em conta as obrigações decorrentes de lei ou de contrato.

3. O Orçamento será unitário e especificará as despesas, de modo a evitar a existência de dotações ou fundos secretos.

4. O Orçamento deverá prever as receitas necessárias para cobrir as despesas, definindo a lei as regras de elaboração e execução e o período de vigência do Orçamento, bem como as condições de recurso ao crédito público.

5. A execução do Orçamento será fiscalizada pelo Tribunal de Contas e pela Assembleia da República, que, precedendo parecer daquele tribunal, apreciará e aprovará a Conta Geral do Estado, incluindo a da segurança social.

TÍTULO VI

Circuitos comerciais

ARTIGO 109.º

(Preços e circuitos de distribuição)

1. O Estado intervém na formação e no controlo dos preços, incumbindo-lhe racionalizar os circuitos de distribuição e eliminar os desnecessários.

2. É proibida a publicidade dolosa.

ARTIGO 110.º

(Comércio externo)

Para desenvolver e diversificar as relações comerciais externas e salvaguardar a independência nacional, incumbe ao Estado:

- a) Promover o controlo das operações de comércio externo, nomeadamente criando empresas públicas ou outros tipos de empresas;
- b) Disciplinar e vigiar a qualidade e os preços das mercadorias importadas e exportadas.

PARTE III

Organização do poder político

TÍTULO I

Princípios gerais

ARTIGO 111.º

(Titularidade e exercício do poder)

O poder político pertence ao povo e é exercido nos termos da Constituição.

ARTIGO 112.º

(Participação política dos cidadãos)

A participação directa e activa dos cidadãos na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático.

ARTIGO 113.º

(Órgãos de soberania)

1. São órgãos de soberania o Presidente da República, o Conselho da Revolução, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais.

2. A formação, a composição, a competência e o funcionamento dos órgãos de soberania são os definidos na Constituição.

ARTIGO 114.º

(Separação e interdependência)

1. Os órgãos de soberania devem observar a separação e a interdependência estabelecidas na Constituição.

2. Nenhum órgão de soberania, de região autónoma ou de poder local pode delegar os seus poderes noutros órgãos, a não ser nos casos e nos termos expressamente previstos na Constituição e na lei.

ARTIGO 115.º

(Conformidade dos actos com a Constituição)

A validade das leis e dos demais actos do Estado, das regiões autónomas e do poder local depende da sua conformidade com a Constituição.

ARTIGO 116.º

(Princípios gerais de direito eleitoral)

1. O sufrágio directo, secreto e periódico constitui a regra geral de designação dos titulares dos órgãos electivos da soberania, das regiões autónomas e do poder local.

2. O recenseamento eleitoral é oficioso, obrigatório e único para todas as eleições por sufrágio directo e universal.

3. As campanhas eleitorais regem-se pelos seguintes princípios:

- a) Liberdade de propaganda;
- b) Igualdade de oportunidades e de tratamento das diversas candidaturas;
- c) Imparcialidade das entidades públicas perante as candidaturas;
- d) Fiscalização das contas eleitorais.

4. Os cidadãos têm o dever de colaborar com a administração eleitoral, nas formas previstas na lei.

5. A conversão dos votos em mandatos far-se-á de harmonia com o princípio da representação proporcional.

6. O julgamento da validade dos actos eleitorais compete aos tribunais.

ARTIGO 117.º

(Partidos políticos e direito de oposição)

1. Os partidos políticos participam nos órgãos baseados no sufrágio universal e directo, de acordo com a sua representatividade democrática.

2. É reconhecido às minorias o direito de oposição democrática, nos termos da Constituição.

ARTIGO 118.º

(Organizações populares de base)

As organizações populares de base, formadas nos termos da Constituição, têm o direito de participar, segundo as formas previstas na lei, no exercício do poder local.

ARTIGO 119.º

(Órgãos colegiais)

1. As reuniões das assembleias que funcionem como órgãos de soberania, das regiões autónomas ou do poder local são públicas, excepto nos casos previstos na lei.

2. Salvo quando a Constituição ou a lei exijam maioria qualificada, as deliberações dos órgãos colegiais são tomadas à pluralidade de votos, estando presente a maioria do número legal dos seus membros.

ARTIGO 120.º

(Responsabilidade dos titulares de cargos políticos)

1. Os titulares de cargos políticos respondem política, civil e criminalmente pelos actos e omissões que pratiquem no exercício das suas funções.

2. A lei determina os crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos, bem como as sanções aplicáveis e os respectivos efeitos.

ARTIGO 121.º

(Princípio da renovação)

Ninguém pode exercer a título vitalício qualquer cargo político de âmbito nacional, regional ou local.

ARTIGO 122.º

(Publicidade dos actos)

1. Os actos de eficácia externa dos órgãos de soberania, das regiões autónomas e do poder local carecem de publicidade.

2. São publicados no jornal oficial, *Diário da República*:

- a) As leis constitucionais;
- b) As convenções internacionais;
- c) Os decretos do Presidente da República;
- d) Os decretos e resoluções do Conselho da Revolução;
- e) As leis e resoluções da Assembleia da República;
- f) Os decretos e regulamentos do Governo;
- g) As decisões dos tribunais a que a Constituição ou a lei confirmam força obrigatória geral;
- h) Os decretos das regiões autónomas.

3. A lei determina as formas de publicidade dos demais actos.

4. A falta de publicidade implica a inexistência jurídica do acto.

TÍTULO II

Presidente da República

CAPÍTULO I

Estatuto e eleição

ARTIGO 123.º

(Definição)

O Presidente da República representa a República Portuguesa e desempenha, por inerência, as funções de Presidente do Conselho da Revolução e de Comandante Supremo das Forças Armadas.

ARTIGO 124.º

(Eleição)

1. O Presidente da República é eleito por sufrágio universal, directo e secreto dos cidadãos portugueses eleitores, recenseados no território nacional.

2. O direito de voto é exercido presencialmente no território nacional.

ARTIGO 125.º

(Elegibilidade)

São elegíveis os cidadãos eleitores, portugueses de origem, maiores de 35 anos.

ARTIGO 126.º

(Reelegibilidade)

1. Não é admitida a reeleição para um terceiro mandato consecutivo, nem durante o quinquénio imediatamente subsequente ao termo do segundo mandato consecutivo.

2. Se o Presidente da República renunciar ao cargo no prazo de trinta dias após eleições para a Assembleia da República, efectuadas em consequência de dissolução desta, não poderá candidatar-se na eleição imediata.

ARTIGO 127.º

(Candidaturas)

1. As candidaturas para Presidente da República são propostas por um mínimo de 7500 e um máximo de 15 000 cidadãos eleitores.

2. As candidaturas devem ser apresentadas até trinta dias antes da data marcada para a eleição, perante o Supremo Tribunal de Justiça.

3. Em caso de morte de qualquer candidato, será reaberto o processo eleitoral, nos termos a definir por lei.

ARTIGO 128.º

(Data da eleição)

1. O Presidente da República será eleito até trinta dias antes do termo do mandato do seu antecessor ou nos sessenta dias posteriores à vagatura do cargo.

2. A eleição não poderá efectuar-se nos sessenta dias anteriores ou posteriores à data das eleições para a Assembleia da República, sendo prolongado o mandato do Presidente cessante pelo período necessário.

3. Durante o prolongamento previsto no número anterior é vedada a dissolução da Assembleia da República, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 198.º

ARTIGO 129.º

(Sistema eleitoral)

1. Será eleito Presidente da República o candidato que obtiver mais de metade dos votos validamente expressos.

2. Se nenhum dos candidatos obtiver esse número de votos, proceder-se-á a segundo sufrágio até ao vigésimo primeiro dia subsequente à primeira votação.

3. A este sufrágio concorrerão apenas os dois candidatos mais votados que não tenham retirado a candidatura.

ARTIGO 130.º

(Posse e juramento)

1. O Presidente eleito toma posse perante a Assembleia da República ou, no caso de esta se encontrar dissolvida, perante o Supremo Tribunal de Justiça.

2. A posse efectua-se no último dia do mandato do Presidente cessante ou, no caso de eleição por vagatura, no oitavo dia subsequente ao da publicação dos resultados eleitorais.

3. No acto de posse o Presidente da República eleito prestará a seguinte declaração de compromisso:

Juro por minha honra desempenhar fielmente as funções em que fico investido e defender e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa.

ARTIGO 131.º

(Mandato)

1. O mandato do Presidente da República tem a duração de cinco anos e termina com a posse do novo Presidente eleito.

2. Em caso de vagatura, o Presidente da República a eleger inicia um novo mandato.

ARTIGO 132.º

(Ausência do território nacional)

1. O Presidente da República não pode ausentar-se do território nacional sem autorização do Conselho da Revolução e o assentimento da Assembleia da República, se esta estiver em funcionamento.

2. O assentimento da Assembleia da República é dispensado nos casos de passagem, em trânsito, ou de viagens sem carácter oficial de duração não superior a dez dias.

3. A inobservância do disposto no n.º 1 envolve, de pleno direito, a perda do cargo.

ARTIGO 133.º

(Responsabilidade criminal)

1. Por crimes praticados no exercício das suas funções, o Presidente da República responde perante o Supremo Tribunal de Justiça.

2. Ao Conselho da Revolução cabe a iniciativa do processo, que, todavia, só seguirá os seus termos obtida deliberação favorável da Assembleia da República, aprovada por maioria de dois terços dos Deputados em efectividade de funções.

3. A condenação implica a destituição do cargo.

4. Por crimes estranhos ao exercício das suas funções o Presidente da República responde depois de findo o mandato.

ARTIGO 134.º

(Renúncia ao mandato)

1. O Presidente da República pode renunciar ao mandato em mensagem dirigida ao Conselho da Revolução e à Assembleia da República.

2. A renúncia torna-se efectiva com a publicação da mensagem no *Diário da República*

ARTIGO 135.º

(Substituição Interina)

1. Durante a ausência ou o impedimento temporário do Presidente da República, bem como durante a vagatura do cargo até tomar posse o novo Presi-

dente eleito, assumirá as funções o Presidente da Assembleia da República ou, no caso de esta se encontrar dissolvida, o membro do Conselho da Revolução que este designar.

2. Enquanto exercer interinamente as funções de Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República não poderá exercer o seu mandato de Deputado.

CAPÍTULO II

Competência

ARTIGO 136.º

(Competência quanto ao funcionamento de outros órgãos)

Compete ao Presidente da República, relativamente a outros órgãos:

- a) Presidir ao Conselho da Revolução;
- b) Marcar o dia das eleições dos Deputados, de harmonia com a lei eleitoral;
- c) Convocar extraordinariamente a Assembleia da República;
- d) Dirigir mensagens à Assembleia da República;
- e) Dissolver a Assembleia da República, precedendo parecer favorável do Conselho da Revolução ou, obrigatoriamente, nos casos previstos no n.º 3 do artigo 198.º;
- f) Nomear e exonerar o Primeiro-Ministro, nos termos do artigo 190.º;
- g) Nomear e exonerar os membros do Governo, sob proposta do Primeiro-Ministro;
- h) Presidir ao Conselho de Ministros, quando o Primeiro-Ministro lho solicitar;
- i) Dissolver ou suspender os órgãos das regiões autónomas, ouvido o Conselho da Revolução;
- j) Nomear um dos membros da Comissão Constitucional e o presidente da comissão consultiva para os assuntos das regiões autónomas;
- l) Nomear e exonerar, sob proposta do Governo, o presidente do Tribunal de Contas, o Procurador-Geral da República e os representantes do Estado nas regiões autónomas.

ARTIGO 137.º

(Competência para a prática de actos próprios)

1. Compete ao Presidente da República, na prática de actos próprios:

- a) Exercer o cargo de Comandante Supremo das Forças Armadas;
- b) Promulgar e mandar publicar as leis da Assembleia da República e os decretos-leis e decretos regulamentares do Conselho da Revolução e do Governo, bem como assinar os restantes decretos;
- c) Declarar o estado de sítio ou o estado de emergência, mediante autorização do Conselho da Revolução, em todo ou em parte do território nacional, nos casos de agressão efectiva ou iminente por forças estrangeiras, de grave ameaça ou perturbação da ordem democrática ou de calamidade pública;

- d) Pronunciar-se sobre todas as emergências graves para a vida da República, ouvido o Conselho da Revolução;
- e) Indultar e comutar penas.

2. A falta de promulgação ou de assinatura determina a inexistência jurídica do acto.

3. O estado de sítio ou o estado de emergência não podem prolongar-se para além de trinta dias sem ratificação pela Assembleia da República.

ARTIGO 138.º

(Competência nas relações internacionais)

Compete ao Presidente da República, nas relações internacionais:

- a) Nomear os embaixadores e os enviados extraordinários, sob proposta do Governo, e acreditar os representantes diplomáticos estrangeiros;
- b) Ratificar os tratados internacionais, depois de devidamente aprovados;
- c) Declarar a guerra em caso de agressão efectiva ou iminente e fazer a paz, mediante autorização do Conselho da Revolução.

ARTIGO 139.º

(Promulgação e veto)

1. No prazo de quinze dias, contados da data da recepção de qualquer decreto da Assembleia da República para promulgação como lei ou do termo do prazo previsto no artigo 277.º, se o Conselho da Revolução não se pronunciar pela inconstitucionalidade, pode o Presidente da República, ouvido o Conselho da Revolução e em mensagem fundamentada, exercer o direito de veto, solicitando nova apreciação do diploma.

2. Se a Assembleia da República confirmar o voto pela maioria absoluta do número de Deputados em efectividade de funções, a promulgação não poderá ser recusada.

3. Será, porém, exigida maioria qualificada de dois terços dos Deputados presentes para a confirmação dos decretos que respeitem às seguintes matérias:

- a) Limites entre os sectores da propriedade pública, cooperativa e privada;
- b) Relações externas;
- c) Organização da defesa nacional e definição dos deveres dela decorrentes;
- d) Regulamentação dos actos eleitorais previstos na Constituição.

4. O Presidente da República exerce ainda o direito de veto nos termos dos artigos 277.º e 278.º

ARTIGO 140.º

(Actos do Presidente interino)

O Presidente da República interino não pode praticar qualquer dos actos previstos nas alíneas b), c), f) e i) do artigo 136.º, a) do n.º 1 do artigo 137.º e a) do artigo 138.º sem deliberação favorável do Conselho da Revolução.

ARTIGO 141.º

(Referenda ministerial)

1. Carecem de referenda do Governo os actos do Presidente da República praticados ao abrigo das alíneas g), i) e l) do artigo 136.º, b), c) e e) do n.º 1 do artigo 137.º e a), b) e c) do artigo 138.º

2. A promulgação dos actos do Conselho da Revolução previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 137.º só carece de referenda quando envolvam aumento de despesa ou diminuição de receita.

3. A falta de referenda determina a inexistência jurídica do acto.

TÍTULO III

Conselho da Revolução

CAPÍTULO I

Função e estrutura

ARTIGO 142.º

(Definição)

O Conselho da Revolução tem funções de Conselho do Presidente da República e de garante do regular funcionamento das instituições democráticas, de garante do cumprimento da Constituição e da fidelidade ao espírito da Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974 e de órgão político e legislativo em matéria militar.

ARTIGO 143.º

(Composição)

1. Compõem o Conselho da Revolução:

- a) O Presidente da República;
- b) O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e o Vice-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, quando exista;
- c) Os Chefes de Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas;
- d) O Primeiro-Ministro, quando seja militar;
- e) Catorze oficiais, sendo oito do Exército, três da Força Aérea e três da Armada, designados pelos respectivos ramos das Forças Armadas.

2. Em caso de morte, renúncia ou impedimento permanente, verificado pelo próprio Conselho, de algum dos membros referidos na alínea e) do número anterior, será a vaga preenchida por designação do respectivo ramo das Forças Armadas.

ARTIGO 144.º

(Organização e funcionamento)

1. Compete ao Conselho da Revolução regular a sua organização e o seu funcionamento e elaborar o regimento interno.

2. O Conselho da Revolução funciona em regime de permanência.

3. A competência do Conselho da Revolução não pode ser objecto de delegação total nem irrevogável em qualquer dos seus membros.

CAPÍTULO II

Competência

ARTIGO 145.º

(Competência como Conselho do Presidente da República e como garante do regular funcionamento das instituições democráticas)

Na qualidade de Conselho do Presidente da República e de garante do regular funcionamento das instituições democráticas, compete ao Conselho da Revolução:

- a) Aconselhar o Presidente da República no exercício das suas funções;
- b) Autorizar o Presidente da República a declarar a guerra e a fazer a paz;
- c) Autorizar o Presidente da República a declarar o estado de sítio ou o estado de emergência em todo ou em parte do território nacional;
- d) Autorizar o Presidente da República a ausentar-se do território nacional;
- e) Declarar a impossibilidade física permanente do Presidente da República e verificar os impedimentos temporários do exercício das suas funções.

ARTIGO 146.º

(Competência como garante do cumprimento da Constituição)

Na qualidade de garante do cumprimento da Constituição, compete ao Conselho da Revolução:

- a) Pronunciar-se, por iniciativa própria ou a solicitação do Presidente da República, sobre a constitucionalidade de quaisquer diplomas, antes de serem promulgados ou assinados;
- b) Velar pela emissão das medidas necessárias ao cumprimento das normas constitucionais, podendo para o efeito formular recomendações;
- c) Apreciar a constitucionalidade de quaisquer diplomas publicados e declarar a inconstitucionalidade com força obrigatória geral, nos termos do artigo 281.º

ARTIGO 147.º

(Competência como garante da fidelidade ao espírito da Revolução Portuguesa)

Na qualidade de garante da fidelidade ao espírito da Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974, compete ao Conselho da Revolução:

- a) Pronunciar-se junto do Presidente da República sobre a nomeação e a exoneração do Primeiro-Ministro;
- b) Pronunciar-se junto do Presidente da República sobre o exercício do direito de veto suspensivo nos termos do disposto no artigo 139.º

ARTIGO 148.º

(Competência em matéria militar)

1. Na qualidade de órgão político e legislativo em matéria militar, compete ao Conselho da Revolução:

- a) Fazer leis e regulamentos sobre a organização, o funcionamento e a disciplina das Forças Armadas;
- b) Aprovar os tratados ou acordos internacionais que respeitem a assuntos militares.

2. A competência a que se refere a alínea a) do número anterior é exclusiva do Conselho da Revolução.

ARTIGO 149.º

(Forma e valor dos actos)

1. Revestem a forma de decreto-lei ou de decreto regulamentar, respectivamente, os actos legislativos ou regulamentares do Conselho da Revolução previstos nos artigos 144.º, 148.º e 285.º

2. Revestem a forma de resolução e são publicados, independentemente de promulgação pelo Presidente da República, os demais actos do Conselho da Revolução.

3. Os decretos-leis do Conselho da Revolução têm valor idêntico ao das leis da Assembleia da República ou decretos-leis do Governo e os decretos regulamentares têm valor idêntico aos decretos regulamentares do Governo.

TÍTULO IV**Assembleia da República****CAPÍTULO I****Estatuto e eleição****ARTIGO 150.º**

(Definição)

A Assembleia da República é a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses.

ARTIGO 151.º

(Composição)

A Assembleia da República tem o mínimo de duzentos e quarenta e o máximo de duzentos e cinquenta Deputados, nos termos da lei eleitoral.

ARTIGO 152.º

(Círculos eleitorais)

1. Os Deputados são eleitos pelos círculos eleitorais fixados na lei.

2. O número de Deputados por cada círculo do território nacional é proporcional ao número de cidadãos eleitores nele inscritos.

3. Os Deputados representam todo o país e não os círculos por que são eleitos.

ARTIGO 153.º

(Condições de elegibilidade)

São elegíveis os cidadãos portugueses eleitores, salvas as restrições que a lei eleitoral estabelecer por virtude de incompatibilidades locais ou de exercício de certos cargos.

ARTIGO 154.º

(Candidaturas)

1. As candidaturas são apresentadas, nos termos da lei, pelos partidos políticos, isoladamente ou em coligação, podendo as listas integrar cidadãos não inscritos nos respectivos partidos.

2. Ninguém pode ser candidato por mais de um círculo eleitoral ou figurar em mais de uma lista.

ARTIGO 155.º

(Sistema eleitoral)

1. Os Deputados são eleitos segundo o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt.

2. A lei não pode estabelecer limites à conversão dos votos em mandatos por exigência de uma percentagem de votos nacional mínima.

ARTIGO 156.º

(Vagas e substituição dos Deputados)

O preenchimento das vagas que ocorrerem na Assembleia, bem como a substituição temporária de Deputados por motivo relevante, são regulados pela lei eleitoral.

ARTIGO 157.º

(Incompatibilidades)

1. Os Deputados que sejam funcionários do Estado ou de outras pessoas colectivas públicas não podem exercer as respectivas funções durante o período de funcionamento efectivo da Assembleia.

2. Os Deputados que forem nomeados membros do Governo não podem exercer o mandato até à cessação destas funções, sendo substituídos nos termos do artigo anterior.

ARTIGO 158.º

(Exercício da função de Deputado)

1. Os Deputados não podem ser prejudicados na sua colocação, nos seus benefícios sociais ou no seu emprego permanente por virtude do desempenho do mandato.

2. A lei regula as condições em que a falta dos Deputados, por causa de reuniões ou missões da Assembleia, a actos ou diligências oficiais a ela estranhos constitui motivo justificado de adiamento destes.

ARTIGO 159.º

(Poderes dos Deputados)

Constituem poderes dos Deputados, além dos que forem consignados no Regimento:

- a) Apresentar projectos de lei ou de resolução e propor de deliberação;

- b) Fazer perguntas ao Governo sobre quaisquer actos deste ou da Administração Pública;
- c) Requerer ao Governo ou aos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato.

ARTIGO 160.º

(Imunidades)

1. Os Deputados não respondem civil, criminal ou disciplinarmente pelos votos e opiniões que emitirem no exercício das suas funções.

2. Nenhum Deputado pode ser detido ou preso sem autorização da Assembleia, salvo por crime punível com pena maior e em flagrante delito.

3. Movido procedimento criminal contra algum Deputado e indiciado este por despacho de pronúncia ou equivalente, salvo no caso de crime punível com pena maior, a Assembleia decidirá se o Deputado deve ou não ser suspenso, para efeito de seguimento do processo.

ARTIGO 161.º

(Direitos e regalias)

1. Os Deputados não podem ser jurados, peritos ou testemunhas sem autorização da Assembleia, durante o período de funcionamento efectivo desta.

2. Os Deputados gozam dos seguintes direitos e regalias:

- a) Adiamento do serviço militar, do serviço cívico ou da mobilização civil;
- b) Livre trânsito e direito a passaporte especial nas suas deslocações oficiais ao estrangeiro;
- c) Cartão especial de identificação;
- d) Subsídios que a lei prescrever.

ARTIGO 162.º

(Deveres)

Constituem deveres dos Deputados:

- a) Comparecer às reuniões do plenário e às das comissões a que pertençam;
- b) Desempenhar os cargos na Assembleia e as funções para que sejam designados, sob proposta dos respectivos grupos parlamentares;
- c) Participar nas votações.

ARTIGO 163.º

(Perda e renúncia do mandato)

1. Perdem o mandato os Deputados que:

- a) Venham a ser feridos por alguma das incapacidades ou incompatibilidades previstas na lei;
- b) Não tomem assento na Assembleia ou excedam o número de faltas estabelecido no Regulamento;
- c) Se inscrevam em partido diverso daquele pelo qual foram apresentados a sufrágio;
- d) Sejam judicialmente condenados por participação em organizações de ideologia fascista.

2. Os Deputados podem renunciar ao mandato, mediante declaração escrita.

CAPÍTULO II

Competência

ARTIGO 164.º

(Competência política e legislativa)

Compete à Assembleia da República:

- a) Aprovar alterações à Constituição, nos termos dos artigos 286.º a 291.º;
- b) Aprovar os estatutos político-administrativos das regiões autónomas;
- c) Aprovar o estatuto do território de Macau;
- d) Fazer leis sobre todas as matérias, salvo as reservadas pela Constituição ao Conselho da Revolução ou ao Governo;
- e) Conferir ao Governo autorizações legislativas;
- f) Conceder amnistias;
- g) Aprovar as leis do Plano e do orçamento;
- h) Autorizar o Governo a realizar empréstimos e outras operações de crédito, que não sejam de dívida flutuante, estabelecendo as respectivas condições gerais;
- i) Definir os limites das águas territoriais e os direitos de Portugal aos fundos marinhos contíguos;
- j) Aprovar os tratados que versem matéria da sua competência legislativa exclusiva, os tratados de participação de Portugal em organizações internacionais, os tratados de amizade, de paz, de defesa e de rectificação de fronteiras e ainda quaisquer outros que o Governo entenda submeter-lhe;
- l) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Constituição e pela lei.

ARTIGO 165.º

(Competência de fiscalização)

Compete à Assembleia da República, no exercício de funções de fiscalização:

- a) Vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e apreciar os actos do Governo e da Administração;
- b) Ratificar a declaração do estado de sítio ou de emergência que exceda trinta dias, sob pena de caducidade no termo deste prazo;
- c) Ratificar os decretos-leis do Governo, salvo os que sejam feitos no exercício da sua competência legislativa exclusiva;
- d) Tomar as contas do Estado e das demais entidades públicas que a lei determinar, as quais serão apresentadas até 31 de Dezembro do ano subsequente, com o relatório do Tribunal de Contas, se estiver elaborado, e os demais elementos necessários à sua apreciação;
- e) Apreciar os relatórios de execução, anuais e final, do Plano, sendo aqueles apresentados conjuntamente com as contas públicas.

ARTIGO 166.º

(Competência em relação a outros órgãos)

Compete à Assembleia da República, em relação a outros órgãos:

- a) Apreciar o programa do Governo;
- b) Votar moções de confiança e de censura ao Governo;
- c) Pronunciar-se sobre a dissolução ou a suspensão dos órgãos das regiões autónomas;
- d) Designar o Provedor de Justiça, um dos membros da Comissão Constitucional e dois dos membros da comissão consultiva para os assuntos das regiões autónomas.

ARTIGO 167.º

(Reserva de competência legislativa)

É da exclusiva competência da Assembleia da República legislar sobre as seguintes matérias:

- a) Aquisição, perda e reaquisição da cidadania portuguesa;
- b) Estado e capacidade das pessoas;
- c) Direitos, liberdades e garantias;
- d) Regimes do estado de sítio e do estado de emergência;
- e) Definição dos crimes, penas e medidas de segurança e processo criminal, salvo o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 148.º;
- f) Eleições dos titulares dos órgãos de soberania, das regiões autónomas e do poder local;
- g) Associações e partidos políticos;
- h) Organização das autarquias locais;
- i) Participação das organizações populares de base no exercício do poder local;
- j) Organização e competência dos tribunais e do Ministério Público e estatuto dos respectivos magistrados, salvo quanto aos tribunais militares, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 218.º;
- l) Organização da defesa nacional e definição dos deveres desta decorrentes;
- m) Regime e âmbito da função pública e responsabilidade civil da Administração;
- n) Bases do sistema de ensino;
- o) Criação de impostos e sistema fiscal;
- p) Definição dos sectores de propriedade dos meios de produção, incluindo a dos sectores básicos nos quais é vedada a actividade às empresas privadas e a outras entidades da mesma natureza;
- q) Meios e formas de intervenção e de nacionalização e socialização dos meios de produção, bem como critérios de fixação de indemnizações;
- r) Bases da reforma agrária, incluindo os critérios de fixação dos limites máximos das unidades de exploração agrícola privada;
- s) Sistema monetário e padrão de pesos e medidas;
- t) Sistema de planeamento, composição do Conselho Nacional do Plano, determinação das regiões-plano e definição do esquema dos órgãos de planificação regional;

u) Remuneração do Presidente da República, dos Deputados, dos membros do Governo e dos juizes dos tribunais superiores.

ARTIGO 168.º

(Autorizações legislativas)

1. A Assembleia da República pode autorizar o Governo a fazer decretos-leis sobre matérias da sua exclusiva competência, devendo definir o objecto e a extensão da autorização, bem como a sua duração, que poderá ser prorrogada.

2. As autorizações legislativas não podem ser utilizadas mais de uma vez, sem prejuízo da sua execução parcelada.

3. As autorizações caducam com a exoneração do Governo a que foram concedidas, com o termo da legislatura ou com a dissolução da Assembleia da República.

ARTIGO 169.º

(Forma dos actos)

1. Revestem a forma de lei constitucional os actos previstos na alínea a) do artigo 164.º

2. Revestem a forma de lei os actos previstos nas alíneas b) a j) do artigo 164.º e na alínea b) do artigo 165.º

3. Revestem a forma de moção os actos previstos nas alíneas a) e b) do artigo 166.º

4. Revestem a forma de resolução os demais actos da Assembleia da República.

5. As resoluções, salvo as de aprovação de tratados internacionais, são publicadas independentemente de promulgação.

ARTIGO 170.º

(Iniciativa legislativa)

1. A iniciativa da lei compete aos Deputados e ao Governo, bem como, no respeitante às regiões autónomas, às respectivas assembleias regionais.

2. Os Deputados não podem apresentar projectos de lei ou propostas de alteração que envolvam aumento das despesas ou diminuição das receitas do Estado previstas na lei do orçamento.

3. Os projectos e as propostas de lei definitivamente rejeitados não podem ser renovados na mesma sessão legislativa, salvo nova eleição da Assembleia da República.

4. Os projectos e as propostas de lei não votados na sessão legislativa em que foram apresentados não carecem de ser renovados nas sessões legislativas seguintes, salvo termo de legislatura, dissolução da Assembleia e, quanto às propostas de lei, exoneração do Governo.

ARTIGO 171.º

(Discussão e votação)

1. A discussão dos projectos e propostas de lei compreende um debate na generalidade e outro na especialidade.

2. Se a Assembleia assim o deliberar, os textos aprovados na generalidade serão votados na especialidade pelas comissões, sem prejuízo do poder de avocação pela Assembleia e do voto final desta para aprovação global.

3. São obrigatoriamente votadas na especialidade as leis sobre as matérias abrangidas nas alíneas a), d), g), h) e i) do artigo 167.º

ARTIGO 172.º

(Ratificação de decretos-leis)

1. No caso de decretos-leis publicados pelo Governo durante o funcionamento da Assembleia da República, considerar-se-á concedida a ratificação se, nas primeiras quinze reuniões posteriores à publicação do diploma, cinco Deputados, pelo menos, não requererem a sua sujeição a ratificação.

2. No caso de decretos-leis publicados pelo Governo fora do funcionamento da Assembleia da República ou no uso de autorizações legislativas, considerar-se-á concedida a ratificação se, nas primeiras cinco reuniões posteriores à publicação do diploma, vinte Deputados, pelo menos, não requererem a sua sujeição a ratificação.

3. A ratificação pode ser concedida com emendas e, neste caso, o decreto-lei ficará alterado nos termos da lei que a Assembleia votar.

4. Se a ratificação for recusada, o decreto-lei deixará de vigorar desde o dia em que a resolução for publicada no *Diário da República*.

ARTIGO 173.º

(Processo de urgência)

A Assembleia da República pode, por iniciativa de qualquer Deputado ou do Governo, declarar a urgência do processamento de qualquer projecto ou proposta de lei ou de resolução, bem como da apreciação de decreto-lei cujo exame lhe seja recomendado pela Comissão Permanente.

CAPÍTULO III

Organização e funcionamento

ARTIGO 174.º

(Legislatura)

1. A legislatura tem a duração de quatro anos.
2. No caso de dissolução, a Assembleia então eleita não iniciará nova legislatura.
3. Verificando-se a eleição, por virtude de dissolução, durante o tempo da última sessão legislativa, cabe à Assembleia eleita completar a legislatura em curso e perfazer a seguinte.

ARTIGO 175.º

(Dissolução)

1. O decreto de dissolução da Assembleia da República terá de marcar a data de novas eleições, que se realizarão no prazo de noventa dias, de harmonia com a lei eleitoral vigente ao tempo da dissolução.

2. A Assembleia da República não pode ser dissolvida durante a vigência do estado de sítio ou do estado de emergência.

3. A inobservância do disposto neste artigo determina a inexistência jurídica do decreto de dissolução.

ARTIGO 176.º

(Reunião após as eleições)

1. A Assembleia de República reúne, por direito próprio, no décimo dia posterior ao apuramento dos resultados definitivos das eleições.

2. Recaindo aquela data fora da sessão legislativa, a Assembleia reunir-se-á para efeito do disposto no artigo 178.º

ARTIGO 177.º

(Sessão legislativa e convocação da Assembleia)

1. A sessão legislativa decorre de 15 de Outubro a 15 de Junho, sem prejuízo das suspensões que a Assembleia estabelecer.

2. Fora do período indicado no número anterior, a Assembleia reunir-se-á por iniciativa da Comissão Permanente ou, na impossibilidade desta e em caso de grave emergência, por iniciativa própria.

3. A Assembleia pode ainda ser convocada extraordinariamente pelo Presidente da República para se ocupar de assuntos específicos.

ARTIGO 178.º

(Competência interna da Assembleia)

Compete à Assembleia da República elaborar e aprovar o seu regimento, nos termos da Constituição, eleger o seu Presidente e os demais membros da Mesa e constituir e eleger a Comissão Permanente e as restantes comissões.

ARTIGO 179.º

(Ordem do dia das reuniões plenárias)

1. A ordem do dia é fixada pelo Presidente da Assembleia da República, segundo a prioridade de matérias definida no regimento.

2. O Governo pode solicitar prioridade para assuntos de interesse nacional de resolução urgente.

3. Todos os grupos parlamentares têm direito à determinação da ordem do dia de um certo número de reuniões, segundo critério a estabelecer no regimento, ressalvando-se sempre a posição dos partidos minoritários ou não representados no Governo.

ARTIGO 180.º

(Participação dos membros do Governo nas reuniões plenárias)

1. Os membros do Governo têm direito de comparecer às reuniões plenárias da Assembleia, podendo usar da palavra, nos termos do regimento.

2. Podem ser marcadas, de acordo com o Governo, reuniões em que os seus membros estarão presentes para responder a perguntas e pedidos de esclarecimento dos Deputados, formulados oralmente ou por escrito.

ARTIGO 181.º

(Comissões)

1. A Assembleia da República tem as comissões previstas no regimento e pode constituir comissões

eventuais de inquérito ou para qualquer outro fim determinado.

2. As comissões podem solicitar a participação de membros do Governo nos seus trabalhos.

3. As petições dirigidas à Assembleia são apreciadas pelas comissões, que podem solicitar o depoimento de quaisquer cidadãos.

ARTIGO 182.º

(Comissão Permanente)

1. Nos intervalos ou suspensões das sessões legislativas funcionará a Comissão Permanente da Assembleia da República.

2. Compete à Comissão Permanente:

- a) Acompanhar a actividade do Governo e da Administração;
- b) Exercer os poderes da Assembleia relativamente ao mandato dos Deputados;
- c) Promover a convocação da Assembleia sempre que tal seja necessário;
- d) Preparar a abertura da sessão legislativa;
- e) Recomendar o exame de decretos-leis publicados pelo Governo fora do funcionamento efectivo da Assembleia.

ARTIGO 183.º

(Grupos parlamentares)

1. Os Deputados eleitos por cada partido ou coligação de partidos podem constituir-se em grupo parlamentar.

2. Constituem direitos de cada grupo parlamentar:

- a) Participar nas comissões da Assembleia em função do número dos seus membros, indicando os seus representantes nelas;
- b) Ser ouvido na fixação da ordem do dia;
- c) Provocar, por meio de interpelação ao Governo, a abertura de dois debates em cada sessão legislativa sobre assunto de política geral;
- d) Solicitar à Comissão Permanente que promova a convocação da Assembleia;
- e) Requerer a constituição de comissões parlamentares de inquérito.

3. Cada grupo parlamentar tem direito a dispor de locais de trabalho na sede da Assembleia, bem como de pessoal técnico e administrativo da sua confiança, nos termos que a lei determinar.

ARTIGO 184.º

(Funcionários e especialistas ao serviço da Assembleia)

Os trabalhos da Assembleia e os das suas comissões serão coadjuvados por um corpo permanente de funcionários técnicos e administrativos e por especialistas requisitados ou temporariamente contratados, no número que o Presidente considerar necessário.

TÍTULO V

Governo

CAPÍTULO I

Função e estrutura

ARTIGO 185.º

(Definição)

1. O Governo é o órgão de condução da política geral do país e o órgão superior da administração pública.

2. O Governo define e executa a sua política com respeito pela Constituição, por forma a corresponder aos objectivos da democracia e da construção do socialismo.

ARTIGO 186.º

(Composição)

1. O Governo é constituído pelo Primeiro-Ministro, pelos Ministros e pelos Secretários e Subsecretários de Estado.

2. O Governo pode incluir um ou mais Vice-Primeiros-Ministros.

3. O número, a designação e as atribuições dos Ministérios e Secretarias de Estado, bem como as formas de coordenação entre eles, serão determinados, consoante os casos, pelos decretos de nomeação dos respectivos titulares ou por decreto-lei.

ARTIGO 187.º

(Conselho de Ministros)

1. O Conselho de Ministros é constituído pelo Primeiro-Ministro, pelos Vice-Primeiros-Ministros, se os houver, e pelos Ministros.

2. A lei pode criar Conselhos de Ministros especializados em razão da matéria.

3. Podem ser convocados para participar nas reuniões do Conselho de Ministros os Secretários e Subsecretários de Estado.

ARTIGO 188.º

(Substituição de membros do Governo)

1. Não havendo Vice-Primeiro-Ministro, o Primeiro-Ministro será substituído na sua ausência ou impedimento pelo Ministro que indicar ao Presidente da República ou, na falta de tal indicação, pelo Ministro que for designado pelo Presidente da República, ouvido o Conselho da Revolução.

2. Cada Ministro será substituído na sua ausência ou impedimento pelo Secretário de Estado que indicar ao Primeiro-Ministro ou, na falta de tal indicação, pelo membro do Governo que o Primeiro-Ministro designar.

ARTIGO 189.º

(Cessação de funções)

1. As funções do Primeiro-Ministro cessam com a sua exoneração pelo Presidente da República.

2. As funções de todos os membros do Governo cessam com a exoneração do Primeiro-Ministro.

3. As funções dos Secretários e Subsecretários de Estado cessam com a exoneração do respectivo Ministro.

4. Em caso de demissão, os membros do Governo cessante permanecerão em funções até à posse do novo Governo.

CAPÍTULO II

Formação e responsabilidade

ARTIGO 190.º

(Formação)

1. O Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente da República, ouvidos o Conselho da Revolução e os partidos representados na Assembleia da República e tendo em conta os resultados eleitorais.

2. Os restantes membros do Governo são nomeados pelo Presidente da República, sob proposta do Primeiro-Ministro.

ARTIGO 191.º

(Programa do Governo)

Do programa do Governo constarão as principais medidas políticas e legislativas a adoptar ou a propor ao Presidente da República ou à Assembleia da República para execução da Constituição.

ARTIGO 192.º

(Solidariedade governamental)

Os membros do Governo estão vinculados ao programa do Governo e às deliberações tomadas em Conselho de Ministros.

ARTIGO 193.º

(Responsabilidade política do Governo)

O Governo é politicamente responsável perante o Presidente da República e a Assembleia da República.

ARTIGO 194.º

(Responsabilidade política dos membros do Governo)

1. O Primeiro-Ministro é responsável politicamente perante o Presidente da República e, no âmbito da responsabilidade governamental, perante a Assembleia da República.

2. Os Vice-Primeiros-Ministros e os Ministros são responsáveis politicamente perante o Primeiro-Ministro e, no âmbito da responsabilidade governamental, perante a Assembleia da República.

3. Os Secretários e Subsecretários de Estado são responsáveis politicamente perante o Primeiro-Ministro e o respectivo Ministro.

ARTIGO 195.º

(Apreciação do programa do Governo pela Assembleia da República)

1. O programa do Governo será apresentado à apreciação da Assembleia da República no prazo máximo de dez dias a seguir à nomeação do Primeiro-Ministro.

2. Se a Assembleia da República não se encontrar em funcionamento efectivo, será obrigatoriamente convocada para o efeito pelo seu presidente.

3. O debate não poderá exceder cinco dias, e até ao seu encerramento qualquer grupo parlamentar poderá propor a rejeição do programa do Governo.

4. A rejeição do programa do Governo exige maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções.

ARTIGO 196.º

(Solicitação de voto de confiança)

O Governo pode solicitar à Assembleia da República a aprovação de um voto de confiança sobre uma declaração de política geral ou sobre qualquer assunto relevante de interesse nacional.

ARTIGO 197.º

(Moções de censura)

1. A Assembleia da República pode votar moções de censura ao Governo sobre a execução do seu programa ou assunto relevante de interesse nacional, por iniciativa de um quarto dos Deputados em efectividade de funções ou de qualquer grupo parlamentar.

2. As moções de censura só podem ser apreciadas quarenta e oito horas após a sua apresentação, em debate de duração não superior a três dias.

3. Se a moção de censura não for aprovada, os seus signatários não podem apresentar outra durante a mesma sessão legislativa.

ARTIGO 198.º

(Efeitos)

1. Implicam a demissão do Governo:

- a) A rejeição do programa do Governo;
- b) A não aprovação de uma moção de confiança;
- c) A aprovação de duas moções de censura com, pelo menos, trinta dias de intervalo, por maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções.

2. O Presidente da República não pode dissolver a Assembleia por efeito de rejeição do programa do Governo, salvo no caso de três rejeições consecutivas.

3. O Presidente da República dissolverá obrigatoriamente a Assembleia da República quando esta haja recusado a confiança ou votado a censura ao Governo, determinando por qualquer destes motivos a terceira substituição do Governo.

ARTIGO 199.º

(Responsabilidade civil e criminal dos membros do Governo)

1. Os membros do Governo são civil e criminalmente responsáveis pelos actos que praticarem ou legalizarem.

2. Movido procedimento judicial contra um membro do Governo pela prática de qualquer crime e indiciado por despacho de pronúncia ou equivalente, o processo só seguirá os seus termos, no caso de ao facto corresponder pena maior, se o membro do Governo for suspenso do exercício das suas funções.

CAPÍTULO III

Competência

ARTIGO 200.º

(Competência política)

Compete ao Governo, no exercício de funções políticas:

- a) Referendar os actos do Presidente da República, nos termos do artigo 141.º;
- b) Negociar e ajustar convenções internacionais;
- c) Aprovar os acordos internacionais, bem como os tratados cuja aprovação não seja da competência do Conselho da Revolução ou da Assembleia da República ou que a esta não tenham sido submetidos;
- d) Praticar os demais actos que lhe sejam cometidos pela Constituição ou pela lei.

ARTIGO 201.º

(Competência legislativa)

1. Compete ao Governo, no exercício de funções legislativas:

- a) Fazer decretos-leis em matérias não reservadas ao Conselho da Revolução ou à Assembleia da República;
- b) Fazer decretos-leis em matérias reservadas à Assembleia da República, mediante autorização desta;
- c) Fazer decretos-leis de desenvolvimento dos princípios ou das bases gerais dos regimes jurídicos contidos em leis que a eles se circunscrevam.

2. É da exclusiva competência legislativa do Governo a matéria respeitante à sua própria organização e funcionamento.

3. Os decretos-leis não submetidos a Conselho de Ministros devem ser assinados pelo Primeiro-Ministro e pelos Ministros competentes.

ARTIGO 202.º

(Competência administrativa)

Compete ao Governo, no exercício de funções administrativas:

- a) Elaborar o Plano, com base na respectiva lei, e fazê-lo executar;
- b) Elaborar o Orçamento Geral do Estado, com base na respectiva lei, e fazê-lo executar;
- c) Fazer os regulamentos necessários à boa execução das leis;
- d) Dirigir os serviços e a actividade da administração directa e indirecta do Estado e superintender na administração autónoma;
- e) Praticar todos os actos exigidos pela lei respeitantes aos funcionários e agentes do Estado e de outras pessoas colectivas públicas;
- f) Defender a legalidade democrática;
- g) Praticar todos os actos e tomar todas as providências necessárias à promoção do desenvolvimento económico-social e à satisfação das necessidades colectivas.

ARTIGO 203.º

(Competência do Conselho de Ministros)

1. Compete ao Conselho de Ministros:

- a) Definir as linhas gerais da política governamental, bem como as da sua execução;
- b) Deliberar sobre o pedido de confiança à Assembleia da República;
- c) Aprovar as propostas de lei e de resolução;
- d) Aprovar os decretos-leis que se traduzam em execução directa do programa do Governo;
- e) Aprovar o Plano e o Orçamento;
- f) Aprovar os actos do Governo que envolvam aumento ou diminuição das receitas ou despesas públicas;
- g) Deliberar sobre outros assuntos da competência do Governo que lhe sejam atribuídos por lei ou apresentados pelo Primeiro-Ministro ou por qualquer Ministro.

2. Os Conselhos de Ministros especializados exercem a competência que lhes for atribuída por lei ou delegada pelo Conselho de Ministros.

ARTIGO 204.º

(Competência dos membros do Governo)

1. Compete ao Primeiro-Ministro:

- a) Dirigir a política geral do Governo, coordenando e orientando a acção de todos os Ministros;
- b) Dirigir o funcionamento do Governo e estabelecer as relações de carácter geral entre ele e os outros órgãos do Estado;
- c) Exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Constituição e pela lei.

2. Compete aos Ministros:

- a) Executar a política definida para os seus Ministérios;
- b) Estabelecer as relações de carácter geral entre o Governo e os demais órgãos do Estado no âmbito dos respectivos Ministérios.

TÍTULO VI

Tribunais

CAPÍTULO I

Princípios gerais

ARTIGO 205.º

(Definição)

Os tribunais são os órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo.

ARTIGO 206.º

(Função jurisdicional)

Na administração da justiça incumbe aos tribunais assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, reprimir a violação da legalidade democrática e dirimir os conflitos de interesses públicos e privados.

ARTIGO 207.º

(Apreciação da inconstitucionalidade)

Nos feitos submetidos a julgamento não podem os tribunais aplicar normas inconstitucionais, competendo-lhes, para o efeito, e sem prejuízo do disposto no artigo 282.º, apreciar a existência da inconstitucionalidade.

ARTIGO 208.º

(Independência)

Os tribunais são independentes e apenas estão sujeitos à lei.

ARTIGO 209.º

(Coadjuvação de outras autoridades)

No exercício das suas funções os tribunais têm direito à coadjuvação das outras autoridades.

ARTIGO 210.º

(Execução das decisões)

1. As decisões dos tribunais são obrigatórias para todas as entidades públicas e privadas e prevalecem sobre as de quaisquer outras autoridades.

2. A lei regula os termos da execução das decisões dos tribunais relativamente a qualquer autoridade e determina as sanções a aplicar aos responsáveis pela sua inexecução.

ARTIGO 211.º

(Audiências dos tribunais)

As audiências dos tribunais são públicas, salvo quando o próprio tribunal decidir o contrário, em despacho fundamentado, para salvaguarda da dignidade das pessoas e da moral pública ou para garantir o seu normal funcionamento.

CAPÍTULO II

Organização dos tribunais

ARTIGO 212.º

(Categorias de tribunais)

1. Haverá tribunais judiciais de primeira instância, de segunda instância e o Supremo Tribunal de Justiça.

2. Haverá tribunais militares e um Tribunal de Contas.

3. Poderá haver tribunais administrativos e fiscais.

ARTIGO 213.º

(Especialização)

1. Na primeira instância pode haver tribunais com competência específica e tribunais especializados para o julgamento de matérias determinadas.

2. Os tribunais da Relação e o Supremo Tribunal de Justiça podem funcionar em secções especializadas.

3. É proibida a existência de tribunais com competência exclusiva para o julgamento de certas categorias de crimes.

ARTIGO 214.º

(Instâncias)

1. Os tribunais de primeira instância são, em regra, os tribunais de comarca, aos quais se equiparam os referidos no n.º 1 do artigo anterior.

2. Os tribunais de segunda instância são, em regra, os tribunais da Relação.

3. O Supremo Tribunal de Justiça funcionará como tribunal de instância nos casos que a lei determinar.

ARTIGO 215.º

(Supremo Tribunal de Justiça)

O Supremo Tribunal de Justiça é o órgão superior da hierarquia dos tribunais judiciais.

ARTIGO 216.º

(Júri)

1. O júri é composto pelos juizes do tribunal colectivo e por jurados.

2. O júri intervém no julgamento dos crimes graves e funciona quando a acusação ou a defesa o requeiram.

ARTIGO 217.º

(Participação popular e assessoria técnica)

1. A lei poderá criar juizes populares e estabelecer outras formas de participação popular na administração da justiça.

2. A lei poderá estabelecer a participação de assessores tecnicamente qualificados para o julgamento de determinadas matérias.

ARTIGO 218.º

(Competência dos tribunais militares)

1. Os tribunais militares têm competência para o julgamento, em matéria criminal, dos crimes essencialmente militares.

2. A lei, por motivo relevante, poderá incluir na jurisdição dos tribunais militares crimes dolosos equiparáveis aos previstos no n.º 1.

ARTIGO 219.º

(Competência do Tribunal de Contas)

Compete ao Tribunal de Contas dar parecer sobre a Conta Geral do Estado, fiscalizar a legalidade das despesas públicas e julgar as contas que a lei mandar submeter-lhe.

CAPÍTULO III

Magistratura dos tribunais judiciais

ARTIGO 220.º

(Unidade da magistratura)

Os juizes dos tribunais judiciais formam um corpo único e regem-se por um só estatuto.

ARTIGO 221.º

(Garantias)

1. Os juizes são inamovíveis, não podendo ser transferidos, suspensos, aposentados ou demitidos senão nos casos previstos na lei.

2. Os juizes não podem ser responsabilizados pelas suas decisões, salvas as excepções consignadas na lei.

ARTIGO 222.º

(Incompatibilidades)

1. Os juizes em exercício não podem desempenhar qualquer outra função pública ou privada remunerada.

2. Os juizes em exercício não podem ser nomeados para comissões de serviço estranhas à actividade judicial sem autorização do Conselho Superior da Magistratura.

ARTIGO 223.º

(Conselho Superior da Magistratura)

1. A lei determina as regras de composição do Conselho Superior da Magistratura, o qual deverá incluir membros de entre si eleitos pelos juizes.

2. A nomeação, colocação, transferência e promoção dos juizes e o exercício da acção disciplinar competem ao Conselho Superior da Magistratura.

CAPÍTULO IV

Ministério Público

ARTIGO 224.º

(Funções e estatuto)

1. Ao Ministério Público compete representar o Estado, exercer a acção penal, defender a legalidade democrática e os interesses que a lei determinar.

2. O Ministério Público goza de estatuto próprio.

ARTIGO 225.º

(Agentes do Ministério Público)

1. Os agentes do Ministério Público são magistrados responsáveis, hierarquicamente subordinados, e não podem ser transferidos, suspensos, aposentados ou demitidos senão nos casos previstos na lei.

2. A nomeação, colocação, transferência e promoção dos agentes do Ministério Público e o exercício da acção disciplinar competem à Procuradoria-Geral da República

ARTIGO 226.º

(Procuradoria-Geral da República)

1. A Procuradoria-Geral da República é o órgão superior do Ministério Público e é presidida pelo Procurador-Geral da República.

2. A lei determina as regras de organização e composição da Procuradoria-Geral da República.

TÍTULO VII

Regiões autónomas

ARTIGO 227.º

(Regime político-administrativo dos Açores e da Madeira)

1. O regime político-administrativo próprio dos arquipélagos dos Açores e da Madeira fundamenta-se nos condicionalismos geográficos, económicos e sociais e nas históricas aspirações autonomistas das populações insulares.

2. A autonomia das regiões visa a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a promoção e defesa dos interesses regionais, bem como o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.

3. A autonomia político-administrativa regional não afecta a integridade da soberania do Estado e exerce-se no quadro da Constituição.

ARTIGO 228.º

(Estatutos)

1. Os projectos de estatutos político-administrativos das regiões autónomas serão elaborados pelas assembleias regionais e enviados para discussão e aprovação à Assembleia da República.

2. Se a Assembleia da República rejeitar o projecto ou lhe introduzir alterações, remetê-lo-á à respectiva assembleia regional para apreciação e emissão de parecer.

3. Elaborado o parecer, a Assembleia da República tomará a decisão final.

ARTIGO 229.º

(Poderes das regiões autónomas)

1. As regiões autónomas são pessoas colectivas de direito público e têm as seguintes atribuições, a definir nos respectivos estatutos:

- a) Legislar, com respeito da Constituição e das leis gerais da República, em matérias de interesse específico para as regiões que não estejam reservadas à competência própria dos órgãos de soberania;
- b) Regulamentar a legislação regional e as leis gerais emanadas dos órgãos de soberania que não reservem para estes o respectivo poder regulamentar;
- c) Exercer iniciativa legislativa, mediante a apresentação de propostas de lei à Assembleia da República;
- d) Exercer poder executivo próprio;
- e) Administrar e dispor do seu património e celebrar os actos e contratos em que tenham interesse;
- f) Dispor das receitas fiscais nelas cobradas e de outras que lhes sejam atribuídas e afectá-las às suas despesas;
- g) Exercer poder de orientação e de tutela sobre as autarquias locais;

- h) Superintender nos serviços, institutos públicos e empresas nacionalizadas que exerçam a sua actividade exclusivamente na região e noutros casos em que o interesse regional o justifique;
- i) Elaborar o plano económico regional e participar na elaboração do Plano;
- j) Participar na definição e execução das políticas fiscal, monetária, financeira e cambial, de modo a assegurar o controlo regional dos meios de pagamento em circulação e o financiamento dos investimentos necessários ao seu desenvolvimento económico-social;
- l) Participar nas negociações de tratados e acordos internacionais que directamente lhes digam respeito, bem como nos benefícios deles decorrentes.

2. As assembleias regionais podem solicitar ao Conselho da Revolução a declaração da inconstitucionalidade de normas jurídicas emanadas dos órgãos de soberania, por violação dos direitos das regiões consagrados na Constituição.

ARTIGO 230.º

(Limites dos poderes)

É vedado às regiões autónomas:

- a) Restringir os direitos legalmente reconhecidos aos trabalhadores;
- b) Estabelecer restrições ao trânsito de pessoas e bens entre elas e o restante território nacional;
- c) Reservar o exercício de qualquer profissão ou acesso a qualquer cargo público aos naturais ou residentes na região.

ARTIGO 231.º

(Cooperação dos órgãos de soberania e dos órgãos regionais)

1. Os órgãos de soberania asseguram, em cooperação com os órgãos de governo regional, o desenvolvimento económico e social das regiões autónomas, visando, em especial, a correcção das desigualdades derivadas da insularidade.

2. Os órgãos de soberania ouvirão sempre, relativamente às questões da sua competência respeitantes às regiões autónomas, os órgãos de governo regional.

ARTIGO 232.º

(Representação da soberania da República)

1. A soberania da República é especialmente representada, em cada uma das regiões autónomas, por um Ministro da República, nomeado pelo Presidente da República, sob proposta do Primeiro-Ministro, ouvido o Conselho da Revolução.

2. Compete ao Ministro da República a coordenação da actividade dos serviços centrais do Estado no tocante aos interesses da região, dispondo para

isso de competência ministerial e tendo assento em Conselho de Ministros nas reuniões que tratem de assuntos de interesse para a respectiva região.

3. O Ministro da República superintende nas funções administrativas exercidas pelo Estado na região e coordena-as com as exercidas pela própria região.

4. Nas suas ausências e impedimentos, o Ministro da República é substituído na região pelo presidente da assembleia regional.

ARTIGO 233.º

(Órgãos de governo próprio das regiões)

1. São órgãos de governo próprio de cada região a assembleia regional e o governo regional.

2. A assembleia regional é eleita por sufrágio universal, directo e secreto, de harmonia com o princípio da representação proporcional.

3. É da exclusiva competência da assembleia regional o exercício das atribuições referidas na alínea a), na segunda parte da alínea b) e na alínea c) do artigo 229.º, bem como a aprovação do orçamento e do plano económico regional.

4. O governo regional é politicamente responsável perante a assembleia regional e o seu presidente é nomeado pelo Ministro da República, tendo em conta os resultados eleitorais.

5. O Ministro da República nomeia e exonera os restantes membros do governo regional, sob proposta do respectivo presidente.

ARTIGO 234.º

(Dissolução e suspensão dos órgãos regionais)

1. Os órgãos das regiões autónomas podem ser dissolvidos ou suspensos pelo Presidente da República, por prática de actos contrários à Constituição, ouvidos o Conselho da Revolução e a Assembleia da República.

2. A dissolução dos órgãos regionais obriga a realização de novas eleições no prazo máximo de noventa dias, pela lei eleitoral vigente ao tempo da dissolução, sob pena de nulidade do respectivo decreto.

3. A suspensão dos órgãos regionais deve ser feita por prazo fixo, que não exceda quinze dias, não se podendo verificar mais de duas suspensões durante cada legislatura da assembleia regional.

4. Em caso de dissolução ou suspensão dos órgãos regionais, o governo da região será assegurado pelo Ministro da República.

ARTIGO 235.º

(Decretos regionais)

1. Os decretos regionais, bem como os regulamentos das leis gerais da República, são enviados ao Ministro da República para serem assinados e publicados.

2. No prazo de quinze dias, contados da recepção de qualquer dos diplomas previstos no número anterior, o Ministro da República pode, em mensagem fundamentada, exercer o direito de veto, solicitando nova apreciação do diploma.

3. Se a assembleia regional confirmar o voto por maioria absoluta dos seus membros em efectividade de funções, a assinatura não poderá ser recusada.

4. Se, porém, entender que o diploma é inconstitucional, o Ministro da República poderá suscitar a questão da inconstitucionalidade perante o Conselho da Revolução, nos termos e para os efeitos dos artigos 277.º e 278.º, com as devidas adaptações.

ARTIGO 236.º

(Comissão consultiva para as regiões autónomas)

1. Junto do Presidente da República funcionará uma comissão consultiva para os assuntos das regiões autónomas, com a seguinte competência:

- a) Emitir parecer, a solicitação do Ministro da República, acerca da legalidade dos diplomas emanados dos órgãos regionais;
- b) Emitir parecer, a solicitação dos presidentes das assembleias regionais, acerca da conformidade das leis, dos regulamentos e de outros actos dos órgãos de soberania com os direitos das regiões, consagrados nos estatutos;
- c) Emitir parecer sobre as demais questões cuja apreciação lhe seja solicitada pelo Presidente da República ou lhe seja atribuída pelos estatutos ou pelas leis gerais da República.

2. Compõem a comissão:

- a) Um cidadão de reconhecido mérito, que presidirá, designado pelo Presidente da República;
- b) Quatro cidadãos de reconhecido mérito e comprovada competência em matéria jurídica, sendo designados dois pela Assembleia da República e um por cada assembleia regional.

3. O julgamento das questões previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 compete ao tribunal de última instância designado por lei da República.

TÍTULO VIII

Poder local

CAPÍTULO I

Princípios gerais

ARTIGO 237.º

(Autarquias locais)

1. A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais.

2. As autarquias locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas.

ARTIGO 238.º

(Categorias de autarquias locais e divisão administrativa)

1. No continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas.

2. As regiões autónomas dos Açores e da Madeira compreendem freguesias e municípios.

3. Nas grandes áreas metropolitanas a lei poderá estabelecer, de acordo com as suas condições específicas, outras formas de organização territorial autárquica.

4. A divisão administrativa do território será estabelecida por lei.

ARTIGO 239.º

(Atribuições e organização das autarquias locais)

As atribuições e a organização das autarquias locais, bem como a competência dos seus órgãos, serão reguladas por lei, de harmonia com o princípio da descentralização administrativa.

ARTIGO 240.º

(Património e finanças locais)

1. As autarquias locais têm património e finanças próprios.

2. O regime das finanças locais será estabelecido por lei e visará a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias e a necessária correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau.

3. As receitas próprias das autarquias locais incluem obrigatoriamente as provenientes da gestão do seu património e as cobradas pela utilização dos seus serviços.

ARTIGO 241.º

(Órgãos deliberativos e executivos)

1. A organização das autarquias locais compreende uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e um órgão colegial executivo perante ela responsável.

2. A assembleia será eleita por sufrágio universal, directo e secreto dos cidadãos residentes, segundo o sistema da representação proporcional.

ARTIGO 242.º

(Poder regulamentar)

A assembleia das autarquias locais terá competência regulamentar própria nos limites da Constituição, das leis e dos regulamentos emanados das autarquias de grau superior ou das autoridades com poder tutelar.

ARTIGO 243.º

(Tutela administrativa)

1. A tutela sobre as autarquias locais será exercida segundo as formas e nos casos previstos na lei, competindo no continente ao Governo e nos Açores e na Madeira aos respectivos órgãos regionais.

2. As medidas tutelares especialmente restritivas da autonomia local serão precedidas de parecer de um órgão autárquico a definir por lei.

3. A dissolução da assembleia será acompanhada da marcação de novas eleições, a realizar no prazo de sessenta dias, não podendo haver nova dissolução antes de decorrido um ano.

ARTIGO 244.º

(Quadro geral de funcionários)

1. A fim de coadjuvar as autarquias locais e garantir a eficiência da sua acção, será organizado, na dependência do ministério competente, um quadro geral de funcionários, incluindo técnicos das especialidades de interesse para a administração local.

2. A nomeação dos funcionários administrativos integrados no quadro geral para os lugares das autarquias locais dependerá da audiência destas.

CAPÍTULO II

Freguesia

ARTIGO 245.º

(Órgãos da freguesia)

Os órgãos representativos da freguesia são a assembleia de freguesia e a junta de freguesia.

ARTIGO 246.º

(Assembleia de freguesia)

1. A assembleia de freguesia é eleita pelos cidadãos eleitores residentes na área da freguesia.

2. Podem apresentar candidaturas para as eleições dos órgãos das freguesias, além dos partidos políticos, outros grupos de cidadãos eleitores, nos termos estabelecidos por lei.

3. A lei pode determinar que nas freguesias de população diminuta a assembleia de freguesia seja substituída pelo plenário dos cidadãos eleitores.

ARTIGO 247.º

(Junta de freguesia)

1. A junta de freguesia é o órgão executivo da freguesia, sendo eleita por escrutínio secreto pela assembleia de entre os seus membros.

2. O presidente da junta é o cidadão que encabeça a lista mais votada na eleição da assembleia ou, não existindo esta, o cidadão que para esse cargo for eleito pelo plenário.

ARTIGO 248.º

(Delegação de tarefas)

A assembleia de freguesia pode delegar nas organizações populares de base territorial tarefas administrativas que não envolvam o exercício de poderes de autoridade.

CAPÍTULO III

Município

ARTIGO 249.º

(Concelhos e municípios)

Os concelhos existentes são os municípios previstos na Constituição, podendo a lei criar outros ou extinguir os que forem manifestamente inviáveis.

ARTIGO 250.º

(Órgãos do município)

Os órgãos representativos do município são a assembleia municipal, a câmara municipal e o conselho municipal.

ARTIGO 251.º

(Assembleia municipal)

A assembleia municipal é constituída pelos presidentes das juntas de freguesia e por membros, em número não inferior ao daqueles, eleitos pelo colégio eleitoral do município.

ARTIGO 252.º

(Câmara municipal)

A câmara municipal é o órgão executivo colegial do município, eleito pelos cidadãos eleitores residentes na sua área, tendo por presidente o primeiro candidato da lista mais votada.

ARTIGO 253.º

(Conselho municipal)

O conselho municipal é o órgão consultivo do município, sendo a sua composição definida por lei, de modo a garantir adequada representação às organizações económicas, sociais, culturais e profissionais existentes na respectiva área.

ARTIGO 254.º

(Associação e federação)

1. Os municípios podem constituir associações e federações para a administração de interesses comuns.

2. A lei poderá estabelecer a obrigatoriedade da federação.

ARTIGO 255.º

(Participação nas receitas dos impostos directos)

Os municípios participam, por direito próprio e nos termos definidos pela lei, nas receitas provenientes dos impostos directos.

CAPÍTULO IV

Região administrativa

ARTIGO 256.º

(Instituição das regiões)

1. As regiões serão instituídas simultaneamente, podendo o estatuto regional estabelecer diferenciações quanto ao regime aplicável a cada uma.

2. A área das regiões deverá corresponder às regiões-plano.

3. A instituição concreta de cada região dependerá do voto favorável da maioria das assembleias municipais que representem a maior parte da população da área regional.

ARTIGO 257.º

(Atribuições)

Além de participação na elaboração e execução do plano regional, serão conferidas às regiões, designadamente, tarefas de coordenação e apoio à acção dos municípios, bem como de direcção de serviços públicos.

ARTIGO 258.º

(Órgãos da região)

Os órgãos representativos da região são a assembleia regional, a junta regional e o conselho regional.

ARTIGO 259.º

(Assembleia regional)

A assembleia regional compreenderá, além dos representantes eleitos directamente pelos cidadãos, membros eleitos pelas assembleias municipais, em número inferior ao daqueles.

ARTIGO 260.º

(Junta regional)

A junta regional é o órgão colegial executivo da região e será eleita, por escrutínio secreto, pela assembleia regional de entre os seus membros.

ARTIGO 261.º

(Conselho regional)

O conselho regional é o órgão consultivo da região e a sua composição será definida pela lei, de modo a garantir a adequada representação às organizações culturais, sociais, económicas e profissionais existentes na respectiva área.

ARTIGO 262.º

(Representante do Governo)

Junto da região haverá um representante do Governo, nomeado em Conselho de Ministros, cuja competência se exerce igualmente junto das autarquias existentes na área respectiva.

ARTIGO 263.º

(Distritos)

1. Enquanto as regiões não estiverem instituídas, subsistirá a divisão distrital.

2. Haverá em cada distrito, em termos a definir por lei, uma assembleia deliberativa, composta por representantes dos municípios e presidida pelo governador civil.

3. Compete ao governador civil, assistido por um conselho, representar o Governo e exercer os poderes de tutela na área do distrito.

CAPÍTULO V

Organizações populares de base territorial

ARTIGO 264.º

(Constituição e área)

1. A fim de intensificar a participação das populações na vida administrativa local podem ser constituídas organizações populares de base territorial correspondentes a áreas inferiores à da freguesia.

2. A assembleia de freguesia, por sua iniciativa, ou a requerimento de comissões de moradores ou de um número significativo de moradores, demarcará as áreas territoriais das organizações referidas no número anterior, solucionando os eventuais conflitos daí resultantes.

ARTIGO 265.º

(Estrutura)

1. A estrutura das organizações populares de base territorial será a fixada na lei e compreende a assembleia de moradores e a comissão de moradores.

2. A assembleia dos moradores é composta pelos residentes inscritos no recenseamento da freguesia e pelos não inscritos maiores de 16 anos que comprovem, documentalmente, a sua qualidade de residentes.

3. A assembleia reúne quando convocada publicamente, com a devida antecedência, pelo menos, por vinte dos seus membros ou pela comissão de moradores.

4. A comissão de moradores é eleita, por escrutínio secreto, pela assembleia dos moradores e por ela livremente destituída.

ARTIGO 266.º

(Funções)

1. As organizações populares de base territorial têm direito:

- a) De petição perante as autarquias locais relativamente a assuntos administrativos de interesse dos moradores;
- b) De participação, sem voto, através de representantes seus, na assembleia de freguesia.

2. As organizações populares de base territorial compete realizar as tarefas que a lei lhes confiar ou os órgãos de freguesia nelas delegarem.

TÍTULO IX

Administração Pública

ARTIGO 267.º

(Princípios fundamentais)

1. A Administração Pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

2. Os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à Constituição e à lei e devem actuar com justiça e imparcialidade no exercício das suas funções.

ARTIGO 268.º

(Estrutura da Administração)

1. A Administração Pública será estruturada de modo a aproximar os serviços das populações, a assegurar a participação dos interessados na sua gestão efectiva, designadamente por intermédio das organizações populares de base ou de outras formas de representação democrática, e a evitar a burocratização.

2. Para efeito do disposto no número anterior, a lei estabelecerá adequadas formas de descentralização e desconcentração administrativa, sem prejuízo da necessária eficácia e unidade de acção e dos poderes de direcção e superintendência do Governo.

3. O processamento da actividade administrativa será objecto de lei especial, que assegurará a racionalização dos meios a utilizar pelos serviços e a participação dos cidadãos na formação das decisões ou deliberações que lhes disserem respeito.

ARTIGO 269.º

(Direitos e garantias dos administrados)

1. Os cidadãos têm o direito de ser informados pela Administração, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos processos em que sejam directamente interessados, bem como o de conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas.

2. É garantido aos interessados recurso contencioso, com fundamento em ilegalidade, contra quaisquer actos administrativos definitivos e executórios.

ARTIGO 270.º

(Regime da função pública)

1. Os funcionários e agentes do Estado e das demais entidades públicas estão exclusivamente ao serviço do interesse público, tal como é definido, nos termos da lei, pelos órgãos competentes da Administração.

2. Os funcionários e agentes do Estado e das demais entidades públicas não podem ser prejudicados ou beneficiados em virtude do exercício de quaisquer direitos políticos previstos na Constituição, nomeadamente por opção partidária.

3. Em processo disciplinar são garantidas ao arguido a sua audiência e defesa.

4. Não é permitida a acumulação de empregos ou cargos públicos, salvo nos casos expressamente admitidos por lei.

5. A lei determina as incompatibilidades entre o exercício de empregos ou cargos públicos e o de outras actividades.

ARTIGO 271.º

(Responsabilidades dos funcionários e agentes)

1. Os funcionários e agentes do Estado e das demais entidades públicas são responsáveis civil, criminal e disciplinarmente pelas suas acções e omissões de que resulte violação dos direitos ou dos interesses legalmente protegidos dos cidadãos, não dependendo a acção ou procedimento, em qualquer fase, de autorização hierárquica.

2. É excluída a responsabilidade do funcionário ou agente que actue no cumprimento de ordens ou instruções emanadas de legítimo superior hierárquico e em matéria de serviço, se previamente delas tiver reclamado ou tiver exigido a sua transmissão ou confirmação por escrito.

3. Cessa o dever de obediência sempre que o cumprimento das ordens ou instruções implique a prática de qualquer crime.

4. A lei regula os termos em que o Estado e as demais entidades públicas têm direito de regresso contra os titulares dos seus órgãos, funcionários e agentes.

ARTIGO 272.º

(Polícia)

1. A Polícia tem por função defender a legalidade democrática e os direitos dos cidadãos.

2. As medidas de polícia são as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário.

3. A prevenção dos crimes, incluindo a dos crimes contra a segurança do Estado, só pode fazer-se com observância das regras gerais sobre polícia e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

TÍTULO X

Forças Armadas

ARTIGO 273.º

(Funções)

1. As Forças Armadas Portuguesas garantem a independência nacional, a unidade do Estado e a integridade do território.

2. As Forças Armadas Portuguesas são parte do povo e, identificadas com o espírito do Programa do Movimento das Forças Armadas, asseguram o prosseguimento da Revolução de 25 de Abril de 1974.

3. As Forças Armadas Portuguesas garantem o regular funcionamento das instituições democráticas e o cumprimento da Constituição.

4. As Forças Armadas Portuguesas têm a missão histórica de garantir as condições que permitam a transição pacífica e pluralista da sociedade portuguesa para a democracia e o socialismo.

5. As Forças Armadas Portuguesas colaboram nas tarefas de reconstrução nacional.

ARTIGO 274.º

(Estrutura)

1. As Forças Armadas Portuguesas constituem uma instituição nacional e a sua organização, bem como a das forças militarizadas, é única para todo o território.

2. As Forças Armadas Portuguesas são compostas exclusivamente por cidadãos portugueses.

3. As Forças Armadas Portuguesas obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição.

ARTIGO 275.º

(Isenção partidária)

1. As Forças Armadas Portuguesas estão ao serviço do povo português, e não de qualquer partido ou organização, sendo rigorosamente apartidárias.

2. Os elementos das Forças Armadas Portuguesas têm de observar os objectivos do povo português consignados na Constituição e não podem aproveitar-se da sua arma, posto ou função para impor, influenciar ou impedir a escolha de uma determinada via política democrática.

ARTIGO 276.º

(Defesa da Pátria e serviço militar)

1. A defesa da Pátria é dever fundamental de todos os portugueses.

2. O serviço militar é obrigatório, nos termos e pelo período que a lei prescrever.

3. Os que forem considerados inaptos para o serviço militar armado e os objectores de consciência prestarão serviço militar não armado ou serviço cívico adequado à sua situação.

4. O serviço cívico pode ser estabelecido em substituição ou complemento do serviço militar e tornado obrigatório por lei para os cidadãos não sujeitos a deveres militares.

5. Nenhum cidadão poderá conservar nem obter emprego do Estado ou de outra entidade pública se deixar de cumprir os seus deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório.

6. Nenhum cidadão pode ser prejudicado na sua colocação, nos seus benefícios sociais ou no seu emprego permanente por virtude do cumprimento do serviço militar ou do serviço cívico obrigatório.

PARTE IV

Garantia e revisão da Constituição

TÍTULO I

Garantia da Constituição

CAPÍTULO I

Fiscalização da constitucionalidade

ARTIGO 277.º

(Fiscalização preventiva da constitucionalidade)

1. Todos os decretos remetidos ao Presidente da República para serem promulgados como lei ou decreto-lei ou que consistam na aprovação de tratados ou acordos internacionais serão simultaneamente enviados ao Conselho da Revolução, não podendo ser promulgados antes de passarem cinco dias sobre a sua recepção no Conselho.

2. No caso de o Presidente da República reconhecer urgência na promulgação, deverá dar conhecimento ao Conselho da Revolução do propósito de promulgação imediata.

3. Se o Conselho da Revolução tiver dúvidas sobre a constitucionalidade de um decreto e deliberar

apreciá-lo, comunicará o facto, no prazo referido no n.º 1, ao Presidente da República para que não efectue a promulgação.

4. Deliberada pelo Conselho ou requerida pelo Presidente da República a apreciação da constitucionalidade de um diploma, o Conselho da Revolução terá de se pronunciar no prazo de vinte dias, que poderá ser encurtado pelo Presidente da República, no caso de urgência.

ARTIGO 278.º

(Efeitos da decisão)

1. Se o Conselho da Revolução se pronunciar pela inconstitucionalidade de qualquer diploma, o Presidente da República deverá exercer o direito de veto, não o promulgando ou não o assinando.

2. Tratando-se de decreto da Assembleia da República, não poderá ser promulgado sem que a Assembleia de novo o aprove por maioria de dois terços dos Deputados presentes.

3. Tratando-se de decreto do Governo, não poderá ser promulgado ou assinado.

ARTIGO 279.º

(Inconstitucionalidade por omissão)

Quando a Constituição não estiver a ser cumprida por omissão das medidas legislativas necessárias para tornar exequíveis as normas constitucionais, o Conselho da Revolução poderá recomendar aos órgãos legislativos competentes que as emitam em tempo razoável.

ARTIGO 280.º

(Inconstitucionalidade por acção)

1. São inconstitucionais as normas que infringam o disposto na Constituição ou os princípios nela consignados.

2. As normas inconstitucionais não podem ser aplicadas pelos tribunais, competindo ao Conselho da Revolução declarar a sua inconstitucionalidade com força obrigatória geral, nos termos dos artigos seguintes.

3. A inconstitucionalidade orgânica ou formal de convenções internacionais não impede a aplicação das suas normas na ordem interna portuguesa, salvo se a impedir na ordem interna da outra ou das outras partes.

ARTIGO 281.º

(Declaração da inconstitucionalidade)

1. O Conselho da Revolução aprecia e declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade de quaisquer normas, precedendo solicitação do Presidente da República, do Presidente da Assembleia da República, do Primeiro-Ministro, do Provedor de Justiça, do Procurador-Geral da República ou, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 229.º, das assembleias das regiões autónomas.

2. O Conselho da Revolução poderá declarar, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade de uma norma se a Comissão Constitucional a tiver julgado inconstitucional em três casos concretos, ou num só, se se tratar de inconstitucionalidade orgânica ou formal, sem ofensa dos casos julgados.

ARTIGO 282.º

(Fiscalização judicial da constitucionalidade)

1. Sempre que os tribunais se recusem a aplicar uma norma constante de lei, decreto-lei, decreto regulamentar, decreto regional ou diploma equiparável, com fundamento em inconstitucionalidade, e uma vez esgotados os recursos ordinários que caibam, haverá recurso gratuito, obrigatório quanto ao Ministério Público, e restrito à questão da inconstitucionalidade, para julgamento definitivo do caso concreto pela Comissão Constitucional.

2. Haverá também recurso gratuito para a Comissão Constitucional, obrigatório quanto ao Ministério Público, das decisões que apliquem uma norma anteriormente julgada inconstitucional por aquela Comissão.

3. Tratando-se de norma constante de diploma não previsto no n.º 1, os tribunais julgam definitivamente acerca da inconstitucionalidade.

CAPÍTULO II

Comissão Constitucional

ARTIGO 283.º

(Comissão Constitucional)

1. Junto do Conselho da Revolução funciona a Comissão Constitucional.

2. Compõem a Comissão Constitucional:

- a) Um membro do Conselho da Revolução, por ele designado, como presidente e com voto de qualidade;
- b) Quatro juizes, um designado pelo Supremo Tribunal de Justiça e os restantes pelo Conselho Superior da Magistratura, um dos quais juiz dos tribunais da Relação e dois dos tribunais de primeira instância;
- c) Um cidadão de reconhecido mérito designado pelo Presidente da República;
- d) Um cidadão de reconhecido mérito designado pela Assembleia da República;
- e) Dois cidadãos de reconhecido mérito designados pelo Conselho da Revolução, sendo um deles jurista de comprovada competência.

3. Os membros da Comissão Constitucional exercem o cargo por quatro anos, são independentes e inamovíveis e, quando no exercício de funções jurisdicionais, gozam de garantias de imparcialidade e da garantia de irresponsabilidade própria dos juizes.

ARTIGO 284.º

(Competência)

Compete à Comissão Constitucional:

- a) Dar obrigatoriamente parecer sobre a constitucionalidade dos diplomas que hajam de ser apreciados pelo Conselho da Revolução, nos termos do artigo 277.º e n.º 1 do artigo 281.º;
- b) Dar obrigatoriamente parecer sobre a existência de violação das normas constitucionais por omissão, nos termos e para os efeitos do artigo 279.º;

c) Julgar as questões de inconstitucionalidade que lhe sejam submetidas, nos termos do artigo 282.º

ARTIGO 285.º

(Organização, funcionamento e processo)

1. A organização, o funcionamento e o processo da Comissão Constitucional são regulados pelo Conselho da Revolução.

2. As normas de processo podem ser alteradas pela Assembleia da República.

TÍTULO II

Revisão constitucional

ARTIGO 286.º

(Primeira revisão)

1. Na II Legislatura, a Assembleia da República tem poderes de revisão constitucional, que se esgotam com a aprovação da lei de revisão.

2. As alterações da Constituição terão de ser aprovadas por maioria de dois terços dos Deputados presentes, desde que superior à maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções, e o Presidente da República não poderá recusar a promulgação da lei de revisão.

ARTIGO 287.º

(Revisões subsequentes)

1. A Assembleia da República pode rever a Constituição decorridos cinco anos sobre a data da publicação de qualquer lei de revisão.

2. A Assembleia da República pode, contudo, assumir em qualquer momento, após a revisão prevista no artigo anterior, poderes de revisão constitucional por maioria de quatro quintos dos Deputados em efectividade de funções.

3. As alterações da Constituição previstas neste artigo terão de ser aprovadas por maioria de dois terços dos Deputados em efectividade de funções.

ARTIGO 288.º

(Processo de revisão)

1. A iniciativa da revisão compete aos Deputados.

2. Apresentado um projecto de revisão constitucional, quaisquer outros terão de ser apresentados no prazo de trinta dias.

3. As alterações da Constituição que forem aprovadas serão reunidas numa única lei de revisão.

ARTIGO 289.º

(Novo texto da Constituição)

1. As alterações da Constituição serão inseridas no lugar próprio, mediante as substituições, as supressões e os aditamentos necessários.

2. A Constituição, no seu novo texto, será publicada conjuntamente com a lei de revisão.

ARTIGO 290.º

(Limites materiais da revisão)

As leis de revisão constitucional terão de respeitar:

- a) A independência nacional e a unidade do Estado;
- b) A forma republicana de governo;
- c) A separação das Igrejas do Estado;
- d) Os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos;
- e) Os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais;
- f) O princípio da apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais, e a eliminação dos monopólios e dos latifúndios;
- g) A planificação democrática da economia;
- h) O sufrágio universal, directo, secreto e periódico na designação dos titulares electivos dos órgãos de soberania, das regiões autónomas e do poder local, bem como o sistema de representação proporcional;
- i) O pluralismo de expressão e organização política, incluindo partidos políticos, e o direito de oposição democrática;
- j) A participação das organizações populares de base no exercício do poder local;
- l) A separação e a interdependência dos órgãos de soberania;
- m) A fiscalização da constitucionalidade por acção ou por omissão de normas jurídicas;
- n) A independência dos tribunais;
- o) A autonomia das autarquias locais;
- p) A autonomia político-administrativa dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

ARTIGO 291.º

(Limites circunstanciais da revisão)

Não pode ser praticado nenhum acto de revisão constitucional na vigência de estado de sítio ou de estado de emergência.

Disposições finais e transitórias

ARTIGO 292.º

(Direito constitucional anterior)

1. As disposições da Constituição de 1933, revogada pela Revolução de 25 de Abril de 1974, que foram ressalvadas pela Lei n.º 3/74, de 14 de Maio, caducam com a entrada em vigor da Constituição.

2. As leis constitucionais posteriores a 25 de Abril de 1974 não referidas no artigo 294.º, nem ressalvadas neste capítulo, passam a ser consideradas leis ordinárias, sem prejuízo do disposto no artigo 293.º

ARTIGO 293.º

(Direito ordinário anterior)

1. O direito anterior à entrada em vigor da Constituição mantém-se, desde que não seja contrário à Constituição ou aos princípios nela consignados.

2. São expressamente ressalvados o Código de Justiça Militar e legislação complementar, os quais devem ser harmonizados com a Constituição, sob pena de caducidade, no prazo de um ano, a contar da publicação desta.

3. A adaptação das normas anteriores atinentes ao exercício dos direitos, liberdades e garantias consignados na Constituição estará concluída até ao fim da primeira sessão legislativa.

ARTIGO 294.º

(Entrada em funcionamento do sistema dos órgãos de soberania)

1. O sistema dos órgãos de soberania previsto na Constituição entra em funcionamento com a posse do Presidente da República eleito nos termos da Constituição.

2. Continuarão em vigor até à data referida no número anterior as leis constitucionais vigentes sobre a organização, a competência e o funcionamento dos órgãos de soberania posteriores a 25 de Abril de 1974.

ARTIGO 295.º

(Eleição do Presidente da República)

1. A eleição do primeiro Presidente da República nos termos da Constituição efectuar-se-á, observado o disposto no n.º 2 do artigo 128.º, até ao septuagésimo dia posterior ao da eleição da Assembleia da República.

2. Compete ao Presidente da República em exercício, ouvido o Conselho da Revolução, marcar a data da eleição.

3. Por decreto-lei sancionado pelo Conselho da Revolução o Governo Provisório definirá, observados os preceitos aplicáveis da Constituição, a lei eleitoral para a eleição do Presidente da República, a qual vigorará até que a Assembleia da República legisle sobre a matéria.

4. O Presidente da República toma posse, nos termos do artigo 130.º, no oitavo dia posterior ao apuramento dos resultados eleitorais.

ARTIGO 296.º

(Primeiro mandato do Presidente da República)

1. O primeiro mandato do Presidente da República cessará três meses após o termo da primeira legislatura.

2. Se houver vagatura do cargo, o Presidente da República então eleito completará o mandato.

ARTIGO 297.º

(Poderes constituintes do Conselho da Revolução)

Os poderes constituintes atribuídos ao Conselho da Revolução pelas leis constitucionais posteriores a 25 de Abril de 1974, cessam com a votação do decreto da Assembleia Constituinte que aprova a Constituição.

ARTIGO 298.º

(Eleição da Assembleia da República)

1. A eleição dos Deputados à primeira Assembleia da República realizar-se-á até ao trigésimo dia posterior à data do decreto de aprovação da Constituição, em dia marcado pelo Presidente da República, ouvido o Conselho da Revolução.

2. O número de Deputados à primeira Assembleia da República será o que resultar da aplicação da respectiva lei eleitoral elaborada pelo Governo Provisório.

ARTIGO 299.º

(Primeira legislatura)

1. A primeira legislatura termina em 14 de Outubro de 1980, iniciando-se a primeira sessão legislativa no dia fixado no artigo 176.º

2. O disposto no n.º 3 do artigo 174.º não se aplica à primeira legislatura.

3. Enquanto não aprovar o seu regimento, a primeira Assembleia da República reger-se-á pelas disposições aplicáveis do regimento da Assembleia Constituinte, sendo a Mesa formada por um Presidente e dois Secretários, aquele designado pelo partido maioritário e estes pelos dois partidos a seguir na ordem dos resultados eleitorais.

ARTIGO 300.º

(Governo Provisório)

O Governo Provisório em funções na data da posse do Presidente da República manter-se-á em exercício, para a resolução dos assuntos correntes, até à posse do primeiro Governo nomeado nos termos da Constituição.

ARTIGO 301.º

(Tribunais)

1. A revisão da legislação vigente sobre a organização dos tribunais e o estatuto dos juizes estará concluída até ao fim da primeira sessão legislativa.

2. Até 31 de Dezembro de 1976 estarão publicadas as leis previstas no n.º 1 do artigo 223.º e no n.º 2 do artigo 226.º

3. Nas comarcas onde não houver juizes de instrução criminal, e enquanto estes não forem criados, em cumprimento do n.º 4 do artigo 32.º, a instrução criminal incumbirá ao Ministério Público, sob a direcção de um juiz.

ARTIGO 302.º

(Regiões autónomas)

1. As primeiras eleições para as assembleias das regiões autónomas realizar-se-ão até 30 de Junho de 1976, em data a marcar pelo Presidente da República em exercício, nos termos da lei eleitoral aplicável.

2. Até 30 de Abril de 1976, o Governo, mediante proposta das juntas regionais, elaborará por decreto-

-lei, sancionado pelo Conselho da Revolução, estatutos provisórios para as regiões autónomas, bem como a lei eleitoral para as primeiras assembleias regionais.

3. Os estatutos provisórios das regiões autónomas estarão em vigor até serem promulgados os estatutos definitivos, a elaborar nos termos da Constituição.

ARTIGO 303.º

(Primeiras eleições locais)

1. As primeiras eleições dos órgãos das autarquias locais realizar-se-ão até 15 de Dezembro de 1976, no mesmo dia em todo o território nacional, em data a marcar pelo Governo.

2. Com vista à realização das eleições, o Governo fará legislação provisória para harmonizar a estrutura, a competência e o funcionamento dos órgãos do município e da freguesia com o disposto na Constituição, bem como para estabelecer o regime eleitoral respectivo.

3. A legislação referida no número anterior será sancionada pelo Conselho da Revolução, podendo a Assembleia da República sujeitá-la, nos termos gerais, a ratificação, se a publicação for posterior à data de posse do Presidente da República.

ARTIGO 304.º

(Comissão Constitucional)

1. Até 30 de Junho de 1976, o Conselho da Revolução elaborará a legislação prevista no artigo 285.º

2. Até 31 de Agosto de 1976 serão nomeados os membros da Comissão Constitucional cuja designação compete ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Conselho da Revolução e ao Supremo Tribunal de Justiça.

3. A Comissão Constitucional inicia as suas funções após a tomada de posse dos membros referidos no número anterior, podendo deliberar com a presença de cinco membros.

4. Os membros da Comissão a designar pelo Conselho Superior da Magistratura serão nomeados imediatamente após a sua constituição.

ARTIGO 305.º

(Fiscalização da constitucionalidade)

O sistema de fiscalização da constitucionalidade previsto na Constituição funcionará, na parte aplicável, sem a intervenção da Comissão Constitucional até que esta seja constituída.

ARTIGO 306.º

(Estatuto de Macau)

1. O estatuto do território de Macau, constante da Lei n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, continua em vigor.

2. Mediante proposta da Assembleia Legislativa de Macau, e precedendo parecer do Conselho da Revolução, a Assembleia da República pode aprovar alterações ao estatuto ou a sua substituição.

3. No caso de a proposta ser aprovada com modificações, o Presidente da República não promulgará o decreto da Assembleia da República sem a Assembleia Legislativa de Macau se pronunciar favoravelmente.

ARTIGO 307.º

(Independência de Timor)

1. Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à independência de Timor Leste.

2. Compete ao Presidente da República, assistido pelo Conselho da Revolução, e ao Governo praticar todos o actos necessários à realização dos objectivos expressos no número anterior.

ARTIGO 308.º

(Incapacidades cívicas)

1. As incapacidades eleitorais previstas no Decreto-Lei n.º 621-B/74, de 15 de Novembro, aplicam-se às eleições para os órgãos de soberania, das regiões autónomas e do poder local que devam iniciar funções durante o período da primeira legislatura.

2. A reabilitação judicial prevista no diploma referido no número anterior terá de obedecer aos princípios da publicidade e do contraditório, com ressalva dos casos julgados.

3. Não podem ser nomeados para os órgãos de soberania ou para o desempenho de quaisquer cargos políticos durante o período da primeira legislatura, os cidadãos que se encontrem abrangidos pelas incapacidades eleitorais passivas referidas no n.º 1 deste artigo.

4. São igualmente inelegíveis para os órgãos das autarquias locais os cidadãos que nos cinco anos anteriores a 25 de Abril de 1974 tenham sido presidentes de quaisquer órgãos das autarquias locais.

5. É aplicável às incapacidades previstas nos n.ºs 3 e 4 deste artigo o disposto no n.º 2, bem como o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 621-B/74, de 15 de Novembro.

ARTIGO 309.º

(Incriminação e julgamento dos agentes e responsáveis da PIDE/DGS)

1. Mantém-se em vigor a Lei n.º 8/75, de 25 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 16/75, de 23 de Dezembro, e pela Lei n.º 18/75, de 26 de Dezembro.

2. A lei poderá precisar as tipificações criminais constantes do n.º 2 do artigo 2.º, do artigo 3.º, da alínea b) do artigo 4.º e do artigo 5.º do diploma referido no número anterior.

3. A lei poderá regular especialmente a atenuação extraordinária prevista no artigo 7.º do mesmo diploma.

ARTIGO 310.º

(Saneamento da função pública)

1. A legislação respeitante ao saneamento da função pública mantém-se em vigor até 31 de Dezembro de 1976, nos termos dos números seguintes.

2. Não é permitida a abertura de novos processos de saneamento e reclassificação depois da posse do

Presidente da República eleito nos termos da Constituição.

3. Os processos de saneamento ou reclassificação pendentes na data prevista no número anterior terão de ser decididos, sob pena de caducidade, até 31 de Dezembro de 1976, sem prejuízo de recurso.

4. Todos os interessados que não tenham oportunamente interposto recurso de medidas de saneamento ou reclassificação poderão fazê-lo até trinta dias depois da publicação da Constituição.

ARTIGO 311.º

(Regras especiais sobre partidos)

1. O disposto no n.º 3 do artigo 47.º aplica-se aos partidos já constituídos, cabendo à lei regular a matéria.

2. Não podem constituir-se partidos que, pela sua designação ou pelos seus objectivos programáticos, tenham índole ou âmbito regional.

ARTIGO 312.º

(Promulgação, publicação, data e entrada em vigor da Constituição)

1. O decreto de aprovação da Constituição será assinado pelo Presidente da Assembleia Constituinte, promulgado pelo Presidente da República e publicado até 10 de Abril de 1976.

2. A Constituição da República Portuguesa terá a data da sua aprovação pela Assembleia Constituinte.

3. A Constituição da República Portuguesa entra em vigor no dia 25 de Abril de 1976.

O Presidente da Assembleia Constituinte, *Henrique Teixeira Queiroz de Barros*.

Promulgado em 2 de Abril de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

Declara-se, para os devidos efeitos, que o Decreto n.º 215/76, publicado pelo Ministério da Administração Interna, no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 72, de 25 de Março de 1976, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, está também assinado pelo Ministro das Finanças, Dr. Francisco Salgado Zenha.

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 26 de Março de 1976. — O Secretário-Geral, *Manuel Roque*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Despacho ministerial

Considerando ter o artigo 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 362/75, de 10 de Julho, criado junto da Secretaria de Estado da Administração Pública uma comis-

são interministerial incumbida de realizar o inventário das situações de desigualdade mais relevantes em matéria de remunerações de base e complementares, e dos benefícios sociais existentes na função pública;

Considerando que para proceder a tal inventário a comissão decidiu recorrer ao lançamento de um inquérito a todos os departamentos de Estado da administração central e da local e regional, único meio expedito de detectar a variedade de situações existentes na função pública;

Considerando que para o bom êxito dos trabalhos que se propõe levar a cabo se torna indispensável a colaboração e activa participação dos directos responsáveis dos vários organismos inquiridos:

Determino que:

Os secretários-gerais de cada um dos Ministérios ficam responsáveis pelo fornecimento a tempo útil das respostas ao inquérito, assim como da veracidade das mesmas, relativamente a todos os serviços e departamentos, autónomos ou não, dependentes de cada Ministério.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna, 31 de Março de 1976. — O Primeiro-Ministro, *José Baptista Pinheiro de Azevedo*. — O Ministro da Administração Interna, *Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho ministerial

Considerando que a competência para autorizar despesas até aos montantes de 400 contos e 800 contos conferida nos termos do disposto nas alíneas b) (Orçamento Geral do Estado) e c) (fundos privativos) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 48 234, de 31 de Janeiro de 1968, está desactualizada face à evolução dos preços ao longo dos anos;

Considerando também que a missão da Polícia de Segurança Pública abrange todo o território continental e insular e, em consequência, a necessidade de descentralizar a competência administrativa, com vista, por um lado, a obter-se uma maior flexibilidade de actuação neste campo e, por outro, a possibilitar ao comando a incidência da sua atenção para tarefas mais importantes de direcção e coordenação, consideradas prioritárias;

Considerando que a delegação e a subdelegação de competência são legalmente autorizadas com base nos n.ºs 2 e 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 48 234, de 31 de Janeiro de 1968:

1 — Delego no comandante-geral da Polícia de Segurança Pública a competência para autorizar despesas com obras ou aquisição de material nos seguintes montantes:

1.1 — Até 2 000 000\$, com o cumprimento das formalidades legais;

1.2 — Até 1 000 000\$, com dispensa de realização de concurso público ou limitado e da celebração de contrato escrito ou de uma só das formalidades.

2 — O comandante-geral da Polícia de Segurança Pública fica desde já autorizado a subdelegar no 2.º comandante-geral da corporação a competência conferida no número anterior dos seguintes montantes:

2.1 — Até 800 000\$, com o cumprimento das formalidades legais;

2.2 — Até 400 000\$, com dispensa de realização de concurso público ou limitado e da celebração de contrato escrito ou de uma só das formalidades.

Ministério da Administração Interna, 26 de Março de 1976. — O Ministro da Administração Interna, *Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa*.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DAS FINANÇAS

Despacho

Nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 233/72, de 8 de Julho, que institui o regime de alimentação por conta do Estado aos oficiais, sargentos e praças da Guarda Nacional Republicana, são fixados os quantitativos dos abonos para alimentação nas diferentes situações referidas naquele diploma, a vigorar no ano de 1976:

Alimentação em espécie:

Almoço	30\$00
Diária	60\$00

Alimentação a dinheiro:

Almoço	25\$00
Diária	50\$00

Ministérios da Administração Interna e das Finanças, 19 de Março de 1976. — O Ministro da Administração Interna, *Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa*. — Pelo Ministro das Finanças, *José Dias dos Santos Pais*, Secretário de Estado adjunto do Ministro das Finanças.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SECRETARIA DE ESTADO DOS ASSUNTOS JUDICIÁRIOS

Direcção-Geral dos Serviços Judiciários

Portaria n.º 213/76

de 10 de Abril

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado dos Assuntos Judiciários, nos termos do artigo 251.º, n.º 2, do Estatuto Judiciário, que o quadro da comarca de Vila Verde seja aumentado com um lugar de escriturário-dactilógrafo.

Ministério da Justiça, 18 de Março de 1976. — O Secretário de Estado dos Assuntos Judiciários, *Arnando Bacelar*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**SECRETARIA DE ESTADO DAS FINANÇAS**

Direcção-Geral do Património

Decreto n.º 264/76

de 10 de Abril

Considerando a necessidade de obter com urgência instalações para vários serviços do Estado;

Considerando que se torna possível resolver alguns dos casos mais prementes com a aquisição de um edifício já construído e que, pela sua localização e características funcionais, satisfaz a esse fim;

Tendo em vista o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 48 234, de 31 de Janeiro de 1968;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 3.º, n.º 1, alínea 4), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de Março, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral do Património a celebrar escritura para aquisição, pela importância de 78 668 500\$, de um imóvel situado em Lisboa, na Rua do Professor Gomes Teixeira, tornejando para a Rua de Possidónio da Silva, ainda sem número de polícia, e construído no terreno inscrito na 7.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa, sob o n.º 5151, a fl. 143 do livro B-18.

Art. 2.º O encargo resultante da execução do contrato referido no artigo anterior será satisfeito da seguinte forma:

Em 1976 — 40 000 000\$;

Em 1977 — 38 668 500\$.

José Baptista Pinheiro de Azevedo — Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva.

Promulgado em 1 de Abril de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

Despacho

1. Encontra-se concluído o relatório elaborado pelos dois representantes da Secretaria de Estado das Finanças (actualmente Secretaria de Estado dos Investimentos Públicos) e da Secretaria de Estado da Indústria e Tecnologia (substituída agora, para o presente efeito, pela Secretaria de Estado da Indústria Ligeira), respectivamente, Dr. João Pedro Guimarães Cardoso Baldaia e engenheiro António José Tamm Zurrapa. O relatório foi elaborado para os efeitos do § 1.º do n.º 1 do acordo prévio firmado entre os dois Secretários de Estado acima referenciados, por um lado, e os Drs. Dieter Hagen e Hartmut Rabid, em representação, respectivamente, de Accumulatoren-Fabriken Wilhelm Hagen AG, SOEST, e Deutsche Gesellschaft Für Wirtschaftliche Zusammenarbeit M B H,

por outro lado, como principais accionistas da firma Acumuladores Wilhelm Hagen (Portugal), S. A. R. L.

2. Do referido relatório resulta que a empresa Acumuladores Wilhelm Hagen (Portugal), S. A. R. L., não apresenta viabilidade económica, assim se afeitando do afastamento entre a situação patenteada pelos números apresentados em Novembro de 1974 e a situação real da empresa. Com efeito, ainda que se verifique uma entrada de capitais próprios da ordem dos 30 000 contos, que se obtenha redução ou diferimento dos encargos financeiros inerentes ao crédito bancário em vigor, que se reduza o número de efectivos e que se procure actuar no sentido da contenção de alguns encargos de estrutura, a empresa continuará a laborar com prejuízo, isto é, não apresenta, nas condições actuais, perspectivas de viabilidade económica.

3. Nestes termos, não se encontram reunidas as condições referidas no § 2.º do n.º 1.º do acordo prévio, pelo que deve o mesmo considerar-se ineficaz, não havendo, por conseguinte, lugar à celebração do contrato definitivo previsto no referido acordo prévio.

4. Assim, considera-se, para todos os efeitos, concluída a tarefa para que foram designados os engenheiros António José Tamm Zurrapa e o Dr. João Pedro Guimarães Cardoso Baldaia, que cessam imediatamente funções.

5. Todavia, e com vista a evitar eventuais dificuldades administrativas, poderão os dois antigos representantes do Estado Português, se o accionista maioritário nisso se revelar interessado, continuar a assegurar os actos de gestão corrente da empresa, em conjunto com o representante da DEG, até ao dia 25 de Março de 1976.

6. Mantém, porém, o Estado Português a firme intenção de, através do sistema bancário nacionalizado, dar à empresa o apoio creditício necessário, para, em equilibrado complemento dos capitais próprios de origem alemã, levar a bom termo as medidas de reconversão que aos accionistas fundadores compete tomar, para tornar a empresa demonstradamente viável.

Ministérios das Finanças e da Indústria e Tecnologia, 15 de Março de 1976. — O Secretário de Estado dos Investimentos Públicos, *António Sousa Gomes*. — O Secretário de Estado da Indústria Ligeira, *Luís Filipe de Moura Vicente*.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA**SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA LIGEIRA**

Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais

Portaria n.º 214/76

de 10 de Abril

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Indústria e Tecnologia, nos termos do parágrafo 2 do artigo 4.º do Estatuto de Normalização Portuguesa (Decreto-Lei n.º 38 801, de 25 de Junho de 1952, modificado pelo Decreto-Lei n.º 48 454, de 25 de Junho de 1968), com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 117/75, de 8 de Março, aprovar como norma definitiva o estudo E-1717, com as al-

terações propostas no respectivo parecer do Conselho de Normalização e com o número e título seguintes:

NP-1239 — Produtos petrolíferos. Terminologia usada na indústria do petróleo.

Ministério da Indústria e Tecnologia, 26 de Fevereiro de 1976. — Pelo Ministro da Indústria e Tecnologia, *Luís Filipe de Moura Vicente*, Secretário de Estado da Indústria Ligeira.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

Aviso

Por ordem superior se torna público que, de harmonia com informação do conselho jurídico das Nações Unidas, o Governo do Japão depositou, em 10 de Outubro de 1975, o seu instrumento de adesão ao Protocolo para a continuação em vigor do Convénio Internacional do Café de 1968, prorrogado, concluído em Londres em 26 de Setembro de 1974.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 28 de Fevereiro de 1976. — O Adjunto do Director-Geral, *Alexandre Eduardo Lencastre da Veiga*.

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, URBANISMO E CONSTRUÇÃO

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 265/76

de 10 de Abril

A aplicação prática do novo regime das cooperativas de habitação revelou algumas dificuldades de interpretação da respectiva legislação e a necessidade de adequar alguns aspectos de pormenor às exigências práticas.

No sentido de prosseguir estes objectivos, torna-se aconselhável simplificar as formalidades necessárias à constituição de cooperativas de habitação.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo artigo 3.º, n.º 1, alínea 3), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de Março, o Conselho de Ministros decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os artigos 10.º, 16.º, 17.º, 20.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 730/74, de 20 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

Art. 10.º — 1. Os sócios beneficiários de habitação pagarão, pela importância em dívida desde a entrada em vigor do presente diploma, a taxa de juro que vier a ser fixada pelos corpos sociais competentes, de acordo com as condições dos empréstimos obtidos pela cooperativa.

2. Nos actos sociais previstos no número anterior que, nos termos estatutários, vierem a ser estabelecidos, será obrigatória a estipulação de

que a respectiva taxa de juro poderá ser revista periodicamente sempre que se verifiquem alterações nas condições dos empréstimos obtidos pela cooperativa.

3. O disposto nos números anteriores não se aplicará aos sócios inscritos, até à entrada em vigor do presente diploma, na modalidade de construção ou aquisição sem juro, salvo deliberação em contrário da assembleia geral.

Art. 16.º — 1.

2.

3.

4. Poderá o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, mediante parecer favorável da cooperativa, autorizar, com prejuízo do disposto no n.º 1, a alienação, se condições graves da situação familiar, profissional ou económica do sócio o justificarem.

Art. 17.º — 1. Só é permitida a locação, sublocação ou qualquer outra forma gratuita ou onerosa de transmissão do direito à fruição das habitações detidas, mas ainda não amortizadas pelos sócios, quando circunstâncias excepcionais o imponham, mediante parecer favorável da cooperativa, sujeito a ratificação da bolsa da habitação do concelho ou, na sua falta, do Fundo de Fomento da Habitação.

2.

3.

Art. 20.º — 1.

2.

3. Se o sucessor comunicar à cooperativa que não pretende habitar o fogo, deverá o direito do sócio falecido ser resgatado.

4. Se a sucessão ocorrer durante o período de amortização da casa, para efeitos do número anterior, será pago ao sucessor o valor amortizado.

Art. 21.º — 1.

2. Não haverá lugar à restituição do capital se o sócio optar pela transferência da sua posição, com os correspondentes direitos e obrigações, para a cooperativa referida na parte final do número anterior.

Art. 2.º Os actos constitutivos das cooperativas de habitação serão outorgados, no mínimo, por três membros da comissão organizadora, constituída nos termos da lei, os quais entregarão ao notário, que arquivará, a lista nominal dos sócios com todos os elementos de identificação e do capital subscrito ou realizado por estes na cooperativa, atento o disposto nas disposições combinadas do n.º 3 do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 730/74, de 20 de Dezembro, e n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 737-A/74, de 23 de Dezembro.

Art. 3.º As publicações dos estatutos e suas alterações a que se refere o artigo 193.º do Código Comercial, quando se trate de cooperativas de habitação económica regulada pelo Decreto-Lei n.º 737-A/74, serão feitas por extracto, certificado por notário, donde constem os objectivos, âmbito territorial e sede da cooperativa.

Art. 4.º — 1. O disposto no artigo anterior é aplicável à publicação dos estatutos e suas alterações das associações de moradores.

2. Entende-se por associações de moradores, para efeitos do número anterior, as que se constituam nos termos do Decreto-Lei n.º 594/74, de 7 de Novembro, e incluam entre os seus fins actividades conducentes à melhoria das condições de habitação dos seus associados ou obtenção de habitação própria.

Art. 5.º É aplicável às associações de moradores o disposto quanto às sociedades cooperativas no § único do artigo 209.º do Código Comercial.

Art. 6.º As associações de moradores que contêm nos seus estatutos disposições impeditivas de práticas especulativas ou consagrem o princípio da propriedade colectiva dos fogos por si atribuídos aos seus associados beneficiam das isenções fiscais e outros benefícios concedidos por lei às cooperativas de habitação económica, nomeadamente através do Decreto-Lei n.º 737-A/74, de 23 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 182/72, de 30 de Maio.

Art. 7.º O Decreto-Lei n.º 45 933, de 19 de Setembro de 1964, não se aplica às cooperativas de habitação económica, salvo, quanto às cooperativas a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 730/74, de 20 de Dezembro, se nesse sentido dispuserem expressamente os estatutos.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. —
José Baptista Pinheiro de Azevedo — João de Deus Pinheiro Farinha — Eduardo Ribeiro Pereira — António Francisco Barroso de Sousa Gomes.

Promulgado em 1 de Abril de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 215/76 de 10 de Abril

A entrada em vigor do novo sistema de atribuição de licenças para a exploração da indústria de transportes de passageiros em regime de aluguer, regulado no Decreto-Lei n.º 512/75, de 20 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 99/76, de 2 de Fevereiro, vem permitir que, a curto prazo, se possam resolver os desequilíbrios de funcionamento em alguns mercados regionais deste tipo de serviços de transporte.

É nos centros urbanos, e particularmente nas capitais de distrito, que a escassez da oferta mais se faz sentir perante as exigências crescentes de procura.

É esta também a situação na cidade de Braga, onde o problema não foi já resolvido, dado que a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 512/75, alterando o quadro normativo do licenciamento, determinou a suspensão de diligências já encetadas com o Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga com vista a um rápido preenchimento das vagas existentes e das resultantes do aumento de contingente.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 99/76 encontram-se agora preenchidos os condicionalismos legais que permitem dar satisfação imediata aos interesses daquela colectividade, segundo o critério de prioridade do tempo proposto pelo Sindicato, que mereceu a aprovação da respectiva Câmara Municipal, o qual se enquadra no regime de excepção previsto naquele diploma para as capitais de distrito.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, o seguinte:

1. O contingente de veículos automóveis ligeiros de passageiros de aluguer na cidade de Braga é aumentado em dez unidades.

2. As licenças resultantes deste aumento do contingente, bem como as sete que correspondem a vagas já existentes, serão atribuídas mediante concurso a efectuar pela Câmara Municipal de Braga, nos termos do Decreto-Lei n.º 512/75, de 20 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 99/76, de 2 de Fevereiro.

3. O concurso a que se refere o número anterior obedecerá ao disposto na presente portaria e no respectivo programa a elaborar pela Câmara Municipal de Braga.

4. Poderão concorrer à atribuição destas licenças os motoristas profissionais de nacionalidade portuguesa, à excepção dos que hajam sido condenados pela prática de crimes previstos no n.º 2 do artigo 46.º do Código da Estrada ou que hajam sido declarados delinquentes habituais ou por tendência.

5. A admissão dos requerentes a concurso far-se-á mediante requerimento, que deverá obedecer ao modelo anexo, a entregar na Câmara Municipal de Braga no prazo de quinze dias, a contar do anúncio da abertura do concurso.

6. Com o requerimento referido no número anterior deverão os interessados apresentar prova dos requisitos de admissão a concurso e das condições de preferência.

7. Os elementos de identificação, o número e data de inscrição como sócios e o tempo de exercício efectivo da profissão (em anos, meses e dias) deverão constar de declaração passada pelo Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga, nos termos do modelo anexo.

8. A observância do requisito constante da parte final do n.º 4 será comprovada através de certificado do registo criminal.

9. Ao abrigo do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 512/75, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 99/76, a ordem de prioridades será a seguinte:

- a) Aos motoristas de automóveis ligeiros de aluguer de passageiros da cidade de Braga inscritos no Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga como sócios efectivos com mais tempo de exercício efectivo daquela profissão nesta última qualidade serão concedidas nove licenças;
- b) Aos outros motoristas profissionais inscritos no Sindicato dos Transportes Rodoviários

do Distrito de Braga como sócios efectivos com mais tempo de exercício efectivo da profissão nesta última qualidade serão concedidas oito licenças.

10. O tempo de exercício efectivo da profissão será o que resultar dos mapas de quotização ou dos horários de trabalho, se os houver, registados no Sindicato.

11. Para efeitos da contagem do tempo referido no número anterior serão descontados todos os períodos de interrupção de exercício efectivo da profissão, com excepção dos motivados por doença devidamente comprovada perante o Sindicato através de declarações da caixa de previdência.

12. A Câmara Municipal de Braga promoverá, no prazo julgado conveniente, a publicação de uma lista de classificação provisória dos requerentes.

13. Os requerentes terão o prazo de quinze dias, a contar da data da publicação da lista de classificação provisória, para a entrega de eventuais reclamações, que terão de ser concretas e devidamente fundamentadas.

14. A Câmara Municipal de Braga, depois de apreciadas as reclamações, promoverá a publicação da lista de classificação definitiva, da qual deverá ser remetido um exemplar à Direcção-Geral de Transportes Terrestres.

15. Poderá, no entanto, a Câmara Municipal proceder à publicação de listas parcelares de classificação definitiva.

16. A cada requerente será concedida apenas uma licença.

17. Ao programa de concurso, bem como às restantes publicações referidas no presente diploma, deverá ser dada a devida publicidade, nomeadamente através da sua afixação nos locais de estilo.

18. O concurso será válido por um ano, devendo, no entanto, ser apresentados os documentos de actualização que forem solicitados.

Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações, 24 de Março de 1976. — O Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, *António Machado Rodrigues*.

Modelo a que se refere o n.º 5 da Portaria n.º 215/76

Ex.^{ma} Sr. Presidente da Câmara Municipal d...

Nome ..., nascido a ..., na freguesia d..., concelho d..., filho de ... e de ..., residente em ..., freguesia d..., concelho d..., titular da carta de condutor profissional n.º ..., emitida pela Direcção de Viação d..., em ..., e do bilhete de identidade n.º ..., emitido pelo serviço do Arquivo de Identificação d..., em ..., exercendo efectivamente a profissão de motorista e inscrito no Sindicato dos Motoristas do Direito d... como sócio efectivo desde ..., sob o n.º ..., e na Caixa de Previdência d..., sob o n.º ..., requer a V. Ex.^a a concessão de licença de aluguer para um automóvel ligeiro de passageiros, com estacionamento em ..., freguesia d..., concelho d...

Pede deferimento,

Data ...

Assinatura reconhecida ...

Modelo a que se refere o n.º 7 da Portaria n.º 215/76

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito d...

Declaração

Para efeitos de concessão de licença de aluguer para automóvel ligeiro de passageiros, nos termos do Decreto-Lei n.º 512/75, de 20 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 99/76, de 2 de Fevereiro, declaro-se que ..., nascido a ..., filho de ... e de ..., residente em ..., titular da carta de condutor profissional n.º ..., passada pela Direcção de Viação d..., e do bilhete de identidade n.º ..., emitido pelo serviço do Arquivo de Identificação d..., está inscrito neste Sindicato como sócio efectivo, sob o n.º ..., desde ..., exercendo efectivamente a profissão de motorista por conta de outrem, constando dos mapas de quotização (ou dos horários de trabalho aprovados) desde ..., o que perfaz ... anos, ... meses e ... dias na condução efectiva de veículos automóveis, verificando-se, portanto, as seguintes interrupções: ...

E por ser verdade e ser pedida se passa a presente declaração, que vai assinada sob o selo branco deste organismo.

..., de ... de 197...

A Direcção ...

O Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, *António Machado Rodrigues*.

MINISTÉRIOS DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES E DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Decreto-Lei n.º 266/76

de 10 de Abril

Sem prejuízo dos estudos em curso para uma revisão geral das disposições do Código da Estrada, reconhece-se ser vantajoso fazer, desde já, uma actualização dos preceitos em vigor nele contidos relativos à exigência de habilitações literárias para efeitos de carta de condução, revogando-se, ao mesmo tempo, o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 40 964, de 31 de Dezembro de 1956.

Com efeito, a exigência da 4.ª classe da instrução primária para obtenção da carta de condução de veículos automóveis, salvo tractores agrícolas, para a obtenção dos quais basta a 3.ª classe, acarreta problemas de vária ordem:

- Impossibilidade de cidadãos de certa idade obterem carta de condução, por não terem habilitações próprias, não obstante saberem ler e escrever;
- Impossibilidade de os portugueses titulares de licenças de condução estrangeiras obterem carta de condução com dispensa ou mediante exame de condução, por não possuírem habilitações literárias, muito embora possam conduzir em Portugal, enquanto não residentes, com aquelas licenças;
- Frequente recurso à apresentação de diplomas de habilitações literárias falsas, cujo *contrôle* é muito difícil na prática.

Por outro lado, considerando que o actual sistema do ensino de condução necessita de ser aperfeiçoado, pois, independentemente do seu carácter público, está

relacionado com a segurança das pessoas, é urgente a tomada imediata de algumas medidas para pôr termo ao exercício clandestino da instrução automóvel.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo artigo 3.º, n.º 1, alínea 3), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de Março, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Fica revogado o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 40 964, de 31 de Dezembro de 1956.

Art. 2.º O n.º 1 e o n.º 3 do artigo 47.º, o n.º 1 e o n.º 2 do artigo 48.º e o n.º 3 do artigo 51.º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 39 672, de 20 de Maio de 1954, passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 47.º

1. As licenças para condução de veículos automóveis denominam-se «cartas de condução» e serão passadas pelas direcções de viação aos indivíduos que estejam nas condições seguintes:

- a)
- b)
- c)
- d) Saibam ler e escrever, excepto os condutores de tractores agrícolas;

2.

3. A carta de condutor profissional será passada aos indivíduos aprovados no exame a que se refere o n.º 2 do artigo 49.º e que não estejam abrangidos pelos n.ºs 2 e 4 do artigo anterior.

ARTIGO 48.º

1. Serão admitidos ao exame referido no artigo 49.º os indivíduos que, estando nas condições exigidas no artigo anterior, o requeiram, mediante proposta da escola de condução ou do instrutor com actividade por conta própria, na direcção de viação a cuja área pertençam.

Ao requerimento devem juntar-se os documentos seguintes:

- a) Bilhete de identidade;
- b) Atestado médico-sanitário nos termos do n.º 3 do artigo 50.º;
- c) Certificado de registo criminal.

Os requerentes menores deverão apresentar ainda a apólice de seguro exigida no n.º 1 do artigo 47.º

É dispensada a apresentação do atestado médico-sanitário sempre que o candidato tenha feito a sua aprendizagem nos termos do artigo 51.º e não tenha expirado ainda o prazo de validade do atestado apresentado nos termos do n.º 1 do mesmo artigo.

Aos candidatos já habilitados a conduzir veículos automóveis de classe diferente só será exigida a apresentação do certificado do registo criminal se já tiver caducado a validade do que anteriormente apresentaram.

2. Para os candidatos de nacionalidade estrangeira, a comprovação de que sabem ler e escrever e o documento a que se refere a alínea c) do n.º 1 serão substituídos por certificados do respectivo consulado que atestem possuir o candidato habilitações correspondentes à 4.ª classe da instrução primária e a idoneidade correspondente à exigida pelo presente Código e, no caso de serem nacionais de país sem representação diplomática em Portugal, certificado de habilitações literárias passado pelo Ministério da Educação e Investigação Científica e certificado de registo criminal passado pelas autoridades portuguesas.

- 3.
- 4.

ARTIGO 51.º

- 1.
- 2.

3. Sem prejuízo das licenças de instrução individual já concedidas, a instrução só pode ser ministrada por instrutores devidamente habilitados, nos termos do artigo seguinte, por intermédio das escolas de condução.

A contravenção do disposto neste número é punida com multa de 5000\$ por cada instruendo, sendo de 15 000\$ no caso de reincidência, com apreensão imediata do ou dos veículos automóveis utilizados, enquanto não estiver paga a multa.

Art. 3.º Este diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — José Baptista Pinheiro de Azevedo — José Augusto Fernandes — Vítor Manuel Rodrigues Alves.

Promulgado em 26 de Março de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

=====

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Decreto n.º 267/76

de 10 de Abril

Em virtude das circunstâncias em que se tem processado o retorno ao País de cidadãos portugueses radicados nas ex-colónias, não é possível, em muitos casos, aos estudantes que desejam prosseguir os seus estudos apresentar nos respectivos estabelecimentos de ensino os certificados das habilitações escolares.

Igual impossibilidade de comprovação de habilitações académicas se verifica em casos de candidaturas a empregos públicos e outros.

Torna-se, pois, necessário fixar, nestes casos, um processo de suprir a falta de certificados de habilitações escolares.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo artigo 3.º, n.º 1, alínea 3), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de

Março, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. Os indivíduos regressados das ex-colónias que se encontrem impossibilitados de apresentar certificados das suas habilitações escolares deverão requerer o seu suprimento nos estabelecimentos de ensino que desejem frequentar ou em outros serviços dependentes do Ministério da Educação e Investigação Científica e que venham a ser designados por despacho ministerial, a publicar no *Diário do Governo*.

2. Os requerimentos referidos no número anterior serão dirigidos ao director-geral do respectivo ramo de ensino e deverão ser assinados pelos pais ou encarregados de educação, quando os alunos forem menores de 18 anos não emancipados.

3. Tratando-se de habilitações adquiridas no ensino particular, os requerimentos deverão ser dirigidos ao inspector-geral do Ensino Particular e serão apresentados no estabelecimento de ensino oficial a que o estabelecimento de ensino particular que pretendam frequentar se encontre vinculado.

Art. 2.º Os requerimentos mencionados no artigo anterior deverão conter, sempre que possível, todos os elementos do *curriculum* escolar do aluno, com a indicação dos estabelecimentos de ensino frequentados, exames realizados e classificações obtidas e serão acompanhados pelos meios de prova de que os interessados disponham, designadamente de indicação de testemunhas abonatórias das afirmações produzidas.

Art. 3.º Os estabelecimentos de ensino oficial ou os serviços do Ministério da Educação e Investigação Científica para o efeito designados devem instruir os processos solicitando as informações necessárias, ouvindo as testemunhas apresentadas ou determinando as diligências adequadas ao esclarecimento da verdade.

Art. 4.º As testemunhas poderão ser ouvidas em estabelecimentos de ensino oficial, ou em serviços do Ministério da Educação e Investigação Científica para o efeito designados, da área de sua residência, devendo, em qualquer caso, ser reduzidas a escrito as declarações prestadas.

Art. 5.º Depois de instruído, será o processo remetido ao director-geral respectivo ou ao inspector-geral do Ensino Particular, que poderão determinar outras diligências ou solicitar informações aos departamentos competentes, e comunicarão aos estabelecimentos de ensino ou ao serviço onde o requerimento foi apresentado a decisão final.

Art. 6.º Quando os interessados não pretendam continuar os estudos, devem apresentar os requerimentos e os meios de prova na direcção-geral competente ou na Inspecção-Geral do Ensino Particular, que procederão à instrução dos respectivos processos.

Art. 7.º — 1. Quando for impossível apurar as habilitações dos interessados, depois de realizadas todas as diligências, o Ministro da Educação e Investigação Científica pode determinar a realização de testes ou outras formas de avaliação de conhecimentos correspondentes às habilitações apresentadas pelos candidatos, nos termos que forem estabelecidos por despacho ministerial, a publicar no *Diário do Governo*.

2. O estabelecimento de ensino onde forem realizadas as formas de avaliação fica autorizado a passar o documento correspondente à avaliação apurada, mesmo que se trate de carta de curso ou da respectiva certidão.

Art. 8.º — 1. Nos estabelecimentos de ensino primário serão feitas as matrículas de acordo com as declarações dos pais ou encarregados de educação, não podendo o ano de matrícula situar-se aquém dos limites mínimos de idade estabelecidos para a sua frequência.

Se se verificar que o aluno não manifesta aptidões para frequentar o ano em que foi matriculado, o conselho escolar ou encarregado de direcção, após apreciar os elementos que fundamentam a decisão, pode determinar a matrícula em ano de escolaridade menos adiantado.

2. Da decisão proferida pelo conselho escolar ou encarregado de direcção, nos termos da parte final do número anterior, haverá recurso para o delegado escolar ou secretário de zona respectivo.

Art. 9.º As falsas declarações prestadas serão punidas nos termos do artigo 242.º do Código Penal.

Art. 10.º — 1. Os estabelecimentos de ensino ficam autorizados a proceder às inscrições e matrículas condicionais até resolução final dos processos.

2. Não é permitida passagem de ano e admissão a exame até decisão final do processo.

3. Os certificados de inscrição e matrícula condicionais não têm qualquer valor para efeitos de comprovação de habilitações.

Art. 11.º Os requerimentos e os processos referidos neste diploma ficam isentos de imposto do selo e quaisquer encargos previstos na lei.

Art. 12.º O Ministério da Educação e Investigação Científica elaborará as instruções e normas regulamentares necessárias com vista ao andamento expedito dos processos e à boa execução deste decreto-lei.

Art. 13.º A comprovação, nos termos deste diploma, de habilitações escolares correspondentes a determinado grau ou ramo de ensino envolve, necessariamente, as habilitações que lhe servem de base na estrutura do sistema educativo, excepto no caso de ingresso nas escolas superiores de maiores de 25 anos mediante a prestação de exames *ad hoc*.

Art. 14.º O disposto no presente diploma aplica-se exclusivamente a habilitações escolares obtidas em estabelecimentos de ensino de territórios que estiveram ou ainda se encontrem sob administração portuguesa.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — José Baptista Pinheiro de Azevedo — João de Deus Pinheiro Farinha — Vítor Manuel Rodrigues Alves — João Cristóvão Moreira — Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva.

Promulgado em 30 de Março de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Decreto-Lei n.º 268/76

de 10 de Abril

Tendo em conta o aumento constante dos concorrentes a lugares de professor do ensino primário e a consequente sobrecarga de trabalho, que dificulta o bom e normal funcionamento dos serviços respectivos; Enquanto não se reestrutura a orgânica desses cursos;

Sem prejuízo dos direitos dos professores que queiram concorrer, quer ao abrigo da lei geral, quer ao abrigo da preferência conjugal;

Procurou-se, através da uniformização dos prazos e da simultaneidade dos concursos, evitar certas situações de desfavor que existiam para os professores dos Açores e Madeira e simplificar, ainda que só parcialmente, os serviços;

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo artigo 3.º, n.º 1, alínea 3), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de Março, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. Será publicado no *Diário do Governo*, 2.ª série, no primeiro dia útil de cada mês, aviso relativo aos lugares vagos das escolas do ensino primário que se consideram postos a concurso ao abrigo do artigo 4.º do Decreto n.º 19 531, de 30 de Março de 1931, e da base III da Lei n.º 2129, de 20 de Agosto de 1966.

2. Não se realizarão concursos nos meses de Junho e Julho.

Art. 2.º O prazo para entrega de documentos termina no dia 10 do mês seguinte ao da publicação do aviso.

Art. 3.º Ficam revogados, no respeitante a prazos, o § 1.º do artigo 4.º e § 2.º do artigo 3.º do Decreto n.º 19 531, de 30 de Março de 1931, e o n.º 2 da base III da Lei n.º 2129, de 20 de Agosto de 1966, segundo o entendimento dado pelo artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 464/71, de 2 de Novembro, bem como o § 3.º do artigo 13.º do Decreto n.º 19 531, de 30 de Março de 1931.

Fica igualmente revogado o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 454/75, de 21 de Agosto.

Art. 4.º Os prazos estabelecidos neste diploma poderão ser alterados por portaria do Ministro da Educação e Investigação Científica.

Art. 5.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — José Baptista Pinheiro de Azevedo — Vítor Manuel Rodrigues Alves.

Promulgado em 30 de Março de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS

Decreto-Lei n.º 269/76

de 10 de Abril

1. O Decreto-Lei n.º 169-D/75, de 31 de Março, criou um regime geral de subsídio de desemprego.

2. Existem, todavia, situações graves de desemprego não enquadráveis naquele regime geral e, pela sua natureza, insusceptíveis de tratamento genérico.

3. Caracterizam-se essas situações pela imprevisibilidade do desemprego, pela especificidade dos sectores em que surgem — atingindo, em regra, gru-

pos reduzidos de trabalhadores —, pela transitoriedade de que se revestem e, fundamentalmente, pelas tensões sociais que originam.

4. Torna-se necessário apetrechar o Executivo com formas de actuação expedita que permitam, eliminando ou atenuando as referidas situações, fazer justiça.

5. Neste contexto, prevê-se a possibilidade de, através de portarias ou despachos conjuntos dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais, fazer face a tais situações.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo artigo 3.º, n.º 1, alínea 3), da Lei Constitucional, n.º 6/75, de 26 de Março, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Em situações especiais de desemprego, poderão os Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais, por portaria ou despacho conjunto, criar esquemas de protecção, nos termos do presente diploma.

Art. 2.º Só poderão ser criados regimes especiais de subsídio de desemprego desde que se verifiquem os seguintes pressupostos:

- O estado de necessidade dos grupos de trabalhadores desempregados a subsidiar;
- A impossibilidade de as situações colectivas de desemprego serem abrangidas pelo regime geral do Decreto-Lei n.º 169-D/75, de 31 de Março, ou por outros esquemas de protecção no desemprego;
- A urgência em fazer face a tais situações corresponder a imperativo de justiça social.

Art. 3.º Além de respeitarem os objectivos fundamentais do Decreto-Lei n.º 169-D/75, bem como as coordenadas mais gerais da sua aplicação, os regimes especiais a definir nos termos do presente decreto-lei contemplarão:

- Os requisitos mínimos de atribuição;
- A duração do subsídio, não superior a seis meses;
- A possibilidade de prorrogação do período de concessão;
- O montante do subsídio, não superior ao valor mais elevado previsto no regime geral;
- A actualização de contribuições para a caixa de previdência durante o período a subsidiar;
- As formas expeditas e práticas de execução dos esquemas criados.

Art. 4.º Aos beneficiários dos regimes instituídos pelo presente diploma, ainda que não sejam beneficiários das caixas de previdência, é reconhecido o direito às prestações não pecuniárias de doença e maternidade, extensivo aos seus familiares, bem como ao abono de família e prestações complementares, nos termos estabelecidos no Decreto n.º 45 266, de 23 de Setembro de 1963.

Art. 5.º — 1. Os regimes especiais de subsídio de desemprego instituídos ao abrigo do presente diploma

serão financiados pelas verbas globais do Fundo de Desemprego, orçamentadas ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 759/74, de 30 de Dezembro, na medida das disponibilidades financeiras e sem prejuízo do financiamento do regime geral instituído pelo Decreto-Lei n.º 169-D/75, de 31 de Março.

2. As verbas afectadas aos regimes especiais de subsídio de desemprego serão processadas através da Caixa Nacional de Pensões, nos termos do regime geral, salvo se a instituição pagadora não for uma caixa de previdência, caso em que deverão ser deduzidas aos duodécimos referidos no n.º 2 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 169-D/75 e entregues à instituição pagadora.

Art. 6.º Este diploma produz efeitos a partir de 2 de Janeiro de 1976.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *José Baptista Pinheiro de Azevedo — João Pedro Tomás Rosa — Rui Manuel Parente Chancelerelle de Machete.*

Promulgado em 1 de Abril de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

Despacho ministerial

1. Na sequência do despacho normativo de 16 de Dezembro de 1974 do Secretário de Estado do Trabalho relacionado com a sindicalização e recrutamento do pessoal dos serviços de estiva e do tráfego do porto de Lisboa, verifica-se que cerca de três centenas de trabalhadores portuários «homens da rua» não foram abrangidos por aquele despacho, em virtude de não preencherem os requisitos exigidos.

2. Não obstante, a quase totalidade desses trabalhadores encontra-se ligada à actividade portuária há vários anos, estando assim, na actualidade, desprovida de qualquer protecção.

3. A situação de desemprego que atinge estes trabalhadores é particularmente grave não apenas pela crise que afecta o porto de Lisboa, como, e sobretudo, porque não lhes é possível exercer a actividade, por força da sua não sindicalização.

4. Urge, assim, ainda que transitariamente, fazer face à grave situação dos «homens da rua», com profundas implicações sociais, enquanto outra solução mais estável não for encontrada, no âmbito da reestruturação em curso do porto de Lisboa.

Nestes termos:

Considerando a situação de desemprego dos trabalhadores portuários do porto de Lisboa «homens da rua», que não foram sindicalizados, facto que os inibe de exercerem a sua actividade;

Considerando a urgência de socorrer a precária situação em que se encontram esses trabalhadores, sem trabalho e sem possibilidades de o prestarem;

Considerando que, a curto prazo, tal situação será revista e eliminada, no âmbito da reestruturação do porto de Lisboa;

Considerando a impossibilidade de acesso dos «homens da rua» ao regime geral em vigor de protecção no desemprego;

Ouvidas as partes interessadas:

Decidem os Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais, ao abrigo do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 296/76, de 9 de Abril:

1.º Aos trabalhadores desempregados do porto de Lisboa não sindicalizados — «homens da rua» — que à data de 31 de Dezembro de 1975 estejam inscritos na Caixa de Previdência dos Trabalhadores do Porto de Lisboa (CPTPL) há, pelo menos, doze meses e com contribuições correspondentes ou equivalentes a cento e vinte dias nos últimos vinte e quatro meses será atribuído um subsídio de desemprego nas condições do presente despacho.

2.º Os trabalhadores abrangidos pelo presente despacho terão de fazer prova, perante a respectiva caixa de previdência, de que se encontram inscritos num centro de emprego como candidatos a emprego.

3.º O subsídio, a pagar mensalmente, é diário, calculado na base de um meio ou dois terços do salário mínimo nacional, conforme não tenha ou tenha familiares a cargo, para trinta dias.

4.º O subsídio extingue-se com a obtenção de um emprego ou com a recusa de um emprego conveniente, o que será prontamente comunicado pelos centros de emprego à CPTPL.

5.º O subsídio será pago com referência aos meses de Janeiro a Junho, inclusive, de 1976, desde que solicitado à Caixa nos quinze dias seguintes ao da publicação deste despacho. Os trabalhadores que o solicitem em data posterior apenas terão direito ao subsídio a partir dessa data e até 30 de Junho de 1976.

6.º O subsídio não é acumulável com quaisquer prestações da Previdência, à excepção da assistência médica e medicamentosa e do abono de família e prestações complementares.

7.º Compete à Caixa de Previdência:

- Controlar a qualidade de «homem da rua»;
- Verificar os demais requisitos de atribuição do subsídio;
- Pagar mensalmente o subsídio;
- Actualizar as contribuições com base no salário mínimo nacional a tempo inteiro;
- Enviar mensalmente ao Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego (GGFD) relação dos subsídios e actualizações processados no mês.

8.º Os beneficiários têm de comunicar ao CE e à caixa respectivos, no prazo de cinco dias, a obtenção de emprego.

9.º Os trabalhadores deverão repor as quantias indevidamente recebidas.

10.º O financiamento dos encargos decorrentes da execução deste despacho será efectuado nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 296/76.

11.º No financiamento referido no número anterior estão incluídas as importâncias referentes à actualização de contribuições — parte da entidade patronal — a que se refere a alínea d) do n.º 7, ficando o trabalhador isento do pagamento da parte que lhe competiria.

Ministérios do Trabalho e dos Assuntos Sociais, 10 de Abril de 1976. — O Ministro do Trabalho, *João Pedro Tomás Rosa*. — O Ministro dos Assuntos Sociais, *Rui Manuel Parente Chancelerelle de Machete*.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/86

Considerando a situação sócio-económica no distrito de Setúbal, que se traduz, nomeadamente, na existência de carências graves que afectam parte da sua população;

Considerando que esta situação só será ultrapassada através da alteração do clima social existente, de forma a estimular novos investimentos, por um lado, e, por outro, a proporcionar a recuperação económica do distrito, o que levará à criação e manutenção de postos de trabalho, com a consequente redução do desemprego e melhoria das condições de vida;

Tendo em conta que o objectivo referido no considerando anterior levará algum tempo a ser atingido, mas que importa desde já aumentar o apoio às populações mais desfavorecidas, nomeadamente através de acções de protecção social;

Considerando ainda que «a segurança social deverá ser o instrumento privilegiado de solidariedade do Estado, garante do mínimo de sobrevivência em todas as situações», conforme é referido expressamente no Programa do Governo:

O Conselho de Ministros, reunido em 9 de Janeiro de 1986, resolveu:

1 — Atribuir 500 000 contos das verbas da acção social do orçamento da Segurança Social ao financiamento das seguintes acções:

- a) Integração profissional, através de apoios a iniciativas individuais na criação dos respectivos postos de trabalho e trabalho temporário em actividades socialmente úteis;
- b) Fornecimento de refeições às crianças carenciadas, através das cantinas escolares;
- c) Frequência de colónias de férias por crianças, jovens e idosos;
- d) Obras de melhoria em equipamentos sociais, nomeadamente geridos por centros paroquiais, misericórdias e casas do povo;
- e) Atribuição de subsídios eventuais a famílias sem recursos.

2 — Nomear a governadora civil do Distrito de Setúbal para gerir a aplicação do referido fundo na implementação das acções referidas no n.º 1.

O apoio necessário a tais acções será dado pelo Centro Regional de Segurança Social de Setúbal e outras entidades do distrito que a governadora entenda.

3 — A coordenação da execução das acções referidas pertence ao Ministério do Trabalho e Segurança Social, através da Secretaria de Estado da Segurança Social.

Presidência do Conselho de Ministros. — O Primeiro-Ministro, *António António Cavaco Silva*.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/86

A importância da educação como factor condicionante e determinante do desenvolvimento social, cultural e económico tem sido claramente assumida pelo Governo ao considerar a educação como um dos sectores prioritários da sua acção. Ao fazê-lo, reconhece

implicitamente que o sistema educativo português está longe de corresponder aos legítimos anseios e previsíveis necessidades do País, não só no imediato, mas, principalmente, em relação a um futuro, que importa, sem demoras, salvaguardar.

A reforma pretendida deverá preparar o sistema educativo para responder oportuna e eficazmente aos novos desafios que se perfilam, sejam eles decorrentes da adesão à CEE ou da inevitável emergência de uma nova sociedade de inteligência, de criatividade, de formação permanente e de justiça social.

Para tanto, urge atacar frontal e decididamente as causas profundas que estão na raiz dos principais problemas que vêm, cronicamente, sendo identificados, o que implica uma reforma global e coerente das estruturas, métodos e conteúdos do sistema.

Todavia, para que esta reforma seja eficaz, importa que o seu planeamento, programação, lançamento e acompanhamento sejam cuidadosamente preparados, de modo a evitarem-se desajustes ou sobressaltos contraproducentes.

Os trabalhos a iniciar de imediato por parte da Comissão ora criada deverão assentar na participação activa não só dos especialistas julgados necessários, mas, igualmente, das entidades ou organismos interessados na problemática educativa, impondo-se a sua concretização num prazo curto, de modo que os efeitos esperados possam ser alcançados com a urgência requerida.

Nestes termos:

O Conselho de Ministros, reunido em 26 de Dezembro de 1985, resolveu:

1 — É criada a Comissão de Reforma do Sistema Educativo, adiante designada por Comissão, directamente dependente do Ministro da Educação e Cultura.

2 — Incumbe à Comissão:

- a) Promover a realização de estudos orientados para a reorganização do sistema educativo, em conformidade com as directivas do Governo;
- b) Orientar a preparação dos diplomas legais que, em consequência dos estudos elaborados, se torne necessário realizar;
- c) Orientar a preparação dos programas de aplicação decorrentes da entrada em vigor dos diplomas legais que venham a ser aprovados, submetendo à consideração do Ministro da Educação e Cultura alternativas possíveis em termos de viabilidade financeira e executiva.

3 — A reorganização do sistema educativo deve incidir sobre os diferentes aspectos e componentes que o integram, dentro de uma perspectiva global, coerente e integrada.

4 — Como princípios genéricos orientadores dos trabalhos a realizar, a Comissão deve considerar:

- a) A necessidade de descentralizar a administração educativa, tanto no plano regional e local como no plano institucional;
- b) A intenção de modernizar o sistema de ensino, tanto na sua organização estrutural e curricular como nos métodos e técnicas da sua prática;
- c) O propósito de valorizar os recursos humanos disponíveis e assegurar maior exigência qualitativa ao serviço de ensino prestado.

5 — Para a realização dos seus trabalhos, a Comissão pode propor a constituição dos grupos de trabalho que considere necessários e estabelecer os mecanismos de consulta que sejam pertinentes por força da lei ou oportunidade técnica.

6 — A Comissão poderá estabelecer contactos directos com todos os serviços e organismos da Administração Pública, os quais lhe deverão fornecer todos os elementos por ela solicitados.

7 — Os resultados dos trabalhos dos diferentes grupos, bem como as sucessivas soluções encontradas pela Comissão, serão regularmente presentes à apreciação do Ministro da Educação e Cultura.

8 — A Comissão elaborará regulamento interno do seu funcionamento, o qual será homologado pelo Ministro da Educação e Cultura.

9 — O Ministro da Educação e Cultura pode, sempre que o entender, convocar reuniões da Comissão e, nessas situações, presidirá aos seus trabalhos.

10 — A Comissão é constituída por 9 a 12 personalidades nomeadas por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro da Educação e Cultura.

11 — O Ministro da Educação e Cultura pode autorizar a integração de mais personalidades na Comissão a título temporário.

12 — O apoio logístico, administrativo e financeiro da Comissão é garantido pelo Gabinete de Estudos e Planeamento, cujo director participa obrigatoriamente nos seus trabalhos.

13 — A Comissão orientará os seus trabalhos tendo em atenção os seguintes prazos:

- No prazo de 60 dias após a sua constituição apresentará projecto global das actividades a realizar;
- Nos 12 meses imediatos promoverá os estudos a que se refere a alínea b) do n.º 2 desta resolução e procederá às diligências necessárias à preparação dos projectos de diploma legais consequentes;
- Nos 12 meses seguintes elaborará os programas de aplicação a que se refere a alínea c) do citado n.º 2 e procederá ao acompanhamento possível da sua execução.

14 — Os prazos referidos no número anterior devem ser entendidos sem prejuízo da progressiva concretização de soluções que se mostrem oportunas.

Presidência do Conselho de Ministros. — O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

DEPARTAMENTO DA MARINHA

6.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Declaração

De harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 46/84, de 4 de Fevereiro, se publicam as seguintes transferências de verbas, autorizadas nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do mesmo diploma:

Classificação						Rubricas	Em contos	
Orgânica			Funcional	Económica			Reforços ou inscrições	Anulações
Capít- tulo	Divisão	Subdi- visão		Código	Alínea			
01	03	03	2.03.0	21.00 31.00		Entidades e organismos da Armada Nacional		
		04	2.03.0	21.00 22.00 26.00 27.00 30.00 31.00		Superintendência dos Serviços do Pessoal		
						Direcção do Serviço de Instrução e Treino		
						Bens duradouros — Outros	30	-
						Aquisição de serviços — Não especificados	-	30
		05		10.00 2.03.0 10.02		Direcção do Serviço de Saúde Naval		
						Bens duradouros — Outros	82	-
						Bens não duradouros — Matérias-primas e subsidiárias	-	218
						Bens não duradouros — Consumos de secretaria	-	20
						Bens não duradouros — Outros	204	-
						Aquisição de serviços — Transportes e comunicações	-	52
						Aquisição de serviços — Não especificados	4	-
						Hospital da Marinha		
						Prestações directas — Previdência Social:		
						Encargos com a saúde:		
					1	Medicamentos para o Hospital e unidades da Ma- rinha	-	11 000



DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NÚMERO — 112\$00

1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá efectuar-se até ao final do mês de Janeiro, no que se refere às assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre, e até 31 de Julho, para as que corresponderem ao 2.º semestre.

2 — Preço de página para venda avulso, 3\$50; preço por linha de anúncio, 80\$.

3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

4 — Os prazos de reclamações de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas de «*Diário da República*» e de «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex.

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao «*Diário da República*» desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Lei n.º 46/86:

Lei de Bases do Sistema Educativo.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Portaria n.º 600/86:

Estabelece a constituição do mapa do pessoal assalariado da Embaixada de Portugal em Luanda, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1986.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação:

Decreto-Lei n.º 346/86:

Torna extensivo à glicose e ao xarope de glicose classificados na posição pautal 17.02, B, I, da Pauta dos Direitos de Importação o regime previsto no Decreto-Lei n.º 62/86, de 25 de Março.

Ministério da Educação e Cultura:

Portaria n.º 601/86:

Autoriza o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, através da sua Escola Superior de Educação, a conferir o grau de bacharel em Educação Pré-Escolar e o diploma do curso de professores do ensino básico nas variantes de Português e Francês, Português e Inglês, Matemática e Ciências da Natureza, Educação Visual, Educação Musical e Trabalhos Manuais e aprova os respectivos planos de estudos.

Portaria n.º 602/86:

Autoriza a Escola Superior de Educação de Vila Real a conferir os graus de bacharel em Educação Pré-Escolar e em Ensino Primário e aprova os respectivos planos de estudos.

Declarações:

De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério no montante de 221 551 contos.
De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério no montante de 359 013 contos.

Nota.— Foi publicado um suplemento ao *Diário da República*, n.º 165, de 21 de Julho de 1986, inserindo o seguinte:

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação:

Portaria n.º 374-A/86:

Aplica a legislação comunitária relativa ao sector do tabaco em rama na campanha de 1986-1987.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 46/86

de 14 de Outubro

Lei de Bases do Sistema Educativo

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 164.º e da alínea e) do artigo 167.º da Constituição, o seguinte:

LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO

CAPÍTULO I

Âmbito e princípios

Artigo 1.º

(Âmbito e definição)

1 — A presente lei estabelece o quadro geral do sistema educativo.

2 — O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.

3 — O sistema educativo desenvolve-se segundo um conjunto organizado de estruturas e de acções diversificadas, por iniciativa e sob responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas.

4 — O sistema educativo tem por âmbito geográfico a totalidade do território português — continente e regiões autónomas —, mas deve ter uma expressão

suficientemente flexível e diversificada, de modo a abranger a generalidade dos países e dos locais em que vivam comunidades de portugueses ou em que se verifique acentuado interesse pelo desenvolvimento e divulgação da cultura portuguesa.

5 — A coordenação da política relativa ao sistema educativo, independentemente das instituições que o compõem, incumbe a um ministério especialmente vocacionado para o efeito.

Artigo 2.º

(Princípios gerais)

1 — Todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República.

2 — É da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

3 — No acesso à educação e na sua prática é garantido a todos os portugueses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis, tendo em conta, designadamente, os seguintes princípios:

- a) O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas;
- b) O ensino público não será confessional;
- c) É garantido o direito de criação de escolas particulares e cooperativas.

4 — O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.

5 — A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.

Artigo 3.º

(Princípios organizativos)

O sistema educativo organiza-se de forma a:

- a) Contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, através da consciencialização relativamente ao património cultural do povo português, no quadro da tradição universalista europeia e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre todos os povos do Mundo;
- b) Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;

- c) Assegurar a formação cívica e moral dos jovens;
- d) Assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projectos individuais da existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas;
- e) Desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida activa que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação;
- f) Contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, não só pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis, mas ainda pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres;
- g) Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e acções educativas, de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes;
- h) Contribuir para a correcção das assimetrias de desenvolvimento regional e local, devendo incrementar em todas as regiões do País a igualdade no acesso aos benefícios da educação, da cultura e da ciência;
- i) Assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade aos que dela não usufruíram na idade própria, aos que procuram o sistema educativo por razões profissionais ou de promoção cultural, devidas, nomeadamente, a necessidades de reconversão ou aperfeiçoamento decorrentes da evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos;
- j) Assegurar a igualdade de oportunidade para ambos os sexos, nomeadamente através das práticas de coeducação e da orientação escolar e profissional, e sensibilizar, para o efeito, o conjunto dos intervenientes no processo educativo;
- l) Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adopção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.

CAPÍTULO II

Organização do sistema educativo

Artigo 4.º

(Organização geral do sistema educativo)

1 — O sistema educativo compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar.

2 — A educação pré-escolar, no seu aspecto formativo, é complementar e ou supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.

3 — A educação escolar compreende os ensinamentos básico, secundário e superior, integra modalidades especiais e inclui actividades de ocupação de tempos livres.

4 — A educação extra-escolar engloba actividades de alfabetização e de educação de base, de aperfeiçoamento e actualização cultural e científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional e realiza-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal.

SECÇÃO I

Educação pré-escolar

Artigo 5.º

(Educação pré-escolar)

1 — São objectivos da educação pré-escolar:

- a) Estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades;
- b) Contribuir para a estabilidade e segurança afectivas da criança;
- c) Favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança;
- d) Desenvolver a formação moral da criança e o sentido da responsabilidade, associado ao da liberdade;
- e) Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade;
- f) Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa, e estimular a actividade lúdica;
- g) Incutir hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e colectiva;
- h) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.

2 — A prossecução dos objectivos enunciados far-se-á de acordo com conteúdos, métodos e técnicas apropriados, tendo em conta a articulação com o meio familiar.

3 — A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico.

4 — Incumbe ao Estado assegurar a existência de uma rede de educação pré-escolar.

5 — A rede de educação pré-escolar é constituída por instituições próprias, de iniciativa do poder central, regional ou local e de outras entidades, colectivas ou individuais, designadamente associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições de solidariedade social.

6 — O Estado deve apoiar as instituições de educação pré-escolar integradas na rede pública, subvencionando, pelo menos, uma parte dos seus custos de funcionamento.

7 — Ao ministério responsável pela coordenação da política educativa compete definir as normas gerais da educação pré-escolar, nomeadamente nos seus aspectos pedagógico e técnico, e apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação.

8 — A frequência da educação pré-escolar é facultativa, no reconhecimento de que à família cabe um papel essencial no processo da educação pré-escolar.

SECÇÃO II

Educação escolar

SUBSECÇÃO I

Ensino básico

Artigo 6.º

(Universalidade)

1 — O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e tem a duração de nove anos.

2 — Ingressam no ensino básico as crianças que completem 6 anos de idade até 15 de Setembro.

3 — As crianças que completem os 6 anos de idade entre 16 de Setembro e 31 de Dezembro podem ingressar no ensino básico se tal for requerido pelo encarregado de educação, em termos a regulamentar.

4 — A obrigatoriedade de frequência do ensino básico termina aos 15 anos de idade.

5 — A gratuidade no ensino básico abrange propinas, taxas e emolumentos relacionados com a matrícula, frequência e certificação, podendo ainda os alunos dispor gratuitamente do uso de livros e material escolar, bem como de transporte, alimentação e alojamento, quando necessários.

Artigo 7.º

(Objectivos)

São objectivos do ensino básico:

- a) Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;
- b) Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;
- c) Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as actividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detectando e estimulando aptidões nesses domínios;

- d) Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação de uma segunda;
- e) Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;
- f) Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspectiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;
- g) Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesas;
- h) Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio-afectiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
- i) Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;
- j) Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente, a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;
- l) Fomentar o gosto por uma constante actualização de conhecimentos;
- m) Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias;
- n) Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral;
- o) Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos.

Artigo 8.º

(Organização)

1 — O ensino básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos, organizados nos seguintes termos:

- a) No 1.º ciclo, o ensino é globalizante, da responsabilidade de um professor único, que pode ser coadjuvado em áreas especializadas;
- b) No 2.º ciclo, o ensino organiza-se por áreas interdisciplinares de formação básica e desenvolve-se predominantemente em regime de professor por área;
- c) No 3.º ciclo, o ensino organiza-se segundo um plano curricular unificado, integrando áreas vocacionais diversificadas, e desenvolve-se em regime de um professor por disciplina ou grupo de disciplinas.

2 — A articulação entre os ciclos obedece a uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo

anterior, numa perspectiva de unidade global do ensino básico.

3 — Os objectivos específicos de cada ciclo integram-se nos objectivos gerais do ensino básico, nos termos dos números anteriores e de acordo com o desenvolvimento etário correspondente, tendo em atenção as seguintes particularidades:

- a) Para o 1.º ciclo, o desenvolvimento da linguagem oral e a iniciação e progressivo domínio da leitura e da escrita, das noções essenciais da aritmética e do cálculo, do meio físico e social, das expressões plástica, dramática, musical e motora;
- b) Para o 2.º ciclo, a formação humanística, artística, física e desportiva, científica e tecnológica e a educação moral e cívica, visando habilitar os alunos a assimilar e interpretar crítica e criativamente a informação, de modo a possibilitar a aquisição de métodos e instrumentos de trabalho e de conhecimento que permitam o prosseguimento da sua formação, numa perspectiva do desenvolvimento de atitudes activas e conscientes perante a comunidade e os seus problemas mais importantes;
- c) Para o 3.º ciclo, a aquisição sistemática e diferenciada da cultura moderna, nas suas dimensões humanística, literária, artística, física e desportiva, científica e tecnológica, indispensável ao ingresso na vida activa e ao prosseguimento de estudos, bem como a orientação escolar e profissional que faculte a opção de formação subsequente ou de inserção na vida activa, com respeito pela realização autónoma da pessoa humana.

4 — Em escolas especializadas do ensino básico podem ser reforçadas componentes de ensino artístico ou de educação física e desportiva, sem prejuízo da formação básica.

5 — A conclusão com aproveitamento do ensino básico confere o direito à atribuição de um diploma, devendo igualmente ser certificado o aproveitamento de qualquer ano ou ciclo, quando solicitado.

SUBSECÇÃO II

Ensino secundário

Artigo 9.º

(Objectivos)

O ensino secundário tem por objectivos:

- a) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida activa;
- b) Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística;

- c) Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;
- d) Formar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, e no apreço pelos valores permanentes da sociedade, em geral, e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional;
- e) Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida activa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola;
- f) Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho;
- g) Criar hábitos de trabalho, individual e em grupo, e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança.

Artigo 10.º

(Organização)

1 — Têm acesso a qualquer curso do ensino secundário os que completarem com aproveitamento o ensino básico.

2 — Os cursos do ensino secundário têm a duração de três anos.

3 — O ensino secundário organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para a vida activa ou para o prosseguimento de estudos, contendo todas elas componentes de formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de língua e cultura portuguesas adequadas à natureza dos diversos cursos.

4 — É garantida a permeabilidade entre os cursos predominantemente orientados para a vida activa e os cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos.

5 — A conclusão com aproveitamento do ensino secundário confere direito à atribuição de um diploma, que certificará a formação adquirida e, nos casos dos cursos predominantemente orientados para a vida activa, a qualificação obtida para efeitos do exercício de actividades profissionais determinadas.

6 — No ensino secundário cada professor é responsável, em princípio, por uma só disciplina.

7 — Podem ser criados estabelecimentos especializados destinados ao ensino e prática de cursos de natureza técnica e tecnológica ou de índole artística.

SUBSECÇÃO III

Ensino superior

Artigo 11.º

(Âmbito e objectivos)

1 — O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.

2 — São objectivos do ensino superior:

- a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- b) Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade portuguesa, e colaborar na sua formação contínua;
- c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- d) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem património da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo de hoje, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- g) Continuar a formação cultural e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural.

3 — O ensino universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.

4 — O ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais.

Artigo 12.º

(Acesso)

1 — Têm acesso ao ensino superior:

- a) Os indivíduos habilitados com um curso secundário, ou equivalente, que, cumulativamente, façam prova de capacidade para a sua frequência;
- b) Os indivíduos maiores de 25 anos que, não possuindo aquela habilitação, façam prova especialmente adequada de capacidade para a sua frequência.

2 — A prova ou provas de capacidade referidas no número anterior são de âmbito nacional e específicas para cada curso ou grupo de cursos afins.

3 — O acesso a cada curso do ensino superior deve ter em conta as necessidades em quadros qualificados e a elevação do nível educativo, cultural e científico do País, podendo ainda ser condicionado pela necessidade de garantir a qualidade do ensino.

4 — O Estado deve criar as condições que garantam aos cidadãos a possibilidade de frequentar o ensino superior, de forma a impedir os efeitos discriminatórios decorrentes das desigualdades económicas e regionais ou de desvantagens sociais prévias.

Artigo 13.º

(Graus e diplomas)

1 — No ensino superior são conferidos os seguintes graus:

- a) Bacharel;
- b) Licenciado;
- c) Mestre;
- d) Doutor.

2 — No ensino superior podem ainda ser atribuídos diplomas de estudos superiores especializados, bem como outros certificados e diplomas para cursos de pequena duração.

3 — No ensino universitário são conferidos os graus de licenciado, mestre e doutor e são atribuídos outros certificados e diplomas, sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º

4 — No ensino politécnico é conferido o grau de bacharel e são atribuídos diplomas de estudos superiores especializados, bem como outros certificados e diplomas para cursos de pequena duração.

5 — Têm acesso aos cursos de estudos superiores especializados os indivíduos habilitados com o grau de bacharel ou licenciado.

6 — O diploma de estudos superiores especializados é equivalente ao grau de licenciado para efeitos profissionais e académicos.

7 — Os cursos de estudos superiores especializados do ensino politécnico que formem um conjunto coerente com um curso de bacharelato precedente podem conduzir à obtenção do grau de licenciado.

8 — O ensino universitário e o ensino politécnico são articulados entre si pelo reconhecimento mútuo do valor da formação e competências adquiridas em cada unidade e ainda através de um sistema de créditos baseado na análise dos planos de estudo.

9 — A duração dos cursos superiores que conferem graus deve ser regulamentada de forma a garantir o nível científico da formação adquirida.

Artigo 14.º

(Estabelecimentos)

1 — O ensino universitário realiza-se em universidades e em escolas universitárias não integradas.

2 — O ensino politécnico realiza-se em escolas superiores especializadas nos domínios da tecnologia, das artes e da educação, entre outros.

3 — As universidades podem ser constituídas por escolas, institutos ou faculdades diferenciados e ou por departamentos ou outras unidades, podendo ainda integrar escolas superiores do ensino politécnico.

4 — As escolas superiores do ensino politécnico podem ser associadas em unidades mais amplas, com designações várias, segundo critérios de interesse regional e ou de natureza das escolas.

Artigo 15.º

(Investigação científica)

1 — O Estado deve assegurar as condições materiais e culturais de criação e investigação científicas.

2 — Nas instituições de ensino superior serão criadas as condições para a promoção da investigação científica e para a realização de actividades de investigação e desenvolvimento.

3 — A investigação científica no ensino superior deve ter em conta os objectivos predominantes da instituição em que se insere, sem prejuízo da sua perspetivação em função do progresso, do saber e da resolução dos problemas postos pelo desenvolvimento social, económico e cultural do País.

4 — Devem garantir-se as condições de publicação dos trabalhos científicos e facilitar-se a divulgação dos novos conhecimentos e perspectivas do pensamento científico, dos avanços tecnológicos e da criação cultural.

5 — Compete ao Estado incentivar a colaboração entre as entidades públicas, privadas e cooperativas no sentido de fomentar o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura, tendo particularmente em vista os interesses da colectividade.

SUBSECÇÃO IV

Modalidades especiais de educação escolar

Artigo 16.º

(Modalidades)

1 — Constituem modalidades especiais de educação escolar:

- a) A educação especial;
- b) A formação profissional;
- c) O ensino recorrente de adultos;
- d) O ensino a distância;
- e) O ensino português no estrangeiro.

2 — Cada uma destas modalidades é parte integrante da educação escolar, mas rege-se por disposições especiais.

Artigo 17.º

(Âmbito e objectivos da educação especial)

1 — A educação especial visa a recuperação e integração sócio-educativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais.

2 — A educação especial integra actividades dirigidas aos educandos e acções dirigidas às famílias, aos educadores e às comunidades.

3 — No âmbito dos objectivos do sistema educativo, em geral, assumem relevo na educação especial:

- a) O desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais;

- b) A ajuda na aquisição da estabilidade emocional;
- c) O desenvolvimento das possibilidades de comunicação;
- d) A redução das limitações provocadas pela deficiência;
- e) O apoio na inserção familiar, escolar e social de crianças e jovens deficientes;
- f) O desenvolvimento da independência a todos os níveis em que se possa processar;
- g) A preparação para uma adequada formação profissional e integração na vida activa.

Artigo 18.º

(Organização da educação especial)

1 — A educação especial organiza-se preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específico, e com apoios de educadores especializados.

2 — A educação especial processar-se-á também em instituições específicas quando comprovadamente o exijam o tipo e o grau de deficiência do educando.

3 — São também organizadas formas de educação especial visando a integração profissional do deficiente.

4 — A escolaridade básica para crianças e jovens deficientes deve ter currículos e programas devidamente adaptados às características de cada tipo e grau de deficiência, assim como formas de avaliação adequadas às dificuldades específicas.

5 — Incumbe ao Estado promover e apoiar a educação especial para deficientes.

6 — As iniciativas de educação especial podem pertencer ao poder central, regional ou local ou a outras entidades colectivas, designadamente associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições de solidariedade social.

7 — Ao ministério responsável pela coordenação da política educativa compete definir as normas gerais da educação especial, nomeadamente nos seus aspectos pedagógicos e técnicos, e apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação.

8 — Ao Estado cabe promover, a nível nacional, acções que visem o esclarecimento, a prevenção e o tratamento precoce da deficiência.

Artigo 19.º

(Formação profissional)

1 — A formação profissional, para além de complementar a preparação para a vida activa iniciada no ensino básico, visa uma integração dinâmica no mundo do trabalho pela aquisição de conhecimentos e de competências profissionais, por forma a responder às necessidades nacionais de desenvolvimento e à evolução tecnológica.

2 — Têm acesso à formação profissional:

- a) Os que tenham concluído a escolaridade obrigatória;
- b) Os que não concluíram a escolaridade obrigatória até à idade limite desta;
- c) Os trabalhadores que pretendam o aperfeiçoamento ou a reconversão profissionais.

3 — A formação profissional estrutura-se segundo um modelo institucional e pedagógico suficientemente flexível que permita integrar os alunos com níveis de formação e características diferenciados.

4 — A formação profissional estrutura-se por forma a desenvolver acções de:

- a) Iniciação profissional;
- b) Qualificação profissional;
- c) Aperfeiçoamento profissional;
- d) Reconversão profissional.

5 — A organização dos cursos de formação profissional deve adequar-se às necessidades conjunturais nacionais e regionais de emprego, podendo integrar módulos de duração variável e combináveis entre si, com vista à obtenção de níveis profissionais sucessivamente mais elevados.

6 — O funcionamento dos cursos e módulos pode ser realizado segundo formas institucionais diversificadas, designadamente:

- a) Utilização de escolas de ensino básico e secundário;
- b) Protocolos com empresas e autarquias;
- c) Apoios a instituições e iniciativas estatais e não estatais;
- d) Dinamização de acções comunitárias e de serviços à comunidade;
- e) Criação de instituições específicas.

7 — A conclusão com aproveitamento de um módulo ou curso de formação profissional confere direito à atribuição da correspondente certificação.

8 — Serão estabelecidos processos que favoreçam a recorrência e a progressão no sistema de educação escolar dos que completarem cursos de formação profissional.

Artigo 20.º

(Ensino recorrente de adultos)

1 — Para os indivíduos que já não se encontram na idade normal de frequência dos ensinos básico e secundário é organizado um ensino recorrente.

2 — Este ensino é também destinado aos indivíduos que não tiveram oportunidade de se enquadrar no sistema de educação escolar na idade normal de formação, tendo em especial atenção a eliminação do analfabetismo.

3 — Têm acesso a esta modalidade de ensino os indivíduos:

- a) Ao nível do ensino básico, a partir dos 15 anos;
- b) Ao nível do ensino secundário, a partir dos 18 anos.

4 — Este ensino atribui os mesmos diplomas e certificados que os conferidos pelo ensino regular, sendo as formas de acesso e os planos e métodos de estudos organizados de modo distinto, tendo em conta os grupos etários a que se destinam, a experiência de vida entretanto adquirida e o nível de conhecimentos demonstrados.

5 — A formação profissional referida no artigo anterior pode ser também organizada de forma recorrente.

Artigo 21.º**(Ensino a distância)**

1 — O ensino a distância, mediante o recurso aos *multimedia* e às novas tecnologias da informação, constitui não só uma forma complementar do ensino regular, mas pode constituir também uma modalidade alternativa da educação escolar.

2 — O ensino a distância terá particular incidência na educação recorrente e na formação contínua de professores.

3 — Dentro da modalidade de ensino a distância situa-se a universidade aberta.

Artigo 22.º**(Ensino português no estrangeiro)**

1 — O Estado promoverá a divulgação e o estudo da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro mediante acções e meios diversificados que visem, nomeadamente, a sua inclusão nos planos curriculares de outros países e a criação e a manutenção de leitorados de portugueses, sob orientação de professores portugueses, em universidades estrangeiras.

2 — Será incentivada a criação de escolas portuguesas nos países de língua oficial portuguesa e junto das comunidades de emigrantes portugueses.

3 — O ensino da língua e da cultura portuguesas aos trabalhadores emigrantes e seus filhos será assegurado através de cursos e actividades promovidos nos países de imigração em regime de integração ou de complementaridade relativamente aos respectivos sistemas educativos.

4 — Serão incentivadas e apoiadas pelo Estado as iniciativas de associações de portugueses e as de entidades estrangeiras, públicas e privadas, que contribuam para a prossecução dos objectivos enunciados neste artigo.

SECÇÃO III**Educação extra-escolar****Artigo 23.º****(Educação extra-escolar)**

1 — A educação extra-escolar tem como objectivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência.

2 — A educação extra-escolar integra-se numa perspectiva de educação permanente e visa a globalidade e a continuidade da acção educativa.

3 — São vectores fundamentais da educação extra-escolar:

- a) Eliminar o analfabetismo literal e funcional;
- b) Contribuir para a efectiva igualdade de oportunidades educativas e profissionais dos que não frequentaram o sistema regular do ensino ou o abandonaram precocemente, designadamente através da alfabetização e da educação de base de adultos;
- c) Favorecer atitudes de solidariedade social e de participação na vida da comunidade;

d) Preparar para o emprego, mediante acções de reconversão e de aperfeiçoamento profissionais, os adultos cujas qualificações ou treino profissional se tornem inadequados face ao desenvolvimento tecnológico;

e) Desenvolver as aptidões tecnológicas e o saber técnico que permitam ao adulto adaptar-se à vida contemporânea;

f) Assegurar a ocupação criativa dos tempos livres de jovens e adultos com actividades de natureza cultural.

4 — As actividades de educação extra-escolar podem realizar-se em estruturas de extensão cultural do sistema escolar, ou em sistemas abertos, com recurso a meios de comunicação social e a tecnologias educativas específicas e adequadas.

5 — Compete ao Estado promover a realização de actividades extra-escolares e apoiar as que, neste domínio, sejam da iniciativa das autarquias, associações culturais e recreativas, associações de pais, associações de estudantes e organismos juvenis, associações de educação popular, organizações sindicais e comissões de trabalhadores, organizações cívicas e confessionais e outras.

6 — O Estado, para além de atender à dimensão educativa da programação televisiva e radiofónica em geral, assegura a existência e funcionamento da rádio e da televisão educativas, numa perspectiva de pluralidade de programas, cobrindo tempos diários de emissão suficientemente alargados e em horários diversificados.

CAPÍTULO III**Apoios e complementos educativos****Artigo 24.º****(Promoção do sucesso escolar)**

1 — São estabelecidas e desenvolvidas actividades e medidas de apoio e complemento educativos visando contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar.

2 — Os apoios e complementos educativos são aplicados prioritariamente na escolaridade obrigatória.

Artigo 25.º**(Apoios a alunos com necessidades escolares específicas)**

Nos estabelecimentos de ensino básico é assegurada a existência de actividades de acompanhamento e complemento pedagógicos, de modo positivamente diferenciado, a alunos com necessidades escolares específicas.

Artigo 26.º**(Apoio psicológico e orientação escolar e profissional)**

O apoio ao desenvolvimento psicológico dos alunos e à sua orientação escolar e profissional, bem como o apoio psicopedagógico às actividades educativas e ao sistema de relações da comunidade escolar, são realizados por serviços de psicologia e orientação escolar profissional inseridos em estruturas regionais escolares.

Artigo 27.º**(Acção social escolar)**

1 — São desenvolvidos, no âmbito da educação pré-escolar e da educação escolar, serviços de acção social escolar, concretizados através da aplicação de critérios de discriminação positiva que visem a compensação social e educativa dos alunos economicamente mais carenciados.

2 — Os serviços de acção social escolar são traduzidos por um conjunto diversificado de acções, em que avultam a comparticipação em refeições, serviços de cantina, transportes, alojamento, manuais e material escolar, e pela concessão de bolsas de estudo.

Artigo 28.º**(Apoio de saúde escolar)**

Será realizado o acompanhamento do saudável crescimento e desenvolvimento dos alunos, o qual é assegurado, em princípio, por serviços especializados dos centros comunitários de saúde em articulação com as estruturas escolares.

Artigo 29.º**(Apoio a trabalhadores-estudantes)**

Aos trabalhadores-estudantes será proporcionado um regime especial de estudos que tenha em consideração a sua situação de trabalhadores e de estudantes e que lhes permita a aquisição de conhecimentos, a progressão no sistema do ensino e a criação de oportunidades de formação profissional adequadas à sua valorização pessoal.

CAPÍTULO IV**Recursos humanos****Artigo 30.º****(Princípios gerais sobre a formação de educadores e professores)**

1 — A formação de educadores e professores assenta nos seguintes princípios:

- a) Formação inicial de nível superior, proporcionando aos educadores e professores de todos os níveis de educação e ensino a informação, os métodos e as técnicas científicas e pedagógicas de base, bem como a formação pessoal e social adequadas ao exercício da função;
- b) Formação contínua que complemente e actualize a formação inicial numa perspectiva de educação permanente;
- c) Formação flexível que permita a reconversão e mobilidade dos educadores e professores dos diferentes níveis de educação e ensino, nomeadamente o necessário complemento de formação profissional;
- d) Formação integrada quer no plano da preparação científico-pedagógica quer no da articulação teórico-prática;

- e) Formação assente em práticas metodológicas afins das que o educador e o professor vierem a utilizar na prática pedagógica;
- f) Formação que, em referência à realidade social, estimule uma atitude simultaneamente crítica e actuante;
- g) Formação que favoreça e estimule a inovação e a investigação, nomeadamente em relação com a actividade educativa;
- h) Formação participada que conduza a uma prática reflexiva e continuada de auto-informação e auto-aprendizagem.

2 — A orientação e as actividades pedagógicas na educação pré-escolar são asseguradas por educadores de infância, sendo a docência em todos os níveis e ciclos de ensino assegurada por professores detentores de diploma que certifique a formação profissional específica com que se encontram devidamente habilitados para o efeito.

Artigo 31.º**(Formação inicial de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário)**

1 — Os educadores de infância e os docentes dos ensinos básico e secundário adquirem qualificação profissional em cursos específicos destinados à respectiva formação, de acordo com as necessidades curriculares do respectivo nível de educação e ensino, em escolas superiores de educação ou em universidades que disponham de unidades de formação próprias para o efeito, nos termos a seguir definidos:

- a) A formação dos educadores de infância e dos professores do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico realiza-se em escolas superiores de educação;
- b) A formação dos educadores e dos professores referidos na alínea anterior pode ainda ser realizada em universidades, as quais, para o efeito, atribuem os mesmos diplomas que os das escolas superiores de educação;
- c) A formação de professores do 3.º ciclo do ensino básico e de professores do ensino secundário realiza-se em universidades.

2 — A formação dos professores de disciplinas de natureza profissional, vocacional ou artística dos ensinos básico ou secundário adquire-se em cursos profissionais adequados, que se ministram em escolas superiores, complementados por uma formação pedagógica.

3 — Podem também adquirir qualificação profissional para professores do 3.º ciclo do ensino básico e para professores do ensino secundário os licenciados que, tendo as habilitações científicas requeridas para o acesso à profissionalização no ensino, obtenham a necessária formação pedagógica em curso adequado.

4 — Os cursos de formação de professores do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e de professores do ensino secundário serão cursos de licenciatura.

5 — Os cursos de licenciatura para formação de professores do 2.º ciclo do ensino básico realizados nas escolas superiores de educação organizam-se nos termos do n.º 7 do artigo 13.º

6 — As escolas superiores de educação e as instituições universitárias podem celebrar convénios entre si para a formação de educadores e professores.

Artigo 32.º

(Qualificação para professor do ensino superior)

1 — Adquirem qualificação para a docência no ensino superior os habilitados com os graus de doutor ou de mestre, bem como os licenciados que tenham prestado provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, podendo ainda exercer a docência outras individualidades reconhecidamente qualificadas.

2 — Podem coadjuvar na docência do ensino superior os indivíduos habilitados com o grau de licenciado ou equivalente.

Artigo 33.º

(Qualificação para outras funções educativas)

1 — Adquirem qualificação para a docência em educação especial os educadores de infância e os professores do ensino básico e secundário com prática de educação ou de ensino regular ou especial que obtenham aproveitamento em cursos especialmente vocacionados para o efeito realizados em escolas superiores que disponham de recursos próprios nesse domínio.

2 — Nas instituições de formação referidas no n.º 1 do artigo 31.º podem ainda ser ministrados cursos especializados de administração e inspecção escolares, de animação sócio-cultural, de educação de base de adultos e outros necessários ao desenvolvimento do sistema educativo.

3 — São qualificados para o exercício das actividades de apoio educativo os indivíduos habilitados com formação superior adequada.

Artigo 34.º

(Pessoal auxiliar de educação)

O pessoal auxiliar de educação deve possuir como habilitação mínima o ensino básico ou equivalente, devendo ser-lhe proporcionada uma formação complementar adequada.

Artigo 35.º

(Formação contínua)

1 — A todos os educadores, professores e outros profissionais da educação é reconhecido o direito à formação contínua.

2 — A formação contínua deve ser suficientemente diversificada, de modo a assegurar o complemento, aprofundamento e actualização de conhecimentos e de competências profissionais, bem como a possibilitar a mobilidade e a progressão na carreira.

3 — A formação contínua é assegurada predominantemente pelas respectivas instituições de formação inicial, em estreita cooperação com os estabelecimentos onde os educadores e professores trabalham.

4 — Serão atribuídos aos docentes períodos especialmente destinados à formação contínua, os quais poderão revestir a forma de anos sabáticos.

Artigo 36.º

(Princípios gerais das carreiras de pessoal docente e de outros profissionais da educação)

1 — Os educadores, professores e outros profissionais da educação têm direito a retribuição e carreira compatíveis com as suas habilitações e responsabilidades profissionais, sociais e culturais.

2 — A progressão na carreira deve estar ligada à avaliação de toda a actividade desenvolvida, individualmente ou em grupo, na instituição educativa, no plano da educação e do ensino e da prestação de outros serviços à comunidade, bem como às qualificações profissionais, pedagógicas e científicas.

3 — Aos educadores, professores e outros profissionais da educação é reconhecido o direito de recurso das decisões da avaliação referida no número anterior.

CAPÍTULO V

Recursos materiais

Artigo 37.º

(Rede escolar)

1 — Compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população.

2 — O planeamento da rede de estabelecimentos escolares deve contribuir para a eliminação de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação e ensino a todas as crianças e jovens.

Artigo 38.º

(Regionalização)

O planeamento e reorganização da rede escolar, assim como a construção e manutenção dos edifícios escolares e seu equipamento, devem assentar numa política de regionalização efectiva, com definição clara das competências dos intervenientes, que, para o efeito, devem contar com os recursos necessários.

Artigo 39.º

(Edifícios escolares)

1 — Os edifícios escolares devem ser planeados na óptica de um equipamento integrado e ter suficiente flexibilidade para permitir, sempre que possível, a sua utilização em diferentes actividades da comunidade e a sua adaptação em função das alterações dos diferentes níveis de ensino, dos currículos e métodos educativos.

2 — A estrutura dos edifícios escolares deve ter em conta, para além das actividades escolares, o desenvolvimento de actividades de ocupação de tempos livres e o envolvimento da escola em actividades extra-escolares.

3 — A densidade da rede e as dimensões dos edifícios escolares devem ser ajustadas às características e necessidades regionais e à capacidade de acolhimento de um número equilibrado de alunos, de forma

a garantir as condições de uma boa prática pedagógica e a realização de uma verdadeira comunidade escolar.

4 — Na concepção dos edifícios e na escolha do equipamento devem ser tidas em conta as necessidades especiais dos deficientes.

5 — A gestão dos espaços deve obedecer ao imperativo de, também por esta via, se contribuir para o sucesso educativo e escolar dos alunos.

Artigo 40.º

(Estabelecimentos de educação e de ensino)

1 — A educação pré-escolar realiza-se em unidades distintas ou incluídas em unidades escolares onde também seja ministrado o 1.º ciclo do ensino básico ou ainda em edifícios onde se realizem outras actividades sociais, nomeadamente de educação extra-escolar.

2 — O ensino básico é realizado em estabelecimentos com tipologias diversas que abarcam a totalidade ou parte dos ciclos que o constituem, podendo, por necessidade de racionalização de recursos, ser ainda realizado neles o ensino secundário.

3 — O ensino secundário realiza-se em escolas secundárias pluricurriculares, sem prejuízo de, relativamente a certas matérias, se poder recorrer à utilização de instalações de entidades privadas ou de outras entidades públicas não responsáveis pela rede de ensino público para a realização de aulas ou outras acções de ensino e formação.

4 — A rede escolar do ensino secundário deve ser organizada de modo que em cada região se garanta a maior diversidade possível de cursos, tendo em conta os interesses locais ou regionais.

5 — O ensino secundário deve ser predominantemente realizado em estabelecimentos distintos, podendo, com o objectivo de racionalização dos respectivos recursos, ser aí realizados ciclos do ensino básico, especialmente o 3.º

6 — As diversas unidades que integram a mesma instituição de ensino superior podem dispersar-se geograficamente, em função da sua adequação às necessidades de desenvolvimento da região em que se inserem.

7 — A flexibilidade da utilização dos edifícios prevista neste artigo em caso algum se poderá concretizar em colisão com o n.º 3 do artigo anterior.

Artigo 41.º

(Recursos educativos)

1 — Constituem recursos educativos todos os meios materiais utilizados para conveniente realização da actividade educativa.

2 — São recursos educativos privilegiados, a exigirem especial atenção:

- a) Os manuais escolares;
- b) As bibliotecas e mediatecas escolares;
- c) Os equipamentos laboratoriais e oficinais;
- d) Os equipamentos para educação física e desportos;
- e) Os equipamentos para educação musical e plástica;
- f) Os centros regionais de recursos educativos.

3 — Para o apoio e complementaridade dos recursos educativos existentes nas escolas e ainda com o objectivo de racionalizar o uso dos meios disponíveis será incentivada a criação de centros regionais que disponham de recursos apropriados e de meios que permitam criar outros, de acordo com as necessidades de inovação educativa.

Artigo 42.º

(Financiamento da educação)

1 — A educação será considerada, na elaboração do Plano e do Orçamento do Estado, como uma das prioridades nacionais.

2 — As verbas destinadas à educação devem ser distribuídas em função das prioridades estratégicas do desenvolvimento do sistema educativo.

CAPÍTULO VI

Administração do sistema educativo

Artigo 43.º

(Princípios gerais)

1 — A administração e gestão do sistema educativo devem assegurar o pleno respeito pelas regras de democraticidade e de participação que visem a consecução de objectivos pedagógicos e educativos, nomeadamente no domínio da formação social e cívica.

2 — O sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias, de entidades representativas das actividades sociais, económicas e culturais e ainda de instituições de carácter científico.

3 — Para os efeitos do número anterior serão adoptadas orgânicas e formas de descentralização e de desconcentração dos serviços, cabendo ao Estado, através do ministério responsável pela coordenação da política educativa, garantir a necessária eficácia e unidade de acção.

Artigo 44.º

(Níveis de administração)

1 — Leis especiais regulamentarão a delimitação e articulação de competências entre os diferentes níveis de administração, tendo em atenção que serão da responsabilidade da administração central, designadamente, as funções de:

- a) Concepção, planeamento e definição normativa do sistema educativo, com vista a assegurar o seu sentido de unidade e de adequação aos objectivos de âmbito nacional;
- b) Coordenação global e avaliação da execução das medidas da política educativa a desenvolver de forma descentralizada ou desconcentrada;

- c) Inspeção e tutela, em geral, com vista, designadamente, a garantir a necessária qualidade do ensino;
- d) Definição dos critérios gerais de implantação da rede escolar, da tipologia das escolas e seu apetrechamento, bem como das normas pedagógicas a que deve obedecer a construção de edifícios escolares;
- e) Garantia da qualidade pedagógica e técnica dos vários meios didácticos, incluindo os manuais escolares.

2 — A nível regional, e com o objectivo de integrar, coordenar e acompanhar a actividade educativa, será criado em cada região um departamento regional de educação, em termos a regulamentar por decreto-lei.

Artigo 45.º

(Administração e gestão dos estabelecimentos de educação e ensino)

1 — O funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino, nos diferentes níveis, orienta-se por uma perspectiva de integração comunitária, sendo, nesse sentido, favorecida a fixação local dos respectivos docentes.

2 — Em cada estabelecimento ou grupo de estabelecimentos de educação e ensino a administração e gestão orientam-se por princípios de democraticidade e de participação de todos os implicados no processo educativo, tendo em atenção as características específicas de cada nível de educação e ensino.

3 — Na administração e gestão dos estabelecimentos de educação e ensino devem prevalecer critérios de natureza pedagógica e científica sobre critérios de natureza administrativa.

4 — A direcção de cada estabelecimento ou grupo de estabelecimentos dos ensinos básico e secundário é assegurada por órgãos próprios, para os quais são democraticamente eleitos os representantes de professores, alunos e pessoal não docente, e apoiada por órgãos consultivos e por serviços especializados, num e noutro caso segundo modalidades a regulamentar para cada nível de ensino.

5 — A participação dos alunos nos órgãos referidos no número anterior circunscreve-se ao ensino secundário.

6 — A direcção de todos os estabelecimentos de ensino superior orienta-se pelos princípios de democraticidade e representatividade e de participação comunitária.

7 — Os estabelecimentos de ensino superior gozam de autonomia científica, pedagógica e administrativa.

8 — As universidades gozam ainda de autonomia financeira, sem prejuízo da acção fiscalizadora do Estado.

9 — A autonomia dos estabelecimentos de ensino superior será compatibilizada com a inserção destes no desenvolvimento da região e do País.

Artigo 46.º

(Conselho Nacional de Educação)

É instituído o Conselho Nacional de Educação, com funções consultivas, sem prejuízo das compe-

tências próprias dos órgãos de soberania, para efeitos de participação das várias forças sociais, culturais e económicas na procura de consensos alargados relativamente à política educativa, em termos a regular por lei.

CAPÍTULO VII

Desenvolvimento e avaliação do sistema educativo

Artigo 47.º

(Desenvolvimento curricular)

1 — A organização curricular da educação escolar terá em conta a promoção de uma equilibrada harmonia, nos planos horizontal e vertical, entre os níveis de desenvolvimento físico e motor, cognitivo, afectivo, estético, social e moral dos alunos.

2 — Os planos curriculares do ensino básico incluem em todos os ciclos e de forma adequada uma área de formação pessoal e social, que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito.

3 — Os planos curriculares dos ensinos básico e secundário integram ainda o ensino da moral e da religião católica, a título facultativo, no respeito dos princípios constitucionais da separação das igrejas e do Estado e da não confessionalidade do ensino público.

4 — Os planos curriculares do ensino básico devem ser estabelecidos à escala nacional, sem prejuízo da existência de conteúdos flexíveis integrando componentes regionais.

5 — Os planos curriculares do ensino secundário terão uma estrutura de âmbito nacional, podendo as suas componentes apresentar características de índole regional e local, justificadas nomeadamente pelas condições sócio-económicas e pelas necessidades em pessoal qualificado.

6 — Os planos curriculares do ensino superior reapeitam a cada uma das instituições de ensino que ministram os respectivos cursos estabelecidos, ou a estabelecer, de acordo com as necessidades nacionais e regionais e com uma perspectiva de planeamento integrado da respectiva rede.

7 — O ensino-aprendizagem da língua materna deve ser estruturado de forma que todas as outras componentes curriculares dos ensinos básico e secundário contribuam de forma sistemática para o desenvolvimento das capacidades do aluno ao nível da compreensão e produção de enunciados orais e escritos em português.

Artigo 48.º

(Ocupação dos tempos livres e desporto escolar)

1 — As actividades curriculares dos diferentes níveis de ensino devem ser complementadas por acções orientadas para a formação integral e a realização pessoal dos educandos no sentido da utilização criativa e formativa dos seus tempos livres.

2 — Estas actividades de complemento curricular visam, nomeadamente, o enriquecimento cultural e

cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção dos educandos na comunidade.

3 — As actividades de complemento curricular podem ter âmbito nacional, regional ou local e, nos dois últimos casos, ser da iniciativa de cada escola ou grupo de escolas.

4 — As actividades de ocupação dos tempos livres devem valorizar a participação e o envolvimento das crianças e dos jovens na sua organização, desenvolvimento e avaliação.

5 — O desporto escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados.

Artigo 49.º

(Avaliação do sistema educativo)

1 — O sistema educativo deve ser objecto de avaliação continuada, que deve ter em conta os aspectos educativos e pedagógicos, psicológicos e sociológicos, organizacionais, económicos e financeiros e ainda os de natureza político-administrativa e cultural.

2 — Esta avaliação incide, em especial, sobre o desenvolvimento, regulamentação e aplicação da presente lei.

Artigo 50.º

(Investigação em educação)

A investigação em educação destina-se a avaliar e interpretar cientificamente a actividade desenvolvida no sistema educativo, devendo ser incentivada, nomeadamente, nas instituições de ensino superior que possuam centros ou departamentos de ciências da educação, sem prejuízo da criação de centros autónomos especializados neste domínio.

Artigo 51.º

(Estatísticas da educação)

1 — As estatísticas da educação são instrumento fundamental para a avaliação e o planeamento do sistema educativo, devendo ser organizadas de modo a garantir a sua realização em tempo oportuno e de forma universal.

2 — Para este efeito devem ser estabelecidas as normas gerais e definidas as entidades responsáveis pela recolha, tratamento e difusão das estatísticas da educação.

Artigo 52.º

(Estruturas de apoio)

1 — O Governo criará estruturas adequadas que assegurem e apoiem actividades de desenvolvimento curricular, de fomento da inovação e de avaliação do sistema e das actividades educativas.

2 — Estas estruturas devem desenvolver a sua actividade em articulação com as escolas e com as instituições de investigação em educação e de formação de professores.

Artigo 53.º

(Inspeção escolar)

A inspeção escolar goza de autonomia no exercício da sua actividade e tem como função avaliar e fiscalizar a realização da educação escolar, tendo em vista a prossecução dos fins e objectivos estabelecidos na presente lei e demais legislação complementar.

CAPÍTULO VIII

Ensino particular e cooperativo

Artigo 54.º

(Especificidade)

1 — É reconhecido pelo Estado o valor do ensino particular e cooperativo, como uma expressão concreta da liberdade de aprender e ensinar e do direito da família a orientar a educação dos filhos.

2 — O ensino particular e cooperativo rege-se por legislação e estatuto próprios, que devem subordinar-se ao disposto na presente lei.

Artigo 55.º

(Articulação com a rede escolar)

1 — Os estabelecimentos do ensino particular e cooperativo que se enquadrem nos princípios gerais, finalidades, estruturas e objectivos do sistema educativo são considerados parte integrante da rede escolar.

2 — No alargamento ou no ajustamento da rede o Estado terá também em consideração as iniciativas e os estabelecimentos particulares e cooperativos, numa perspectiva de racionalização de meios, de aproveitamento de recursos e de garantia de qualidade.

Artigo 56.º

(Funcionamento de estabelecimentos e cursos)

1 — As instituições de ensino particular e cooperativo podem, no exercício da liberdade de ensinar e aprender, seguir os planos curriculares e conteúdos programáticos do ensino a cargo do Estado ou adoptar planos e programas próprios, salvaguardadas as disposições constantes do n.º 1 do artigo anterior.

2 — Quando o ensino particular e cooperativo adoptar planos e programas próprios, o seu reconhecimento oficial é concedido caso a caso, mediante avaliação positiva resultante da análise dos respectivos currículos e das condições pedagógicas da realização do ensino, segundo normas a estabelecer por decreto-lei.

3 — A autorização para a criação e funcionamento de instituições e cursos de ensino superior particular e cooperativo, bem como a aprovação dos respectivos planos de estudos e o reconhecimento oficial dos correspondentes diplomas, faz-se, caso a caso, por decreto-lei.

Artigo 57.º**(Pessoal docente)**

1 — A docência nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo integrados na rede escolar requer, para cada nível de educação e ensino, a qualificação académica e a formação profissional estabelecidas na presente lei.

2 — O Estado pode apoiar a formação contínua dos docentes em exercício nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que se integram na rede escolar.

Artigo 58.º**(Intervenção do Estado)**

1 — O Estado fiscaliza e apoia pedagógica e tecnicamente o ensino particular e cooperativo.

2 — O Estado apoia financeiramente as iniciativas e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo quando, no desempenho efectivo de uma função de interesse público, se integrem no plano de desenvolvimento da educação, fiscalizando a aplicação das verbas concedidas.

CAPÍTULO IX**Disposições finais e transitórias****Artigo 59.º****(Desenvolvimento da lei)**

1 — O Governo fará publicar no prazo de um ano, sob a forma de decreto-lei, a legislação complementar necessária para o desenvolvimento da presente lei que contemple, designadamente, os seguintes domínios:

- a) Gratuitidade da escolaridade obrigatória;
- b) Formação de pessoal docente;
- c) Carreiras de pessoal docente e de outros profissionais da educação;
- d) Administração e gestão escolares;
- e) Planos curriculares dos ensinos básico e secundário;
- f) Formação profissional;
- g) Ensino recorrente de adultos;
- h) Ensino a distância;
- i) Ensino português no estrangeiro;
- j) Apoios e complementos educativos;
- l) Ensino particular e cooperativo;
- m) Educação física e desporto escolar;
- n) Educação artística.

2 — Quando as matérias referidas no número anterior já constarem de lei da Assembleia da República, deverá o Governo, em igual prazo, apresentar as necessárias propostas de lei.

3 — O Conselho Nacional de Educação deve acompanhar a aplicação e o desenvolvimento do disposto na presente lei.

Artigo 60.º**(Plano de desenvolvimento do sistema educativo)**

O Governo, no prazo de dois anos, deve elaborar e apresentar, para aprovação na Assembleia da Repú-

blica, um plano de desenvolvimento do sistema educativo, com um horizonte temporal a médio prazo e limite no ano 2000, que assegure a realização faseada da presente lei e demais legislação complementar.

Artigo 61.º**(Regime de transição)**

O regime de transição do sistema actual para o previsto na presente lei constará de disposições regulamentares a publicar em tempo útil pelo Governo, não podendo professores, alunos e pessoal não docente ser afectados nos direitos adquiridos.

Artigo 62.º**(Disposições transitórias)**

1 — Serão tomadas medidas no sentido de dotar os ensinos básico e secundário com docentes habilitados profissionalmente, mediante modelos de formação inicial conformes com o disposto na presente lei, de forma a tornar desnecessária a muito curto prazo a contratação em regime permanente de professores sem habilitação profissional.

2 — Será organizado um sistema de profissionalização em exercício para os docentes devidamente habilitados actualmente em exercício ou que venham a ingressar no ensino, de modo a garantir-lhes uma formação profissional equivalente à ministrada nas instituições de formação inicial para os respectivos níveis de ensino.

3 — Na determinação dos contingentes a estabelecer para os cursos de formação inicial de professores a entidade competente deve ter em consideração a relação entre o número de professores habilitados já em exercício e a previsão de vagas disponíveis no termo de um período transitório de cinco anos.

4 — Enquanto não forem criadas as regiões administrativas, as competências e o âmbito geográfico dos departamentos regionais de educação referidos no n.º 2 do artigo 44.º serão definidos por decreto-lei, a publicar no prazo de um ano.

5 — O Governo elaborará um plano de emergência de construção e recuperação de edifícios escolares e seu apetrechamento, no sentido de serem satisfeitas as necessidades da rede escolar, com prioridade para o ensino básico.

6 — No 1.º ciclo do ensino básico as funções dos actuais directores de distrito escolar e dos delegados escolares são exclusivamente de natureza administrativa.

Artigo 63.º**(Disposições finais)**

1 — As disposições relativas à duração da escolaridade obrigatória aplicam-se aos alunos que se inscreverem no 1.º ano do ensino básico no ano lectivo de 1987-1988 e para os que o fizerem nos anos lectivos subsequentes.

2 — Lei especial determinará as funções de administração e apoio educativos que cabem aos municípios.

3 — O Governo deve definir por decreto-lei o sistema de equivalência entre os estudos, graus e diplomas

do sistema educativo português e os de outros países, bem como as condições em que os alunos do ensino superior podem frequentar em instituições congéneres estrangeiras parte dos seus cursos, assim como os critérios de determinação das unidades de crédito transferíveis.

4 — Devem ser criadas condições que facilitem aos jovens regressados a Portugal filhos de emigrantes a sua integração no sistema educativo.

Artigo 64.º

(Norma revogatória)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto na presente lei.

Aprovada em 24 de Julho de 1986.

O Presidente da Assembleia da República, *Fernando Monteiro do Amaral*.

Promulgada em Guimarães em 23 de Setembro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendada em 30 de Setembro de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral do Pessoal

Portaria n.º 600/86

de 14 de Outubro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, nos termos do § 1.º do artigo 158.º do Regulamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a nova redacção dada pelo Decreto n.º 433/72, de 3 de Novembro, que o mapa do pessoal assalariado da Embaixada de Portugal em Luanda, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1986, passe a ser o seguinte:

Embaixada de Portugal em Luanda:

- Um chanceler;
- Um secretário de 1.ª classe;
- Dois secretários de 2.ª classe;
- Três escriturários-dactilógrafos;
- Um consultor médico.
- Uma telefonista;
- Dois motoristas;
- Dois porteiros;
- Um zelador;
- Três guardas;
- Um contínuo;
- Um jardineiro;
- Três auxiliares de serviços.

Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Assinada em 12 de Setembro de 1986.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Pedro José Rodrigues Pires de Miranda*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PISCAS E ALIMENTAÇÃO

Decreto-Lei n.º 346/86

de 14 de Outubro

De acordo com o Regulamento CEE n.º 2730/75 do Conselho, de 29 de Outubro de 1975, a glicose e o xarope de glicose contendo em peso, no estado seco, 99 % ou mais de produto puro deverão ser submetidos ao mesmo regime de importação que a glicose com menor grau de pureza. As razões determinantes deste procedimento são transponíveis para a situação portuguesa.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º O regime previsto no Decreto-Lei n.º 62/86, de 25 de Março, para a glicose e o xarope de glicose classificados na posição pautal 17.02, B, II, da Pauta dos Direitos de Importação é extensível à glicose e ao xarope de glicose classificados na posição pautal 17.02, B, I, da mesma Pauta.

Art. 2.º Este diploma produz efeitos a partir de 1 de Março de 1986.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 11 de Setembro de 1986. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto* — *Fernando Augusto dos Santos Martins*.

Promulgado em Guimarães em 23 de Setembro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 30 de Setembro de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Portaria n.º 601/86

de 14 de Outubro

Sob proposta das comissões instaladoras do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e da sua Escola Superior de Educação;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 59/86, de 21 de Março, e o disposto no Despacho n.º 78/MEC/86, de 3 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 15 de Abril de 1986;

Tendo em atenção o disposto na Portaria n.º 352/86, de 8 de Julho;

Ao abrigo do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 303/80, de 16 de Agosto, e do disposto no

os serviços se possam manter em normal funcionamento.

Acresce referir que no âmbito das negociações tendentes à adesão de Portugal à CEE foram definidas directrizes visando o estudo sistemático, a adopção de procedimentos e o incremento de acções nas áreas de actuação do Ministério do Plano e da Administração do Território.

O cumprimento dessas directrizes, abrangendo diversas componentes de natureza essencialmente pluridisciplinar, exigiu a constituição de equipas com formação técnica e experiência profissional especializada em domínios de actividade específicos.

Com a assinatura do Tratado de Adesão, as acções em curso passaram a revestir carácter imperativo e a necessidade do seu cumprimento traduziu-se, a nível orgânico, na criação do Ministério do Plano e da Administração do Território, especialmente incumbido da gestão integrada das áreas de actividade em apreço.

Assim, atendendo aos objectivos fixados no Programa do Governo, entre os quais avulta a integração europeia, tendo em conta a importância que os domínios de actividade atrás referidos assumem no contexto dessa integração e considerando, finalmente, a necessidade de manter em funcionamento as equipas técnicas já constituídas, por forma a garantir o cabal cumprimento dos compromissos assumidos e dos projectos a empreender:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — O Ministro do Plano e da Administração do Território poderá autorizar, a título excepcional, a celebração de contratos de trabalho a prazo certo de pessoal com vista à formação e ou manutenção de equipas vocacionadas para a prossecução dos objectivos inerentes às áreas de actividade específicas do Ministério.

2 — O regime previsto no número anterior poderá manter-se até 31 de Março de 1987.

Art. 2.º O número de unidades contratadas será fixado por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro do Plano e da Administração do Território, que indicará ainda o prazo do contrato e a existência de cobertura orçamental.

Art. 3.º — 1 — O contrato previsto no presente diploma revestirá a forma escrita e conterá obrigatoriamente:

- a) Identificação dos outorgantes;
- b) Identificação, tão precisa quanto possível, do serviço a que a prestação do trabalho se destina;
- c) Categoria profissional e remuneração do trabalhador;
- d) Local da prestação de trabalho;
- e) Data do início e termo do prazo do contrato.

2 — O contrato está sujeito a visto do Tribunal de Contas.

Art. 4.º A inobservância do disposto no artigo 2.º e no artigo anterior do presente diploma implica a inexistência jurídica do contrato.

Art. 5.º Ao contrato de trabalho a prazo certo aplicar-se-á, supletivamente, em tudo o que não contrarie o presente diploma, a legislação geral do trabalho.

Art. 6.º A celebração de contratos nos termos do presente diploma poderá operar-se por urgente conveniência de serviço, aplicando-se o regime previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 146-C/80, de 22 de Maio.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 30 de Outubro de 1986. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Luís Francisco Valente de Oliveira*.

Promulgado em 12 de Dezembro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 16 de Dezembro de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Decreto-Lei n.º 3/87

de 3 de Janeiro

1. O ordenamento orgânico do Ministério da Educação e Cultura, nas áreas da educação, da ciência e do desporto, apresenta uma estrutura complexa, em muitos casos ultrapassada, composta por numerosos órgãos e serviços resultantes de sucessivas alterações, feitas em tempos e conjunturas diversificadas. O quadro global revela-se, assim, desarticulado, centralizador e sem níveis intermédios devidamente articulados, o que dificilmente permite resposta eficaz às crescentes necessidades que o sistema apresenta.

2. Por outro lado, o crescimento da população escolar e do respectivo parque de instalações, que se prevê se mantenha nos próximos anos, a renovação científica, pedagógica e funcional subjacentes à reforma do sistema educativo em curso, o reordenamento espacial resultante das exigências de regionalização, bem como a definição clara do quadro geral do sector educativo consubstanciada na recente Lei de Bases do Sistema Educativo, impõem a redefinição organizacional do Ministério da Educação e Cultura, nomeadamente no que respeita aos seguintes aspectos:

- a) Delimitação integrada das grandes áreas funcionais em que o sistema se deve desenvolver para alcançar os objectivos que lhe estão consignados;
- b) Determinação dos níveis de intervenção, com separação bem nítida entre as funções de concepção, normalização e coordenação a cargo dos órgãos centrais e as de gestão e acompanhamento conferidas a serviços regionais integrados;
- c) Integração de todas as valências do subsistema do ensino básico e secundário ao nível dos serviços regionais, com excepção das de controle, de modo a evitar-se a dispersão de esforço e o desperdício de recursos;
- d) Unificação das acções de orientação pedagógica do subsistema do ensino básico e secundário;

- e) Importância relevante do estudo e desenvolvimento da inovação pedagógica, intimamente articulada com a integração diferenciada dos jovens deficientes;
- f) Predominância integrada das acções de promoção e apoio, nos domínios do ensino particular e cooperativo e da educação permanente, motivando e incentivando o seu empreendimento.

3. A reestruturação ora iniciada, que não abrange ainda o sector da cultura, processar-se-á por diversas fases, de modo a acautelar o normal funcionamento do sistema educativo e a agantir a eficácia e operacionalidade das novas estruturas, especialmente as que consagram a regionalização dos serviços.

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Natureza e atribuições

1 — O Ministério da Educação e Cultura é o departamento governamental que tem por objectivo a definição da política nacional de educação, cultura e desporto.

2 — São atribuições do Ministério da Educação e Cultura estudar as medidas de acção educativa e cultural, promover a sua programação e execução, fomentar as consequentes actividades e assegurar o seu desenvolvimento integrado.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

O presente diploma circunscreve-se aos sistemas de ensino, de investigação científica e do desporto.

Artigo 3.º

Estrutura

1 — O Ministério da Educação e Cultura compreende, além dos órgãos e serviços centrais, das direcções regionais de educação e das delegações regionais de educação, estabelecimentos de ensino de níveis diferenciados de acordo com a estrutura do sistema educativo.

2 — As funções de orientação e coordenação dos estabelecimentos de ensino competirão aos serviços centrais, através das direcções regionais de educação, segundo formas e procedimentos a estabelecer nos respectivos diplomas orgânicos.

Artigo 4.º

1 — O Ministério da Educação e Cultura compreende os seguintes órgãos e serviços centrais:

a) De consulta:

Conselho Nacional de Educação;
Conselho Superior do Desporto;

b) De apoio técnico-administrativo e planeamento:

Secretaria-Geral;
Gabinete de Estudos e Planeamento;
Gabinete de Gestão Financeira;
Auditoria Jurídica;

c) De coordenação de investigação e desenvolvimento:

Instituto Nacional de Investigação Científica;
Instituto de Investigação Científica Tropical;
Instituto de Cultura e Língua Portuguesa;
Instituto de Inovação Educacional;

d) De controle:

Inspecção-Geral de Ensino;

e) De orientação e coordenação do sistema educativo:

Direcção-Geral do Ensino Superior;
Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário;
Direcção-Geral de Apoio e Extensão Educativa;
Direcção-Geral de Administração e Pessoal;
Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos;
Instituto de Tecnologia Educativa;
Instituto de Apoio Sócio-Educativo;

f) De orientação e coordenação do sistema desportivo:

Direcção-Geral dos Desportos;
Instituto Nacional de Fomento do Desporto;

g) De apoio social:

Obra Social.

2 — Os serviços referidos no n.º 1 deste artigo, com excepção da Auditoria Jurídica, serão dirigidos por directores-gerais ou equiparados.

3 — Os directores regionais de educação são equiparados, para todos os efeitos legais, a subdirector-geral.

Artigo 5.º

Conselho Nacional de Educação

1 — O Conselho Nacional de Educação é o órgão superior de consulta do Ministério e terá como objectivo estudar e propor as medidas que garantam a adequação permanente do sistema educativo aos interesses dos cidadãos portugueses, promovendo a harmonização da política de educação com as restantes políticas.

2 — O Conselho Nacional de Educação funciona na directa dependência do Ministro.

3 — O Conselho Nacional de Educação funcionará em plenário e em comissões restritas.

4 — No exercício das suas atribuições, a solicitação do Ministro ou por sua iniciativa, compete ao Conselho Nacional de Educação emitir pareceres, propos-

tas e recomendações, bem como elaborar estudos ou informações sobre todas as questões que interessem ao desenvolvimento do sistema educativo.

Artigo 6.º

Conselho Superior do Desporto

1 — O Conselho Superior do Desporto é o órgão de consulta do Ministério e terá como objectivo estudar e propor as medidas orientadoras do desenvolvimento desportivo.

2 — O Conselho Superior do Desporto funciona na directa dependência do Ministro.

3 — No exercício das suas atribuições, a solicitação do Ministro ou por sua iniciativa, compete ao Conselho Superior do Desporto emitir pareceres, propostas e recomendações, bem como elaborar estudos sobre todas as questões relacionadas com o desenvolvimento e prática do desporto.

4 — O Conselho Superior do Desporto será apoiado administrativamente pela Direcção-Geral dos Desportos e financeiramente pelo Instituto Nacional do Fomento do Desporto.

Artigo 7.º

Secretaria-Geral

1 — A Secretaria-Geral é um serviço de coordenação e apoio técnico-administrativo do Ministério, nos domínios da organização, da informática, da gestão do pessoal e dos equipamentos, dos gabinetes ministeriais, dos serviços centrais e das direcções regionais de educação.

2 — A Secretaria-Geral desempenhará as suas funções em estreita ligação e cooperação com os órgãos e serviços que têm a seu cargo a coordenação geral do aparelho administrativo do Estado.

Artigo 8.º

Gabinete de Estudos e Planeamento

1 — O Gabinete de Estudos e Planeamento tem por atribuições estudar, de forma permanente e sistemática, os problemas relacionados com a educação e propor as correspondentes soluções, contribuindo para a formulação da política geral do sector, apoiar e desenvolver as acções decorrentes dos acordos internacionais de cooperação e financiamento, bem como exercer as funções cometidas aos gabinetes de planeamento pelas disposições legais em vigor.

2 — O Gabinete de Estudos e Planeamento goza de autonomia administrativa e financeira.

Artigo 9.º

Gabinete de Gestão Financeira

O Gabinete de Gestão Financeira tem como atribuições elaborar a proposta orçamental do Ministério da Educação e Cultura, proceder à distribuição de verbas pelos diversos órgãos, serviços e unidades do sistema, estabelecer a normalização de procedimentos e acompanhar a execução e controlar a gestão eco-

nómica e financeira dos meios disponíveis, tendo em vista a obtenção de maior eficiência e eficácia nos gastos públicos.

Artigo 10.º

Auditoria Jurídica

1 — A Auditoria Jurídica tem como atribuições o apoio aos gabinetes dos membros do Governo nos domínios da consultadoria jurídica, do contencioso administrativo e do poder disciplinar.

2 — A Auditoria Jurídica é dirigida pelo procurador-geral-adjunto que no Ministério exerce as funções de auditor jurídico.

Artigo 11.º

Instituto Nacional de Investigação Científica

1 — O Instituto Nacional de Investigação Científica tem como atribuições contribuir para o fomento da investigação científica, predominantemente no sector do ensino superior, para a formulação, coordenação e realização da política científica nacional, bem como colaborar na definição e execução dos planos de preparação do pessoal qualificado necessário ao desenvolvimento do País, designadamente no âmbito do sistema do ensino superior.

2 — Dependem do Instituto Nacional de Investigação Científica, para além de centros de investigação, o Observatório Astronómico de Lisboa e o Instituto de Ciências Sociais.

3 — O Instituto Nacional de Investigação Científica tem personalidade jurídica e goza de autonomia administrativa e financeira.

Artigo 12.º

Instituto de Investigação Científica Tropical

1 — O Instituto de Investigação Científica Tropical tem como atribuições promover a realização da investigação científica e técnica no âmbito das regiões tropicais e estabelecer, nos termos da política global de cooperação e investigação definida pelo governo, acordos de cooperação científica e técnica com países tropicais.

2 — O Instituto de Investigação Científica Tropical tem personalidade jurídica e goza de autonomia administrativa e financeira.

Artigo 13.º

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa

1 — O Instituto de Cultura e Língua Portuguesa tem como atribuições contribuir para o fomento do ensino e difusão da língua e cultura portuguesa, designadamente nas universidades e instituições congêneres do País e do estrangeiro, e assegurar a organização e funcionamento dos leitorados de portugueses no estrangeiro.

2 — O Instituto de Cultura e Língua Portuguesa tem personalidade jurídica e goza de autonomia administrativa e financeira.

Artigo 14.º**Instituto de Inovação Educacional**

1 — O Instituto de Inovação Educacional de António Aurélio da Costa Ferreira tem como atribuições o estudo e desenvolvimento de métodos e técnicas de inovação pedagógica, a concepção e experimentação de técnicas, equipamentos e material didáctico, designadamente para apoio à integração dos jovens deficientes, e a orientação do funcionamento dos estabelecimentos de ensino especial.

2 — O Instituto de Inovação Educacional de António Aurélio da Costa Ferreira tem personalidade jurídica e goza de autonomia administrativa e financeira.

Artigo 15.º**Inspecção-Geral de Ensino**

1 — A Inspecção-Geral de Ensino tem como atribuições o controle pedagógico e disciplinar do subsistema do ensino não superior e administrativo-financeiro de todo o sistema educativo.

2 — A Inspecção-Geral de Ensino disporá de uma estrutura desconcentrada, em paralelo com as direcções regionais de educação.

Artigo 16.º**Direcção-Geral do Ensino Superior**

A Direcção-Geral do Ensino Superior tem como atribuições preparar e executar, sem prejuízo da autonomia das universidades, as decisões do governo que respeitem a essas instituições, superintender na organização e funcionamento dos restantes estabelecimentos de ensino superior, velar pela qualidade e eficiência do ensino superior e assegurar todas as acções respeitantes ao ingresso no ensino superior.

Artigo 17.º**Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário**

A Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário tem como atribuições proceder à orientação pedagógica, à renovação dos respectivos métodos e técnicas, à actualização e aperfeiçoamento do pessoal docente, ao estudo e elaboração dos programas e *curricula* escolares e à coordenação da orientação escolar e profissional.

Artigo 18.º**Direcção-Geral de Apoio e Extensão Educativa**

1 — A Direcção-Geral de Apoio e Extensão Educativa tem como atribuições a promoção, coordenação e apoio, em colaboração com os demais serviços do Ministério e outras entidades públicas ou privadas, do ensino particular e cooperativo, do ensino básico e secundário português no estrangeiro, da educação não formal e das actividades de índole cultural

no domínio da educação permanente, no País e junto das comunidades portuguesas no estrangeiro.

2 — A Direcção-Geral de Apoio e Extensão Educativa goza de autonomia administrativa.

Artigo 19.º**Direcção-Geral de Administração e Pessoal**

A Direcção-Geral de Administração e Pessoal tem como atribuições superintender na organização e funcionamento dos estabelecimentos oficiais de educação e ensino não superior e orientar, coordenar e acompanhar a gestão dos recursos humanos dos mesmos.

Artigo 20.º**Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos**

1 — A Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos tem como atribuições, no sistema de ensino oficial, definir a tipologia e respectivas normas dos equipamentos educativos, elaborar e realizar os programas anuais e plurianuais de necessidades, proceder à sua construção e à aquisição, distribuição e gestão do material didáctico e mobiliário escolar dos equipamentos educativos da responsabilidade do Ministério e orientar, coordenar e acompanhar a gestão integrada desses equipamentos.

2 — São ainda atribuições da Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos o arrendamento, aquisição, construção, manutenção e reparação das instalações necessárias ao funcionamento dos serviços centrais e regionais do Ministério da Educação e Cultura.

3 — A Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos goza de autonomia administrativa.

Artigo 21.º**Instituto de Tecnologia Educativa**

1 — O Instituto de Tecnologia Educativa tem como atribuições promover a utilização dos recursos tecnológicos na actualização e aperfeiçoamento dos métodos pedagógicos e sua harmonização permanente com o conteúdo do ensino, organizar e manter, através dos meios de comunicação à distância, actividades de ensino e de formação de docentes e outras de índole educativa e formativa e dar apoio aos restantes serviços do Ministério da Educação e Cultura e a outros departamentos e entidades interessados no aperfeiçoamento da sua própria acção educativa e formativa.

2 — São ainda atribuições do Instituto de Tecnologia Educativa a promoção, coordenação e realização dos meios áudio-visuais e dos meios técnicos de apoio ao ensino de adultos e ao ensino de deficientes para todo o sistema educativo, sem prejuízo das competências próprias do Instituto de Inovação Educacional.

3 — Integram o Instituto de Tecnologia Educativa a Editorial do Ministério da Educação e Cultura e a Telecola.

4 — O Instituto de Tecnologia Educativa tem personalidade jurídica e goza de autonomia administrativa e financeira.

Artigo 22.º**Instituto de Apoio Sócio-Educativo**

1 — O Instituto de Apoio Sócio-Educativo tem como atribuições:

- a) Superintender na organização e funcionamento das acções de apoio social aos estudantes do ensino oficial não superior nos domínios da medicina pedagógica, do alojamento, das bolsas de estudo, dos auxílios económicos, da alimentação e do seguro escolar;
- b) Acompanhar o funcionamento das acções de apoio social aos estudantes do ensino superior oficial, em articulação com o Conselho de Acção Social do Ensino Superior, a quem prestará apoio técnico administrativo.

2 — O Instituto de Apoio Sócio-Educativo prestará todo o apoio técnico que lhe for solicitado pelas autarquias locais no âmbito das actividades de acção social que forem da sua competência, nos termos da lei.

3 — O Instituto de Apoio Sócio-Educativo tem personalidade jurídica e goza de autonomia administrativa e financeira.

Artigo 23.º**Direcção-Geral dos Desportos**

1 — A Direcção-Geral dos Desportos tem como atribuições elaborar os estudos que visem a definição dos princípios orientadores do desenvolvimento desportivo, promover e apoiar as acções de formação dos agentes desportivos, estimular e apoiar a difusão e prática do desporto, bem como colaborar na criação dos recursos humanos, técnicos e materiais necessários ao seu desenvolvimento.

2 — A Direcção-Geral dos Desportos disporá, no âmbito da gestão e execução das acções de desenvolvimento desportivo, de delegações regionais dos desportos.

Artigo 24.º**Instituto Nacional de Fomento do Desporto**

1 — O Instituto Nacional de Fomento do Desporto tem como atribuições contribuir, através da concessão de apoios financeiros, para o desenvolvimento do desporto, nos domínios das instalações e equipamentos e da formação e aperfeiçoamento de técnicos e praticantes desportivos.

2 — A concessão de apoios financeiros pelo Instituto será preferencialmente titulada por contratos-programa.

3 — O Instituto Nacional de Fomento do Desporto tem personalidade jurídica e goza de autonomia administrativa e financeira.

Artigo 25.º**Obra Social**

1 — A Obra Social do Ministério da Educação e Cultura tem como atribuições contribuir para a acção

social complementar dos funcionários e agentes dos organismos e serviços do Ministério.

2 — A Obra Social goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira.

Artigo 26.º**Direcções regionais de educação**

1 — As direcções regionais de educação são órgãos desconcentrados de coordenação e apoio aos estabelecimentos de ensino não superior e de gestão dos respectivos recursos humanos, financeiros e materiais, sendo organizadas de acordo com as várias áreas de actuação do sistema educativo, com exclusão das funções de controle, a cargo da Inspecção-Geral de Ensino.

2 — As direcções regionais de educação gozam de autonomia administrativa.

3 — As áreas de jurisdição de cada direcção regional de educação corresponderão às das regiões administrativas.

4 — Na dependência das direcções regionais de educação existirão delegações regionais de acordo com a dimensão das diversas valências do sistema educativo.

5 — As direcções regionais de educação dependem no plano dos recursos humanos e materiais da Secretaria-Geral e no plano funcional dos serviços de orientação e coordenação do sistema de ensino.

Artigo 27.º**Áreas de intervenção das direcções regionais de educação**

1 — Enquanto não forem implementadas as regiões administrativas, são criadas, desde já, as seguintes direcções regionais de educação:

- a) Do Norte — com sede no Porto e abrangendo os distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real e Bragança;
- b) Do Centro — com sede em Coimbra e abrangendo os distritos de Aveiro, Coimbra, Viseu, Guarda, Leiria e Castelo Branco;
- c) De Lisboa — com sede em Lisboa e abrangendo os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal;
- d) Do Sul — com sede em Évora e abrangendo os distritos de Beja, Évora, Portalegre e Faro.

2 — As delegações regionais de educação, enquanto não for alterada a divisão administrativa, corresponderão aos distritos.

Artigo 28.º**Organização dos serviços**

1 — A organização, competências, normas de funcionamento e demais disposições necessárias para assegurar o desempenho das correspondentes atribuições dos serviços a que este diploma respeita serão definidas nos respectivos diplomas orgânicos, a aprovar por decreto regulamentar no prazo de 180 dias a partir da data da publicação do presente diploma.

2 — O disposto no número anterior não é aplicável à Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, que continuará a regular-se pelas disposições constantes do Decreto-Lei n.º 151-E/86, de 18 de Junho.

Artigo 29.º

Regime de pessoal

1 — Os serviços centrais e direcções regionais do Ministério da Educação e Cultura disporão de pessoal integrado num quadro único e com regime jurídico de ordenamento de recursos humanos constantes de um único diploma legal.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior proceder-se-á à actualização do Decreto-Lei n.º 81/83, de 10 de Fevereiro.

Artigo 30.º

Pessoal dirigente

1 — São dadas por findas as comissões de serviço dos directores-gerais e subdirectores-gerais ou equiparados dos organismos e serviços centrais, regressando os seus titulares aos lugares de origem e sem prejuízo de virem a ser providos em novos cargos.

2 — Independentemente da actualização do Decreto-Lei n.º 81/83, de 10 de Fevereiro, poder-se-á promover a nomeação dos directores-gerais e subdirectores-gerais ou equiparados dos organismos e serviços previstos no presente diploma.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, e sem prejuízo do estabelecido no n.º 2 do artigo anterior, são desde já alterados os lugares do pessoal dirigente conforme o mapa anexo a este decreto-lei.

Artigo 31.º

Extinção de serviços

1 — A entrada em vigor de cada um dos diplomas referidos no artigo 28.º deste decreto-lei determina a extinção dos serviços e organismos cujas competências e atribuições neles sejam integradas.

2 — Exceptuam-se do disposto no número anterior o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, o Conselho Consultivo do Ensino Particular e Cooperativo e o Conselho Coordenador da Instalação dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico, que passa a designar-se por Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.

Artigo 32.º

Instituto Português de Oncologia

O Instituto Português de Oncologia transita para o Ministério da Saúde, integrando-se no Serviço Nacional de Saúde, em termos a estabelecer por decreto regulamentar.

Artigo 33.º

Providências orçamentais

Até à efectivação das convenientes alterações orçamentais e mediante despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Educação e Cultura poderão ser utilizadas as verbas orçamentais consignadas aos organismos e serviços existentes para a adequada implementação das disposições constantes do presente diploma.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 11 de Setembro de 1986. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Luís Francisco Valente de Oliveira* — *João de Deus Rogado Salvador Pinheiro* — *Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares*.

Promulgado em 12 de Dezembro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 16 de Dezembro de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 3/87, de 3 de Janeiro

Número de lugares	Cargo	Vencimento
1	Secretário-geral	—
7	Director-geral	—
2	Director	(a)
1	Inspector-geral	—
7	Presidente	(b)
2	Adjunto de secretário-geral	—
13	Subdirector-geral	(c)
3	Subinspector-geral	—
7	Vice-presidente	(d)
6	Vogal	(e)
4	Director regional	(f)

(a) Do Gabinete de Gestão Financeira e da Obra Social.

(b) Do Conselho Nacional de Educação, do Instituto Nacional de Investigação Científica, do Instituto de Investigação Científica Tropical, do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, do Instituto de Inovação Educacional, do Instituto de Tecnologia Educativa e do Instituto de Apoio Sócio-Educativo.

(c) Três da Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário, dois da Direcção-Geral de Apoio e Extensão Educativa, dois da Direcção-Geral da Administração e Pessoal, três da Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, um da Direcção-Geral do Ensino Superior, um da Direcção-Geral dos Desportos e um do Gabinete de Estudos e Planeamento.

(d) Do Conselho Nacional de Educação, do Instituto Nacional de Investigação Científica, do Instituto de Investigação Científica Tropical, dois do Instituto de Inovação Educacional e dois do Instituto de Tecnologia Educativa.

(e) Três do Conselho Nacional de Educação e três do Instituto de Apoio Sócio-Educativo.

(f) Equiparados a subdirector-geral.

formativa e favorecedora da confiança própria e reforçam-se as estruturas de apoio educativo com a intenção de equilibrar a diversidade de ritmos e capacidades; incentiva-se a iniciativa local mediante a disponibilização de margens de autonomia curricular na elaboração de projectos multidisciplinares e no estabelecimento de parcerias escola-instituições comunitárias.

Finalmente, organizam-se as várias componentes curriculares nas suas dimensões humanística, artística, científica, tecnológica, física e desportiva, visando a formação integral do educando e a sua capacitação tanto para a vida activa quanto para a prossecução dos estudos.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela alínea e) do artigo 59.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Âmbito

O presente diploma estabelece os princípios gerais que ordenam a reestruturação curricular prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 59.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Artigo 2.º

Conceitos gerais

1 — Para efeitos de enquadramento temporal do funcionamento dos ensinos básico e secundário, o conceito de ano escolar corresponde ao período compreendido entre os dias 1 de Setembro de cada ano e 31 de Agosto do ano seguinte, enquanto que o conceito de ano lectivo corresponde a um mínimo de 180 dias efectivos de actividades escolares.

2 — O ano lectivo organiza-se na base de um horário semanal distribuído equilibradamente pelos períodos da manhã e da tarde.

3 — O Ministro da Educação estabelecerá em despacho o programa de cumprimento progressivo do disposto nos números anteriores.

Artigo 3.º

Educação pré-escolar

1 — Deverá ser garantida a possibilidade a todos os pais que o requererem de inscrever os seus filhos num programa de educação pré-escolar, em instituições públicas ou privadas, pelo menos no ano anterior ao 1.º ano de escolaridade, com vista a promover o sucesso na educação escolar.

2 — Por iniciativa do Ministro da Educação será publicado em diploma apropriado um plano de expansão da oferta da educação pré-escolar, estabelecendo os prazos do cumprimento do estabelecido no número anterior, as condições da sua concretização, o âmbito de responsabilidade dos vários intervenientes, bem como os normativos gerais de carácter técnico-pedagógico.

CAPÍTULO II

Organização curricular

Artigo 4.º

Planos curriculares

1 — São aprovados os planos curriculares dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, que constam, respectivamente, dos mapas n.ºs 1, 2 e 3 anexos ao presente diploma.

2 — É aprovado o plano curricular do ensino secundário, que consta dos mapas n.ºs 4, 5, 6 e 7 anexos ao presente diploma.

Artigo 5.º

Línguas estrangeiras

1 — No 1.º ciclo do ensino básico podem as escolas, de acordo com os recursos disponíveis, proporcionar a iniciação de uma língua estrangeira, na sua realização oral e num contexto lúdico.

2 — No 2.º ciclo do ensino básico inicia-se a aprendizagem de uma língua estrangeira curricular.

3 — No 3.º ciclo do ensino básico, todas as escolas proporcionarão aos alunos a oportunidade da iniciação a uma segunda língua estrangeira curricular.

4 — No ensino secundário, é obrigatória a inscrição numa segunda língua estrangeira curricular quando, no ensino básico, tiver sido estudada apenas uma única língua estrangeira curricular.

Artigo 6.º

Área Escola

1 — Os planos curriculares dos ensinos básico e secundário compreendem uma área curricular não disciplinar com a duração anual de 95 a 110 horas, competindo à escola ou à área escolar decidir a respectiva distribuição, conteúdo e coordenação.

2 — São objectivos da área curricular não disciplinar a concretização dos saberes através de actividades e projectos multidisciplinares, a articulação entre a escola e o meio e a formação pessoal e social dos alunos.

3 — Numa primeira fase, a área referida no número anterior será organizada de acordo com a redução correspondente de horas lectivas das disciplinas envolvidas em cada projecto.

4 — Numa segunda fase e na medida do possível, a área curricular não disciplinar passará a dispor de créditos horários próprios, para além das horas lectivas das várias disciplinas.

5 — O Ministro da Educação estabelecerá em despacho o plano de concretização desta área, o qual incluirá a determinação de responsabilidades e iniciativa, bem como sugestões de metodologias e actividades.

Artigo 7.º

Formação pessoal e social

1 — Todas as componentes curriculares dos ensinos básico e secundário devem contribuir de forma sistemática para a formação pessoal e social dos educandos, favorecendo, de acordo com as várias fases de desenvolvimento, a aquisição do espírito crítico e a interiorização de valores espirituais, estéticos, morais e cívicos.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do presente artigo, é criada, para todos os alunos dos ensinos básico e secundário, a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, onde se concretizam de modo especial as matérias enunciadas no n.º 2 do artigo 47.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

3 — No 3.º ciclo do ensino básico, a área Escola inclui obrigatoriamente um programa de educação cívica para a participação nas instituições democráticas, cujos conteúdos, depois de submetidos ao parecer do Conselho Nacional de Educação, serão aprovados por despacho do Ministro da Educação, devendo a avaliação do aluno nesta matéria ser considerada para a atribuição do diploma da escolaridade básica.

4 — Em alternativa à disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, os alunos poderão optar pela disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica ou de outras confissões.

5 — É obrigatória a frequência de uma das disciplinas referidas no número anterior.

6 — O Ministro da Educação estabelecerá, em despacho, o conjunto de conteúdos programáticos referentes à disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, bem como o modelo de formação dos docentes encarregados da sua leccionação.

7 — A disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social será proporcionada pelas escolas à medida que o sistema dispuser de docentes para tal habilitados.

Artigo 8.º

Actividades de complemento curricular

1 — Para além das actividades curriculares, os estabelecimentos de ensino organizarão actividades de complemento curricular, de carácter facultativo e natureza eminentemente lúdica e cultural, visando a utilização criativa e formativa dos tempos livres dos educandos.

2 — Entre as actividades mencionadas no número anterior integra-se o desporto escolar, o qual deve ser tornado gradualmente acessível a todos os alunos dos vários ciclos de ensino.

Artigo 9.º

Formações transdisciplinares

1 — Constituem formações transdisciplinares a formação pessoal e social, nos termos constantes do artigo 7.º, a valorização da dimensão humana do trabalho e o domínio da língua materna.

2 — A valorização da dimensão humana do trabalho constitui um objectivo dos ensinos básico e secundário que deve ser progressivamente concretizado através de todas as componentes curriculares, de acordo com o desenvolvimento e o nível etário dos alunos, levando-os à identificação dos seus interesses e aptidões e ao desenvolvimento de competências gerais de empregabilidade.

3 — Todas as componentes curriculares dos ensinos básico e secundário intervêm no ensino-aprendizagem da língua materna, devendo contribuir para o desenvolvimento das capacidades do aluno ao nível da compreensão e produção de enunciados orais e escritos em português.

Artigo 10.º

Avaliação

1 — O regime de avaliação dos alunos é organizado de forma a garantir o controlo da qualidade do ensino.

2 — O regime de avaliação dos alunos deve estimular o sucesso educativo de todos os alunos, favorecer a confiança própria e contemplar os vários ritmos de desenvolvimento e progressão.

3 — O sistema de avaliação dos ensinos básico e secundário será regulamentado em despacho do Ministro da Educação.

CAPÍTULO III

Apoios e recursos educativos

Artigo 11.º

Apoio psicológico e orientação escolar e profissional

O acompanhamento do aluno, individual ou em grupo, ao longo do processo educativo, bem como o apoio no processo de escolha do seu projecto de vida, é garantido pelos serviços de psicologia e orientação escolar.

Artigo 12.º

Recursos educativos

1 — Para a realização da reforma curricular, as escolas devem dispor dos recursos educativos necessários, nomeadamente materiais de apoio escrito e audiovisual, bibliotecas, laboratórios, oficinas e meios informáticos, bem como de espaços e materiais para as actividades lúdicas, incluindo o desporto escolar.

2 — Os recursos educativos mencionados no número anterior devem estar distribuídos de tal forma que todos os alunos a eles tenham acesso periódico.

3 — Os recursos educativos concentram-se em centros de recursos, de forma a racionalizar a sua utilização pelas escolas.

4 — O Ministro da Educação promoverá a publicação dos normativos que definam o processo de distribuição dos recursos educativos, os padrões mínimos de qualidade e quantidade, os prazos e os programas de aquisição.

CAPÍTULO IV

Organização dos grupos de docência

Artigo 13.º

Reestruturação dos grupos de docência

1 — Em acordo com os princípios definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo e com as necessidades decorrentes dos novos planos curriculares, o Ministro da Educação definirá por despacho os grupos e respectivas qualificações para a docência nos ensinos básico e secundário.

2 — Os cursos específicos de formação inicial de professores dos ensinos básico e secundário devem ser organizados de acordo com as qualificações definidas

para a docência nos termos do número anterior e em conformidade com o artigo 31.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

3 — O regime de transição para os novos quadros de docência constará de disposições regulamentares a publicar pelo Ministro da Educação.

4 — Embora não podendo os professores em exercício ser afectados nos direitos adquiridos, as novas necessidades do sistema determinam a sua participação em acções de formação contínua que visem não só o complemento, aprofundamento e actualização de conhecimentos e de competências profissionais, como também operações de mobilidade e de reconversão profissional.

CAPÍTULO V

Aplicação experimental dos planos curriculares

Artigo 14.º

Desenvolvimento da experiência

1 — A aplicação dos planos curriculares referidos no artigo anterior é feita em regime de experiência pedagógica, cujo processo de desenvolvimento obedecerá aos limites temporais e demais condições organizativas a estabelecer em portaria do Ministro da Educação.

2 — A experiência referida no número anterior:

- a) Iniciar-se-á pelo 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico, no ano lectivo de 1989-1990, e desenvolver-se-á, gradativamente, pelos anos seguintes, de acordo com programação que procurará compatibilizar as exigências pedagógicas com a disponibilidade de recursos, no sentido da sua eficácia educativa;
- b) Desenvolver-se-á de acordo com uma rede escolar de amostragem, a qual se fundamentará em critérios que traduzam a realidade escolar existente e abrangerá estabelecimentos do ensino oficial e do ensino particular e cooperativo, no continente e nas regiões autónomas, mesmo que não dependentes do Ministério da Educação.

3 — Para efeitos de execução e aplicação experimental dos planos curriculares a que se refere o presente

diploma, serão aprovados, por despacho do Ministro da Educação, os respectivos conteúdos programáticos, os quais vigorarão pelo período em que decorrer a experiência.

4 — Para o acompanhamento da experiência, poderá o Ministro da Educação criar por portaria um conselho de acompanhamento da reforma curricular, constituído por representantes dos vários parceiros sociais e profissionais com interesse na qualidade e conteúdo dos currículos.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 15.º

Encargos

Os encargos resultantes da execução do presente diploma serão suportados por verbas inscritas ou a inscrever no orçamento do Instituto de Inovação Educativa expressamente destinadas ao desenvolvimento da reforma educativa.

Artigo 16.º

O disposto no n.º 5 do artigo 7.º é aplicável à medida que se efective o preceituado no n.º 7 da mesma disposição legal.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 1 de Junho de 1989. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Roberto Artur da Luz Carneiro*.

Promulgado em 5 de Agosto de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 9 de Agosto de 1989.

Pelo Primeiro-Ministro, *Eurico Silva Teixeira de Melo*,
Vice-Primeiro-Ministro.

MAPA N.º 1

Plano curricular do 1.º ciclo do ensino básico (a)

Expressão e Educação:

Físico-Motora.
Musical.
Dramática.
Plástica.

Estudo do Meio.

Língua Portuguesa.

Matemática.

Desenvolvimento Pessoal e Social ou Educação Moral e Religiosa Católica (ou de outras confissões).

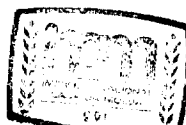
Área — Escola (b).

Actividades de complemento curricular (c).

(a) A carga curricular mínima semanal deste ciclo é de 25 horas.

(b) A organizar e gerir pelas escolas ou área escolar, nos termos do artigo 6.º

(c) Actividades facultativas nos termos do artigo 8.º



MAPA N.º 2

Plano curricular do 2.º ciclo do ensino básico

Áreas pluridisciplinares	Disciplinas	Horário semanal	
		5.º ano	6.º ano
Línguas e Estudos Sociais (doze horas)	Língua Portuguesa	5	5
	História e Geografia de Portugal	3	3
	Língua Estrangeira	4	4
Ciências Exactas e da Natureza (sete horas)	Matemática	4	4
	Ciências da Natureza	3	3
Educação Artística e Tecnológica (oito horas)	Educação Visual e Tecnológica (a)	5	5
	Educação Musical	(b) 3 (2)	(b) 3 (2)
Educação Física	Educação Física	3	3
Formação Pessoal e Social	Desenvolvimento Pessoal e Social ou Educação Moral e Religiosa Católica (ou de outras confissões).	1	1

Área — Escola (c).

Actividades de complemento curricular (d).

(a) Turmas desdobradas.

(b) De acordo com os recursos humanos e infra-estruturas das escolas.

(c) A organizar e gerir pelas escolas, nos termos do artigo 6.º

(d) Actividades facultativas, nos termos do artigo 8.º

MAPA N.º 3

Plano curricular do 3.º ciclo do ensino básico

Disciplinas ou áreas	Horário semanal		
	7.º ano	8.º ano	9.º ano
Língua Portuguesa	4	4	4
Língua Estrangeira I (a)	3	3	3
Ciências Humanas e Sociais:			
História	3	3	3
Geografia	3	—	4
Matemática	4	4	4
Ciências Físicas e Naturais:			
Físico-Químicas	—	4	3
Ciências Naturais	4	3	—
Educação Visual	3	3	3
Educação Física	(b) 3 (2)	(b) 3 (2)	(b) 3 (2)
Desenvolvimento Pessoal e Social ou Educação Moral e Religiosa Católica (ou de outras confissões)	1	1	1
Área opcional (c):			
Língua Estrangeira II	3	3	3
Ou Educação Musical	(b) 3 (2)	(b) 3 (2)	(b) 3 (2)
Ou Educação Tecnológica	3	3	3

Área — Escola (d).

Actividades de complemento curricular (e).

(a) Continuação da Língua Estrangeira iniciada no 2.º ciclo.

(b) De acordo com as infra-estruturas das escolas.

(c) A organizar de acordo com os recursos das escolas, excepto Língua Estrangeira II, que será de oferta obrigatória.

(d) A organizar e gerir pelas escolas, nos termos do artigo 6.º

(e) Actividades facultativas, nos termos do artigo 8.º

MAPA N.º 4

Estrutura global do ensino secundário (distribuição horária)

	Cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos			Cursos predominantemente orientados para o ingresso na vida activa		
	10.º ano	11.º ano	12.º ano	10.º ano	11.º ano	12.º ano
	12/13 12/13 6	12/13 12/13 6	7/6 15/18 6	12/13 12/13 10	12/13 (a) 8 10	7/6 (a) 6 18
Formação geral						
Formação específica						
Formação técnica						

Área — Escola (b).

Actividades de complemento curricular (c).

(a) Número normal de horas, podendo ser reforçado ou reduzido de acordo com o horário lectivo das disciplinas escolhidas ou com o número destas, no caso de disciplinas vocacionais — por exemplo, Música.

(b) A organizar e gerir pelas escolas, nos termos do artigo 6.º

(c) Actividades facultativas, nos termos do artigo 8.º

MAPA N.º 5

Componente de formação geral

Disciplinas	Horário semanal		
	10.º ano	11.º ano	12.º ano
Português (a)	3	3	3
Introdução à Filosofia	3	3	—
Língua Estrangeira I ou II	3	3	—
Educação Física	(b) 3 (2)	(b) 3 (2)	(b) 3 (2)
Desenvolvimento Pessoal e Social ou Educação Moral e Religiosa Católica (ou de outras confissões)	1	1	1

(a) Nesta disciplina deve atender-se ao disposto no n.º 3 do artigo 10.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

(b) De acordo com as possibilidades da escola.

MAPA N.º 6

Componente de formação específica

Disciplinas (a)	Horário semanal		
	10.º ano (b)	11.º ano (b)	12.º ano (c)
Matemática	4	4	4
Filosofia	—	—	4
Métodos Quantitativos	(d) 3	(d) 3	(d) 3
Introdução aos Computadores e à Informática	4	4	4
Ciências Físico-Químicas	4	4	—
Física	—	—	5
Química	—	—	5
Ciências da Terra e da Vida	4	4	—
Geologia	—	—	5
Biologia	—	—	5
História	4	4	4
Geografia	4	4	—
Introdução à Economia	4	4	—
Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social	—	—	4
Sociologia	—	—	3
Psicologia	—	—	3
Introdução ao Direito	—	—	3
Latim	4	4	4
Grego	4	4	4
Língua Estrangeira I ou II (cont.)	—	—	3
Língua Estrangeira (nível inicial ou de cont.) (e)	4	4	4
Estudos Literários	3	3	3
História da Arte	4	4	4
Desenho e Geometria Descritiva (Arquitectura)	4	4	4
Desenho e Geometria Descritiva (Engenharia)	—	—	3
Teoria do Design	—	—	3
Introdução ao Estudo dos Materiais	3	3	3
Formação Musical (f)	3	3	3
Análise e Técnica de Composição (f)	3	3	3
História da Música (f)	3	3	3
Acústica Musical (f)	—	—	3

(a) A lista de disciplinas e a sua ordem têm carácter indicativo dentro dos parâmetros estabelecidos no n.º 5 do artigo 47.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

(b) Três disciplinas à escolha (quatro no ensino vocacional da música).

- (c) Três a cinco disciplinas à escolha.
 (d) Disciplina de um ano de frequência obrigatória num dos anos, excepto para os alunos com Matemática no seu currículo.
 (e) De frequência obrigatória, quando no ensino básico tiver sido estudada apenas uma língua estrangeira.
 (f) A frequência destas disciplinas exige a frequência da disciplina opcional de Educação Musical no 3.º ciclo do ensino básico ou a realização de estudos e práticas devidamente certificadas.

MAPA N.º 7

Componente de formação técnica (a)

Cursos (> 1000 horas totais):

Aplicação de Informática.
 Artes Gráficas.
 Burótica.
 Contabilidade.
 Design Industrial.
 Documentalismo.
 Electricidade Industrial.
 Electromecânica.
 Electrónica.

Mecânica.
 Relações Públicas.
 Secretariado.
 Técnicas de Agro-Pecuária.
 Técnicas Comerciais.
 Técnicas de Laboratório.
 Técnicas de Fabricação Têxtil.
 Técnicas de Cerâmica e Vidro.
 Tradução e Interpretação.

Disciplinas individuais:

Dactilografia e Processamento de Texto.
 Desenho Técnico.
 Electrónica.

Informática.
 Língua: Francês, Inglês, Alemão (sentido técnico e comercial).
 Noções de Comércio.

(a) A formação técnica poderá consistir (i) na frequência de um curso estruturado num domínio específico de actividade ou (ii) na frequência de disciplinas de índole técnica em domínios restritos de actividade. Em qualquer caso, a formação ministrada deverá visar essencialmente a obtenção de valências e capacidades que permitam a futura inserção num conjunto alargado de sectores e actividades profissionais.

A lista de cursos e disciplinas apresentada neste quadro tem um carácter indicativo (v. n.º 5 do artigo 47.º da LBSE) e deve ser entendida como uma base sobre a qual as escolas deverão trabalhar a fim de prepararem as suas propostas de formação técnica a incluir nos currículos.

Portaria n.º 743/89

de 29 de Agosto

Tendo em conta a proposta elaborada pelo órgão científico-pedagógico do Instituto Superior de Administração e Gestão — ISAG e sujeita a apreciação pelo Ministério da Educação:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, ao abrigo e nos termos do artigo 26.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 271/89, de 19 de Agosto, o seguinte:

Único. É alterado, nos termos do anexo à presente portaria, o plano de estudos do curso superior de Gestão leccionado no Instituto Superior de Administração e Gestão, anexo ao Decreto-Lei n.º 375/87, de 11 de Dezembro.

Ministério da Educação.

Assinada em 9 de Agosto de 1989.

O Ministro da Educação, *Roberto Artur da Luz Carneiro*.

ANEXO

Instituto Superior de Administração e Gestão (ISAG)

Curso superior de Gestão

Nome da disciplina	Tipo	Escolaridade em horas semanais		
		Aulas teóricas	Aulas práticas	Aulas teórico-práticas
1.º semestre:				
Análise Matemática	4
.....
.....
.....

Nome da disciplina	Tipo	Escolaridade em horas semanais		
		Aulas teóricas	Aulas práticas	Aulas teórico-práticas
2.º semestre:				
Álgebra Linear	4
.....
.....
.....

Despacho Normativo n.º 80/89

Ouvida a comissão instituída pelo Despacho n.º 31/ME/89, de 8 de Março, e atendendo à especificidade da estrutura da Universidade do Minho, ressalvada nas normas estatutárias, homologo, nos termos do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, os Estatutos da Universidade do Minho, que são publicados em anexo ao presente despacho.

Ministério da Educação, 7 de Agosto de 1989. — O Ministro da Educação, *Roberto Artur da Luz Carneiro*.

ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Preâmbulo

1 — A Universidade do Minho, criada pelo Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de Agosto, manteve-se em regime de instalação até 31 de Dezembro de 1981.

Para a prossecução dos seus objectivos, a Universidade adoptou um modelo de organização designado por grupos de projecto, cuja malha básica constitui um sistema matricial que envolve projectos (de ensino, de investigação e de serviços) e unidades de recursos. A correspondente estrutura orgânica foi materializada no Regulamento Interno Provisório, homologado por despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica de 10 de Fevereiro de 1976.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**Decreto-Lei n.º 435/89**

de 18 de Dezembro

Coube ao Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira um papel determinante no atendimento educativo das crianças que carecem de meios especiais de diagnóstico e intervenção pedagógica.

No entanto, a assunção das suas competências por outras instituições mais vocacionadas para a prossecução de cada uma exige que se evite a sobreposição e duplicação de competências e se assegure a reafectação racional dos recursos a outros serviços do Ministério da Educação.

A Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, define como objectivos a alcançar com a investigação em educação a avaliação e interpretação científica da actividade desenvolvida no sistema educativo. Essa investigação deve ser incentivada, nomeadamente, nas instituições de ensino superior que possuam centros ou departamentos de ciências da educação, sem prejuízo da criação de centros autónomos especializados neste domínio.

A mesma lei determina que o Governo criará estruturas adequadas que assegurem e apoiem actividades de desenvolvimento curricular, de incremento da inovação e de avaliação do sistema e das actividades em articulação com os outros organismos do Ministério da Educação, as escolas e as instituições de investigação em educação e de formação de professores.

O sistema deve garantir a satisfação das necessidades educativas genéricas dos educandos, mas também as necessidades educativas específicas, designadamente as devidas a deficiências físicas e mentais. É um campo que a lei naturalmente contempla e que está de igual modo aberto à investigação e à inovação.

A reforma do sistema educativo em curso propõe-se reestruturar globalmente o sistema. A experiência já recolhida confirma a ideia de que não pode haver inovação educacional consistente sem o suporte da investigação científico-educacional.

O Instituto de Inovação Educacional foi criado para responder de forma integrada aos objectivos acima explicitados. Deste modo, compete-lhe, de acordo com a política educativa definida, desenvolver propostas de inovação nas várias áreas do sistema educativo, em estreita colaboração com os outros serviços responsáveis do Ministério da Educação e os centros educativos.

A experiência aconselha que a estrutura de um serviço deste tipo seja leve e flexível. Tal leveza e flexibilidade não devem, não obstante, ir ao ponto de cair numa inorganicidade excessiva. Estruturaram-se os serviços nessa perspectiva de equilíbrio.

Relativamente aos órgãos, considerou-se conveniente combinar o princípio da colegialidade com o da unidade e capacidade de decisão. O conselho científico e o conselho administrativo garantem o princípio da colegialidade; o presidente, o da unidade e capacidade de decisão. Dada a grande diversidade de aspectos da realidade educativa, pareceu correcto flexibilizar o conselho científico, dando-lhe uma base permanente, mas combinando esta com um complemento *ad hoc* e temporário.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º**Extinção**

É extinto o Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira, adiante designado por Instituto.

Artigo 2.º**Regulamentação**

São aprovados os Estatutos do Instituto de Inovação Educacional de António Aurélio da Costa Ferreira, adiante designado abreviadamente por IIE, anexos ao presente diploma e que dele fazem parte integrante.

Artigo 3.º**Pessoal**

1 — O pessoal do Instituto provido, à data da sua extinção, em lugares do quadro a que se refere o n.º 1 do artigo 1.º do Decreto n.º 4/84, de 17 de Janeiro, é integrado, com efeitos à data de entrada em vigor do presente diploma, no quadro único do pessoal dos organismos e serviços centrais e regionais do Ministério da Educação.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, são criados e acrescentados aos lugares previstos nos anexos I e II à Portaria n.º 226-A/88, de 13 de Abril, os lugares constantes do mapa I anexo ao presente diploma e que dele faz parte integrante, os quais são extintos à medida que vagarem.

3 — A integração prevista no n.º 1 é feita por lista nominativa aprovada por despacho do Ministro da Educação e publicada na 2.ª série do *Diário da República*, nas carreiras e categorias de que o pessoal for titular, com as seguintes especialidades:

- a) As professoras-adjuntas são integradas em categorias da carreira técnica a que corresponda a mesma letra de vencimento;
- b) Os psicólogos e o técnico de braille são integrados nas categorias da carreira técnica a que corresponda as respectivas letras de vencimento;
- c) Os operadores de meios áudio-visuais são integrados na carreira técnico-profissional, nível 4, nos termos do n.º 8 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho;
- d) O pessoal provido nos lugares de auxiliar de educação é integrado na carreira técnico-profissional, nível 3, em correspondente categoria;
- e) Os contínuos e porteiros são integrados na carreira de auxiliar administrativo, nos termos do n.º 7 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 248/85.

4 — O pessoal pertence ao quadro supranumerário do Ministério da Educação, a que se refere a Portaria n.º 677/79, de 14 de Dezembro, que esteja colocado no Instituto à data da entrada em vigor deste diploma transita para o QEI do Ministério da Educação, na mesma categoria e carreira.

5 — Os funcionários do Instituto que se encontrem na situação de licença ilimitada podem requerer, nos termos gerais aplicáveis, o ingresso no quadro único do Ministério da Educação.

6 — As integrações de pessoal previstas no presente diploma reportam os seus efeitos a 30 de Setembro de 1989.

Artigo 4.º

Anulação dos concursos

São anulados os concursos de ingresso e de acesso no quadro de pessoal do Instituto que à data da entrada em vigor deste diploma se encontrem em curso.

Artigo 5.º

Património

1 — São integrados no património do Estado e afectos ao Ministério da Educação os edifícios e terrenos do Instituto, independentemente de quaisquer formalidades e com os direitos e obrigações sobre eles constituídos, cabendo à Secretaria-Geral proceder à prática dos actos de execução das afectações.

2 — O equipamento e material do Instituto é transferido para a Secretaria-Geral do Ministério da Educação, que o afectará aos serviços que dele necessitem ou procederá ao seu abate.

3 — Os saldos das dotações do orçamento privativo do Instituto transitam para o orçamento do IIE com excepção dos saldos respeitantes às rubricas de pessoal, que transitam para a Secretaria-Geral.

Artigo 6.º

Classes especiais

São extintas as classes especiais a que se refere o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 35 401, de 27 de Dezembro de 1945.

Artigo 7.º

Colocação de excedentes

1 — Até 31 de Dezembro de 1989, a colocação de excedentes nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 43/84, de 3 de Fevereiro, será, no âmbito dos serviços e organismos do Ministério da Educação e nos estabelecimentos de ensino sob sua tutela, da competência da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, que a comunicará à Direcção-Geral da Administração Pública.

2 — A passagem à actividade nos casos previstos no número anterior far-se-á em função das qualificações profissionais dos excedentes face às funções a desempenhar, atendendo, sucessivamente, em igualdade de circunstâncias:

- a) À maior antiguidade na categoria;
- b) À maior antiguidade na carreira;
- c) À maior antiguidade na função pública.

3 — A partir de 1 de Janeiro de 1990, os encargos com estes excedentes são suportados pelo orçamento de pessoal a cargo da Secretaria-Geral.

4 — Em tudo o mais é aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 43/84, de 3 de Fevereiro.

Artigo 8.º

Instalação do IIE

1 — O IIE funcionará nas instalações do extinto Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira, verificando-se a respectiva instalação em simultâneo com a saída gradual da Escola Superior de Educação de Lisboa.

2 — Será afecta ao IIE pela Secretaria-Geral do Ministério da Educação parte do equipamento e material do extinto Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira, no prazo de 60 dias após a entrada em vigor do presente diploma.

Artigo 9.º

Dotação do pessoal do IIE

1 — O IIE dispõe de um quadro de afectação integrado por pessoal do quadro único dos serviços e organismos centrais e regionais do Ministério da Educação e fixado, sob proposta conjunta do secretário-geral e do respectivo presidente, por despacho do Ministro da Educação publicado na 2.ª série do *Diário da República*.

2 — O IIE dispõe da dotação de pessoal de direcção e chefia constante do mapa II anexo ao presente diploma.

3 — São dadas por findas as comissões de serviço do pessoal dirigente do IIE relativas aos lugares criados pelo Decreto-Lei n.º 3/87, de 3 de Janeiro.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 31 de Agosto de 1989. — *António António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *João de Deus Rogado Salvador Pinheiro* — *Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares* — *Roberto Artur da Luz Carneiro*.

Promulgado em 1 de Dezembro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 6 de Dezembro de 1989.

O Primeiro-Ministro, *António António Cavaco Silva*.

ESTATUTOS DO INSTITUTO DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL DE ANTÓNIO AURÉLIO DA COSTA FERREIRA

CAPÍTULO I

Natureza e atribuições

Artigo 1.º

Natureza e tutela

1 — O Instituto de Inovação Educacional de António Aurélio da Costa Ferreira, adiante designado abreviadamente por IIE, é uma pessoa colectiva pública, dotada de personalidade jurídica, património próprio e autonomia administrativa e financeira.

2 — O IIE passará a deter apenas autonomia administrativa se, decorrido o período de três anos após a entrada em vigor do diploma que aprovou os presentes Estatutos, não dispuser de receitas próprias suficientes para cobrir dois terços das respectivas despesas.

3 — O Ministro da Educação exerce a tutela sobre o IIE.

Artigo 2.º**Atribuições gerais**

1 — O IIE tem como atribuições gerais promover a investigação científica como suporte à inovação, contribuir para o fomento da inovação educacional e conceber e produzir sistemas e instrumentos de avaliação pedagógica, tendo em vista o sucesso educativo e a melhoria da qualidade de ensino e da formação, bem como o apoio científico e educacional à educação especial.

2 — São ainda atribuições do IIE colaborar na definição dos planos de preparação e reconversão dos recursos humanos necessários à permanente renovação do sistema educativo, designadamente o pessoal docente e investigador, o pessoal especialmente qualificado para outras funções educativas, o pessoal técnico e o pessoal auxiliar de educação.

Artigo 3.º**Atribuições especiais**

1 — São atribuições do IIE na área da inovação pedagógica:

- a) Realizar estudos e formular propostas para o planeamento da inovação educacional a introduzir no sistema educativo e colaborar na dinamização dos planos de acção definidos;
- b) Realizar estudos e formular propostas de desenvolvimento curricular;
- c) Conceber e propor programas experimentais de formação de docentes e outros agentes educativos;
- d) Conceber, propor e promover ou realizar experiências de inovação pedagógica, designadamente na área da educação especial;
- e) Realizar estudos e formular propostas de tipologia e normalização dos equipamentos educativos e das instalações escolares.

2 — São atribuições do IIE na área da investigação científico-educacional:

- a) Identificar as necessidades de investigação científica na educação e propor prioridades e estratégias, em vista à definição de uma política de investigação científica de médio e longo prazo;
- b) Apoiar os centros de investigação ou organismos que prossigam actividades de investigação científico-educacional e consequente desenvolvimento experimental nos diversos domínios das ciências da educação e da realidade educativa;
- c) Financiar linhas ou projectos de investigação de manifesto benefício para o sistema educativo;
- d) Conceder bolsas de estudo no País e fora dele, com vista à formação de docentes do ensino superior e investigadores na área das ciências da educação;
- e) Promover e subsidiar a elaboração e edição de textos e publicações de carácter científico ou técnico na área das ciências da educação e de processos de inovação educacional;
- f) Promover, apoiar e patrocinar a realização de congressos, colóquios e outras reuniões científicas na área da educação e das ciências da educação;
- g) Participar na celebração de convénios, protocolos bilaterais e multilaterais e em reuniões internacionais sobre investigação, informação científica e técnica e inovação no domínio das ciências educativas.

3 — São atribuições do IIE na área da avaliação:

- a) Conceber métodos e produzir instrumentos de avaliação do sistema educativo nas suas várias componentes;
- b) Conceber e produzir sistemas de avaliação da aprendizagem dos alunos;
- c) Conceber e promover a produção de sistemas de despistagem, diagnóstico e identificação de necessidades especiais de aprendizagem;
- d) Prestar apoio científico e técnico, na área da avaliação, a entidades que o solicitem.

CAPÍTULO II**Órgãos, serviços e suas competências****Artigo 4.º****Órgãos e serviços**

1 — Para o exercício das suas atribuições, o IIE compreende órgãos e serviços.

2 — São órgãos do IIE:

- a) O presidente;
- b) O conselho científico;
- c) O conselho administrativo.

3 — São serviços do IIE:

- a) O Departamento de Estudos de Investigação e Inovação Educacional;
- b) O Departamento de Avaliação Pedagógica;
- c) A Divisão de Programação e Controlo;
- d) O Núcleo de Apoio Jurídico;
- e) O Núcleo de Documentação e Informação;
- f) A Oficina Pedagógica;
- g) A Repartição Administrativa e Financeira.

Artigo 5.º**Presidente**

1 — Ao presidente, equiparado a director-geral, incumbe a direcção e gestão do IIE, competindo-lhe:

- a) Orientar e coordenar as actividades do IIE;
- b) Representar o IIE em juízo e fora dele;
- c) Convocar o conselho científico e o conselho administrativo e presidir às reuniões deste;
- d) Definir as linhas de orientação e os domínios das actividades do IIE, de acordo com a política educativa e científico-educacional nacional e as prioridades superiormente determinadas;
- e) Apreçar e submeter a aprovação superior os planos de acção anuais e plurianuais do IIE;
- f) Apreçar e submeter a aprovação superior o relatório anual do IIE;
- g) Autorizar a participação de funcionários em congressos, seminários, reuniões, colóquios, jornadas e outras actividades semelhantes levadas a efeito dentro e fora do País;
- h) Autorizar a abertura de concursos de bolsas de estudo dentro e fora do País, bem como autorizar a sua concessão, prorrogação, alteração ou anulação;
- i) Celebrar contratos e desenvolver projectos financiados pelo IIE, ouvido o conselho científico.

2 — Nos assuntos da área das relações internacionais, o presidente é directamente coadjuvado por funcionários por ele designados para esse fim.

3 — O presidente é coadjuvado, no exercício das suas funções, por dois vice-presidentes, equiparados a subdirector-geral.

4 — O presidente é substituído, nas suas ausências e impedimentos, pelo vice-presidente que para o efeito designar.

Artigo 6.º**Conselho científico**

1 — O conselho científico é um órgão de apoio especializado do IIE, ao qual cumpre pronunciar-se sobre o mérito científico dos trabalhos, iniciativas ou actividades de investigação científico-educacional a prosseguir pelo IIE, bem como pelo interesse, oportunidade e resultados desses trabalhos, iniciativas ou actividades relativamente às necessidades e exigências de inovação educacional do sistema educativo.

2 — O conselho científico é composto por um máximo de 10 elementos, que serão membros permanentes e temporários, nos termos dos n.ºs 6 e 7 do presente artigo.

3 — A coordenação das actividades do conselho científico é realizada por um presidente, que será coadjuvado por um vice-presidente.

4 — O presidente do conselho científico é nomeado por despacho do Ministro da Educação, sob proposta do presidente do IIE.

5 — O vice-presidente do conselho científico é nomeado por despacho do Ministro da Educação, sob proposta do presidente do IIE, ouvido o presidente do conselho, por períodos trienais renováveis.

6 — Os membros permanentes do conselho científico, de número não superior a cinco, são nomeados por despacho do Ministro da Educação, sob proposta do presidente do IIE, por períodos trienais renováveis.

7 — Os membros temporários do conselho científico, de número não superior a cinco, são nomeados por despacho do Ministro da Educação, sob proposta do presidente do IIE, pelo período máximo de um ano, renovável por uma só vez, de acordo com as necessidades decorrentes dos programas ou projectos em apreço.

8 — O presidente e os restantes membros do conselho científico auferem as prestações pecuniárias que lhes são devidas nos termos

da lei, fixadas por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Educação.

9 — Os membros do conselho científico têm ainda direito ao abono de ajudas de custo e transportes nos termos da lei geral em vigor.

10 — A qualidade de membro do conselho científico, bem como as prestações percebidas ao abrigo do disposto no n.º 8 do presente artigo, são compatíveis com o regime de dedicação exclusiva previsto nos Estatutos da Carreira Docente Universitária e da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico.

11 — Sem prejuízo das atribuições cometidas ao conselho científico, pode o presidente do IIE solicitar parecer a individualidades qualificadas, nacionais ou estrangeiras, sempre que no referido órgão não seja possível incluir especialistas dos domínios científico-educacionais ou das áreas de intervenção inovadora no sistema educativo em apreço.

12 — Compete ao conselho científico elaborar o seu regulamento interno, o qual será aprovado por despacho do Ministro da Educação.

Artigo 7.º

Conselho administrativo — Composição e competências

1 — O conselho administrativo é constituído por:

- a) O presidente do IIE, que preside;
- b) Um vice-presidente, a designar pelo presidente;
- c) Um representante do Ministério das Finanças, a nomear por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Educação.

2 — Ao conselho administrativo compete:

- a) Aprovar o planeamento financeiro elaborado de acordo com a orientação superior;
- b) Promover a elaboração e aprovar os projectos de orçamento anual do IIE;
- c) Promover a arrecadação de receitas e a sua entrega nos cofres do Estado;
- d) Ordenar o depósito dos fundos levantados do Tesouro;
- e) Autorizar as despesas e verificar e visar o seu processamento;
- f) Autorizar o pagamento de subsídios, bolsas e outras formas de apoio financeiro a conceder pelo IIE;
- g) Aprovar as contas de gerência com destino ao Tribunal de Contas;
- h) Proceder à verificação regular dos fundos em cofre e em depósito e fiscalizar a escrituração da contabilidade;
- i) Promover, nos termos legais, a venda em hasta pública de material considerado inservível ou dispensável;
- j) Promover a organização e actualização do cadastro dos bens do IIE e determinar a elaboração do inventário nos termos legais;
- k) Pronunciar-se sobre qualquer outro assunto no âmbito da sua competência que lhe seja apresentado pelo presidente.

Artigo 8.º

Conselho administrativo — Funcionamento

1 — O conselho administrativo reúne ordinariamente duas vezes por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente, por sua iniciativa ou a solicitação da maioria dos seus membros.

2 — Os membros do conselho administrativo exercem as suas funções cumulativamente com os respectivos cargos.

3 — A presença dos membros do conselho administrativo nas respectivas reuniões é obrigatória, sendo estes solidariamente responsáveis pelas deliberações tomadas, salvo se fizerem exarar em acta voto de vencido, devidamente fundamentado, ou se a impossibilidade da sua comparência tiver sido comunicada ao presidente e por este aceite.

4 — As reuniões do conselho administrativo são secretariadas por um funcionário a designar por despacho do presidente.

5 — O presidente pode determinar que o chefe da Repartição Administrativa e Financeira tome parte em reuniões do conselho administrativo, não tendo o mesmo direito a voto.

Artigo 9.º

Departamento de Estudos de Investigação e Inovação Educacional

1 — Ao Departamento de Estudos de Investigação e Inovação Educacional compete:

- a) De acordo com as prioridades definidas superiormente, elaborar ou encomendar estudos conducentes ao diagnóstico fundamentado da situação educativa, de forma a permitir a identificação dos problemas a resolver e das áreas a inovar;

- b) Realizar estudos e formular propostas para o planeamento da inovação educacional a introduzir no sistema educativo e colaborar na dinamização dos planos de acção definidos;
- c) Promover ou realizar experiências de inovação educacional, tanto no que respeita ao desenvolvimento curricular como à promoção de novos métodos de ensino e à produção de novos instrumentos e materiais de aprendizagem;
- d) Promover ou realizar experiências conducentes à criação de modelos curriculares ou projectos escolares alternativos para melhor adequação a populações com necessidades especiais;
- e) Realizar estudos e fazer propostas sobre as condições espaço-temporais de ensino e aprendizagem, prestando apoio técnico e científico à definição da tipologia e normalização das instalações escolares e equipamentos educativos;
- f) Prestar apoio técnico às escolas no referente ao desenvolvimento de projectos de inovação;
- g) Conceber e propor programas experimentais de formação de docentes e outros agentes educativos.

2 — O Departamento de Estudos de Investigação e Inovação Educacional será dirigido por um director de serviços.

3 — Para o exercício das suas competências, o Departamento de Estudos de Investigação e Inovação Educacional desenvolve as suas actividades através de equipas de projecto.

Artigo 10.º

Departamento de Avaliação Pedagógica

1 — Ao Departamento de Avaliação Pedagógica compete:

- a) Conceber métodos e produzir instrumentos de avaliação do sistema educativo nas suas várias componentes, nomeadamente para efeitos de comparação entre variáveis nacionais e internacionais e consequente controlo do equilíbrio e qualidade do ensino;
- b) Conceber e produzir sistemas de avaliação da aprendizagem dos alunos, tanto ao nível da aquisição de conhecimentos como do desenvolvimento de atitudes, competências e destrezas, designadamente para efeitos de transição, obtenção de diplomas e acesso ao ensino superior;
- c) Promover e realizar a investigação científica na área da avaliação de competências, currículos e sistemas educativos;
- d) Conceber e produzir ou promover a produção de sistemas de despiagem, diagnóstico e identificação de necessidades especiais de aprendizagem que possam ser utilizados pelos professores e pelos profissionais de apoio;
- e) Prestar apoio científico e técnico na área de avaliação a entidades que o solicitem.

2 — O Departamento de Avaliação Pedagógica será dirigido por um director de serviços.

3 — Para o exercício das suas competências, o Departamento de Avaliação Pedagógica desenvolve as suas actividades através de equipas de projecto.

Artigo 11.º

Divisão de Programação e Controlo

À Divisão de Programação e Controlo compete:

- a) Preparar os projectos dos planos anuais e plurianuais de actividades do IIE, com base nas linhas de orientação superiormente definidas, nos domínios e na ordem de prioridades estabelecidos para as actividades do IIE;
- b) Assegurar a programação das actividades do IIE;
- c) Acompanhar a execução de todas as medidas aprovadas no âmbito dos planos e programas referidos nas alíneas anteriores;
- d) Elaborar relatórios de análises e estatísticas de actividades do IIE e do desenvolvimento do cumprimento dos programas;
- e) Efectuar estudos sobre a melhor aplicação dos recursos financeiros do IIE;
- f) Dar parecer sobre todas as questões e proceder aos estudos que lhe sejam solicitados pelo presidente.

Artigo 12.º

Núcleo de Apoio Jurídico

1 — Ao Núcleo de Apoio Jurídico compete:

- a) Dar parecer sobre as questões jurídicas suscitadas no âmbito do IIE;

- b) Elaborar projectos de diplomas;
- c) Estudar os contratos de qualquer natureza a celebrar pelo IIE e organismos dependentes e proceder à sua tramitação;
- d) Recolher, sistematizar, organizar e divulgar a legislação com interesse para os serviços.

2 — O Núcleo de Apoio Jurídico será coordenado por um técnico superior, licenciado em Direito, para o efeito designado pelo presidente.

Artigo 13.º

Núcleo de Documentação e Informação

1 — Ao Núcleo de Documentação e Informação compete assegurar o apoio documental e informativo, nos domínios técnico e científico, aos órgãos e serviços do IIE.

2 — O Núcleo de Documentação e Informação é coordenado por um técnico superior, designado por despacho do presidente do IIE.

Artigo 14.º

Oficina Pedagógica

1 — À Oficina Pedagógica compete apoiar os Departamentos de Estudos de Investigação e Inovação Educacional e de Avaliação Pedagógica na concepção e elaboração dos instrumentos pedagógicos necessários ao prosseguimento das respectivas atribuições.

2 — A Oficina Pedagógica é coordenada por um técnico superior, a designar por despacho do presidente do IIE.

Artigo 15.º

Repartição Administrativa e Financeira

1 — À Repartição Administrativa e Financeira compete genericamente assegurar os serviços de expediente geral e arquivo, da contabilidade e do economato e património, compreendendo a Secção de Expediente Geral e Arquivo, a Secção de Contabilidade e a Secção de Economato e Património.

2 — À Secção de Expediente Geral e Arquivo compete:

- a) Executar as acções administrativas relativas ao pessoal afecto ou destacado no IIE, sem prejuízo da competência própria da Secretaria-Geral nesta matéria;
- b) Assegurar e manter organizado o processo individual de afectação do pessoal, bem como o registo e controlo de assiduidade;
- c) Assegurar a recepção, registo, distribuição e expedição de toda a correspondência do IIE, bem como a divulgação pelos serviços de normas internas e directivas superiores de carácter geral;
- d) Organizar o arquivo geral do IIE, mantendo-o em condições de fácil consulta, e dar execução às disposições legais relativas à distribuição de documentos;
- e) Assegurar o apoio administrativo às equipas de projecto, bem como às comissões constituídas no âmbito do IIE;
- f) Assegurar a elaboração dos trabalhos de reprodução necessários aos serviços do IIE.

3 — À Secção de Contabilidade compete:

- a) Preparar os projectos de orçamento, bem como propor as respectivas alterações e acompanhar a sua execução;
- b) Executar o orçamento e organizar a conta de gerência;
- c) Apresentar os balancetes mensais e outros indicadores de gestão que lhe forem determinados;
- d) Organizar e processar uma contabilidade analítica para controlo de gestão das diversas actividades dos serviços, adoptando sistemas de custeio mais adequados à imputação dos diferentes encargos, por natureza, pelos diversos serviços.

4 — À Secção de Economato e Património compete:

- a) Organizar e manter actualizado o inventário e cadastro de bens;
- b) Zelar pela conservação dos bens móveis e imóveis e manter em depósito o material indispensável ao regular funcionamento dos serviços;
- c) Assegurar, em articulação com a Secretaria-Geral, a gestão das viaturas ao serviço do IIE, com vista ao seu aproveitamento racional, promovendo as diligências necessárias para a sua aquisição, conservação e reparação;

- d) Organizar os autos de abate e inutilização de bens deteriorados e sem valor e organizar os processos de venda daqueles que, já sem interesse para o IIE, possam ainda ter qualquer valor residual.

5 — Adstrita à Repartição Administrativa e Financeira funciona uma tesouraria, dirigida por um tesoureiro, à qual compete:

- a) Arrecadar todas as receitas pertencentes ao IIE;
- b) Efectuar o pagamento de todas as despesas devidamente autorizadas;
- c) Elaborar a folha diária de caixa;
- d) Manter devidamente escriturados todos os livros de tesouraria;
- e) Assegurar as ligações com as instituições bancárias.

Artigo 16.º

Equipas de projecto

1 — Para a prossecução dos seus objectivos, o IIE organiza-se por equipas de projecto, cujos responsáveis são remunerados pelo exercício dessas funções nos termos da lei.

2 — É função genérica dos chefes de projecto a planificação e programação do trabalho, bem como a orientação, coordenação e dinamização das actividades dos professores, investigadores ou técnicos que integram as equipas de projecto, de modo que sejam respeitados os objectivos anteriormente definidos e cumpridos os prazos determinados.

3 — Podem integrar as equipas de projecto professores de qualquer grau do sistema escolar e ainda investigadores e técnicos de outros serviços, mesmo que exteriores ao Ministério da Educação, desde que obtida a concordância prévia dos respectivos superiores hierárquicos.

CAPÍTULO III

Gestão financeira e patrimonial

Artigo 17.º

Princípios de gestão

1 — O IIE deve observar, na gestão financeira e patrimonial, os seguintes princípios:

- a) A gestão por objectivos, tendo em conta uma desconcentração das decisões na base de objectivos precisos;
- b) O controlo orçamental pelos resultados, tendo em vista a avaliação da produtividade dos serviços;
- c) Um sistema de informação integrado de gestão, necessário à elaboração dos programas e projectos e à sua correcta execução.

2 — Ao IIE é vedado contrair empréstimos.

Artigo 18.º

Instrumentos de gestão

1 — A gestão do IIE é disciplinada pelos seguintes instrumentos de previsão e controlo:

- a) Planos de actividade e financeiros, anuais e plurianuais;
- b) Orçamentos privativos anuais e suas actualizações;
- c) Relatório anual de actividades;
- d) Conta e relatório financeiro.

2 — O plano anual de actividades deve concretizar os projectos e estudos a realizar no decurso do ano pelos diversos serviços do IIE, definindo as áreas de actuação prioritárias.

3 — O orçamento é elaborado com base no plano anual de actividades.

4 — Os planos financeiros devem prever, em relação ao prazo adoptado, a evolução das receitas e despesas, os investimentos previstos e as fontes de financiamento que deverão ser utilizadas.

Artigo 19.º

Planos plurianuais

Os planos plurianuais serão actualizados em cada ano, integrando-se no planeamento da investigação científico-educacional e correlativo

desenvolvimento experimental na perspectiva da inovação educacional, no planeamento do sistema educativo em geral e ainda no da cooperação científico-educacional, nas dimensões da investigação e da inovação.

Artigo 20.º

Orçamento privativo

1 — Com base no programa de trabalho para cada ano económico, o conselho administrativo promoverá a elaboração do respectivo projecto de orçamento privativo anual.

2 — O projecto de orçamento do IIE será submetido à aprovação do Ministro da Educação e ao visto do Ministro das Finanças nos prazos legais.

3 — O IIE deve ainda submeter a aprovação superior, no decurso de cada ano económico, os orçamentos suplementares previstos na lei geral.

Artigo 21.º

Receltas

1 — Constituem receltas do IIE:

- a) As dotações atribuídas no Orçamento do Estado, quer no orçamento ordinário, quer nos investimentos do Plano;
- b) Os subsídios, subvenções, participações, quotizações, doações e legados concedidos por entidades públicas, privadas ou de outra natureza;
- c) O produto da venda de publicações editadas pelo IIE;
- d) O produto da venda de materiais educativos produzidos pelo IIE;
- e) As quantias cobradas por actividades ou serviços prestados pelo IIE, bem como as resultantes da exploração de patentes;
- f) Os rendimentos dos bens que possuir a qualquer título;
- g) O produto da venda de material inservível ou da alienação de elementos patrimoniais;
- h) Quaisquer outras receltas que lhe sejam atribuídas por lei, contrato ou outro título.

2 — O IIE arrecada e administra as suas receitas e satisfaz por meio delas os encargos que legalmente lhe caibam.

Artigo 22.º

Contratos de investigação e de prestação de serviços e regime de exploração de patentes

1 — O IIE pode estabelecer contratos de investigação e de prestação de serviços nos termos da lei.

2 — O IIE pode celebrar contratos de investigação e de prestação de serviços com quaisquer entidades públicas ou privadas cujo objectivo se compreenda no âmbito das actividades dos órgãos e serviços do IIE.

3 — O IIE pode contratar com pessoas singulares ou colectivas, públicas ou privadas, a realização de tarefas de investigação directa ou indirectamente conducentes a processos de inovação educacional complementares das que se realizam no IIE.

4 — O IIE pode proceder à distribuição das receitas provenientes dos contratos de prestação de serviço por ele celebrados e da exploração de patentes resultantes da investigação ou processos correlativos de inovação educacional financiados pelo IIE e proceder à sua inscrição na rubrica a esse fim destinada do orçamento privativo.

CAPÍTULO IV

Do pessoal

Artigo 23.º

Regime de pessoal

O pessoal do IIE rege-se pelas disposições aplicáveis ao pessoal do quadro único dos serviços centrais e regionais do Ministério da Educação, no qual se integra.

MAPA I

Anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 3.º do presente diploma

Lugares a acrescentar ao quadro único constante dos anexos I e II à Portaria n.º 226-A/88, de 13 de Abril

Grupo de pessoal	Nível	Qualificação profissional — Área funcional	Carreira	Categoria	Letra de vencimento	Número de lugares
Pessoal dirigente	—	—	—	Chefe de repartição	D	1
Pessoal técnico superior	—	Funções de investigação, estudo de métodos e processos científico-técnicos nas áreas de apoio ao ensino especial e investigação científica.	Técnica superior	Técnico superior principal .. Técnico superior de 2.ª classe	C E	6 2
		Coordenação de equipas médicas para observação e classificação dos menores afectados de doenças ou anomalias mentais e promoção de estudos da sua especialidade nos campos médico-pedagógico e médico-social.	Médico escolar	Assessor	B	2
Pessoal técnico	—	Funções de aplicação de métodos e processos de natureza técnica nas áreas de apoio ao ensino e à investigação científica.	Técnica	Técnico especialista principal Técnico especialista Técnico principal Técnico de 2.ª classe	C D E H	4 1 2 1
		Funções de aplicação no âmbito da acção social escolar e da acção social complementar do ensino especial.	Técnico de serviço social	Técnico principal	E	1

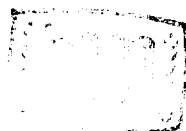
Grupo de pessoal	Nível	Qualificação profissional — Área funcional	Carreira	Categoria	Letra de vencimento	Número de lugares
Pessoal técnico.....	-	Funções de natureza executiva no âmbito de neurofisiografia, designadamente de apoio e de realização dos registos de testes da actividade cerebral (electroencefalograma) e neuromuscular (electromiogramas).	Técnico de diagnóstico e terapêutica.	Técnico principal	F	1
Pessoal técnico-profissional.	4	Funções de execução no âmbito da acção social escolar e da acção social complementar.	Técnico auxiliar de serviço social.	Técnico-adjunto principal...	I	2
	3	Desenho de suportes gráficos e animação no âmbito de trabalhos do ensino especial.	Desenhador.....	Técnico auxiliar principal...	J	2
		Funções de execução no âmbito de arquivo, classificação e catalogação de bibliografia e outra documentação.	Técnico auxiliar de BAD	Técnico auxiliar principal...	J	1
	-	Recolha e verificação de dados por meios informáticos.	Operador de registo de dados.	Operador de registo de dados	L	1
		Apoio à actividade dos educadores de infância.	Auxiliar de educação...	Auxiliar de educação.....	I, J, L e M	5
		Funções de apoio técnico a partir de instruções precisas nas áreas de apoio ao ensino e à investigação científica.	Auxiliar técnico	Auxiliar técnico principal... Auxiliar técnico de 1.ª classe	N Q	1 1
Pessoal administrativo	3	Funções executivas nas áreas de pessoal, contabilidade, expediente, arquivo, economato, património e dactilografia.	Oficial administrativo...	Primeiro-oficial, Segundo-oficial, Terceiro-oficial	J L M	1 1 2
Pessoal auxiliar	-	Coordenação dos serviços de despesa e refeitório.	—	Despenseiro	N	1
		Confecção de refeições	Cozinheiro	Cozinheiro de 1.ª classe.... Ajudante de cozinheiro.....	P R	1 2
		Estabelecimento e encaminhamento de chamadas telefónicas.	Telefonista	Telefonista de 2.ª classe....	S	1
		Funções de natureza executiva simples, totalmente determinadas, implicando predominante esforço físico e exigindo conhecimentos de ordem prática.	Auxiliar administrativo	Auxiliar administrativo de 1.ª classe.	S	5
				Auxiliar administrativo de 2.ª classe.	T	1
		Funções de natureza executiva simples, totalmente determinadas, implicando predominante esforço físico e exigindo conhecimentos de ordem prática, no âmbito da manutenção das instalações e equipamento.	Auxiliar de manutenção	Auxiliar de manutenção principal. Auxiliar de manutenção de 1.ª classe.	Q S	2 4

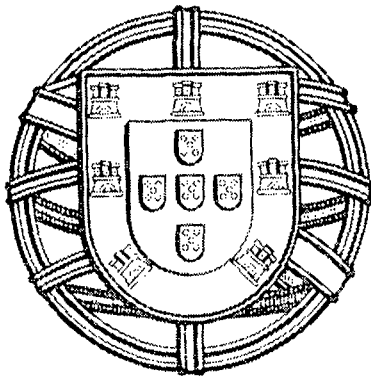
MAPA II

Anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 9.º do presente diploma

Pessoal de direcção e chefia do IIE

Número de lugares	Designação	Letra de vencimento
1	Presidente	—
2	Vice-presidente	—
2	Director de serviços	—
1	Chefe de divisão	—
1	Chefe de repartição	D
3	Chefe de secção	G





DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros

Secretaria-Geral	9747
Direcção-Geral da Comunicação Social	9748
Instituto Português do Património Cultural	9748
Instituto Português de Arquivos	9749
Arquivo Nacional da Torre do Tombo	9749

Ministérios da Defesa Nacional e do Planeamento e da Administração do Território

Despacho	9749
----------------	------

Ministério das Finanças

Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas	9749
Secretaria-Geral do Ministério	9749
Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE)	9750
Direcção-Geral da Contabilidade Pública	9750
Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro	9750
Direcção-Geral das Alfândegas	9750
Direcção-Geral das Contribuições e Impostos	9750
Direcção-Geral do Património do Estado	9750
Instituto de Informática	9750

Ministério do Planeamento e da Administração do Território

Gabinete do Ministro	9751
Gabinete de Estudos e Planeamento	9752
Comissão de Coordenação da Região do Centro	9752
Comissão de Coordenação da Região do Alentejo	9752
Comissão de Coordenação da Região do Algarve	9752
Instituto de Investigação Científica Tropical	9752

Ministério da Administração Interna

Secretaria-Geral do Ministério	9752
Inspeção dos Explosivos	9752

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação

Secretariado Agrícola para as Relações Europeias	9753
Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola	9753
Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho	9753
Instituto Nacional de Investigação Agrária	9753



Ministério da Educação

Gabinete do Ministro	9755
Direcção-Geral do Ensino Superior	9762

**Ministério das Obras Públicas,
Transportes e Comunicações**

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro	9762
Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes	9762
Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes	9762
Direcção-Geral de Viação	9762
Escola Náutica Infante D. Henrique	9763
Secretaria de Estado das Obras Públicas	9763

Ministério da Saúde

Direcção-Geral dos Hospitais	9763
Comissão Inter-Hospitalar do Porto	9765
Hospitais Cíveis de Lisboa	9766
Hospital Distrital de Alcobaça	9766
Hospital Distrital de Anadia	9767
Hospital Distrital de Aveiro	9767
Hospital Distrital do Barreiro	9767
Hospital Distrital de Cascais	9767
Hospital Distrital de Faro	9767
Hospital Distrital do Fundão	9767
Hospital Distrital da Guarda	9767
Hospital Distrital de Leiria	9767
Hospital Distrital de Matosinhos	9767
Hospital Distrital de Ovar	9768
Hospital Distrital de Pombal	9768
Hospital Distrital de Portalegre	9768
Hospital Distrital de Portimão	9768
Hospital Distrital de Santiago do Cacém	9768
Hospital Distrital de Viana do Castelo	9768
Hospital Distrital de Vila Nova de Famalicão	9769
Hospital Distrital de Vila Real	9769
Hospital Distrital de Viseu	9769

Centro de Saúde Mental do Barreiro/Montijo	9769
Centro de Saúde Mental da Guarda	9769
Centro de Saúde Mental de Lisboa/Oeiras	9769
Centro de Saúde Mental de Penafiel	9770
Centro de Saúde Mental de Vila Real	9770

**Ministério do Emprego
e da Segurança Social**

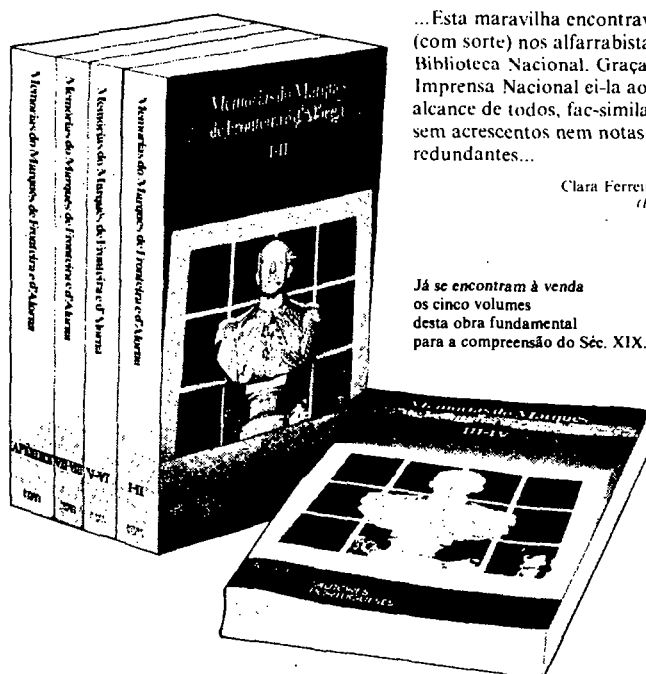
Inspeção-Geral do Trabalho	9770
Instituto do Emprego e Formação Profissional	9770
Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral de Calouste Gulbenkian	9770
Centro Regional de Segurança Social de Castelo Branco	9771
Centro Regional de Segurança Social de Viana do Castelo	9771
Casa Pia de Lisboa	9771

Serviço do Provedor de Justiça	9772
Tribunal Judicial da Comarca de Ferreira do Alentejo	9772
Escola Naval	9772
Universidade dos Açores	9772
Universidade do Algarve	9772
Universidade de Coimbra	9772
Universidade de Évora	9774
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa	9774
Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa	9774
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa	9774
Universidade do Porto	9775
Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto	9775
Faculdade de Letras da Universidade do Porto	9775
Faculdade de Medicina da Universidade do Porto	9776
Universidade Técnica de Lisboa	9776
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universi- dade Técnica de Lisboa	9776

hnm LIVROS DA IMPRENSA NACIONAL

**MEMÓRIAS
DO MARQUÊS
DE FRONTEIRA
E D'ALORNA**

hnm IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA



... Esta maravilha encontrava-se (com sorte) nos alfarrabistas e na Biblioteca Nacional. Graças à Imprensa Nacional ei-la ao alcance de todos, fac-similada, sem acrescentos nem notas redundantes...

Clara Ferreira Alves
(Expresso)

Já se encontram à venda os cinco volumes desta obra fundamental para a compreensão do Séc. XIX.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

Aviso. — 1 — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que, por despacho de 17-8-90 do Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *DR*, concurso interno de acesso para o preenchimento de quatro lugares de assessor da carreira de consultor jurídico do quadro de pessoal da Auditoria Jurídica da Presidência do Conselho de Ministros, constante do Dec.-Lei 177/88, de 19-5.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para o preenchimento das quatro vagas postas a concurso, cessando com o seu preenchimento.

3 — Conteúdo funcional:

3.1 — Compete, genericamente, ao consultor jurídico assessor a prestação de apoio jurídico de elevado grau de qualificação na elaboração de projectos, estudos e pareceres sobre temas gerais.

3.2 — As funções correspondentes aos lugares a prover, situam-se no âmbito da actuação da Presidência do Conselho de Ministros, consistindo especificamente no seguinte:

- a) Consulta jurídica aos membros do Governo integrados na Presidência do Conselho de Ministros, elaborando estudos, pareceres e informações, designadamente sobre matérias de direito constitucional, administrativo, civil e comunitário;
- b) Contencioso administrativo, preparando os projectos de resposta nos recursos e outros processos de contencioso administrativo em que sejam notificados para responder o Conselho de Ministros, o Primeiro-Ministro e qualquer outro membro do Governo integrado na Presidência do Conselho de Ministros;
- c) Acompanhamento dos processos referidos na alínea anterior, exercendo, desde que designados, os poderes da autoridade recorrida;
- d) Fiscalização da constitucionalidade e da legalidade, elaborando os projectos de resposta nos respectivos processos;
- e) Processo gracioso intervindo nas reclamações e recursos hierárquicos apresentados aos membros do Governo integrados na Presidência do Conselho de Ministros;
- f) Intervenção ou emissão de pareceres em processos de sindicância, inquérito, disciplinares ou averiguações nos termos da lei;
- g) Participação em comissões e grupos de estudo de legislação interna e comunitária.

4 — O local de trabalho situa-se na Rua do Prof. Gomes Teixeira, em Lisboa, sendo o vencimento estabelecido para a categoria na escala salarial do regime geral do sistema retributivo da função pública e as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da administração central.

5 — Condições de candidatura — poderão ser candidatos a este concurso os consultores jurídicos principais com, pelo menos, três anos de serviço na categoria classificados de *Muito bom*, ou de cinco anos classificados, no mínimo, de *Bom*, podendo ainda candidatar-se os que se encontrem nas condições previstas, na al. b) do n.º 1 do art. 1.º e art. 3.º do Dec.-Lei 265/88, de 28-7, e n.º 1 do art. 23.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, desde que comprovem experiência profissional adequada às funções a desempenhar, nomeadamente no que respeita às áreas definidas nos n.ºs 3 e 4.

6.1 — No caso de candidatos titulares de cargos dirigentes com falta de classificação relativa ao tempo de serviço relevante para efeitos de admissão ao concurso, será a mesma suprida por adequada ponderação dos respectivos currículos profissionais a levar a efeito pelo júri.

6.2 — O mesmo critério será aplicado sempre que se verifique idêntica situação em relação a outros candidatos cuja classificação não tenha sido atribuída por motivos que lhes não sejam imputáveis.

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao secretário-geral da Presidência do Conselho de Ministros, devendo dele constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, categoria, filiação, data de nascimento, número, data e prazo de validade do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, naturalidade, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações académicas;
- c) Quaisquer circunstâncias que os candidatos entendam dever referir por considerarem relevantes para apreciação do seu mérito.

7.2 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) Currículo detalhado, do qual deverão constar:

Identificação;
Habilitações académicas;
Habilitações profissionais (especializações, estágios, seminários, acções de formação, etc.);
Experiência profissional, com indicação das funções desempenhadas com mais interesse para o lugar a que se candidata;

b) Documento comprovativo das habilitações académicas;

c) Declaração passada e autenticada pelo organismo de origem, donde conste a categoria e natureza do vínculo, antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, classificações de serviço atribuídas ao candidato nos anos relevantes para a promoção, descrição detalhada das tarefas, actividades e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que o candidato ocupa;

d) Quaisquer outros documentos que o candidato entenda dever apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito.

7.3 — Os candidatos pertencentes ao quadro de pessoal da Auditoria Jurídica da Presidência do Conselho de Ministros ficam dispensados da apresentação dos documentos que já existem nos respectivos processos individuais, devendo, neste caso, ser declarado expressamente tal facto no requerimento.

7.4 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação dos documentos comprovativos das suas declarações.

7.5 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

8 — Envio das candidaturas — as candidaturas deverão ser endereçadas ao secretário-geral da Presidência do Conselho de Ministros, Rua do Prof. Gomes Teixeira — 1300 Lisboa, podendo ser entregues pessoalmente ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1.

9 — Métodos de selecção:

9.1 — Os métodos de selecção a utilizar serão o de avaliação curricular, na qual serão ponderadas as habilitações académicas, a classificação de serviço, a formação profissional complementar e a qualificação e experiência profissionais.

9.2 — A avaliação curricular será complementada com uma entrevista profissional de selecção que terá por fim avaliar os elementos da natureza profissional relacionados com a experiência dos candidatos relativamente ao exercício das funções respectivas.

10 — O ordenamento final dos concorrentes, pela aplicação dos métodos de selecção referidos no n.º 9, será efectuado numa escala de 0 a 20 valores, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(AC \times 6) + (E \times 4)}{10}$$

em que:

CF = classificação final.

AC = avaliação curricular.

E = entrevista profissional de selecção.

11 — A avaliação curricular será obtida através da aplicação da seguinte fórmula:

$$AC = \frac{(HA \times 1) + (CS \times 1) + (FPC \times 2) + (QEP \times 5)}{9}$$

em que:

AC = avaliação curricular.

HA = habilitações académicas.

CS = classificação de serviço.

FPC = formação profissional complementar.

QEP = qualificação e experiência profissionais.

11.1 — As habilitações académicas serão graduadas da seguinte forma:

Uma licenciatura — 19 pontos;

Habilitações de grau superior ou mais de uma licenciatura — 20 pontos.

11.2 — Na classificação de serviço será considerada a média dos anos relevantes para o efeito, nos termos do art. 11.º, n.º 4, do Dec.-Lei 248/85, de harmonia com a seguinte escala:

Muito bom — 20 pontos;

Bom — 16 pontos;

Regular — 12 pontos;

Não satisfatório — 6 pontos.

11.3 — A formação profissional complementar terá em conta a sua natureza específica, ou não específica, em relação à natureza das funções a desempenhar, e será pontuada da seguinte forma:

Sem qualquer formação — de 0 a 4 pontos;
Com formação não específica — de 5 a 10 pontos;
Com formação específica — de 11 a 20 pontos.

11.4 — A qualificação e experiência profissionais será determinada pela seguinte fórmula:

$$QEP = \frac{(A \times 2) + (AP \times 4)}{6}$$

em que:

QEP = qualificação e experiência profissional.
A = antiguidade.
AP = apreciação do currículo.

11.4.1 — A antiguidade obedecerá à seguinte fórmula de cálculo:

$$A = (CT \times 0,5) + (CA \times 0,3) + (FP \times 0,2)$$

em que:

CT = tempo de serviço na categoria;
CA = tempo de serviço na carreira;
FP = tempo de serviço na função pública.

11.4.2 — A apreciação do currículo será pontuada numa escala de valoração de 0 a 20 valores.

12 — A entrevista profissional de selecção destinar-se-á a determinar e avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as capacidades e aptidões do candidato por comparação com o perfil de exigências da função, e será pontuada de 0 a 20 valores.

13 — A lista dos candidatos e a lista de classificação final serão afixadas, quando for caso disso, no Centro de Relações Públicas, edifício da Rua do Prof. Gomes Teixeira — 1300 Lisboa.

14 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas disposições constantes dos Decs.-Leis 498/88, de 30-12, 265/88, de 28-7, 177/88, de 19-5, e 248/85, de 15-7.

15 — O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente — licenciado José António Bagulho França Martins, secretário-geral da Presidência do Conselho de Ministros.
Vogais efectivos:

Licenciada Maria dos Prazeres Couceiro Pizarro Beleza, directora do Centro de Estudos Técnicos e de Apoio Legislativo, que substituirá o presidente nas suas ausências e impedimentos.

Licenciado Vítor Manuel Ruivo, vice-presidente do Instituto Nacional de Administração.

Vogais suplentes:

Licenciado José Gabriel Carlos Rodrigues Queiró, consultor principal do Centro de Estudos Técnicos e de Apoio Legislativo.

Licenciada Ana Maria Xara Brasil Sassetti da Mota, consultora principal do Centro de Estudos Técnicos e de Apoio Legislativo.

20-8-90. — O Presidente do Júri, *França Martins*.

Direcção-Geral da Comunicação Social

Por despacho de 20-8-90 do subdirector-geral da Comunicação Social:

António Manuel Batista da Silva, técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Comunicação Social — nomeado, precedendo concurso, definitivamente, por tempo indeterminado, técnico superior principal do mesmo quadro, índice remuneratório 460, ficando exonerado do cargo que ocupa a partir da data da aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

20-8-90. — O Subdirector-Geral, *Fernando Jácome de Castro Tavares Rodrigues*.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Instituto Português do Património Cultural

Por despachos de 23-7-90 do vice-presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica e de 21-8-90 da vice-presidente do Instituto Português do Património Cultural por delegação:

Isabel Maria Conceição Rosa, técnica superior de 2.ª classe do quadro único do Ministério do Planeamento e da Administração do Território — prorrogada a requisição, por mais um ano, neste Instituto.

Por despacho de 21-8-90 da vice-presidente do Instituto Português do Património Cultural, por delegação:

Isabel Maria Leitão Cortes Alçada Cardoso — rescindido o contrato de trabalho a termo certo como técnico superior de 2.ª classe a partir de 11-9-90.

(Isentos de fiscalização prévia do TC.)

22-8-90. — Pelo Vice-Presidente, *Filipe Mascarenhas Serra*.

Por despachos de 18-7-90 do vice-presidente do Instituto Português do Património Cultural, por delegação:

Mariana Alves, servente do quadro de pessoal do Palácio Nacional de Queluz — nomeada, em comissão de serviço, pelo período de um ano, como jardineira (operário semiqualeficado) do mesmo quadro.

Maria Zulmira Moreira Brandão, terceiro-oficial do quadro de pessoal do Instituto Português do Património Cultural — nomeada, em comissão de serviço, pelo período de um ano, como técnica auxiliar de 2.ª classe da carreira de secretário-recepcionista do quadro de pessoal do Museu Nacional de Soares dos Reis.

(Visto, TC, 1-8-90. São devidos emolumentos.)

Rectificação. — Por ter sido publicado com inexactidão no *DR*, 2.ª, 188, de 16-8-90, rectifica-se que onde se lê « Rui Manuel Rodrigues Antunes Taborda, técnico auxiliar de 2.ª classe da carreira de técnico auxiliar de BAD — promovido a técnico auxiliar de 1.ª classe da carreira de técnico auxiliar de BAD do mesmo quadro » deve ler-se « Rui Manuel Rodrigues Antunes Taborda, técnico auxiliar de 2.ª classe da carreira de técnico auxiliar de BAD do quadro de pessoal do Museu Nacional do Traje — promovido a técnico auxiliar de 1.ª classe da carreira de técnico auxiliar de BAD do mesmo quadro ».

23-8-90. — Pelo Vice-Presidente, *Filipe Nuno Borges Mascarenhas Serra*.

Aviso. — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informam-se todos os interessados de que as seguintes listas de classificação final respeitantes aos concursos internos gerais de acesso para provimento de lugares do quadro do pessoal do Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos, conforme aviso de abertura publicado no *DR*, 2.ª, 14, de 17-1-90, e posterior rectificação publicada no *DR*, 2.ª, 117, de 22-5-90, serão, na data da publicação do presente aviso no *DR*, afixadas nas instalações do referido Museu e nas do Instituto Português do Património Cultural, sitas no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, e enviadas a todos candidatos.

Concurso A — dois lugares de técnico auxiliar principal — carreira de técnico auxiliar de museografia;
Concurso B — um lugar de auxiliar de museografia principal.

Aviso. — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informam-se todos os interessados de que a lista de classificação final referente ao concurso interno geral de ingresso para dois lugares de técnico superior estagiário, carreira de técnico superior, correspondentes a duas vagas de técnico superior de 2.ª classe do quadro do pessoal do Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos, conforme aviso de abertura publicado no *DR*, 2.ª, 14, de 17-1-90, e posterior rectificação publicada no *DR*, 2.ª, 117, de 22-5-90, será, na data da publicação do presente aviso no *DR*, afixada nas instalações do supracitado Museu e nas do Instituto Português do Património Cultural, sitas no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, e enviada aos candidatos.

22-8-90. — O Presidente do Júri, *Francisco José Soares Alves*.

Instituto Português de Arquivos

Aviso. — Por não ter sido publicado atempadamente o aviso respeitante à marcação da prova de conhecimentos e da entrevista profissional de selecção respeitante ao concurso interno geral de ingresso com vista ao preenchimento de quatro vagas de terceiro-oficial do quadro de pessoal do Instituto Português de Arquivos, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 92, de 20-4-90, avisam-se por este meio os candidatos ao referido concurso de que aquelas provas terão lugar no dia 10-9-90, pelas 10 horas e 15 horas, respectivamente, nas instalações deste Instituto.

Aviso. — Por não ter sido publicado atempadamente o aviso respeitante à marcação da prova de dactilografia e da entrevista profissional de selecção respeitante ao concurso interno geral de ingresso com vista ao preenchimento de uma vaga de escriturário dactilógrafo do quadro de pessoal do Instituto Português de Arquivos, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 92, de 20-4-90, avisa-se por este meio os candidatos ao referido concurso de que aquelas provas terão lugar no dia 10-9-90, pelas 10 horas e 15 horas, respectivamente, nas instalações deste Instituto.

23-8-90. — O Presidente do Júri, *José Maria Salgado*.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Por despacho de 26-7-90 do director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (visto, TC, 13-8-90):

João Manuel Pombas Catrola, motorista de ligeiros de 2.ª classe, em regime de contrato administrativo de provimento, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo — nomeado, precedendo concurso, provisoriamente, por um ano, motorista de ligeiros de 2.ª classe do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (São devidos emolumentos.)

21-8-90. — O Subdirector, *Inácio Guerreiro*.

MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Despacho. — Nos termos do disposto no n.º I-5 do protocolo estabelecido em 27-1-88 entre o Ministério do Planeamento e da Administração do Território e o Ministro da Defesa Nacional, é aprovado o plano de actividade operacional civil para 1990:

1 — Área de responsabilidade da Comissão de Coordenação da Região Norte:

a) Câmara Municipal de Tarouca:

Abertura da RN 329, São João de Tarouca — Quintas da Serra (em conclusão).

b) Câmara Municipal de Moimenta da Beira:

Abertura da estrada, Alvite — Arcas.

c) Câmara Municipal de Castelo de Paiva:

Abertura da estrada, Chão de Carraçosa — Chandeira.

d) Câmara Municipal de Mondim de Basto:

Abertura da estrada, Bobal — Lamas, com ligação a Maceira.

e) Câmara Municipal de Cinfães:

Rectificação da estrada, Corga da Lebre — Gralheira;
Abertura da estrada, Ventoselo — Tarouquela.

2 — Área de responsabilidade da Comissão de Coordenação da Região Centro:

a) Câmara Municipal de Setúbal:

Continuação da abertura da estrada, Valongo — Bismula.

b) Câmara Municipal de Mortágua:

Continuação da abertura da estrada, Murtazel — Moinho do Pisco.

c) Câmara Municipal de Belmonte:

Abertura do caminho municipal, Ferrarias, Inguas.
Nivelamento da rede de estradas da zona agrícola da Lage da Fidalga.

d) Câmara Municipal da Covilhã:

Alargamento e rectificação da estrada de Sarzedo;
Alargamento e rectificação da estrada de Unhais da Serra.

e) Câmara Municipal de Góis:

Abertura da estrada, Roda Cimeira — Amioso Cimeiro.
Abertura da estrada, Celadinho — Pontão do rio Ceira.

f) Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra:

Alargamento e rectificação de caminhos vicinais.

3 — Área da responsabilidade da Comissão de Coordenação da Região do Algarve:

a) Câmara Municipal de Castro Marim:

Terraplenagens e algumas obras de arte no caminho rural Barragem do Beliche — Estrada Nacional 5.2 (em conclusão);

Terraplenagens e algumas obras de arte no caminho rural Cora Gago — Tondeiro.

b) Câmara Municipal de São Brás de Alportel:

Terraplenagens e macadame no caminho rural Tareja — Cabeça do Velho;

Terraplenagem e macadame no caminho rural Javalia — Cabeça do Velho;

Terraplenagens e macadame no caminho rural Cova da Muda — Corgas Bravas;

Terraplenagens e macadame no caminho rural Várzea do Velho e estrada municipal.

c) Câmara Municipal de Vila Real de Santo António:

Construção de pequena barragem na ribeira do rio Seco de Vila Nova de Cacela.

22-8-90. — O Ministro da Defesa Nacional, *Joaquim Fernando Nogueira*, Ministro da Defesa Nacional — O Ministro do Planeamento e da Administração do Território, *Luís Francisco Valente de Oliveira*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas

Por despacho de 16-8-90 do subdirector do Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas:

Licenciado António Jorge Paterna Dias, assistente técnico, nível 15, do quadro do Banco de Portugal — cessa, a partir de 1-9-90, a sua requisição como consultor principal do Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas. (Não carece de verificação pelo TC.)

17-8-90. — O Subdirector, *Rui Manuel Janes Cartaxo*.

SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO

Secretaria-Geral

Por meu despacho de 17-5-90 e por despacho do director-geral da Administração Pública de 22-6-90:

Maria Angelina Fernandes de Sousa Carvalho, escriturária-dactilógrafa principal do quadro de efectivos interdepartamentais do Ministério das Finanças, a desempenhar funções em regime de destacamento na Secretaria de Estado do Orçamento — integrada, com idêntica categoria, no quadro do pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, ficando exonerada daquele lugar com efeitos a partir da data da aceitação.

Maria Leonor Neves da Cruz Marques, escriturária-dactilógrafa principal do quadro de efectivos interdepartamentais do Ministério das Finanças, colocada, em regime de destacamento na Secretaria de Apoio ao Gabinete do Ministro das Finanças — integrada, com idêntica categoria, no quadro do pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, ficando exonerada daquele lugar com efeitos a partir da data da aceitação.



Por meu despacho de 21-5-90 e por despacho da secretária-geral do Ministério do Emprego e da Segurança Social de 3-7-90:

Clara Maria Martins Sancho Figueiredo Martins, técnica auxiliar de 1.ª classe do quadro do pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Emprego e da Segurança Social — transferida para o quadro do pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, para o cargo de assistente de relações públicas de 1.ª classe, ficando exonerada do anterior lugar com efeitos a partir de 27-7-90. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

16-8-90. — O Secretário-Geral, *Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha*.

Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE)

Aviso. — Por despacho de 11-4-90 da Secretária de Estado do Orçamento foi anulado o concurso para preenchimento de 20 vagas de oficial administrativo principal do quadro da ADSE, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 243, de 20-10-88.

27-4-90. — O Director de Serviços, *José Filipe da Silva Mesquita*.

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Por meu despacho de 17-8-90, por delegação do director-geral da Contabilidade Pública:

José Crisóstomo Alves Marrucho, técnico contabilista de 2.ª classe do quadro desta Direcção-Geral — promovido a técnico contabilista de 1.ª classe do referido quadro, com efeitos a partir de 7-8-90. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

20-8-90. — O Subdirector-Geral, *Joaquim Matias Duarte*.

SECRETARIA DE ESTADO DO TESOURO

Gabinete do Secretário de Estado

Aviso. — *Decisão da comissão arbitral constituída relativamente à sociedade nacionalizada Companhia Sintra Atlântico, SARL.* — Nos termos e para efeitos do art. 24.º do Dec.-Lei 51/86, de 14-3, Desp. 1332/90-SET, de 10-7-90, do Secretário do Estado do Tesouro, no exercício da competência delegada pelo Desp. 11-90-XI, do Ministério das Finanças publicado no *DR*, 2.ª, 22, de 26-1, não foi homologada a decisão da referida comissão arbitral.

Extracto dos fundamentos do despacho

O valor definitivo da Companhia Sintra Atlântico, SARL, fixado pelo Desp. Norm. 62/87, publicado em 20-7, deriva de se atribuir ao património líquido da empresa o valor de 7 564 439\$, ao qual foram aumentadas correcções pela comissão coordenadora, totalizando mais 87 711\$ e mais-valias das participações financeiras de 60 231\$41, donde resultou o valor global de 7 712 381\$41, que, dividido pelas 120 000 acções, conduz por arredondamento, ao valor definitivo fixado para cada acção, pelo referido Desp. Norm. 62/87, de 64\$50.

A comissão arbitral, além da não aplicação estrita da legislação vigente no processo indemnizatório, baseou-se em critérios insuficientemente descritos e não fundamentados, pelo que não podem aceitar-se os aumentos propostos relativos a terrenos e construções, equipamento básico e outras máquinas e instalações e a participações financeiras.

21-8-90. — O Chefe do Gabinete, *José Inácio Toscano*.

SECRETARIA DE ESTADO DOS ASSUNTOS FISCAIS

Direcção-Geral das Alfândegas

Por despacho de 13-8-90 do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais:

Albino Soares Teixeira, na situação de licença ilimitada, a seu pedido — colocado na categoria de técnico auxiliar de verificação de 2.ª classe. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

16-8-90. — O Director de Serviços, *João Miguel Ribeiro da Silva Felgueiras*.

Por despacho de 24-8-90 do director-geral:

Anabela Olga de Fátima da Silva Gaspar Afonso, Ana Paula Castro de Sousa Neves, Maria Alzira da Conceição França Leite, Guiomar do Rosário Candeias Carvalho Gomes Barbosa, Álvaro Braga Pereira Ferraz, António Alves Vilela, Maria Elisa Rodrigues Lopes, José Ventura, Maria Isabel Lutas e Sousa, Benedita da Conceição Paulo Revez Abrunhosa Sousa, Maria de Lourdes Matos Costa, José Manuel Lobato da Costa, Jorge Manuel de Almeida Adubeiro, Maria de Lurdes Fernandes Guerreiro, Maria Alice Campos Nogueira, Mário Fernando Pereira Inácio, António de Almeida Pereira, José Alves Boucinha, Maria Manuela da Rocha Nunes Henriques Serrano Leitão, António Luís Ferreira Gonçalves, Maria Eduarda de Almeida d'Eça de Sá, José Lucas de Figueiredo, Maria Orquídea de Mota Rocha Marques Santiago, Maria Odete Barreira Ferreira, Maria de Fátima Alves Ribeiro e Gracinda Santana do Rosário, tesoureiros de 2.ª classe — nomeados tesoureiros de 1.ª classe desta Direcção-Geral. (Não carecem de fiscalização prévia do TC.)

24-8-90. — O Director de Serviços, *João Miguel Ribeiro da Silva Felgueiras*.

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

Serviço de Informática Tributária

Por despacho do director-geral das Contribuições e Impostos de 9-8-90:

Licenciada Maria da Guia Mateus Rolim Meirinha, técnica superior de informática de 1.ª classe do quadro do Serviço de Informática Tributária da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos — promovida, precedendo aprovação em concurso, à categoria de técnica superior de informática principal do mesmo quadro, ocupando o lugar de dotação global por ela provido, aprovado pelo Dec. Regul. 40/88, de 18-11, considerando-se exonerada da categoria anterior a partir da data da aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

14-8-90. — Pelo Director-Geral, o Subdirector-Geral, *Paulo Fontes de Azevedo*.

Rectificação. — Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *DR*, 2.ª, 191, de 20-8-90, a p. 9273, relativa à requisição de Maria Elisabete Soares de Loureiro Garrido, rectifica-se que onde se lê «Elisabete Soares de Loureiro Garrido, do quadro único do pessoal dos organismos e serviços centrais e regionais do Ministério da Educação» deve ler-se «Maria Elisabete Soares de Loureiro Garrido, segundo-oficial, do quadro único do pessoal dos organismos e serviços centrais e regionais do Ministério da Educação».

20-8-90. — Pelo Director-Geral, o Subdirector-Geral, *Paulo Fontes de Azevedo*.

Direcção-Geral do Património do Estado

Por despachos da comissão instaladora do Centro Regional de Segurança Social e do signatário de 30-7-90 e 4-5-90, respectivamente:

Licenciado João Luís Marques Pereira Lopes, segundo-oficial do quadro do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa — requisitado para exercer idênticas funções no quadro desta Direcção-Geral, com efeitos desde 16-8-90.

16-8-90. — O Director-Geral, *Manuel Nunes Amaral*.

Instituto de Informática

Por meu despacho desta data:

Maria Teresa da Costa Arménio, técnica auxiliar de 1.ª classe do quadro de pessoal técnico-profissional deste Instituto — designada para o desempenho de funções de secretariado.

20-8-90. — O Presidente do Conselho de Direcção, *Mário Alberto Fernandes Costa*.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Gabinete do Ministro

Desp. 65/90. — Nos termos do disposto no n.º 2 do art. 18.º do Dec.-Lei 121-B/90, de 12-4, e na sequência do disposto no despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território, da Agricultura, Pescas e Alimentação e do Emprego e Segurança Social de 31-7-90, que cria e define a unidade de gestão para o Programa Operacional da Região do Norte, designo como presidente da referida unidade de gestão o engenheiro António Carlos de Queiroz Vilela Bouça, director regional da Administração Autónoma da Comissão de Coordenação da Região do Norte.

Desp. 66/90. — Nos termos do disposto no n.º 2 do art. 18.º do Dec.-Lei 121-B/90, de 12-4, e na sequência do disposto no despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território, da Agricultura, Pescas e Alimentação e do Emprego e Segurança Social de 31-7-90, que cria e define a unidade de gestão para o Programa Operacional do Alto Minho, designo como presidente da referida unidade de gestão o engenheiro Juvenal da Silva Peneda, director regional do Planeamento e do Desenvolvimento da Comissão de Coordenação da Região do Norte.

Desp. 67/90. — Nos termos do disposto no n.º 2 do art. 18.º do Dec.-Lei 121-B/90, de 12-4, e na sequência do disposto no despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território, do Emprego e da Segurança Social e dos Recursos Naturais de 31-7-90, que cria e define a unidade de gestão para o Programa Operacional Integrado do Vale do Ave, designo como presidente da referida unidade de gestão o engenheiro Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos, director regional do Ambiente e Recursos Naturais da Comissão de Coordenação da Região do Norte.

Desp. 68/90. — Nos termos do disposto no n.º 2 do art. 18.º do Dec.-Lei 121-B/90, de 12-4, e na sequência do disposto no despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território, da Agricultura, Pescas e Alimentação e do Emprego e Segurança Social de 31-7-90, que cria e define a unidade de gestão para o Programa Operacional do Oeste, designo como presidente da referida unidade de gestão o arquitecto João Manuel Biencard Cruz, vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Desp. 69/90. — Nos termos do disposto no n.º 2 do art. 18.º do Dec.-Lei 121-B/90, de 12-4, e na sequência do disposto no despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território, da Agricultura, Pescas e Alimentação e do Emprego e Segurança Social de 31-7-90, que cria e define a unidade de gestão para o Programa Operacional do Barlavento Algarvio, designo como presidente da referida unidade de gestão o engenheiro David de Oliveira Assoreira, presidente da Comissão de Coordenação da Região do Algarve.

Desp. 70/90. — Nos termos do disposto no n.º 2 do art. 18.º do Dec.-Lei 121-B/90, de 12-4, e na sequência do disposto no despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território, da Agricultura, Pescas e Alimentação, do Emprego e Segurança Social e do Ambiente e Recursos Naturais de 31-7-90, que cria e define a unidade de gestão para o Programa Operacional do Sotavento Algarvio, designo como presidente da referida unidade de gestão o engenheiro David de Oliveira Assoreira, presidente da Comissão de Coordenação da Região do Algarve.

Desp. 71/90. — Nos termos do disposto no n.º 2 do art. 18.º do Dec.-Lei 121-B/90, de 12-4, e na sequência do disposto no despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território, da Agricultura, Pescas e Alimentação, do Emprego e Segurança Social e do Ambiente e Recursos Naturais de 31-7-90, que cria e define a unidade de gestão para o Programa Operacional do Pinhal Interior, designo como presidente da referida unidade de gestão o Dr. João Manuel Casaleiro Carvalho Costa, director regional da Comissão de Coordenação da Região do Centro.

Desp. 72/90. — Nos termos do disposto no n.º 2 do art. 18.º do Dec.-Lei 121-B/90, de 12-4, e na sequência do disposto no despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território, da Agricultura, Pescas e Alimentação, do Emprego e Segurança Social e do Ambiente e Recursos Naturais de 31-7-90, que cria e define a unidade de gestão para o Programa Operacional da Raia Central, designo como presidente da referida unidade de gestão o Dr. Rui Manuel Missa Jacinto, chefe de divisão da Comissão de Coordenação da Região do Centro.

Desp. 73/90. — Nos termos do disposto no n.º 2 do art. 18.º do Dec.-Lei 121-B/90, de 12-4, e na sequência do disposto no despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território, da Agricultura, Pescas e Alimentação, do Emprego e Segurança Social e do Ambiente e Recursos Naturais de 31-7-90, que cria e define a unidade de gestão para o Programa Operacional do Vale do Tejo, designo como presidente da referida unidade de gestão o Dr. António Manuel Rebordão Montalvo, presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Desp. 74/90. — Nos termos do disposto no n.º 2 do art. 18.º do Dec.-Lei 121-B/90, de 12-4, e nos n.ºs 2.º e 8.º do meu Desp. 48/90, de 28-6, publicado no DR, 2.ª, de 14-7, designo como presidente da unidade de gestão do Programa Operacional para o Centro e Baixo Alentejo o licenciado Manuel Bento Rosado, vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.

8-8-90. — O Ministro do Planeamento e da Administração do Território, *Luís Valente de Oliveira*.

Desp. 75/90. — Nos termos do disposto no n.º 2 do art. 18.º do Dec.-Lei 121-B/90, de 12-4, e na sequência do disposto no despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território, da Agricultura, Pescas e Alimentação, do Emprego e Segurança Social e do Ambiente e Recursos Naturais de 31-7-90, que cria e define a unidade de gestão para o Programa Operacional de Trás-os-Montes e Alto Douro, designo como presidente da referida unidade de gestão o engenheiro António Ricardo Rocha de Magalhães, director regional do Ordenamento do Território da Comissão de Coordenação da Região do Norte.

Desp. 76/90. — Nos termos do disposto no n.º 2 do art. 18.º do Dec.-Lei 121-B/90, de 12-4, e na sequência do disposto no despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território e do Ambiente e Recursos Naturais de 9-7-90, que cria e define a unidade de gestão para o Programa Operacional da Grande Lisboa, designo como presidente da referida unidade de gestão o Dr. Vasco Corrêa de Oliveira, vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Desp. 77/90. — Nos termos do disposto no n.º 2 do art. 18.º do Dec.-Lei 121-B/90, de 12-4, e na sequência do disposto no despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território, da Agricultura, Pescas e Alimentação, do Emprego e Segurança Social e do Ambiente e Recursos Naturais de 31-7-90, que cria e define a unidade de gestão para o Programa Operacional para a Zona de Entre Mira e Guadiana, designo como presidente da referida unidade de gestão o Dr. Manuel Bento Rosado, vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.

9-8-90. — O Ministro do Planeamento e da Administração do Território, *Luís Valente de Oliveira*.

Desp. 78/90. — Nos termos do disposto no n.º 2 do art. 18.º do Dec.-Lei 121-B/90, de 12-4, e nos n.ºs 2.º e 8.º do meu Desp. 49/90, de 28-6, publicado no DR, 2.ª, de 14-7, designo como presidente da unidade de gestão do Programa Operacional para o Litoral Alentejano o licenciado Manuel Bento Rosado, vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.

Desp. 79/90. — 1 — Delego no presidente das Comissões de Coordenação da Região do Alentejo, Dr. António José Carmelo Aires, nos termos da al. b) do n.º 1 do art. 4.º do Dec.-Lei 136/87, de 19-3, e do art. 2.º da Port. 377/90, de 16-5, a competência para autorizar despesas previstas no regime cambial, até ao montante de 1 000 000\$, para satisfazer pagamento de quotas ao CEDRE (Centro Europeu para Desenvolvimento Regional) e à CRPM (Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da CEE).

2 — O presente despacho produz todos os seus efeitos, independentemente da publicação no DR, na data da sua assinatura.

8-8-90. — O Ministro do Planeamento e da Administração do Território, *Luís Valente de Oliveira*.

Desp. 80/90. — Considerando que a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) — empresa pública municipal — exerce a sua actividade nos domínios do urbanismo e da habitação, com responsabilidade que excede largamente o volume dos seus investimentos directos em obras de infra-estruturas e de construção;

Considerando que a EPUL, por vocação estatutária, desenvolve acções de promoção e de coordenação de entidades públicas e privadas, que representam verbas muito vultosas e que não aparecem registadas na contabilidade da Empresa, pelo próprio regime em que têm de realizar-se, não se traduzindo por isso em indicadores que,

de outra forma, determinariam a sua classificação em mais elevados níveis, no confronto com outras empresas públicas, mas que pela sua própria natureza determinam um notável acréscimo de responsabilidade de gestão dos seus dirigentes;

Considerando as peculiaridades da EPUL, docorrentes das finalidades institucionais determinantes da sua constituição, que impossibilitam o seu enquadramento em qualquer dos grupos a que se refere a Resol. Cons. Min. 29/89, de 3-8, através da qual se define o sistema remuneratório dos gestores públicos;

Considerando que tradicionalmente as remunerações dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal da EPUL têm sido fixadas em valores correlacionados com as remunerações auferidas nas empresas públicas do grupo B;

Considerando o disposto no art. 22.º do Dec.-Lei 613/71, de 23-12, com a redacção dada pelo Dec.-Lei 437/80, de 3-10;

Determino:

1 — As remunerações mensais ilíquidas dos membros do conselho de administração da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) correspondem às percentagens de 115 e de 100, respectivamente para presidente e para vogal do conselho de administração, do valor padrão fixado no n.º 2 da Resol. Cons. Min. 29/89, de 3-8.

2 — Os membros do conselho fiscal da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) têm direito, nos termos do disposto na Resol. Cons. Min. 82/78, de 10-5, a uma remuneração mensal ilíquida calculada com base nas seguintes percentagens do vencimento mensal atribuído ao presidente do conselho de administração:

- a) Presidente do conselho fiscal — 25 %;
- b) Vogal do conselho fiscal — 20 %.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1-7-90.

9-8-90. — O Ministro do Planeamento e da Administração do Território, *Luís Valente de Oliveira*.

Gabinete de Estudos e Planeamento

Por despacho ministerial de 9-8-90:

Maria Luísa Saldanha Sanches Ribeiro, técnica superior de 2.ª classe — nomeada, em comissão de serviço, para o lugar de chefe de divisão, com efeitos a partir de 9-8-90. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

23-8-90. — O Subdirector-Geral, *Pedro Liberato*.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Comissão de Coordenação da Região do Centro

Por despacho de 10-8-90 do secretário-geral do Ministério do Planeamento e da Administração do Território:

António José Craveiro de Carvalho, topógrafo de 2.ª classe do quadro de efectivos interdepartamentais do Ministério do Planeamento e Administração do Território, destacado no Gabinete de Apoio Técnico de Coimbra — autorizada a licença sem vencimento por tempo indeterminado. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

21-8-90. — O Administrador, *Júlio do Carvalho*.

Comissão de Coordenação da Região do Alentejo

Aviso 35-CCRALT/90. — Por ter sido publicado com inexactidão, rectifica-se o n.º 1 do aviso n.º 26-CCRALT/90, assim onde se lia «por despacho de 2-7-90 do vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo» deve ler-se «por despacho de 2-7-90 do secretário-geral do Ministério do Planeamento e da Administração do Território».

Aviso 36-CCRALT/90. — Por ter sido publicado com inexactidão, rectifica-se o n.º 1 do aviso n.º 27-CCRALT/90, assim onde se lia «por despacho de 12-7-90 do vice-presidente da Comissão de Coor-

denação da Região do Alentejo» deve ler-se «por despacho de 12-7-90 do secretário-geral do Ministério do Planeamento e da Administração do Território».

21-8-90. — O Administrador, *José Manuel F. Antunes*.

Comissão de Coordenação da Região do Algarve

Por despacho do presidente da Comissão de Coordenação da Região do Algarve de 2-8-90:

Manuel Carlos Gonçalves, técnico de 2.ª classe, contratado a termo certo a exercer funções no Gabinete de Apoio Técnico de Silves — autorizada a rescisão do referido contrato, com efeitos a partir de 17-9-90. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

16-8-90. — O Presidente, *David de Oliveira Assoreira*.

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Instituto de Investigação Científica Tropical

Por despacho do vice-presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical de 13-8-90, por delegação:

Carlos Adriano Oliveira e Silva e Rogério Dias Pereira, técnicos principais da carreira de engenheiro técnico agrário — nomeados técnicos especialistas da mesma carreira, ficando exonerados dos antigos lugares na data da aceitação. (Isento de fiscalização do TC.)

22-8-90. — Pela Directora de Serviços de Administração, *A. Fonseca*.

Por despacho de 26-7-90 do Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia:

Margarida Dias Lima de Faria, assistente de investigação do Instituto de Investigação Científica Tropical — equiparada a bolseira, fora do País, pelo período de um ano, a partir de 1-9-90.

Por despacho de 3-8-90 do vice-presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical, por delegação:

Victor Manuel Pinto Várzea, estagiário de investigação — autorizada a prorrogação do contrato como estagiário de investigação, até à realização das provas para assistente de investigação. (Visto, TC, 20-8-90.)

23-8-90. — Pela Directora de Serviços de Administração, *A. Fonseca*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Secretaria-Geral

Rectificação. — Para os devidos efeitos se rectifica o despacho conjunto do Secretário de Estado da Administração Interna e do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, inserto no DR, 2.ª, 170, de 25-7-90.

Lista n.º 62/90:

Onde se lê «Abdul Cadir Cassam 25-1-62»
deve ler-se «Abdul Cadir Cassam 27-12-61.»

20-8-90. — O Secretário-Geral, *José Eugénio Moutinho Tavares Salgado*.

Inspecção dos Explosivos

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna de 8-2-89:

Isabel Maria de Sousa Filipe, escriturária-dactilógrafa principal do quadro do pessoal da Inspecção dos Explosivos, na situação de licença de longa duração — autorizado o regresso ao serviço em idêntico cargo.

21-8-90. — O Presidente, *Francisco Abreu Riscado*, brigadeiro.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E ALIMENTAÇÃO

Secretariado Agrícola para as Relações Europeias

Por despacho do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação de 8-8-90:

Maria João Quintanilha Dias da Fonseca Pastor Fernandes, engenheira agrónoma, técnica superior principal do quadro de pessoal do Instituto da Qualidade Alimentar — nomeada para exercer, em comissão de serviço, com efeitos a partir da mesma data, o cargo de chefe de divisão de produtos especializados e não integrados na Organização Comum de Mercados do Secretariado Agrícola para as Relações Europeias. (Processo isento de fiscalização prévia do TC.)

21-8-90. — O Subdirector-Geral, *Tito Joaquim da Silva Rosa*.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola

Por despachos de 26-6-90 do Secretário de Estado da Agricultura:

Francisco Inácio Rosado Marques, técnico-adjunto de 2.ª classe da carreira de desenhador de construção civil do quadro privativo da Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola — promovido, precedendo concurso e por urgente conveniência de serviço, a técnico-adjunto de 1.ª classe da carreira de desenhador de construção civil do mesmo quadro, considerando-se exonerado da categoria anterior a partir de 26-6-90, data da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do TC. Não são devidos emolumentos.)

José Manuel Oliveira da Silva Tavares, técnico-adjunto de 1.ª classe da carreira de desenhador de construção civil do quadro privativo da Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola — promovido, precedendo concurso e por urgente conveniência de serviço, a técnico-adjunto principal da carreira de desenhador de construção civil do mesmo quadro, considerando-se exonerado da categoria anterior a partir de 26-6-90, data da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do TC. Não são devidos emolumentos.)

Rectificação. — Rectifica-se que no aviso publicado no DR, 2.ª, 163, de 17-7-90, a p. 7915, onde se lê «para preenchimento de uma vaga de técnico agrícola do quadro» deve ler-se «para preenchimento de uma vaga de técnico-adjunto de 2.ª classe da carreira de agente técnico agrícola do quadro».

22-8-90. — Pelo Director-Geral, (*Assinatura ilegível.*)

Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho

Por despacho de 24-7-90 do director regional de Agricultura de Entre Douro e Minho e anuência do vice-presidente da direcção da Casa do Douro:

Maria Prazeres de Sequeira Figueiredo, técnica-adjunta de 2.ª classe da carreira de técnico auxiliar de laboratório do quadro da Casa do Douro — autorizada a transferência, a seu pedido, para o quadro da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho para a categoria de técnico-adjunto de 2.ª classe da carreira de técnico agrícola, ficando exonerada do anterior lugar a partir da data de aceitação. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

16-8-90. — O Subdirector Regional, *Adelino Vilela Pereira Portela*.

Aviso. — 1 — Nos termos da al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, e para conhecimento dos interessados, faz-se público que se encontra afixada, para efeito de consulta, a lista de classificação final, homologada em 20-8-90 por despacho do director regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, dos candidatos admitidos a concurso para a categoria de técnico auxiliar de 2.ª classe da carreira de técnico auxiliar do quadro de pessoal desta Direcção Regional, conforme aviso de abertura publicado no DR, 2.ª, 84, de 10-4-90, nos seguintes locais:

Rua do Dr. Francisco Duarte, 365, 1.º, Braga;
Rua da Restauração, 336, Porto;
Avenida dos Combatentes da Granda Guerra, 332, Viana do Castelo.

2 — Nos termos do n.º 1 do art. 34.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, os candidatos podem recorrer da homologação desta lista, com efeito suspensivo, a interpor para o membro do Governo competente nos termos estabelecidos no art. 24.º daquele decreto-lei.

17-8-90. — O Presidente do Júri, *Bernardino Gonçalves Paulo*.

Instituto Nacional de Investigação Agrária

Portaria. — Considerando que a Estação Vitivinícola Nacional (EVN) é uma estação de investigação e desenvolvimento experimental do Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA), dotada de autonomia administrativa que tem como receitas, além das que resultam das dotações inscritas no Orçamento do Estado (OE) e no Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), as que o Dec.-Lei 5-A/88, de 14-1, estabelece no seu art. 27.º;

Considerando que as receitas próprias da EVN correspondem também a quantias cobradas pelos serviços prestados a entidades públicas, cooperativas ou privadas;

Considerando que as dificuldades em obter dotações suficientes do OE e do PIDDAC tornam imperiosa a realização de receitas próprias, a fim de se fazer face aos encargos crescentes com a promoção, coordenação e execução das actividades de I & D e de outras actividades científicas e técnicas de apoio ao sector agrário;

Considerando o apoio prestado pela Estação Vitivinícola Nacional (EVN), através de análises de diferentes tipos, quer no sector vitícola, quer em mostos, vinhos e aguardentes, bem como através da orientação de estágios e cursos de formação profissional, docência no ensino superior, pareceres, consultas técnicas e edição de uma revista científica e de outras publicações:

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 27.º do Dec.-Lei 5-A/88, de 14-1, aprovo as tabelas de preços das determinações analíticas executadas pela EVN e dos serviços prestados, a qual entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta portaria.

2 — Além das determinações analíticas que constam desta tabela, outras análogas poderão ser efectuadas, sendo os respectivos preços fixados, bem como os das publicações, caso a caso, pelo presidente do INIA, por proposta do director da EVN.

3 — Os preços estabelecidos na tabela são expressos em pontos, cujo valor será actualizado, no início de cada ano, sob proposta do presidente do INIA, ouvido o director da EVN, em função das alterações entretanto havidas nos encargos com a realização dos trabalhos laboratoriais e prestação de serviços. Na presente tabela o valor de cada ponto é fixado em 1\$.

4 — Os preços constantes da tabela anexa poderão ser objecto de descontos especiais, até 30 %, no âmbito de acordos, convénios, contratos ou protocolos celebrados pelo INIA, EVN, com outras entidades públicas, cooperativas ou privadas.

18-7-90. — O Secretário de Estado da Agricultura, *Álvaro Santos Amaro*.

Tabela de preços

1 — Determinações analíticas:

Designação	Preço (pontos)
1.1 — Teste ELISA	300
1.2 — Análise sumária I (a) (vinhos e aguardentes)	250
1.3 — Análise sumária II (b) (vinhos e aguardentes)	150
1.4 — Análise sumária (mostos) (c)	150
1.5 — Análise sumária (mostos concentrados) (d)	300
1.6 — Vinhos:	
1.6.1 — Título alcoométrico volúmico	300
1.6.2 — Açúcares reductores	300
1.6.3 — Sacarose	1 000
1.6.4 — P/a	800
1.6.5 — G/F	900
1.6.6 — Extracto seco total	500
1.6.7 — Pesquisa de corantes	500
1.6.8 — Pesquisa de 3,5-diglucósido da malvidina	300
1.6.9 — Índices de Sudraud	500
1.6.10 — Índice de Folin	650
1.6.11 — Sulfatos	300
1.6.12 — Cloretos	300
1.6.13 — Fosfatos	700
1.6.14 — Pesquisa de ácido málico	400



	Preço (pontos)
1.6.15 — Glicerol	1 000
1.6.16 — Prolina	500
1.6.17 — Gomas e pectinas	750
1.6.18 — Azoto total	600
1.6.19 — CO ₂ (P)	300
1.6.20 — Doseamento de CO ₂	700
1.6.21 — Cinzas	500
1.6.22 — Alcanilidade das cinzas	500
1.6.23 — Metais (cada)	700
1.6.24 — Ácido tartárico	750
1.6.25 — Ácido málico	1 000
1.6.26 — Ácido láctico	1 500
1.6.27 — Ácido sórbico	500
1.6.28 — Ácido ascórbico	700
1.6.29 — Pesquisa de antissépticos	500
1.6.30 — Substâncias voláteis (cada substância segundo NP 3263, no mínimo de três substâncias)	1 000
1.6.31 — Exame microscópico simples	100
1.6.32 — Controlo microbiológico	1 000
1.6.33 — Testes de estabilidade	300
1.7 — Aguardentes e álcoois:	
1.7.1 — Título alcoométrico volúmico	250
1.7.2 — Acidez volátil	300
1.7.3 — Extracto seco	350
1.7.4 — Ésteres totais	2 500
1.7.5 — Aldeídos totais	2 500
1.7.6 — Substâncias voláteis (cada substância segundo NP 3263, no mínimo de três substâncias)	1 000
1.7.7 — Metais (cada)	700

(a) Teor alcoólico, massa volúmica, pH, acidez total, acidez volátil, SO₂ livre e total, pesquisa da FML e prova de ar.

(b) Teor alcoólico, massa volúmica, pH, acidez total e acidez volátil.

(c) Teor em açúcares, pH e acidez total.

(d) Teor em açúcares e grau Baumé.

2 — A análise sensorial:

2.1 — Vinho (cada)	1 000
2.2 — Aguardente (cada)	1 500
3 — Prestação de serviços	
3.1 — Propinas de inscrição em cursos de formação profissional e estágios de curta duração (dia)	4 500
3.2 — Consultas, e colaboração em aulas do ensino superior (hora)	3 000

Por despachos de 28-6-90 do Secretário de Estado da Agricultura:

Doutor Jorge Alberto Simões, assistente de investigação do quadro deste Instituto — nomeado a título definitivo investigador auxiliar do quadro do mesmo Instituto, com efeitos a partir de 16-5-90, dia imediato àquele em que foi aprovado pela Comissão Coordenadora do CRAF, considerando-se exonerado do cargo anterior a partir daquela data.

Sancha Prestes Salgueiro, estagiária de investigação do quadro deste Instituto — contratada, por contrato sexenal, como assistente de investigação do quadro deste mesmo Instituto, com efeitos a partir de 12-3-90, dia imediato àquele em que perfaz o mínimo legal de dois anos na categoria de estagiária de investigação, nos termos do art. 6.º do Dec.-Lei 68/88, de 3-3, considerando-se exonerada do cargo anterior a partir daquela data.

Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 11-7-90 e do vice-presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária de 13-8-90:

Fernando Jorge Dias Tavares, terceiro-oficial do quadro do pessoal do Instituto Politécnico de Faro — transferido para o quadro do pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária, com a mesma categoria, ficando exonerado do lugar anterior, com efeitos a partir da data da assinatura do termo de aceitação.

Por despacho de 17-7-90 do Secretário de Estado da Agricultura:

Nuno Manuel Fortunato Pereira Rosa, técnico de 2.ª classe da carreira de engenheiro técnico agrário do quadro do pessoal do ex-INIAER — autorizado a passar à situação de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir do dia 19-7-90.

Maria do Carmo Garcia Guedes Pereira Rosa, chefe de secção do quadro do pessoal do ex-INIAER — autorizada a passar à situação de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir do dia 19-7-90.

Por despacho de 17-8-90 do vice-presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária:

Alda dos Santos Camarneiro, terceiro-oficial do quadro do pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária — promovida a segundo-oficial do mesmo quadro, considerando-se exonerada do cargo anterior a partir da data da assinatura do termo de aceitação.

(Isentos de fiscalização prévia do TC.)

17-8-90. — O Vice-Presidente, *Jaime Ribes*.

Por despacho de 1-8-90 do Secretário de Estado da Agricultura:

Orlando Eduardo Rui de Oliveira, estagiário de investigação do quadro do pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária — contratado, por contrato sexenal, como assistente de investigação do quadro do mesmo Instituto, com efeitos desde 6-2-90, dia imediato ao da prestação das provas, considerando-se exonerado do cargo anterior a partir daquela data.

Por despacho de 20-8-90 do vice-presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária:

Filipe Humberto da Cunha Horta Monteiro, contratado a termo certo, nos termos do Dec.-Lei 268/89, de 18-8, com a categoria correspondente a estagiário da carreira de técnico superior, colocado na Estação Nacional de Fruticultura de Vieira Natividade — rescindido, a seu pedido, o referido contrato, com efeitos a partir de 2-7-90.

(Isentos de fiscalização prévia do TC.)

20-8-90. — O Vice-Presidente, *Jaime Ribes*.

Rectificação. — Por ter sido publicado com inexactidão no DR, 2.ª, 185, de 11-8-90, a p. 9033, rectifica-se que onde se lê:

Por despacho de 17-4-90 do Secretário de Estado da Agricultura:

Emílio Infante Pedroso, técnico superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro do quadro deste Instituto — nomeado, em comissão de serviço, investigador auxiliar do quadro deste mesmo Instituto, considerando-se exonerado do lugar anterior a partir da data da assinatura do termo de aceitação. (Pelo mesmo despacho foi reconhecida a urgente conveniência de serviço.) (Isento de fiscalização prévia do TC.)

deve ler-se:

Emílio Infante Pedroso, técnico superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro do quadro deste Instituto — nomeado, em comissão de serviço, investigador auxiliar do quadro deste mesmo Instituto, deixando de exercer as funções anteriores a partir da data da assinatura do termo de aceitação. (Pelo mesmo despacho foi reconhecida a urgente conveniência de serviço.) (Isento de fiscalização prévia do TC.)

Onde se lê:

Por despacho de 29-6-90 do vice-presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária:

Zenaida Lopes Morazzo da Silva Carvalho — anulado o despacho de 18-4-90, referente à nomeação em regime de substituição como chefe de secção e concedido novo período de substituição, com efeitos desde 19-7-90.

deve ler-se:

Por despacho de 29-6-90 do vice-presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária:

Zenaida Lopes Morazzo da Silva Carvalho — por se ter apresentado o titular do lugar, é-lhe interrompido no período de 18-6-90 a 18-7-90 o regime de substituição em que se encontrava como chefe de secção, sendo-lhe concedido novo período de substituição, com efeitos a partir de 19-7-90.

17-8-90. — O Vice-Presidente, *Jaime Ribes*.

Aviso. — Declara-se que, por despacho do Secretário de Estado da Agricultura de 1-8-90, foi autorizada a nomeação do conselho administrativo do Instituto Nacional de Investigação Agrária, com a seguinte constituição:

Prof. Doutor Nuno Manuel Vasconcelos Tavares Moreira, presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária, que presidirá;

Dr. Jaime António Amorim Ribes, vice-presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária;
 Prof. Doutor Ário Lobo de Azevedo, director da Estação Agromónica Nacional;
 Engenheiro silvicultor Carlos Manuel de Almeida Amaral, director do Gabinete de Estudos e Planeamento.

20-8-90. — O Vice-Presidente, *Jaime Ribes*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete do Ministro

Desp. 137/ME/90. — O Forum Estudante 89, promovido pelo Centro Universitário P.º António Vieira e que contou com o apoio oficial do Ministério da Educação, constituiu uma iniciativa inovadora que se saldou, inequivocamente, por assinalável êxito.

Foi um certame que, visando sobretudo a informação da juventude escolar quanto às oportunidades e alternativas que se lhe oferecem em matéria de educação, veio a conhecer uma entusiástica adesão, traduzida em significativa mobilização e participação das camadas jovens de todo o País.

Para este sucesso concorreu, de forma que é justo salientar, a participação do Ministério da Educação através de pavilhão próprio que, entre os demais, teve dimensão e lugar de especial relevo.

Para a sua concepção, organização e funcionamento, foi criado um grupo de trabalho de cinco funcionários que, recorrendo à colaboração directa de outros treze, de diversos serviços, conseguiu dar à tarefa de que fora formalmente incumbido satisfação integral.

Ao longo de vários meses e sempre com a colaboração generalizada, que importa mencionar, de numerosos serviços do Ministério, este grupo de pessoas dedicou ao Forum Estudante, sem desfalecimento, o melhor da sua disponibilidade e boa-vontade, de um modo geral para além do horário normal de serviço e não poupando, designadamente, numerosas noites e fins-de-semana.

Assim, pela competência com que executaram a sua missão, bem como pela dedicação e espírito de serviço demonstrados, e que se traduziram num contributo notável à causa da Educação, cumpre-me exprimir público agradecimento e louvor aos seguintes funcionários que integraram o grupo de trabalho criado pelo meu Desp. 8-I/ME/89:

Engenheiro José Manuel Valada Revez (coordenador);
 Arquitecta Gilda Maria de Nobre Carmona Rodrigues;
 Francisco João Horta Martins;
 Arquitecto João Carlos Nunes Harrington Sena;
 Maria Gabriela Elvira de Sousa e Pereira.

Pela valiosa colaboração que com dedicação e empenho, prestaram ao grupo de trabalho, é-me grato igualmente louvar os seguintes funcionários:

Secretaria-Geral:

António Horácio Moita;
 Basílio Serafim Romão;
 João Maria Caldeira Cordeiro;
 Luís Águeda Fernandes;
 Manuel Augusto Bastos Ferreira;
 Maria Fernanda Assunção Gonçalves;
 Arquitecta Maria Isabel Cabeçadas Arsénio Nunes;
 Raul Manuel da Palma de Oliveira.

Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário:

Dr.ª Elisabete Neves de Carvalho Carriço;
 Fernando António Soares da Rocha;
 Fernando José Caldeira de Sousa;
 Francisco José Cordeiro Alves;
 João Rente da Cruz;
 Joaquim Amorim Fernandes.

Direcção-Geral de Extensão Educativa:

Maria Teresa Pimentel Sousa Meneses.

Instituto de Investigação Educacional:

Dr.ª Maria Eduarda Pinheiro Carvalhinho.

Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional:

Dr. Sebastião de Moura Marques;
 Dr. José Manuel Castro.

16-8-90. — O Ministro da Educação, *Roberto Carneiro*.

Desp. 138/ME/90. — Considerando que o Instituto de Inovação Educacional de António Aurélio da Costa Ferreira foi criado para

responder de forma integrada às necessidades do sistema educativo e à sua renovação global;

Tendo ainda em consideração que ao Departamento de Avaliação Pedagógica do Instituto de Inovação Educacional compete não só conceber e produzir sistemas de avaliação da aprendizagem dos alunos, como promover e realizar a investigação científica que sirva de suporte aos processos de avaliação de competências e de currículos, bem como conceber métodos e produzir instrumentos adequados à avaliação do sistema;

Considerando, finalmente, que as funções de director de serviços do Departamento de Avaliação Pedagógica devem ser desempenhadas por uma individualidade de reconhecido mérito científico particularmente no domínio das ciências da educação;

Para efeitos da al. j) do n.º 1 do art. 41.º do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Dec.-Lei 185/81, de 1-7, reconheço o interesse nacional das funções que o Prof. Doutor Domingos Manuel Barros Fernandes exerça como director de serviços do Departamento de Avaliação Pedagógica do Instituto de Inovação Educacional de António Aurélio da Costa Ferreira.

14-8-90. — O Ministro da Educação, *Roberto Carneiro*.

Desp. 139/ME/90. — O Dec.-Lei 286/89, de 29-8, ao aprovar os novos planos curriculares dos ensinos básico e secundário, prevê a sua aplicação, bem como a dos respectivos conteúdos programáticos, em regime de experiência pedagógica.

Decorrido o primeiro ano de aplicação experimental dos novos planos curriculares, e tendo sido devidamente experimentados, avaliados e reformulados os programas do 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico;

Considerando que nos anos lectivos de 1990-1991, 1991-1992 e 1992-1993 serão experimentados e avaliados os programas dos 2.º, 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico;

Nos termos do art. 14.º do Dec.-Lei 286/89, de 29-8, e ao abrigo do Dec.-Lei 47 587, de 1-3-67, determino:

1 — São aprovados os programas do 1.º ciclo do ensino básico constituído pelas áreas de Expressão e Educação Físico-Motora, de Expressão e Educação Musical, Dramática e Plástica, de Estudo do Meio, de Língua Portuguesa e de Matemática, para os seguintes efeitos:

- Aplicação generalizada ao 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico, a partir do ano lectivo de 1991-1992;
- Aplicação experimental aos 2.º, 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico, respectivamente, nos anos lectivos de 1990-1991, 1991-1992 e 1992-1993.

Deve a Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário, no prazo de 60 dias, promover a publicação e a ampla divulgação dos programas ora aprovados, bem como facultar a respectiva consulta, nas suas instalações.

16-8-90. — O Ministro da Educação, *Roberto Carneiro*.

Desp. 140/ME/90. — Considerando que importa, no ano lectivo de 1990-1991, desenvolver o processo de experimentação dos planos curriculares do ensino secundário, aprovados pelo Dec.-Lei 286/89, de 29-8, que se apresenta como uma proposta de currículo flexível e aberto;

Ao abrigo do Dec.-Lei 47 597, de 10-3-67, determino:

1 — Nos cursos do ensino secundário predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos, que constam dos planos curriculares aprovados pelo Dec.-Lei 286/89, de 29-8, pode, no ano lectivo de 1990-1991, observar-se o seguinte:

- As disciplinas de Métodos Quantitativos e Introdução aos Computadores e à Informática são incluídas na componente de formação técnica;
- A carga horária da formação técnica é de 7 horas quando incluir a disciplina de Métodos Quantitativos;
- A carga horária da disciplina de Introdução aos Computadores e à Informática pode variar de 4 a 6 horas, consoante os recursos da escola;
- Quando do conjunto disciplinar da formação específica conste a disciplina de Matemática, a formação técnica não inclui Métodos Quantitativos, pelo que a sua carga horária será apenas de 4 horas no 10.º ano e de 6 horas nos 11.º e 12.º anos;
- Os alunos que optem pela disciplina de Geografia nos 10.º e 11.º anos podem ter na formação específica do 12.º ano apenas 14 horas lectivas;
- Atendendo ao número de horas da disciplina de Estudos Literários (3 horas), admite-se que os alunos que por ela optem tenham na formação específica 11 horas lectivas nos 10.º e 11.º anos e 14 horas no 12.º ano.

2 — Nos cursos do ensino secundário predominantemente orientados para a vida activa que constam dos planos curriculares aprovados pelo Dec.-Lei 286/89, de 29-8, pode no ano lectivo de 1990-1991 observar-se o seguinte:

- a) Nos dois cursos tecnológicos que com carácter experimental se iniciam no ano lectivo de 1990-1991 — Administração e Química — as cargas horárias das componentes de formação específica e técnica, respeitando no seu conjunto o determinado no Dec.-Lei 286/89, de 29-8, podem ser diferentemente distribuídas;
- b) No curso tecnológico de Administração, os alunos podem optar pela frequência da disciplina de Métodos Quantitativos (10.º ano) ou de Matemática (10.º, 11.º e 12.º anos).

3 — Para orientação das escolhas dos alunos e organização das próprias escolas, pode a Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário divulgar, através de circular, sugestões de agrupamentos disciplinares coerentes.

17-8-90. — O Ministro da Educação, *Roberto Carneiro*.

Desp. 141/ME/90. — A Lei de Bases do Sistema Educativo — Lei 46/86, de 14-10 — define como princípio subjacente à organização do sistema educativo a promoção da realização pessoal e comunitária dos educandos, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, proporcionando-lhes um equilibrado desenvolvimento físico.

Assim, consigna o art. 48.º da Lei de Bases que as actividades curriculares dos diferentes níveis de ensino devam ser complementadas por acções — actividades de complemento curricular de âmbito nacional, regional ou local — directamente orientadas para o enriquecimento cultural e cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção dos educandos na comunidade.

No intuito de desenvolver os princípios consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo, esta matéria foi especialmente contemplada, no âmbito do Dec.-Lei 286/89, de 29-8 — que aprova os novos planos curriculares dos ensinos básico e secundário —, prevendo-se no art. 8.º deste decreto-lei que «os estabelecimentos de ensino organizarão actividades de complemento curricular, de carácter facultativo e natureza eminentemente lúdicas e cultural, visando a utilização criativa e formativa dos tempos livres dos educandos».

Facilitando a concretização desta medida, torna-se necessário apoiar os estabelecimentos de ensino na organização e realização das actividades de complemento curricular, no momento em que se reforça o papel da escola como um pólo privilegiado de desenvolvimento local, como espaço aberto e de interacção com a comunidade envolvente.

Pretendendo-se, pois, no contexto da reforma educativa em curso, incentivar o ressurgir de iniciativas locais que integrem a educação e a cultura promovendo o acesso generalizado de todos os indivíduos a estes vectores fundamentais do seu desenvolvimento, as actividades de complemento curricular surgem como uma das expressões mais ricas da autonomia cultural da escola, manifestada designadamente no reconhecimento e promoção dos valores e patrimónios culturais da região, no encontro das gerações e na integração social e comunitária de todos os indivíduos.

Assim, ao abrigo do art. 48.º da Lei 46/86, de 14-10, e do art. 8.º do Dec.-Lei 286/89, de 29-8, determino:

- 1) É aprovado o Modelo de Apoio à Organização das Actividades de Complemento Curricular, que constitui o anexo ao presente despacho;
- 2) Deve o Instituto de Inovação Educacional de António Aurélio da Costa Ferreira, em articulação com a Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário, divulgar, através de circular, propostas de Modelo Organizativo das Actividades de Complemento Curricular e de Paradigmas de Projectos, cabendo às escolas a faculdade de organizar as actividades de complemento curricular com base naquelas ou de adaptar, no âmbito do exercício da sua autonomia, modelos que melhor se adaptem à sua realidade;
- 3) As actividades de complemento curricular são de natureza pedagógica e constituem efectivo exercício de funções docentes, o qual, quando conceptualizado cientificamente e exigindo investigação pessoal, pode ser considerado para a obtenção de créditos de formação, nos termos e para os efeitos que vierem a ser definidos em sede de legislação regulamentar da formação contínua de docentes.

17-8-90. — O Ministro da Educação, *Roberto Carneiro*.

Anexo ao Desp. 141/ME/90

Modelo de Apoio à Organização das Actividades de Complemento Curricular

1.º

Definição

1 — As actividades de complemento curricular constituem um conjunto de actividades não curriculares que se desenvolvem, predominantemente, para além do tempo lectivo dos alunos e que são de frequência facultativa.

2 — Em casos devidamente justificados como, designadamente, realização de projectos pedagógicos especiais em determinadas áreas disciplinares ou disciplinas, ou desenvolvidos no âmbito da área escola, bem como sempre que ocorram interrupções na actividade lectiva, podem as actividades de complemento curricular ser desenvolvidas dentro do tempo lectivo.

2.º

Natureza e finalidade

1 — As actividades de complemento curricular têm uma natureza eminentemente lúdica, cultural e formativa.

2 — A fim de proporcionar e facilitar a formação integral e a realização pessoal do educando, as actividades de complemento curricular a desenvolver são, designadamente:

- a) De carácter desportivo;
- b) De carácter artístico;
- c) De carácter tecnológico;
- d) De formação pluridimensional;
- e) De solidariedade e voluntariado;
- f) De ligação da escola com o meio;
- g) De desenvolvimento da dimensão europeia na educação.

3.º

Organização

1 — A organização das actividades de complemento curricular apresenta como factor estruturante um grupo nuclear, de livre designação, que pode integrar alunos, professores, associações de alunos, especialistas e outros membros da comunidade.

2 — A proposta de projecto de cada grupo nuclear é apresentada ao conselho pedagógico e deve conter a indicação do responsável e a descrição da natureza e objectivos do projecto, da forma de organização interna, das actividades a desenvolver, do tempo semanal necessário, do número de participantes, dos recursos materiais e humanos necessários e das formas e momentos de avaliação das actividades.

3 — O conjunto de projectos apresenta-se sob a forma de um programa que deve constituir parte integrante do plano anual da escola.

4 — O programa global de actividades de complemento curricular deve constar do plano anual da escola a ser elaborado pelo conselho pedagógico.

4.º

Iniciativa

A iniciativa de realização dos projectos de actividades de complemento curricular pode partir de professores e alunos, dos órgãos de administração e gestão, administrativa e pedagógica, do estabelecimento de ensino, bem como das demais entidades a que se refere o n.º 2 do art. 43.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

5.º

Organização interna dos grupos nucleares

1 — Dentro de cada grupo nuclear deve ser promovido um relacionamento informal entre os participantes que livremente se comprometem a desenvolver as actividades que constituem o projecto, assegurando a prossecução dos respectivos objectivos.

2 — Cada grupo nuclear elabora o seu próprio regulamento interno com a participação dos seus membros.

3 — A inscrição no grupo nuclear é livre e a sua frequência é regulada nos termos do respectivo regulamento interno.

4 — O número de participantes de cada grupo nuclear deve ser definido em função do adequado desenvolvimento das actividades.

6.º

Competências dos professores

Compete aos professores envolvidos no mesmo projecto proceder:

- a) À estruturação do projecto a apresentar ao conselho pedagógico;

- b) À planificação das actividades previstas no projecto;
- c) Ao acompanhamento das acções;
- d) À avaliação dos resultados.

7.º

Competências do conselho pedagógico

Compete ao conselho pedagógico:

- a) Apreciar e aprovar as propostas de actividades de complemento curricular apresentadas pelos grupos nucleares;
- b) Decidir sobre o tipo e o número de actividades de complemento curricular que deverão integrar o plano anual de escola, adequando-as às condições de espaço e tempo reais e atendendo aos educandos a que se destinam;
- c) Decidir sobre a viabilidade de qualquer projecto de actividades de complemento curricular que seja proposto por elementos exteriores à escola, nomeadamente especialistas ou outros membros da comunidade;
- d) Avaliar o cumprimento e os resultados do programa de actividades de complemento curricular.

8.º

Competências do órgão de administração e gestão

Compete ao órgão de administração e gestão da escola:

- a) Coordenar a execução do programa de actividades de complemento curricular inseridas no plano anual de escola;
- b) Considerar, em estreita colaboração com os responsáveis de cada grupo nuclear, quais os recursos materiais e humanos necessários à implementação das actividades de complemento curricular, dinamizar a colaboração com outras entidades e coordenar a angariação de meios dentro e fora do quadro do orçamento da própria escola;
- c) Informar o conselho pedagógico, no final do ano lectivo, dos resultados de todas as actividades de complemento curricular desenvolvidas, possibilitando eventuais reformulações.

9.º

Avaliação

1 — Compete ao responsável por cada grupo nuclear elaborar, anualmente, relatório de avaliação a entregar ao órgão de administração e gestão, tendo em consideração a apreciação do trabalho realizado em função dos objectivos estabelecidos, e o grau de envolvimento e interesse manifestado pelos participantes na concretização das actividades.

2 — O conselho pedagógico, na base do relatório apresentado pelo órgão de administração e gestão, avalia os resultados do programa de actividades e propõe eventuais reformulações.

10.º

Disposições finais e transitórias

Para efeitos da aplicação do presente modelo, e até à entrada em vigor do diploma que definir o novo regime de administração e gestão escolares:

- a) No primeiro ciclo do ensino básico, as funções atribuídas ao conselho pedagógico são desempenhadas pelo conselho escolar;
- b) No primeiro ciclo do ensino básico as funções atribuídas ao órgão de administração e gestão são desempenhadas pelo director;
- c) Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, bem como no ensino secundário, as funções atribuídas ao órgão de administração e gestão são desempenhadas pelo presidente do conselho directivo.

Desp. 142/ME/90. — O Decreto-Lei 286/89, de 29 de Agosto, institucionaliza a Área-Escola como uma «área curricular não disciplinar», tendo por finalidades fundamentais a concretização dos saberes através de actividades e projectos multidisciplinares, a articulação entre a escola e o meio e a formação pessoal e social do aluno.

Com efeito, a Área-Escola, sendo de natureza curricular, organizando-se nesta fase de acordo com a redução correspondente de horas semanais das áreas disciplinares ou disciplinas, e visando o desenvolvimento de projectos aglutinadores dos saberes, surge como um espaço e um tempo propícios à realização plena da interdisciplinaridade. Deste modo, contribui para a concretização de um saber que se quer integrado e para o desenvolvimento do espírito de iniciativa e de hábitos de organização e autonomia dos alunos.

A concretização da interdisciplinaridade implica a abordagem e o tratamento de um tema, de um problema, de uma situação, numa perspectiva que se pode designar de transversal, enquanto aprofunda os objectivos comuns às diversas áreas disciplinares ou disciplinas, recorre aos seus métodos, e se harmoniza com os seus conteúdos programáticos.

Neste contexto, o desenvolvimento da Área-Escola implica necessariamente um trabalho conjunto, no qual participam não só todos os docentes que se proponham realizar o mesmo projecto, como, também, outros agentes educativos, designadamente pais e encarregados de educação, autarcas e representantes dos interesses sociais, culturais e económicos da região, valorizando-se, assim, a autonomia cultural e o papel da escola enquanto pólo de desenvolvimento da comunidade local.

A concretização da Área-Escola constituirá pois um estímulo permanente à iniciativa do estabelecimento de ensino, permitindo-lhe assumir progressivamente novas competências, nomeadamente nos domínios da gestão de currículos, programas e actividades educativas, da orientação, acompanhamento e avaliação de alunos, como expressões concretas da autonomia pedagógica que a reforma educativa pretende alcançar.

Assim, ao abrigo do n.º 5 do art. 6.º do Dec.-Lei 286/89, de 29-8, determino:

- 1) É aprovado o plano de concretização da Área-Escola, que constitui o anexo I ao presente despacho;
- 2) O modelo organizativo da Área-Escola consta do anexo II ao presente despacho, que dele faz parte integrante;
- 3) As sugestões de estrutura da Área-Escola constam do anexo III ao presente despacho, que dele faz parte integrante.

17-8-90. — O Ministro da Educação, *Roberto Carneiro*.

Anexo I ao Desp. 142/ME/90**Plano de Concretização da Área-Escola**

1.º

Definição

A Área-Escola é uma área curricular, de natureza interdisciplinar e de frequência obrigatória.

2.º

Finalidade

As actividades a desenvolver no âmbito da Área-Escola visam, nomeadamente, atingir:

- a) A aquisição de saberes para os quais concorram diversas disciplinas ou matérias de ensino, sempre numa perspectiva interdisciplinar;
- b) A aquisição de instrumentos de trabalho, bem como o exercício das diferentes operações intelectuais, numa perspectiva de formação para a educação permanente;
- c) A sensibilização dos alunos para a importância das problemáticas do meio onde a escola se insere;
- d) A abordagem e tratamento de temas que, pela sua importância e acuidade, mereçam a atenção e a colaboração da comunidade escolar;
- e) A integração dos conhecimentos veiculados pela chamada «escola paralela»;
- f) A ligação entre os saberes teóricos adquiridos ao nível das matérias de ensino ou das disciplinas e a sua aplicação prática;
- g) A concretização de actividades que promovam o desenvolvimento do espírito de iniciativa, de organização, de autonomia e de solidariedade, aspectos fundamentais da formação integral do aluno;
- h) A sensibilização dos alunos para a preservação dos valores da identidade nacional, no contexto da integração europeia;
- i) O exercício de uma cidadania responsável através de vivências que os órgãos de gestão pedagógica entendam de interesse.

3.º

Âmbito

1 — A Área-Escola desenvolve-se em todos os níveis e ciclos dos ensinos básico e secundário.

2 — O programa de Educação Cívica do 3.º ciclo do ensino básico será, de acordo com o n.º 5 do art. 7.º do Dec.-Lei 286/89, de 29-8, objecto de despacho específico do Ministro da Educação.



4.º

Organização

Compete aos órgãos de direcção, administração e gestão dos estabelecimentos de ensino básico e secundário promover a concretização da Área-Escola, bem como assegurar a respectiva orientação pedagógica.

5.º

Iniciativa

1 — Os projectos da Área-Escola poderão ser iniciados de três formas:

- a) Por professores e alunos;
- b) Pelo conselho de turma quando não se verificarem iniciativas como previstas na al. a);
- c) Pelo órgãos de direcção, gestão e administração dos estabelecimentos de ensino, quando não se verificarem iniciativas como previstas nas als. a) e b).

2 — Os projectos da Área-Escola concebidos por conjuntos de professores e alunos deverão ser apresentados ao conselho pedagógico para eventual inclusão no plano de actividades, de acordo com os objectivos e prioridades da escola.

3 — Os órgãos de gestão e os conselhos pedagógicos poderão promover a realização de projectos que concretizem as prioridades e necessidades detectadas.

6.º

Competências do conselho pedagógico

Compete aos conselhos pedagógicos dos estabelecimentos de ensino básico e de ensino secundário, proceder:

- a) Ao levantamento de recursos existentes na escola e na comunidade envolvente;
- b) À definição dos objectivos gerais da Área-Escola, no enquadramento do plano anual da escola, de modo a constituir um todo coerente, harmónico e exequível;
- c) À concepção do programa de concretização da Área-Escola, que se compõe de um ou vários projectos multidisciplinares;
- d) Ao acompanhamento do programa;
- e) À avaliação do programa definido.

7.º

Competência dos professores

Compete ao conjunto de professores que participam no mesmo projecto proceder:

- a) À estruturação do projecto interdisciplinar a desenvolver, tendo em conta o nível etário e o desenvolvimento psicológico dos alunos;
- b) À compatibilização do projecto da Área-Escola com a planificação das matérias de ensino ou das disciplinas envolvidas;
- c) À selecção dos objectivos fundamentais com os quais cada matéria de ensino ou disciplina contribui para a formulação dos objectivos interdisciplinares;
- d) À planificação das actividades de acordo com a calendarização previamente estabelecida, de forma flexível e de modo a permitir reformulações e redefinições tendo em vista a exequibilidade e a conclusão de projecto;
- e) À previsão dos momentos de intervenção de cada matéria de ensino ou disciplina que mais directamente nele participem, tendo em conta o total de horas por ano previstas para a Área-Escola;
- f) À previsão da criação de alternativas que permitam ultrapassar eventuais situações críticas ocasionais, de modo a não prejudicar a conclusão do projecto;
- g) À avaliação dos resultados.

8.º

Competência do conselho de turma

1 — Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, compete ao conselho de turma proceder:

- a) À articulação, a nível de turma, dos vários projectos da Área-Escola apresentados e à emissão de parecer sobre a sua adequação pedagógica;
- b) À apresentação dos projectos ao conselho pedagógico;
- c) Ao acompanhamento da progressão das actividades inerentes à concretização dos projectos, convocando para o efeito as reuniões que se tornarem necessárias;
- d) À avaliação dos projectos.

2 — No 1.º ciclo do ensino básico as competências do conselho de turma cabem ao conjunto de professores envolvidos no mesmo projecto.

9.º

Participação de alunos e professores

1 — Alunos e professores planificam em conjunto as diferentes tarefas dos projectos.

2 — As tarefas dos projectos a desenvolver na turma baseiam-se na iniciativa dos alunos, recorrendo-se ao método de trabalho de projecto ou de trabalho independente.

3 — Compete aos alunos escolher e dividir entre si as tarefas, bem como proceder à respectiva execução e auto-avaliação.

4 — Compete aos professores acompanhar, coordenar e avaliar a concretização das tarefas dos projectos, bem como a sua divulgação.

5 — As turmas com um projecto idêntico ou que concorram para um projecto comum estabelecerão contactos entre si para a realização de algumas actividades inerentes a esse projecto.

10.º

Integração no horário lectivo

1 — No 1.º ciclo do ensino básico, o tempo da Área-Escola é integrado no tempo destinado às matérias de ensino e gerido de acordo com a planificação das mesmas, as exigências dos projectos e do programa a desenvolver.

2 — Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, o tempo destinado ao desenvolvimento dos projectos é inserido no tempo das disciplinas e gerido, de forma concertada, pelos professores que, em cada turma, nele estejam envolvidos.

3 — As actividades da Área-Escola que ultrapassem o horário da turma ou da escola só podem ser exercidas em regime de voluntariado.

11.º

Avaliação da Área-Escola

A avaliação do programa e dos projectos da Área-Escola constitui um processo dinâmico, contínuo e sistemático, que decorre dos princípios gerais da avaliação pedagógica, contemplando uma avaliação inicial, uma avaliação intermédia ao longo do ano e uma avaliação final.

12.º

Avaliação inicial

1 — Os conselhos pedagógicos procedem à avaliação:

- a) Dos recursos humanos;
- b) Dos recursos materiais;
- c) Da adequação do programa de concretização da Área-Escola aos objectivos e conteúdos programáticos das matérias de ensino ou disciplinas do currículo;
- d) Das possibilidades de adequação do programa às condições pedagógicas da escola e ao meio onde está inserido.

2 — Os professores, no momento da organização dos projectos, procedem à avaliação da sua exequibilidade no contexto das matérias de ensino e das disciplinas, em função das competências adquiridas ou a adquirir pelos alunos, tendo em vista determinar o nível de aprofundamento dos projectos.

13.º

Avaliação intermédia

1 — Cada professor procede à avaliação das tarefas inerentes ao projecto que lhe são cometidas.

2 — O conjunto dos professores do projecto avalia as fases do projecto em execução e a participação de alunos e professores.

3 — Na base das avaliações referidas nos números 1 e 2, o órgão de gestão da escola elabora um relatório de progresso, que deve ser apresentado ao conselho pedagógico até final de Fevereiro.

14.º

Avaliação final

1 — O conselho de turma, em reunião para o efeito convocada, avalia o contributo dos projectos para o sucesso educativo dos alunos com base na avaliação feita pelos professores nele envolvidos.

2 — O conselho pedagógico realiza o balanço final dos projectos, procedendo à avaliação do Programa da Área-Escola no seu todo.

15.º

Avaliação do desempenho

1 — O desempenho dos alunos nos projectos da Área-Escola deve ser reflectido na classificação das matérias ou disciplinas que integram o projecto.

2 — O desempenho excepcional nos projectos da Área-Escola pode ser tido em conta na propositura para os quadros de valor e de excelência.

16.º

Disposições finais e transitórias

1 — A concretização da Área-Escola acompanha o desenvolvimento da experiência da reforma curricular, decorrendo nas escolas seleccionadas para o efeito.

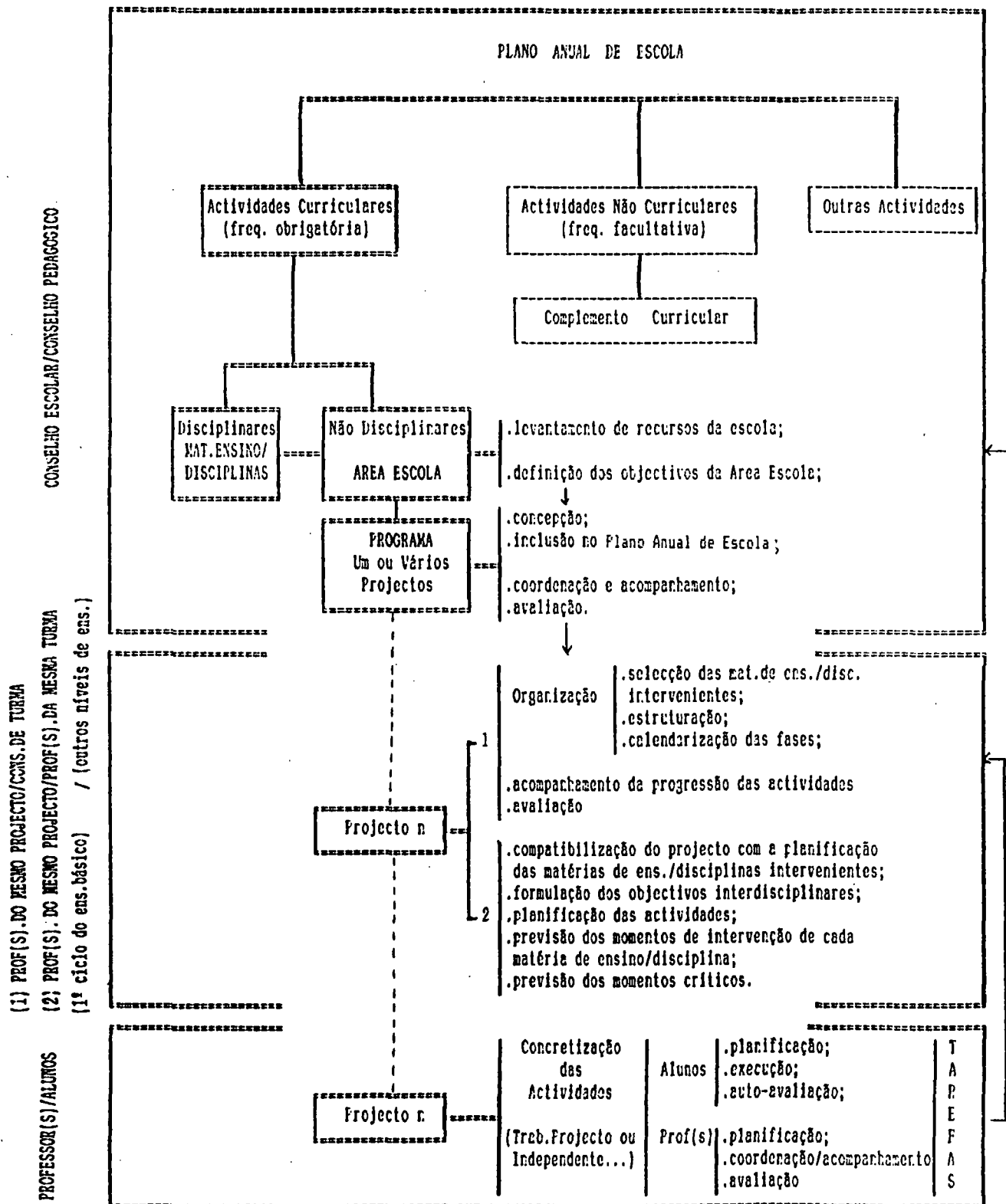
2 — O programa de formação de professores destinado a preparar e a acompanhar o lançamento e aplicação dos novos planos curriculares integrará acções de formação sobre a Área-Escola.

3 — Para efeitos do cumprimento do presente plano:

a) No primeiro ciclo do ensino básico, as funções atribuídas ao conselho pedagógico são desempenhadas pelo conselho escolar;

b) No primeiro ciclo do ensino básico as funções atribuídas ao órgão de administração e gestão são desempenhadas pelo director;

c) Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, bem como no ensino secundário, as funções atribuídas ao órgão de administração e gestão são desempenhadas pelo presidente do conselho directivo.

Anexo II ao Desp. 142/ME/90**Modelo Organizativo da Área-Escola**

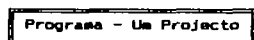
Anexo III ao Desp. 142/ME/90

Sugestões de Estrutura de Programa da Área-Escola

Pode o Programa da Área-Escola compreender um ou vários projectos multidisciplinares.

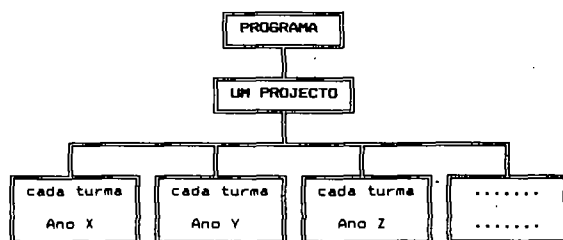
Apresentam-se, em seguida, algumas sugestões de estrutura de Programa da Área-Escola, embora estas não esgotem as múltiplas possibilidades de estruturação do mesmo.

1.ª sugestão:



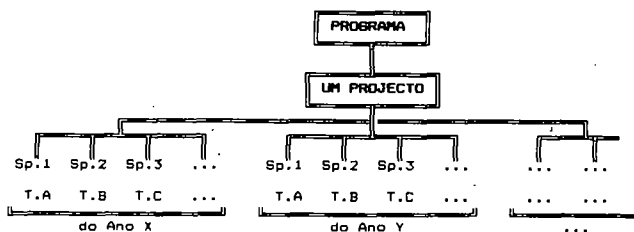
1.ª hipótese:

O projecto no seu todo será desenvolvido por cada turma dos diferentes anos existentes na escola. Daí resultará uma concepção diferenciada do projecto, de acordo com os alunos a que se destina e as matérias de ensino/disciplinas que podem intervir nos diversos anos e diferentes níveis de tratamento e aprofundamento do projecto.



2.ª hipótese:

O projecto compreenderá subprojectos, constituindo estes cada uma das vertentes de abordagem do projecto. Cada turma do mesmo ano tratará apenas uma das vertentes (subprojectos) (*). Logo, a concretização do projecto no seu todo dependerá do trabalho efectuado pelo conjunto das turmas do mesmo ano, o que implicará concepções diferentes de ano para ano e resultados também diferentes.

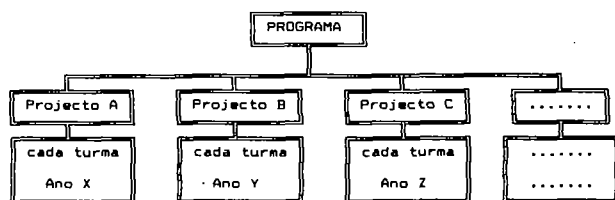


2ª Sugestão



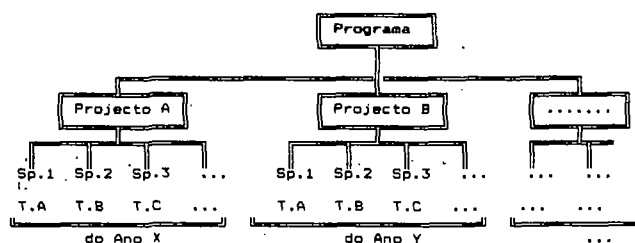
1.ª hipótese:

A cada ano corresponderá um projecto, que será tratado globalmente por cada turma. Daí resultam, possivelmente, diferentes formas de tratamento do mesmo projecto.



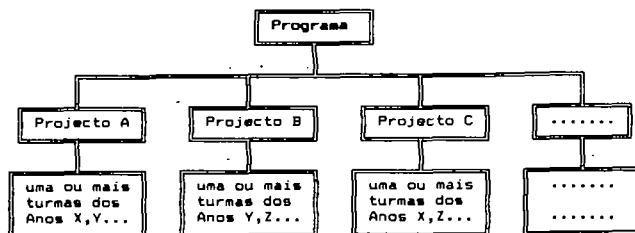
2.ª hipótese:

A cada ano corresponderá um projecto, que será constituído por diferentes vertentes (subprojectos). Cada turma do mesmo ano tratará apenas uma das vertentes (subprojecto) (*). Logo, a concretização do projecto, no seu todo, dependerá do trabalho efectuado pelo conjunto das turmas do mesmo ano.



3.ª hipótese:

Uma ou mais turmas de diferentes anos desenvolve o mesmo projecto no seu todo. A possibilidade de intervenção de turmas do mesmo ano e ou de anos diferentes proporcionará a diversidade ao nível da concepção, do desenvolvimento e do aprofundamento do projecto.



(*) No caso presente, o subprojecto será assumido pela turma como o seu projecto.

Desp. 143/ME/90. — De harmonia com o estabelecido no n.º 4 do meu Desp. 4/ME/87, de 17-8, durante o meu período de férias substituir-me-á em todas as funções o Secretário de Estado do Ensino Superior, Prof. Doutor Alberto José Nunes Correia Ralha.

20-8-90. — O Ministro da Educação, *Roberto Carneiro*.

Desp. 144/ME/90. — De acordo com o disposto no n.º 1 do art. 6.º do Dec.-Lei 384/77, de 12-9, publicado no *DR*, 1.ª, 211, de 12-9-77, nomeio para constituir a comissão técnica com competência específica para apreciar as propostas do concurso público 2/90 — GETAP, conforme anúncio público a publicar no *DR*:

Francisco José P. de Carvalho Jacinto, licenciado em Engenharia Electrotécnica;
Fernando Valente Leite, licenciado em Engenharia Electrotécnica;
Maria Lizete E. Correia, licenciada em Economia.

20-8-90. — O Ministro da Educação, *Roberto Carneiro*.

Desp. 145/ME/90. — A Universidade de Coimbra, com vista à implantação das instalações de que carece e que constituirão o pólo III da mesma Universidade, tem vindo a diligenciar no sentido da aquisição, pela via do direito privado, dos terrenos abaixo identificados.

Porém, tais diligências não produziram resultados efectivos por falta de acordo com os respectivos proprietários.

Assim, o reitor da Universidade de Coimbra, ao abrigo do disposto no art. 11.º do Dec.-Lei 845/76, de 11-12, com posteriores alterações, requereu a declaração de utilidade pública na expropriação urgente com tomada de posse administrativa, nos termos dos arts. 10.º, n.º 1, al. a), 12.º, 14.º, 17.º e 19.º do referido decreto-lei.

Nestes termos, é declarada a utilidade pública da expropriação e atribuído carácter de urgência, com tomada de posse administrativa, dos seguintes prédios situados na freguesia de Santo António dos Olivais, do concelho de Coimbra:

Prédio n.º 2, pertencente a José Maria Henriques, com a área de 1340 m² e construções com a área de 174 m², sito em Vale Meão, confronta a norte e poente com engenheiro Antunes Pais dos Santos, nascente com José Azevedo Augusto de Castro e sul com António Henriques Mingocho e serventia;

Prédio n.º 3, pertencente a José Azevedo de Castro, com a área de 66 m² e logradouro com 156 m², sito em Vale Meão, inscrito na matriz predial urbana sob o art. 1196 e não descrito na Conservatória do Registo Predial, confronta a sul e nascente com serventia e a norte e poente com o proprietário;

Prédio n.º 4, pertencente a herdeiros de Olímpio Augusto, com a área de 160 m² e logradouro com a área de 160 m², sito em Vale Meão, com as inscrições matriciais urbanas n.ºs 1197 e 1198 e descrições prediais n.ºs 37 706, livro B-96, fls. 32 v.º e 60 440, livro B-155, fls. 167 v.º, respectivamente, confronta a norte com engenheiro Antunes Pais dos Santos, sul e poente com serventia e nascente com José Monteiro;

Prédio n.º 5, pertencente a José António Monteiro Alves, com a área aproximada de 71 m² e logradouro com 19 m², sito em Santa Comba, inscrito na matriz predial urbana sob o art. 7378 e não descrito na Conservatória do Registo Predial, confronta a norte com Quinta da Graça, sul com serventia, nascente com Manuel Alexandre de Almeida e poente com João Martins;

Prédio n.º 6, pertencente a Manuel Alexandre de Almeida, com a área de 96 m² e logradouro com 88 m², sito em Santa Comba, confronta a norte e nascente com Quinta da Graça, sul com caminho e poente com José Monteiro;

Prédio n.º 7, prédio sito em Vale Meão, composto de parte rústica e urbana, pertencente a Maria Henriques Mingocho, Maria de Lurdes Henriques Mingocho Pinto Correia e António Manuel Henriques Mingocho, com a área rústica aproximada de 12 650 m², inscrito na matriz predial rústica sob o art. 2329 e registado na Conservatória do Registo Predial com o n.º 00574/220586.

A parte urbana compõe-se de quatro prédios destinados a habitação, inscritos na matriz predial urbana sob os arts. 1195, 2159, 2160 e 2161, e não descritos na Conservatória do Registo Predial.

A parcela 7-B confronta a norte com o Estado, nascente com os prédios n.ºs 8, 10 e 13, e a poente e sul com via pública.

A parcela 7-C confronta a norte e nascente com caminho público, sul com serventia e poente com o Estado.

Prédio n.º 8, sito em Santa Comba, pertencente a Amador Correia e outros, com a área aproximada de 1792 m² (parte rústica) e 67 m² (parte urbana). Está inscrito na matriz predial

urbana sob o art. 1191 (1/3), confronta a norte e poente com António Henriques Mingocho, sul com Levi dos Santos e nascente com serventia.

Prédio n.º 9, sito em Santa Comba, pertencente a Armando Correia, com a área aproximada de 1511 m² (parte rústica) e 59 m² (parte urbana). Está inscrito na matriz predial urbana sob o art. 1191 (1/3), confronta a norte e poente com Armando Correia, sul com Levi dos Santos e nascente com Maria Luísa Teles.

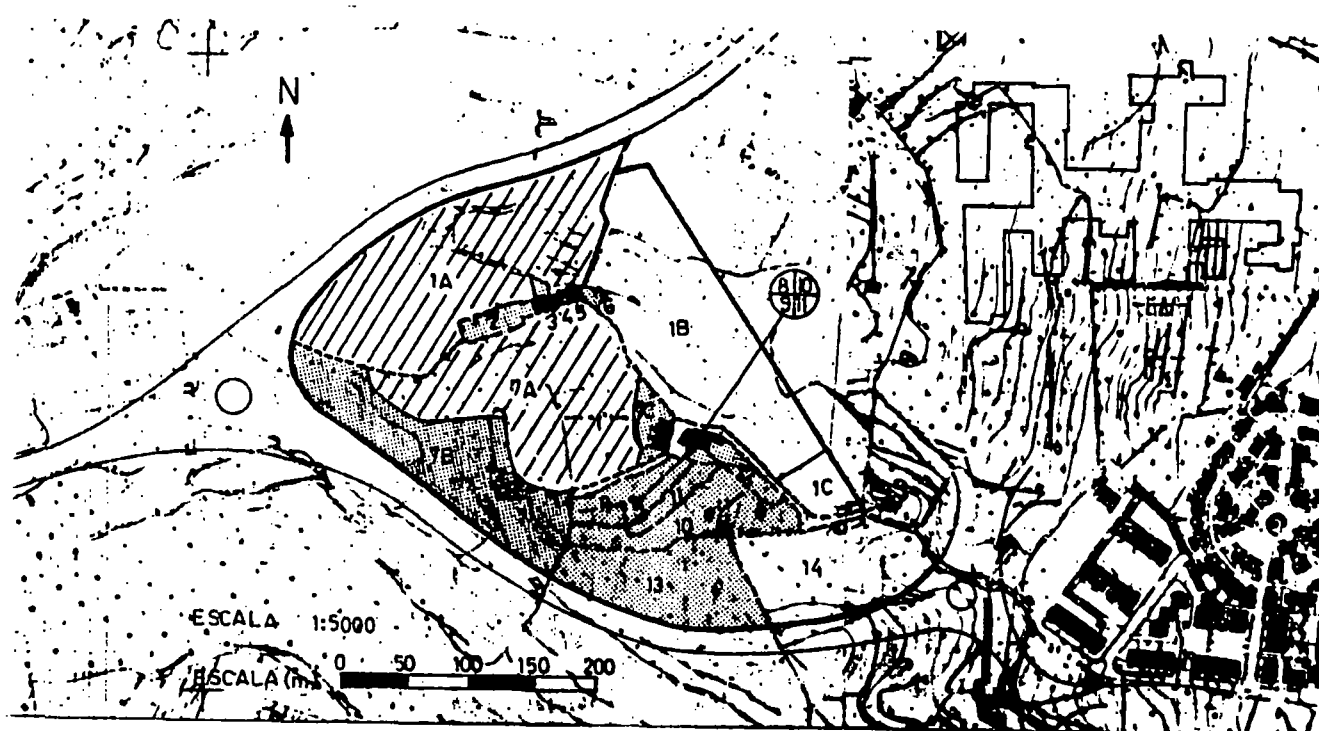
Prédio n.º 10, sito em Vale Meão, pertencente a Levi dos Santos, com a área aproximada de 4940 m² e com uma construção com a área aproximada de 315 m², inscrito na matriz predial rústica sob o art. 2334 e urbana sob os arts. 2699 e 4723. Encontra-se descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º 55 018, a fls. 124 do livro B-140, confronta a norte com Maria Luísa Teles, sul com José Maria Henriques e outro, nascente com Júlia Correia Umbelino e serventia e poente com Rui A. Pais dos Santos.

Prédio n.º 11, sito em Santa Comba, pertencente a Maria Luísa Teles Correia Roque, com a área aproximada de 868 m² (parte rústica) e 62 m² (parte urbana). Está inscrito na matriz predial urbana sob o art. 1191 (1/3), confronta a norte com Armando Correia e serventia, sul e poente com Levi dos Santos e nascente com Júlia Correia Umbelino.





Prédio n.º 12, pertencente a Júlia Correia Umbelino, com a área de 1080 m² e construção com a área de 180 m², sito em Vale Meão. Está inscrito na matriz predial urbana sob os arts. 4724 e 1192. Confronta a norte e poente com caminho, sul com Levi dos Santos e outro e nascente com Levi dos Santos.

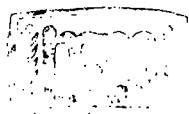
Prédio n.º 13, pertencente a José Maria Henriques, com a área de 6700 m², sito em Vale Meão. Está inscrito na matriz predial rústica sob o art. 2335, confronta a norte com Levi dos Santos, sul com rua projectada, nascente com Maria Emília Soares Albergaria P. Mascarenhas e poente com Rui Pais dos Santos.

20-8-90. — O Ministro da Educação, Roberto Carneiro.



POLO III DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA — TERRENOS

-  — LIMITES DO POLO
-  — LIMITES DAS PARCELAS
-  — PRÉDIOS JÁ ADQUIRIDOS
-  — PRÉDIOS PARA OS QUAIS SE PEDE A DECLARAÇÃO DE ÚTILIDADE PÚBLICA



Desp. 146/ME/90. — Comemora o Hockey Club de Sintra, neste mês de Agosto, o seu 50.º aniversário.

Considerando o seu extraordinário currículo ao longo da sua vida associativa;

Considerando que apesar da titulação do clube outras actividades desportivas também foram e são praticadas no seu seio;

Tendo em atenção os títulos alcançados a nível regional, nacional e internacional, o que honra sobremaneira o hóquei praticado no clube;

Tomando em consideração que muitos foram os jogadores chamados à selecção nacional de hóquei em patins e que do corpo técnico do clube também saíram um seleccionador e um treinador da selecção nacional, o que atesta bem o valor da escola de hóquei do Hockey Club de Sintra;

Tomando em atenção as diversas distinções e os diferentes galardões já atribuídos, quer da Associação de Patinagem do Sul, quer da Câmara Municipal de Sintra, e da Direcção-Geral dos Desportos;

Tendo em consideração o papel social e a acção cultural desenvolvida, com objectivos de solidariedade, o que enobrece a vivência do clube;

Considerando que estes factos não podem ficar esquecidos na poeira do tempo e merecem por isso realce;

Determina-se:

É concedida ao Hockey Club de Sintra a medalha de honra ao mérito desportivo, nos termos dos arts. 4.º e 9.º do Dec. 55/86, de 15-3.

17-8-90. — O Ministro da Educação, *Roberto Carneiro*.

SECRETARIA DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR

Direcção-Geral do Ensino Superior

Estádio Universitário de Lisboa

Por despachos do director-geral do Ensino Superior de 19-1-90:

Integrados no quadro do Estádio Universitário de Lisboa os seguintes funcionários:

Amâncio Dias Cardoso — promovido a cantoneiro principal, escalão 7, com efeitos desde 19-1-90, sendo rescindido do cargo anterior.

Amândio da Costa Lourenço — promovido a pedreiro de 2.ª classe, escalão 4, com efeitos desde 19-1-90, sendo rescindido do cargo anterior.

António José da Silva Abrantes — provido a cantoneiro de 1.ª classe, escalão 5, com efeitos desde 19-1-90.

António Manuel Teixeira Vilela — nomeado a auxiliar administrativo de 1.ª classe, escalão 2, com efeitos desde 19-1-90.

António Maria das Neves — promovido a cantoneiro principal, escalão 7, com efeitos desde 19-1-90, sendo rescindido do cargo anterior.

Avelino Manuel Casinhas Fernandes — nomeado cantoneiro de 2.ª classe, escalão 1, com efeitos desde 19-1-90.

Carlos Manuel Martins da Silva — provido a cantoneiro de 1.ª classe, escalão 3, com efeitos desde 19-1-90.

Dinarte João Camacho Alexandre — nomeado canalizador de 3.ª classe, escalão 1, com efeitos desde 19-1-90.

Fausto Gonçalves — nomeado escriturário-dactilógrafo principal, escalão 4, com efeitos desde 19-1-90.

Jorge Dimas do Carmo — provido a cantoneiro principal, escalão 7, com efeitos desde 19-1-90, sendo rescindido do cargo anterior.

Manuel Adão Amorim Batista — provido a cantoneiro de 1.ª classe, escalão 4, com efeitos desde 19-1-90.

Maria de Lurdes Amorim Barbosa, promovida a cantoneira principal, escalão 7, com efeitos desde 19-1-90, sendo rescindida do cargo anterior.

Maria Madalena Leitão Gonçalves Lopes — nomeada segundo-oficial, escalão 1, com efeitos desde 19-1-90.

Maria Palmira de Jesus Armindo Pinto — promovida cantoneira principal, escalão 7, com efeitos desde 19-1-90, sendo rescindida do cargo anterior.

Rosa Clementina — provida a cantoneira de 1.ª classe, escalão 6, com efeitos desde 19-1-90.

(Visto, TC, 5-7-90.)

Alda Gomes Camacho Alexandre — provida a cantoneira de 1.ª classe, escalão 4, com efeitos desde 19-1-90.

Josefina de Jesus dos Santos — promovida a cantoneira principal, escalão 7, com efeitos desde 19-1-90, sendo rescindida do cargo anterior.

Maria Domicília Venâncio Abrantes — provida a cantoneira de 1.ª classe, escalão 5, com efeitos desde 19-1-90.

(Visto, TC, 25-7-90.)

Abílio de Almeida Pinto — promovido a encarregado de instalações desportivas, com efeitos desde 19-1-90, sendo rescindido do cargo anterior.

António Carlos Mariano — promovido a jardineiro de 1.ª classe, escalão 5, com efeitos desde 19-1-90, sendo rescindido do cargo anterior.

Jaime Ferreira Filipe — promovido a encarregado de instalações desportivas, com efeitos desde 19-1-90, sendo rescindido do cargo anterior.

Manuel da Costa — promovido a encarregado de instalações desportivas, com efeitos desde 19-1-90, sendo rescindido do cargo anterior.

(Visto, TC, 2-8-90.)

23-8-90. — Pelo Director, o Coordenador Técnico-Desportivo, *Edgar Prista da Graça*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO MINISTRO

Secretaria-Geral

Lista nominativa do pessoal a integrar, com efeitos a partir de 1-5-84, no quadro do pessoal do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do art. 3.º do Dec.-Lei 42/84, de 3-2, a que se refere a Port. 675/90, de 17-8, aprovada por despacho conjunto dos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de 27-7-90:

Número de ordem	Nome	Categoria
1	Maria Fernanda Pereira Lima Velezim e Guerra.	Chefe de secção.

20-8-90. — O Secretário-Geral, *Manuel da Cunha Rego*.

Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes

Por despacho do vice-presidente do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes de 20-8-90, por subdelegação de competência:

Joaquina Rodrigues de Sousa Coelho, terceiro-oficial do quadro do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes — autorizado o abono de vencimento de exercício perdido por doença num período de seis dias no corrente ano.

21-8-90. — O Secretário, *António Gonçalves Monteiro*.

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES

Gabinete do Secretário de Estado

Desp. SET 31/90. — Ao abrigo do art. 11.º do Dec.-Lei 262/80, de 23-7, e obtida a concordância da R. N. I. P., S. A., requisito à referida empresa Teresa Maria Sottomayor Vieira Gonzaga Ribeiro, para no meu Gabinete exercer funções de apoio administrativo.

Todos os encargos resultantes desta requisição serão suportados pelo orçamento do meu Gabinete e serão processados mediante a apresentação de factura da empresa, mantendo a referida senhora todas as regalias do seu lugar de origem.

16-7-90. — O Secretário de Estado dos Transportes, *Jorge Antas*.

Direcção-Geral de Viação

Por despachos do subdirector-geral de Viação de 4-7-90 (visto, TC, 7-8-90):

Alberto Carvalho dos Santos, Manuel Pereira de Sequeira, Custódio Francisco Duarte, Rui Nazaré Rodrigues, Manuel Mendes dos Santos, Norberto Peão dos Santos, Rui Manuel da Silveira Duarte

Coelho, Gualter Manuel dos Santos Oliveira, Victor José Pedrosa da Silva, António Ramos Lopes Assunção, Mário Correia de Lima, José Gabriel Monteiro de Sousa, José Manuel Cardoso Mercês de Melo, Luís Carlos Duarte Bastos, Manuel de Oliveira Costa, Dário Manuel da Costa Amaro Ramos, António Duarte Rodrigo, Luís Azinheira Gonçalves Pereira (engenheiro técnico), Carlos Manuel da Costa Ilharco de Moura, José Paulo Nunes Viçoso, Fernando Reinaldo Walter de Magalhães, Artur Eduardo Baptista da Silva Nunes e Francisco José Castilho Martins Penha (engenheiro técnico) — transitam para a categoria de técnico adjunto principal, da carreira de inspector de viação, nível 4.

Quintino Duarte Barreto, Eliseu Augusto Teixeira da Silva e Manuel Gonçalves Barbosa — transitam para a categoria de técnico adjunto de 2.ª classe, da carreira de inspector de viação, nível 4.

(São devidos emolumentos.)

Por despachos do subdirector-geral de Viação de 4-7-90 (visto, TC, 8-8-90):

Manuel Campos de Carvalho, José Luís Soares de Sousa, Carlos Manuel dos Santos Pereira, Rui Martins dos Reis, José da Silva Estanqueiro Rocha, Manuel João da Ressureição, Mário Tavares Martins (engenheiro técnico), Aurélio Rodrigues da Costa, Joaquim Manuel Varela Freixo, Rui Fernando Aguiar Bento, Gil Duarte Paulo, José Luís Nunes Rodrigues Azevedo, Frederico Nunes da Costa, José António Vieira Pereira de Queirós, Manuel Fernando Monteiro da Silva, Bernardo Becker e António Gaspar Duarte Mesquita — transitam para a categoria de técnico adjunto principal, da carreira de inspector de viação, nível 4.

Maria Carolina Pereira Cavaco, Maria José Valente Monge Inglês, Maria do Rosário Maio Lopes Fernandes, Vitória Constança Pinheiro Filipe, Maria José Coutinho de Faria Santiago Duarte, Aníbal da Conceição Lopes, José Manuel Mendes de Sousa, Vasco Manuel da Cruz Pereira, António José Venda Marquito, José de Jesus Mendes, Abílio Guerra, Joaquim António Rodrigues da Silva, Francisco Jaime Moutinho Pereira, Joaquim Manuel Duarte d'Oliveira, António Silva e Sousa, Luís Alcino Rodrigues da Silva, Maria de Lourdes Borges de Oliveira Pombo, Rosa Dias Veloso de Sousa Carvalho, Francisco Fernando da Cruz Cunha, Jesuína Maria Machado e Castro Quintais Silva, Hélder António Aparício Marques e Manuel Augusto Esteves Afonso — transitam para a categoria de técnico adjunto de 2.ª classe, da carreira de inspector de viação, nível 4.

(São devidos emolumentos.)

Por despacho do subdirector-geral de Viação de 13-7-90 (visto, TC, 8-8-90):

Nélson Lopes Ramalho, engenheiro técnico — transita para a categoria de técnico adjunto de 1.ª classe, da carreira de inspector de viação, nível 4. (São devidos emolumentos.)

17-8-90. — O Director dos Serviços Administrativos, *Carlos Antão de Oliveira*.

Aviso. — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que a lista de classificação final dos candidatos ao concurso interno geral de acesso para preenchimento de vagas de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior do quadro permanente desta Direcção-Geral, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 137, de 16-7-90, se encontra afixada para consulta no átrio das instalações da Direcção-Geral de Viação, sitas na Calçada de Santana, 214, em Lisboa.

16-8-90. — O Director dos Serviços Administrativos, *Carlos Antão de Oliveira*.

Escola Náutica Infante D. Henrique

Por despacho de 17-8-90 do director da Escola Náutica Infante D. Henrique:

Elisa Amélia da Fonseca — revogado o despacho de 31-5-90, referente à sua nomeação interina como primeiro-oficial, publicado no DR, 2.ª, 143, de 23-6-90.

17-8-90. — O Director, *Rui Manuel Correia Raposo*.

SECRETARIA DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS

Portaria. — Manda o Governo, pelo Secretário de Estado das Obras Públicas, o seguinte:

Encontrando-se concluída a habitação de função do Centro Regional de Faro do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, que a mesma seja entregue pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais ao Instituto Nacional e Meteorologia e Geofísica.

14-8-90. — O Secretário de Estado das Obras Públicas, *Álvaro Severiano da Silva Magalhães*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral dos Hospitais

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde de 8-8-90:

Dr.ª Maria Luísa dos Santos, directora de serviços do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Hospitais — renovada a comissão de serviço no mesmo cargo, que vem desempenhando desde 6-11-75.

13-8-90. — A Chefe de Repartição, *Lourdes Barquinha*.

Aviso. — Faz-se público que, por despacho do director-geral dos Hospitais de 16-8-90, foi homologada a constituição dos júris das áreas profissionais abaixo indicadas, relativamente ao concurso de habilitação do grau de chefe de serviço hospitalar, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 285, de 13-12-89:

Anatomia patológica

Presidente — José Manuel Vasconcelos P. C. Pimentel — Hospital de Santa Maria.

Vogais efectivos:

Daniel dos Santos Serrão — Hospital de São João.

Renato Azevedo C. Trincão — Hospitais da Universidade de Coimbra.

Maria Rufina Dias Coelho — Hospital de Santa Cruz.

Armando Viegas Mendonça — Hospital de Egas Moniz.

Vogais suplentes:

Amélia Cal Soares Baptista — Hospital de Santa Maria.

Joaquim Pereira Guedes — Hospital Geral de Santo António.

Cardiologia

Júri 1 (Lisboa):

Presidente — Salomão Sequerra Amram — Hospital de Santa Maria.

Vogais efectivos:

Damião José Gaspar Lourenço Cunha — Hospital de São João.

José Alberto Neves Rato — Hospitais Cívicos de Lisboa.

Luciano Pinto Ravara — Hospital de Santa Maria.

Mário da Silva Freitas — Hospitais da Universidade de Coimbra.

Vogais suplentes:

Alexandre José Calisto Laureano Santos — Hospital de Santa Maria.

Teresa de Jesus J. B. Soares da Costa — Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil, Centro de Lisboa.

Júri 2 (Porto):

Presidente — Álvaro Lopes Pimenta — Hospital Geral de Santo António.

Vogais efectivos:

Pedro Henrique Andressen Van-Zeller — Hospital de São João.

Pedro Sequeira Rodrigues — Hospital de São Marcos.

José António Leite Pereira — Hospital de Guimarães.

Rogério da Silva Leite — Hospital Distrital de Aveiro.

Vogais suplentes:

João José Lopes Gomes — Hospital Geral de Santo António.
Augusto da Costa Pinho Ferreira de Oliveira — Hospital Geral de Santo António.

Cirurgia cardíaco-torácica

Presidente — Manuel Eugénio Machado Macedo — Hospital de Santa Cruz.

Vogais efectivos:

Luís Augusto Osório Leite Noronha — Hospital de Pulido Valente.
Manuel Antunes — Hospitais da Universidade de Coimbra.
Rui João Mendonça Lima — Hospital de Santa Maria.
Rui Simões Bento — Hospitais Cíveis de Lisboa.

Vogais suplentes:

João Manuel Versos Cravino — Hospital de Santa Maria.
Manuel Machado Rodrigues Gama — Hospital de São João.

Cirurgia plástica reconstrutiva

Presidente — Álvaro Manuel Guimarães Sousa — Hospital Geral de Santo António.

Vogais efectivos:

Flávio Humberto Costa Guimarães — Hospital de São João.
João Veiga Gama Vieira — Hospitais da Universidade de Coimbra.
José Pedro Cardoso Nava — Hospitais da Universidade de Coimbra.
José Santos Gomes Leal — Hospitais Cíveis de Lisboa.

Vogais suplentes:

José Paiva Boleo Tomé — Hospital de Egas Moniz.
Orlando Cabral Barreto — Hospital de Santa Maria.

Cirurgia vascular

Presidente — António Fernando Oliveira B. R. Braga — Hospital de São João.

Vogais efectivos:

Rui José Rangel Mesquita — Hospitais Cíveis de Lisboa.
Américo Dinis da Gama — Hospital de Santa Maria.
Alberto V. Pereira Queirós — Hospitais da Universidade de Coimbra.
Mário Barbosa Aguiar C. Pereira — Hospital Geral de Santo António.

Vogais suplentes:

Luís Miguel Nogueira Rocha Dias — Hospitais Cíveis de Lisboa.
Alberto Marques Costa Lobo — Hospital Geral de Santo António.

Dermatovenerologia

Presidente — António Vasco B. Poiars Baptista — Hospitais da Universidade de Coimbra.

Vogais efectivos:

Fernando Guerra Rodrigo — Hospital de Santa Maria.
António Pinto Soares — Hospitais Cíveis de Lisboa.
José Manuel Mesquita Guimarães — Hospital de São João.
Maria Helena Lacerda Costa — Hospitais Cíveis de Lisboa.

Vogais suplentes:

Fernando Manuel T. Canelas Silva — Hospitais Cíveis de Lisboa.
Luís Garcia e Silva — Hospital de Santa Maria.

Endocrinologia

Presidente — João Carlos Nunes Correia — Hospitais Cíveis de Lisboa.

Vogais efectivos:

Inácio Alexandre Salsedo Y Abad — Hospital Geral de Santo António.
Luís Sobrinho — Hospital Português de Oncologia, Centro de Lisboa.

Maria Liliana Guerreiro — Hospital de Egas Moniz.
Manuel Almeida Ruas — Hospitais da Universidade de Coimbra.

Vogais suplentes:

José Luís Medina Vieira — Hospital de São João.
Manuela Rebelo Carvalheiro — Hospitais da Universidade de Coimbra.

Estomatologia

Presidente — Teodoro Roque Bettencourt de Sousa — Hospital Geral de Santo António.

Vogais efectivos:

Carlos Alberto Sotto Almeida Portugal — Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil, Lisboa.
Álvaro Lourenço Bandeira — Hospitais Cíveis de Lisboa.
Maria Suzana Madeira Serrano — Hospital de São João.
José Andrade Branquinho de Carvalho — Hospitais da Universidade de Coimbra.

Vogais suplentes:

Maria Bárbara Rodrigues Centeno — Hospital de São João.
Henrique Fernando Carvalho Castelo Santos — Hospital Geral de Santo António.

Gastroenterologia

Presidente — Miguel Carneiro de Moura — Hospital de Santa Maria.

Vogais efectivos:

António Mário Cruz Pinto — Hospitais Cíveis de Lisboa.
António Luís Tomé Rocha Ribeiro — Hospital de São João.
Diniz Silva Freitas — Hospitais da Universidade de Coimbra.
Jorge Ribeiro Marques Freitas — Hospital Distrital de Setúbal.

Vogais suplentes:

Fausto Afonso Pontes — Hospitais da Universidade de Coimbra.
Francisco Carneiro Chaves — Hospital de São João.

Infecciologia

Presidente — Fernando Abreu Carvalho Araújo — Hospital de Santa Maria.

Vogais efectivos:

Henrique José Ferreira Lecourt Menezes — Hospital de São João.
Rui António Pereira Dias Sousa — Hospital de Santa Maria.
Rui Braga Carrington — Hospitais da Universidade de Coimbra.
Rui Mascarenhas Piroença — Hospitais Cíveis de Lisboa.

Vogais suplentes:

Alberto Matos Freitas Seabra — Hospital de São João.
Maria Regina Worn Alves Mendes — Hospital de Santa Maria.

Imuno-hemoterapia

Presidente — Benvindo Justiça — Hospital de Santo António.

Vogais efectivos:

Gabriel Pinto Tamagnini — Centro Hospitalar de Coimbra.
Hélder Augusto César Silva — Hospitais Cíveis de Lisboa.
Américo Martins Ferreira — Hospital de Egas Moniz.
Leopoldo Augusto Gomes Gonçalves — Hospital de São João.

Vogais suplentes:

Maria Natércia Torres Pereira — Hospitais Cíveis de Lisboa.
Raquel Parracho G. Pessoa Lopes — Hospitais da Universidade de Coimbra.

Medicina nuclear

Presidente — Manuel Alberto Gonçalves Macedo Pinto — Hospital de São João.

Vogais efectivos:

Edward Stadlin Limbert — Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil, Lisboa.

Luís Aires Botelho Moniz Sousa — Hospital de Pulido Valente.

Maria Emília Silvestre — Hospital de Santa Maria.
Mário Menezes Vilhena — Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil, Lisboa.

Vogais suplentes:

Maria do Rosário Vieira Baptista — Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil, Lisboa.
Mateus Alberto Martins Porta — Hospital de Santa Maria.

Nefrologia

Presidente — Serafim dos Santos Guimarães — Hospital Geral de Santo António.

Vogais efectivos:

Adelino Augusto Abreu Fernandes Marques — Hospitais da Universidade de Coimbra.
Mateus Alberto Rosa Martins Prata — Hospital de Santa Maria.
José António Ferreira Silva Fernandes — Hospital de São João.
Jaime Calheiros Moreira — Hospitais Cívicos de Lisboa.

Vogais suplentes:

João Carlos Leitão Ribeiro dos Santos — Hospitais Cívicos de Lisboa.
José Luís Dartout Reimão Pinto — Hospital de Santa Maria.

Neurocirurgia

Presidente — António Nogueira da Rocha Melo — Hospital Geral de Santo António.

Vogais efectivos:

Serafim A. França Paranhos Gomes — Hospital Geral de Santo António.
António Alberto Monteiro Trindade — Hospital de Santa Maria.
Francisco José Bento Soares — Centro Hospitalar de Coimbra.
Fernando Manuel Alves Maia Miguel — Hospitais Cívicos de Lisboa.

Vogais suplentes:

António Sousa Maia Gonçalves — Hospital de São João.
Manuel Rodrigues Martins — Hospital de Egas Moniz.

Neurorradiologia

Presidente — José Almeida Pinto — Hospital Geral de Santo António.

Vogais efectivos:

Jaime Francisco Cruz Maurício — Hospital de Egas Moniz.
Fernando Manuel Costa Reis — Hospitais Cívicos de Lisboa.
Francisco M. Santos Faria Pais — Centro Hospitalar de Coimbra.
Joaquim Ferreira Rodrigues Cruz — Hospital de São João.

Vogais suplentes:

José Rodrigues Sousa Fernandes — Hospitais da Universidade de Coimbra.
José Moreira Maia — Hospital Geral de Santo António.

Pneumotisiologia

Presidente — Manuel Freitas e Costa — Hospital de Santa Maria.

Vogais efectivos:

Ramiro Victorino Pereira G. Ávila — Hospital de Pulido Valente.
Manuel Fontes Baganha — Hospitais da Universidade de Coimbra.
António Júlio Martins Coelho — Hospital de São João.
Raul Amaral Marques — Hospital de Pulido Valente.

Vogais suplentes:

Manuel Tavares Sousa Coelho — Hospitais Cívicos de Lisboa.
Ibrazim Maulide — Hospital de Santa Maria.

Reumatologia

Presidente — António Augusto Lopes Vaz — Hospital de São João.

Vogais efectivos:

António Santos Castro — Hospitais Cívicos de Lisboa.
Joaquim Rodrigues Fonseca — Hospitais da Universidade de Coimbra.
Sara Maria Pires Freitas — Hospital de São João.
Mário Fernando Oliveira Viana Queirós — Hospital de Santa Maria.

Vogais suplentes:

Óscar Ferreira Rolão Candeias — Hospital de São João.
Licínio José Tavares Poças — Hospital de São João.

Nota. — O presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo vogal efectivo com mais antiguidade na categoria de chefe de serviço hospitalar. Em caso de igualdade, o substituto será aquele que tiver maior antiguidade na carreira.

1 — Nos termos do n.º 19 da secção vi da Port. 231/86, de 21-5, as provas serão realizadas no estabelecimento a que pertence o presidente do júri, devendo este solicitar aos respectivos órgãos de gestão hospitalar o necessário apoio administrativo.

2 — Por despacho da mesma data do director-geral dos Hospitais foi estabelecido, em conformidade com o n.º 4.1 da referida portaria, que o concurso na área profissional de cardiologia se realize por regiões hospitalares, segundo o esquema publicado no n.º 3 deste aviso.

3 — O esquema a que obedece a distribuição dos candidatos de cardiologia pelos júris é a seguinte:

Candidatos	Júris
a) Cardiologia:	
Lisboa	1
Coimbra	1
Porto	2

17-8-90 — A Inspectora Superior de Administração Hospitalar, Maria Cecília P. B. de Mendonça Veloso e Brito.

Comissão Inter-Hospitalar do Porto

Aviso. — Concurso regional de provimento para chefe de serviço de cardiologia. — Devidamente homologada por despacho de 13-8-90 da inspectora superior de Administração Hospitalar da Direcção-Geral dos Hospitais e de acordo com o n.º 50.º da Port. 231/86, de 21-5, publica-se a lista de classificação final do concurso supracitado, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 74, de 30-3-89:

Candidatos classificados:

- 1.º Dr. Adrião Eugénio Pinto da Fonseca — 15 valores.
- 2.º Dr. Augusto da Costa Pinho Ferreira de Oliveira — 14 valores.

Aviso. — Concurso regional de provimento para chefe de serviço de cirurgia geral. — Devidamente homologada por despacho de 13-8-90 da inspectora superior de Administração Hospitalar da Direcção-Geral dos Hospitais e de acordo com o n.º 50.º da Port. 231/86, de 21-5, publica-se a lista de classificação final do concurso supracitado, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 51, de 2-3-90:

Candidatos classificados:

Candidatos	Valores
1.º Dr. António Carlos Pereira Nunes da Ponte	17,36
2.º Dr. Manuel António Moutinho Ribeiro	16,82
3.º Dr. Armando Augusto Mota da Costa Cabral ...	16,68
4.º Dr. João Manuel Ramalho Baptista Pereira	15,53
5.º Dr. Adriano António Azevedo Pereira Magalhães	14,11
6.º Dr. Fernando António Carvalho Andrade	14,10
7.º Dr. Carlos Manuel Carvalho Santos	14,09
8.º Dr. José Alberto Gonçalves Cardoso	13,57
9.º Dr. Artur Manuel Oliveira Cabanelas	13,16
10.º Dr. Alberto Germano Pires Lopes	12,61
11.º Dr. António José Morais Paula Santos	12,53
12.º Dr. António José Macedo Garrido	11,83
13.º Dr. Fernando Matias Roque	11,42
14.º Dr. Manuel Reis Serra	11,08
15.º Dr. José Carlos Silva Teixeira de Sousa	10,99

20-8-90. — O Presidente, António Augusto Marques da Silva Paul.



Aviso. — Devidamente homologada por despacho de 16-8-90 do director geral dos Hospitais e de acordo com o n.º 50.º da Port. 231/86, de 21-5, publica-se a lista de classificação do concurso regional de provimento para chefe de serviço da carreira médica hospitalar da especialidade de nefrologia, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 43, de 20-2-90:

Candidatos classificados:

- 1.º Dr.ª Maria Alves Osório — 17,1 valores.
- 2.º Dr.ª Odete Mendes Almeida (a) — 16,7 valores.

(a) Para efeitos curriculares.

21-8-90. — O Presidente, *António Augusto Marques da Silva Paul.*

Rectificação. — Por ter saído com inexactidão rectifica-se o aviso publicado no DR, 2.ª, 188, de 16-8-90:
Onde se lê:

- 1.º Dr.ª Maria Luísa Gaspar Barbosa Leão Cabral Fernandes — 18 valores.

deve ler-se:

- 1.º Dr.ª Maria Luísa Gaspar Barbosa Leão Cabral Fernandes (a) — 18 valores.

21-8-90. — O Presidente, *António Augusto Marques da Silva Paul.*

Hospitais Cívicos de Lisboa

Conselho de directores

Por despachos do conselho de directores de 4-7-90 e do conselho de administração do Hospital de D. Estefânia de 30-7-90:

Clara Custódia do Couto Gaspar e Maria Teresa Pinto Silvestre Vieira Fétal, técnicas de fisioterapia de 1.ª classe do quadro dos Hospitais Cívicos de Lisboa — promovidas a técnicas de fisioterapia principais, escalão 0, índice 120, do quadro dos mesmos Hospitais, ficando exoneradas da anterior categoria a partir da data de aceitação.

Por despachos do conselho de directores de 4-7-90 e do conselho de administração do Hospital de Curry Cabral de 1-8-90:

Amélia Maria Fernandes Isabel Silva Borges, Laura Maria de Sá Torres, Maria Amélia Carmona Penedo e Olga Mercedes Ferreira Leão, técnicas de fisioterapia de 1.ª classe do quadro dos Hospitais Cívicos de Lisboa — promovidas a técnicas de fisioterapia principais, escalão 0, índice 120, do quadro dos mesmos Hospitais, ficando exoneradas da anterior categoria a partir da data de aceitação.

Por despachos do conselho de directores de 4-7-90 e do conselho de administração do Hospital de São José de 1-8-90:

Alice Sotero Marques Ricardo Trindade, técnica de fisioterapia de 1.ª classe do quadro dos Hospitais Cívicos de Lisboa — promovida a técnica de fisioterapia principal, escalão 0, índice 120, do quadro dos mesmos Hospitais, ficando exonerada da anterior categoria a partir da data de aceitação.

António José Alves Ferrajota Ramos, técnico de fisioterapia de 1.ª classe do quadro do Hospital de Egas Moniz — promovido a técnico de fisioterapia principal, escalão 0, índice 120, do quadro dos Hospitais Cívicos de Lisboa, ficando exonerado da anterior categoria a partir da data de aceitação.

Por despachos do conselho de directores de 4-7-90 e do conselho de administração do Hospital de Santo António dos Capuchos de 8-8-90:

Maria Dolores Ribeiro Marreiros e Maria Évora Cardeal, técnicas de fisioterapia de 1.ª classe do quadro dos Hospitais Cívicos de Lisboa — promovidas a técnicas de fisioterapia principais, escalão 0, índice 120, do quadro dos mesmos Hospitais, ficando exoneradas da anterior categoria a partir da data de aceitação.

Por despachos do conselho de directores de 4-7-90 e do conselho de administração do Hospital de Santa Marta de 10-8-90:

Maria de Lurdes Gertrudes Gaspar e Maria Margarida Martiniano Ferreira Sanches, técnicas de fisioterapia de 1.ª classe do quadro dos Hospitais Cívicos de Lisboa — promovidas a técnicas de fisioterapia principais, escalão 0, índice 120, do quadro dos mesmos Hospitais, ficando exoneradas da anterior categoria a partir da data de aceitação.

16-8-90. — O Administrador do Serviço Comum de Pessoal, *Domingos Nabais.*

Aviso. — Devidamente homologadas por despacho do conselho de directores de 9-8-90, abaixo se referem as datas e respectivas classificações finais do exame do internato complementar — época de Julho de 1990 — que confere aos referenciados o grau de especialista na respectiva área:

Anestesiologia

26-7-90:

	Valores
Dr. Celso dos Santos Barros	17,5
Dr. Francisco Lucas Maria de Matos	18,2
Dr.ª Maria Teresa Valadas de Lima Cenicante	17,1
Dr.ª Maria Teresa Pereira Rocha	17

Neurologia

1-8-90:

Dr. Luís António Medeiros Ramos	18
Dr.ª Maria do Céu Ferreira Jorge Branco	19
Dr. João Nuno Magalhães Coimbra	18
Dr. Jorge Carlos Silvério Machado	19

Patologia clínica

31-7-90:

Dr.ª Isabel Maria Viegas Galvão Casella	16,5
Dr. Orbelino António Araújo	12
Dr.ª Maria Helena Marques Ferreira Peres	18
Dr. José António Carvalho Rodrigues	17
Dr. Carlos Alberto Pina Simões	15
Dr.ª Pedrina de Lurdes Gomes de Sousa	18
Dr.ª Cecília Maria Figueira Monteiro	17
Dr.ª Maria João Coelho de Melo Cascais	18,5
Dr. José Francisco Ramos Cabaço	18

Pediatria médica

27-7-90:

Dr. Alex Leon Duarte Figueiredo	15,1
Dr. João Miguel de Sousa Falcão Estrada	18,5
Dr.ª Maria José do Carmo Fonseca	18,7
Dr. Raul do Carmo Teixeira Barbosa da Silva	16,1
Dr.ª Ana Maria Fernandes Serrão Neto	18,4
Dr.ª Isabel Maria Diogo Santos	18,5
Dr. Manuel Gonçalo Cordeiro Ferreira	19,4
Dr.ª Maria Eduarda Coutinho Dias Neves e Sousa	17,3
Dr. Mário António Correia Melo Coelho	18,2

Pneumologia

31-7-90:

Dr. Miguel Dias Pessoa de Araújo	19
Dr.ª Maria Teresa de Jesus Betencourt Pinto Nobre de Oliveira	18

17-8-90. — O Administrador do Serviço Comum de Pessoal, *Domingos Nabais.*

Aviso. — Concurso de provimento para chefe de serviço hospitalar de dermatologia. — Devidamente homologada por despacho da inspectora superior de Administração Hospitalar de 10-8-90 e de acordo com o n.º 50.º do Regulamento de Concursos de Habilitação e provimento para chefe de serviço hospitalar, aprovado pela Port. 231/86, de 21-5, torna-se pública a lista de classificação final do concurso em epígrafe, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 207, de 8-9-89:

- 1.º Dr. Hélder Martins Gonçalves — 16,3 valores.
- 2.º Dr. Armindo Pinto — 15,7 valores.

Nos termos da lei os candidatos dispõem de 10 dias, contados da data da presente publicação, para recorrer para o Ministro da Saúde.

17-8-90. — O Administrador do Serviço Comum de Pessoal, *Domingos Nabais.*

Hospital Distrital de Alcobaça

Por despacho do conselho de administração do Hospital Distrital de Alcobaça de 9-8-90:

Mário Henrique Gomes dos Santos, encarregado do sector — exonerado, a seu pedido, do exercício de funções com efeitos a partir de 3-9-90.

17-8-90. — A Administradora-Delegada, *Célia de Jesus Pina Pilão.*

Hospital Distrital de Anadia

Aviso. — Avisam-se os concorrentes ao concurso para enfermeiro do grau 2, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 68, de 22-3-90, que se encontra afixada no *placard* da Secção de Pessoal deste Hospital a lista de classificação final devidamente homologada pela comissão de delegados.

17-8-90. — O Administrador, *Fernando Augusto Paulo Neto*.

Hospital Distrital de Aveiro

Por despacho de 8-8-90 do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde:

Ana Maria Dinis Guimarães Martins Pereira, enfermeira do grau 1 do Instituto Português de Oncologia, Centro Regional do Porto — requisitada, por um ano, por urgente conveniência de serviço, neste Hospital. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

17-8-90. — O Director, *Carlos Manuel Simões Pereira*.

Hospital Distrital do Barreiro

Por despachos do conselho de administração de 30-7-90:

Autorizada a mudança de escalão dos seguintes enfermeiros:

Ana Maria Pereira Bravo Viriato, enfermeira do grau 1, 2.º escalão, letra H — de 15-3-87 a 30-9-89. A partir de 1-10-89 enfermeira do grau 1, 1.º escalão, índice 100.

Maria Manuela Martins Magalhães, enfermeira do grau 1, 1.º escalão, índice 100 — a partir de 14-1 até 11-6-90, data em que foi nomeada enfermeira graduada.

Natália das Graças Garcia Pereira, enfermeira do grau 1, 2.º escalão, índice 105 — a partir de 5-1-90.

Teresa de Jesus Gonçalves Palminha Damaso, enfermeira do grau 1, 1.º escalão, índice 100 — a partir de 4-1 até 11-6-90, data em que foi nomeada enfermeira graduada.

Maria da Conceição Soares de Oliveira Firme, enfermeira do grau 1, 1.º escalão, índice 100 — a partir de 7-1 até 11-6-90, data em que foi nomeada enfermeira graduada.

Maria Albertina Rego Brejo, enfermeira do grau 1, 1.º escalão, índice 100 — a partir de 2-1 até 11-6-90, data em que foi nomeada enfermeira graduada.

Anabela Carvalho Sequeira Pires, enfermeira do grau 1, 1.º escalão, índice 100 — a partir de 2-1 até 11-6-90, data em que foi nomeada enfermeira graduada.

Odete Felicidade Ferreira Carreiro Ferreira, enfermeira do grau 1, 2.º escalão, letra H — a partir de 27-4 até 30-9-89. A partir de 1-10-89, enfermeira de grau 1, 1.º escalão, índice 100.

Guilhermina de Freitas Duarte de Castro, enfermeira do grau 1, 2.º escalão, letra H — a partir de 27-1 até 30-9-89. A partir de 1-10-89, enfermeira de grau 1, 1.º escalão, índice 100.

Aurora Vidinha Malaquias de Matos, enfermeira do grau 1, 1.º escalão, índice 100 — a partir de 14-1 até 11-6-90, data em que foi nomeada enfermeira graduada.

Maria Celeste de Brito Ramos Assunção, enfermeira do grau 1, 1.º escalão, índice 100 — a partir de 2-1 até 11-6-90, data em que foi nomeada enfermeira graduada.

Alda Maria Leite de Medeiros, enfermeira do grau 1, 2.º escalão, índice 105 — a partir de 14-1-90.

Emanuel Amós dos Santos, enfermeiro do grau 1, 2.º escalão, letra H — a partir de 13-8 até 30-9-89. A partir de 1-10-89, enfermeiro do grau 1, 1.º escalão, índice 100.

(Isento de visto e anotação do TC.)

21-8-90. — A Administradora de 2.ª classe, *Cristina Almeida*.

Hospital Distrital de Cascais

Sandra Daniela Mendes Calado, Ivone Julieta Rodrigues Barbosa, Maria Elisa Mota Mendes, Maria Trindade Baptista Gouveia, auxiliares de acção médica de 3.ª classe e Henrique Manuel Limão Dâmaso, maqueiro de 3.ª classe com o vencimento mensal de 42 500\$ — contratados em regime de contrato administrativo de provimento. (Visto, TC, 2-8-90.)

10-8-90. — O Administrador-Delegado, *Luís Filipe de Cabedo*.

Hospital Distrital de Faro

Por despacho de 16-8-90 do conselho de administração deste Hospital:

Bertrand Benjamin Brás, assistente de ortopedia do quadro deste Hospital — autorizado a passar ao regime de dedicação exclusiva com o horário de 42 horas semanais a partir de 1-9-90. (Não carece de fiscalização do TC.)

20-8-90. — O Administrador Hospitalar, *Victor M. G. Ribeiro Paulo*.

Hospital Distrital do Fundão

Aviso. — Por despacho da comissão de delegados de 3-8-90, foi homologada a lista de classificação final do concurso interno para preenchimento de uma vaga de enfermeiro especialista (área de reabilitação) do quadro de pessoal deste Hospital, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 57, de 9-3-90.

Após a publicação do presente aviso no *DR*, será a mesma afixada no *placard* existente no *hall* de entrada deste Hospital.

Da mesma cabe recurso a ser interposto, nos termos do art. 34.º, conjugado com o estabelecido no art. 24.º, n.º 3, do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

8-8-90. — A Administradora, *Ana Paula Pereira Gonçalves*.

Rectificação. — Por ter saído com inexactidão a publicação inserida no *DR*, 2.ª, 139, de 19-6-90, rectifica-se que onde se lê:

Maria Adelaide Morgado Ferreira, enfermeira-supervisora da Escola de Enfermagem da Guarda.

deve ler-se:

Maria Adelaide Morgado Ferreira, enfermeira-directora da Escola Superior de Enfermagem da Guarda.

17-8-90. — A Administradora, *Ana Paula Pereira Gonçalves*.

Hospital Distrital da Guarda

Rectificação. — Por ter saído com inexactidão a publicação inserida no *DR*, 2.ª, 189, de 17-8-90, a p. 9232, rectifica-se que onde se lê:

Vogais suplentes:

Manuel Gonçalves Brigas, primeiro-oficial do Hospital Distrital da Guarda.

Maria de Lurdes da Conceição Lopes Domingues, primeiro-oficial do Hospital Distrital da Guarda.

deve ler-se:

Vogais efectivos:

Manuel Gonçalves Brigas, primeiro-oficial do Hospital Distrital da Guarda.

Maria de Lurdes da Conceição Lopes Domingues, primeiro-oficial do Hospital Distrital da Guarda.

20-8-90. — O Director do Hospital, *José António Valério do Couto*.

Hospital Distrital de Leiria

Por despacho do conselho de administração do Hospital Distrital de Leiria de 21-8-90:

Ivone Ferreira Teófilo, enfermeira graduada do grau 2 do Centro Hospitalar das Caldas da Rainha — nomeada enfermeira especialista do grau 3 (área de enfermaria de saúde infantil e pediátrica) do Hospital Distrital de Leiria, ficando exonerada das funções que ocupa a partir da data de aceitação da nomeação neste Hospital.

21-8-90. — O Enfermeiro-Director, *António Augusto Figueiredo Lebreiro*.

Hospital Distrital de Matosinhos

Dr. Adrião Eugénio Pinto da Fonseca e Dr. Manuel Bento Amorim Machado — nomeados adjuntos do director clínico, com efeitos a partir de 28-5-90. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

16-8-90. — O Administrador-Delegado, *A. Dias Alves*.

Hospital Distrital de Ovar

Por deliberação do conselho de administração do Hospital Distrital de Ovar de 14-8-90:

Maria da Luz Martins de Pêra Macias Alonso, enfermeira graduada, 1.º escalão — transita para o 2.º escalão com efeitos a partir de 1-11-89.

20-8-90. — O Director do Hospital, *Fernando Teixeira Dias Pa-dão*.

Hospital Distrital de Pombal

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde de 8-8-90:

José da Silva Monteiro, enfermeiro graduado — autorizada a prorrogação do regime de tempo completo prolongado pelo período de um ano. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

20-8-90. — O Director, *Manuel Carlos Júnior*.

Hospital Distrital de Portalegre

Aviso. — Para conhecimento dos interessados faz-se público que a lista provisória dos candidatos admitidos ao concurso para provimento de três lugares de assistente de pediatria, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 157, de 10-7-90, se encontra afixada no Serviço de Pessoal, Hospital Distrital de Portalegre, onde pode ser consultada.

16-8-90. — O Presidente do Júri, *António Jaime Correia Azedo*.

Hospital Distrital de Portimão

Rectificação/Declaração. — Para os devidos efeitos se rectificam as declarações publicadas nos *DR*, 2.ª, 16, p. 595, de 19-1-90, e 27, p. 1125, de 1-2-90, sobre o reposicionamento dos candidatos na lista classificativa homologada por despacho do conselho de administração deste Hospital em 21-9-89, referente ao concurso externo de ingresso para enfermeiro de grau 1, publicado no *DR*, 2.ª, 148, p. 6473, de 30-6-89, passando a ter a seguinte redacção:

Para os devidos efeitos se declara que os candidatos Adélia da Assunção Lopes, classificada em 1.º lugar; Fernando Manuel Rodrigues Aleixo, classificada em 2.º lugar; Rita Guilhermina Oliveira Martins, classificada em 3.º lugar; Maria Helena Teófilo Madeira Aleixo, classificada em 4.º lugar; António Ricardo Lino Diogo, classificada em 5.º lugar; Anabela Ramos Carolino Marques Pinto, classificada em 6.º lugar; Bento Augusto Grade Monteiro, classificada em 8.º lugar; Maria Cristina Martins Vaz de Castro Laboreiro, classificada em 9.º lugar; Carlota dos Anjos Mendes Gião, classificada em 10.º lugar; Maria de Fátima Neves de Barros, classificada em 12.º lugar e Mariana Augusta Mata Santos Caeiro, classificada em 13.º lugar, foram por esta ordem reposicionados no fim da lista de classificação final, por terem recusado ser providos no lugar a que tinham direito tendo, por consequência, a candidata classificada em 7.º lugar Maria Elena Noriega Pinto Machado Gomes Moutinho, sido reposicionada em 1.º lugar; a candidata classificada em 11.º lugar Maria Leonor Figueiredo Marques Luís, sido reposicionada em 2.º lugar; a candidata classificada em 14.º lugar Maria Manuela Medronho Andrez, sido reposicionada em 3.º lugar; a candidata classificada em 15.º lugar Isabel Maria Filipe Sousa Glória Tempera, sido reposicionada em 4.º lugar; a candidata classificada em 16.º lugar Cecília Cândida Rodrigues Correia, sido reposicionada em 5.º lugar; a candidata classificada em 17.º lugar Maria do Rosário Lourenço, sido reposicionada em 6.º lugar; a candidata classificada em 18.º lugar, Ana Paula Fernandes Oliveira Albino Rijo, sido reposicionada em 7.º lugar; a candidata classificada em 19.º lugar Maria da Graça Martins Consciência, sido reposicionada em 8.º lugar; a candidata classificada em 20.º lugar Maria Manuel Raposo Pereira, sido reposicionada em 9.º lugar, da referida lista de classificação final a que se vem fazendo referência.

21-8-90. — O Administrador-Delegado, *José do Carmo Correia Martins*.

Hospital Distrital de Santiago do Cacém

Aviso. — Nos termos do n.º 3 do art. 34.º do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, torna-se público que se encontra afixada, a partir da data da publicação deste aviso no *DR*, no *placard* do Serviço de Pessoal, a lista de transição para a nova estrutura salarial, referente à carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica.

Da integração cabe reclamação a efectuar no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste aviso.

Aviso. — Nos termos do n.º 3 do art. 34.º do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, torna-se público que se encontra afixada, a partir da data da publicação deste aviso no *DR*, no *placard* do Serviço de Pessoal, a lista de transição para a nova estrutura salarial, referente à carreira médica.

Da integração cabe reclamação a efectuar no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste aviso.

13-8-90. — A Directora, *Ana Maria Malvar Trindade Barardo Ribeiro*.

Hospital Distrital de Viana do Castelo

Por despacho do administrador-delegado de 11-6-90, por sub-delegação:

Manuel Teixeira da Silva, mecânico de 2.ª classe — nomeado, precedendo concurso, para a categoria de motorista de ligeiros de 2.ª classe, ficando exonerado do anterior cargo, com efeitos a partir da data da aceitação do lugar. (Visto, TC, 2-8-90.)

13-8-90. — O Administrador-Delegado, *Fernando M. Marques*.

Por despacho do administrador-delegado de 16-8-90:

Alfredo Lopes Fernandes, enfermeiro do grau 1, 2.º escalão — autorizada a progressão na carreira ao 3.º escalão, com efeitos a partir de 20-9-89. (Não está sujeito a visto ou anotação do TC.)

17-8-90. — O Administrador-Delegado, *Fernando M. Marques*.

Aviso. — 1 — Nos termos do Dec. Reg. 29/81, de 24-6, e dos Decs.-Leis 265/88, de 28-7, 498/88, de 30-12, e 123/89, 14-4, torna-se público que, por despacho do conselho de administração de 13-8-90, se encontra aberto concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de técnico superior de saúde de 1.ª classe (ramo farmacêutico).

2 — Prazo de candidatura — o prazo para apresentação das candidaturas é de 15 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *DR*.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido exclusivamente para o preenchimento do lugar.

4 — Método de selecção — avaliação curricular.

5 — Funções a desempenhar — as inerentes ao lugar a prover.

6 — O vencimento é o correspondente à categoria e escalão de vencimento do novo sistema retributivo da função pública.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Os requisitos gerais — os previstos no art. 22.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

7.2 — Requisitos especiais — ser técnico superior de saúde de 2.ª classe (ramo farmacêutico) com, pelo menos, três anos de bom e efectivo serviço na categoria.

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — Os candidatos deverão solicitar a admissão ao concurso mediante requerimento dirigido ao conselho de administração do Hospital Distrital de Viana do Castelo, podendo ser entregue pessoalmente no Serviço de Pessoal ou remetido pelo correio com aviso de recepção, expédido até ao termo do prazo fixado, devendo constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);
- Categoria profissional, serviço a que pertence e natureza do vínculo;
- Identificação do concurso, mediante referência ao número, data e página do *DR* em que o presente aviso vem publicado;
- Menção do número de documentos que acompanham o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
- Quaisquer outros elementos que os candidatos reputem de interesse para apreciação do seu mérito ou susceptíveis de constituírem motivo de preferência legal, devidamente comprovados.

8.2 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Certificados de habilitações literárias e profissionais;
- b) Documento comprovativo do tempo de serviço na categoria e classificação de serviço referente aos últimos três anos;
- c) Certidão comprovativa dos requisitos gerais passada pelo estabelecimento ou serviço onde se encontra vinculado.

8.3 — Os candidatos funcionários deste Hospital estão dispensados da apresentação dos documentos referidos no n.º 8.2 desde que constem do seu processo individual.

9 — O júri do presente concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Dr. Manuel Martins Borlido Laranjo, director clínico do Hospital Distrital de Viana de Castelo.

Vogais efectivos:

Dr.ª Lisete Fernandes dos Santos Pereira Osório de Araújo, técnica superior principal do Hospital de São Marcos (Braga).

Dr.ª Maria Helena Nogueira da Costa Santos, técnica superior principal do Hospital Distrital de Vila Nova de Famalicão.

Vogais suplentes:

Dr.ª Margarida Marília Teixeira Gomes Meireles, técnica superior de saúde de 1.ª classe do Centro Hospitalar de Vale do Sousa.

Dr.ª Rosa Armandina dos Santos Lopes Martins de Campos Pontes, técnica superior de saúde de 1.ª classe do Hospital de Santo Tirso.

10 — O primeiro vogal efectivo substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

16-8-90. — O Administrador-Delegado, *Fernando M. Marques*.

Hospital Distrital de Vila Nova de Famalicão

Aviso. — Para conhecimento dos interessados torna-se público que a lista de classificação dos candidatos admitidos ao concurso interno de ingresso na categoria de terceiro-oficial, homologada por despacho do conselho de administração de 20-8-90, se encontra afixada no placard do Serviço de Pessoal deste Hospital.

Os candidatos dispõem de 10 dias a contar da data da publicação deste aviso no *DR* para interpor recurso ou reclamação.

20-8-90. — O Administrador-Delegado, *Nuno Valença Pinto Ferreira*.

Hospital Distrital de Vila Real

Aviso. — A lista provisória dos candidatos admitidos ao concurso interno de acesso para enfermeiro especialista do grau 3, área de enfermagem médico-cirúrgica do Hospital Distrital de Vila Real, cujo aviso de abertura foi publicado no *DR*, 2.ª, 159, de 12-7-90, encontra-se afixada no Serviço de Pessoal deste Hospital a partir da data da publicação deste aviso no *DR*.

20-8-90. — O Presidente do Conselho de Administração, *António Passos Coelho*.

Hospital Distrital de Viseu

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde de 18-7-90:

Alzira Rosa Gomes Lopes, auxiliar de acção médica do quadro do Hospital Distrital de São João da Madeira — autorizada a sua transferência para idêntico lugar do quadro de pessoal do Hospital Distrital de Viseu. (Isento de visto do TC.)

14-8-90. — O Presidente do Conselho de Administração, (*Assinatura ilegível*).

Centro de Saúde Mental do Barreiro/Montijo

Rectificação. — Por ter saído com inexactidão no *DR*, 2.ª, 158, de 11-7-90, rectifica-se que onde se lê:

Carlos José Duarte Henriques, enfermeiro especializado — celebrado contrato de trabalho, a termo certo, pelo período de um ano.

deve ler-se:

Carlos José Duarte Henriques, enfermeiro especializado — celebrado contrato de trabalho, a termo certo, ao abrigo do n.º 3 do art. 14.º e do n.º 2 do art. 37.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, pelo período de um ano.

22-8-90. — O Vogal da Comissão Instaladora, *Armando Francisco Nabais*.

Centro de Saúde Mental da Guarda

Aviso. — Nos termos do art. 58.º do Dec.-Lei 73/90, de 6-3, torna-se público que se encontra afixada na Secretaria do Centro de Saúde Mental, a partir da data da publicação deste aviso no *DR*, a lista nominativa de transição e integração para as categorias da carreira médica hospitalar.

Da referida lista cabe reclamação, no prazo de 15 dias a contar da publicação deste aviso no *DR*, de harmonia com o disposto no art. 34.º do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10.

10-8-90. — Pela Comissão Instaladora, o Vogal, *Abel das Neves Soares*.

Centro de Saúde Mental de Lisboa/Oeiras

Aviso. — 1 — Por despacho de 6-6-90 do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, por delegação, faz-se público que, nos termos dos Decs.-Leis 498/88, de 30-12, 265/88, de 28-7, e 427/89, de 7-12, se encontra aberto concurso interno geral de ingresso para preenchimento de dois lugares vagos de técnico superior de 2.ª classe (área de psicologia) do mapa de pessoal deste Centro, aprovado pela Port. 145/89, de 28-2, a que corresponde ao escalão 0, índice 355, da tabela de vencimentos da função pública.

2 — O concurso é válido para as vagas postas a concurso e para as que vierem a ocorrer no prazo de dois anos.

3 — O local de trabalho situa-se no Centro de Saúde Mental Lisboa/Oeiras, cujo âmbito é definido pela sua área de intervenção.

4 — Conteúdo funcional — as funções inerentes à categoria a prover.

5 — Requisitos de admissão ao concurso:

5.1 — Requisitos gerais — os constantes do art. 22.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

5.2 — Requisitos especiais — ter vínculo à função pública e possuir licenciatura em Psicologia.

5.2.1 — Consideradas as características de funcionamento deste Centro será dada preferência aos candidatos que possuam experiência pessoal na área da saúde mental, nomeadamente de trabalho clínico desenvolvido em equipa multidisciplinar.

6 — Características do concurso:

6.1 — Prazo de candidatura — o prazo para apresentação das candidaturas é de 15 dias a contar da data de publicação deste aviso no *DR*.

6.2 — Método de selecção — avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

7 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento em papel azul ou branco (Dec.-Lei 2/88, de 14-1) dirigido à comissão instaladora do Centro de Saúde Mental Lisboa/Oeiras, Calçada da Tapada, 155, 1300 Lisboa, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ser enviado pelo correio, sob registo, o qual se considera apresentado dentro do prazo desde que tenha sido expedido até ao termo do prazo fixado.

8 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, incluindo código postal e telefone);
- b) As funções que exerce, categoria e instituição onde se encontra colocado;
- c) Habilitações literárias;
- d) Identificação do concurso, mediante referência ao número e data do *DR*, onde se encontra publicado o respectivo aviso de abertura, e categoria a que concorre;
- e) Quaisquer outras indicações julgadas necessárias para melhor esclarecimento.

9 — Os requerimentos devem ser obrigatoriamente acompanhados da seguinte documentação:

- a) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- b) Declaração do serviço ou organismo de origem em que conste a categoria do candidato, natureza do vínculo e antiguidade

- na categoria, na carreira e na função pública e classificação de serviço;
- c) Currículo pessoal detalhado (três exemplares);
- d) Declaração emitida pelo serviço onde exerce funções, da qual conste a descrição das tarefas e responsabilidades inerentes ao lugar que ocupa.

10 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Dr. Manuel Saldanha Alves de Azevedo, chefe de serviço e presidente da comissão instaladora do Centro de Saúde Mental Lisboa/Oeiras.

Vogais efectivos:

Dr. Álvaro Andrade de Carvalho, assistente do Centro de Saúde Mental Lisboa/Oeiras, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Dr.ª Maria Alice Antunes Gameiro Cardoso, assistente graduada do Centro de Saúde Mental Lisboa/Oeiras.

Vogais suplentes:

Dr. Eduardo Alberto Marques Martins, assistente do Centro de Saúde Mental Lisboa/Oeiras.

Dr.ª Maria Elisabete Fonseca Gonçalves Soares, assistente do Centro de Saúde Mental Lisboa/Oeiras.

16-8-90. — O Presidente das Comissão Instaladora, *Manuel Saldanha Alves de Azevedo*.

Rectificação. — Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *DR*, 2.ª, 164, de 18-7-90, p. 7985, de novo se publica o seguinte:

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde de 8-6-90:

Prof. Dr. José Miguel Barros Caldas de Almeida, assistente graduado do Hospital de Miguel Bombarda — autorizada a nomeação em comissão de serviço extraordinária para o Centro de Saúde Mental de Lisboa/Oeiras, por urgente conveniência de serviço.

Por despachos do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde de 20-7-90:

Armando Carvalho Pinto e Glória Maria Marques Afonso Esteves, enfermeiros do grau 1 do Hospital de Miguel Bombarda — autorizada a nomeação em comissão de serviço extraordinária para o Centro de Saúde Mental de Lisboa/Oeiras, por urgente conveniência de serviço.

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde de 2-5-90:

Maria Helena dos Santos Jorge Galvão Vaz, primeiro-oficial do Departamento de Recursos Humanos da Saúde — autorizada a nomeação em comissão de serviço extraordinária a partir de 21-5-90, para o Centro de Saúde Mental de Lisboa/Oeiras, por urgente conveniência de serviço.

(Não carecem de fiscalização prévia do TC.)

8-8-90. — O Presidente da Comissão Instaladora, *Manuel Saldanha Alves de Azevedo*.

Centro de Saúde Mental de Penafiel

Rectificação. — Por ter sido publicado sem o acompanhamento dos temas para a prova escrita no *DR*, 2.ª, 187, de 14-8-90, p. 9114, rectifica-se o aviso de publicação da lista nominativa definitiva dos candidatos admitidos ao concurso, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 100, de 2-5-90, para o acesso a enfermeiro graduado deste Centro, que se encontra afixada no Hospital Psiquiátrico de Travanca, onde poderá ser consultada, dentro do horário normal de expediente.

A prova escrita terá lugar no Hospital Psiquiátrico de Travanca em data e hora a marcar pelo júri logo após esta publicação, oportunamente comunicada aos candidatos, sendo a mesma a realizar sobre um tema de entre os seguintes:

- N.º 1 — *Diabetes mellitus*.
- N.º 2 — Afecções cardíacas.
- N.º 3 — Traumatismo crânio-encefálico.
- N.º 4 — O alcoolismo.
- N.º 5 — A tuberculose.
- N.º 6 — Afecções psico-neurológicas (AVC).
- N.º 7 — Bronquite crónica.
- N.º 8 — O carcinoma do cólon e do recto.

- N.º 9 — Abdómen agudo.
- N.º 10 — Afecções do esófago.
- N.º 11 — Queimaduras.
- N.º 12 — Fractura do fémur.

O desenvolvimento dos temas será fixado em local público no Hospital Psiquiátrico de Travanca.

20-8-90. — Pela Comissão Instaladora, *Justino Ferraz Dias*.

Centro de Saúde Mental de Vila Real

Aviso. — A lista provisória dos candidatos admitidos ao concurso interno de acesso para enfermeiro-chefe do grau 3, área de enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica do Centro de Saúde Mental de Vila Real, cujo aviso de abertura foi publicado no *DR*, 2.ª, 157, de 10-7-90, encontra-se afixada no Serviço de Pessoal deste Centro, a partir da data de publicação deste aviso no *DR*.

21-8-90. — O Presidente da Comissão Instaladora, *Edgar Manuel Martins Ribeiro*.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

Inspecção-Geral do Trabalho

Repartição de Administração Geral

Aviso. — Nos termos e para os efeitos do art. 34.º, em especial dos seus n.ºs 3 e 4, do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, avisam-se os interessados de que a lista rectificadora, de transições para a nova estrutura salarial, aprovada pelo referido diploma legal do pessoal em serviço na Delegação de Setúbal, encontra-se afixada neste organismo.

20-8-90. — O Inspector-Geral, *Mário da Costa Abrantes*.

SECRETARIA DE ESTADO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Instituto do Emprego e Formação Profissional

Aviso. — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informa-se o candidato ao concurso para a categoria de inspector-assessor principal do quadro de pessoal do Instituto do Emprego e Formação Profissional, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 129, de 5-6-90, de que a lista de classificação final, homologada pelo director do Departamento de Recursos Humanos em 9-8-90, no uso da competência delegada, publicada no *DR*, 2.ª, 115, de 19-5-89, se encontra afixada nos locais próprios dos serviços centrais e das delegações regionais do mesmo Instituto, a partir da data desta publicação.

14-8-90. — A Presidente do Júri, *Maria Gertrudes Marques Gaspar Pascoalinho*.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL

Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral de Calouste Gulbenkian

Aviso. — 1 — Faz-se público que, por despacho do director de 3-8-90, no uso de poderes subdelegados e nos termos do Regulamento dos Concursos da Carreira de Enfermagem do Ministério da Saúde, aprovado pelo Desp. 11/87, de 13-6, publicado no *DR*, 2.ª, 209, de 11-9-87, conjugado com os Decs.-Leis 178/85, de 23-5, e 134/87, de 17-3, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias contados da publicação deste aviso no *DR*, concurso interno de ingresso para provimento de um lugar vago na categoria de enfermeiro do grau 1, bem como para as vagas que vierem a ocorrer durante a sua vigência, do quadro deste Centro.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido por dois anos contados a partir da data da publicação da lista de classificação final no *DR*.

3 — Conteúdo funcional — compete ao enfermeiro do grau 1 as funções descritas no art. 3.º do Dec.-Lei 178/85, de 23-5.

4 — Vencimento, condições e local de trabalho:

4.1 — O vencimento é o correspondente aos índices 88 a 140 do novo sistema retributivo da função pública, aplicado ao pessoal da carreira de enfermagem pelo Dec.-Lei 34/90, de 24-1, e as condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para o pessoal da Administração Central.

4.2 — O local de trabalho é na Avenida da Rainha D. Amélia, Lisboa.

5 — Requisitos de admissão ao concurso:

5.1 — Requisitos gerais:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter cumprido os deveres militares ou serviço cívico, quando obrigatório;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

5.2 — Requisitos especiais:

- a) Ser funcionário ou agente;
- b) Estar habilitado com o curso de enfermagem geral ou equivalente legal.

6 — Método de selecção — avaliação curricular, nos termos do art. 33.º do Regulamento dos concursos referido no n.º 1 deste aviso.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao director do Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral de Calouste Gulbenkian, Avenida da Rainha D. Amélia, 1600 Lisboa, e entregue na Secção de Expediente Geral do mesmo Centro, durante as horas normais de expediente, ou expedido pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso.

7.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do requerente (nome, filiação, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, incluindo código postal e telefone);
- b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o requerente pertence;
- c) Pedido para ser admitido ao concurso, com identificação do mesmo, mediante referência ao número, data e página do DR onde se encontra publicado o presente aviso;
- d) Menção dos documentos que acompanham o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
- e) Quaisquer outros elementos que os candidatos reputem susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal.

7.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) Fotocópia notarialmente reconhecida do diploma do curso de enfermagem geral ou equivalente legal devidamente registado ou, quando legalmente possível, fotocópia notarialmente reconhecida da certidão do curso, também devidamente registada;
- b) Documento comprovativo da classificação do curso de enfermagem geral ou equivalente legal, sempre que a classificação seja omissa nos documentos referidos na al. a);
- c) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- d) Documento comprovativo do tempo de exercício profissional;
- e) Documento comprovativo da qualidade de funcionário ou agente da Administração Pública;
- f) Documento comprovativo de curso ou cursos de enfermagem pós-básicos, se for caso disso;
- g) Quatro exemplares do *curriculum vitae*.

8 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

9 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal.

10 — O júri terá a seguinte constituição:

Presidente — Maria da Piedade Talone Cordeiro de Sousa, técnica de enfermagem do Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral de Calouste Gulbenkian.

Vogais efectivos:

Maria Regina Natália Jorge Rodrigues, enfermeira-directora dos Recolhimentos da Capital, substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Maria Irene Mendes Pessegueiro Domingues, enfermeira especialista dos Recolhimentos da Capital.

Vogais suplentes:

Maria Pereira Janeiro, enfermeira-chefe do Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral de Calouste Gulbenkian.
Maria da Glória Mesquita Maia, enfermeira graduada da Mansão de Santa Maria de Marvila.

16-8-90. — O Director, *António Luís de Almeida Ribeiro*.

Centro Regional de Segurança Social de Castelo Branco

Por despacho do conselho directivo de 6-7-90:

Maria da Piedade Fragueiro Morão Salvado, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, em regime de comissão de serviço da Administração Regional de Saúde de Castelo Branco — nomeada provisoriamente no cargo de terceiro-oficial após realização de concurso público. (Visto, TC, 1-8-90. São devidos emolumentos.)

10-8-90. — O Conselho Directivo, (*Assinatura ilegível*).

Centro Regional de Segurança Social de Viana do Castelo

Declaração. — O conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social de Viana do Castelo, por deliberação de 7-8-90 e no uso das competências previstas no art. 12.º do Dec.-Lei 136/83, de 21-3, e das dos directores gerais, previstas no art. 11.º do Dec.-Lei 323/89, de 26-9, atribuídas pelo Desp. 6/SESS/90, publicado no DR, 2.ª, 40, de 16-2, e do art. 21.º do já citado Dec.-Lei 136/83, bem como do art. 35.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, e do n.º 8 do art. 6.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, deliberou:

Nomear em técnicas principais da carreira de serviço social as técnicas de 1.ª classe da carreira de serviço social Balbina Maria Carvalho Fernandes e Maria de Lurdes Gonçalves Rodrigues.

Há cabimento orçamental para o efeito nas rubricas 621.02.01 e 621.02.02. Despesas com pessoal.

Serão exoneradas das categoria de técnicas de 1.ª classe da carreira de serviço social com efeitos a partir da data de aceitação de nomeação no novo lugar.

Nos termos e para efeito da al. b) do art. 14.º da Lei 86/89, de 8-9, conjugado com a resolução do TC, publicada no DR, 2.ª, 292/89, de 21-12, o presente despacho fica excluído do âmbito de fiscalização prévia.

Declaração. — O conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social de Viana do Castelo, por deliberação de 1-8-90 e no uso das competências previstas no art. 12.º do Dec.-Lei 136/83, de 21-3, e das dos directores gerais, previstas no Dec.-Lei 323/89, de 26-9, atribuídas pelo Secretário de Estado, Desp. 6/SESS/90, publicado no DR, 2.ª, 40, de 16-2, deliberou:

Nomear em técnicas adjuntas especialistas da carreira de serviço social as técnicas adjuntas principais Estela Ivone Valente Correia Vieira Fernandes e Maria Alberta da Conceição Ferreira Carmo da Cruz, nos termos do já citado art. 12.º do Dec.-Lei 136/83, e do art. 21.º do mesmo diploma, do art. 35.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, e do n.º 8 do art. 6.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12.

Há cabimento orçamental para o efeito nas rubricas 621.02.01 e 621.02.02. Despesas com pessoal.

Serão exoneradas da categoria de técnicas adjuntas principais da carreira de serviço social com efeitos a partir da data de aceitação de nomeação no novo lugar.

Nos termos e para efeito da al. b) do art. 14.º da Lei 86/89, de 8-9, conjugado com a resolução do TC, publicada no DR, 2.ª, 292, de 21-12-89, o presente despacho fica excluído do âmbito de fiscalização prévia.

16-8-90. — O Presidente do Conselho Directivo, (*Assinatura ilegível*.)

Rectificação. — Por ter sido indevidamente publicado no DR, 2.ª, 123, de 29-5-90, p. 5752, o aviso de rectificação declara-se o mesmo nulo e de nenhum efeito.

14-8-90. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, (*Assinatura ilegível*.)

CASA PIA DE LISBOA

Por meus despachos de 16-8-90:

Ana Cristina Fernandes Silva, professora da Casa Pia de Lisboa — autorizada a integração no 2.º escalão, letra I, a contar de 4-1-87.

Maria Manuela Fernandes de Magalhães Sousa, técnica de 1.ª classe (carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica) — autorizada a ser abonada do vencimento de exercício que perdeu, por motivo de doença, nos períodos de 18 a 31-3 e de 1 a 16-4-90 na importância de 14 051\$.

(Não carecem de visto nem de anotação do TC.)

20-8-90. — O Provedor, *Luís Manuel Martins Rebelo*.

Por meu despacho de 22-8-90:

Marília Espada Figueiredo Silva Paula — promovida, mediante concurso, à categoria de primeiro-oficial do quadro de pessoal da Casa Pia de Lisboa. (Isento de visto do TC.)

23-8-90. — O Provedor, *Luís Manuel Martins Rebelo*.

SERVIÇO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

Ana Maria Moniz Alfaro Cardoso — contratada para, em regime de contrato de trabalho a termo certo, desempenhar funções correspondentes a chefe de secção, com a remuneração mensal de 106 200\$, correspondente ao escalão 0, índice 300, do novo sistema retributivo da função pública. Este contrato foi celebrado pelo prazo de um ano sujeito às disposições que lhe são aplicáveis contidas no art. 20.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, e produz efeitos a partir da data da concessão do visto do TC. (Visto, TC, 16-8-90. São devidos emolumentos.)

17-8-90. — O Director do Serviço Administrativo, (*Assinatura ilegível*.)

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE FERREIRA DO ALENTEJO

Anúncio. — Faz-se saber que nos autos de processo comum singular 47/89, a correr seus termos na única Secção de Processos do Tribunal Judicial da Comarca de Ferreira do Alentejo, que o Ministério Público move contra Dulce de Jesus Prazeres Lopes, casada, doméstica, nascida em 8-11-58, na freguesia de Assunção, concelho de Arronches, filha de José António da Silva Lopes e de Inácia dos Prazeres Duarte, actualmente em parte incerta e com última residência conhecida na Rua do Dr. Brito Camacho, 3, Rio de Moinhos, Aljustrel, por haver cometido um crime de furto previsto e punido pelos arts. 296.º, 297.º, n.º 1, al. e), do Código Penal, com o limite estabelecido nos termos do art. 16.º, n.º 4, do Código de Processo Penal, foi a referida arguida declarada contumaz, ao abrigo do disposto no art. 336.º do Código de Processo Penal, por despacho de 5-7-90, com os seguintes efeitos: suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção da arguida; a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida após a presente declaração e a proibição da mesma obter, junto de quaisquer serviços da Administração Pública, Central, Regional e Local, nomeadamente consulares, certidões, registos, passaporte, carta de condução ou outros documentos (art. 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.)

9-7-90. — O Juiz de Direito, *António da Costa Fernandes*. — O Escrivão de Direito, *Abílio Rosa Craveiro*.

ESCOLA NAVAL

Aviso. — *Processo disciplinar.* — Para os devidos efeitos, torna-se público, em cumprimento do n.º 2 do art. 59.º do Dec.-Lei 24/84, de 16-1, que se encontra pendente um processo disciplinar contra o operário de 1.ª classe António Alberto Rosa da Silva, o qual deverá apresentar a sua defesa num prazo de 45 dias, contados a partir da data da publicação deste aviso.

16-8-90. — O Comandante, *José Manuel Teles Pereira Germano*, contra-almirante.

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Desp. 138/90. — Designo, nos termos das als. a), b) e c) do n.º 1 e do n.º 2 do art. 12.º do Dec.-Lei 388/70, de 18-8, para fazerem parte do júri de provas de doutoramento no ramo de Ciências Agrárias, especialidade de Edafologia, requeridas pelo licenciado Dr. Jorge Alberto Vieira Ferraz Pinheiro:

Presidente — Reitor da Universidade dos Açores.
Vogais:

Engenheiro Rui Pinto Ricardo, professor catedrático do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutora Maria Luísa Tejedor Salguero, professora catedrática da Faculdade de Biologia da Universidade de La Laguna.

Doutor António Augusto Guerra Réfega, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Doutor Edgar da Conceição e Sousa, professor catedrático do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor António Rodríguez Rodríguez, professor titular da Faculdade de Biologia da Universidade de La Laguna.

9-8-90. — O Reitor, *António Machado Pires*.

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Por despacho de 23-7-90 do reitor da Universidade do Algarve:

Doutor Alberto Luís de Carvalho Lagoa — contratado como professor auxiliar além do quadro da Universidade do Algarve, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 1-8-90, pelo período de cinco anos. (Visto, TC, 10-8-90. São devidos emolumentos.)

20-8-90. — O Administrador, *J. Salavessa Belo*.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Secretaria-Geral

Direcção dos Serviços Administrativos

Por despacho de 14-8-90 do reitor da Universidade de Coimbra:

Designados os seguintes professores para fazerem parte do júri do concurso para professor associado do 4.º grupo Medicina Preventiva e Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra:

Presidente — Reitor da Universidade de Coimbra.
Vogais:

Doutor Joaquim Oliveira Costa Maia, professor catedrático da Faculdade de Medicina do Porto.

Doutor Manuel Miranda Ramos Lopes, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Doutor Adelino Augusto Abreu Fernandes Marques, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Doutor Fernando Manuel Oliveira Sá, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Doutor José Manuel Domingos Pereira Miguel, professor associado da Faculdade de Medicina de Lisboa.

14-8-90. — O Director dos Serviços Administrativos, *Joaquim António dos Santos Silva*.

Por despachos de 13-6 do reitor da Universidade de Coimbra e de 31-5-90 do director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil:

Dina Saldanha de Melo Mendonça, programadora de aplicações principal do Laboratório Nacional de Engenharia Civil — transferida para programadora de aplicações principal da Reitoria e Serviços Centrais (Secretaria-Geral) desta Universidade, considerando-se exonerada do lugar que vem ocupando a partir do termo de aceitação. (Não carece de verificação prévia do TC.)

16-8-90. — Pelo Director dos Serviços Administrativos, *Maria Isabel da Costa Moita Gligó de Almeida*.

Por despacho de 28-6-90 do reitor da Universidade de Coimbra:

Licenciado José Adelino Abrantes de Loureiro — contratado por um ano, renovável por três vezes em regime de prestação eventual de serviço, como monitor da Faculdade de Medicina desta Universidade, com efeitos a partir de 28-6-90. (Visto, TC, 6-8-90. São devidos emolumentos.)

Por despacho de 16-8-90 do reitor da Universidade de Coimbra:
 Licenciado Carlos Manuel Rebelo Tenreiro da Cruz, assistente além do quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — anulada a equiparação a bolseiro fora do País, no período de 22 a 29-9-90. (Não carece de verificação prévia do TC.)

Por despachos de 17-8-90 do reitor da Universidade de Coimbra:
 Licenciado João Luís Mendes Pedroso de Lima, assistente além do quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — anulada a equiparação a bolseiro fora do País, no período de 1 a 31-8-90.
 Doutora Maria Célia Correia dos Santos, professora auxiliar além do quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — anulada a equiparação a bolseiro fora do País, no período de 1 a 15-9-90.

(Não carecem de verificação prévia do TC.)

17-8-90. — Pelo Director dos Serviços Administrativos, *Maria Isabel da Costa Moita Gligó de Almeida*.

Por despachos de 16-8-90 do reitor da Universidade de Coimbra:
 Elsa Maria Vieira Pinto de Matos Carvalho — rescindiu o contrato como segundo-oficial da Faculdade de Medicina desta Universidade a partir de 11-7-90, por ter tomado posse como segundo-oficial no Hospital da Universidade de Coimbra. (Não carece de verificação prévia do TC.)
 Licenciado Martin Walter Earl — renovado por três anos o contrato como leitor da Faculdade de Letras desta Universidade, com efeitos a partir de 15-9-90.
 Licenciado Lothar Bunn — renovado por três anos o contrato como leitor da Faculdade de Letras desta Universidade, com efeitos a partir de 12-7-90.
 Licenciado Robert Kenneth Chatel, Jr. — renovado por três anos o contrato como leitor da Faculdade de Letras desta Universidade, com efeitos a partir de 1-10-90.
 Licenciada Penelope Elizabeth Stonehouse — renovado por três anos o contrato como leitora da Faculdade de Letras desta Universidade, com efeitos a partir de 9-10-90.
 Licenciado Paul Lardinoy — renovado por três anos o contrato como leitor da Faculdade de Letras desta Universidade, com efeitos a partir de 3-1-90.
 Licenciado Joëlle Herminé Ghazarian — renovado por três anos o contrato como leitor da Faculdade de Letras desta Universidade, com efeitos a partir de 5-10-90.
 Licenciado Manuel José de Freitas Portela — renovado por um ano o contrato como assistente estagiário além do quadro da Faculdade de Letras desta Universidade, com efeitos a partir de 1-9-90.

(Não carecem de verificação do TC.)

Por despachos de 20-8-90 do reitor da Universidade de Coimbra:
 Doutor Luís Augusto Pires da Costa Providência, professor associado da Faculdade de Medicina desta Universidade — nomeado definitivamente professor catedrático do 7.º grupo, subgrupo A (cardiologia) da mesma Faculdade, considerando-se exonerado do lugar que vem ocupando a partir do termo de aceitação.
 Doutora Maria Helena Saldanha Domingues Freire de Oliveira, professora associada da Faculdade de Medicina desta Universidade — nomeada definitivamente professora catedrática do 7.º grupo (medicina interna) da mesma Faculdade, considerando-se exonerada do lugar que vem ocupando a partir do termo de aceitação.

(Não carecem de verificação prévia do TC.)

Por despachos de 16-8-90 do reitor da Universidade de Coimbra:
 Concedida equiparação a bolseiro fora do País:
 Ao licenciado Francisco Paulo de Sá Campos Gil, assistente além do quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — no período de 1 a 30-9-90.
 Ao Doutor José Simões Redinha, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — no período de 26 a 31-8-90.
 À licenciada Maria Ermelinda da Silva Eusébio, assistente além do quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — no período de 26 a 31-8-90.
 À Doutora Maria Célia Correia dos Santos, professora auxiliar além do quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — no período de 1 a 18-9-90.
 À Doutora Maria Helena Mendes Gil, investigadora principal da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — no período de 23 a 29-9-90.

À Doutora Maria Amália de Freitas Tavares, professora associada da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — no período de 16 a 30-9-90.

À Doutora Maria Luísa Planas Leitão, professora auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — no período de 26 a 31-8-90.

À Doutora Maria Margarida Lopes de Figueiredo, professora associada da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — no período de 17 a 23-9-90.

À licenciada Maria Paula Matos Marques Catarro, assistente além do quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — no período de 4 a 7-9-90.

(Não carecem de verificação prévia do TC.)

20-8-90. — Pelo Director dos Serviços Administrativos, *Maria Isabel da Costa Moita Gligó de Almeida*.

Rectificação. — Por ter saído com inexactidão no *DR*, 2.ª, 176, de 1-8-90, p. 8581, e referente a João Pedro Mendes Galvão, rectificase que onde se lê «com a remuneração mensal de 125 700\$» deve ler-se «com 50% da remuneração mensal de 125 700\$».

Rectificação. — Por ter saído com inexactidão no *DR*, 2.ª, 185, de 11-8-90, p. 9052, rectificase que onde se lê «Doutora Maria Luísa Portocarrero da Silva» deve ler-se «Doutora Maria Luísa Portocarrero Ferreira da Silva».

Rectificação. — Por ter saído com inexactidão no *DR*, 2.ª, 185, de 11-8-90, p. 9052, rectificase que onde se lê «Maria Cândida da Costa Pereira dos Santos, auxiliar técnica da área laboratorial da Faculdade de Medicina desta Universidade, com a remuneração mensal de 56 700\$» deve ler-se «auxiliar técnica de 2.ª da área laboratorial da Faculdade de Medicina desta Universidade, com a remuneração mensal de 40 700\$» (Não carece de verificação prévia do TC.)

Rectificação. — Por ter saído com inexactidão no *DR*, 2.ª, 184, de 10-8-90, p. 9018, rectificase que onde se lê «Licenciada Maria de Carvalho Boavida Malcata» deve ler-se «Licenciada Lúcia Maria de Carvalho Boavida Malcata». (Não carece de verificação prévia do TC.)

16-8-90. — O Director dos Serviços Administrativos, *Joaquim António dos Santos Silva*.

Rectificação. — Por ter saído com inexactidão no *DR*, 2.ª, 176, de 1-8-90, de novo se publica o seguinte:

Aviso. — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que se encontra afixada na Direcção dos Serviços Administrativos e no respectivo serviço a lista de classificação final dos candidatos ao concurso para provimento de um lugar de assessor principal, assessor, técnico superior principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe (gestão) da Faculdade de Ciências e Tecnologia, inserto em aviso publicado no *DR*, 2.ª, 28, de 2-2-90.

16-8-90. — Pelo Director dos Serviços Administrativos, *Maria Isabel da Costa Moita Gligó de Almeida*.

Rectificação. — Por ter saído com inexactidão no *DR*, 2.ª, 179, de 4-8-90, p. 8736, rectificase que onde se lê «Licenciada Maria de Lurdes de Castro e Sousa» deve ler-se «Licenciada Maria de Lurdes da Costa e Sousa». (Não carece de verificação prévia do TC.)

17-8-90. — Pelo Director dos Serviços Administrativos, *Maria Isabel da Costa Moita Gligó de Almeida*.

Direcção dos Serviços Académicos

Por despacho do reitor de 16-8-90:

Designados para fazerem parte do júri do reconhecimento de habilitações requerido por Maria Ernestina Encarnação Oliveira Hall:

Presidente — Doutor José Simões Redinha, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Vogais:

Doutor João Evangelista de Jesus Simão, professor catedrático da Universidade de Aveiro.

Doutor Victor Manuel de Matos Lobo, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

(Não carece de visto ou anotação do TC.)

17-8-90. — A Chefe de Repartição, *Maria da Graça Alves Almeida*.



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Por despachos do vice-reitor da Universidade de Évora de 22-6-90, ao abrigo da competência delegada pelo Desp. 23/90, de 8-3:

Carlos Manuel Gonçalves da Silva, técnico profissional principal (laboratório), em regime de contrato administrativo de provimento da Universidade de Évora — nomeado na categoria de técnico auxiliar principal (laboratório) do quadro provisório do pessoal não docente desta Universidade, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da data da posse.

Joaquim Francisco Eduardo, José António Janota Barradas, técnicos auxiliares de 1.ª classe (laboratório) e Rui de Lourenço Martins, técnico profissional de 1.ª classe (laboratório), em regime de contrato administrativo de provimento na Universidade de Évora — nomeados na categoria de técnico auxiliar de 1.ª classe (laboratório) do quadro provisório do pessoal não docente desta Universidade, considerando-se rescindidos os contratos anteriores a partir da data da posse.

(Não carecem de fiscalização prévia do TC.)

Amílcar José Fernandes Romão, Flaminio Manuel da Cruz Taveira, Maria Helena Coxixo Modas de Carvalho, Maria Jesuina Vieira Mósca da Gama, Maria Mário Jerónimo Duarte Azedo, Manuel Maria Galvão Junça e Natércia Coelho Rosa de Abreu, técnicos profissionais de 2.ª classe (laboratório) e António Fernando Capela Albergaria de Seixas e Maria João Martins Vila Viçosa, técnicos auxiliares de 2.ª classe (laboratório), em regime de contrato administrativo de provimento na Universidade de Évora — nomeados na categoria de técnico auxiliar de 2.ª classe (laboratório) do quadro provisório do pessoal não docente desta Universidade, considerando-se rescindidos os contratos anteriores a partir da data da posse.

Victor Manuel dos Reis Barroso Frade, técnico profissional de 2.ª classe (desenhador), em regime de contrato administrativo de provimento na Universidade de Évora — integrado no quadro provisório do pessoal não docente desta Universidade na categoria de técnico auxiliar de 2.ª classe (desenhador), considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da data da posse.

Teresa Rosa Trejeira Batinas Martins, auxiliar de manutenção, em regime de contrato administrativo de provimento na Universidade de Évora — integrada no quadro provisório do pessoal não docente desta Universidade na mesma categoria, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da data da posse.

(Visto, TC, 2-8-90. São devidos emolumentos.)

10-8-90. — Pelo Director de Serviços, a Técnica Superior de 1.ª Classe, *Minervina Maria Cebola Batista*.

Por despachos do vice-reitor da Universidade de Évora de 10-8-90, ao abrigo da competência delegada pelo Desp. 23/90, de 8-3:

António Calhau Lobo da Silveira, Cristóvão Rosado Gião Gomes, Francisca Maria Freixial Figo dos Santos, Francisco Manuel Ramalho Carolino, João Luís Martins Torres Vaz Freire e Manuel Ezequias Prazeres Figo, técnicos de 2.ª classe da carreira de engenheiros técnicos agrários do quadro provisório do pessoal não docente da Universidade de Évora — promovidos, precedendo concurso, a técnicos de 1.ª classe da mesma carreira e quadro, ficando exonerados dos anteriores cargos com efeitos à data da aceitação dos novos lugares. (Não carecem de fiscalização prévia do TC.)

10-8-90. — O Director dos Serviços Administrativos, *Augusto Nogueira Souto*.

Por despachos do vice-reitor da Universidade de Évora de 10-8-90, por delegação de competências:

Maria Dulce Parreira Garcia, terceiro-oficial do quadro provisório do pessoal não docente desta Universidade — exonerada do cargo, a seu pedido, a partir de 31-8-90.

Rosária Maria Parreira Caldeira Martins, escriturária-dactilógrafa desta Universidade — autorizada a recuperação do vencimento de exercício perdido no período de 4 a 30-6-90 (num total de 27 dias).

16-8-90. — Pelo Director dos Serviços Administrativos, a Técnica Superior de 1.ª Classe, *Minervina Maria Cebola Batista*.

Por despacho de 30-1-90 do reitor da Universidade de Évora: Marina Zaida Almeida Valadares de Seixas — admitida, em regime de contrato administrativo de provimento, como monitora da Universidade de Évora, para o período de 1-3 a 30-6-90. (Visto, TC, 9-8-90. São devidos emolumentos.)

20-8-90. — Pelo Director de Serviços, a Técnica Superior de 1.ª Classe, *Minervina Maria Cebola Batista*.

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Ciências

Por despacho do vice-reitor, de 10-8-90, por delegação do reitor: Luís Manuel de Oliveira — nomeado definitivamente, precedido de concurso, técnico auxiliar principal da carreira técnica auxiliar oficial, considerando-se exonerado do cargo anterior a partir da data do termo de aceitação. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

23-8-90. — A Vice-Reitora, *Maria José Miranda*.

Faculdade de Farmácia

Aviso. — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que se encontra afixada no átrio da Secretaria da Faculdade de Farmácia, Avenida das Forças Armadas, pelo prazo de 10 dias após a publicação deste aviso no *DR*, a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de acesso ao lugar de segundo-oficial do quadro desta Faculdade, a que se refere o aviso publicado no *DR*, 2.ª, 79, de 4-4-90.

Aviso. — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que se encontra afixada no átrio da Secretaria da Faculdade de Farmácia, Avenida das Forças Armadas, pelo prazo de 10 dias após a publicação deste aviso no *DR*, a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de ingresso ao lugar de auxiliar de manutenção de 2.ª classe do quadro desta Faculdade, a que se refere o aviso publicado no *DR*, 2.ª, 79, de 4-4-90.

23-8-90. — O Presidente do Júri, *Carlos Fernandes Pereira*.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Por despacho do vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa de 17-7-90:

António Pedro da Silva Martins — contratado, em regime de prestação eventual e por conveniência urgente de serviço, como monitor, com efeitos a partir de 29-5-90, por um ano. (Visto, TC, 8-8-90. São devidos emolumentos.)

Por despachos do vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa de 2-8-90:

Maria Paula Baptista da Costa Antunes e Maria Filomena Parrela Camisão Guerra — contratadas, em regime de contrato administrativo de provimento e por conveniência urgente de serviço, como professoras auxiliares provisórias, com efeitos a partir de 19-6 e 3-7-90 respectivamente, por cinco anos, sendo-lhes rescindidos os anteriores contratos à data do início de funções.

Ana Isabel Nobre Martins Aguiar Oliveira Ricardo — contratada, em regime de contrato administrativo de provimento e por conveniência urgente de serviço, com assistente a partir de 29-6-90, por seis anos prorrogável, nos termos da lei, sendo-lhe o anterior contrato rescindido à data do início de funções.

Maia Eugénia Mendes Webb Torres Pereira Neves e António José Cabrita Lucas Laires — contratados, em regime de contrato administrativo de provimento e por conveniência urgente de serviço, como professores auxiliares provisórios, com efeitos a partir de 19-4 e 18-7-90, respectivamente, por cinco anos, sendo-lhes rescindidos os anteriores contratos à data do início de funções.

(Isentos de fiscalização prévia do TC.)

16-8-90. — O Director, *Leopoldo J. M. Guimarães*.

UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria

Aviso. — Faz-se público que, por despacho reitoral de 16-2-90, sob proposta do conselho científico da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, ao abrigo do n.º 8 da Port. 493/83, de 29-4, foi determinado o seguinte quanto ao curso de mestrado em Engenharia Térmica da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, para o ano lectivo de 1990-1991:

- 1) No ano lectivo de 1990-1991 o *numerus clausus* para o curso especializado conducente ao mestrado em Engenharia Térmica da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto é fixado em 15;
- 2) O número de lugares reservado a docentes do ensino superior, nos termos do n.º 2 do n.º 8.º da Port. 493/83, de 29-4, é de 5;
- 3) O número mínimo de inscrições necessário ao funcionamento do curso é de 5;
- 4) O prazo para as matrículas e inscrições decorrerá de 10 a 20-9-90.
- 5) O calendário lectivo terá início em 28-9-90.

Por despacho reitoral de 16-2-90 e para cumprimento do disposto no n.º 3 do art. 4.º do Dec.-Lei 173/80, de 29-5, indica-se a seguir o elenco das disciplinas e respectivas unidades de crédito que integrarão o curso de mestrado em Engenharia Térmica no ano lectivo de 1990-1991, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto:

	Unidades de crédito
a) Área científica de Termodinâmica Aplicada:	
Termodinâmica	1,5
Mecânica dos Flúidos	3
Transferência de Calor I	2,5
Transferência de Calor II	2
	<hr/> 9
b) Área científica de Simulação e Avaliação de Sistemas Térmicos:	
Métodos Numéricos	1,5
Simulação Numérica de Sistemas Térmicos	1,5
Métodos Numéricos em Transferência de Calor	2
Métodos Estatísticos e Experimentais	2
Gestão de Energia	1,5
Combustão	1,5
Análise e Gestão de Projectos (*)	1,5
Controlo de Sistemas Térmicos (*)	1,5
	<hr/> 11,5
c) Área científica de Aplicações Térmicas:	
Controlo Ambiental em Edifícios (**)	1,5
Escoamentos Bifásicos (**)	1,5
Permutadores de Calor (**)	1,5
Mecânica de Flúidos Não-Newtonianos (**)	1,5
Seminário	1
	<hr/> 4

(*) Os alunos devem escolher só uma das duas disciplinas referidas.

(**) Os alunos devem escolher só duas das quatro disciplinas referidas.

21-8-90. — A Chefe da Repartição, *Ana Fortuna da Silva*.

Faculdade de Farmácia

Por despacho de 9-8-90 do presidente do conselho directivo da Faculdade de Farmácia, proferido por delegação do reitor da Universidade do Porto:

Doutor Alfredo Ribeiro Guimarães do Amaral e Albuquerque, professor associado da Faculdade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País de 2 a 17-9-90.

16-8-90. — A Chefe de Repartição, *Maria Noémia Lopes Machado de Sousa*.

Faculdade de Letras

Aviso. — 1 — Nos termos do disposto no Dec.-Lei 498/88, de 30-12, que define os princípios gerais informadores do recrutamento e selecção de pessoal e do processo de concursos na função pública, faz-se público que, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publi-

cação do presente aviso no *DR*, devidamente autorizado por despacho de 16-8-90 do presidente do conselho directivo desta Faculdade, se encontra aberto concurso interno para provimento de um lugar de técnico auxiliar (Gestão) de 1.ª classe, letra L, existente no quadro da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, constante do anexo ao Dec.-Lei 148/88, de 27-4.

2 — O concurso é válido apenas para o preenchimento do lugar em referência.

3 — O conteúdo funcional do lugar a preencher consiste em funções de natureza executiva de aplicação técnica com base no conhecimento ou adaptação de métodos e processos, enquadradas em directivas bem definidas, nas áreas de apoio ao ensino e à investigação científica.

4 — O local de trabalho situa-se na Faculdade de Letras do Porto, sendo o respectivo vencimento correspondente à letra acima mencionada da tabela de vencimentos da função pública e as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para a função pública.

5 — A este concurso podem candidatar-se todos os indivíduos que satisfaçam cumulativamente, até ao termo do prazo de candidatura fixado no presente aviso, os seguintes requisitos gerais e especiais:

5.1 — Requisitos gerais:

- a) Ter nacionalidade portuguesa;
- b) Ter 18 anos de idade;
- c) Possuir as habilitações literárias legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física necessária e não sofrer de doença contagiosa e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

5.2 — Requisitos especiais — ser funcionário ou agente de qualquer serviço ou organismo da Administração Pública, exigindo-se a este último que desempenhe funções em regime de tempo completo, esteja sujeito à disciplina, hierarquia e horário do respectivo serviço e conte mais de três anos de serviço ininterrupto e ainda, relativamente a ambos, que reúna a seguinte condição:

- a) Possuir a categoria de técnico auxiliar (Gestão) de 2.ª classe com três anos de efectivo serviço na categoria e classificação de serviço não inferior a *Muito bom*.

6.1 — Os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:

- a) Avaliação curricular (1.ª fase);
- b) Entrevista (2.ª fase).

6.2 — Na avaliação curricular ponderar-se-ão obrigatoriamente os seguintes factores:

- a) Classificação de serviço;
- b) Qualificação e experiência profissionais;
- c) Nível de habilitações literárias.

6.3 — A ordenação final dos candidatos resultará da média aritmética simples das classificações obtidas nas duas fases.

7 — Apresentação das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento dirigido ao presidente do conselho directivo da Faculdade de Letras do Porto, entregue pessoalmente na Secretaria desta Faculdade, sita na Rua do Campo Alegre, 1055, 4100 Porto, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para o mesmo endereço, no qual devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone, se o tiver);
- b) Habilitações literárias;
- c) Habilitações profissionais;
- d) Experiência profissional, com indicação das funções exercidas até à data com mais interesse para o lugar a que se candidata e menção expressa da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo, antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço;
- e) Lugar a que se candidata;
- f) Quaisquer outros elementos que considerem relevantes para a apreciação do seu mérito.

7.2 — Os candidatos deverão ainda declarar no requerimento, assinado sobre estampilha fiscal de 150\$, em alíneas separadas e sob

compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente às condições previstas em todas as als. do n.º 5.1 do presente aviso.

7.3 — Os requerimentos de admissão ao concurso devem ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- b) *Curriculum vitae* detalhado;
- c) Declaração dos serviços a que os candidatos se achem vinculados da qual conste, de maneira inequívoca, a existência natureza do vínculo à função pública, designação funcional, antiguidade na categoria que possuem e na função pública e classificação de serviço respeitante ao número de anos exigidos como requisito especial de admissão ao concurso.

7.4 — Fica dispensada a apresentação dos documentos referidos nas als. a) e c) do n.º 7.3 do presente aviso aos funcionários e agentes da Faculdade de Letras do Porto em que se verifique a existência dos dados nos respectivos processos individuais.

7.5 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

7.6 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

8 — em tudo o que não estiver previsto no presente aviso aplicam-se as regras constantes do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

9 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Prof. Doutor Carlos Azevedo, presidente do conselho directivo.

Vogais efectivos:

Prof. Doutora Rosa Fernanda Moreira da Silva, professora catedrática e vice-presidente do conselho directivo.
Márcia Coelho Simões Morim, chefe de secção.

Vogais suplentes:

Dr. João Emanuel Cabral Leite, técnico superior principal (BAD).
Dr.ª Maria Isabel Alvim Pereira Leite, técnica superior de 2.ª classe (BAD).

16-8-90. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, (*Assinatura ilegível.*)

Faculdade de Medicina

Aviso. — Faz-se público que a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso interno para provimento de um lugar de técnico auxiliar de 1.ª classe de museografia, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 104, de 7-5-90, se encontra afixada na Secretaria desta Faculdade, sita na Alameda do Prof. Hernâni Monteiro, 4200 Porto, onde poderá ser consultada.

17-8-90. — Pelo Presidente do Júri, (*Assinatura ilegível.*)

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Reitoria

Por despacho reitoral de 27-7-90 foi alterada a designação da disciplina de Química para Química Geral, do plano de estudos da licenciatura em Engenharia Electrotécnica e de computadores do Instituto Superior Técnico, desta Universidade, a vigorar para o ano lectivo de 1990-1991.

22-8-90. — O Vice-Reitor, *José Dias Lopes da Silva*.

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

O conselho científico, na sua reunião de 19-7-90, nomeou os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de mestrado em Métodos Matemáticos para Economia e Gestão de Empresas, requeridas pelo licenciado José Zorro Mendes:

- a) Doutor Bento José Ferreira Murteira, professor catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, que presidirá;
- b) Doutora Maria Ivette Leal de Carvalho Gomes, professora catedrática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- c) Doutor Carlos Alberto da Silva Ribeiro, professor catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

23-8-90. — O Chefe da Secção, (*Assinatura ilegível.*)



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9971

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 5\$; preço por linha de anúncio, 104\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTA NÚMERO 160\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex